



Universidade Federal da Bahia
Instituto de Letras
Programa de Pós-Graduação em Língua e Cultura
Rua Barão de Jeremoabo, nº 147 - CEP: 40170-115 - Campus Universitário Ondina Salvador-BA.
Tel.: (71) 3283 - 6256 – Site: <http://www.ppglinc.letas.ufba.br> - E-mail: pgletba@ufba.br

ELIÉTE OLIVEIRA SANTOS

História de Portugal de Fernão de Oliveira:
edição semidiplomática e análise da retórica nos topônimos de Portugal

Salvador
2022

ELIÉTE OLIVEIRA SANTOS

História de Portugal de Fernão de Oliveira:
edição semidiplomática e análise da retórica nos topônimos de Portugal

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Língua e Cultura do Instituto de Letras da Universidade Federal da Bahia, como requisito parcial para obtenção do grau de Doutor em Língua e Cultura.

Área de concentração: Linguística Histórica.

Orientadora: Prof^ª Dr^ª Célia Marques Telles

Salvador
2022

Sistema de Bibliotecas - UFBA

Santos, Eliéte Oliveira.

História de Portugal de Fernão de Oliveira: edição semidiplomática e análise da retórica nos topônimos de Portugal / Eliéte Oliveira Santos. - 2022.

480 f.: il.

Orientadora: Profa. Dra. Célia Marques Telles.

Tese (doutorado) - Universidade Federal da Bahia, Instituto de Letras, Salvador, 2022.

Filologia. 2. Linguística histórica. 3. Língua portuguesa - História. 4. Oliveira, Fernão de, 1507-1581. 5. Nomes geográficos - Portugal. 6. Retórica - Obras anteriores a 1800. 7. Toponímia. I. Telles, Célia Marques. II. Universidade Federal da Bahia. Instituto de Letras. III. Título.

CDD - 410

CDU - 81'373.21

A meu irmão João Oliveira Santos (*in memoriam*)
e a meu pai Argemiro Anjo dos Santos (*in memoriam*).

AGRADECIMENTOS

É tempo de agradecer por todas as bençãos, todas as vitórias e pela realização deste trabalho, cujo tema revela a minha paixão pela história da língua portuguesa e resulta de parcerias diretas e indiretas ao longo do meu caminho. Primeiramente, agradeço à minha ancestralidade preta, de onde herdei minha resistência de existir em espaços que outrora nos negaram a entrada e permanência e que ainda nos negam de uma maneira ou de outra, apesar dos poucos avanços adquiridos em nossa história. É dessa ancestralidade que tiro a minha proteção.

Agradeço à minha família, em especial, à minha mãe, Almira de Oliveira Souza Santos, que por ser analfabeta nos falava de seu sonho de aprender a escrever o seu próprio nome e daí mostrava a mim e a meus irmãos a importância da escola, do conhecimento, do aprender. Agradeço às minhas irmãs Terezinha Oliveira Santos e Eliene Oliveira Santos, companheiras das Letras e companheiras das vivências.

Agradeço a meus queridos amigos, os quais, de perto ou de longe, me ajudaram a seguir, me ampararam emocionalmente, ao impor suas palavras de “força”, “não desanime”, “tenha calma”, “respire”, “pode ligar para conversar”. Assim, mesmo correndo o risco de omitir o nome de alguns, é importante mencionar aqui os amigos mais próximos: Valter de Carvalho, Lucas Pandini, Matheus Araújo, Natival Simões Neto, Hérwickton Israel, Ana Bicalho, Arivaldo Sacramento, Suzane Costa, Mônica Menezes, Rosinês Duarte, Fabrício Oliveira.

Aos membros da banca, agradeço-os por terem aceitado o convite e pela leitura e avaliação do texto, cujas contribuições foram importantes para o fechamento do meu trabalho. Nesse caso, obrigada, Prof. André Gaspari (UNEB), Prof^a Risonete Batista (UFBA), Prof^a Silvana Ribeiro (UFBA) e um agradecimento especial ao Prof. José Eduardo Franco (Universidade Aberta de Lisboa), que ao longo da minha pesquisa, demonstrou uma generosidade com indicações de referenciais acadêmicos e compartilhamento de imagens dos fólios que ajudaram no complemento da realização da edição.

Agradeço à minha orientadora, Prof^a Célia Marques Telles pela confiança em minha capacidade de conduzir a pesquisa.

Agradeço aos meus colegas e a meus alunos da Universidade do Estado da Bahia (UNEB), *Campus* de Irecê.

RESUMO

Os estudos relacionados à história da língua, no que se referem aos processos de mudança linguística, apoiam-se evidentemente em registros de textos produzidos no passado por um determinado sujeito ideologicamente constituído em uma comunidade. Dessa forma, a história, além de mostrar a evolução do ser humano e as suas adaptações às tecnologias, também mostra as mudanças impostas quanto às concepções acerca do mundo em que o homem vive e as mudanças por que passam a sua linguagem ao longo dos tempos. Por isso, muitos textos escritos no passado são recuperados pela filologia, através da crítica textual e da linguística histórica, no intuito de preservar material que servirá como testemunho documental e literário, além de possibilitar a observação dos estados de determinadas línguas em diferentes épocas pretéritas (ou diferentes sincronias) e da evolução de determinados fenômenos linguísticos, associados a fatores históricos e socioculturais, na tentativa de interpretar as mudanças ocorridas no passado e as variações existentes em um momento contemporâneo. É em busca dessa história que se propõe aqui a analisar os topônimos portugueses encontrados no texto *História de Portugal*, escrito pelo humanista Fernão de Oliveira, provavelmente, por volta de 1581, e de como este autor utiliza o discurso retórico a partir do léxico onomástico. Para isso, busca-se o amparo nas orientações teóricas: teoria da enunciação, sob abordagem de Benveniste (2005; 2006), Bakhtin (2003) e Bakhtin [Voloshinov] (2004 [1929]), que colocam o sujeito no centro da reflexão linguística; entender o processo da escrita historiográfica, tendo como parâmetro as regras da retórica clássica, aos moldes do pensamento de Aristóteles (2005 [séc. IV a.C.]) e da Retórica a Herênio, do séc. I a.C., mas amplamente utilizada durante a Idade Média; para o método de análise toponímica, a pesquisa apoia-se no modelo taxonômico de Dick (1990; 1992; 1998; 2007). A coleta e análise dos dados busca confirmar ou refutar as seguintes hipóteses: i. A interpretação dos topônimos seria intenção do autor em marcar Portugal no campo da imunidade e primazia perante as outras nações, de modo a convencer o povo, seu principal interlocutor, a lutar por um reino superior às outras nações; ii. As características do gênero do discurso historiográfico teriam influenciado Fernão de Oliveira na construção de sua narrativa, baseado no compromisso com a “verdade”, sempre em discussão desde a Antiguidade Grega, especificamente com Heródoto e Tucídides; iii. A incorporação do mundo bíblico em seu texto, sendo o autor um sujeito humanista, mais voltado às questões do homem, seria uma influência de sua formação eclesiástica ou seria a mentalidade dualista do homem daquele período de transição, imaginado pelo humanismo, cujo comportamento trazia a ambivalência da visão teocêntrica da Idade Média e o antropocentrismo do caráter renascentista. O resultado mostra que Fernão de Oliveira buscou organizar as suas ideias com finalidade de provar a superioridade de Portugal em relação a Espanha. Para isso, o dominicano construiu seu *ethos* discursivo relacionado ao momento da enunciação a fim de conduzir o interlocutor por uma narrativa não necessariamente real, mas verossímil.

Palavras-chave: Retórica Clássica. Topônimos. Fernão de Oliveira. História de Portugal. Filologia.

ABSTRACT

Studies related to the history of language, with regard to the processes of linguistic change, are evidently based on records of texts produced in the past by a specific ideologically constituted subject in a community. Thus, history, in addition to showing the evolution of human beings and their adaptations to technologies, also shows the changes imposed on the conceptions about the world in which the human lives and the changes that their language undergoes over time. Therefore, many texts written in the past are recovered by philology, through textual criticism and historical linguistics, in order to preserve a material that will serve as documentary and literary testimony, in addition to enabling the observation of the states of certain languages in different past times (or different synchronies) and the evolution of certain linguistic phenomena, associated with historical and sociocultural factors, in an attempt to interpret the changes that have occurred in the past and the variations existing in a contemporary moment. It is in search of this history that we propose here to analyze the Portuguese toponyms found in the text *História de Portugal*, written by the humanist Fernão de Oliveira, probably around 1581, and how this author uses the rhetorical discourse from the onomastic lexicon. To do so, we seek support in specific theoretical guidelines: theory of enunciation, under the approach of Benveniste (2005; 2006), Bakhtin (2003) and Bakhtin [Voloshinov] (2004 [1929]), which place the subject at the center of linguistics reflections; to understand the process of historiographical writing, having as a parameter the rules of classical rhetoric, along the lines of the methodology of Aristotle (2005 [IV century BC]), passing through the rhetoric used in the Middle Ages to the new rhetoric or the treatise on argumentation, by Perelman and Olbrechts-Tyteca (2005) and Perelman (2004); for the toponymic analysis method, the research is based on Dick's taxonomic model (1990; 1992; 1998; 2007). The data collection and analysis seek to confirm or refute the following hypotheses: i. The interpretation of toponyms would be the author's intention to mark Portugal in the field of immunity and primacy over other nations, in order to convince the people, his main interlocutor, to fight for a kingdom superior to other nations; ii. The characteristics of the historiographical discourse genre influenced Fernão de Oliveira in the construction of his narrative, based on his commitment to the "truth", always in discussion since Greek Antiquity, specifically with Herodotus and Thucydides; iii. The incorporation of the biblical world in his text, with the author being a humanist subject, more focused on human's issues, would be an influence of his ecclesiastical background or would it be the dualistic mentality of man in that transition period, imagined by humanism, whose behavior brought the ambivalence of the theocentric view of the Middle Ages and the anthropocentrism characteristic of the Renaissance. The result shows that Fernão de Oliveira sought to organize his ideas in order to prove Portugal's superiority over Spain. To do so, the dominican built his discursive ethos related to the moment of enunciation in order to lead the interlocutor through a narrative that is not necessarily real, but credible.

Keywords: Classical Rhetoric. Toponyms. Fernão de Oliveira. History of Portugal. Philology.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1	Quadro genealógico da Dinastia de Avis.....	27
Figura 2	Linha do tempo: de D. João III à crise sucessória do reino português.....	29
Figura 3	Detalhe do fólio 54v (3º livro).....	76
Figura 4	Ilustração da colagem no fólio 22v (1º livro) feita, provavelmente, pelo próprio autor.....	76
Figura 5	No fólio 22v (1º livro), detalhe da nota colada, provavelmente pelo próprio autor, a fim de completar o texto escrito inicialmente.....	77
Figura 6	Visão completa da nota colada ao texto original, provavelmente pelo próprio autor, a fim de complementar o escrito, no fólio 22 v (1º livro).	78
Figura 7	Folha complementar desdobrada, no fólio 22v (1º livro).....	79
Figura 8	Início do capítulo cinco, sob a emenda no fólio 22v (1º livro).....	80
Figura 9	Sinal utilizado pelo autor para separar sílabas interlineares ao longo do texto (1º livro, fólio 3v, linhas 14-17).....	87
Figura 10	O caldeirão medieval (1º livro, fólio 2r, linha 8).....	88
Figura 11	Traçados que marcam o final dos fólhos (1º livro, fólio 8v).....	89
Figura 12	Traçados que marcam o final dos fólhos (1º livro, fólio 51r).....	89
Figura 13	Formação do território de Portugal durante a Reconquista Cristã.....	396
Figura 14	Fronteira de Portugal nos fins do século XIII.....	397
Figura 15	Antiga divisão das comarcas (províncias) de Portugal (sécs. XIV-XIX).	398
Figura 16	Organização e divisão eclesiástica em Portugal (séc. XVI).....	401
Gráfico 1	Natureza dos topônimos no território de Portugal.....	462
Gráfico 2	Taxonomia dos topônimos no território de Portugal.....	463

LISTA DE QUADROS

Quadro 1	Divisão do sistema retórico.....	64
Quadro 2	Divisão eclesiástica de Portugal (sécs. XV-XVI).....	400
Ficha 1	Modelo da ficha lexicográfico-toponímica.....	407
Ficha 2	Abrantes.....	409
Ficha 3	Alcobaça.....	410
Ficha 4	Alentejo.....	412
Ficha 5	Alfaiates.....	413
Ficha 6	Algarve.....	414
Ficha 7	Aljubarrota.....	415
Ficha 8	Almeida.....	417
Ficha 9	Aveiro.....	418
Ficha 10	Avis.....	419
Ficha 11	Barbárico (Barbário).....	420
Ficha 12	Beira.....	421
Ficha 13	Beja.....	422
Ficha 14	Braga.....	423
Ficha 15	Castelo Rodrigo.....	424
Ficha 16	Castro Verde.....	425
Ficha 17	Coimbra.....	426
Ficha 18	Condeixa.....	428
Ficha 19	Douro.....	429
Ficha 20	Entre-Douro-e-Minho.....	430
Ficha 21	Estremadura.....	431
Ficha 22	Évora.....	432
Ficha 23	Évora Monte.....	433
Ficha 24	Guadiana.....	434
Ficha 25	Guimarães.....	435
Ficha 26	Leiria.....	436
Ficha 27	Lisboa.....	437
Ficha 28	Lusitânia.....	439
Ficha 29	Mértola.....	440
Ficha 30	Minho.....	441
Ficha 31	Mondego.....	442

Ficha 32	Montemor-o-Novo.....	443
Ficha 33	Montemor-o-Velho.....	444
Ficha 34	Moura.....	445
Ficha 35	Nabão.....	446
Ficha 36	Óbidos.....	446
Ficha 37	Ourique (Campo de).....	447
Ficha 38	Palmela.....	448
Ficha 39	Pombal.....	449
Ficha 40	Porto.....	450
Ficha 41	Porto de Mós.....	451
Ficha 42	Santarém.....	452
Ficha 43	Serpa.....	454
Ficha 44	Setúval.....	455
Ficha 45	Silves.....	456
Ficha 46	Sintra.....	457
Ficha 47	Tejo.....	458
Ficha 48	Torres Novas.....	459
Ficha 49	Trás-os-Montes.....	460
Ficha 50	Viseu.....	461

SUMÁRIO

1	CONSIDERAÇÕES INICIAIS.....	11
1.1	A história como objeto e o objeto da história.....	13
2	O CONTEXTO DA <i>HISTÓRIA DE PORTUGAL</i> DE FERNÃO DE OLIVEIRA.....	21
2.1	A escrita e o autor em seu tempo e espaço.....	21
2.1.1	Aspectos dos primeiros textos historiográficos em língua portuguesa.....	32
3	O DISCURSO RETÓRICO NA HISTORIOGRAFIA PORTUGUESA.....	36
3.1	De Fernão Lopes a Fernão de Oliveira.....	36
3.2	Os caminhos da retórica.....	44
3.3	Características do sistema retórico.....	48
3.3.1	<i>Inventio (heurésis)</i>	48
3.3.2	<i>Dispositio (taxis)</i>	55
3.3.3	<i>Elocutio (lexis)</i>	61
3.3.4	<i>Actio ou pronuntiatio (hypokrisis)</i>	63
3.3.5	<i>Memoria</i>	63
3.4	A História e a <i>questione della lingua</i>	65
3.5	Linguagem e história: objetos de manipulação.....	68
4	A <i>HISTÓRIA DE PORTUGAL</i> DE FERNÃO DE OLIVEIRA.....	72
4.1	Características do documento.....	75
4.1.1	A grafia.....	81
4.2	A filologia e os tipos de edição de textos.....	82
4.2.1	Critérios de transcrição.....	85
4.3	Edição semidiplomática da <i>História de Portugal</i> de Fernão de Oliveira.....	90
5	PROCEDIMENTO TEÓRICO-METODOLÓGICO PARA ANÁLISE DOS TOPÔNIMOS NA <i>HISTÓRIA DE PORTUGAL</i> DE FERNÃO DE OLIVEIRA.....	373
5.1	O papel dos topônimos na <i>História de Portugal</i> de Fernão de Oliveira.....	377
5.2	Origens históricas na formação da toponímia portuguesa.....	388
5.3	Antigas divisões político-administrativas de Portugal.....	393
5.4	A classificação toponímica.....	402
5.5	Procedimentos para a análise dos topônimos.....	406
5.5.1	Análise descritiva dos topônimos.....	409
5.5.2	Análise quantitativa dos topônimos.....	462

5.5.3 Análise da retórica no uso dos topônimos.....	464
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	469
REFERÊNCIAS.....	472

1 CONSIDERAÇÕES INICIAIS

A história é o privilégio que é necessário recordar para não esquecer-se a si próprio. Ela situa o povo no centro dele mesmo, estendendo-o de um passado a um futuro.

(CERTEAU, 2002, p. 16).

É inegável a personalidade forte e marcante do humanista Fernão de Oliveira em diversas passagens da história de Portugal. Apesar de serem escassas as informações a respeito da sua biografia, sabe-se que Oliveira ocupou-se de diferentes temas, ao longo de sua vida como escritor, demonstrando uma inteligência rara e uma personalidade curiosa e inquieta. Os registros deixados por Fernão de Oliveira marcam momentos importantes da sociedade portuguesa desde o seu período áureo — com as descobertas resultantes das grandes navegações — até o advento da crise política, após o desaparecimento de D. Sebastião, na guerra de Alcácer-Quibir.

Por esse motivo, no conjunto da obra de Fernão de Oliveira, a escolha de qualquer texto por ele escrito já seria argumento suficiente para justificar trabalho de pesquisa dentro da história da língua portuguesa, no campo dos conhecimentos linguísticos e filológicos. Assim, o texto que aqui se propõe a investigar é a *História de Portugal*, considerado um de seus últimos textos, juntamente com o *Livro da Antiguidade, Nobreza, Liberdade e Imunidade do Reino Português*, ambos do gênero historiográfico, escritos por volta de 1581-1582, e apresentados atualmente como partes do acervo da Biblioteca Nacional da França, registrados sob a cota nº 12 do Fundo Português.

A edição da *História de Portugal* tem a sua importância por representar uma obra pouco conhecida no âmbito acadêmico. Até onde se sabe, uma primeira edição dessa obra foi realizada pelo historiador José Eduardo Franco (2000), em Portugal, mas — apesar de sua grande importância — o trabalho se apresenta com transcrição modernizada, o que não é interessante para os estudiosos da língua, dispostos a analisar as características linguísticas da época em que o texto foi escrito sem as interferências do editor. Do mesmo ano, sem publicação, há notícia de uma edição crítica de Teresa Margarida Jorge, resultado do seu trabalho de Mestrado pela Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, em que se propôs a restaurar a linguagem registrada no documento, de modo a aproximar o máximo possível do texto original, respeitando as características fonéticas e morfossintáticas. Trabalhos dessa natureza são de grande importância para os estudos linguísticos. Nesse sentido, Telles (2009) afirma que:

quer se trate de edição crítica de texto medieval ou de texto moderno, o comportamento do editor crítico deve buscar preservar as características do corte sincrônico representado pela língua em que o texto foi vasado. Não é diferente o tratamento que é dado nas edições semidiplomáticas. Desse modo, o texto possibilita a verificação dos traços de fala transpostas para a escrita (TELLES, 2009, p. 254).

Especificamente, a *História de Portugal* constitui importância para os estudos da língua portuguesa por se tratar de uma obra que está inserida no contexto de algumas transformações sociais em Portugal, as quais podem servir de pontos de observação e explicação para mudanças linguísticas nesse momento, como a anexação do reino português ao reino espanhol, sob o domínio do rei D. Filipe II da Espanha (aclamado rei de Portugal com o título de Filipe I); a morte do poeta que exaltou os feitos portugueses em relação às expedições ultramarinas, Luís Vaz de Camões; o fim do Renascimento e início do período Barroco em Portugal, marcos do que se poderia chamar de uma nova mentalidade dentro do universo português (SANTOS, 2006, p. 11-12).

Além do mais, sendo o texto um campo fértil para os estudos da enunciação, no que se refere à relação do sujeito com a própria linguagem — a partir do que Benveniste (2006, p. 83) defende como “a conversão individual da língua em discurso” em permanente atualização nas situações comunicativas —, o discurso de Fernão de Oliveira na *História de Portugal* pode ser analisado, tendo em vista o seu intuito de mobilizar o público português, o seu interlocutor, a aceitar o seu projeto de legitimidade política do território português. Para isso, é válido observar como o dominicano, aproveitando dos seus conhecimentos da arte retórica, argumenta em favor de suas ideologias, e constrói a narrativa da história de Portugal, mapeando o espaço toponímico comprovado pelas etimologias anteriormente registradas por autores clássicos ou interpretadas no esforço de marcar a antiguidade do povo português.

Dessa forma, a pesquisa toma como base os princípios da análise sincrônica da língua, uma vez que se preocupa com as relações lógicas percebidas por um coletivo no uso das variações semântico-lexicais e ideológicas que coexistem numa dada época, num contexto específico. O que é dito por Fernão de Oliveira é determinado por um momento da história, está amparado por um discurso e, como sugere Benveniste (2006, p. 32), os discursos são sempre sincrônicos.

O objetivo do trabalho é, portanto, examinar o ato de enunciação discursiva resultante da dimensão implícita e explícita, tendo como base o modo como Oliveira usou o conhecimento sobre retórica a fim de construir a argumentação favorável à ideia de um Portugal dotado de liberdade e antiguidade em relação a outras nações da Península Ibérica e, portanto, não deveria permitir que o trono português fosse ocupado por um rei espanhol. Vale notar que

as condições de produção textual que determinam o modo como o sujeito conduz a linguagem, influenciado pelas configurações sociais, históricas e linguísticas do seu tempo, contribuem também com as pesquisas relacionadas à constituição histórica da língua portuguesa. Assim, o trabalho que ora se apresenta está organizado de modo a conhecer as intenções do autor dentro da situação que o levou à escolha do assunto em discussão, do gênero textual e do estilo da escrita empregado na sua narrativa, a partir das divisões subsequentes.

1.1 A história como objeto e o objeto da história

O termo *história*, de um modo geral, tem como significado a ciência que busca o conjunto de conhecimentos relativos à evolução da humanidade, de determinado grupo ou indivíduo, com objetivos específicos de obter o julgamento da posteridade e de preservar a sua memória através do tempo. Mas esse tempo histórico, muitas vezes, não segue os mesmos caminhos do tempo cronológico: são passos que alternam diferentemente — por escolhas subjetivas, guiados por ideologias políticas, sociais ou econômicas do historiador —, a fim de marcar as mudanças ocorridas na geografia, na cultura material, nas mentalidades etc. Assim, desde que surgiu na terra, o ser humano, mediante suas ações, vem construindo e interferindo no processo histórico, de acordo com as necessidades e as condições impostas pela natureza.

Através de elementos fósseis estudados por arqueólogos, tem-se hoje uma ideia aproximada do modo de vida do homem no período denominado como *pré-história*: instrumentos feitos de madeiras, pedras ou ossos, utilizados nas caças e no preparo dos alimentos; o uso da pele dos animais em vestimentas e abrigos; vestígios que evidenciam a descoberta do fogo e da roda. São esses materiais que fornecem indícios, inclusive, das alterações climáticas e, conseqüentemente, dos seus efeitos sobre o meio ambiente e das prováveis mudanças que ocorreram na paisagem. Além disso, as pinturas rupestres são importantes testemunhos arqueológicos que dão alguns sinais sobre a organização desse homem primitivo¹. A esse propósito afirma Sutton (2010):

¹ O termo utilizado aqui para *homem primitivo* é apenas uma questão de padronização. Segundo Claude Lévi-Strauss (1978), em *Mito e Significado*, essa denominação pode ser considerada errada, já que o que diferencia esses povos dos outros é a sua inacessibilidade à escrita, o que os discrimina. Lévi-Strauss, diferentemente de outros estudiosos citados em seu texto, afirma que esses “povos sem escrita” agem por meios intelectuais (não científicos), “totalmente dominados pela necessidade de não morrerem de fome, de se manterem num nível mínimo

Sem contar a habilidade técnica, senso artístico e maturidade demonstrados em muitas dessas pinturas, encontramos dados valiosos sobre os tipos de animais caçados assim como sobre os métodos de caça com lança, arco e flecha e sobre os diversos tipos de armadilhas. Já outras técnicas para a obtenção de alimentos, como a de arrancar raízes e a de recolher o mel, são mais raramente representadas. A pintura rupestre concorre para dar maior clareza e ampliar nossa visão da vida pré-histórica, especialmente porque algumas das atividades representadas podem ser comparadas com as práticas recentes ou atuais de povos da África oriental (SUTTON, 2010, p. 517).

Essas informações trazidas por Sutton (2010) mostram como os parcos e frágeis registros deixados nas rochas até hoje são testemunhos históricos de uma época e do avanço tecnológico responsável pelo desenvolvimento da espécie humana. Isso demonstra a tentativa de reconstrução histórica desde os primórdios, apenas pela necessidade que o homem tem de compreender e explicar a sua filogenia.

Quando os primeiros homens adquiriram a competência da linguagem convencional, desde os primitivos sinais sonoros onomatopaicos, até os sons mais articulados, combinados de maneiras diferentes em forma de sílabas, o progresso tomou uma nova dimensão, já que era a palavra, a partir de então, a responsável pela transmissão dos conhecimentos e pela perpetuação das tradições através da herança dos ouvidos. A linguagem assumia um outro tipo de poder, e o homem passava a exercitar a sua memória através das tradições orais transmitidas de geração a geração.

Apesar de essa tradição há algum tempo ter sido, muitas vezes, colocada e, de modo errôneo, como o lugar do imemorial devido a sua fragilidade mnemônica², foi dessa forma e através das sociedades primitivas que surgiram as explicações míticas em torno da realidade. Aliás, as pinturas rupestres pré-históricas já indicavam o caminho para essa origem mítica por meio das imagens representadas nas rochas e nas paredes das cavernas, nas quais o homem registrava suas crenças e seus medos. O mito era utilizado pelos povos primitivos para explicar os fenômenos sobrenaturais existentes, fazendo parte dos gêneros representativos da oralidade, a fim de justificar a história sagrada e marcar a veracidade dos acontecimentos narrados. Por esse motivo, é possível salientar que a história oral é dotada da mesma força que qualquer outro tipo de história, já que todas elas estão relacionadas ao testemunho humano, como sugere Hampaté Bâ (2010):

de subsistência, em condições materiais muito duras” (LÉVI-STRAUSS, 1978, p. 19). Eles são, portanto, “movidos por uma necessidade ou um desejo de compreender o mundo que os envolve, a sua natureza e a sociedade em que vivem [...], exatamente como faz um filósofo” (LÉVI-STRAUSS, 1978, p. 19).

² A partir do momento em que os recursos tecnológicos possibilitaram a gravação dos sons, não mais se questiona a invalidade da oralidade para os registros históricos.

O que se encontra por detrás do testemunho, portanto, é o próprio valor do homem que faz o testemunho, o valor da cadeia de transmissão da qual ele faz parte, a fidedignidade das memórias individual e coletiva e o valor atribuído à verdade em uma determinada sociedade. Em suma: a ligação entre o homem e a palavra (HAMPATÉ BÂ, 2010, p. 168).

Esses testemunhos, transmitidos oralmente de uma geração para outra, passaram a fazer parte de uma memória coletiva, cujas características principais descrevem a origem e a essência de um determinado povo e têm, muitas vezes, servido aos historiadores em suas diversas formas e gêneros, tais como provérbios, lendas, fábulas, genealogias, anedotas.

Mas não foi sempre assim. Durante muito tempo, nas sociedades em que a escrita tomou o poder, a etno-história ficou longe do olhar e dos ouvidos dos historiadores. As sociedades ágrafas eram consideradas espaços sem cultura e não pertencentes à história das humanidades. Aos testemunhos obtidos através da oralidade não era dada a mesma credibilidade que era dada às fontes documentais, nomeadamente, escritas. No entanto, é válido salientar que, quando surgiu a escrita³ — desde as inscrições em pedras polidas, tabuletas de madeira até a evolução ao papiro, pergaminho e papel —, muitos textos documentados, ou colocados como palavras estagnadas em algum suporte material, tiveram sua origem na tradição oral, os quais foram passados de geração para geração através do processo de memorização. Portanto, a tradição oral foi o primeiro método utilizado pela história para reconstituir e guardar a memória dos povos “primitivos”.

Para exemplificar a importância da tradição oral nos estudos históricos e da sua identificação como objeto textual na atualidade, Le Goff (1990, p. 55) utiliza informações de outros estudiosos e cita algumas sociedades consideradas primitivas — como certos espaços da África negra —, afirmando que a incerteza de sua história tem origem na insuficiência de investigações históricas e se, há cerca de meio século para cá, algumas dessas sociedades fossem analisadas exaustivamente, provavelmente haveria hoje matérias de uma história substancial. Mas comenta que havia a Europa, cujos textos, ruínas e ligações de parentesco foram colocados na esteira de maior importância, e o resto foi relegado ao patamar de tribos

³ A escrita não-alfabética foi a primeira a surgir, inventada pelos sumérios que viviam na Mesopotâmia, por volta dos milênios IV e III a.C. Essa escrita tinha as seguintes características: era cuneiforme, ou seja, em forma de “cunha”; era analítica (escritas de palavras); e seus sinais, impressos nas tabuletas de argila eram apresentados ordinariamente sob a forma de combinações de pregos triangulares. A escrita suméria foi utilizada também por outros povos que viviam na região, os acádicos. A escrita sumero-acádica evoluiu e deixou seus registros em milhares de tabuletas com textos referentes à vida social, religiosa e econômica dos homens daquela época. Mas foi por volta do séc. VIII a. C. que os gregos introduziram no Ocidente a escrita alfabética, tomada de empréstimo aos fenícios — que criaram o alfabeto arcaico durante a segunda metade do segundo milênio a.C. Os gregos, no entanto, fizeram inúmeras modificações no alfabeto dos fenícios e, no século IV, finalmente ficou composto com vinte e quatro letras, tornando-se o ancestral de todos os alfabetos modernos (HIGOUNET, 2003, p. 29-89).

sem história pelos manuais produzidos nas universidades. Atualmente, essas sociedades entraram no campo dos historiadores, etnólogos, filólogos e sociólogos, os quais, para reconstituir a memória dos povos, utilizam toda a documentação disponível, inclusive os documentos orais. Afinal, é a partir da ideia de memória, como construção coletiva de um povo, que se busca o processo de elaboração das histórias e só devolvendo a este povo a sua própria voz que essas histórias podem ser contadas, compreendidas e escritas. Por fim, ainda que se reconheça a importância da oralidade na história das civilizações, a escrita foi por muito tempo a única forma de encerrar ou ressuscitar o pensamento humano através do tempo e do espaço. É o que, através dos registros escritos no passado, permite-nos atualmente conhecer a nós mesmos pelas ideias de nossos antepassados

Assim, a historiografia, tendo como base o seu conceito de “evolução das sociedades humanas” (LE GOFF, 1990, p. 16), pode ser considerada como uma grande aliada dos estudos linguísticos, já que as questões que envolvem os fatores externos da mudança sócio-histórica podem ser percebidas através das influências de âmbito cultural que interferem no texto no momento de sua elaboração. Essas influências atuam não somente nas questões relacionadas à língua, como também nas questões ligadas ao conteúdo do documento no que tange às ideologias que indicam a presença do sujeito-autor. Nesse caso, o texto é usado como uma via de análise do indivíduo na sociedade e de todas as mudanças que nela ocorrem. O que se quer dizer aqui é que língua e história são duas áreas que se colocam sempre unidas nos estudos sobre os feitos da humanidade. Quando se fala da história de um povo, dos movimentos e das ações dos homens, pressupõe-se falar também das suas formas e meios de comunicação. Por outro lado, falar da língua de um povo é também falar da história sociocultural desse povo.

Com isso, percebe-se que o papel da história, além de mostrar a evolução do ser humano e as suas adaptações às tecnologias, também mostra as mudanças impostas quanto às concepções acerca do mundo em que o homem vive e as mudanças por que passa a sua linguagem ao longo dos tempos, pois “a história de uma sociedade, de sua cultura, de suas mentalidades, é indissociável da história de sua língua” (MARTIN, 2003, p. 136). Por isso, muitos textos escritos no passado são recuperados pela filologia, através da crítica textual e da linguística histórica, no intuito de preservar material que servirá como testemunho documental e literário, além de possibilitar a observação dos estados de determinadas línguas em diferentes épocas passadas (ou diferentes sincronias) e da evolução de determinados fenômenos linguísticos, associados a fatores históricos e socioculturais, na tentativa de interpretar as mudanças ocorridas no passado e as variações existentes em um momento contemporâneo.

Em *Caminhos da linguística histórica: ouvir o inaudível*, Mattos e Silva (2008, p. 8-10) coloca em questão qual o papel da linguística histórica. Após algumas reflexões, apresenta o já conhecido diagrama, no qual admite duas grandes vertentes nesse campo da linguística: a linguística histórica *lato sensu* e a linguística histórica *stricto sensu*. A filologia, por ser a “ciência do texto”, base dos dados da linguística histórica” (MATTOS E SILVA, 2008, p. 10), relaciona-se com essas duas vertentes, estando mais diretamente relacionada à linguística histórica em seu sentido estrito, uma vez que esta se preocupa com as mudanças que ocorrem na língua ao longo do tempo, a partir de dados obtidos através de textos escritos no passado e trazidos ao presente pela mão e pelo olhar do filólogo.

É claro que não é intenção aqui considerar que linguística e filologia sejam termos sinônimos. Afirmação como essa era bastante utilizada no passado, “quando os linguistas também eram etnógrafos, historiadores, folcloristas e arqueólogos e não tinham problemas de identidade disciplinar” (CASTRO, 1995, p. 512). Embora ainda se acredite até hoje na associação de sentidos entre as duas disciplinas, é válido e importante ressaltar que “a filologia utiliza a linguística para estudar os textos e a linguística usa os textos para descrever a língua” (TELLES, 2003, 21), o que evidencia a importância da interdisciplinaridade entre os dois campos para os estudos da linguagem.

Assim, para o trabalho da linguística histórica, utilizam-se aqui os métodos científicos da filologia, no que diz respeito a pensar o texto em seu contexto de produção, isto é, entendê-lo não só pelo visível gráfico e material, como também considerando o que lhe é exterior, responsável pelos seus sentidos. Observa-se, pelo que aponta Petrucci (2003 [2002], p. 8), que isso é possível a partir de uma análise do texto, considerando as seguintes questões: o “que”, ou em que consiste o conteúdo escrito; o “quando”, ou em que época se delinearão as palavras que lhe fizeram registro; o “onde”, ou em que lugar surgiu a obra; o “como”, ou as técnicas utilizadas para a escrita; o “quem”, ou o sujeito responsável pela escrita, a qual ambiente sociocultural ele pertence, quais as características de seu tempo histórico; o “para que”, ou quais as intenções que provocaram a realização do texto. A partir dessa proposta, conclui-se que o filólogo investiga o documento, explorando-o exaustivamente, na tentativa primaz de recuperar o texto escrito no passado, juntamente com seu contexto de produção.

Isso posto, vale salientar que, para este trabalho, o texto que será analisado é a *História de Portugal*, escrita pelo humanista Fernão de Oliveira, provavelmente, por volta de 1581-1582. Anteriormente, sob orientação da Prof^a Rosa Virgínia Mattos e Silva, esse documento foi editado para a dissertação de Mestrado (SANTOS, 2006), a partir de um *fac-símile* do manuscrito, doado em 2003 por Nadja Andrade — professora aposentada do Instituto

de Letras da Universidade Federal da Bahia — ao grupo de pesquisa Programa para a História da Língua Portuguesa (PROHPOR). Carente de algumas revisões no campo da filologia, o trabalho, então, prossegue para fins de doutoramento, com a análise de fatores extralinguísticos e o levantamento dos topônimos no intuito de compreender o movimento dos sentidos construídos a partir desse tipo de onomástica na *História de Portugal*.

Para os estudos linguísticos, esse texto, além de possibilitar o resgate de alguns aspectos indiciais da língua portuguesa usada em um determinado tempo e espaço, tais como grafia, sintaxe, morfologia e léxico, pode também servir como análise do sujeito-autor, tanto pelo seu processo de criação — já que muitos rastros de emendas e correções foram deixadas pelo caminho, ao longo do texto —, como pelo discurso ideológico do autor através dos seus objetos simbólicos e do lugar marcado pelo sujeito que lê e escreve o mundo, num determinado tempo e espaço. Afinal, como afirma Bakhtin [Voloshinov] (2004 [1929], p. 46), a história da humanidade está amplamente ligada à língua no sentido de que “a palavra [...] reflete sutilmente as mais imperceptíveis alterações da existência social” e “o ser, refletido no signo, não apenas nele se reflete, mas também se refrata”, determinado pelo confronto de interesses sociais. Assim, todos esses aspectos linguísticos podem ser tratados no campo da história do homem e da sua língua. Vale salientar que não se pretende (nem se poderia) analisar todas essas questões linguísticas mencionadas anteriormente. Os estudos aqui estão ligados à história da língua portuguesa e ao sujeito protagonista da linguagem, marcados pelo contexto social e ideológico de um determinado período da história de Portugal, tendo como base de estudo um texto escrito por Fernão de Oliveira dentro do gênero da historiografia.

Expostos os elementos que constituem esta pesquisa, apresentam-se a seguir a composição do texto, que, além das *Considerações Iniciais*, em que se apresenta o tema a ser abordado, com um esboço geral do assunto e, mais especificamente, fazendo uma breve análise do desenvolvimento da linguagem na história dos feitos humanos e de como essas duas disciplinas — língua e história — caminham juntas no campo das teorias científicas e na construção das ideologias nos diferentes contextos espaciais e temporais, o trabalho segue, totalizando 6 seções.

Na seção 2, *O contexto da História de Portugal de Fernão de Oliveira*, busca-se apresentar o autor e os motivos que o levaram a escrever a narrativa, a partir da situação sociopolítica que se apresentava em Portugal após o desaparecimento do rei D. Sebastião. Nesse sentido, por se tratar de um texto historiográfico, tem-se um panorama das primeiras crônicas escritas na Península Ibérica, com a finalidade de perceber as influências das teorias historiográficas da época para a escrita de Fernão de Oliveira naquele momento em que os feitos

históricos e os registros literários tinham uma configuração de grande importância, já que eram defendidos e usados como elementos panfletários no intuito de glorificar a nação e colocá-la na primazia em torno de uma superioridade cultural, principalmente em relação a Leão e Castela.

A seção 3, intitulada *O discurso retórico na historiografia portuguesa*, apresenta a necessidade e a importância da arte retórica como elemento de persuasão nas narrativas históricas de Fernão Lopes a Fernão de Oliveira, com objetivos de evidenciar o engrandecimento da nação portuguesa em períodos de grandes mudanças políticas e sociais em Portugal. Nesta seção, tem-se ainda um breve percurso da história do sistema retórico no mundo ocidental e das características necessárias para a composição do discurso.

Na seção 4, em que se apresenta o texto da *História de Portugal de Fernão de Oliveira*, descrevem-se as características do documento, trazendo informações sobre as particularidades do manuscrito — tendo o *fac-símile* que fora doado ao PROHPOR pela Prof^a Nadja Andrade, o qual serviu, inicialmente, de base para a edição — e os critérios que a nortearam, além da *Edição semidiplomática da História de Portugal*, cujas normas de transcrição procuram atender a um público especializado no que tange ao estudo das características linguísticas da época em que o texto foi escrito, mas que também não acarrete impossibilidade de leitura àqueles envolvidos em outras disciplinas ou em outras curiosidades de antiquários.

Na seção 5, sobre *Procedimento teórico-metodológico para análise dos topônimos na História de Portugal de Fernão de Oliveira*, pretende-se mostrar como a onomástica pode também contribuir para a produção de sentidos do texto, a partir da argumentação retórica que o autor utiliza em suas interpretações etimológicas. Nesse caso, a partir do levantamento dos topônimos portugueses registrados na *História de Portugal*, de Fernão de Oliveira, e — com base nesse léxico onomástico — pretende-se analisar o seu discurso em torno da defesa das terras portuguesas perante as outras nações. Para isso, é imprescindível a adoção das seguintes orientações teóricas: teoria da enunciação, sob abordagem de Benveniste (2005; 2006), Bakhtin (2003) e Bakhtin [Voloshinov] (2004 [1929]), que colocam o sujeito no centro da reflexão linguística; procura-se também entender o processo da escrita historiográfica, tendo como parâmetro as regras da retórica clássica, aos moldes do pensamento de Aristóteles (2005 [séc. IV a.C.]) e da Retórica a Herênio, do séc. I a.C., mas amplamente utilizada durante a Idade Média; para o método de análise toponímica, a pesquisa apoia-se no modelo taxonômico de Dick (1990; 1992; 1998; 2007). Nesse caso, é importante conhecer como eram as divisões administrativas política e eclesiástica de Portugal no século XVI, momento da escrita da *História de Portugal*. Seguem nesta mesma seção a classificação dos topônimos do território

de Portugal encontrados no texto de Fernão de Oliveira acompanhados da análise descritiva e análise da construção do discurso retórico.

Nas *Considerações finais* (seção 6), procura-se fazer uma síntese dos resultados alcançados quanto à análise dos fatores linguísticos relativos ao texto, influenciado por elementos socioculturais e políticos, e de como Oliveira constrói o seu discurso para chegar ao seu propósito de colocar Portugal superior às outras localidades da Espanha.

2 O CONTEXTO DA *HISTÓRIA DE PORTUGAL* DE FERNÃO DE OLIVEIRA

Todo homem é fruto de seu tempo e seu tempo é também aquilo que lhe foi legado por seus antecessores.

(NORDIN, 2011, p. 111).

2.1 A escrita e o autor em seu tempo e espaço

Há poucos registros dos rastros deixados por Fernão de Oliveira (ou Fernando Oliveira)⁴ em sua vida. O que se sabe a respeito de sua biografia é amparada pela reunião de documentos constituídos por processos inquisitoriais, cartas, alistamentos e outras informações de sua época, muitas vezes marcadas por imprecisões e espaços temporais duvidosos. A compilação desses documentos foi resultado do trabalho de Henrique Lopes de Mendonça, que publicou, em 1898, o livro *O Padre Fernando Oliveira e a sua Obra Nautica. Memoria comprehendendo um estudo biographico sobre o afamado grammatico e nautographo e a primeira reprodução typographica do seu tratado inedito “Livro da Fabrica das Naos” apresentada à segunda classe da Academia Real das Sciencias pelo socio correspondente Henrique Lopes de Mendonça*. Em nota, a respeito da importância desse trabalho de Mendonça para o conhecimento da biografia de Fernão de Oliveira, Franco (2000) dá o seguinte depoimento:

Esta [...] obra constitui a mais profunda e desenvolvida biografia geral que veio a lume sobre Fernando Oliveira, donde bebem todas as outras resenhas e acrescentos. Embora siga critérios diversos daqueles seguidos pela comunidade hodierna, não deixa de ser um estudo rigoroso que se tornou clássico, sendo uma referência incontornável para o estudo deste humanista (FRANCO, 2000, p. 26).

Nesse caso, sem beber diretamente dessa fonte, mas utilizando autores que dela fizeram uso, registra-se que, das poucas informações encontradas referentes à vida de Oliveira, como base diretamente consultadas, além de Franco (2000) acima mencionado, buscou-se também os testemunhos de Buescu (1975, 1978 e 1983), Domingues (1994) e dos vários autores reunidos em Morais (2009). Por meio deles, sabe-se que Fernão de Oliveira foi um padre humanista português do século XVI, nasceu provavelmente em 1507, em Gestosa, uma pequena

⁴ Alguns estudiosos preferem utilizar a variação antroponímica de Fernão de Oliveira. De acordo com José Pedro Machado (1984, p. 634), essa alternância deve-se a um fenômeno histórico para o nome “Fernando”, que sofria apócope, resultante da posição fraca da última sílaba, quando seguida por vocábulo iniciado por consoante.

localidade da Freguesia do Couto do Mosteiro, Província da Beira, conforme afirmação de Gaspar (2009, p. 34), que se baseou no próprio registro feito por Oliveira no texto da *Ars Nautica*, escrito em latim e levado a conhecimento apenas em 1960. Nesse documento, o humanista ainda atesta que Aveiro foi o local onde seus pais o geraram, mas que “soltou os primeiros vagidos na Gestosa” e foi batizado na Igreja de Santa Columba com o nome de Fernando Oliveira. Sobre a possibilidade de sua origem aveirense, Gaspar (2009) esclarece o seguinte:

Ao afirmar em 1547, perante o Tribunal, que era natural de Aveiro mas que fora batizado no Couto do Mosteiro, o depoente teria sido levado a isso por um dos dois seguintes motivos, ou conjuntamente por ambos: ou porque, segundo um certo entendimento comum na época, considerasse como terra natal a dos pais e antepassados, mesmo nascendo noutra qualquer por razão de viagem, estadia casual ou trabalho fortuito; ou porque, com a precisão dos conceitos de um humanista, quisesse dizer que Aveiro seria, com verdade, a sua terra natal, pois, para ele, *genuere* (gerar) ou *genus* (geração) — fundamento pelo qual uma nova pessoa se inseria numa determinada *gens* (família consanguínea ou estirpe natural) — significava a sua conceição, o mesmo é dizer, o princípio da sua vida (GASPAR, 2009, p. 34).

Em Aveiro, no convento dominicano de Nossa Senhora da Misericórdia, talvez tenha iniciado os estudos durante a adolescência — mais precisamente por volta dos nove anos —, mas por volta de seus treze anos, entrou como noviço no Convento dos Dominicanos em Évora, onde deu início aos seus conhecimentos da cultura humanista e dos estudos teológicos, sendo nessa época discípulo de André de Resende em lições de Gramática.

Porém, em 1532, abandonou o convento, refugiando-se na Espanha, onde teria iniciado os contatos com humanistas espanhóis, em especial António de Nebrija⁵. Quatro anos depois (1536), tendo regressado a Portugal, dedicou-se a lecionar jovens fidalgos e, neste mesmo ano, publicou a primeira gramática da língua portuguesa. Em 1545, com o nome de Capitão Martinho, Oliveira ofereceu-se como piloto de uma nau francesa, sob o comando de *Saint-Blancard*, demonstrando também a sua experiência como homem do mar. Aportando em Londres, passou a frequentar a corte de Henrique VIII, chegando a partilhar de suas ideias religiosas e, talvez por isso, sendo denunciado e preso pelo Tribunal da Inquisição, em Lisboa,

⁵ Élio António de Nebrija (1444-1522) foi um humanista espanhol e autor da primeira gramática na Península Ibérica, a *Grammatica de la Lengua Castellana*, publicada em 1492. Fernão de Oliveira, durante sua permanência em terras espanholas, teria sido influenciado por Nebrija no que se refere à característica de “curiosidade universal” do espanhol, segundo afirma Gaspar (2009, p. 37), e de seus conhecimentos sobre o método filológico e as discussões em torno da língua, muito fortemente acirradas na Itália do séc. XV, onde Nebrija viveu por alguns anos. Por esse contato, pode-se dizer que a primeira gramática castelhana foi certamente a mola propulsora responsável pela descrição da língua portuguesa, nascida das mãos de Fernão de Oliveira.

no ano de 1547. Sobre esse fato, de acordo com Domingues (1994, p. 815), Oliveira recusou-se “a condenar o monarca inglês, então em ruptura com a Santa Sé, alegando ter sido seu criado e comido do seu pão”. Além do mais, Gaspar (2009, p. 40) ainda afirma que:

[Fernão de Oliveira] havia sido acusado de ter proferido afirmações consideradas heterodoxas no ponto de vista da fé cristã, de ter elogiado certos aspectos da política anti-católica de Henrique VIII e de escandalizar com o traje e espada de piloto, em nada condizente com a qualidade de sacerdote, que aliás nunca renegou (GASPAR, 2009, p. 40).

Após três anos na prisão, Fernão de Oliveira foi transferido para o Mosteiro de Belém e um ano depois conseguiu liberdade condicional. Em 1552, esse homem aventureiro partiu para o Norte da África, embarcando como capelão de uma pequena armada portuguesa que tinha o objetivo de auxiliar o rei destronado de Velez, em Marrocos, a recuperar o seu trono. No entanto essa expedição encontrou alguns transtornos que resultaram novamente na prisão de Oliveira, junto com os mais de duzentos homens portugueses que compunham a tripulação. Mas, escolhidos por esses prisioneiros, Fernão de Oliveira e um certo Gaspar Fernandes Tassallo foram libertados a fim de conduzirem as negociações para o resgate dos cativos.

Em 1554, Fernão de Oliveira foi denunciado como cismático por D. Antônio da Cunha, um falso amigo, recebendo, por isso, ordem de prisão. Entretanto, durante alguns meses foi nomeado revisor tipográfico na Universidade de Coimbra, local onde também lecionou retórica. Após ser preso novamente de 1555 a 1557, as informações biográficas desse humanista tornam-se mais incertas. Domingues (1994, p. 815) chega a afirmar que, “se não há confusão com um qualquer homónimo”, em 1565, Oliveira estava no Convento de Palmela e recebia uma tença anual — renda destinada à manutenção de membros da comunidade religiosa — no valor de 20.000 réis, concedida por D. Sebastião.

De acordo com Gaspar (2009, p. 46), ainda em 1567, o comerciante italiano Francesco d’Albarno convidou Fernão de Oliveira para ocupar lugar de destaque numa viagem marítima francesa, servindo como piloto, o que seria, por isso, muito bem remunerado, tendo em vista os seus já conhecidos serviços prestados como técnico naval à corte francesa em outras ocasiões. No entanto, ao saber desse convite, o embaixador da Espanha em Lisboa, D. Hernandez Carrillo, convence o humanista a seguir para a Espanha. Mas, ainda conforme o testemunho de Gaspar (2009, p. 46), Oliveira teria “retardado a partida por indisposição, por necessidades particulares ou por falta de autorização superior para sair de Portugal”. Até onde se sabe, não se conhece mais notícias a respeito desse episódio.

Por volta de 1570, os dados biográficos de Fernão de Oliveira passam a se tornar cada vez mais vagos e imprecisos. Não há registros, até então conhecidos, que possam esclarecer o momento exato, as circunstâncias e o local de sua morte. Na introdução à edição de 1975 da primeira gramática portuguesa, escrita por Fernão de Oliveira, Maria Leonor Buescu (1975, p. 49) afirma que a morte de Oliveira ocorreu por volta de 1580 ou 1581, enquanto Domingues (1994, p. 815) levanta a possibilidade de que, em 1585, ele ainda estivesse vivo. Depois disso, Gaspar (2009, p. 46) recua essa data para 1582, uma vez que este é o ano da redação final de suas últimas obras. Esses fragmentos e dúvidas relacionados à vida do humanista suscitam motivos para questionamentos ou hipóteses sem nenhum valor empírico, por parte de alguns estudiosos, quanto à identificação da pessoa Fernão de Oliveira. A exemplo disso, Franco (2000) diz o seguinte:

Com efeito, a longevidade da sua existência (viveu cerca de 78 anos) numa época em que a esperança de vida era muito baixa, os interstícios, os hiatos e a dificuldade de perceber as coerências destes entre os diferentes planos e situações de sua vida, por vezes aparentemente tão inconciliáveis e contraditórios (v.g. ter sido preso pela Inquisição, depois libertado e logo nomeado pelo rei como censor de livros em Coimbra; ser aprisionado pelos ingleses, enquanto estava ao serviço dos franceses e logo a seguir aparecer como protegido de Henrique VIII na corte inglesa, etc.) colocam a questão irresoluta da unidade da sua vida: estaremos perante a mesma pessoa? Ou não será mais fácil inclinarmo-nos para a hipótese de se tratar de dois indivíduos com nomes semelhantes, tanto mais que, por vezes, aparece nomeado Fernão de Oliveira e, outras vezes, Fernando Oliveira? (FRANCO, 2000, p. 28).

Para isso, poderia se lançar aqui, como uma explicação, a possibilidade de influência do contexto social da época em que Oliveira viveu: sabe-se que o século XVI foi marcado por um conjunto de mudanças em todos os ramos da sociedade, o que afetou parte dos homens daquele tempo e espaço, dando origem a uma nova mentalidade e formas de ver e significar o mundo.

Como se sabe ainda e tendo como base as leituras em Marques (1985), grande parte dessas mudanças ocorreu durante o longo reinado de D. João III (1521-1557), considerado um rei de visões curtas, isolado às influências externas e entregue ao fanatismo religioso que o levou a juntar-se aos defensores de uma rigorosa política de Contra-Reforma e levantar as bandeiras da Inquisição em Portugal, a qual condenava e jogava à fogueira aqueles considerados culpados por crime de apostasias declaradas, heresias e cismas ou qualquer outro desvio da fé cristã. Mas, em compensação, dentro do cenário intelectual, o Humanismo e o Renascimento tomaram impulso nesse período e cresceram em Portugal, em grande parte, resultantes das grandes expedições marítimas iniciadas no final do século XV.

Ao atravessar fronteiras geográficas, irrompendo os mares e desafiando os seus mistérios, o homem desenvolveu o ideal do conhecimento e passou a considerar-se universal, deixando que nada escapasse à sua curiosidade. Foi a partir dessa autoconsciência humanista e dentro do movimento cultural do Renascimento que os pensadores da época buscaram respostas no intuito de orientar e explicar os conflitos vividos pela sociedade daquele tempo, nos aspectos religioso, político, histórico, econômico ou social. Logo, vivendo nesse contexto, foi essa inquietação mental e a curiosidade científica que imprimiram em Oliveira a capacidade de ser plural e de demarcar seu território “como erudito humanista que visava uma maior profundidade e universalidade do conhecimento” (FRANCO, 2000, p. 137).

Em consequência dessa erudição, Fernão de Oliveira foi filólogo, pedagogo, gramático, cientista, geógrafo, cartógrafo, historiador, responsável por amplo conjunto de obra escrita, que surpreende não só pela diversificação dos temas, mas também pela profundidade do conhecimento em relação aos assuntos abordados. Desse conjunto, destacam-se as seguintes produções, até então, registradas como de sua autoria: *Gramática da Linguagem Portuguesa*, de 1536; *Arte da Guerra no Mar*, de 1554-1555; *Ars Nautica*, escrita em latim e dado a conhecimento em 1960; *Livro da Fábrica das Naus*, de 1580, editado por Henrique Lopes de Mendonça; *De re rustica, de Columella*; *Livro da antiguidade, nobreza, liberdade e imunidade do reino portugues*, que parece ter sido escrito antes de 1581. De cunho historiográfico, nesse mesmo período, Oliveira também escreveu a primeira história de Portugal, com esse título, o que pode ter sido seu último trabalho, deixando-o inconcluso. Segundo Franco, “esta inconclusão deve-se a razões que desconhecemos totalmente em termos rigorosos. Embora se possa aventar a hipótese de ter falecido no processo de redacção, como apostam alguns estudiosos” (FRANCO, 2000, p. 33).

Fernão de Oliveira, um dos mais proeminentes cidadãos de sua época, empreendeu-se na escrita desse material, de cunho histórico-nacionalista que, integrado no contexto da crise sucessória do reino português, teve como finalidades iniciais provar a perenidade do reino de Portugal em relação às outras nações cristãs, além de documentar o valor e a história primaz do seu povo, visto que em seu texto, Oliveira considera Portugal como um reino protegido por Deus e o mais antigo da Europa, fundado por mandado divino numa antiguidade que o autor faz remontar a Tubal, neto de Noé e filho de Japeto, conforme as narrações retiradas da Bíblia, que a historiografia medieval deixou registradas. Na *História de Portugal*, o primeiro rei português, Afonso Henriques, é apontado como o legítimo sucessor de Tubal. Este como o “fundador” do reino, e aquele como o “restaurador”. Ambos, objetos da vontade divina.

Para entender os processos de escrita, argumentos, ideologias, metodologias e levantamentos históricos utilizados por Fernão de Oliveira para a construção do texto da *História de Portugal*, é necessário imergirmo-nos no contexto da época. Recuemos, então, ao ano de 1521, momento em que D. João III, aos 19 anos de idade, herda o trono português, em consequência da morte de seu pai, o rei D. Manuel I.

A situação econômica do reino, nesta época, é uma das mais favoráveis em Portugal, e D. João III, considerado um príncipe complacente e elogiado por humanistas, foi se tornando “um governante fanático e curto de vista, inteiramente nas mãos da Companhia de Jesus [...], reduzindo despesas e subsídios, fechando escolas e geralmente isolando-se, e ao País, de influências externas” (MARQUES, 1985, p. 370). Isso explica, em grande parte, as mudanças que começaram a ocorrer no reino português, o que deixou difícil o cenário econômico e militar a partir da década de 1540.

Além disso, razões de caráter pessoal podem ter influenciado a crise política no reinado de D. João III. Entre 1530 e 1540, morreram cinco dos seus irmãos e irmãs e, do seu casamento com D. Catarina — irmã mais nova de Carlos I da Espanha — nasceram nove filhos, mas todos morreram antes de atingir os 19 anos de idade. Os que viveram por mais tempo se casaram com descendentes da família real castelhana de então: D. Maria casou-se com Filipe II em 1543, mas faleceu em 1545, aos 18 anos de idade; o infante D. João casou-se com D. Joana, irmã de Filipe II, em 1552, mas faleceu em 1554, poucas semanas antes do nascimento de seu filho, o “desejado” D. Sebastião, que passaria a ser o único sobrevivente legítimo do rei D. João III e única esperança de sucessão ao trono português⁶.

Quando D. João III morreu, seu neto e herdeiro do trono, D. Sebastião, estava no terceiro ano de vida. Por isso, foram necessárias regências provisórias de alguns membros da família até que o rei-menino completasse idade suficiente para governar Portugal, o que aconteceu em seus 14 anos de idade. Mas D. Sebastião, de acordo com Marques, “importava-se pouco com o ofício de governação, perdido antes em sonhos de conquista e de expansão da Fé” (MARQUES, 1984, p. 150-151).

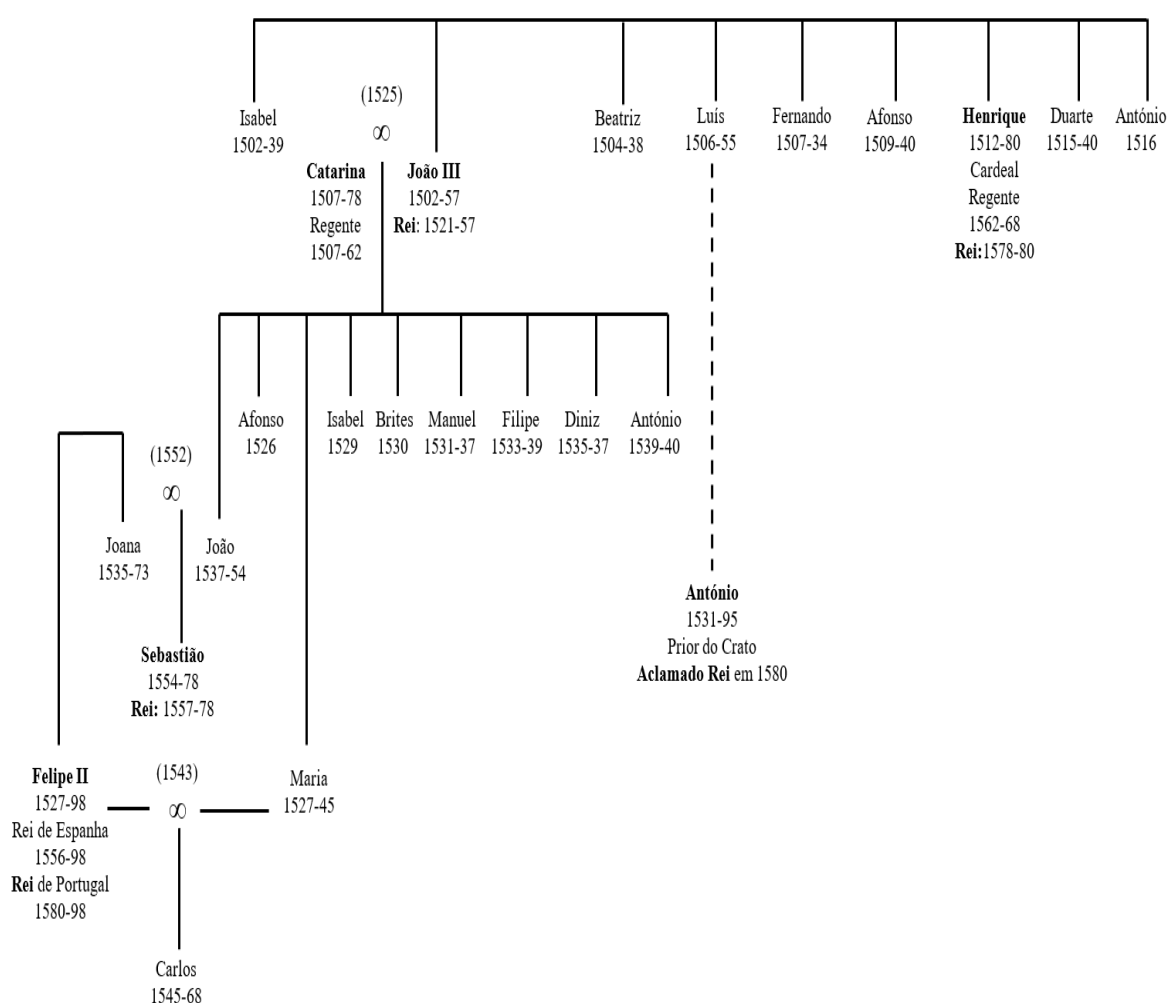
Em 1574, o jovem monarca visitou Marrocos pela primeira vez e, de regresso a Portugal, preparou nova expedição, determinado a travar uma campanha militar contra os mouros no Norte da África. Apesar dos conselhos e pedidos de alguns prelados e familiares,

⁶ Por ser a última esperança de sucessão portuguesa ao trono, o nascimento de D. Sebastião foi marcado por muitas preces e rogos. Alguns portugueses da época afirmavam que o desejado D. Sebastião não foi só um rei nascido e gerado do ventre da mãe, mas também nascido e gerado do merecimento de muitas lágrimas, orações e sacrifícios oferecidos pelo povo ao divino (MAGALHÃES, 1993b, p. 541).

que consideravam dispensável e imprudente essa missão, em 1578, D. Sebastião aprontou às pressas um exército invasor consideravelmente fraco e em aparente estado de indisciplina e desorganização. A tropa seguiu para o Norte da África, desembarcando em Arzila. Próximo à cidade de Alcácer-Quibir, as forças portuguesas foram completamente derrotadas pelo exército adversário naquela que foi considerada a batalha mais desastrosa de toda história de Portugal. Por conseguinte, D. Sebastião morreu em combate, juntamente com cerca de 7000 homens da nata da aristocracia e do exército do país (MARQUES, 1984, p. 151-2). Dá-se início, então, à crise sucessória no reino português que levaria ao fim da Dinastia de Avis.

Para facilitar o entendimento da sucessão dinástica nesse período, observe-se o quadro genealógico abaixo, representando a organização familiar no período monárquico de D. João III.

Figura 1 - Quadro genealógico da Dinastia de Avis



Fonte: Reprodução parcial do quadro genealógico da “Dinastia de Avis-Beja” (MARQUES, 1985, p. 367)

Com o desaparecimento de D. Sebastião em Alcácer-Quibir, Portugal ainda ficou sob o comando de um irmão de D. João III, o cardeal D. Henrique, já velho e sem nenhum herdeiro. Mesmo com a existência de um provável filho bastardo do infante D. Luís, também irmão de D. João III, o candidato mais forte a subir ao trono seria D. Filipe II, rei da Espanha, por ter sido casado com Maria, filha do português D. João III. De fato, em abril de 1581, esse rei espanhol entrou em território lusitano e foi solenemente jurado rei de Portugal com o título de D. Filipe I, conforme afirma Marques (1984, p. 156).

É, provavelmente, após o contexto da crise de sucessão dinástica, e por causa disso, que Fernão de Oliveira escreve a história de Portugal, com necessidades de estabelecer o lugar de Portugal e do seu povo na importância da história em relação aos outros reinos. Com efeito, sendo esta obra escrita no momento histórico em que estava inserida, ou seja, no momento em que D. Filipe II, um rei espanhol, assume a coroa portuguesa, Oliveira age como mobilizador da esperança de um povo, conclamando-os a exigir para o trono um rei nascido na terra, portanto, disposto a defender os ideais pátrios por amor à nação que o identifica.

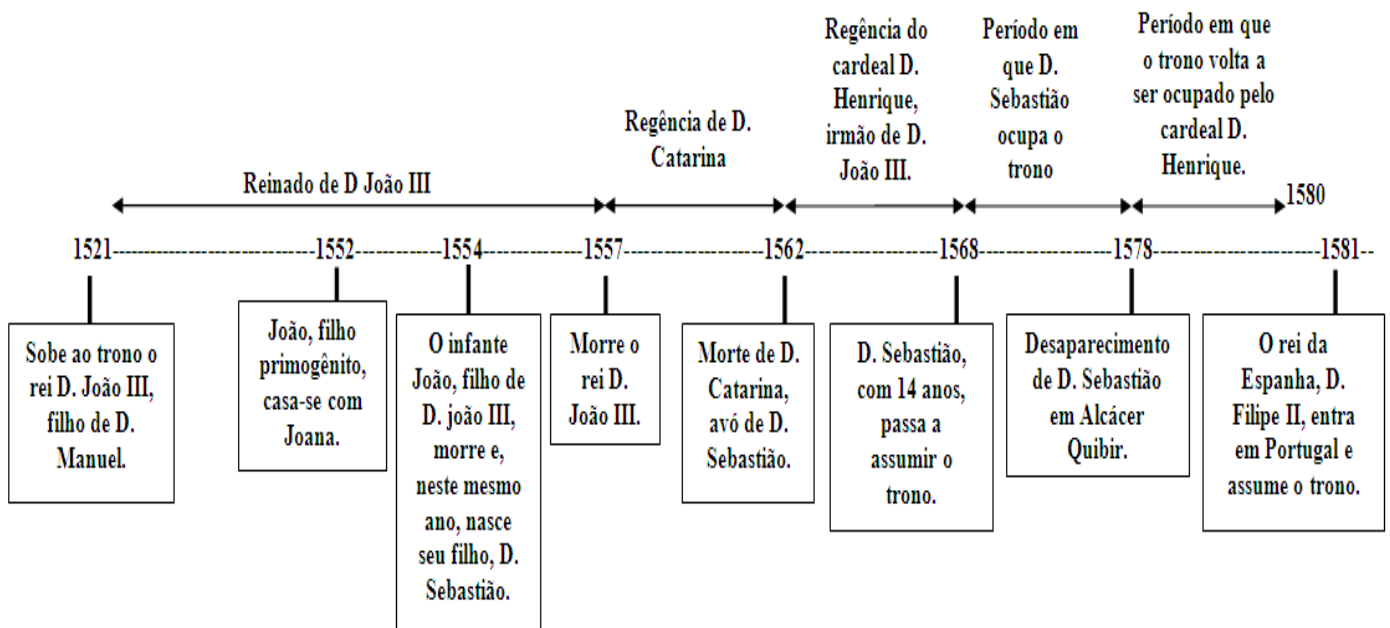
Antes de tudo, é necessário ressaltar que, nesse momento, o conceito de nação é indissociável do conceito de língua, fazendo parte, portanto, de uma mesma identidade, conforme Pagotto (2009, p. 136), ou seja, no sentido de algo que é construído ou que remonta aos primeiros habitantes. Mas, cabe aqui destacar também a contribuição de Franco (2009), para o qual a obra de Oliveira sinaliza o momento de transição do que ele chama de um “reinismo português” para a consciência de nação, marcada pela valorização da língua, da exaltação do passado glorioso, da sacralização do rei e do reino. Franco (2009) defende que a obra de Fernão de Oliveira seja caracterizada como nacionalizante em razão de dois aspectos: o princípio da unidade política nacional e o estado de espírito que pode causar cólera pela sua violação ou causar satisfação pela sua realização. Assim sendo, passa-se a palavra a Franco (2009, p. 555):

Neste aspecto, que atinge níveis de exacerbamento ímpares para a época de Oliveira, podemos vislumbrar um sentimento nacional exaltado *avant la lettre*, provocado pela ameaça da sucessão da monarquia portuguesa pela via filipina. Não obstante esta exaltação polêmica contra os inimigos de Portugal, quer ideológicos, quer políticos, a ideia de nação interliga-se intrinsecamente com a ideia de pátria. Embora o autor não ensaie qualquer reflexão conceptualizante acerca destas noções, depreendemos, quer através da sua apologia do reino de Portugal e pela valorização do amor ao reino e à república, quer da sua defesa apaixonada da sucessão dinástica através da aclamação de um rei natural, ao lado da sua xenofobia radical em relação a tudo o que é estrangeiro, a afirmação de uma ideia de nação intimamente ligada à noção etimológica de *natio*. Esta noção exprime a ideia de comunidade ou de grupo de origem e terra de nascimento. Donde emerge a ideia de povo, de gente nascida no mesmo território circunscrito, que pela língua, pela cultura e pelas crenças comuns

forma a pátria original e originária que está na base da configuração da ideia de nação. Povo e nação, articulado por uma condição política comum (FRANCO, 2009, p. 555).

Na linha do tempo construída abaixo, podem ser observados, de forma resumida, os fatos históricos acima expostos, pertinentes ao contexto que conduz Fernão de Oliveira a escrever a *História de Portugal* e a se empenhar, numa atitude político-ideológica, com o reforço da ideia da primazia de Portugal em relação à Espanha a partir de acontecimentos que se deram, não por acaso, mas por vontade divina, a qual se manifesta em grandes momentos cruciais da sua história.

Figura 2 - Linha do tempo: de D. João III à crise sucessória do reino português



Fontes: Marques (1984; 1985)

Para seu projeto de persuasão, no processo formador de ideias, Fernão de Oliveira sabia da necessidade de gerenciar muito bem as palavras em favor de suas intenções naquele momento. Essa consciência — utilizada por quem fala/escreve — está na origem dos sentidos daquilo que se quer dizer, a fim de manipular o pensamento e as ações do outro. Como exemplo, nesse caso, um dos projetos do autor, para a escrita de seu texto, foi a utilização (proposital ou não) dos mitos religiosos em favor da historiografia, a fim de atingir a mentalidade de uma

sociedade marcada pelo comportamento medieval⁷. Com isso, Oliveira ainda seguia um método utilizado por alguns historiadores daquele período, que produziam suas narrativas tendo Deus como moderador dos fatos. Destarte, o Divino surgia como o condutor das ações humanas, determinando o trajeto da história, e o homem era apenas um instrumento da Sua vontade. Nota-se que esse pensamento estava amplamente relacionado às ideias religiosas e ao desejo de salvação cristã, no que pode ser chamado de teofania, como sugere Franco Júnior (2006):

Podemos [...] falar em teofonia ou “manifestação de Deus”, desde que pensemos nessa divindade abarcando tudo. Na sua onipotência e presciência, Deus está presente nos mais diferentes eventos locais, mesmo naqueles que os puristas não associam normalmente a Ele. Nas batalhas medievais, Deus, ou algum representante seu (anjo, santo), sempre participa e define o resultado (FRANCO JÚNIOR, 2006, p. 140).

Essa característica historiográfica foi amplamente influenciada pela teoria cristã de Santo Agostinho (2003 [séc. V], v. 1), com uma de suas obras mais representativas, *A cidade de Deus*, escrita no séc. V, na qual o autor faz uma apologia do Cristianismo e uma hermenêutica da história à luz da fé cristã, como pode ser observado no seguinte fragmento:

A causa da grandeza do Império romano não é fortuita, nem fatal, segundo o parecer ou opinião dos que dizem ser fortuito o que não tem causa ou, se a tem, não procede de alguma ordem racional, e fatal o que sucede por necessidade de certa ordem, à margem da vontade de Deus e dos homens. Sem dúvida, a divina Providência constitui os reinos humanos. Se alguém o atribui à fatalidade precisamente, porque dá esse nome à vontade de Deus ou a seu poder, pode conservar essa opinião [...]. Mas os que opinam que os astros, sem vontade de Deus determinam nossas ações, os bens que teremos ou os males que padeceremos, devem ser rechaçados dos ouvidos de todos, não apenas dos ouvidos daqueles que professam a religião verdadeira, mas também dos daqueles que querem ser adoradores de quaisquer deuses, embora falsos (AGOSTINHO, 2003 [séc. V], v. 1, p. 190).

Santo Agostinho (354-430 d.C.) ainda foi responsável pela obra *De doctrina christiana*, a qual, segundo Maleval (2010), surgiu como um tratado sobre a prédica clerical, no qual defende a doutrina do amor, honestidade e honradez do orador, capacidade de memorização do ouvinte, tendo como base as provas consideradas incontestáveis, uma vez que são registradas nas Escrituras Sagradas.

⁷ Sabe-se que o conceito de Idade Média utilizado aqui representa a etapa da história ocidental da humanidade tradicionalmente compreendida pelo período entre os séculos IV e XV. Jacques Le Goff (1994), no entanto, rejeita essa cronologia e propõe o que ele chama de “uma longa Idade Média”, “cujas estruturas fundamentais evoluem muito lentamente — do século III até meados do século XIX. Só então a revolução industrial, a dominação da Europa, o verdadeiro crescimento da democracia (que na cidade antiga tivera uma muito restrita prefiguração) deram origem a um mundo verdadeiramente novo a despeito da continuidade de certas heranças e da permanência de certas tradições” (LE GOFF, 1994, p. 22).

Mas, a época do Humanismo traz uma nova visão dos fatos e uma mudança na mentalidade — como dito anteriormente — em todos os ramos da sociedade, já que agora as atitudes estavam centradas no próprio homem, em oposição às ideias teocêntricas do período anterior. Nesse momento, há uma necessidade da laicização da cultura e isso vai acontecer, em Portugal, desde a primeira metade do século XV, de forma acentuada no ensino — quando as escolas sofreram influências humanistas, indiretamente trazidas da França, dos Países Baixos, da Inglaterra e da Espanha (MARQUES, 1985, p. 333-4) — e, de forma lenta e gradual, no campo literário, iniciando com a história, o primeiro gênero a florescer no Humanismo português, com os registros narrativos de Fernão Lopes, como atesta Marques (1985, p. 340).

No entanto, é só a partir de meados do século XVI que os autores portugueses, na forte reação contra as formas consideradas medievais e influenciados pela intensidade dos contatos internacionais, marcaram em suas obras literárias o novo estilo de humanização da cultura, o que fez ampliar as correntes de pensamento do mundo moderno e, conseqüentemente, do novo olhar sobre o poder divino na vida do homem.

Se esse caráter laicizante era a marca da cultura humanista e, sendo Fernão de Oliveira uma das grandes figuras representantes desse movimento em Portugal, como se poderia explicar a incorporação do mundo bíblico em sua narrativa, buscando o mito da fundação a partir das mãos divinas com o aportamento em terras portuguesas de Tubal, neto de Noé, após o dilúvio? Seria uma influência de sua formação eclesiástica? Seria um modo de convencer o povo, seu principal interlocutor, ainda marcado pelo pensamento medieval, a lutar por um reino de origem cristã? Seria a mentalidade dualista do homem daquele período de transição, imaginado pelo humanismo, cujo comportamento trazia a ambivalência da visão teocêntrica da Idade Média e o antropocentrismo do caráter renascentista? Ou seria uma maneira de enquadrar Portugal na genealogia primogênita perante as outras nações?

Na tentativa de encontrar respostas para essas questões, duas necessidades são colocadas como formas de analisar os critérios utilizados por Oliveira em seu texto: (i) compreender a linguagem empregada nas narrativas históricas de sua época em obediência aos métodos historiográficos dos primeiros textos escritos em língua portuguesa; (ii) pensar os estilos linguísticos usados na historiografia humanista em Portugal, representada por dois importantes historiadores desse período, levando em conta o contexto sociopolítico e as regras teóricas desse gênero textual. É o que veremos a seguir.

2.1.1 Aspectos dos primeiros textos historiográficos em língua portuguesa

A passagem do século XVIII para o século XIX ficou conhecida como o momento das grandes discussões em torno da história, por influência do Romantismo alemão, que nutria interesse e simpatia pelas civilizações e literaturas do passado. Segundo Collingwood (1981, p. 146), “os românticos tendiam a olhar para o passado como tal com uma admiração e uma simpatia semelhantes às que os humanistas sentiam pela antiguidade greco-romana” e, nesse exame dos fatos pretéritos, os historiadores se preocupavam em caracterizar e explicar o espírito de cada povo. Surge, então, a necessidade de transformar a história em ciência, com pretensões de atingir um grau de exatidão científica semelhante à física e à química, a partir da “elaboração de métodos de trabalho análogos e efetivos, que estabelecessem leis e verdades de alcance universal” (BORGES, 2005, p. 33).

Mas, tradicionalmente, o saber ocidental considera que a história — como um campo de investigação das ações humanas — nasceu durante a Antiguidade grega, especificamente, com Heródoto e Tucídides, e é dessa tradição que muitas vezes a historiografia busca refletir sobre o modo de pesquisa quanto à escolha das fontes documentais e dos dizeres autorizados pelas ideologias dominantes. Vale lembrar que foi também na Antiguidade que, no mundo ocidental, surgiram as primeiras reflexões sobre os problemas fundamentais da linguagem. Essa associação é bastante significativa no contexto dos estudos da Linguística Histórica pelo fato de podermos considerar que língua e história andam juntas, tanto em relação ao seu desenvolvimento como disciplinas científicas, quanto em relação às transformações por que passaram essas duas áreas, relacionadas às mudanças dos métodos de convivência do homem em meio às lutas de classe e à dominação política. É nesse sentido que Diagne (2010, p. 247) traz sua contribuição, ao afirmar que a língua é o suporte da narrativa e da obra histórica, estabelecendo a seguinte relação:

Evidentemente, a linguística e a história têm cada uma o seu domínio, seu objeto próprio e seus métodos. Não obstante, as duas ciências interagem, pelo menos em dois aspectos. Primeiramente, a língua como sistema e instrumento de comunicação é um fenômeno histórico. Ela tem a sua própria história. Em segundo lugar, como alicerce do pensamento e, portanto, do passado e do conhecimento deste, ela é o lugar e a fonte privilegiada do documento histórico. [...] Graças aos fatos de pensamento, aos elementos conceptuais utilizados numa língua e aos textos orais e escritos, ela permite que se leia a história dos homens e de suas civilizações (DIAGNE, 2010, p. 247-8).

Em Portugal, os primeiros documentos escritos diretamente em língua nacional — até então comprovados e conhecidos pela crítica histórica — surgiram no início do século XIII

(CASTRO, 1991, p. 183). Esses documentos, de caráter notarial, conferem atualmente grande importância para o estudo da história da língua. Não por acaso, logo depois disso, no final desse mesmo século, foram produzidos os primeiros textos em prosa narrativa na língua portuguesa, com os registros de dois *Livros de linhagens*, também chamados de *Nobiliários*, os quais consistiam em listas de nomes que formavam árvores genealógicas das nobres famílias, no intuito de esclarecer graus de parentescos em “caso de herança ou de casamento em pecado”, segundo Haüy (2008, p. 44). Outros dois *Livros de linhagens* datam do século XIV, compilados por ordem de D. Pedro, conde de Barcelos⁸, os quais, considerados de grande interesse histórico e linguístico⁹, trazem a tentativa da história novelesca desde Adão e Eva até o movimento da Reconquista, fazendo assim “a inserção das genealogias portuguesas num contexto universal e peninsular” (MATTOSO, 1993, p. 420).

Elaborada também pelo conde D. Pedro de Barcelos, na mesma época, como tentativa de uma história geral da península, a *Crónica Geral de Espanha de 1344*, também conhecida como *Segunda Crónica Geral de Espanha*, é uma refundição da *Primeira Crónica Geral de Espanha*, escrita por D. Afonso X, rei de Leão e Castela, que viveu entre 1221 e 1284 e ocupou o trono desde 1252. Seguindo a ideia de narrar os fatos da história ibérica, desde as origens até o século XII, com destaque para o passado dos reinos cristãos durante a Reconquista, o rei Afonso X, o Sábio, compôs a *Crónica* utilizando fontes documentais com conteúdos cristãos, pagãos, muçulmanos e judaicos, além de fontes escritas em prosa e em verso. Dessas últimas, algumas tinham como característica “a matéria dos poemas épicos de tema histórico ainda então cantados pelos jograis que os iam dando a conhecer, de terra em terra” (CINTRA, 1964, p. 10).

A *Primeira Crónica Geral da Espanha* é considerada como uma obra de grande prestígio dentro da historiografia ibérica porque foi utilizada como modelo inicial de reprodução para muitas outras escritas naquele período. No entanto, dentro da escola historiográfica peninsular, vale ressaltar a influência das obras anteriores escritas em língua latina, como o *De Rebus Hispaniae*, do historiador espanhol D. Rodrigo de Toledo, que, segundo Franco (2000, p. 157), foi considerada uma das mais importantes fontes da historiografia medieval e, por isso, muito citada pelo rei castelhano em sua obra.

⁸ D. Pedro Afonso (Conde de Barcelos ou ainda D. Pedro de Barcelos) viveu entre 1285(?) e 1354. Filho do rei D. Dinis e de D. Grácia.

⁹ A importância da obra deve ser colocada mais a nível linguístico e literário do que propriamente histórico, já que, em grandes dimensões, encontram-se nos textos as lendas, as façanhas cavaleirescas, as fantasias misturadas à realidade “porque tudo é história para os compiladores medievais” (LORENZO, 1993, p. 191).

No entanto, a narrativa afonsina ganhou popularidade em Portugal graças à *Crónica* do conde D. Pedro, que, no modelo da cronística castelhana, seguia o ideal da história ibérica exaltando o passado dos reinos cristãos, mas distinta em alguns aspectos, já que, em sua *Crónica*, o conde de Barcelos elege a primazia dos portugueses quanto à construção da história peninsular, numa versão contrária à tese afonsina, a partir do registro da linhagem universal, seguida por partes da *Crónica do Mouro Rasis*¹⁰, pela genealogia dos reis visigodos, por menções ao importante episódio da vitória dos cristãos castelhanos e portugueses na Batalha do Salado durante a Reconquista e, tendo também como fonte, a *IV Crónica Breve de Santa Cruz*. Sobre essa refundição da *Crónica*, Cintra (1964) diz que o conde D. Pedro

ampliou substancialmente a secção portuguesa da sua história, pela incorporação, como modificações e acrescentamentos, de toda ou quase toda a *Crónica* de que é um fragmento [...] a *IV Crónica Breve de Santa Cruz* onde se encontra narrada uma lenda épica de assunto português — a lenda de Afonso Henriques. Assim passou o primeiro rei de Portugal a figurar no texto cronístico junto e a par dos grandes heróis épicos de Castela e de Leão (CINTRA, 1964, p. 11).

Nota-se que, apesar de Fernão de Oliveira ter dado preferência à versão primeira da *Crónica Geral de Espanha*, escrita pelo rei castelhano Afonso X — por razões que serão tratadas na próxima seção deste trabalho —, não se pode deixar de mencionar sobre a importância do conde D. Pedro de Barcelos para a historiografia portuguesa. A sua versão portuguesa da *Crónica* — não obstante o fato de oferecer eventos históricos recheados de fantasias, personagens lendários e episódios sobrenaturais — segue o mesmo modelo linhagístico da história universal. De acordo com Franco (2000, p. 157), essa era uma preocupação da historiografia daquele período, no sentido de construir o imaginário coletivo do mito e do prestígio das origens nacionais, representadas pelas linhagens das dinastias reais e das famílias nobres dentro da história universal da humanidade.

Deve-se notar que a construção historiográfica desse período estava diretamente relacionada com o alvorecer de novas fronteiras geográficas e linguísticas na Europa, no sentido de fixação e organização das esferas de poder no que tange à autonomia dos reinos, à língua nacional e às políticas da igreja cristã. De acordo com Le Goff (1990, p. 67), as genealogias e

¹⁰ A *Crónica do Mouro Rasis* — que descreve a geografia ibérica, a história dos últimos reis godos, a invasão muçulmana e os governos do espaço al-Andalus — foi escrita pelo historiador cordovês Ahmad al-Rāzī, no século X, e traduzida para o português pelo clérigo Gil Peres, por ordem do rei D. Dinis. Durante a tradução para o português, Gil Peres, embora tenha sido fiel às informações factuais, introduziu alguns elementos novelescos, alterando a narrativa original (AMADO, 1993, p. 188-189).

as crônicas reais foram gêneros marcantes da mentalidade histórica ligados a certos interesses sociais e políticos na Idade Média.

As genealogias tinham o objetivo de fixar a origem das dinastias e linhagens, com a ideia primeira de estabelecer a conexão do passado — fincado em suas raízes bíblicas — com as monarquias e os condados do presente, a fim de os legitimar. Segundo Aurell (2016), essa literatura genealógica das nobres famílias medievais, apesar de estar amparada num contexto eclesiástico, era muito mais política do que religiosa.

Na França, durante os séculos XI e XII, tem-se uma abundante literatura genealógica por conta dos interesses de grandes e pequenos senhores. Assim, as dinastias reinantes, no intuito de marcar e consolidar o prestígio e autoridade, elaboram genealogias imaginárias, ancoradas por heróis ficcionais e mitológicos. Da mesma forma, os importantes espaços urbanos, constituídos como organizações políticas, a fim de exaltar seu prestígio, valorizar a sua antiguidade e a glória dos seus fundadores, eram favorecidos com a proteção do sagrado nas narrativas históricas.

Essa estratégia utilizada nas narrativas históricas foi adotada também em outros gêneros da escrita, por diferentes reinos da Europa, como suporte a serviço da ideologia e da propaganda política. Muitos relatos da oralidade, encontrados nos meios populares, foram colocados também nos registros gráficos da historiografia nacional, provavelmente, como formas de marcar o poder de uso da escrita e legitimar o Estado dentro dos grupos socialmente privilegiados. A exemplo disso, Verger (1999) afirma que:

Na França como em outros lugares, todos os tipos de elementos tradicionais, retomados fundamentalmente da antiga cultura cavaleiresca, lhe foram também integrados, ao mesmo tempo que as crenças mais populares, religiosas ou morais, históricas ou míticas, adequadas para suscitar a adesão afetiva das populações para a ideia nacional e para a dinastia que ela encarnava (VERGER, 1999, p. 172).

Esses testemunhos fornecem, nesta seção, uma visão das raízes historiográficas na Península Ibérica, que, em resumo, exaltam o passado da Reconquista, elevando a força da fé e da obediência dos cristãos, além de colocar em evidência as ações dos cavaleiros pertencentes a famílias nobres, dentro de um conjunto de interesses que conferem panfletagem política, ideológica e linguística para uma Portugal em tempos de fundação e, portanto, com necessidades de legitimar o seu prestígio perante os outros reinos.

3 O DISCURSO RETÓRICO NA HISTORIOGRAFIA PORTUGUESA

Cada época e cada grupo social têm seu repertório de formas de discurso na comunicação sócio-ideológica.

(BAKHTIN [VOLOSHINOV], 2004 [1929], p. 43).

3.1 De Fernão Lopes a Fernão de Oliveira

Dos fins do século XIV à primeira metade do século XV, Portugal passou por uma grande crise provocada pela pandemia de peste bubônica, o que causou mudanças nos setores econômicos, sociais, políticos, religiosos e culturais nas cidades e nos campos. Ao lado disso, havia também o conflito provocado por intrigas de sucessão monárquica durante o reinado de D. Fernando I (1367-1383). Essas intrigas, causadas pela falta de um herdeiro masculino, abriram espaço para a revolução de 1383-85, que colocou no trono o Mestre de Avis, D. João I, dando início a uma nova dinastia no reino português (MARQUES, 1985).

Em consequência dessa crise, Portugal viveu um momento negativo quanto à produção literária, tanto na prosa quanto na poesia. Sobre esse declínio cultural, Marques (1985) diz o seguinte:

O grande florescimento da época dos trovadores murchou para não reviver. Mesmo admitindo que muito se perdeu na voragem dos séculos, ou que muito se desconhece por ora, crê-se fora de dúvida um declínio importante na poesia nacional. O mesmo se diga das obras de prosa. Depois de um período relativamente áureo, que se desvaneceu nos começos da centúria de Trezentos, o número de manuscritos originais diminuiu. Mesmo cópias de obras estrangeiras, coetâneas ou passadas, tão abundantes até então, foram rareando (MARQUES, 1985, p. 203).

Mas, durante a passagem do século XV para o XVI, surgiram algumas mudanças de origens independentes que foram significativas para redesenhar o cenário cultural do reino e criar uma abertura para o movimento renascentista, já ativo em outras partes da Europa. Segundo Mendes (1993, p. 375), dois fatores de destaque podem ser colocados como de grande importância nesse contexto: o Classicismo e a expansão marítima.

O Classicismo, que tem como significado o retorno às formas literárias e artísticas da antiguidade clássica — grega e romana —, caracterizou o movimento cultural na Europa, denominado de Renascimento. Esse movimento, em seu aspecto filosófico, influenciou uma mudança nas mentalidades por ter colocado o homem no centro e na origem da explicação de

todos os fatos. Na Renascença, o homem tem um lugar no mundo, e a sua consciência é o de sujeito agente, que pode modificar e recriar o universo. Dentro desse movimento, na vertente literária, o Humanismo foi o termo usado pelos próprios intelectuais no intuito de reclamar uma arte mais requintada, inspirados na Antiguidade, que apresentava exemplos perfeitos de beleza e valor do homem.

Os séculos XV e XVI foram momentos promissores para Portugal também no campo econômico em função dos resultados das viagens de descobrimento realizadas ainda no início do século XV, durante o governo de D. João I, quando o infante D. Henrique modernizou a tecnologia naval para o desenvolvimento do comércio português e, a partir de Sagres, local de reunião de sábios e mestres da embarcação náutica, realizou importantes avanços na arte de navegar, o que colocou Portugal na posição pioneira da expansão ultramarina, conquistando progressivamente toda a costa africana. Os lucros obtidos com a exploração das novas terras fizeram de Lisboa um importante centro econômico da Europa no limiar do século XVI, contribuindo de maneira intensa para o desenvolvimento cultural do país. Logo, pode-se dizer que a dinastia de Avis abriu espaço para o progresso que chegaria em Portugal nos tempos futuros, como atesta Marques (1985): “As cortes de D. João I e de D. Duarte preparam o ambiente requintado de épocas mais tardias, em que a influência combinada do despique feudal e da protecção régia à cultura produziram as condições favoráveis dos finais do século XV e começos do XVI” (MARQUES, 1985, p. 340).

Portugal começou a colher os louros dessas conquistas em meados do século XV, com a troca de ouro por pequenos produtos cobiçados e necessitados pelos africanos. Marques (1985, p. 276) afirma que não se sabe quanto desse precioso metal chegou à Europa nesses tempos, mas pelas alterações positivas que se registraram na moeda nacional, há indicativos de que o ouro desempenhou um importante papel na economia de Portugal. Outros produtos de menor valor, mas que resultaram em bons lucros no comércio português, incluíam malagueta, algodão, marfim, papagaios, peixes e o óleo de peixe e de baleia. No entanto, a fonte considerada mais importante para o crescimento econômico de Portugal revelou-se com o tráfico de africanos escravizados, por ser, juntamente com o açúcar, um dos mais rendosos para o país, atraindo numerosos mercadores de toda a Europa, sobretudo da Itália.

Esse intenso contato dos portugueses com os italianos foi responsável pela renovação cultural que se deu em Portugal naquele período. Isso porque já havia na Itália um grupo muito fecundo de artistas preocupados em estudar obras e autores da cultura clássica, com a finalidade de, por um lado, imitar suas formas literárias e artísticas e, por outro lado, descobrir e apropriar dos conteúdos e dos valores humanos transmitidos por seus modelos

(NOGARE, 1985, p. 56). Essa renascença cultural — como mencionado acima — se espalhou por outros países da Europa e chegou diretamente a Portugal, graças aos contatos no campo econômico, influenciando membros da família real e jovens aristocratas da sociedade portuguesa.

De acordo com Marques (1985, p. 332-3), a Itália foi, no século XV, o país mais frequentado por portugueses, atraídos pelo prestígio das universidades italianas e dos seus mestres. Nesse período, muitos professores italianos — com boas condições de acolhida e bons pagamentos — partiam para Portugal, a fim de ensinar os jovens da nobreza e o próprio rei. Além desses contatos diretos com a cultura italiana, havia ainda as influências indiretas, vindas de países como França, Espanha e Inglaterra, locais onde circulava um grande número de estudantes portugueses. Esse intercâmbio internacional alterou a cena cultural portuguesa, e novas correntes de pensamento, baseadas nos ideais humanistas, marcaram o avanço dos tempos. Sem querer aqui considerar aquela velha concepção de ruptura radical entre Idade Média e Renascimento — ideia já ultrapassada no campo da historiografia —, é conveniente observar essas transformações que aconteceram na Europa no século XV, sobretudo em Portugal, dentro do que se pode chamar de processo histórico de continuidade, reforçado pelas posições e alterações sociais e políticas daquele período. Destarte, os ares do progresso cultural chegavam a Portugal de forma muito lenta, em consequência da “situação periférica do País adentro do complexo histórico-cultural do Ocidente europeu” (MENDES, 1999, p. 375).

Foi em meio a esse cenário de incipientes renovações que surgiu a importante figura de Fernão Lopes para a historiografia e para os registros da Língua Portuguesa daquela época. Em 1418, durante o reinado de D. João I, encontrava-se Fernão Lopes como guarda-mor da Torre do Tombo, cumprindo a função de “chefe do arquivo público do Reino, a quem competia passar certidões de documentos régios” (SARAIVA, 1998, p. 43). Apesar de seu importante cargo na administração pública, existem evidências de que Lopes não chegou a frequentar a universidade e, por conta de sua provável origem plebeia, teria — de acordo com Nordin (2011, p. 148) — “quem lhe custeasse os estudos elementares”, o que lhe deu competência mínima das letras para o cargo de nomeação régia, como afirma Saraiva (1998, p. 43).

No entanto, a sua posição privilegiada como guardador das escrituras do reino dava-lhe acesso a muitas informações através de leituras de autores e documentos antigos. Com isso, Fernão Lopes adquiriu característica de “homem de grande cultura [...], provável leitor de Aristóteles, Cícero, Ovídio, Petrarca, Sêneca, Beda, Eusébio de Cesaréia e Santo Agostinho”, segundo informações de Nordin (2011, p. 148). Por causa dessa erudição e de certa reputação que adquiriu na corte de Avis, o arquivista passou também a exercer a função de cronista do

reino, em 1434, a pedido de D. Duarte, com objetivos de escrever os feitos dos reis de Portugal, ficando nesse cargo até 1450. Aposentou-se da função de guarda-mor da Torre do Tombo em 1454. Faleceu em 1458. De sua autoria, comprovadamente, são registradas as seguintes crônicas¹¹: a *Crónica de D. Pedro I*, a *Crônica de D. Fernando* e dois volumes da *Crónica de D. João I* (SARAIVA, 1998, p. 43).

O estilo empregado em suas crônicas, com o uso de testemunhos documentais e certa objetividade na versão dos fatos — diferente das crônicas universais e peninsulares anteriormente escritas — coloca atualmente Fernão Lopes no topo da historiografia lusitana e o marca como um precursor do Humanismo em Portugal. As diversas fontes utilizadas em seus textos tinham o propósito de registrar a sua preocupação com a “verdade”, que era amiúde proclamada no intuito de patrocinar o seu discurso histórico. A esse respeito, Saraiva (1998) diz o seguinte:

Admite [...] o cronista que pode ser enganado pela ignorância das velhas escrituras e dos autores utilizados [...]. Enuncia a seguir algumas de suas fontes: grandes volumes de livros de diversas linguagens e terras e públicas escrituras de muitos cartórios e outros lugares. Revestindo-se de uma autoridade de magistrado da verdade, declara que, sendo achado em outros livros o contrário do que sua crónica fala, cuide o leitor que esses livros estão errados e que os seus autores falaram de coisas que não sabiam [...]. De notar é o tom de autoridade com que o cronista declara a verdade do seu livro, que lembra muito as fórmulas dos tabeliães. Certificar a verdade do passado, como um tabelião certificava a verdade de um contrato ou de qualquer acontecimento, tal parece ser a missão de que se diz incumbido (SARAIVA, 1998, p. 46).

Assim, além de combinar “o inevitável louvor aos vencedores com um relato franco dos acontecimentos e dos seres humanos, o que o tornou espantosamente ‘moderno’ e científico” (MARQUES, 1985, p. 341), Fernão Lopes surpreende ainda por misturar o literário e o histórico na escrita de suas obras, talvez por influência das novelas de cavalaria de sua época e, por isso, López-Arias (1993, p. 12), reforçado por outros autores, o “compara a un novelista debido a su creación de una estructura dramática resultante precisamente de la intrusión artística que compagina com la complejidad de los acontecimientos que narra”¹². Outras características presentes em sua narrativa também vão colocar esse historiador na esteira dos autores humanistas em Portugal. Em suas crônicas, os levantes populares e a chamada “arraia

¹¹ Existem questionamentos a respeito da autoria de Fernão Lopes para a *Crónica de Portugal de 1419*, também conhecida como *Crónica de cinco reis* (NORDIN, 2011, p. 9).

¹² Tradução livre: “compara a um novelista devido a sua criação de estrutura dramática resultante precisamente da introdução artística combinada com a complexidade dos acontecimentos narrados”.

miúda” ganharam espaço nos escritos e passaram também a ser responsáveis pelo devir histórico (MOISÉS, 1984, p. 42).

Vale lembrar que o contexto de produção das crônicas de Fernão Lopes marca o período de transição para uma nova dinastia em Portugal, justamente no momento de grande disputa político-cultural entre os reinos da Europa. Por ordem do monarca D. Duarte, cabe a Fernão Lopes o registro dos feitos dos reis de Portugal até o reinado do Mestre de Avis, como forma de valorização da memória e da história.

Sendo assim, na consciência de legitimar as ações da realeza em suas crônicas, Fernão Lopes trouxe o homem — na figura do rei — para o centro da narrativa e foi essa concepção regiocêntrica da história que o colocou no papel de vanguarda dentro da literatura portuguesa. Esse processo de humanização da cultura que surge em Portugal na primeira metade do século XV, mais precisamente a partir do gênero da historiografia, foi um forte indício das transformações em curso nesse período. Segundo Moisés (1984, p. 40), o resto da Europa já experimentava o nascimento do mundo moderno, na medida em que se preocupava com o homem, como indivíduo e como coletividade. No entanto, ainda com base em Moisés (1984, p. 40), vale notar que “a concepção teocêntrica de vida, isto é, tendo Deus como escala de valores, [continuava] vigente, mas já [começavam] a despontar atitudes contraditórias diretamente centradas no homem”, o qual não negava a imagem e a presença do divino, mas se colocava como participante das ações e responsável por elas. É importante observar aí também a presença dos elementos da retórica, disciplina que remonta ao período da Antiguidade greco-latina e que vai ocupar um lugar especial dentro do Humanismo.

Porém, antes de falar do discurso retórico utilizado na historiografia, é importante lembrar que, em meados do século XVI, o humanismo português já havia tomado força e, por conta disso, provocou algumas reformas no ensino e no crescimento da produção literária. Segundo Marques (1985, p. 335), muitas escolas foram fundadas nessa época, seguindo métodos atualizados de organização e de instrução, com base nos modelos franceses ou espanhóis. Na literatura, como mencionado anteriormente, o primeiro gênero a brotar em Portugal foi a historiografia, com Fernão Lopes. A ele sucederam nomes como Gomes Eanes de Zurara, Rui de Pina, João de Barros e Damião de Góis. Outros representantes do período humanista foram Gil Vicente, no teatro, Sá de Miranda e Bernardim Ribeiro, na prosa, poesia e dramaturgia. Não obstante, Marques (1985, p. 343) afirma que

um numeroso grupo de gramáticos, filólogos, juristas, poetas, teólogos, historiadores, filósofos e pedagogos, todos profundamente imbuídos dos princípios dos ideais do Humanismo, surgiu com os começos da centúria de Quinhentos, produzindo uma

complexa e fecunda obra literária. Muitos deles eram clérigos ou haviam professorado em ordem religiosa [...]. Um bom número ascendeu à cátedra na Universidade e nos colégios, ou ensinou moços nobres e burgueses (MARQUES, 1985, p. 343).

Dentro desse grupo de grandes humanistas está a ilustre figura de Fernão de Oliveira, personagem de múltiplos conhecimentos e com uma visão questionadora e vanguardista das coisas de seu tempo, como já foi aqui ressaltado em pequena parte dedicada à sua biografia. Profundo conhecedor da retórica, o pedagogo Fernão de Oliveira chegou a ser elogiado por ter trazido de volta, na Universidade de Coimbra, os ensinamentos da obra de Quintiliano, grande mestre de retórica e de filologia clássica, que viveu provavelmente entre os anos 40 e 95 da nossa era, de acordo com informações de Franco (2000, p. 153). Faz-se necessário, no entanto, entender como e por que a retórica influenciou a linguagem historiográfica tanto em Fernão Lopes, quanto em Fernão de Oliveira.

A retórica teria se originado por volta do século V a.C. como discurso da oratória, associada ao exercício de poder e de dominação política, por meio da expressão oral, ou seja, arte de bem falar, bastante necessária aos membros do estado grego. Citelli (2007, p. 9) afirma que “o exercício de poder, via palavra, era ao mesmo tempo uma ciência e uma arte, pois estavam implicados o conhecimento das técnicas persuasivas e o modo de melhor dizê-las”. Dessa forma, por conta de algumas questões sociais, na Grécia antiga, que levou à necessidade da “criação de uma arte que pudesse ser ensinada nas escolas e habilitasse os cidadãos a defenderem as suas causas e lutarem pelos seus direitos” (ALEXANDRE JÚNIOR, 2005, p. 19), a retórica transformou-se em disciplina.

O importante representante para os ensinamentos da retórica do período clássico romano, Marco Fábio Quintiliano, foi quem, ao escrever sua *Institutio Oratoria*, no século I, produziu um programa pedagógico completo no qual, não só tratou da parte técnica da retórica, como também se ocupou da metodologia, do currículo, das práticas e do desenvolvimento escolar dos discípulos, desde os seus primeiros anos até a sua formação como orador adulto. Seguindo essa metodologia de Quintiliano, o curso era iniciado com uma série de exercícios da escola gramatical, preparando os alunos para a composição de partes do discurso, com atividades de escrita, e uso das narrativas poéticas — de cunho fantasioso —, enquanto os exercícios de retórica ficavam com as narrativas históricas — mais comprometidas com a verdade (VASCONCELOS, 2002, p. 213-4). Esse compromisso com a verdade nas narrativas históricas já havia sido introduzido por Heródoto e Tucídides, no séc. V a.C., ao escrever as

*Histórias e a História da Guerra de Peloponeso*¹³ — respectivamente — e retomado por Cícero, no séc. I a.C., que, em *De Oratore*, afirma que a primeira lei da história não é dizer nada falso e, sim, ousar pela verdade (LE GOFF, 1990, p. 114).

É importante lembrar que, para Quintiliano, o discurso retórico não poderia estar dissociado da verdade e da justiça e, portanto, das virtudes morais, da grandeza espiritual e da responsabilidade cívica do orador, que seria, no caso, o homem ideal, definido por ele como um *uir bonus dicendi peritus*¹⁴.

Os conhecimentos que o orador deve adquirir por meio de uma educação oratória não devem apenas torná-lo um bom orador, mas também, e sobretudo, um homem bom [...]. Somente um homem bom, conhecedor do justo e do honesto, pode utilizar a eloquência para estes fins, e somente utilizando-a para o bem é que o orador poderá experimentar-lhe o máximo poder (VASCONCELOS, 2002, p. 207-8).

Mas, durante o período compreendido como Idade Média, houve uma fragmentação da cultura em alguns países europeus, e a igreja tornou-se o centro monopolizador do saber considerado erudito, em contraste com o saber popular, dominado por indivíduos de origem laica, conforme afirma Franco Júnior (2006). Dessa forma, a classe eclesiástica acolheu para seu uso “a língua latina literária, e é assim que a gramática, sempre a par com a retórica, se conservou no âmbito da escola cristã e, com ela, um resto da cultura enciclopédica antiga nas sete artes liberais que constituíam o *trivium* e o *quadrivium*” (BUESCU, 1975, p. 9). Vale saber que as disciplinas do *trivium*, destinadas às artes pertencentes à mente, preocupavam-se com a competência no uso da linguagem, e as do *quadrivium*, pertencentes à matéria, aplicavam-se à teoria da quantidade. Esse conjunto designado como *artes liberais*, ou seja, dignas dos homens livres — em oposição às *artes mecânicas*, próprias dos escravizados — era organizado da seguinte maneira:

Na primeira parte, ou *trivium*, estudava-se Gramática (ou seja, latim e literatura), Retórica (estilística, textos históricos) e Dialética (iniciação filosófica). Na segunda,

¹³ Vale salientar que cabe a Heródoto, conhecido como o *pai da História*, a ideia de “descoberta da verdade” empregada nas narrativas históricas, a partir dos feitos realizados pelos homens (COLLINGWOOD, 1981, p. 36). No entanto, esse historiador, por privilegiar testemunhos da memória oral em sua narrativa, muitas vezes recheados de elementos fantasiosos, “passa durante muito tempo por ‘mentiroso’”, segundo Le Goff (1990, p. 30). Na mesma época, Tucídides, ao produzir seu relato histórico, colocando-se como realmente preocupado com a verdade dos fatos a partir do rigor no tratamento das fontes — no sentido verdadeiro das provas documentais —, dá início à prática científica da história, sendo, por isso, considerado por muitos como o *verdadeiro pai da História* (MORELO, 2000, p. 14).

¹⁴ Tradução: “homem de bem, perito na arte de falar” (NEVES, 1996, p. 604).

ou *quadrivium*, passava-se para Aritmética, Geometria (que incluía a geografia), Astronomia (astrologia, física) e Música (FRANCO JÚNIOR, 2006, p. 105).

Nesse período, o principal objetivo das escolas era a preparação de futuros clérigos, os quais aprendiam a arte de pregar, ou *ars praedicandi*, com base na prédica cristã, a fim de seguir na evangelização e na exposição da doutrina, procurando atingir a todos os homens. Para isso, era necessário adotar o modelo de pregação que teria usado o próprio Jesus Cristo, o qual, conforme o texto das Escrituras, adequava os discursos aos ouvintes, com o uso constante de analogias e metáforas entre o mundo terreno e o mundo espiritual, além de parábolas para os ensinamentos dos menos instruídos. Associado a isso, as escolas catedrais e monásticas imitavam os preceitos da retórica antiga de Aristóteles, no que se refere à finalidade de persuasão, “sendo que a argumentação se apoiava no que o Filósofo chamava de prova apodítica, isto é, incontestável — já que a Bíblia é, para os cristãos, a fonte da Verdade” (MALEVAL, 2010, p. 99).

Como se pode notar, essa preocupação com a verdade veio, portanto, acompanhando a escrita da História desde os fundadores da arte histórica até o seu surgimento como ciência, isto é, como forma de investigação das ações humanas realizadas no passado, como forma de garantir o valor moral do sujeito enunciator. Assim, durante o período humanista, a palavra *verdade* estará bastante enfatizada nas obras de Fernão Lopes e de Fernão de Oliveira, com finalidades de legitimar o discurso historiográfico, o que servirá de instrumento pedagógico e valorizador do comportamento ético e moral dos indivíduos, uma vez que, como afirma Adverse (2011, p. 13), “a história interessa menos pelo conhecimento do passado e mais porque é um conjunto de exemplos de ações virtuosas; ela cumpre, portanto, função análoga à filosofia moral, a qual deve ‘libertar o homem’ explicando-lhe o que deve fazer ou deixar de fazer”.

Numa outra perspectiva, pode-se afirmar que, nesse papel filosófico-moral, o historiador observa o passado, seleciona os arquivos, organiza o texto histórico, no intuito de atingir os interlocutores e, com isso, tentar corrigir os “erros” daquele momento em que ele escreve. Por isso, as interpretações e críticas das fontes documentais, durante a escrita narrativa, serão sempre determinadas pelas experiências do tempo presente, como afirma Malerba (2006, p. 20), em sua análise sobre a teoria e história da historiografia, amparado pelas ideias de Benedetto Croce. É nesse sentido que Oliveira utiliza os conhecimentos do discurso retórico na perspectiva de uma alteração da cena em torno da crise sucessória do reinado português. Fernão de Oliveira fará, na visão de Franco (2000, p. 236), “uma espécie de História-parecer, uma

história de combate, de tomada de posição, projectada no terreno do passado, embora sempre de modo implícito, em relação ao desenrolar e ao desenlace do pleito sucessório de 1579-80, a união da coroa portuguesa à castelhana”.

De posse, então, desse conhecimento básico a respeito da retórica no discurso historiográfico, é necessário entender como e em que contexto surgiu a retórica na antiguidade clássica e quais as bases das discussões que levaram à sistematização dos estudos sobre os meios de persuasão, organizada — durante a Antiguidade — por Aristóteles e divulgada — no período medieval — através das obras *De inventione* e *Rhetorica ad Haerenium*. Esta por muito tempo atribuída a Marco Túlio Cícero (106 a.C. - 43 a.C.), mas não sem controvérsias nos dias atuais.

3.2 Os caminhos da retórica

No Ocidente, a retórica como arte (*tekhne*) consolidou-se na Sicília, mais precisamente em Siracusa, por volta de 465 a.C., resultado da reação de cidadãos gregos contra os tiranos que confiscaram suas terras. Após a queda da tirania e, com a democracia restaurada, surgiram inúmeros processos diante dos tribunais com objetivos de reclamar as propriedades outrora expropriadas. Nesses processos, a eloquência — comprovada nos textos gregos desde os grandes heróis homéricos — foi essencial para o julgamento em favor dos reclamantes. Isso atesta ainda, conforme as palavras de Garavelli (1991, p. 18), “una inclinación natural a la argumentación y a los enfrentamientos judiciales”¹⁵ por parte dos povos gregos.

A retórica já era ensinada nas escolas, mas faltava ainda um método para o uso adequado da linguagem nas práticas jurídicas. Córax e seu discípulo Tísias serão, então, os primeiros a elaborar uma sistematização da retórica com preceitos práticos para serem usados, politicamente, por pessoas em demandas judiciais, dando origem aos discursos judicial (ou forense) e político (ou deliberativo). Mas, Córax e Tísias defendiam o princípio básico da argumentação em torno não daquilo que “fosse verdade”, mas daquilo que “parecia ser verdade”, ou seja, do verossímil (*eikos*), como assegura Garavelli (1991, p. 18). Nesse caso, para defender a verossimilhança de uma tese, o orador necessita construir um texto, tendo como base a argumentação demonstrativa, ou seja, o levantamento de boas evidências e o estudo de técnicas adequadas ao discurso. Além disso, Córax se preocupou com o plano sintagmático —

¹⁵ Tradução livre: “uma inclinação natural à argumentação e aos enfrentamentos judiciais”.

ou *dispositio* — do discurso, no qual define a maneira de organizar o discurso retórico, conforme se verá adiante.

Ainda nesse tempo, fazendo oposição a essa retórica de Córax e Tísias, surgiu outro tipo de retórica, menos racional e menos rígida, cuja corrente — denominada de psicagógica — tinha suas raízes estabelecidas nos primeiros séculos do pitagorismo. A retórica psicagógica, com finalidades de estimular as emoções dos ouvintes por meio das palavras, defende o uso das figuras de linguagem (sendo a mais recorrente a figura da antítese, pertencente à teoria pitagórica dos contrários) e o uso da adaptação do estilo e dos argumentos em conformidade com o receptor (denominado de politropia). Por esse viés, portanto, a retórica psicagógica baseia-se tão somente na sedução através das palavras como forma de persuasão, como ratifica Garavelli (1991, p. 18-9):

[La retórica psicagógica] no pretendía convencer de que un argumento dado era verosímil (*eikós*) mediante una demostración técnicamente impecable, sino mediante la atracción que la palabra, sabiamente manipulada, podía ejercer sobre los espectadores. El efecto que pretendía alcanzar era la reacción emotiva, no la adhesión racional; los aspectos más caracterizadores de esta especie de magia de la palabra son el razonamiento por antítesis, relacionado con la teoría pitagórica de los contrarios, y la politropía, o capacidad de hallar tipos distintos de discurso para los diferentes tipos de auditorio (jóvenes, mujeres, magistrados, efebos...) ¹⁶ (GARAVELLI, 1991, p. 18-9)

Ultrapassado esse espaço de origem, a retórica chegou a Atenas através dos sofistas, com destaque para Górgias de Leontium (c. 485 - 380 a.C.) e Protágoras (c. 486 - 410 a.C.), que negavam a existência de um conhecimento para se chegar a uma verdade absoluta e universal. Para Górgias, isso era impossível porque o conhecimento está restrito ao plano dos sentidos e não ao plano das ideias. Dessa forma, cada sujeito vê o mundo conforme as suas vivências. Do mesmo modo, se para Protágoras, “o homem é a medida de todas as coisas, [então] as coisas são como aparecem a cada homem” (REBOUL, 2000, p. 8). Protágoras, dessa forma, acreditava na verdade relativa, ou seja, tudo depende de cada momento, do público ouvinte, da finalidade do discurso etc. Essa conveniência do discurso ou momento oportuno para a escolha de tal argumentação é denominada de *kairós*.

¹⁶ Tradução livre: “[A retórica psicagógica] não pretendia convencer de que um argumento dado era verossímil (*eikós*) mediante uma demonstração tecnicamente impecável, sim mediante a atração que a palavra, sabiamente manipulada, podia exercer sobre os espectadores. O efeito que pretendia alcançar era a reação emotiva, não a adesão racional; os aspectos mais caracterizadores desta espécie de magia da palavra são o raciocínio por antítese, relacionado com a teoria pitagórica dos contrários, e a politropia, ou capacidade de falar tipos distintos de discurso para os diferentes tipos de auditório (jovens, mulheres, magistrados, adolescentes...).”

Ainda em relação a Górgias, vale salientar que a sua grande importância consiste na inovação com o uso da linguagem estética e literária a partir da prosa, utilizando figuras de estilo, até então só aplicadas à poesia. Essa prosa poética, “prosa decorativa” ou “prosa-espetáculo”, como diria Barthes (2001, p. 11), manteve a eloquência, para fins de persuasão com elogios públicos aos grandes heróis e às cidades, o que marca a criação do discurso epidítico (ou demonstrativo) dentro da retórica. Com a prosa poética surge também a *elocutio*, o plano paradigmático do discurso.

Quanto a Protágoras, alguns autores acreditam que ele foi o responsável pela origem da técnica da contradição na retórica, denominada de antilogia, a qual seria a maior contribuição da retórica sofística, conforme afirmação de Garavelli (1991, p. 20), acrescentando que “Protágoras desarrolló com originalidad y éxito la doctrina de la antítesis como idea-fuerza de una argumentación, mostrando como um mismo argumento puede tratarse desde puntos de vista opuestos”¹⁷.

Mas essas orientações sofísticas receberam algumas críticas, principalmente por parte de Platão (c. 428 a.C. - 348 a.C.), que acreditava na incessante busca pela verdade através da dialética, considerada por este filósofo como a verdadeira retórica, repudiando, assim, a retórica dos sofistas, ou falsa retórica, porque nela estava embutida a ideia de uma manipulação da linguagem com finalidades unicamente de produzir as aparências. Para Platão, a *doxa* (opinião) não pode prevalecer sobre a *episteme* (conhecimento, ciência) e que, contrariamente às ideias de Górgias, o homem necessita adquirir a *episteme*, ou seja, conhecer o que é realmente verdadeiro, saindo do plano do sensível e ingressando no plano do inteligível. Em resumo, a busca de Platão é por uma verdade, um conhecimento universal e absoluto.

Essa verdade só seria possível, como já dito, através da dialética, uma vez que somente através do diálogo, no qual são analisados os pontos de vista opostos, pode-se chegar a uma nova consciência a respeito de determinado assunto. Vale salientar que Platão “define o dialético como quem sabe interrogar e responder, quem é capaz de provar as teses formuladas pelo interlocutor e de refutar as objeções que se opõem às suas”, conforme visto em Perelman (2004, p. 4). Dessa forma, amparado por esse método dialético, o orador pode conduzir para que a verdade, ao chegar até o ouvinte, atue sobre ele e, dessa maneira, o coloque no plano da realidade inteligível, ou plano das ideias.

¹⁷ Tradução livre: “Protágoras desenvolveu com originalidade e êxito a doutrina da antítese como ideia-força de uma argumentação, mostrando como um mesmo argumento pode ser tratado a partir de pontos de vista opostos”.

No entanto, a despeito de toda essa crítica, será a retórica dos sofistas que dará os fundamentos para a sistematização da disciplina, a partir dos estudos de Aristóteles (384 - 322 a.C.). De acordo com Ricouer (2000, p. 22), o grande mérito desse filósofo “foi elaborar esse vínculo entre o conceito retórico de persuasão e o conceito lógico do verossímil”, ou seja, Aristóteles encontrou um meio termo entre as ideias sofistas e as ideias platônicas, fazendo a correlação entre o conceito de persuasão e o conceito de verossimilhança. Aliás, logo no início do seu tratado sobre a retórica, ele afirma o seguinte: “A retórica é a outra face da dialética; pois ambas se ocupam de questões mais ou menos ligadas ao conhecimento comum e não correspondem a nenhuma ciência em particular” (ARISTÓTELES, 2005 [séc. IV a.C.], p. 89 [1354a]), mas ambas são utilizadas para produzir razões aos argumentos. Em suma, o papel específico da dialética é coletar os dados, investigá-los e — partindo do raciocínio lógico — demonstrar a verdade, enquanto a função da retórica é encontrar os meios para persuadir o ouvinte. Esse sistema aristotélico da retórica se instala entre os gregos como importante disciplina e, como toda a literatura grega, é transmitida à cultura latina.

No mundo romano, a *Rhetorica ad Haerenum* é considerado o tratado retórico mais antigo, provavelmente, dos inícios do século I a.C. Esse texto anônimo — que foi por muitos séculos atribuído a Cícero, graças à evidente semelhança com o *De Inventione*, de sua autoria — é hoje atribuído a um retor chamado Cornifício, de quem fala Quintiliano em sua *Institutio Oratoria*. Nesse caso, a *Rhetorica ad Haerenum*, texto anônimo, e o *De Inventione*, de Cícero, serão as fontes propagadoras da retórica durante todo o período medieval e influenciadoras do desenvolvimento da linguagem retórica tanto na literatura profana quanto na pregação, constituindo a arte de pregar, ou *ars praedicandi*, como já observado anteriormente.

Durante a Idade Média, a igreja absorveu a retórica — em consequência dos interesses de evangelização e exposição da doutrina cristã nas escolas monásticas — através do *trivium*. Nesse conjunto, a retórica, apesar de estar sufocada entre a gramática e a lógica, representava a arte mais adequada para os propósitos da igreja, uma vez que a própria Bíblia Sagrada fazia uso de recursos retóricos como as metáforas, antíteses, argumentações, alegorias, jogos de palavras. Maleval (2010, p. 99) explica que o próprio Jesus Cristo fez uso dessa linguagem, ao ensinar aos seus apóstolos sobre a arte de pregar, com “exemplos de adequação dos discursos aos ouvintes, utilizando-se constantemente de analogias e metáforas entre o mundo terreno e o divino, e de parábolas para alcançar os menos instruídos”.

Um dos nomes de grande representatividade para o desenvolvimento da retórica cristã no período medieval é o de Santo Agostinho, que no século V d.C. escreveu o tratado sobre a pregação, o *De doctrina christiana*, documento de grande importância para a promoção

e fixação dos dogmas do Cristianismo, no momento em que a igreja romana enfrentava sérios problemas de organização estrutural. Somando-se a isso, havia as questões de divergência entre os membros da instituição, tais como a não aceitação da retórica por parte de cristãos que condenavam o paganismo da cultura romana. Reboul (2000, p. 77) esclarece que, em virtude da necessidade de um instrumento de persuasão e de comunicação para o projeto missionário da igreja, “os cristãos logo aceitaram a escola romana e a cultura que ela veiculava. Em seguida, quando todas as estruturas administrativas do Império desmoronaram, foi a Igreja que se tornou depositária dessa cultura antiga, retórica inclusive”.

3.3 Características do sistema retórico

O sistema retórico, que surgiu na Grécia, era dividido em quatro partes, consideradas como as quatro fases utilizadas para a composição do discurso, a saber: *heurésis*, *taxis*, *lexis*, *hypokrisis*. A retórica latina, sendo herdeira da retórica helenística, toma-lhe os termos em grego e os traduz para o latim, passando esses a, respectivamente, *inventio*, *dispositio*, *elocutio* e *actio* (ou *pronuntiatio*), às quais os romanos acrescentam a *memoria*. Segundo Garavelli (1991, p. 66), as três primeiras partes do sistema retórico estão no plano de elaborações mais sistemáticas do discurso. Enquanto as duas primeiras estão vinculadas ao plano do conteúdo, atuando, nessa ordem, sobre o planejamento e organização do discurso, a terceira vincula-se ao plano da expressão.

3.3.1 *Inventio* (*heurésis*)

A *inventio* é a primeira etapa do processo e diz respeito ao momento em que o orador se empreende na busca das provas, ou seja, dos argumentos adequados e plausíveis que serão usados e construídos durante a defesa de sua tese. Afinal, para Aristóteles (2005 [séc. IV a.C.], p. 95 [1355b]), essa parte define a própria retórica, que tem “a capacidade de descobrir o que é adequado a cada caso com o fim de persuadir”, a depender do tipo de auditório, que são três: *deliberativo* ou *político*, *judicial* ou *forense* e *epidítico* ou *demonstrativo*. Esses tipos de discurso retórico foram sugeridos por Aristóteles na Antiguidade e são explicados por Alexandre Júnior (2005) da seguinte forma:

Os discursos deliberativos ou são exortações ou dissuasões e visam mostrar a vantagem ou desvantagem de uma determinada acção. Os discursos judiciais ou são acusações ou defesas sobre coisas feitas no passado e visam mostrar a justiça ou injustiça do que foi feito. Os discursos epidícticos louvam ou censuram algo, visando mostrar a virtude ou defeito de uma pessoa ou coisa (ALEXANDRE JÚNIOR, 2005, p. 38).

A necessidade de assegurar a compreensão desses três gêneros da retórica justifica-se devido à adaptação dos discursos a cada auditório específico, uma vez que, a depender da pessoa (ou do grupo) a quem se dirige, o emissor não fala (ou escreve) da mesma maneira. De acordo com Reboul (2000, p. 45) — seguindo as instruções de Aristóteles —, o discurso deliberativo é político e tem como auditório o Senado, nas assembleias, fazendo referência ao futuro, no intuito de inspirar decisões e projetos em todas as questões referentes ao Estado; o discurso judicial dirige-se ao tribunal, buscando fatos do passado, com o objetivo de os esclarecer, qualificar e fazer julgamentos e, por fim, estabelecer a defesa do injusto ou a acusação do justo; o discurso epidíctico tem como alvo o público de modo geral em atos cerimoniais de louvor ou de censura ao nobre ou ao vilão, respectivamente, determinado por questões relacionadas ao tempo presente “ainda que extraia argumentos do passado e do futuro” (REBOUL, 2000, p. 45).

Esses três tipos de discurso retórico são encontrados de forma imbricada nos textos de Fernão Lopes, como assegura Maleval (2010), e, da mesma maneira, na *História de Portugal*, em que Fernão de Oliveira enaltece as características dos heróis lusitanos desde os tempos bíblicos, além de reforçar a antiguidade, a liberdade e a imunidade do território português. Nota-se então o destaque para o discurso judicial, no sentido de lembrar o passado, “esclarecendo” os fatos. Exemplo disso é o discurso em defesa de um território lusitano pertencente apenas aos povos portugueses desde os tempos do Dilúvio de Noé. Nesse sentido, toma-se essa alegação como uma espécie de justiça a ser feita no momento em que o trono português está prestes a ser entregue a um rei espanhol.

Para a construção retórica do tema proposto por Fernão de Oliveira, e em virtude das circunstâncias, percebe-se ainda que, a *História de Portugal*, com base no discurso direcionado aos portugueses como arma de controle para as suas vontades e para as suas reivindicações, tem-se as características do discurso epidíctico, com finalidades de exaltar as qualidades, ou das cidades, ou de homens mortos em guerra, ou de seres lendários, como o

exemplo apresentado no seguinte trecho em que Oliveira elogia a figura do lendário herói lusitano Viriato¹⁸:

He notoria a historia de Viriato, e por isso me nao detenho em contar as afrontas que fez aos romanos, e perigos em q(ue) os pos: quantos capitães lhe matou, e exercitos lhe desbaratou, e os pos em termos de se perderê: e como nunca o poderão vencer per legitima guerra: mas per suborno, e treyção o fezerão matar, com receo, que tinham da sua astucia, cuydado, vigilancia, e diligencia, e com medo do seu esforço. Porem quero apontar hũa cousa que se delle escreve: por que he rara, e achase em poucos homens victoriosos: que foy modesto, e sem ambição: que nunca mudou o estillo do serviço, nẽ vestido que usava antes de ser capitão, nem comer, nem recreação de sua pessoa mudou: nem se ensoberbeceo p(e)llas muytas, e grandes victorias, que alcançou. Tudo o que nellas ganhava distribuia a seus soldados, e não tomava para si mays que o necessario para sua despesa moderada. Não guardava com avareza, nem aquiria com cobiça: por q(ue) soo p(e)lla defensão, e liberdade da sua patria pelejava (1º livro, fls. 25r-25v).

Além da exaltação ao nobre, o gênero do discurso epidítico foi utilizado por Oliveira para também reprovar aqueles que defendiam um ponto de vista contrário ao seu no que se refere à missão de colocar Portugal como o mais antigo território da Península Ibérica e imune, desde a sua antiguidade, às invasões de povos extra-peninsulares. Exemplo desse caso é o do seu contemporâneo humanista André de Resende — filólogo, poeta e conhecedor de arqueologias clássicas — que, em comentários publicados anteriormente, afirma a permanência e domínio do Império Romano no espaço português, o que é refutado por Oliveira no seguinte trecho:

Andree de resende [...], homẽ havido por muy lido, e amigo de antiguidades, e curioso de leer pedras romanas: porẽ por que tinha o entendimento duro, como as mesmas pedras, não se podia desapegar dellas: e cuidava, que em Roma se cõprendião todas as antiguidades: mas Roma não foy a mays antiga do mundo; nem o seu reyno o melhor (1º livro, fls. 12r-12v).

Ressalte-se, nesse caso, para a mescla dos gêneros deliberativo e epidítico neste trecho da *História de Portugal*, visto que Fernão de Oliveira, ao desprezar personalidades relacionadas ao espaço lusitano estaria, de forma indireta, aconselhando o público a fazer as escolhas para o bem do trono português no futuro. Maleval (2010) chama a atenção para o fato de que os gêneros do discurso podem admitir imbricações e que, em um texto, “a classificação dos gêneros é determinada muito mais pela predominância que pela exclusividade de características. E se na Antiguidade Clássica tal fato já se podia constatar, muito mais na Idade

¹⁸ De acordo com Silva Neto (1986, p. 62), Viriato foi o lendário chefe dos lusitanos que, contra os povos romanos, lutou em defesa do território da Lusitânia.

Média se acentuaria o imbricamento dos gêneros” (MALEVAL, 2010, p. 75), que serão afetados pela pregação religiosa, principalmente com o gênero epidítico, no qual as ações dos homens eram tomadas pela igreja como exemplos de louvação ou de censura.

Vale notar que, para o discurso da persuasão, ainda são necessários argumentos técnicos (também chamadas de provas artísticas) capazes de conduzir o interlocutor a acreditar naquilo que foi dito, conforme a necessidade de estímulo emocional para cada tipo de interlocutor ou auditório. Esses argumentos — próprios da arte retórica de Aristóteles e, visando atingir uma dimensão psicológica, — estão relacionados ao caráter moral do autor (*ethos*), à emoção despertada pelo autor no leitor (*pathos*) e aos argumentos usados no discurso (*logos*). Em outras palavras, pode-se dizer que o *ethos* é a imagem que o locutor constrói de si mesmo e corresponde à voz do sujeito, plenamente situado numa formação social, cuja credibilidade deve ser assentada na honra e no caráter, a fim de despertar a confiança do seu interlocutor; o *pathos* — a imagem que o locutor faz do seu interlocutor — corresponde aos sentimentos despertados neste interlocutor, com base nas suas paixões, ou seja, para persuadir o leitor e conseguir a sua adesão, é necessário comovê-lo e seduzi-lo com argumentos bem fundamentados; essa construção argumentativa é que se denomina de *logos*, o discurso propriamente dito, produzido com base nas provas, por meio de citações, das palavras cuidadosamente escolhidas ou da estrutura do gênero utilizado (REBOUL, 2000, p. 48-9). Vale salientar que esses meios da retórica foram transferidos para os estudos relacionados às teorias do discurso na linguística contemporânea, no sentido de orientar o locutor quanto aos imaginários sociais presentes na cena da enunciação. Assim sendo, pode-se dizer que a verdade do discurso não se encontra no texto propriamente, mas além de suas fronteiras.

O *ethos* é de grande importância, principalmente para o gênero deliberativo, uma vez que o orador, com seus atributos morais, adquire a credibilidade do interlocutor a fim de que seus conselhos sejam vistos como válidos e aceitos. E para isso, o orador precisa estar munido dos três elementos que constituem o caráter do *ethos* — a sabedoria, a virtude e a benevolência —, segundo Aristóteles (2005 [séc. IV a.C.]). Barthes (2001, p. 77) afirma que essas características não precisam ser expressivas, mas imaginárias, ou seja, o orador deve significar aquilo que o outro quer que ele seja. Nesse caso, o importante não é o seu caráter de fato, mas o caráter criado para os seus propósitos. É nessa perspectiva que, ao longo de seu discurso, na *História de Portugal*, Fernão de Oliveira preocupa-se com a construção do *ethos* dos heróis portugueses desde as origens da história lusitana, engrandecendo-os moralmente, ao mesmo tempo em que aponta para a ideia da solidez de um reino que pertencia somente ao seu povo.

Basta lembrar, retomando o que já foi mencionado, que a *História de Portugal* foi escrita para servir de instrumento ideológico em combate à unificação ibérica resultante da elevação de um rei espanhol ao trono português. Ora, naquele momento, poderia ser oportuno, portanto, conseguir a adesão dos portugueses apoiado nas suas paixões nacionalistas. Sendo assim, caberia ao autor construir o *ethos*, tendo como base o caráter de superioridade dos lusitanos perante as outras nações e uma Portugal com direitos territoriais próprios obtidos por graça divina desde a geração do patriarca bíblico Noé. Mas, vale acrescentar que o *ethos*, além de possuir características não reais, possui também características não autônomas porque, ao mesmo tempo em que necessita construir uma imagem de si ou de seus protagonistas para o seu interlocutor, necessita também estabelecer uma ideia do que esse interlocutor espera.

Nesse caso, tem-se o *pathos*, que é também “produtor do discurso, na medida em que determina escolhas linguísticas do enunciador. Evidentemente, essas escolhas não são necessariamente conscientes” (FIORIN, 2015, p. 74). Sendo assim, antes de produzir as emoções no interlocutor, o emissor necessita conhecer previamente as condições sócio-intelectuais do auditório ao qual se dirige e, se necessário, abdicar de suas opiniões e vestir-se de uma nova personalidade. Sobre isso, Perelman (2004, p. 71-2) afirma o seguinte:

Uma vez que visa à adesão, a argumentação retórica depende essencialmente do auditório a que se dirige, pois o que será aceito por um auditório não o será por outro; e isso concerne não só às premissas do raciocínio mas também a cada elo deste e, enfim, ao próprio juízo que será baseado no todo da argumentação [...]. Pode acontecer que o próprio orador não faça parte desse auditório. É possível, de fato, que o orador procure obter a adesão com base em premissas cuja validade ele próprio não admite. Isto não implica hipocrisia, pois o orador pode ter sido convencido por argumentos diferentes daqueles que poderão convencer as pessoas a quem se dirige (PERELMAN, 2004, p. 71-72).

O argumento do *pathos* é muito utilizado no discurso judicial, em virtude de sua característica de acusação ou de defesa. Reboul (2000, p. 49) lembra que a retórica criou uma verdadeira psicologia, a partir dos sentimentos e das paixões listadas por Aristóteles em seu segundo livro da *Arte Retórica*, no qual o filósofo explica as formas de despertar as emoções do auditório, uma vez que “os factos não se apresentam sob o mesmo prisma a quem ama e a quem odeia, nem são iguais para o homem que está indignado ou para o calmo, mas, ou são completamente diferentes ou diferem segundo critérios de grandeza” (ARISTÓTELES, 2005 [séc. IV a.C.], p. 159 [1378a]). Aristóteles descreve os métodos para preparar o auditório com referência em emoções como ira, calma, amizade e inimizade, temor e confiança, vergonha e desvergonha, amabilidade, piedade, indignação, inveja, emulação.

Em complemento ao *ethos* e ao *pathos* — que estão relacionados ao argumento de ordem afetiva —, tem-se o *logos*, de ordem racional. O *logos*, parte dialética da retórica, diz respeito à argumentação, com base em duas formas de raciocínio: a dedução e a indução. O silogismo retórico, denominado de entimema, é a forma de raciocínio dedutivo; o *exemplum* é a forma de raciocínio indutivo.

O entimema é um silogismo retórico, desenvolvido para falar às populações mais simples, sem as exigências das complexas análises do silogismo dialético. Por isso, Aristóteles (2005 [séc. IV a.C.], p. 213 [1395b]) afirma que “é esta a razão pela qual os oradores incultos são mais persuasivos do que os cultos diante das multidões”. Como é um método retórico, a característica do entimema são as premissas que visam persuadir com base na verossimilhança dos fatos. No nível da linguagem, o entimema é um silogismo truncado devido à ausência de uma das proposições, embora o raciocínio dedutivo seja realizado na mente do interlocutor. Barthes (2001, p. 61) defende que “o entimema não é um silogismo truncado por carência, degradação, mas porque é preciso deixar ao ouvinte o prazer de fazer tudo na construção do argumento: é um pouco o prazer que se tem de completar sozinho os claros de uma determinada rede (...)”.

Esse exercício retórico é visto em toda a narrativa de Fernão de Oliveira. Um exemplo é quando o dominicano busca provar as qualidades de D. Tareja, mãe de Afonso Henriques, na tentativa de apagar qualquer mácula resultante de histórias anteriores, “inventadas” por seus oponentes, a quem ele chama de “defamadores de dona Tareyja”. Nesse caso, é necessário conduzir o leitor a tirar suas próprias conclusões a respeito do caráter nobre e das virtudes de D. Tareja, como no trecho a seguir: “Foy dona Tareyja, esta de que aqui falamos, filha delrey dom Afonso o seysto Rey de Lião, e Castella, e Portugal. E foy princesa de altos respeytos, discreta, e virtuosa, e por isso [e]stimada dElrey seu pay.” (1º livro, fls. 12r-12v).

Nesse caso, pode-se observar que o entimema procura persuadir sem demonstrar porque leva o leitor ao seguinte raciocínio: as mulheres honradas são respeitadas, ou seja, “D. Tareja é mulher honrada; logo, D. Tareja é respeitada”. Isso justificaria o amor do rei Afonso VI pela sua filha — bastarda, diga-se de passagem —, além de construir provas necessárias para mostrar a nobreza do povo português.

A outra forma de raciocínio para a construção das provas é o *exemplum* — ou indução retórica. Os *exempla* podem ser de qualquer dimensão textual (uma palavra, um trecho curto, um conjunto de fatos ou a narrativa desses fatos), podendo ainda ser reais ou fictícios, contanto que sejam verossímeis. Os *exempla* são empregados na retórica no sentido de ilustrar

as ações práticas, servindo como regra geral de conduta. Usados desde a Antiguidade, em conformidade com o método aristotélico, tornou-se frequente na oratória cristã do período medieval, como um instrumento de edificação, cujo modelo divino era a figura de Jesus Cristo.

Na *História de Portugal*, como é natural na historiografia medieval, além dos personagens bíblicos e dos heróis lendários — como é o caso de Viriato, já mencionado —, Oliveira insere as figuras dos heróis do passado no intuito de justificar a historiogênese e antiguidade de Portugal, na esteira dos heróis restauradores do reino, os quais são mencionados a partir de um discurso epidítico e colocados como arquétipos de uma lusitanidade fundada por determinação divina, após o dilúvio bíblico. Em um dos trechos da *História de Portugal*, Oliveira faz referência à imagem de bom cavaleiro de Egas Moniz, aio de Afonso Henriques:

(...) e assy quis deos, que no tempo deste Rey dom Afonso anriquez ouvesse tambem em Portugal bõs cavalleyros, como elle era. Dos quaes nomearey algũs: e cõtarey seus feytos brevemête. O premeyro seja dom Egas moniz de riba do Douro: a q(ue) o conde dom Pedro no livro das linhagẽs chama honrado, e bem aventurado: e com rezão, poys criou, e ensinou tal Rey, como foy dom Afonso anriquez: pollo qual este reyno foy honrado, e teve boa ventura. E os bõs feytos de dom Afonso anriquez podem ser atribuidos em parte a este dom Egas moniz: por que despoys de deos, a sua doutrina, e conselho forão causa delles Por tanto não he necessario contar delle mays proezas: por que açaz de prol, e proveyto fez a este reyno em criar, e conselhar seu criado em quanto viveo: por que dizem, que tudo fazia dom Afonso anriquez per seu conselho (3º livro, fl. 57r_a).

Apesar de reservar todo um capítulo para apresentar os feitos desses heróis e traçar o quadro genealógico — com base nos livros de linhagens do reino —, ao longo da *História de Portugal*, seus nomes são sempre associados a palavras e frases de exaltação, tais como “bõs portugueses”, “honrado”, “bem aventurado”, “cavalleyros estremados, que bem se podem chamar illustres” etc. Além de Egas Moniz, alguns outros heróis de destaque, usados como *exempla*, são Gonçalo Mendes da Maia, Alboazar Ramires, Soeiro Mendes da Maia. A respeito desse assunto, Le Goff (1990, p. 65) também dá o seu parecer:

A lição da história, para os Antigos, resume-se a uma negação da história. O que ela lega de positivo são os exemplos dos antepassados, heróis e grandes homens. Devemos combater a decadência, reproduzindo a título individual os grandes feitos dos mestres, repetindo os eternos modelos do passado — a história, fonte de *exempla*, não está longe da retórica das técnicas de persuasão, que frequentemente recorrem aos discursos (LE GOFF, 1990, p. 65).

3.3.2 *Dispositio (taxis)*

A *dispositio* refere-se à maneira de ordenação dos argumentos, ou seja, a disposição das provas dentro do discurso — o plano sintagmático —, mostrando o lugar em que cada um deles deve ser situado, pois não basta ter o que dizer, mas é indispensável que o assunto seja exposto de forma conveniente. A depender do autor, o discurso pode ser dividido de duas a sete partes. Para Aristóteles (2005 [séc. IV a.C.], p. 277 [1414a]), deve-se primeiro anunciar o assunto e depois seguir em sua demonstração. Dessa forma, para o filósofo, proposição e demonstração são as duas partes que cabem ao discurso. Mas, a *Retórica a Herenio* (1997 [séc. I a.C.]) aponta seis partes do discurso: *exordium*, *narratio*, *partitio*, *confirmatio*, *refutatio* e *epilogus*.

Seguindo as definições propostas na *Retórica a Herenio* (1997 [séc. I a.C.]), apresenta-se a seguir cada uma dessas partes.

O *exordium*, que corresponde ao prólogo ou proêmio, é o começo do discurso, é o momento em que o orador procura adquirir a confiança do auditório, prendendo a sua atenção. Isso é visto em Fernão de Oliveira, quando, ao iniciar a sua narrativa, o dominicano já apresenta o assunto e se posiciona como o sujeito moralmente capaz de se dirigir ao interlocutor, declarando “Começa a hestorea de Portugal, recolhida de escriptores antigos, e cronicas aprovadas, p(e)llo licenciado Fernãdoliveyra, capellão dos Reys de Portugal de seu tempo” (1º livro, fl. 1r). Nota-se que Oliveira, ao se identificar e se posicionar como capelão dos reis de Portugal, estabelece — amparado por sua formação religiosa e pela proximidade com a nobreza — a relação de força da comunicação sobre o interlocutor, colocando-se, portanto, como pessoa digna de confiança. Nessa esteira de valores, Oliveira conduz todo o primeiro capítulo da *História de Portugal*, no qual ele confirma “quẽ forão os premeiros povoadores de Portugal: dos q(ua)es elle tomou o nome, que ainda agoora tem” (1º livro, fl. 1r).

Além disso, o próprio discurso reforça o projeto de linguagem retórica a partir das fontes pesquisadas pelo autor — os “escritores antigos” e as “crônicas aprovadas” — como recursos de autoridade com o intuito de atestar a verdade dos fatos. Essas são as provas extrínsecas que corroboram a busca dessa verdade a qual Fernão de Oliveira promete perseguir, a fim de provar a antiguidade e a nobreza do reino português, sem pôr mentiras ou infidelidades, como deixa claro na ação metafórica de rastejamento, construída ao final do terceiro capítulo do primeiro livro: “porem todavia irei rastejando a sua antiguidade: e escreverey fielmẽte o que poder alcançar” (1º livro, fl. 20r). Nessa afirmação, Oliveira, além de anunciar a sua

imparcialidade diante dos fatos passados, dá garantias pessoais (vale observar o uso do pronome em primeira pessoa) da busca exaustiva de um passado o mais longínquo possível.

O *exordium* de Oliveira é construído nos primeiros três capítulos do primeiro livro, no qual ele apresenta os primeiros povoadores, primeiras cidades e primeiros reis de Portugal, no intuito de, respectivamente: estabelecer a origem divina do território ao colocar Tubal, personagem bíblico, como o patriarca inaugural e o mito fundador da identidade portuguesa; defender a tese da antiguidade do reino, aplicando o argumento da etimologia toponímica, a fim de provar que esses nomes remontam a uma época anterior à passagem dos povos gregos e romanos no território; marcar a figura de um rei português como aquele que foi “restaurador deste reyno, escolhido per deos em sua vida” (3º livro, fl. 56r_a), herdeiro portanto do território que lhe era de direito.

A fim de validar o seu dizer, no que se refere aos primeiros povoadores de Portugal, Oliveira busca amparo em Eclesiastes, livro das *Escrituras Sagradas*, e nos escritos de “bõs autores”, o que podia ser bem representado, uma vez que Le Goff (1990, p. 67) confirma a existência de crônicas encomendadas por dinastias reinantes no sentido de estabelecer genealogias imaginadas ou manipuladas, como garantias de prestígio e autoridade na sociedade medieval. Sobre a antiguidade do reino, Le Goff (1990, p. 67-8) ainda afirma que era comum o seguinte:

As cidades, quando se constituíram como organismos políticos conscientes da sua força e do seu prestígio, também quiseram exaltar esse prestígio, valorizando a sua antiguidade, a glória das suas origens e dos seus fundadores, a gesta dos seus antigos filhos, os momentos excepcionais em que eles foram favorecidos com a proteção de Deus, da Virgem ou do seu santo padroeiro (LE GOFF, 1990, p. 67-8).

Portanto, o *exórdio* da *História de Portugal* de Fernão de Oliveira comporta-se em sua escrita, obedecendo às técnicas, tanto em relação ao discurso retórico, quanto ao fazer historiográfico da época.

A *narratio* era usada no discurso judicial com o objetivo de expor os termos e as questões que passariam a julgamento. No entanto, de acordo com Reboul (2000, p. 57), durante a Idade Média a *narratio* desliga-se do discurso judicial e insere-se na pregação, fazendo uso de histórias geralmente fictícias — como os *exempla* — a fim de ilustrar o tema do sermão. Na *narratio*, o autor procura expor o desenvolvimento dos fatos de forma objetiva, mesmo que aparentemente, seguindo as características de clareza, brevidade e verossimilhança. Para isso, adota-se a ordem cronológica dos fatos narrados, concentrando-se apenas nas circunstâncias que podem ser explicadas. No entanto, como a clareza é ajustável ao estilo do público ao qual

se dirige, no período medieval, o texto é tomado pela simplicidade com objetivos de alcançar a compreensão de todos os homens, bem aos moldes da oratória cristã de Santo Agostinho.

A *partitio*, ou divisão das causas, estabelece os pontos em acordo com os adversários, caso sejam úteis à tese do autor, ou desacordo, em caso de contraposição às suas ideias. Na *História de Portugal*, os adversários de Fernão de Oliveira são aqueles que apresentam uma tese contrária à sua. No sentido de desacreditar a seriedade de suas obras, esses autores são desqualificados pelo dominicano, que usa muitas vezes expressões pejorativas dirigidas a seus contrários, como em: “escriptores idiotas” “hestorias apocrifas escriptas per homês idiotas”, “algũs homês novos e poucos lidos”, “escriptores [...] mentirosos”.

Um exemplo de autor oponente é o latino Julius Solinus (séc. III d.C.), cujas palavras a respeito da povoação de Lisboa são questionadas por Oliveira, que pretende fazer Lisboa mais antiga do que a referência dada por Solino. Para este latino, Lisboa teria sido povoada pelo grego Ulisses e, para Oliveira, Lisboa teria sido povoada muito antes da chegada dos gregos, mais precisamente, pelos descendentes de Noé, após o grande dilúvio bíblico. O dissenso pode ser observado no trecho a seguir:

Esta cidade digo de Portugal, que chamamos Lisboa. Somente dos latinos Solino diz, q(ue) nesta terra ha hũa villa per nome Olissipo, aqui posta per Ulisses, segũdo dizẽ. Estas são quasi as palavras de Solino, tornadas em nossa linguagem, isto significão. Nas quaes põe estas palavras, segundo dizem. Estas palavras duvidão, e não affirmão. Não affirma com certeza de auctor que o diga, mas dizia montão que o dizẽ, e não diz quem. Fala de maneyra, que faz entender, que não daa credito ao que dizem (1º livro, fl. 9v).

Além desse estabelecimento de acordos, a *partitio* colabora para a clareza do discurso, tendo em vista que, a essa parte também cabe a enumeração e exposição dos temas que o autor pretende tratar durante a sua narrativa.

A *confirmatio* e a *refutatio* são os meios de produzir convencimento. A *confirmatio* busca, a partir de um conjunto de provas, estabelecer o triunfo do raciocínio; a *refutatio* busca destruir os argumentos dos adversários.

Para comprovar os fatos narrados em sua história, Fernão de Oliveira utiliza citações de obras da Antiguidade clássica, como o livro dos *Equívocos* de Xenofonte, *Guerra de Iugurta* de Salústio, *Décadas* de Tito Lívio e *História Natural* de Plínio II, e das obras medievais *Crónica Geral de Espanha* de Afonso X e o *De Rebus Hispaniae* de D. Rodrigo de Toledo (FRANCO, 2000, p. 140-157).

Os livros das *Sagradas Escrituras* são utilizados por Oliveira como forma de validar o seu dizer, além de traçar o perfil genealógico dos reis de Portugal desde as suas origens, como se pode ver neste trecho:

[...] por isso diz Salamão no *Eclesiastes*, que não ha antre nos memoria das cousas premeyras. Porem despoys do diluvio sabemos per certa fama, e escripturas de bõs autores, que hum neto de Noe chamado Tubal filho de Japeto foy o premeyro, que começou povoar a Hespanha (1º livro, fl. 1r).

Além do Livro de *Eclesiastes* mostrado aqui, outros utilizados por Fernão de Oliveira foram os livros de *Josué*, dos *Reis*, de *Isaías*, *Jeremias*, *Zacarias*, os *Salmos* e os *Provérbios*.

Discípulo de Sócrates, o historiador grego Xenofonte (c. 430-355 a.C.) escreveu, dentre outras obras, o livro dos *Equívocos*, que é utilizado na *História de Portugal* por Fernão de Oliveira como autoridade para provar a etimologia dos nomes dos primeiros habitantes de Portugal após o dilúvio:

Assi que se chamou Gallia a terra vezinha de Guadiana, onde estaa a cidade Pax augusta, por que a povoarão os Gallos, que erão os companheyros de Tubal: os quaes se chamavão Gallos, por que erão da geração de Noe e de seus filhos, q(ue) erão os proprios Gallos, por q(ua)nto forão alagados no diluvio geral: por que esta palavra Gallo, segundo diz Xenophonte no livro dos equivocos, nas linguas hebraica e armenica quer dizer alagado (1º livro, fl. 3v).

A *Guerra de Iugurta* foi escrita por Caio Crispo Salústio, que viveu entre 86 a.C. a 36 a.C. Fernão de Oliveira cita esta obra para justificar as ações militares narradas e para explicar a etimologia de nomes, como no exemplo a seguir:

Chamamos nos mouros aos da secta de Mafamede: por que os que mays conversamos, e de mays perto, são de Mauritania: os quaes se chamão assi muyto ha antes que ouvesse Mafamede no mundo. Diz Sallustio na hestoria de Iugurta, q(ue) algũs soldados de Hercoles libio derão este nome aa gente da Mauritania (1º livro, fl. 36r).

Décadas foi escrita pelo historiador latino Tito Lívio, que nasceu aproximadamente em 59 a.C. e morreu no ano de 16 d.C. Segundo Franco (2000, p. 154), essa obra era abundantemente publicada no tempo de Fernão de Oliveira, que a utilizou em sua *História de Portugal* a fim de explicar a história de alguns topônimos. No trecho a seguir, refutando a afirmação de um “português refinado” que considerava Portugal muito pequena para ser reino,

Oliveira menciona uma passagem de *Décadas* em defesa da terra lusitana e para explicar uma terminologia de tipo de governo:

Outra mayor graça he, q(ue) hum portugues refinado em certa geographia q(ue) escreveo, diz, que vio a sepultura desta sancta, que estaa no mosteyro da ordem de são Jeronymo da sobredicta cidade de Çaragoça: mas diz, que não pode crer, que ella foy filha de Rey de Portugal: por que diz, que Portugal he muy pequeno para ser reyno. Porem não he sufficiente sua rezão: por quanto no mûdo, e na Hespanha ha muytos reynos mays pequenos que Portugal. Mays pequeno he o reyno daragão, onde ella estaa. Mays pequeno he o de Valença seu vezinho. Mays pequeno he o de Murcia, e o de Granada, e o de Navarra, e outros. E cada hum destes se chama Reyno: e tinhão Reys cada hum seus por tanto não he aquella rezão sofficiente, para não crer, que em Portugal havia Rey, sendo mayor que cada hũ daquelles, e que outros. Nem he sufficiente para não crer, que sancta Gracia era filha dhum Rey de Portugal: poyos o assi diz a sua lenda approvada p(e)lla sancta madre igreja. Mays diz aquelle portugues refinado de censuras, que o pay de sancta Gracia devia ser Regulo, e não Rey. Mas nisto mostra, que não sabia, que cousa era Regulo por que Tito livio no capitolo nove do livro oitavo, da terceyra decada diz, que Regulos são aquelles, que são senhores dhum lugar, ou dous, ou pouco mays: e Portugal jaa naquelle tempo, comprehendia desdo Minho atee Guadiana, onde ha muytas villas e cidades, e muytos lugares (1º livro, fls. 17v-18r).

A *História Natural*, escrita por Caius Plinius Secundus, que viveu entre 23 e 79 da nossa era, é muito citada por Fernão de Oliveira, principalmente como reforço argumentativo nas interpretações de histórias toponímicas:

Assi o diz Plinio aos vinta dous capitulos do quarto livro da historia natural, que Lisboa era municipio de cidadãos romanos. Por q(ue) ha muytas pessoas, que não sabem, que cousa he municipio, mas antes deste nome concebem o contrayro do q(ue) elle quer dizer, quero eu dizer [o] que significa: por que elles dizẽ, que era cousa que pertencia aos cidadãos romanos: per q(ua)nto seu nome claramẽte diz, municipio de cidadãos rom(a)nos. Porem não he assi, mas he o que agora direy. ¶ Municipio não quer dizer possissão, nem propiedade dos cidadãos romanos, mas quer dizer privilegio, e immuidade semelhãte a dos cidadãos romanos: e ao povo ou terra q(ue) gozava do tal privilegio chamavão municipio (1º livro, fl. 24r).

Aulo Gélío, gramático latino que viveu no séc. II d.C., escreveu a sua obra intitulada *Noctes Atticae*, usada por Oliveira para explicar a liberdade de terras portuguesas no tempo dos romanos por possuírem o estatuto de município:

Aulo gellio no capitolo treze, do livro dezaseys das noytes acticas, de autoridade do emperador Adriano diz, que os municipes moradores dos municipios erãoygues na honra aos cidadãos romanos: e viviãopellas suas prop(ri)as leys, e não pellas romanas: e as suas terras nunca forãodos romanos, nem lhe deviãocousa algũa, nem vassallagem, nem tributo, nem mays que subsidio amigavel per via de confederação alternada, e justificada obrigação: pella qual tanto deviãos romanos a elles, como elles aos romanos (1º livro, fls. 23r-24r).

A *Primeira Crónica Geral de Espanha*, escrita pelo rei D. Afonso X, o Sábio, tem primazia em termos de autoridade dentro da narrativa de Fernão de Oliveira. Muitas vezes citada, a obra reforça diferentes argumentos construídos pelo humanista. De acordo com Franco (2000, p. 157) “a *Primeira Crónica Geral de Espanha* foi editada por Florão de Ocampo no século XVI pela primeira vez, impressão de que provavelmente Oliveira se serviu”. Diz ainda Franco (2000) que

A obra de Afonso X não só fornece o *background* sustentacular para uma boa parte do panorama mitificante da antiguidade mítica de Portugal, na sua retroação da antiguidade mítica de Portugal, na sua retracção até ao povoamento do patriarca bíblico Tubal, como é usada pelo historiador português como arma de arremesso para combater e refutar as “histórias” dos seus “émulos” espanhóis, cujas teses visa desmentir, especialmente no que se refere às relações históricas entre Portugal e o reino de Leão e Castela, ao estado Portugal no tempo dos invasores extra-peninsulares, bem como no que diz respeito à etnonímia e à toponímia (FRANCO, 2000, p. 156).

D. Afonso X, considerado como um dos monarcas mais cultos do medievo ocidental, escreveu várias outras obras de destaque e, por seu grande valor de autoridade, foi preferido por Fernão de Oliveira para compor a *História de Portugal*, ao invés de fazer uso da *Segunda Crónica Geral* de D. Pedro, conde de Barcelos, como ele mesmo diz: “seguirey nisto principalmete a El-rey dõ Afonso o sabio: cuja autoridade aqui precede a todos: por quanto foy Rey, e sabio, e natural de Castella, e ajudado per muytos homens doutos, que para isso ajuntou consigo” (1º livro, fl. 47r).

O *De Rebus Hispaniae*, como mencionado anteriormente, foi uma obra muito citada pelo rei D. Afonso X em sua *Crónica* e, por isso também usada para efeitos de autoridade retórica pelo humanista Fernão de Oliveira. *De Rebus Hispaniae* foi escrita por D. Rodrigo de Toledo, que nasceu em Navarra entre 1170 e 1180 e morreu em Ródano em 1247. D. Rodrigo foi bispo de Osma e arcebispo de Toledo, o que lhe conferiu o cognome (FRANCO, 2000, p. 157). Na *História de Portugal*, a obra de D. Rodrigo serve para edificar a história dos reis de Portugal, embora haja uma passagem em que Oliveira discute a afirmação do autor quanto ao título de nobreza dado ao rei D. Afonso Henriques:

Algũs dizẽ que se chamou duque: por que o arcebispo de Toledo dom Rodrigo em latim lhe chama dux, e dux latino em linguagem quer dizer capitão, e não quer dizer duque, como elles interpretão: por que duque he appellido dhum estado grande muyto propinquo ao estado de Rey: e capitão he officio da guerra sem estado algũ, mays que guia de soldados nas suas ordenações. E isto quis dizer o arcebispo dom Rodrigo por desprezo, que dom Afonso anriquez era capitão dos portugueses, e não quis dizer duque: por que era estado de honra, que elle não queria dar a dom Afonso. Porẽ

enganou-se: por que muyta honra he ser capitão de bõs cavalleyros, como erão aquelles portugueses de que elle foy capitão (3º livro, fls. 3r-3v).

O *epilogus* corresponde ao desfecho do discurso na *dispositio*, dividindo-se em partes, nas quais destacam-se as seguintes características: a retomada do fator emocional inserido no discurso — visto no *exordio* —, com objetivo de despertar a piedade ou indignação do interlocutor; a amplificação dos fatos, ou seja, a veemência dos pontos argumentados durante o desenvolvimento da narrativa; e a recapitulação, que consiste no resumo dos argumentos favoráveis à causa.

3.3.3 *Elocutio (lexis)*

Após a etapa da organização do discurso (*dispositio*), o autor ou orador parte para a terceira parte da técnica retórica, a *elocutio*, que orienta para a escolha adequada das palavras, a fim de dispô-las no texto, de modo a dizer aos interlocutores tudo o que foi pensado durante a *inventio*. No entanto, não é somente o dizer por dizer, mas um dizer carregado do *ornare verbis* — o ornamento das palavras —, guarnecidas por uma série de tropos ou figuras estilísticas (metáforas, metonímias, hipérboles, sinédoques, pleonasmos) que, na história da retórica, foram introduzidas na prosa pelo sofista Górgias de Leontium. Sobre essa característica da retórica, Reboul (2000, p. 61-2) afirma que:

A retórica foi a primeira prosa literária e durante muito tempo permaneceu como única; por isso, precisou distinguir-se da poesia e encontrar suas próprias normas [...]. Só que a poesia grega utilizava uma língua arcaizante, bastante esotérica e seus ritmos a aproximavam muito do canto. Portanto, era preciso recorrer à prosa, mas uma prosa digna de rivalizar com a poesia. Em suma, entre o hermetismo dos poetas e desmazelo da prosa cotidiana, a prosa oratória devia encontrar suas próprias regras. Estas diziam respeito à escolha das palavras e à construção das frases, o que produzia um discurso ao mesmo tempo correto e bonito (REBOUL, 2000, p. 61-2).

Essa escolha das palavras, com foco em seu ornamento foi pouco desenvolvida por Aristóteles na *Arte Retórica*, mas, com os latinos Cícero e Quintiliano, esse recurso floresceu e acabou absorvendo toda a retórica, limitando-se a uma preocupação com a estilística que se resumia à taxonomia de figuras literárias. No entanto, Reboul (2000, p. 61) ressalta que, conforme as regras da retórica, a *elocutio* abrange toda a linguagem, de modo que o orador ou escritor deve se sentir responsável por aquilo que os gregos chamavam de *to hellenizien*, e os latinos, *latinitas*, ou seja, o bom vernáculo. Para Fernão de Oliveira, essa é uma questão bem

mais ampla, como pode ser visto na próxima subdivisão deste trabalho, intitulada *A História e a questione della lingua*. Por enquanto, pode-se adiantar que, na *História de Portugal*,

Tanto a gramática como a história, são duas ciências ao serviço uma da outra, que sempre subsidiaram e subsumiram o ideário nacionalizante de Oliveira. Estes dois ramos de conhecimento contribuíram, grandemente, com a sua história e com a sua língua, para a elevação e singularização do reino de Portugal frente aos outros reinos cristãos da Europa e até em relação a um âmbito mais universal, englobando todas as nações da comunidade humana, de todos os tempos e cultura (FRANCO, 2000, p. 115).

Sobre as figuras de linguagem, é possível notar a obediência do humanista Fernão de Oliveira às regras da retórica com relação ao emprego de recursos estilísticos no decorrer de todo o texto. Antes, porém, cabe salientar que, aqui não se leva em consideração a diferença entre tropos e figuras, visto que não há consenso entre os autores a respeito dessa distinção. Garavelli (1991, p. 163) explica que o termo “tropos” se origina do latim *tropus*, significando “direção”, ou seja, uma expressão que se desvia de seu sentido original para, temporariamente, abrigar outro sentido. Mas, muitos autores conduzem essa definição também para as figuras, como explica Maleval (2010, p. 81), com base em Quintiliano:

Os percalços que cerca(va)m a diferenciação de figuras e os tropos, já os divulgava Quintiliano (...): os tropos “derivam seu nome da maneira pela qual são formados, ou da maneira pela qual modificam o estilo, sendo por isso chamados também de ‘movimentos’”. Mas, adverte ele, “essas duas características se encontram igualmente nas figuras, que se prestam, também, às mesmas finalidades: reforçar ou embelezar a expressão dos pensamentos”. Daí não faltarem autores que dão aos tropos o nome de figuras; sua semelhança é tal que não é fácil distingui-los (MALEVAL, 2010, p. 81).

Por esse motivo, Barthes (2001) declara que, a fim de evitar a ambiguidade, prefere a denominação de “ornamentos”, enquanto Maleval (2010) faz uso dos três termos — ornamentos, figuras, tropos —, justificando, ainda com base em Quintiliano, que “esses recursos importam não pelo nome, mas pelo papel que desempenham no discurso” (MALEVAL, 2010, p. 83). E é o que aqui também interessa para a análise do texto da *História de Portugal*. Mas, a título de adequação, será usado o termo *figuras de linguagem* ou, simplesmente, *figuras*.

Um exemplo do uso dessas figuras na *História de Portugal*, vê-se em um dos trechos, quando Fernão de Oliveira, retomando o esforço em construir uma narrativa favorável à aceitação de D. Tareja no cenário político lusitano, faz uso da figura do oxímoro, numa espécie de legitimação favorável da condição de bastarda da princesa: “Algũs quiserão dizer, que esta

dona Tareyja era filha legitima dElrey dom Afonso: mas o mays certo he, que foy *bastarda natural*, por que a houve sendo viuvo, e dona Ximena solteyra” (2º livro, fl. 56r, grifo nosso). A presença desse qualificativo de sentidos opostos conferido a D. Tareja parece indicar a afirmação do que antes o próprio Oliveira havia negado quanto à filiação legítima de D. Tareja, a partir de uma terceira possibilidade do real.

3.3.4 *Actio* ou *pronuntiatio* (*hypokrisis*)

A *actio* representa o momento da representação do discurso. O termo latino equivale ao grego *hypokrisis*, que pode ser traduzido como “recitação”, mas também “ação de representar um papel; falsa aparência”, não relacionado ao sentido pejorativo. A questão é que, como a retórica foi desde o início uma técnica desenvolvida em torno do discurso oral, essa parte que trata da dicção e dos gestos corporais foi um tanto quanto sacrificada na escrita, caindo em desuso.

No entanto, é importante não esquecer que a palavra fixada no texto — oral ou escrito — é carregada de performance. A própria técnica do ornamento das palavras, visto na *elocutio* remete a uma ressignificação, transformação e imitação de outrem. Portanto, essa “arte de representar um papel” é também própria da palavra, uma vez que o signo, fora de seu lugar fixo no dicionário, é reinventado, passa por um devir.

3.3.5 *Memoria*

A *memoria* é a última fase da composição do discurso e, como já mencionado, foi a parte acrescentada pelos oradores latinos ao esquema técnico aristotélico. Cabe a ela, de acordo com *Retórica a Herenio* (1997 [séc. I a.C.]), guardar na mente as ideias, palavras e sua disposição, a fim de executar o discurso com naturalidade no momento da *actio* (ou *pronuntiatio*). Como seria esse processo? Entre os latinos havia divergência a respeito do domínio da memória, que podia ser de dois tipos, natural e artificial, conforme mostra Reboul (2000, p. 68):

Para Cícero (...), isso é uma aptidão natural, não uma técnica; portanto, não pode ser parte da retórica. Para Quintiliano, ao contrário, a memória não só é um dom como também uma técnica que se aprende (...); e indica processos mnemotécnicos, como decompor o discurso em partes, que são memorizadas uma após outra associando a cada uma um sinal mental para lembrar de proferi-la no momento certo: uma âncora

para o trecho sobre o navio, um dardo para o trecho sobre o combate (REBOUL, 2000, p. 68).

Nesse caso, pode-se perceber que a *memoria*, assim como a *actio*, estava relacionada ao campo da oralidade e não da escrita. Por isso, foi também colocada em desuso.

Finalizada a explanação a respeito da divisão do sistema retórico para a composição do discurso, tem-se abaixo o resumo organizado dentro do quadro.

Quadro 1 – Divisão do sistema retórico

		<i>Inventio (heurésis)</i>					
		Busca das provas (argumentos) adequadas e plausíveis para o tema a ser defendido					
PREPARAÇÃO DO DISCURSO	Plano do conteúdo	<i>Adequação do discurso aos diferentes tipos de auditório</i>					
		Gêneros da retórica	Gênero	Tipo de auditório	Tempo	Ato	Valores
			Judicial (ou forense)	Juízes	Passado	Acusar Defender	Justo Injusto
			Deliberativo (ou político)	Assembleias	Futuro	Aconselhar Desaconselhar	Útil Nocivo
			Epidítico (ou demonstrativo)	Público	Presente	Louvar Censurar	Nobre Vil
	<i>Argumentos técnicos (provas artísticas) necessários à persuasão</i>						
	Argumentos	Categoria	Descrição		Objetivo	Prova	
		<i>Ethos</i>	Caráter moral do autor		Adquirir credibilidade	Afetiva	
		<i>Pathos</i>	Paixões do interlocutor		Produzir emoções no interlocutor		
		<i>Logos</i>	Discurso propriamente dito		Constituir formas de raciocínio	Racional	
	<i>Dispositio (taxis)</i>						
	Ordenação das provas (argumentos) dentro do discurso						
Partes do discurso	Denominação	Descrição		Objetivo			
	<i>Exordium</i>	Início do discurso		Atrair a atenção do interlocutor			
	<i>Narratio</i>	Exposição dos fatos		Ordenar os fatos de forma clara			
	<i>Partitio</i>	Divisão das causas		Reforçar as teses em acordo e contrapor as teses em desacordo			
	<i>Confirmatio</i>	Meios de convencimento		Estabelecer o triunfo do raciocínio			
	<i>Refutatio</i>			Destruir os argumentos dos adversários			
	<i>Epilogus</i>	Desfecho do discurso		Despertar a piedade ou indignação do interlocutor			
COMPOSIÇÃO DO DISCURSO	Plano da expressão	<i>Elocutio (lexis)</i>					
		Escolha adequada das palavras (estilo do discurso)					
		<i>Recursos estilísticos usados para ornamentar o discurso</i>					
		Denominação geral		Objetivo			
Tropos / figuras = figuras de linguagem		Modificar o sentido original da palavra ou expressão					

EXECUÇÃO DO DISCURSO	Plano da representação	<i>Actio ou pronuntiatio (hypokrisis)</i> Atuação do orador	
		Na retórica clássica, técnica desenvolvida em torno do discurso oral. Por isso, um tanto quanto sacrificada na escrita	
		<i>Memoria</i> Guardiã do discurso na memória durante a oratória	
		<i>Tipos de domínio da memória</i>	
		Parte inserida pelos latinos à retórica grega, também relacionada à oralidade.	
		Domínio da memória	Definição
		Natural	Aptidão natural da memória.
		Artificial	Técnica que se adquire a partir de processos mnemotécnicos.

Fonte: Reprodução resumida do esquema apresentado e explicado no texto.

3.4 A História e a *questione della lingua*

Em Portugal, assim como em toda a Europa, o ensino de retórica estava diretamente ligado ao ensino de gramática, isto é, do latim, apesar de ser uma língua já transformada na boca da grande massa. Foi na Itália, no início do século XIV, que começaram as primeiras reflexões sobre as línguas vernáculas, a partir da obra de Dante Alighieri, com o *De vulgari eloquentia*. Em sua obra, o poeta italiano definiu o vernáculo como naturalmente adquirido pelas crianças, “sem nenhuma necessidade de regra, e o opõe a uma *locutio secundaria*, que os romanos chamaram de gramática, uma língua governada por regras que são aprendidas mediante longo estudo e da qual se adquire o *habitus*” (ECO, 2002, p. 57). Essa língua secundária seria o latim, um idioma considerado por Dante Alighieri como artificial, reduzido ao espaço das igrejas e das universidades.

Ao chamar a atenção para a importância das línguas vernáculas, Alighieri estabeleceu as línguas vulgares como objetos de observação, fazendo surgir, a partir daí, textos produzidos com base na realidade linguística dos falantes. Começaram então a aparecer as primeiras gramáticas escritas em línguas vernáculas, na segunda metade do século XV, como a *Regole della Lingua Fiorentina*¹⁹, que segundo Assunção e Santos (2009, p. 118), foi escrita antes de 1495, tendo como base a língua falada em Florença, e a *Gramática de la Lengua Castellana*, de António de Nebrija, de 1492. Sobre esse momento histórico, Buescu (1978, p. 12) diz o seguinte:

¹⁹ Não há um consenso a respeito da autoria da *Regole della Lingua Fiorentina*. Assunção e Santos (2009) afirmam que, a depender do pesquisador, a autoria é atribuída a algum anônimo ou a Lourenço de Médicis.

Durante o século XV assiste-se, portanto, a um progressivo movimento de imposição do uso do vernáculo, em concorrência com o latim, nos níveis literário, científico e administrativo. Provisões e decretos visam à paulatina mas definitiva substituição do latim pelas línguas vernáculas ou vulgares. Generalizam-se as traduções, com privilégio para Cícero, Tito Lívio, Virgílio, Horácio e Plínio (BUESCU, 1978, p. 12).

Em Portugal, as primeiras gramáticas foram escritas por Fernão de Oliveira, em 1536, e por João de Barros, em 1540, reconhecendo o português como língua nacional e a colocando na disputa entre as línguas românicas com o intuito de ocupar o *status* privilegiado, em lugar do latim, como a nova língua de cultura de toda a Europa. Sendo assim, o processo de normatização das línguas, que começou a surgir no período do Renascimento na Europa, tem explicação na ideia de um humanismo vernacular, que “consistia em atribuir dignidade às línguas vernáculas e em aplicar a elas os mesmos ideais de correção que se reconheciam no latim clássico” (BORGES NETO, 2009, p. 43).

Com relação a esse assunto, Saltarelli (2009, p. 175) cita o tratado escrito em 1579 pelo humanista francês Henri Estienne, propondo pacto à língua italiana, a qual reconheceria a superioridade da língua francesa, o que garantiria segundo lugar ao italiano, defendendo-a contra as pretensões do espanhol. Por sua vez, os portugueses buscavam se defender da primazia da língua castelhana em virtude da sua proximidade geográfica e por outras disputas ao longo da história. Nesse sentido, João de Barros defenderá, em *Diálogo em louvor da nossa linguagem*, as qualidades da língua portuguesa, como mostra Buescu (1978, p. 43):

A posição de João de Barros no que respeita a este ponto, parece que se insere na polémica mais ou menos latente durante os séculos XVI e XVII entre os decididos apologistas da língua nacional e os que reconheciam a superioridade da castelhana como língua de maior circulação, expressividade e riqueza. Contra esses, opõe-se vigorosamente João de Barros, atribuindo à língua portuguesa, como qualidades essenciais, riqueza vocabular, conformidade com o Latim, gravidade e majestade, sonoridade agradável, capacidade de exprimir ideias abstractas, possibilidade da formação de novos vocábulos (BUESCU, 1978, p. 43).

Fernão de Oliveira também exalta a língua portuguesa em sua gramática, porém segue um método diferente do utilizado por João de Barros, ao buscar as reflexões em torno da origem das línguas vernáculas e formação da língua portuguesa, negando as interferências de outras línguas, principalmente em relação à origem grega e latina. Assim, esse sábio humanista — consciente da importância da língua como instrumento de prestígio literário — eleva os feitos de Portugal, trazendo elementos da historiografia desde a publicação da *Gramática da Linguagem Portuguesa*, a fim de colocar em evidência a superioridade cultural da língua lusitana em comparação à língua de outros reinos. É dele o depoimento a seguir:

Vem que umas gentes formam suas vozes mais no papo, como Caldeus e Arábigos, e outras nações cortam vozes, apressando-se mais em seu falar, mas nós falamos com grande repouso, como homens assentados. E não somente em cada voz por si, mas também no ajuntamento, e no som da linguagem pode haver primor ou falta entre nós. Não somente nestas, mas em muitas outras coisas tem a nossa língua vantagem, por que ela é antiga, ensinada, próspera e bem conversada e também exercitada em bons tratos e ofícios (OLIVEIRA, 1975 [1536], p. 39).

Para Oliveira (1975 [1536]), a grandeza da língua portuguesa residia justamente no fato de ser herdeira de uma antiguidade anterior a qualquer herança dos povos romanos, como afirma no segundo capítulo de sua *Gramática*:

A antiga nobreza e saber da nossa gente e terra da Espanha, cuja sempre melhor parte foi Portugal, ainda que agora não é mais depois do dilúvio geral, que é o mais antigo tempo de que os homens lembram. Nasceu de Noé e de Tubal [...]. E estes já então ordenaram boas leis e ensinaram letras nesta terra com muitas outras nobrezas e bons costumes que nela deixaram (OLIVEIRA, 1975 [1536], p. 40).

Esse ponto de vista, no entanto, é criticado por Coseriu (1991), que, apesar de sua evidente admiração pelo humanista, reprova seu comportamento, ao apontar o seu desprezo pela origem latina “nem sequer em casos evidentes como os de mesa, lume, homem, mulher, livro, porta, casa, parede, pois se tantas palavras portuguesas devem remontar ao latim e, além disso, ao grego, ao árabe, ao castelhano, ao francês, ‘então, que nos fica a nós’” (COSERIU, 1991, p. 18). Por isso, não se pode negar, a partir da leitura de sua obra, o seu perfil patriótico, com passagens que colocam Portugal no lugar de superioridade em relação a outros países, como afirma Franco (2000, p. 63):

Este egresso dominicano esculpe uma visão brilhante de Portugal e dos Portugueses, marcando, com um sentimento patriótico subjectivamente, as suas divagações históricas inseridas nas brechas das suas sistematizações científicas. A sua visão histórica da pátria pauta-se por um exacerbado portugalocentrismo que condiciona todas as suas apreciações comparativas a nível internacional, quer no que respeita ao presente, quer ao passado. Portugal é o modelo em termos militares, detém a superioridade científica, a melhor dignidade pátria, a mais excelente língua... (FRANCO, 2000, p. 63).

Essa valorização nacionalista, aliada à sua genial erudição, fez de Fernão de Oliveira um imprescindível cidadão dentro da cultura lusitana a serviço das classes políticas e elitizadas. A esse respeito, Franco (2000) informa que “as suas raras qualidades científicas e técnicas eram demasiado cobiçadas, porque muito necessárias, num tempo em que os quadros técnicos não abundavam. Dadas estas vantagens pessoais, Oliveira não poderia ser completamente rejeitado ou passar despercebido” (FRANCO, 2000, p. 66).

Como já foi mencionado, Fernão de Oliveira foi mestre de retórica, tendo lecionado para muitos fidalgos, inclusive para os filhos de João de Barros. A retórica, com capacidade de descobrir formas de raciocínios argumentativos para serem utilizados como mecanismos persuasivos dentro do discurso, era colocada como disciplina de importância e necessária dentro do contexto de orientação aos jovens e de formação dos discursos no exercício de poder político dentro da Europa ou, mais especificamente, dentro da Península Ibérica.

Mostrar a antiguidade e a grandeza da língua portuguesa foi o objetivo desse humanista em sua *Gramática* em um momento de grandes conquistas para Portugal, no início de sua carreira como escritor. Utilizar essa língua para provar as glórias do passado foi outro momento que marcou o fim de uma Portugal como território pertencente a uma nação e, pelo que parece, levando junto um dos seus mais ilustres filhos, que caminhou e viveu com ela a alegria e a tristeza, registrando-as com suas penas dentro da história.

3.5 Linguagem e história: objetos de manipulação

Desde o início do séc. XX, a partir das teorias de Ferdinand de Saussure (1857-1913), que a língua é objeto de estudo de uma ciência moderna, concebida como um sistema de signos — ou seja, constituído de um significante e de um significado — e como um fato social, exterior ao indivíduo, que não pode nem criá-la, nem modificá-la, já que ela pertence a todos os membros de uma comunidade. Dessa forma, seguindo as orientações de Saussure, a língua apresenta-se como um sistema de normas rígidas e imutáveis, sem interferência do sujeito social. Nessa abordagem estruturalista da língua, além de o sujeito ser colocado como um ser passivo no uso da linguagem, as condições de produção do enunciado — necessárias para a construção dos sentidos — são deixadas de lado.

Em *Marxismo e Filosofia da Linguagem*, Mikhail Bakhtin [e Voloshinov] (2004 [1929]) fazem severas críticas ao objetivismo abstrato da teoria saussuriana, que coloca a língua como uma estrutura homogênea e acabada. O autor concorda, no entanto, que a língua é um fato social, mas os signos são, para eles, o alimento da consciência individual, a matéria que reflete a lógica da consciência e da comunicação ideológica e, portanto, fora desse material, os signos são desprovidos de sentido. Nesse caso, signo e sociedade são mutuamente integrantes. Assim, a linguagem é o lugar da interação humana, de sujeitos ativos que atuam a fim de

produzir efeitos de sentidos em seus interlocutores, numa dada situação de comunicação e em contextos sociais, históricos e ideológicos.

Nessa visão da linguagem, o signo é a materialização da comunicação social, e o material da comunicação na vida cotidiana é a palavra, que, historicamente localizada, é considerada por Bakhtin [Voloshinov] (2004 [1929], p. 36) como “o fenômeno ideológico por excelência”. Dessa forma, o signo não interessa enquanto sinal estável, sempre igual ou limitado como a palavra em estado de dicionário. O signo só interessa como estrutura concreta da enunciação, variável, flexível, adaptável às condições de produção. Não pode ser fixo. É isso que marca a língua como sistema móvel e vivo, capaz de evoluir. E essa mobilidade do sistema linguístico está baseada no estreito vínculo existente entre o homem e a linguagem, como afirma Benveniste (2005):

Não atingimos nunca o homem separado da linguagem e não o vemos nunca inventando-a. Não atingimos jamais o homem reduzido a si mesmo e procurando conceber a existência do outro. É um homem falando que encontramos no mundo, um homem falando com outro homem, e a linguagem ensina a própria definição do homem (BENVENISTE, 2005, p. 285).

Benveniste (2005) também afirma que é através da linguagem que o homem se conscientiza da sua subjetividade. A possibilidade dessa consciência de si mesmo se dá por meio da oposição entre o indivíduo, que interage com o outro, ambos localizados no tempo e no espaço. Assim, quem fala/escreve é um sujeito histórico que, de acordo com suas intenções e com o interlocutor pretendido, sempre inserido em determinada situação, organiza o seu texto a fim de persuadir, convencer, colocar-se como aquele que diz algo ou aquele que reproduz a realidade através de palavras conscientemente escolhidas e controladas, ou seja, é a partir de enunciados que o sujeito se constrói como tal, agindo como “entidade semiótica” (FIORIN, 2010, p. 31).

Dessa forma, ao debruçar-se sobre determinado material escrito de qualquer época, o leitor ou pesquisador procura pistas que lhe indiquem traços referentes ao escritor daquela obra e das pessoas inseridas em seu tempo e espaço, tais como o modo como falam/falavam (marcas da oralidade através da escrita), intenções por trás de determinadas escolhas léxicas dentro do contexto da produção textual, informações relevantes para análise do período social e histórico da obra, ideologias que possam descrever os comportamentos da sociedade da época em questão.

É válido salientar que a enunciação, produto da interação humana, é um ato singular de comunicação que, por essência histórica, está ligada à ordem do acontecimento (FIORIN,

2010, p. 31), mas está também presa à memória dos discursos que se materializam por meio dos ícones aceitos e permitidos dentro de cada gênero discursivo específico. Nesse caso, o texto é um conjunto de outros discursos que foram se formando ao longo da história. É por meio desse processo polifônico que muitos heróis são construídos e religiões são legitimadas ou recusadas.

Embora a noção de discurso como o lugar de apropriação da língua sob a condição de intersubjetividade só tenha surgido no século XX, Fernão de Oliveira já possuía a consciência do cuidado que deveria ter em relação à escolha certa das palavras naquele contexto da escrita da *História de Portugal*. Logicamente que, em consequência do seu conhecimento sobre retórica, o humanista naquele momento identificava o *pathos*, um dos três meios da arte retórica, utilizada pelo orador para conquistar a plateia.

A importância do auditório, ideia conservada da retórica tradicional, é retomada em função do discurso, como afirmam Perelman e Olbrechts-Tyteca (2005). Ainda em conformidade com esses autores, destaca-se que

Todo discurso se dirige a um auditório, sendo muito frequente esquecer que se dá o mesmo com todo escrito. Enquanto o discurso é concebido em função direta do auditório, a ausência material de leitores pode levar o escritor a crer que está sozinho no mundo, conquanto, na verdade, seu texto seja sempre condicionado, consciente ou inconscientemente, por aqueles a quem pretende dirigir-se (PERELMAN; OLBRECHTS-TYTECA, 2005, p. 7).

Com efeito, na *História de Portugal*, Fernão de Oliveira deixa marcas dessa preocupação com a escolha lexical como forma de persuadir o seu interlocutor. Essas marcas podem ser vistas por meio das diversas alterações lexicais encontradas ao longo do texto, as quais, apagadas, emendadas, substituídas, dão sinais de um sujeito muito preocupado com a aplicação de uma sinonímia perfeita ou uma construção sintática adequada aos seus propósitos. Um dos exemplos que podem ser citados aqui, a título de ilustração, é o trecho em que o autor tenta refutar as afirmações dos cronistas quanto ao “suposto” episódio de discórdia entre D. Tareja e seu filho, Afonso Henriques, por conta da relação da condessa com o conde galego Fernando Peres de Trava. Na defesa, Oliveira ocupa um capítulo para tratar do assunto e, no título, escreve o seguinte: “Capitolo quarto, de dona Tareyja viuva, e de como nao casou despoys da morte do cõde dom Anrique seu unico marido” (2º livro, fl. 65v). Vale observar que a palavra “unico” empregada no texto estava substituindo a palavra “primeyro”, riscada pelo autor, deixando clara a importância das escolhas lexicais dentro de um texto com finalidades de construir os sentidos desejados para manipular o interlocutor.

Muitas vezes, não cabia a Oliveira fazer as escolhas lexicais durante todo o seu labor na escrita da *História de Portugal*, visto que algumas palavras já estavam ali, dispostas e registradas, nomeando os lugares por onde os fatos ocorreram. Bastava tomá-las e adequá-las, quando necessário, ao plano da argumentação. Afinal, os topônimos carregam marcas de suas origens, tanto no que se referem às características culturais dos comportamentos humanos, de suas posições políticas, atividades econômicas ou crenças religiosas, quanto em relação aos aspectos físicos do lugar no momento da nomeação. É nesse sentido que Oliveira, conforme suas interpretações, vai mostrar como Portugal pertencia ao seu povo desde antigos tempos, ou, mais precisamente, desde o episódio do fim do dilúvio bíblico, quando o neto de Noé, Tubal, ali construiu sua morada. Nesse caso, os topônimos são tomados pelo sujeito Fernão de Oliveira como elementos do enunciado, como evento único da linguagem, utilizado para aquele contexto específico, o qual determina de que forma o dizer deve ser dito.

Os topônimos, tomados para a sua construção retórica, como objetos de manipulação linguística, são analisados levando em conta a sua descrição etimológica dos nomes. Embora Fernão de Oliveira tenha sido considerado “um mau etimologista”, na opinião de Coseriu (1991, p. 18), algumas vezes as suas observações são de grande interesse para os estudos lexicais, principalmente no que se refere à sua consciência das dificuldades em torno da motivação por traz da origem dos nomes, como aponta Coseriu (1991, p. 18), reforçando a afirmação do humanista: “é extremamente difícil motivar a origem de cada nome, pois seria preciso saber onde surgiram as ‘coisas’ correspondentes e, em cada caso, chegar até a ‘pessoa particular’ que impôs o nome”.

4 A HISTÓRIA DE PORTUGAL DE FERNÃO DE OLIVEIRA

Os imperativos da filologia engendraram a linguística, acalentaram-na e deixaram dentro de suas fraldas a flauta da filologia. Essa flauta tem por função despertar os mortos. Mas essa flauta carece de potência necessária para dominar a fala viva, com sua evolução permanente.

(BAKHTIN [VOLOSHINOV], 2004 [1929], p. 97).

A *História de Portugal*, documento autógrafo do humanista Fernão de Oliveira, faz parte do Acervo da Biblioteca Nacional da França, registrado com o nº 12 (nova cota) do *Fonds Portugais*. Nessa cota estão inclusos ainda mais três documentos atribuídos a Oliveira, os quais são: *Livro da antiguidade, nobreza, liberdade e imunidade do reino português*; tradução inacabada de *Re Rustica* de Lúcio Júnio Columela, dirigida a Públio Silvino; e cópia também incompleta da Gramática de António de Nebrija, com o título *Arte de grammatica de lingua castellana por el doctissimo maestro Antonio de Nebrissa compuesta*. Todas essas informações são encontradas em Franco (2000, p. 33-4).

A primeira *História de Portugal*, assim designada pelo autor, foi escrita com finalidades de intervir no processo de unificação da Península Ibérica no contexto da crise sucessória por consequência do desaparecimento do rei D. Sebastião após a guerra de Alcácer-Quibir. Nesse processo de intervenção, Fernão de Oliveira produziu o manuscrito de cunho historiográfico, exaltando o caráter, a nobreza e os feitos dos primeiros povoadores e dos primeiros reis da nação portuguesa.

A *História de Portugal* é dividida em quatro livros: o primeiro livro não tem denominação, compreendendo a capitular, apresenta 9 capítulos; o segundo, *Vida do conde D. Henrique e princípio da restauração do reino*, com 5 capítulos; o terceiro, *Vida e feitos heroicos do rei D. Afonso Henriques*, com 14 capítulos; e o quarto, *História da vida e feitos do rei D. Sancho, filho do rei D. Afonso Henriques*, com 3 capítulos, como vai a seguir indicado:

1º livro	Capítulo 1	Primeiros povoadores de Portugal
	Capítulo 2	Primeiras cidades
	Capítulo 3	Primeiros reis
	Capítulo 4	Portugal antes dos romanos
	Capítulo 5	Portugal em tempo dos romanos
	Capítulo 6	Portugal em tempo dos godos
	Capítulo 7	Portugal em tempo dos mouros

	Capítulo 8	Portugal em tempo dos leoneses e do rei D. Paio
	Capítulo 9	Portugal em tempo de Castela
2º livro	Capítulo 1	De onde era natural o conde D. Henrique e como veio ter a Portugal
	Capítulo 2	De Dona Tareja e de seu casamento e dote
	Capítulo 3	Do que fez o conde D. Henrique na Espanha, vindo a ela
	Capítulo 4	De Dona Tareja viúva e de como não se casou após a morte do conde D. Henrique, seu único marido
	Capítulo 5	Do falecimento do conde D. Henrique, de suas condições, quantos filhos teve e em que estado deixou Portugal
3º livro	Capítulo 1	Nascimento, aleijão e saúde milagrosa
	Capítulo 2	Idade em que o infante D. Afonso Henriques começou a ser capitão dos portugueses, guerreando em defesa da terra
	Capítulo 3	Da paz e concórdia em que viveram D. Afonso Henriques e sua mãe enquanto ela foi viva
	Capítulo 4	O que fez o infante D. Afonso Henriques após a morte de sua mãe
	Capítulo 5	Da famosa batalha e utilíssima vitória do Campo de Ourique
	Capítulo 6	De como os portugueses fizeram D. Afonso Henriques seu rei e por que o fizeram
	Capítulo 7	De como o rei D. Afonso Henriques entendeu na guarnição das fronteiras e provimento das fortalezas e se veio para Coimbra
	Capítulo 8	De como os portugueses pediram ao rei D. Afonso Henriques que casasse, com quem casou e quantos filhos legítimos e bastardos teve
	Capítulo 9	De como o rei D. Afonso Henriques tomou aos mouros Santarém, Lisboa e outros muitos lugares
	Capítulo 10	De como o rei D. Afonso Henriques passou às terras de Alentejo e tomou alguns lugares daquelas comarcas adquiriu outros
	Capítulo 11	Da prisão do rei D. Afonso Henriques do tempo em que foi preso e como foi preso e logo solto
	Capítulo 12	Da guerra que o rei D. Afonso Henriques teve e das batalhas que pelejou após a sua prisão
	Capítulo 13	Da idade que o rei D. Afonso Henriques tinha no tempo deste rescrito e de seu falecimento

- Capítulo 14 De alguns ilustres cavaleiros que houve em Portugal no tempo do rei D. Afonso Henriques
- [4º livro] Capítulo 1 Do nascimento e primeira idade deste rei D. Sancho I e do que fez sendo mancebo
- Capítulo 2 De como o infante D. Sancho, por morte de seu pai, herdou o reino de Portugal e houve a posse dele pacificamente sem contradição alguma
- Capítulo 3 Da guerra que os mouros fizeram ao rei D. Sancho pela perda de Silves

Vale notar que este último livro dedicado à história de D. Sancho parece ter ficado inacabado, por considerar a inexistência de qualquer indicação feita pelo autor informando a conclusão da escrita. Não se sabe os motivos da possível inconclusão desse trabalho. No entanto, sendo a *História de Portugal* escrita por volta de 1581-1582, período em que o autor contava com aproximadamente 74 anos de idade, existe a hipótese de ele ter falecido durante o processo de redação, como afirma Franco (2000, p. 33), baseado em suposições de outros estudiosos da obra do humanista.

Quanto à autografia do documento, Franco (2000) aprova a tese dos estudos do filólogo Paul Teyssier, que, em 1957, apresentou no III Colóquio Internacional de Estudos Luso-Brasileiros, o artigo *L'“História de Portugal” de Fernando Oliveira d'après le Manuscrit de la Bibliothèque Nationale de Paris*, no qual, além de afirmar “a originalidade da miscelânea de obras manuscritas agregadas neste códice, atesta também sua autograficidade, excepto a cópia da *Arte de Gramatica* de António Nebrija, que não é toda da mão de Oliveira” (FRANCO, 2000, p. 76).

Em relação à numeração referente ao manuscrito da *História de Portugal*, vale salientar que a catalogação do *Fonds Portugais* da Biblioteca Nacional da França foi publicada por Alfred Morel-Fatio nos fins do séc. XIX, conforme atesta Peixoto (1963). Na introdução desse catálogo, registra-se a numeração anterior a 1862, sob o nº 5 (cota antiga), e o nº 10.022, correspondente ao *Ancien Fonds* (MOREL-FATIO, 1892, p. xxvii). De acordo com Franco (2000):

O conhecimento da história pregressa deste códice remonta, de acordo com os dados que dispomos hoje, ao ano de 1668, data da incorporação deste cimélio nas colecções da então Biblioteca Real de Paris, proveniente da biblioteca do cardeal Mazarino, que o possuía desde data ignota para nós. A proveniência do manuscrito da biblioteca do cardeal-ministro francês é atestada pelo embaixador Francisco José Maria de Brito, transcritor da tradução do tratado de agricultura de Columela, e por L. Delisle,

administrador geral da Biblioteca Nacional de Paris, numa carta solicitada por Henrique Lopes de Mendonça, na qual certifica: “o manuscrito da Biblioteca Nacional que contém os escritos do Padre Fernando Oliveira é um exemplar que parece ter sido preparado em vista duma impressão e que comporta as marcas de emendas importantes executadas pelo autor seja por um colaborador. Tudo o que nós sabemos sobre as origens deste manuscrito, é que ele entrou em 1668 nas nossas colecções e que ele precedentemente fazia parte da biblioteca do cardeal Mazarino” (FRANCO, 2000, p. 75-6).

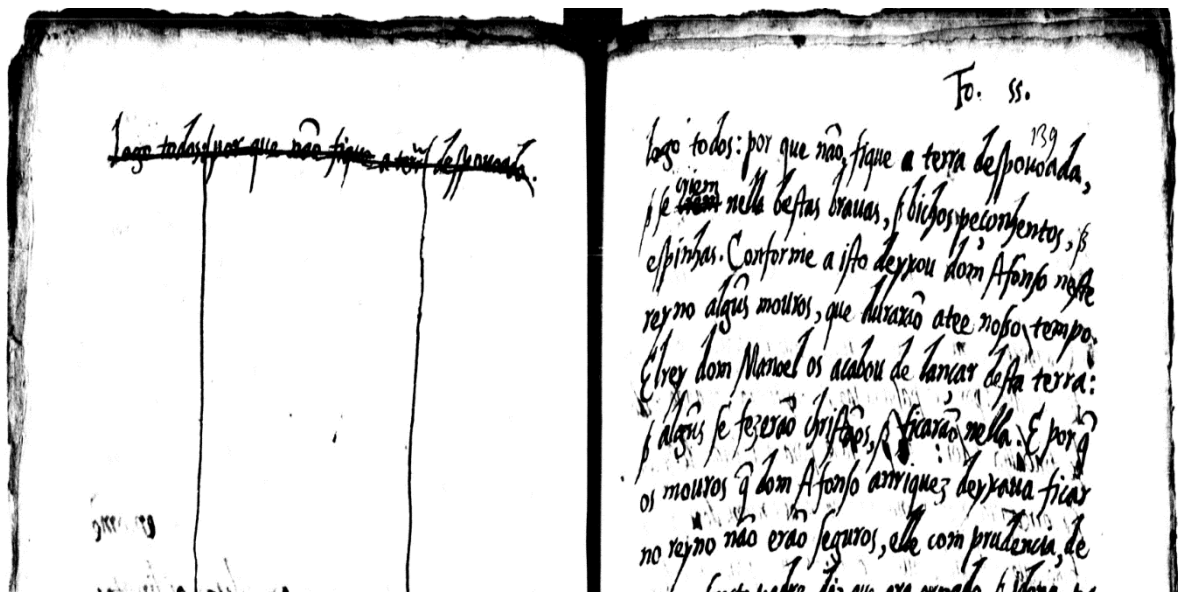
Até o momento, não existem informações que possam revelar de que maneira esses documentos chegaram à biblioteca do mencionado cardeal Mazarino, figura destacada na política francesa do séc. XVII. Lopes de Mendonça aventa a possibilidade de Fernão de Oliveira ter sido partidário de D. António²⁰, prior de Crato, durante a disputa da dinastia portuguesa de 1580 e, por isso, ter se exilado na França (FRANCO, 2000, p. 76).

4.1 Características do documento

O manuscrito tem 339 fólios, de 300mm × 212mm, somados em *reto* e em *verso*, sendo que alguns deles contêm trechos escritos em papel complementar e anexados ao fólio original pelo próprio autor, outros fólios estão em branco. Observa-se essa complementação da escrita nos seguintes fólios: 22v do primeiro livro e [13r_a], 50r do terceiro livro. Os fólios que se apresentam em branco, ou seja, deixados sem escrita pelo autor são: 23v do primeiro livro e 33v, 34v, 35v, 36v, 37v, 40v, 41v, 42v, 43v, 44v, 45v, 48v, 51v, 52v, 54v, 52v_a, 53v_a do segundo livro; 66v e 67v do terceiro livro. No fólio 54v — anterior ao fólio 55r_a, no terceiro livro — o autor escreve apenas uma linha de texto, sendo a mesma frase que inicia o fólio posterior, ou seja, “logo todos: por que não fique a terra despovoada”, mas o autor não dá continuidade ao texto e deixa o restante do fólio em branco, como pode ser constatado na imagem abaixo:

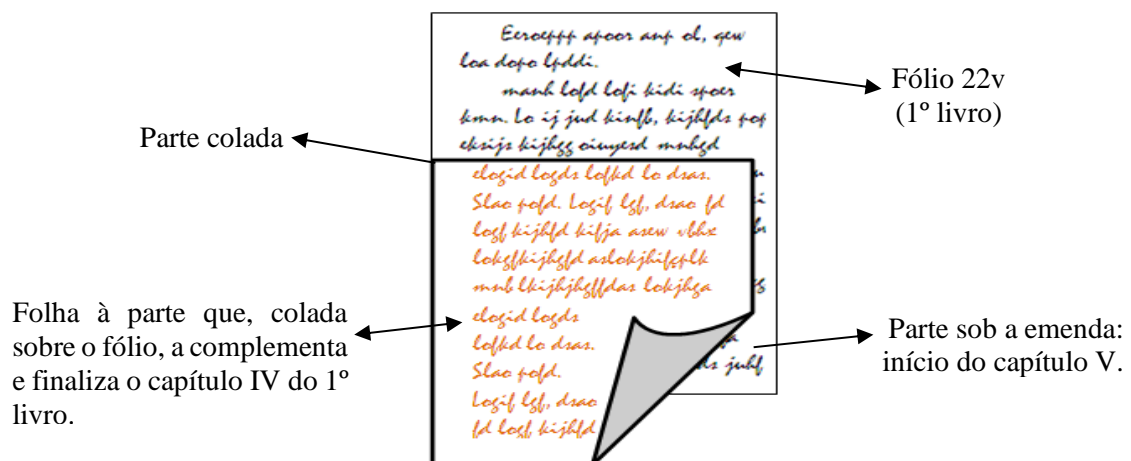
²⁰ D. António era neto de D. Manuel e filho de D. Luis com uma mulher do povo. Nasceu em Lisboa em 1531 e foi educado pelos monges jerônimos e por jesuítas de Évora. Sucedeu a seu pai como prior de Crato, em 1555, mas renunciou pouco depois. Por causa das contendas com seu tio, o cardeal D. Henrique, exilou-se na Espanha, mas foi chamado por D. Sebastião para as missões militares no Norte da África. Ficou prisioneiro na batalha de Alcácer-Quibir, mas conseguiu o resgate, regressando de imediato para Portugal por ordem das questões de sucessão ao trono, já que ele tinha a vantagem de ser o único neto varão de D. Manuel. D. António chegou a ser declarado rei de Portugal, no entanto D. Henrique questionou a legitimidade de sua documentação que provava o casamento secreto de seus pais e, com isso, foi expulso de Portugal. O prior de Crato tentou ainda a sucessão ao trono, buscando o auxílio da França e da Inglaterra (MARQUES, 1984, p. 153-7).

Figura 3 - Detalhe do fólio 54v (3º livro)



Determinadas dificuldades em relação à leitura do documento deram-se em razão das alterações posteriores feitas pelo autor com a finalidade de complementar o texto, algumas vezes adicionando longas anotações escritas em uma folha à parte e colando-a sobre o fólio a partir de determinado ponto. Salienta-se que a passagem do texto sob essa emenda não pôde ser lida a princípio, já que — em se tratando de um *fac-símile* — o trecho em questão ficou oculto, como ocorre no fólio 22v do primeiro livro. Com base nas explicações de José Eduardo Franco, a partir do seu livro *O mito de Portugal* (2000), e por meio de consultas feitas a ele, por telefone, na época da escrita da dissertação de Mestrado, chegou-se aqui à seguinte tentativa de mostrar como essa montagem foi construída pelo autor da *História de Portugal*.

Figura 4 – Ilustração da colagem no fólio 22v (1º livro) feita, provavelmente, pelo próprio autor



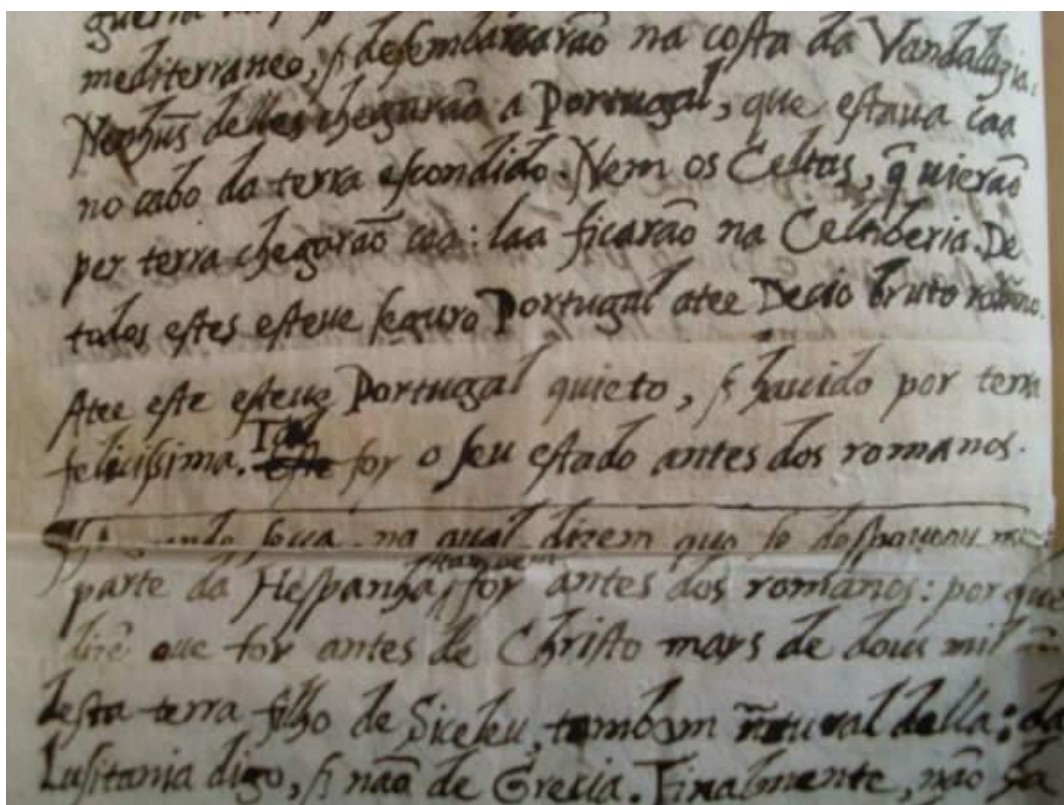
Fonte: Elaboração própria

Em seu livro, José Eduardo Franco (2000) registra, na nota de rodapé de número 201, a seguinte explicação a respeito dessa alteração no manuscrito:

Este grande extracto, colocado por nós entre parênteses rectos, constitui, no original manuscrito, um papel solto escrito com letra autógrafa e colada por cima no fol. 22 v, no fim do capítulo IV, com vista a complementá-lo. Por baixo desse papel colado encontramos o início do V capítulo que a seguir começa. Este acrescento foi iniciado pelo autor à margem do fôlio, tendo sido riscado para desenvolver, depois, nesta folha colada, como agora consta (FRANCO, 2000, p. 375).

Em 2008, a então estudante do Instituto de Letras da Universidade Federal da Bahia, Ana Bicalho²¹, em viagem a Paris — consequência do projeto sanduíche para o seu doutoramento —, atendendo a uma solicitação minha, visitou a Biblioteca Nacional da França e fotografou algumas páginas do manuscrito (a exemplo das figuras 5, 6, 7 e 8). Com isso, foi possível fazer a leitura da parte encoberta, referente ao início do capítulo V do primeiro livro e de outros fôlios igualmente danificados, impossíveis de ler a partir de uma cópia fac-similar.

Figura 5 - No fôlio 22v (1º livro), detalhe da nota colada, provavelmente, pelo próprio autor, a fim de complementar o texto escrito inicialmente



²¹ Atualmente, Ana Maria Bicalho é professora do Instituto de Letras da Universidade Federal da Bahia.

Figura 6 - Visão completa da nota colada ao texto original, provavelmente, pelo próprio autor, a fim de complementar o escrito, no fólio 22 v (1º livro)

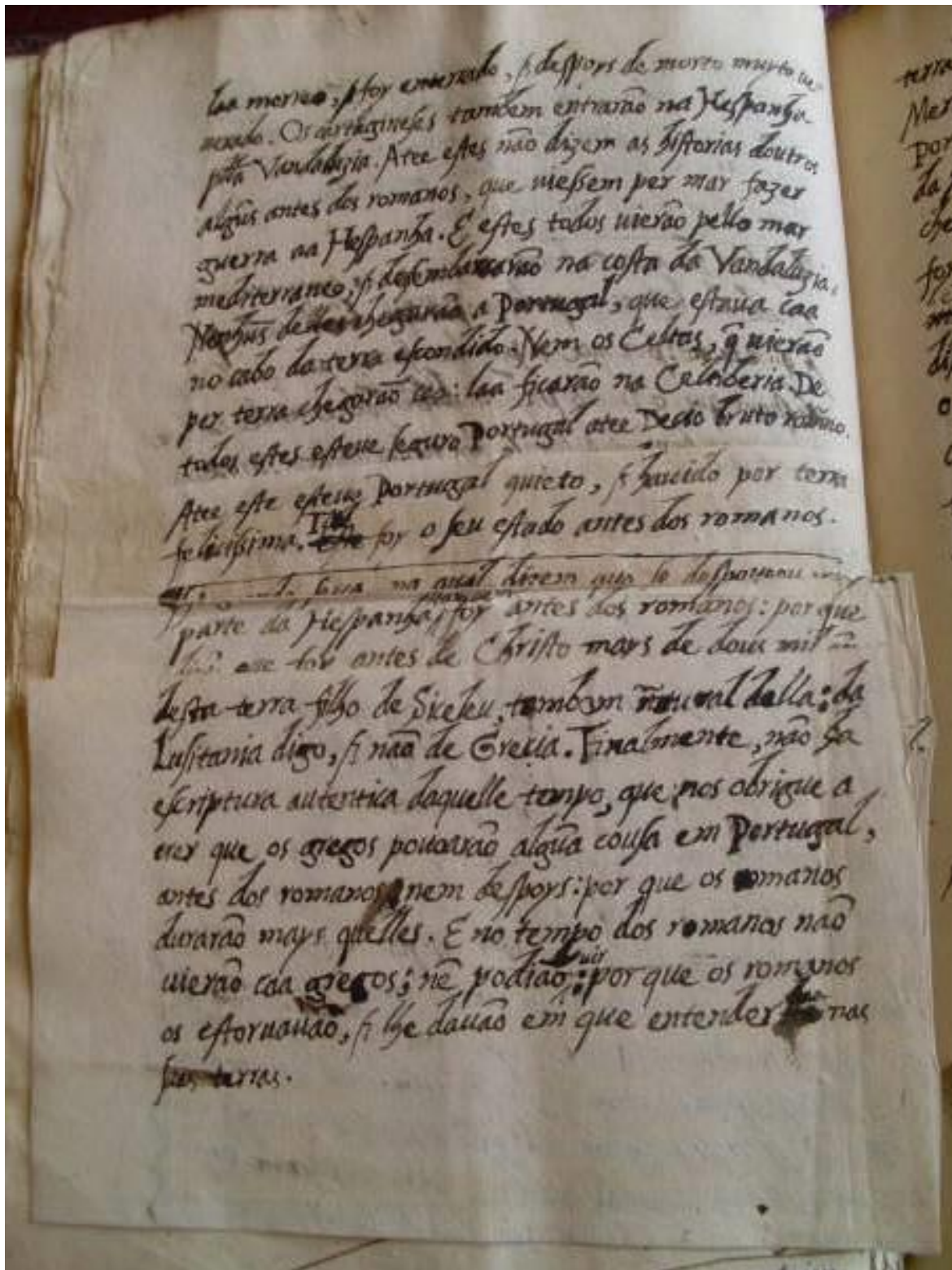
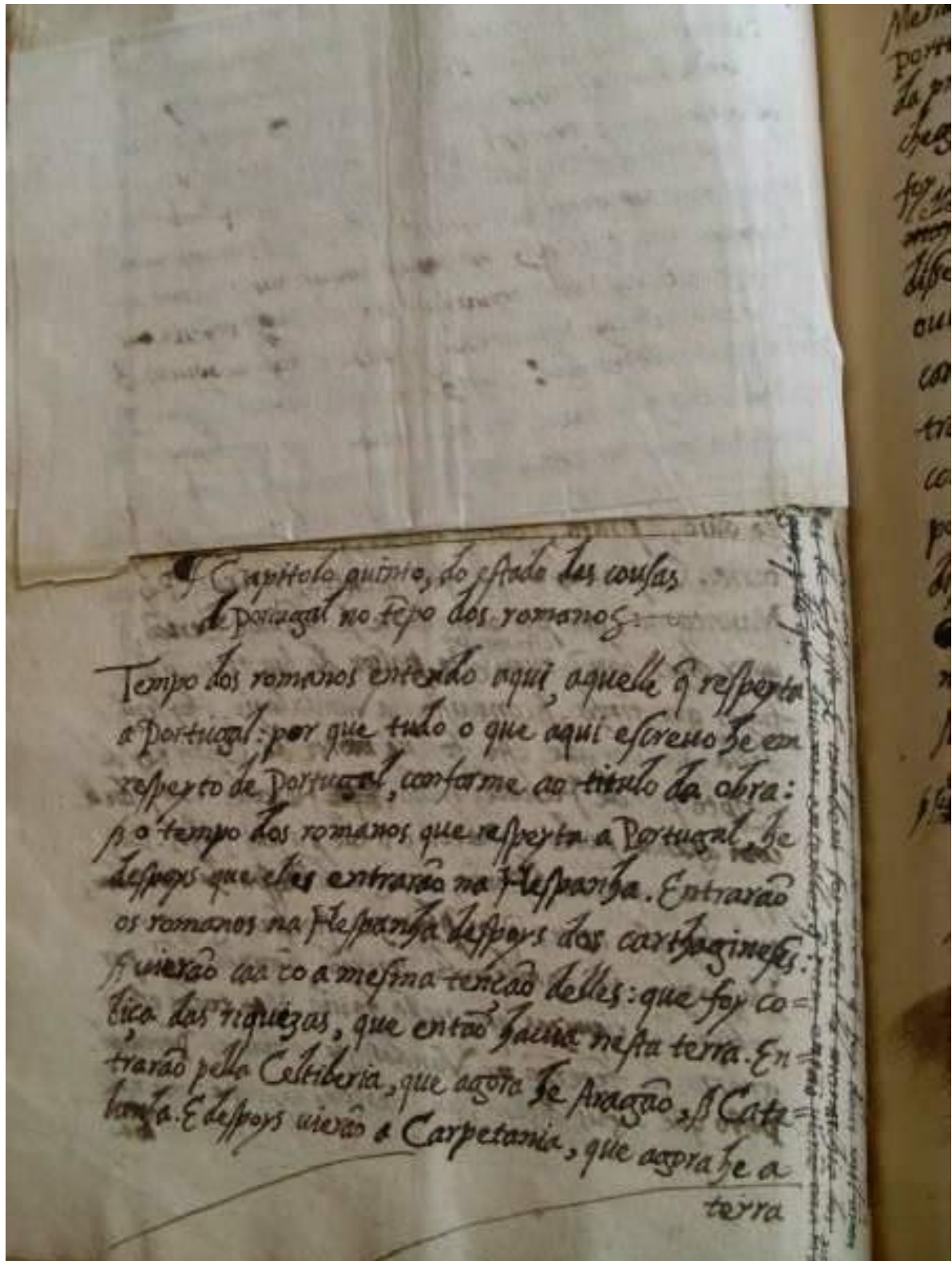


Figura 7 - Folha complementar desdobrada, no fólio 22v (1º livro)

parte da Espanha, ^{na qual se fez a descoberta} antes dos romanos: por que
 que foi antes de Christo mais de dois mil anos,
 e a povoação de Roma não foi antes de Christo mais
 de mil e tantos quando Eusebio não chegou a dois mil.
 E também ^{foi para se} antes da monarchia dos gregos: a qual
 monarchia começou em Alexandre, que foi quinhentos,
 ou quatrocentos annos antes de Christo: não mais,
 nem tanto: por que no primeyro livro dos machabeus
 diz, que Antiocho illustre morreu no anno cento e
 trinta e sete depois de Alexandre: e de Antiocho
 atee Christo não chegou a trezentos. Fiz menção
 da despoção da Espanha no tempo da seua:
 por que alguns dizem, que então vierão os gregos
 povoar estas terras: mas não podião ser muytos,
 por que ainda então não prosperava a gregia, e
 podia mandar lãa muyta gente: e esta q' mandou,
 não chegou a Portugal, por que se ficava lãa, e elles
 apoustantose nas ^{primeiras} terras q' alção junto de França, e
 do mar mediterraneo por onde vierão. Isto consta ser assi
 pelos nomes, que se les ficaram nas terras q' elles povoão, e
 não ficaram em Portugal. No qual dão ainda ^{alguns nomes antigos}
 lãta da seua. O que também faz parecer, que não foi
 esta terra despoçada de todo, nem fez nella seica tanto
 lãta como em Frãça, e Catalonha, que naturalmente são
 paizes seicas que esta. O nome de Lusitania se fez d'isso, e
 não se tomou de Lusias grega, sendo de Lusitania ^{o nome antigo}

Figura 8 - Início do capítulo cinco, sob a emenda no fólio 22v (1º livro)




4.1.1 A grafia


A análise feita na grafia do manuscrito da *História de Portugal* revela que a letra é humanística cursiva, cujo traçado possui uma certa elegância e clareza. Os vocábulos são geralmente fáceis de identificar, embora algumas vezes apresentem dificuldades quanto à leitura de trechos em latim, passagens alteradas ou manchas que, ora parecem causadas pela tinta utilizada pelo autor, ora causadas por agentes externos como, por exemplo, a umidade.


Os sinais de abreviatura, representações gráficas que marcam a redução de palavras e muito utilizados em textos do passado — da Antiguidade à Idade Moderna — são encontrados nesta obra de Fernão de Oliveira bastantes e variados. De acordo com Núñez Contreras (1994, p. 107), existem algumas explicações para as causas da escrita de palavras abreviadas no passado, tais como economia de tempo ou do material usado para escrever, maior rapidez no ato de escrita e, por consequência, menor esforço quando se escreve. Mas o autor afirma que nenhuma dessas explicações são consideradas totalmente satisfatórias porque


en muchos casos la realidad demuestra que escribir una palabra abreviadamente puede llevar más tiempo y exigir más atención que si se escribe con todas sus letras; tampoco el ahorro de materia escriptoria resultaria considerable si para cualquier texto se hiciera la experiencia de sustituir las abreviaturas por sus correspondientes letras²² (NÚÑEZ CONTRERAS, 1994, p. 107).


Algumas das abreviações encontradas no texto na *História de Portugal* estão relacionadas abaixo:


 = m(uyt)o


 = m(uyt)as


 = t(em)po


 = s(enh)or


 = q(ua)nto


 = q(ue)


 = f(ilh)os


 = p(ar)a


 = d(eo)s


 = cap(itol)o


 = c(ætera)

 = Chr(ist)o


 = n(ost)ri

 = tit(ul)o


 = soom(ente)




 = nostror(um)

 = Portug(a)l

 = p(ri)meyro

²² Tradução livre: “Em muitos casos, a realidade demonstra que escrever uma palavra abreviadamente pode levar mais tempo e exigir mais atenção do que se escrevesse com todas suas letras; a economia de matéria escriptoria também não seria considerável se para qualquer texto fosse feita a experiência de substituir as abreviaturas por suas letras correspondentes.”

 = p(ar)agē

Além dessas abreviaturas, a nota tironiana <  >, é de uso frequente no documento. Os signos, representações ideográficas, encontrados na primeira *História de Portugal* foram apenas dois: um deles refere-se à figura de cunho religioso conhecida como cruz de Malta, ou Cristo <  >, localizado no fólio 63v do segundo livro, que, de acordo com Houaiss (1967, p. 191), “servia, em tipografia para remissão recíproca de notas do texto ao rodapé, e vice-versa” e também “para indicar o batismo, em certos verbetes biográficos”. O outro signo encontrado, utilizado por Fernão de Oliveira, a fim de marcar a inclusão de um texto à margem do documento, é uma espécie de círculo realizado no centro de duas linhas retas entrecruzadas, conforme esta figura <  >, presente nos fólhos 17v, 20r, 29r do primeiro livro; 54v, 58v, 65r, 67r do segundo livro; 20v, 38r e 47v do terceiro livro.

4.2 A filologia e os tipos de edição de textos

A edição de textos do passado representa um importante exercício de Filologia porque permite a recuperação de documentos antigos — muitas vezes já esquecidos ou escondidos sob a poeira do tempo — a fim de serem transmitidos à posteridade. Esses textos são de grande interesse também para os estudiosos da Linguística Histórica.

No entanto, durante o processo de cópia e transmissão desses textos, muitos problemas têm sido um dos principais pontos de discussão dentro do grupo dos estudiosos da Crítica Textual, preocupados com as modificações sofridas pelo texto desde a sua forma primitiva. De acordo com Cambraia (2005, p. 3-7), essas mudanças podem ser de dois tipos: exógenos e endógenos. As modificações exógenas derivam do suporte material do texto, tanto no que se refere à matéria subjetiva — como papiro, pergaminho, papel etc. — quanto à matéria aparente — grafite, tinta etc — e podem ser causadas por umidade, sol, fogo, ação de insetos, vandalismo. As modificações endógenas derivam do ato de reprodução do texto causadas pelo próprio autor intelectual da obra ou por terceiros durante o processo de reprodução do texto.

Aliás, para aqueles que se dispõem a reproduzir determinado texto, um dos cuidados necessários refere-se à tentativa da restituição genuína dos textos em relação ao seu original, seguindo os critérios do tipo de edição escolhida, pois quem se dispõe a efetuar essa

tarefa depara-se com diferentes caminhos que podem ser percorridos, e a sua escolha dependerá do tipo de público que se deseja encontrar no final. Assim, essa edição configura-se como uma das primeiras dificuldades do filólogo, ou seja, a escolha do tipo de edição — conservadora ou modernizadora — que o guiará na realização de um determinado trabalho.

Os tipos de edições comumente utilizados são: *edição mecânica ou fac-similar*, *edição paleográfica ou diplomática*, *edição interpretativa*, *edição semidiplomática*, *edição crítica* e *edição genética*. Para conceituar cada um desses tipos, seguiu-se aqui autores como Borges e Souza (2012) e Cambraia (2005) e obtiveram-se os seguintes resultados:

A *edição mecânica ou fac-similar* é a reprodução fotográfica, xerográfica ou heliográfica de um manuscrito ou de uma obra impressa, por isso denominada também de edição fotomecânica ou fac-similar. Borges e Souza (2012) advertem que este tipo de edição reproduz o texto de forma mais aproximada, “ainda assim há, nela, intervenção do editor, que manipula a captura da imagem e a apresentação por meio da edição” (BORGES; SOUZA, 2012, p. 33). No entanto, Cambraia (2005) afirma que

Este tipo de edição tem como vantagem permitir o acesso ao texto de forma praticamente direta, o que confere ao consulente grande autonomia e liberdade na interpretação do testemunho. Por outro lado, tem a desvantagem de poder ser consultada apenas por especialistas, porque pressupõe a capacidade de se ler um texto na escrita original (CAMBRAIA, 2005, p. 91-92).

A *edição paleográfica ou diplomática*, conforme Borges e Souza (2012), refere-se à transcrição “pura e simples” no sentido rigoroso da lição de um manuscrito, ou seja, são conservados de todos os elementos presentes no texto modelo, tais como: erros, lacunas, abreviaturas, sinais de pontuação, paragrafação, separação vocabular etc. De acordo com Cambraia (2005, p. 93-94), vale salientar que, embora este tipo de edição seja mais fácil a leitura do que no tipo de edição mecânica, ainda assim deve-se exigir os conhecimentos de um especialista por conta da manutenção de caracteres difíceis de serem compreendidos pelo grande público. Atualmente, os interessados nesse tipo de edição são geralmente pesquisadores da história da língua, no intuito de observar o comportamento linguístico, em seus vários aspectos, de uma determinada época, uma vez que são muito poucas as intervenções de terceiros no texto original.

A *edição interpretativa* permite operações como desenvolvimento de abreviaturas e conjecturas, com maior liberdade ao editor. Além disso, pode-se realizar uma uniformização gráfica do texto sem, no entanto, interferir nas variantes fonológicas, morfológicas, sintáticas e lexicais. Dessa forma, o texto torna-se acessível a um público mais amplo (CAMBRAIA, 2005,

p. 97). Deve-se salientar que a interferência do editor em relação à pontuação ou à paragrafação, por exemplo, exige deste uma leitura mais apurada do texto, como explicam Borges e Souza (2012):

ajustar na transcrição os sinais de pontuação e diacríticos, como a divisão de palavras e emprego de maiúsculas, ao uso moderno, supõe a tomada de uma série de decisões críticas na interpretação do texto, daí justificar-se, dentre outros procedimentos filológicos, o preparo de uma edição interpretativa (BORGES; SOUZA, 2012, p. 31).

A *edição semidiplomática* refere-se à mediação de grau médio por parte do editor, uma vez que, no processo de transcrição, realizam-se modificações a fim de tornar o texto mais compreensível para um leitor menos especializado, ou seja, aquele indivíduo incapaz de decodificar determinadas características originais como os sinais de abreviação, por exemplo. Conforme Borges e Souza (2012, p. 32), esse tipo de edição “situa-se entre a interpretativa e a diplomática, sendo sua prática marcada pela ação menos interventiva que a interpretativa e mais interventiva que a diplomática”.

A *edição crítica* “define-se como uma tentativa de dar conta dos fenômenos existentes, feita a partir daquilo que o editor conhece em torno das circunstâncias que os têm gerado”, na concepção de Spaggiari e Perugi (2004, p. 69). De acordo com Cambraia (2005, p. 104), esse tipo de edição “caracteriza-se pelo confronto de mais de um testemunho, geralmente apógrafos, no processo de estabelecimento do texto, com o objetivo de reconstituir a última forma que seu autor lhe havia dado”. Segundo Borges e Souza (2012), para cumprir as finalidades da edição crítica, é necessário conhecer o contexto linguístico-histórico relacionada à obra, tais como “as particularidades dialetais, o uso estilístico do autor e do gênero, as características do texto conservado, valoração intrínseca dos testemunhos sobre a base dos erros evidentes ou juízo sobre as lições singulares etc.” (BORGES; SOUZA, 2012, p. 28).

Um dos motivos iniciais que pode conduzir aquele que deseja editar um texto na escolha de uma edição, de natureza modernizadora ou conservadora, é se basear no campo bibliográfico, ou seja, no “grupo formado pelas edições existentes em torno de um determinado texto” (CASTRO; RAMOS, 1986, p. 112). Dessa forma, uma definida obra seria, assim, divulgada a um público diversamente ampliado, pois um “campo bibliográfico ideal é aquele em que, de um texto, existem no mercado, ou são facilmente acessíveis, exemplares de todos os tipos de edição capazes de satisfazer as necessidades de todos os tipos de leitor potencial” (CASTRO; RAMOS, 1986, p. 112).

As edições mais recentes a respeito desse documento são de responsabilidade do historiador José Eduardo Franco (2000), da Universidade de Lisboa, mas o trabalho se apresenta com transcrição modernizadora, o que não é interessante para os estudiosos da língua, dispostos a analisar as características linguísticas da época em que o texto foi escrito sem as interferências do editor. Do mesmo ano, como resultado de Mestrado na Universidade de Coimbra, tem-se a edição crítica de Teresa Margarida Jorge, que se propôs a restaurar a linguagem registrada no documento, de modo a aproximar o máximo possível do texto original, respeitando as características fonéticas e morfossintáticas. No entanto, essa edição não foi publicada, nem se tem conhecimento de referências sobre esse trabalho.

Por ser um texto escrito no final do século XVI, momento em que a grafia não apresenta muitos estranhamentos aos olhos atuais, obtém-se certa garantia de uma edição quase intacta em alguns aspectos sem acarretar prejuízo ao leitor menos habituado aos escritos antigos. Assim, a edição semidiplomática permite o uso dos dados coletados para trabalhos de natureza linguística, como as regras de pontuação utilizadas pelo autor, as regras no uso das maiúsculas e uma série de outros comportamentos que podem ser observados a partir desse tipo de edição.

Com isso, verifica-se que o objetivo primordial do presente trabalho é o de tentar descrever a história dessa língua que tem sido considerada — usando as palavras do poeta Olavo Bilac — “a última flor do Lácio inculca e bela”. Além do mais, tendo em vista que “foi com base nos textos antigos que a gramática histórica, a história do desenvolvimento das diferentes línguas, se pôde desenvolver” (AUERBACH, 1972, p. 17), não é engano dizer que esse é um documento importante para os estudos da língua portuguesa por ter sido escrito em um momento crucial por qual passava o reino português, além de ser um dos últimos textos (ou quem sabe o último) escrito por Fernão de Oliveira. Este, que foi autor da primeira gramática da língua portuguesa, publicada em 1536, escreve no final de sua vida um texto que parece transparecer uma mescla de amor e revolta: amor a sua pátria, exaltando Portugal frente às outras nações quanto a sua primazia; e revolta, principalmente diante de alguns nomes e fatos históricos, como também de certos comportamentos e atitudes do ser humano.

4.2.1 Critérios de transcrição

Para a presente edição semidiplomática seguiram-se os critérios de transcrição indicados abaixo com alguns comentários que se fizeram pertinentes:

a) A numeração dos fólhos

Baseada em identificação original, rigorosamente obedecida, a numeração dos fólhos encontra-se na margem superior e direita da edição, indicada por algarismos arábicos, acompanhados da letra <r> ou <v> (relativo à face do manuscrito: r = *reto* e v = *verso*). A identificação dos fólhos é obedecida mesmo quando, por vezes, o autor quebra a sequência dessa numeração por motivos desconhecidos ou, presumidamente, por lapso. Nesse caso, apõe-se sempre nota explicativa em pé-de-página, indicando para os fólhos com ausência de identificação o acréscimo de um número subscripto à sequenciação original, como nos fólhos 22v₁ do primeiro livro e [13r₁], 50r₁, [50r₂] do terceiro livro v_a.

b) Translineação

A translineação seguida no texto original será mantida, inclusive na representação dos reclusos e nos casos em que as sílabas cortadas ao meio pelo autor, quando interlineares, são também obedecidas e marcadas por hífen < - >.

c) As correções do autor

As várias alterações realizadas pelo autor no manuscrito são marcadas em notas de rodapé, indicando, quando a leitura for possível, qual a palavra rasurada pelo autor. Quando não há rasura, mas acréscimo de palavra ou frase entrelinhas, indica-se esse acréscimo com o símbolo de setas voltadas para cima <↑> em suas extremidades.

A escolha desse critério é uma forma de suscitar o interesse por este trabalho para a análise da gênese do texto, ou seja, o interesse em estudar a “obra nas metamorfoses em que ela se constitui” (LOBO, 2004), buscando através da escrita a psicologia da criação ou os possíveis pré-textos que a compõem. Afinal de contas, um texto é aquilo que sobra das outras possibilidades ou escolhas de um escritor. É sob esse prisma que Houaiss (1967) afirma que

a obra escrita não é, de regra, vazada numa primeira e única demão. O ajustamento entre o pensamento exato procurado por ensaio e erro, por aproximação sucessiva, por autocrítica permanente, e a forma verbal desejada é, em cada autor, produto de um processo que, quase sempre, atravessa duas ou mais fases de formulação (HOUAISS, 1967, p. 65).

d) Intervenções do editor

d₁) As vogais <i> e <u> com valor consonântico são substituídas pelas denominadas letras ramistas <j> e <v> respectivamente, assim como também são substituídas essas consoantes com os valores das referidas vogais.

d₂) Os trechos extensos que se encontram à margem do manuscrito, escritos pelo autor, são transcritos em nota de rodapé. Essas notas marginais são indicadas através de um sinal de inclusão característico a uma espécie de símbolo <⊕>, semelhante ao utilizado pelo autor para marcar o local da correção, como no livro 1, no fôlio 17v <⊕>.

d₃) As abreviaturas desenvolvidas encontram-se dentro de parênteses (). Essas abreviaturas foram desenvolvidas na edição, seguindo a grafia utilizada por Fernão de Oliveira, como por exemplo em “deos”, comumente utilizada pelo autor quando não está abreviada. No caso de haver variação na grafia, como em “titolo” ~ “titulo”, deu-se preferência à forma de maior número encontrada no texto.

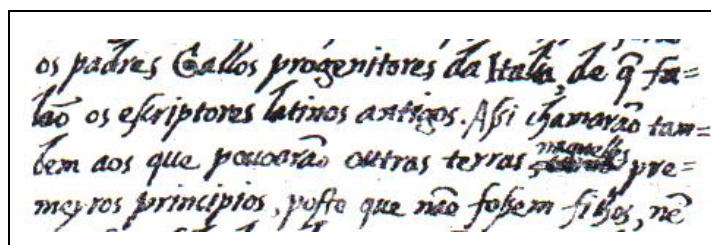
d₄) O sinal tironiano, que representa, ou a conjunção aditiva, ou o encadeamento discursivo, foi substituído por < e >.

d₅) Utilizou-se o sinal diacrítico < ~ > para indicar nasalidade, porém em caso de duplicidade de vogais (como acontece nos exemplos a seguir, registrados na linha 10 do fôlio 8v < *irma* >, < *irifaa* >), marcou-se apenas a primeira vogal, como prescreve as regras ortográficas atuais.

d₆) Os trechos em latim foram transcritos em itálico.

d₇) Conforme se pode verificar no exemplo abaixo, substituiu-se o hífen duplo, sinal utilizado pelo autor para separar sílabas interlineares, pelo hífen simples < - >.

Figura 9 - Sinal utilizado pelo autor para separar sílabas interlineares ao longo do texto (1º livro, fôlio 3v, linhas 14-17)



d₈) Elementos de leitura duvidosa presentes no manuscrito foram inseridos através da interpretação conjectural exigida por indícios, assim como parte de palavras e também pelo contexto apresentado. A inserção dessas conjecturas foi marcada entre colchetes [] e explicadas em notas de rodapé. Na impossibilidade de conjecturas, assinalou-se o trecho por colchetes com reticências [...], independentemente de sua extensão.

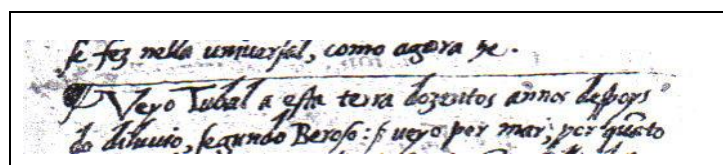
e) A pontuação

Respeitam-se na transcrição os sinais de pontuação utilizados pelo autor da obra, não obstante a opinião de alguns estudiosos, que preferem interferir na pontuação original a fim de facilitar ao leitor moderno a leitura seguida da obra e/ou por acreditarem que o uso desses sinais gráficos em escritos antigos é baseado em critérios aleatórios.

No entanto, trabalhos realizados a respeito do assunto, como o de Santos (2002), demonstraram que a pontuação, utilizada em textos que seriam lidos para uma plateia majoritariamente analfabeta, seguia uma característica baseada em aspectos prosódicos da língua oral ou, poucas vezes, seguia um comportamento lógico-gramatical, como em referência à *Carta de Pero Vaz de Caminha* de 1500, por acreditar que esse texto seria lido, primordialmente, por uma única pessoa, o rei D. Manuel. Da mesma forma, Machado Filho (2004), ao analisar a pontuação em manuscritos medievais portugueses a partir da influência da língua oral sobre a escrita, percebeu que o ato de pontuar seguia um caráter sistemático, determinado por contextos específicos, considerando, ao final, que não se pode atribuir ao uso da pontuação medieval “um caráter assistemático nem mesmo arbitrário e desordenado, condicionado exclusivamente pela subjetividade dos escribas que a utilizavam” (MACHADO FILHO, 2004, p. 119).

Na *História de Portugal*, a pontuação é representada pelos seguintes sinais: ponto [.]; vírgula [,]; ponto-e-vírgula [;]; dois-pontos [:]; interrogação [?], tendo sua representação gráfica normal, ou seja, [?]; a positura [~], representada na transcrição pelos sinais gráficos [:~], que é, segundo Machado Filho (2004), utilizada com o objetivo de marcar o fim do parágrafo ou do texto, indicando a sequência de um novo encadeamento — porém, essa regra nem sempre era obedecida por Fernão de Oliveira; e o caldeirão medieval, representado pelo sinal [¶], usado geralmente para indicar início de parágrafo, de proposição ou de parte de texto. O caldeirão medieval, utilizado por Fernão de Oliveira na *História de Portugal*, possui uma haste na parte superior que perpassa de um lado a outro, por toda a mancha da linha escrita, como pode ser visto na figura abaixo:

Figura 10 - O caldeirão medieval (1º livro, fólio 2r, linha 8)



Uma característica marcante encontrada na *História de Portugal* é quanto a dois traçados deixados pelo autor em cada fôlio do documento, localizados no final da mancha escrita e anterior ao reclamo, de acordo com as figuras representativas a seguir:

Figura 11 - Traçados que marcam o final dos fôlios (1º livro, fôlio 8v)

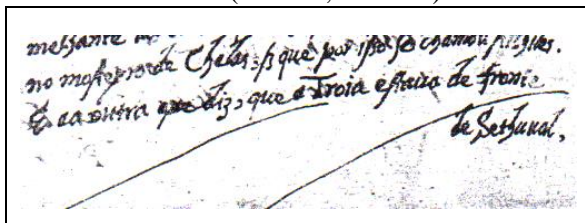
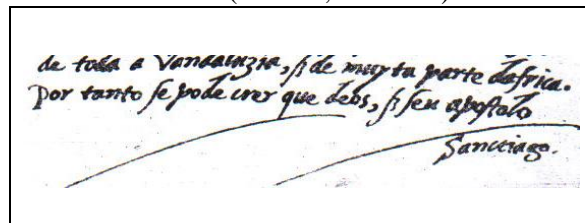


Figura 12 - Traçados que marcam o final dos fôlios (1º livro, fôlio 51r)



f) Letra capitular

As maiúsculas e as minúsculas são utilizadas obedecendo à grafia de Fernão de Oliveira, inclusive na onomástica (topônimos e antropônimos), a fim de que este trabalho de edição possa servir aos interesses de pesquisadores que pretendem constituir *corpora* para o estudo das maiúsculas na história da(s) língua(s).

Embora seja esse um assunto que parece ter demonstrado, até o momento, pouco interesse para os estudiosos da Linguística Histórica, sabe-se que o emprego das letras maiúsculas em início de palavras, atualmente, é dotado de regras sistemáticas. Observar o comportamento desse uso em textos escritos no passado talvez possa sugerir uma explicação para os critérios utilizados por seus autores. Quanto ao seu percurso histórico, Houaiss (1967) afirma que

O emprego das maiúsculas como realce material para caracterizar nomes próprios ou noções iminentes é já encontrável na tradição alexandrina [...]. Sem rigorosa observância a norma alexandrina foi seguida na Idade Média e no Renascimento tomou feição quase definitiva, perdurando até hoje (HOUAISS, 1967, p. 100).

No entanto, é sabido ainda que o emprego das letras maiúsculas tomou comportamento diferente em culturas diversas: na Alemanha, por exemplo, o uso das maiúsculas é adotado em todos os substantivos (comuns ou próprios). Para a língua portuguesa, muitos gramáticos modernos prescrevem o uso das maiúsculas em começo de discurso, nos substantivos próprios, nomes de fatos históricos, em palavras referentes a nomes sagrados etc.

4.3 Edição da *História de Portugal*: transcrição do documento

Fólio 1r

¶ Começa a hestorea¹
de Portugal, recolhida de escrip-
tores antigos, e cronicas aprovadas, p(e)llo
licenciado Fernãdoliveyra, capellão dos
Reys de Portugal de seu tempo.

¶ Capitulo premeyro do premeyro livro,²
no qual diz, quẽ forão os premeyros povo-
adores de Portugal: dos ↑q(ua)es↑ elle tomou o
nome, que ainda agoora tem.

Das povoações, e nomes das terras dantes do diluvio
geral, que chamamos³ de Noe, por q(ue) per elle o mandou
deos denũciar ao mundo: no qual toda a terra foy
allagada, e perecerão todas as memorias daq(ue)llo tempo,
não temos noticia algũa, nem sabemos que gente morou
em Portugal, nem ↑como↑ se chamava: e por isso diz Salamão
no Ecclesiastes, que não ha antre nos memoria das
cousas premeyras. Porem despoys do diluvio⁴ sabemos per
certa fama, e escripturas de bõs autores, que hum
neto de Noe chamado Tubal filho de Japeto foy o
premeyro, que começou povoar a Hespanha. A qual
ainda então não tinha esse nome, nem o teve da hi
a muyto tempo: mas logo no principio se chamou
Tubalia, por que a povoou Tubal: e os homẽs della
se chamarão Tubales, segundo diz Josepho no livro
das antiguidades: por que assi dizem q(ue) lho tinha
mandado

¹ Há uma rasura após esta palavra que continua no início da linha seguinte que diz «da antiguidade ↑e da liberdade↑ do reyno».

² Alteração feita acima da rasura «parte». Dessa forma, nesta mesma linha, o autor alterou para masculino a última letra da preposição e a do vocábulo «premeyra».

³ Alteração feita acima da rasura «chamão».

⁴ Alteração feita acima da rasura «Noe».

Fólio 1v

mandado Noe a seus ↑f(ilh)os↑ e netos, que posessem appellidos de seus nomes aas terras q(ue) povoassem, para se saber, quem fazia may's fruyto na povoação da terra, que lhe per deos era encomêdada. Despoys que as gêtes de Tubal se forão estendendo p(e)lla terra da Tubalia poserão diversos nomes em diversas provincias, segundo as gêtes, ou capitães, que as povoarão. A provincia q(ue) agora chamamos alentejo chamarão Gallia, por que elles se chamavão gallos, como logo direy a bayxo. Outra chamarão Gallecia, por q(ue) a povoarão os galleses. Outra Lusitania: outra yberia: outra celtiberia. Mas nenhum nome destes foy universal em toda esta terra q(ue) agora chamamos Hespanha. Soo o nome Hesperia, que lhe despoys poserão, por que estaa no ponente, onde apparece a estrella da vespera, parece que foy universal, e servio para toda a Hespanha. E quando os romanos, ou gregos chamão a toda a Hespanha Yberia, ou Celtiberia tomão a parte p(e)llo todo, como se acostuma em outras cousas.⁵ E deste costume se introduzio este nome Hespanha em toda ella: por q(ue) de principio não se chamou Hespanha senão soo a terra onde reynou hum Rey que havia nome Hispan: o qual segundo dizem reynou na q(ue) agora chamão Vandaluzia. E por q(ue) as gentes de levante, Fenizes, Cartagineses, Gregos, Romanos, e outras gentes daquellas regiões, quando vinhão a estas terras, achavão

naquella

⁵ Alteração feita acima da rasura «terras».

Fólio 2r

naquella praya do mar mediterraneo, onde apportavão, este nome da Hespanha, chamavão tambem Hespanha toda estoutra terra que estaa caa para nos: como agora fazẽ as nossas gentes, q(ue) descobrem terras novas, e põe lhe os nomes das premeyras terras onde apportão, ou surgem. Desta maneyra se introduzio este nome nesta terra, e se fez nella universal, como agoora he.

¶ Veyo Tubal a esta terra dozentos annos despoys do diluvio, segundo Beroso: e veyo per mar, por quãto vinha das ilhas, que elle e seus irmãos filhos de Japeto povoarão, segundo se lee na Sagrada escriptura aos dez capitolos do Genesis. E mays, segũdo parece, veyo p(e)llo mar oceano athlantico: por q(ue) os autores dizem, que Japeto povoou as partes occidentays da Africa, onde estaa o mõe Athlante: e seus filhos devião povoar as ilhas adjacêtes, que estão na p(ar)agẽ daquelle mõe, que são ou as do cabo verde, ou as que agora chamão canarias: e antigamente se chamavão bem afortunadas. Das quaes vindo p(ar)a a Hespanha, a rezão da navegação nos cõstrange crer, que veyo surgir na costa de Portugal, e não da Vandaluzia, como algũs quiserão dizer: por que a Vandaluzia jaz dentro do estreyto, e daquellas ilhas para caa navegase com Sul, o qual não deyxá embocar o estreyto, e para Portugal

cay em

cay em popa. Pollo que se deve crer sem duvida, o q(ue) diz Florião do campo, e outros, que Tubal veyo apportar no rio de Sethuval. Diz este autor cronista dos Reys de Castella, que Sethuval quer dizer assento de Tubal: e que lhe poserão este nome, por q(ue) Tubal fez a li seu assento, e morada: por que Seth he palavra de Armenia donde Tubal era⁶ natural: e quer dizer assento de morada, como sedes ã latim. Diz Flor↑i↑ão, que Tubal fez ali hũa povoação: a qual se a fez em bayxo devia ser alem do rio, por que a que agora estaa aquem he muyto nova, e sabemos seu principio, e alem do rio achãose aliceses de edificios antigos, de cujo fũdam(ento)⁷ não temos noticia algũa. E posto que lhe chamẽ Troia,⁸ não se deve crer que algũs troianos povoarão ali: por que não ha autor, que tal escreva, nem conjeytura, q(ue) o faça crer, nẽ prove⁹ que vierão caa troianos. O nome de Palmella faz parecer, que então foy fundado aquelle castello: por q(ue) parece q(ue) foy tomado dhũa palavra armenica que he palmira: a qual quer dizer louvor de deos. E parece que apportando elles ali fezerão sacrificio naquelle outeyro, como he costume dos navegantes, q(ue) vem a salvamẽto, dar louvores a d(eo)s. Fazer sacrificio nos outeyros e lugares altos era costume antigo, segundo consta dalgũs passos da sagrada

escriptura,

⁶ Alteração feita acima da rasura «vinha».

⁷ «cujo fũdam(ento)» está acima da rasura «que».

⁸ Alteração feita acima da rasura «Troya».

⁹ Alteração feita acima da rasura «diga».

Fólio 3r

escriptura, em especial daquelle do Genesis, onde d(eo)s mandava a Abraham sacrificar seu filho Isaac sobre hum monte. E no evangelho a molher samaritana diz, que os padres antigos adorarão naquelle mōte q(ue) ali estava em Samaria. E samuel propheta quando ungio Saul sacrificava nos altos. Assi que era costume dos antigos sacrificar, e louvar a deos nos lug(a)res altos, e por isso Tubal quando apportou em Sethuval sacrificou, e deu louvores a deos naq(ue)lle mōte de Palmella, e poslhe nome Palmira que q(ue)r dizer louvor de deos, e p(e)llo muyto tempo mudandose¹⁰ duas letras chamase agora Palmella. ¶ Da terra de Sethuval, onde Tubal estava dasseto, mandou elle aas outras terras seus filhos e companheyros a povoallas: e mandou logo povoar as milhores. Mandou hum seu filho chamado Ibero povoar a ribeyra do Ebro, que he hũa das milhores terras da Hespanha: do qual Ibero se chamou aquella terra Iberia. Mandou pov↑o↑ar a ribeyra do Tejo, onde Estrabão diz, que forão povoadas cidades opulentissimas: por q(ue) a terra era p(ar)a isso. Mandou tambem povoar alentejo, e ribeyra de Guadiana: e poserãolhe nome Gallia, por que elles se chamavão Gallos. Chamar(em)se aquellas comarcas Gallia e os moradores dellas Gallos consta do terceyro livro de Estrabão de *situ orbis*, onde diz, que a cidade Pax augusta estaa na Gallia. E antes tinha dicto,

que os

¹⁰ Alteração feita acima da rasura «se mudando».

Fólio 3v

que os Gallos e Turditanos erão vezinhos, e parentes. E despoys a bayxo diz. Junto do promôtorio Nerio morão os Gallos, que tocão em parentesco aos que vivem junto de Guadiana. Assi que se chamou Gallia a terra vezinha de Guadiana, onde estaa a cidade *Pax augusta*, por que a povoarão os Gallos, que erão os companheyros de Tubal: os quaes se chamavão Gallos, por que erão da geração de Noe e de seus filhos, q(ue) erão os propios Gallos, por q(ua)nto forão alagados no diluvio geral: por que esta palavra Gallo, segundo diz Xenophonte no livro dos equivocos, nas linguas hebraica e armenica quer dizer alagado. Estes Noe e seus filhos forão os padres Gallos progenitores da Italia, de q(ue) fallão os escriptores latinos antigos. Assi chamarão tambem aos que povoarão outras terras naquelles¹¹ premeiros principios, posto que não fossem filhos, nẽ ouvessem sido alagados, mas erão netos, e descendentes daquelles, como era Tubal, e seus companheyros. E por que estes se chamavão Gallos, se chamavão Gallias as terras que elles povoavão. Assi desta maneyra se chamou Gallia a terra dalentejo: e despoys dali os que forão povoar a terra junto do promôtorio Nerio levarão laa estes nomes. Os quaes nomes durarão nestas terras em vida daquelles premeiros povoadores: mas despoys

os seus

¹¹ Alteração feita acima de uma rasura, que parece ser «como» após uma vírgula também riscada.

Fólio 4r

os seus descendentes vendo que não forão elles alag(a)dos, mas que descendião dos q(ue) o forão,¹² deyxarão o nome de allagados, e tomarão nome derivado daquelles q(ue) o forão, e chamarãose Gallaicos, e a terra Gallacia, ou Gallecia, como logo direy.

¶ Estes nomes Gallacia e Gallecia, e assi os seus primitivos Gallaici e Galleci, todos são derivados deste nome Gallos, e significação hũa mesma gēte e terra: e posto que tenham deferença nas letras, não a tem na significação: por que onde Plinio põe Galleci, põe Ptholemeu Gallaici, e onde Justino põe Gallecia põe Estrabão Gallacia: e parece que a deferença das letras deve nacer da deferença das linguas grega e latina, em q(ue) escreverão aquelles autores: porem elles todos significação hũa terra e gēte: e não significação soo a que agora chamamos Galliza e Gallegos, mas significação muyto mays do q(ue) aquillo agoora he. Os autores dizem, que toda a terra do Tejo atee os montes Pyreneos se chamava Gallecia: em cujo nome algũs escrevem Galliza. Assi o faz entender Elrey dom Afonso o sabio, na vida de Octaviano cesar, capitulo cento e sete, da premeyra p(a)рте da sua cronica geral, onde diz. Erão naquelle tēpo Cantabria, e as Asturias hũa partida da provincia de Galliza. E a bayxo diz outra vez. Duroulhe desta vez a guerra de Cantabria e das Asturias, e das outras terras das provincias de Galliza, cinco

annos.

¹² «dos q(ue) o forão» está acima da palavra rasurada «delles».

Fólio 4v

annos. Estrabão no terceyro diz, que Decio bruto cõquistava os Gallaicos da cidade do Morro, q(ue) estaa sobre o Tejo: e poys da li os conquistava, não moravão longe da li. E mays diz, que indo do morro para Braga passou pellos Gallaicos lusitanos. E se indo p(ar)a¹³ Braga¹⁴ passou per elles, claro estaa, que não moravão em Galliza: a qual estaa alem de Braga. E mays a sua pretura acabavase no rio¹⁵ Minho: e elle era pretor dos Gallaicos: e segundo isto, os Gallaicos estavam aquem do Minho. Assi que Gallacia, ou Gallecia, como lhe quiserdes chamar, não se ençarra naq(ui)llo que agoora chamão Galliza: e era isto que agoora chamamos Portugal, e mays do que he Portugal. Desta Gallecia falão os autores antigos, quando falão de Gallecia, como Justino, e outros, que dizẽ que em Gallecia reynarão Gargoris, e Habis, e outros Reys. E os que attribuy(em) as grandezas de Gallecia aaquelle recanto, que agora chamão Galliza, vivem cegos, e não conhecem Gallecia.

¶ O nome de Portugal algũs homens novos, e pouco lidos o tem por nome novo, mas Elrey dom Afonso no terceyro capitolo da premeyra parte diz, que este nome fezerão os premeiros povoadores, que povoarão antre Douro e Minho, e poserão aaq(ue)lla terra. E diz, q(ue) aquella terra ainda estava erma q(ua)ndo a povoarão aquelles que lhe poserão este nome.

Donde

¹³ A frase «E se indo p(ar)a» parece que foi posteriormente adicionada ao corpo do texto como forma de correção.

¹⁴ Alteração feita acima da rasura «se».

¹⁵ «no rio» está acima da palavra rasurada «no».

Folio 5r

donde parece claro, que este nome he tão antigo como¹⁶
a primeira¹⁷ povoação daquella terra. E mays nunca despoys
aquella terra perdeo este nome: por q(ue) da hi a muitos
annos diz o mesmo Rey dom Afonso, que se chamava
Portugal. Diz no capitulo cento e quarenta e tres
da premeyra parte, que o grande Constantino f(ilh)o
de sancta Helena, no anno de Christo de trezêtos
e trinta e tantos, fez Portugal bispado. Havia m(uyt)os
annos, muytos, que os Galleses povoarão antre
Douro e Minho, e lhe poserão nome Portug(a)l, antes¹⁸
q(ue)¹⁹ Constantino o fezesse²⁰ bispado, e não tinha perdido o
nome, nem despoys o perdeo ategoora: por que
despoys de Constantino, no anno de Christo de qua-
trocêtos e tantos, diz o mesmo Rey dom Afonso no cap(itol)o
vintoyto da segunda parte, que Requiliano Rey dos
suevos fogindo de seu cunhado Teodorico Rey dos go-
dos se acolheo em hũa cidade de Portugal que ha nome
O porto. Nem despoys ainda o perdeo: por q(ue) ainda
se assi chama antre Douro e Minho, e tudo o mays
atee Guadiana ao longo do mar.

¶ Geralmente todos os homens doutos, e vulgares desta
terra, e nossos vezinhos, attribuy(em) a Portugal o nome
de Lusitania, tanto que lhes parece, que o nome de Portug(a)l²¹
he²² muyto vulgar, e que não quadra aos homens
doutos falar senão per Lusitania, e chamão aos Portu-
gueses lusitanos. E outros que se querem vender por

mays

¹⁶ Esta palavra parece que foi posteriormente adicionada ao corpo do texto como forma de correção.

¹⁷ «a primeira» está acima da rasura «como a».

¹⁸ Alteração feita acima da rasura «q(ua)ndo».

¹⁹ Esta palavra parece que foi posteriormente adicionada ao corpo do texto como forma de correção.

²⁰ Alteração feita acima da rasura «fez».

²¹ Esta palavra parece que foi posteriormente adicionada ao corpo do texto como forma de correção.

²² Há uma rasura antes desta palavra, cuja leitura foi dificultada por riscos feitos pelo autor.

Fólio 5v

mays sabedores, chamão lhe Lysiadas, dizendo q(ue) tomarão este nome de Lysias companheyro de Bacho. Mas Plinio no terceyro livro diz, que tem a hestorea de Bacho e Lysias por mentirosa: e eu por tal a tenho: por que me parece, que não veyo caa Bacho, nẽ Lysias, nem fezerão caa os joogos, que elles dizem. Os quaes joogos Elrey dom Afonso diz, q(ue) os mandou fazer Hercoles p(e)lla victoria q(ue) ouve do Gerião. Porem²³ nem por esses jogos, nem p(e)llos lusios, que elle tambem diz, se chamou a Lusitania: mas tomou este nome de hum Rey q(ue) dizem que reynou nella, o qual dizem que chamavão Luso filho de Siceleu. Os quaes pay e filho reynarão na terra de Merida seyscentos annos despoys de Tubal, segũdo Beroso, em tempo de Cancres Pharao do egipto que se alagou no mar ruyvo perseguindo os filhos de Israel. Foy muyto celebrado este nome Lusitania no tempo dos romanos: por que então diz q(ue) a gẽte lusitana foy amplissima, e senhora de grande parte da Hespanha, mayor do q(ue) agoora he Portugal. P(e)llo q(ue) aquelles que fazem synonomos Portug(a)l e Lusitania, errarão na geographia destas terras, e confundirseão. Não he agora Portugal tão grande como foy Lusitania: por que Lusitania comprehendia terra de Merida, e ãsi chegava a Toledo, e entrava na serra morena. A beyra de Plasença,²⁴ e terra de Salamãca, tudo entrava na Lusitania. Quem nas hestoreas achar aquellas terras na lusitania, cuydaraa, que tudo he Portugal, e confundirse: por que Portugal nunca laa chegou. Os limites

de Portug(a)l

²³ Alteração feita acima da rasura «Mas».

²⁴ Leitura duvidosa da sílaba «pla» devido a uma pequena mancha da tinta.

Fólio 6r

de Portugal, não comprehendem Merida, nem tomão
 cousa algũa da serra morena, nem da estremadura de Castella,²⁵
 nem beyra de Plasença. E assi como Portugal he m(a)ys
 recolhido ficou tambem mays guardado das guerras,
 e sobjeção dos romanos que a Lusitania: por que
 na Lusitania havia convêtos, e Reys subjeytos, e tri-
 butayros a Roma, e em Portugal não, como direy
 a diante:²⁶ e desdaqui aviso, que se não entenda de Por-
 tugal tudo o que se escreve da lusitania.

¶ Para remate deste premeyro capitolo ficava hũ
 ponto para praticar, e tirar delle a confusão em
 q(ue) estão algũs homẽs: os quaes dizem, que estes nomes
 Celtibero, e Celtiberia são formados de cetu e Tubal:
 e da hi tomão argumẽto para dizerem, q(ue) Tubal entrou²⁷
 na Hespanha p(e)llos montes pyreneos, e da li p(e)lla ribeyra
 do Ebro vindo das Gallias, e da Italia. As quaes sabemos
 que povoou Gomer seu irmão, e não Tubal. E mays
 a orthographia destes nomes não consinte que elles sejam
 formados de cetu e Tubal, senão de Celta e Ibero,
 da hi se formou Celtibero, e de Celtibero se derivou²⁸
 Celtiberia. Ainda em tempo de Tubal e Gomer seu
 irmão não havia contenda sobre os limites das terras,
 que ainda erão muy largas, e desacupadas. E Diodoro
 Siculo diz no seysto livro da sua Bibliotheca, que estes
 nomes se fezerão do nome dos Celtas que passarão
 da Gallia²⁹ celtica aa Iberia a fazer guerra aos Iberos

q(ue) moravão

²⁵ «de Castella» parece que foi posteriormente adicionada ao corpo do texto como forma de correção.

²⁶ «a diante» está acima da rasura «em seu».

²⁷ Alteração feita acima da rasura «começou».

²⁸ Alteração feita acima da rasura «formou».

²⁹ Há uma mancha sobre a sílaba «Ga».

Fólio 6v

que moravão na ribeyra do Ebro, que então se cham(a)va Ibero como o filho de Tubal, q(ue) premeyro povoou aquella terra: e havia jaa muyto, que era morto, e a terra povoada havia tanto, q(ue) jaa esquecia o parentesco, e amizade dos irmãos que a povoarão. E mesturado o nome daquelles Celtas com o nome dos Iberos moradores da terra se fez o nome dos Celtiberos: por quanto ambas aquellas gentes per concerto de paz se ajuntarão, e fezerão todos hũa gẽte, e hum nome, como agora são.³⁰ Isto foy muyto despoys de Tubal, e da sua vinda aa Hespanha, e da premeyra povoação della: por q(ue) os Celtas tomarão este nome de Celta filho de Poliphemo, que foy grãde numero dannos despoys de Tubal. Sendo isto assi, como he, segundo diz Diodoro, e parece da orthographia daquelles nomes, não podem elles ser indicio, que Tubal entrou na Hespanha per aquella parte:³¹ mas entrou p(er) Sethuval de Portugal, como fica dicto.

¶ Capitulo segundo, dalgũas cidades, q(ue) antigamẽte forão povoadas nesta terra:~

Despoys daquellas premeyras povoações, que os premeyros povoadores povoarão nesta ↑terra↑, como dixee, forão logo povoadas outras muytas: por que a gente crecia, e deos

a multiplicava³²

³⁰ «agora são» está acima da rasurada «fica dicto».

³¹ Alteração feita acima da rasura «terra».

³² «a multiplicava» está acima da rasura «a acrescentava».

fólio 7r

a multiplicava, conforme ao que lhe tinha dicto, crecey, e multiplicay, e enchey a terra. Diz Estrabão, que havia na Hespanha antigamête mays de mil cidades: e soo no Algarve dozentas villas. E diz, que nesta comarca, que vay do Tejo atee os Artabros ao longo do mar havia trinta gentes: e na ribeyra do Tejo cidades opulentissimas. De todas estas as mays são esquecidas, e os nomes dellas mudados, e m(uyt)as destruidas, e de cidades feytas aldeas. Soo a guerra dos romanos em tempo de Tiberio graccho destruiu trezentas, segundo diz Polibio. E elrey dom Afonso diz que Pompeu desbaratou seyscentos e septenta e seys villas e castellos grandes. Não somête as muyto antigas, mas de menos de quinhentos annos a esta parte fezerão muytas tâta mudança de estado, e de nomes, que escassamête as conhecemos per conjeyturas. Elrey dom Afonso no capitolo cincoenta e hum da segunda parte da sua cronica nomea muytas villas e cidades do bispado de Portugal, q(ue) per nenhum modo se pode entender quaes agoora são. Porem algũas guardão ainda os nomes antigos que lhe premeyro forão postos, como Bragga. Coimbra, e Lisboa, e outras, posto que mudarão algũas letras.

¶ Lisboa quiserão algũs dizer, que se chamou Ulissippo, e que foy fundada per Ullisses grego. Mas Estrabão autor grave, e de muyta autoridade diz, que a cidade q(ue) Ulisses fundou na Hispanha se chamava Ulissea: e mays diz, que os altos das serras dantre Malega e Abdera na Vanda-

luzia

Fólio 7v

luzia mostrão a cidade Ulissea. Na qual diz q(ue) havia hum templo de Minerva de muyta romagem, como o de Hercoles em Calez. No qual templo de Minerva diz, que havia armas, e insignias de Ulisses. E diz isto de auctoridade de tres auctores gregos mays antigos quelle, chamados Possidonio, Artemidoro, e Ascrepiades mirliano. O qual Ascrepiades diz q(ue) teve escola de moços na Turditania, que foy na que agora he Vandaluzia: e deyxou escripto hum livro das gêtes daquella região: no qual faz↑ia↑ menção da peregrinação de Ulisses, e daquella cidade, e do seu templo, e das insignias de Ulisses que nelle havia. Dos quaes tres autores dizem que Homero tomou esta hestorea por quanto forão mays antigos tambem que Homero. O qual escreve conforme a elles, e põe a cidade de Ulisses onde a elles poserão, que he nas serras do reyno de Granada, e não em Portugal junto do promōtorio barbarico onde estaa Lisboa. Estaa Lisboa na Gallacia perto da boca do Tejo, e do promōtorio barbarico, e do mar oceano Athlantico: e aquelloutra estava nas serras de Granada sobre o mar mediterraneo baleario³³ atee onde escassamête chegavão as navegações gregas, e não [saem]³⁴ do estreito para fora. P(e)llo que parece, q(ue) os que [dizem],³⁵ que Lisboa he a cidade

de Ulisses,

³³ Leitura duvidosa da última sílaba. Há ainda a possibilidade de ser «balearico».

³⁴ Conjectura: leitura prejudicada no final da palavra devido a uma mancha que ocupa esta linha e a seguinte.

³⁵ Conjectura: leitura prejudicada no início da palavra, ficando evidentes apenas as duas últimas letras «em».

Fólio 8r

de Ulisses não acertão. Tem elles nesta contêda hũa graça, e he, que allegão com Estrabão, e com os tres auctores que Estrabão traz: os quaes todos dizem contrelles. Donde parece, que elles os não leerão: e quem os leer, veraa q(ue) digo verdade. Leão o terceyro livro de Estrabão da *Situ orbis* todo. Quanto mays, que o mesmo Estrabão auctor grego, que pretendia engrandecer³⁶ as cousas dos gregos; logo a diante daa a entender, que tudo o q(ue) Homero conta de Ulisses foy fingido per elle, para ostentar sua erudição, e mostrar que sabia a geographia da Hespanha, e navegação do mar Athlantico: por que algũs dizem, que Ulisses não chegou aa Hespanha, nem passou da ilha de Circes: dos quaes hum he Dion philosopho no livro de *Troia non capta*. E por quanto esta he a verdade, e os nossos letradores não podião provar, que Ulisses chegara a Portugal,³⁷ nem fundara Lisboa, fingirão outra mentira pior que a premeyra: e he que posto que caa não viesse aquelle principal Ulisses, que todavia veyo caa hum seu neto chamado tãbem Ulisses: o qual dizem que trouxe consigo hũa sua filha chamada Boa: e dizem que estes fundarão, e povoarão Lisboa, e lhe poserão nome Ulissiboa, nome composto dambos os seus delles Ulisses e boa.

Porem

³⁶ Alteração feita acima da rasura «ennobrecer».

³⁷ «a Portugal» está acima da rasura «aa Hespanha».

Fólio 8v

Porem he tão mal fingido este segundo Ulisses, que faz parecer o premeyro mays mentiroso do q(ue) foy. E mays diz o vulgo, que jazem estes dous, pay e filha sepultados aa porta do ferro de Lisboa. A qual porta do ferro não sonhava começar, quando os Ulisses acabavão em grecia. Por que a porta do ferro ↑foy↑ feyta em Lisboa despoys q(ue) os romanos conversarão na Hespanha, e os Ulisses acabarão antes q(ue) ouvesse romanos no mundo. Ser feyta a porta do ferro de Lisboa despoys dos romanos provase, por que nas pedras da porta da Alfofa sua irmãa estão pedras que forão tiradas de sepulturas velhas, de romanos, ou imitadores de romanos, escriptas cõ letras romanas. E se aquellas pedras forão tiradas das sepulturas dos romanos, ou pessoas que os imitavão, sinal he, que jaa havia romanos no mundo: os q(ua)es não havia no tempo dos Ulisses. Dixe que a porta da Alfofa he irmãa da porta do ferro: por que o muro em que elles estão he todo hum, e a obra, e cantaria dambas semelhante. Assi que não devem ser aquellas sepulturas dos Ulisses, nem Lisboa foy fundada per algum delles. Parece esta invenção semelhante aa outra que diz, que Archiles foy criado no mosteyro de Chelas, e que por isso se chamou Archiles. E aa outra que diz, que a Troia estava de fronte

de Sethuval

Fólio 9r

de Sethuval, na charneca de Pera, aas quaes não res-
 pondo, por que são patranhas muy vulgares de gente
 idiota. Finalmente, não se deve crer, que Ulisses fundou
 Lisboa, por que a rezão não consinte, que tão boa ter-
 ra, dotada de tantas utilidades para as vivendas dos
 homens per mar, e per terra, estivesse despovoada mil
 annos, ou mays esperando por Ulisses grego que a
 viesse povoar havendo caa muyta gente, que devia
 ser multiplicada desde Tubal atee então. A terra he gro-
 ssa, fructifera, criadora, sadia, fresca, de muytas aogoas
 e boas, vezinha dhum porto de mar desposto p(ar)a grãdes
 navegações, e pescaria. Esta↑va↑ perto donde Tubal aportou,
 e assentou, e mandou povoar outras terras muytas:
 por tanto não he de crer, que aquelles homens são tão
 cegos, que não vião a desposição deste lugar para ser ha-
 bitado em tantos tempos, em especial, poys não ↑ha↑ derredor
 de Lisboa sinal doutra habitação daquelle tempo, onde se
 possa sospeytar que os naturaes desta terra moravão antes
 que viesse Ulisses. Se me dixerem os amigos de Ulisses,
 q(ue) na Hespanha não havia³⁸ gente antes que elle caa viesse,
 buscaria outra reposta: mas sendo tão sabido, que antes
 de Ulisses estava esta ↑terra↑ povoada de cidades opulentissimas
 como diz Estrabão, sob a proteyção de Reys poderosos, como
 era Gargoris, e seus successores, segundo diz Justino, não
 se pode crer, que elles consentissẽ, que hum estrãgey[ro]³⁹

fugitivo

³⁸ «não havia» está acima da rasura «gente».

³⁹ Há uma mancha no final desta palavra.

fugitivo com quatro companheyros, que traz[ião]⁴⁰ em hum barco⁴¹ ou dous, povoasse em sua terra hũa cidade, no melhor porto de toda ella. Nem ha escriptor antigo de credito, que afirme ser Lisboa fundada per Ulisses. Esta cidade digo de Portugal, que chamamos Lisboa. Somente dos latinos Solino diz, q(ue) nesta terra ha hũa villa per nome Olissipo, aqui posta per Ulisses, segũdo dizẽ. Estas são quasi as palavras de Solino, tornadas em nossa linguagem, isto significão. Nas quaes põe estas palavras,⁴² segundo dizem. Estas palavras duvidão, e não affirmão. Não affirma com certeza de auctor⁴³ que o diga, mas dizia montão que o dizẽ, e não diz quem. Fala de maneyra, que faz entender, que não daa credito ao que dizem. Lourenço de valla, homẽ de boa educação, e entendimento: e outros semelhantes de nosso tempo são deste parecer. E mays a orthographia deste nome Olissippo ↑segũdo↑ se escreve em solino, não parece tomada do nome de Ulisses, e *pono* verbo latino, nem de *polis* por cidade: por que Ulisses começa em .U. vogal, e Olissippo começa em .O. e mays tem dous .pp. na ultima, ↑com↑ que faz parecer, que foy tom(a)do de hyppo por cavallo; e não de .*pono*. verbo latino, nẽ de .*polis*. por cidade, que não tem mays que hũ .p. para se interpretar .Ulissipolis. como algũs querem.⁴⁴ Para melhor escrever este nome, deve-se escrever com .P.

no começo

⁴⁰ Há uma mancha sobre a palavra.

⁴¹ Alteração feita acima da rasura «navio».

⁴² Há muitas rasuras feitas pelo autor no início desta linha e à margem do texto.

⁴³ Alteração feita acima da rasura «alguem».

⁴⁴ Nota marginal: «E mays quintiliano diz no premeyro livro, que não he boa composição de palavras gregas e latinas todas mesturadas em hũa dição: por q(ue) parecẽ mōstro.»

no começo, de feyção que diga .Polishyppo. que quer dizer cidade dos cavallos. Este nome lhe quadra a Lisboa, e assi creio, que o devião escrever os antigos: por que na cõmarca de Lisboa sempre ouve muyta criação de cavallos: tanto que diz⁴⁵ Estrabão que havia nella cavallos monteses. E da hi ↑naceo↑ a fabula antiga, que dizia, q(ue) nesta terra concebião as eoguas com o vento. E por que estes cavallos erão bos, dizem que os mandava levar daqui Hercoles lybio pera a sua estrebaria: p(e)llo que chamavão a esta terra lybissona,⁴⁶ que na sua linguagem quer dizer, cavallaria de Lybio: e de Lybissona se fez o nome Lysbona, que agora damos aa cidade Polishyppo. Este nome tẽ de muytos tempos ha: e nunca nesta terra lhe chamarão outro, posto q(ue) em Roma lhe chamassem *Julia felicitas*, ou qualquer outro: q(ue) lhe não durou muyto.

¶ Bragga tambem he nome antigo, posto que mudou algũas letras: por que os dous .gg. que agora pronuncia no [meyo]⁴⁷ erão⁴⁸ dous .cc. E não fez muyta mudãça por que .c. e .g. nas suas proprias pronunciações são muyto parentes, e chegados. Antigamẽte pronũciavasse Bracca, e agora Bragga. Diodoro siculo no seysto livro da sua bibliotheca diz, que este nome significa pano grosseyro sem tosar, como cacheyra, ou burel: e diz que hũa parte da grande Gallia se chamou Gallia braccata, por q(ue) as gẽtes della vestem os panos que chamão braccas. E p(e)lla mesma
rezão

⁴⁵ «tanto que diz» está acima da rasurada «donde naceo».

⁴⁶ Alteração feita acima da rasura «Lissona».

⁴⁷ «no meio» está acima de um trecho rasurado, cuja leitura é dificultada por traços horizontais feitos pelo autor e por manchas no fac-símile. Essas manchas também prejudicam a leitura da palavra «meio», que foi inserida na transcrição baseada no contexto.

⁴⁸ Há uma rasura de difícil leitura antes desta palavra.

Fólio 10v

rezão em Portugal chamarão a Bragga *civitas bracca(rum)*, que quer dizer, a cidade dos bureys: por que naquellas terras o povo commūmente veste burel. Usarem caa os antigos o nome que usavão na grande Gallia, não he maravilha: por q(ue) os Gallos de laa e os de caa todos trazião seu nascimento de hūs pays e avoos, e falavão hũa linguagẽ. Digo que não estaa este nome muyto corrupto: porem no t(em)po dos Godos ↑o↑ foy mays do que agora he: por que por Bragga dizião Bragana, segundo se acha escripto em escripturas daquelle tempo. E não he muyto padecer aquella corrupçãõ: no tempo daquelle gente, cuja lingua era muy deferẽte das nossas, por que agora que os nossos homẽs presumẽ de latinos, co⁴⁹ esta presunçãõ lhe chamãõ Braccara, cuydando que falãõ latim, e não entendem o engano em que se enganãõ: por que Braccara que elles pronunçião ha de ser *Bracca(rum)* genitivo do plural da premeyra declinaçãõ latina: por quanto este nome se declina no plural da pr(imeir)a diclinaçãõ, e não se declina no singular. Não se ha de dizer *civitas Bracca↑ra↑*, senãõ *civitas bracca(rum)*; que quer dizer a cidade dos bureys, e não a cidade burel: por que este não he nome da cidade, senãõ do povo: e ela chamase *civitas bracca(rum)*, ou *civitas braccarensis*. Dixe isto p(ar)a os que a nomeãõ em latim: na qual lingua ela não tem nome proprio: posto que na nossa jaa se empossou de hũ⁵⁰ mal pronunciado que quasi⁵¹ parece caçorria: porquãto se parece cõ o dos panetes

⁴⁹ Antes desta palavra há uma mancha que pode ser consequência de uma rasura.

⁵⁰ «de hũ» está acima da rasura «deste».

⁵¹ O trecho «pronunciado que quasi» está acima de palavras rasuradas, cuja leitura se torna difícil.

panetes. Algũs lhe chamão Breccara com .e. na⁵² premeyra syllaba: e outros lhe põe aspiração na segunda: mas todos estes errão, por que não sabẽ a origem do vocabolo, e como se deve applicar a esta cidade. A qual alẽ ↑de↑ ser antiga na sua povoação e nome, he tambem das mays antigas da Hespanha na conversão da fee, e instituição da prelazia metropolitana; por que Elrey don Afonso no capitolo cento e corenta e tres da premeyra parte diz q(ue) o emperador Constãtino fez esta cidade arcebispada, no anno de nosso senhor Jesu Christo trezentos e trinta e tantos. E Lisboa jaa era bispado, e o porto, e Beja, e Coimbra. E havia nesta terra muytos christãos, e Reys christãos, como direy a diante:~

¶ Coimbra he do tempo em que este nome *Brigus* corria nesta terra, e queria dizer castello, ou fortaleza: por q(ue) de *Brigus* he composto este seu nome Coimbra, que então se pronunciava *Collibriga*: e não se perdeo todo, posto que mudou algũas letras. He composto de *collis* e *brigus*. *Collis* quer dizer cabeço ou ladeyra: e *brigus* quer dizer castello: e ambos juntos querem dizer, o castello da ladeyra, ou do cabeço, como de feyto he Coimbra: a qual estaa situada em hũa ladeyra, que do rio Mondego se vay alevantando: e tem o seu castello em hũ peq(ue)no cabeço, que não he outeyro acabado. No qual cabeço foy de principio fundada, e fortificada, como parece claram(ente).

Este

⁵² «com ·e· na» está acima da rasura «e outros».

Este nome *Brigus* tambem foy nome dhum Rey q(ue) reynou nesta terra: o qual mandou fazer nella algũs castellos, e fortalezas: e fez os nomes delles compostos do seu delle com os nomes dos sitios, onde os mandava edificar: como este *Collibriga*, por que estava na ladeyra: e *Celsibriga*, por que estava alta: e *Neobriga*, por que era castello novo: e *Artobriga*: e *Merobriga*: e outros que mãdou fazer, e nomear do seu nome, por que ficasse nelles a sua memoria.

Da antiguidade de Coimbra he testemunha hũa torre do seu castello intitulada em nome de Hercoles: a qual dizem que Hercoles mandou fazer. Este Hercoles que veyo aa Hespanha, e foy venerado nella por grandes cousas que nella fez, diz Appiano que não foy grego: mas que foy do Egipto, e da Lybia: por que assi o achou escripto nas historias antigas da Hespanha. Isto diz Appiano alexandrino no livro da guerra da Hespanha. E estrabão diz, que ainda em seu tempo havia nesta terra livros q(ue) fazião menção de tres ou quatro mil annos atras:⁵³ e no premeyro livro diz, que este Hercoles trouxe aa Hespanha exercito armado muyto antes, que caa viessem os de fenicia, que foy antes dos Hercoles⁵⁴ gregos. Assi que este Hercoles foy muy antigo: e antes della era jaa povoada Coimbra e o seu castello: no qual elle mandou acrecẽtar aq(ue)lla torre. E per esta conta, he mays antiga Coimbra ali onde agoora estaa, que as pedras romanas de Condeyxa: por q(ue) este

Hercoles

⁵³ Alteração feita acima de uma rasura, que parece ser «annos».

⁵⁴ Alteração feita acima da rasura «gregos».

Hercoles foy muyto mays antigo q(ue) Roma, e que as suas pedras: e Coimbra não foy mudada de Condeyxa para onde agoora estaa: por que condeyxa não tem ladeyra, nem cabeça donde tomasse o nome de Coimbra, nem teve jaamays tal nome. Nem o seu tamanho he capaz da cidade populosa, como sempre foy Coimbra. Parece⁵⁵ condeyxa,⁵⁶ que foy quinta dalgũ homem poderoso, em que se acolhia, e fazia forte com seus familiares no tempo das guerras: por que nella não ↑ha↑ sinal de edificios suntuosos⁵⁷ de pessoas nobres q(ue) acostumão morar nas cidades. Nem parece que foy tomada per guerra: por que os muros della estão inteyros: e sendo combatidos, e entrados per guerra os muros não ficão inteyros. P(e)llo que parece, que seu dono o deyxou: e da hi tem o deyxa, e não de Coimbra, como dizẽ as patranhas vulgares, que não tem credito. Se fora possivel mudarse Coimbra de Conde↑i↑xa para onde agora estaa, ouvera de ser despoys dos romanos: por que as pedras escriptas, que se achão em Condeyxa, forão escriptas em tẽpo dos romanos, ou despoys delles, por que antes não podia ser: e a cima fica provado, que Coimbra ali onde estaa he mays antiga que roma. Assi que he das antigas de Portugal:~

¶ Evora cidade tambem he bem antiga. De cuja antiguidade em nossos dias escreveo⁵⁸ mestre Andree de resende natural della, e homẽ havido por muy lido, e amigo de antiguidades.

⁵⁵ Há uma mancha antes desta palavra.

⁵⁶ Alteração feita acima da rasura «mays».

⁵⁷ Alteração feita acima da rasura «nobres».

⁵⁸ O trecho «em nossos dias escreveo» está acima da rasura «escreveo».

guidades, e curioso de leer pedras romanas: porẽ⁵⁹ por que tinha o entendimento duro, como as mesmas pedras, não se podia desapegar dellas: e cuidava, que em Roma se cõprendião todas as antiguidades: mas Roma não foy a mays antiga do mundo; nem o seu reyno o melhor, como sabemos p(e)lla profecia de Daniel propheta: e contando o tempo de Evora p(e)llo de Roma não pode ser muyto antiga: mas a mĩ me parece, que he ella mays antiga e pareceme, que he do tempo daquelle Hercoles lybio de que a cima fica dicto: por que Beroso diz, que as suas gentes, despoys que elle morreo, povoarão na Hespanha certas cidades, e a hũa dellas chamarão Lybora. Esta põe Ptholemeu na sua geographia junto do rio Tejo da parte do Sul na comarca onde estaa Evora. E por q(ua)nto naquelle sitio, nem em toda a Hespanha não ha outra cidade, cujo nome se pareça com Lybora tanto como Evora, não me parece inconveniente dizer, que he a mesma: e que he mays antiga do que a faz mestre Andree: e mays, que não mudou muyto daquelle nome Lybora. Se me dixerem, que naquelle sitio ha hum castello que se chama Evora monte, e que esse deve ser o antigo, direy, que por ter sobrenome parece mays novo, por que lho poserão para distincção destoutra, que jaa estava povoada premeyro. E mays em Evora cidade sabemos, que se acolheo o capitão Sertorio,⁶⁰ e não em Evora monte, nem dalcobaça.

E disto

⁵⁹ Alteração feita acima da rasura «mas».

⁶⁰ «o capitão Sertorio» está acima da rasura «Sertorio capitão».

E disto de Sertorio se toma hum bom argumêto, para provar a antiguidade desta cidade: por que Sertorio foy âtes dos Cesares, e achou jaa Evora povoada, e forte: e por isso se acolheo nella: por quanto elle não tinha possibilidade, nã vagar para povoar, e fortificar, como lhe compria,⁶¹ para se defender do poder dos romanos.

¶ [Do castelo]⁶² de Gaya não achey escriptura, que me desse inteyra⁶³ fee⁶⁴ da, sua antiguidade, senão soo a fama vulgar, que diz, que vierão ali aportar gentes da Gallia: as quaes fundarão aquelle⁶⁵ castello e poserãolhe nome Gallia, por que assi se chamava a terra donde elles vinhão: e despoys p(e)llo muyto curso do tempo se corrompeo este nome, e de Gallia se chama agora Gaya: assi o diz o vulgo geralmente.⁶⁶ E elrey dom Afonso na sua cronica parece, que outorga isto, e fala no porto de Gaya: mas não diz, quem a povoou. Diz que os Galleses vierão lançados da sua terra, e que povoarão aquella terra, mas não diz, que povoarão o castello. O que me fez duvidar da povoação deste castello he que o doctor Johão de Barros escrivão da comarca delrey dom Johão o terceyro, escrevêdo as cousas dantre Douro e Minho, diz, que aquelle castello foy povoado per algum romano chamado Gayo, e que por isso se chamou Gaya. Mas não diz isto de autoridade dalgũa escriptura, senão soo de seu parecer fundado na semelhança dos nomes Gayo e Gaya. A mÿ não me satisfaz o seu dicto: nã tenho escriptura, que me tire de duvida: por tanto não me determino na antiguidade delle,⁶⁷

que não

⁶¹ Alteração feita acima da rasura «era necessario».

⁶² Leitura difícil. O contexto oferece este registro.

⁶³ Esta palavra parece que foi posteriormente adicionada ao corpo do texto como forma de correção.

⁶⁴ Acima da linha há uma inserção rasurada da palavra «inteyra».

⁶⁵ Antes desta palavra há a rasura da palavra «ali».

⁶⁶ Alteração feita acima de uma rasura iniciada na linha anterior, parecendo ser «ordinariamente».

⁶⁷ «delle» está acima da rasura «deste castello».

que não releva muyto. Porem parece, que elle he mays antigo que a cidade do Porto: por quanto ella se chama o porto de Gaya. Assi lhe chama Elrey dom Afonso. E poys he seu porto, fica elle sendo o principal e premeyro. Quãto mays, que o conde dom Pedro no livro das linhagês no tit(ol)o vinta hum delrey dom Ramiro diz, que naquelle tempo o castello de Gaya era de grandes edificios e nobres paços [e]⁶⁸ o porto não era cercado: por que ainda em tempo delrey dom Pedro diz, que não era a vila do porto murada, senão em poucos lugares de mao muro, no mesmo titolo .§. dos descendentes de dom Rodrigo froez, e de dom Rodrigo gonçalvez pereyra seu neto.

¶ Sanctarem he antigo, mas este nome não: por q(ue) teve outros nomes, e este he o mays novo. O qual tomou de Sancta Herea, que jaz ahi enterrada, do anno de Chr(ist)o de seyscentos para caa. Verdade ↑he↑ que despoys foy de mouros pouco tempo, e dizem que os mouros lhe chamarão Cabir castro, que⁶⁹ quer dizer, o grão castello: mas logo tornou a ser de christãos, e tornarão ↑lhe↑⁷⁰ chamar Sanctarem. A historea de sancta Herea he notoria, por isso me não detenho em a contar. Antes de sancta Herea dizem algũs, que lhe chamarão Scalabis: mas a mÿ não mo parece p(e)llas rezões que direy a bayxo no quinto capitolo: onde tambem direy della.⁷¹ Chamouse Morro por q(ue) tẽ feyção⁷² disso⁷³ dizẽ estava⁷⁴ sobre a ribeyra do Tejo, segundo o põe estrabão,

hum pouco

⁶⁸ Há uma mancha. A leitura é baseada no contexto.

⁶⁹ Há outro «que» rasurado antes.

⁷⁰ Leitura duvidosa.

⁷¹ Alteração feita acima da rasura «que se».

⁷² «por q(ue) tẽ feyção» está acima de uma rasura de difícil leitura.

⁷³ Esta palavra parece que foi posteriormente adicionada ao corpo do texto como forma de correção.

⁷⁴ «dizẽ estava» está acima de uma rasura de difícil leitura.

hum pouco a cima donde acabão as marees, no lugar onde estaa Sanctarem: cuja⁷⁵ feyção natural de alcaçava daquella villa, e de todos os seus altos he de morros, que são outeyros esmouchados, e quebrados: e por isso he de crer, que ella he a que Estrabão chama Morro. Não sabem↑os↑ os principio desta villa: porẽ pode se crer, que he das mays antigas da terra; por que estaa no melhor daquella comarca: e o melhor se povoa premeyro.

¶ Outras cidades, villas, e castellos ha nesta terra, cujos principios não sabemos, e por isso cremos que são muy antigas; por que a muyta antiguidade os fez esquecer.

E outras mudarão os nomes, e por isso tambem não são conhecidas. E mays perderãose as escripturas q(ue) davão dellas⁷⁶ noticia. Havia nesta terra livros q(ue) fazião menção das cousas que nella passarão desda sua premeyra povoação: por q(ue) des então ouve nella estudo de letras, segundo dizem⁷⁷ Estrabão, e Beroso, e outros, q(ue) daquelles, tempos escreverão.⁷⁸ Os quaes livros se perderão nas guerras dos romanos, godos, e mouros. Nas quaes não somẽte se perderão os livros e escripturas, mas tambem as mesmas cidades, e povoações forão estragadas, e destruidas: e outras⁷⁹ despovoadas per fomes, e pestes: E outras forão de novo povoadas. Cibdad rodrigo, e castel rodrigo forão⁸⁰ povoadas⁸¹ per Rodrigo froez, antes pouco⁸² delrey dõ Afonso anriquez: e Aveyro per mandado do Iffante dom Pedro.

Aqui

⁷⁵ Alteração feita acima da rasura «E mays a».

⁷⁶ Alteração feita acima da rasura «disso».

⁷⁷ Alteração feita acima da rasura «escrevem».

⁷⁸ Alteração feita acima de uma rasura de difícil leitura.

⁷⁹ Alteração feita acima de uma rasura, que parece ser «de toda» ou «de todo».

⁸⁰ «e castel rodrigo forão» está acima da rasura «foy de novo».

⁸¹ O «s» parece que foi inserido pelo autor posteriormente.

⁸² «Rodrigo froez, antes pouco» está acima da rasura «hum portugues em tempo».

Fólio 14v

Aqui aviso os nossos naturaes, que não cuydem, que os romanos, ou mouros edificarão, nem ennobreceram as povoações, nem edificios destas terras, como diz o povo vulgar. O vulgo desta terra he tão cego na afeyção dos romanos, que todos os bos edificios antigos diz, que os romanos os fezerão: e algũas pessoas⁸³ mays vulgares nos dizem, que os fezerão os mouros: por que estas não alcãção a memoria⁸⁴ dos romanos, senão a dos mouros, do que tẽ mays noticia, por ser de mays perto. Porem, nem mouros, ↑nẽ↑ romanos fezerão, mas antes desfezerão nesta terra: por que elles erão imigos, e vinhão fazer guerra, e a guerra destrue, e não edifica: e em quanto durarão na Hespanha romanos, e mouros, semp(re) ouve guerra, e sempre destruirão, e não edificarão. Por tanto não digão os nossos naturaes, que os edificios antigos desta terra são feytura de romanos; nẽ de mouros, senão das gentes naturaes antigas desta terra, que vivião nella em paz, e fazião suas moradas p(ar)a si, e para seus filhos, sem cuidar que havião de vir romanos, nem mouros a tomarlhas. Desfezerão tanto estes nossos imigos, como agora direy: Deyxados combates particulares de cidades, e villas, e fortalezas, per que muytas forão destruidas, em geral lemos, que Marco Catão mandou derribar os mouros e castellos de toda a Celtiberia em hum dia per manha com nome de amigo. E Trajano mandou derribar as fortalezas q(ue) estavão

em lugares

⁸³ Alteração feita acima da rasura «homẽs».

⁸⁴ «não alcãção a memoria» está acima da rasura «não os noticiã».

Fólio 15r

em lugares altos. E [os mouros]⁸⁵ tambem diz a cronica geral [no]⁸⁶ premeyro capitolo da terceyra parte que derribarão os muros, e fortallezas das cidades antigas q(ue) acharão na Hespanha que erão muytas. Finalmente assi hũs como os outros digo,⁸⁷ mouros e romanos destruirão e não edificarão, e não lhes de ninguem o louvor, que não merecẽ, por q(ue) os edificios desta terra, e as fortalezas, e as villas, e cidades, os naturaes della os edificarão, e ainda edificação, e não os romanos, nem mouros, nem outros algũs estrangeyros: e dizer o contrayro disto, he cousa de gente muy vulgar, e barbara.

¶ Capitulo terceyro, dos Reys antigos de Portugal, e dos limites deste reyno.

Quando ouvimos dizer, que antigamẽte reynarão na Hespanha algũs Reys despoys de Tubal, não devemos entender, que erão universaes monarchas de toda ela, como foy Tubal: mas entendemos, que reynarão em diversas partes. Assi o entende Elrey dom Afonso o sabio, quando diz no terceyro capitolo da premeyra parte, que na Hespanha havia muchos cabdilhos no começo de sua povoação. Reynarão Ibero na Iberia. Luso na Lusitania, Gerião na Vandaluzia, e Gargoris na Gallecia segũdo Justino. O qual diz, que reynãdo os Geriões na Vandaluzia, reynava em Gallecia Habis neto de Gargoris. E m(a)ys
 não foy

⁸⁵ Há pequenas manchas que prejudicam a leitura. Essas manchas parecem ser resultado da tinta utilizada pelo autor na escrita do fólio reverso.

⁸⁶ Leitura duvidosa.

⁸⁷ Alteração feita acima da rasura «mouros».

não foy isto muyto despoys de Tubal: por que segundo a computação de Beroso, antre Tubal e Deabo pay dos Geriões não passarão mays, que trezentos e septêta annos. E não ainda tanto despoys de Tubal, mas tambem em sua vida podemos crer, que jaa havia na Hespanha diversos Reys, e reynos por que não ha duvida, senão que em sua vida mandou ella algũs seus filhos, e netos, e outros homens a povoar as terras, que estavam despovoadas. E as que estavam longe donde elle tinha seu assento, e não podião ser bem governados per elle ausente, necessariamête lhes havia de dar governadores que os governassem, hora se chamassem Reys, hora capitães; ou como elles quisessem, conforme ao costume daquelle tempo: por que o nome não he da essencia do estado. Bem podemos chamar aos governadores da terra Reys, ou duques, ou como quiserdes: e sem embargo da deferença dos nomes, se elles tiverem o carrego de Reys, e fizerem o q(ue) os Reys devem fazer, sem duvida serão Reys. Assi que aquelles presidentes q(ue) presidião nos povos da Hespanha per diversas partes della, bem lhe podemos chamar Reys. E destes não era hum soo em toda a Hespanha: mas erão muytos: em especial despoys que veyo Noe aa Hespanha, e povoou nella algũas cidades, como dizem q(ue) povoou⁸⁸ por que não era rezão, que elle, nem seus vassallos reconhecessem Tubal por seu superior. Despoys de Tubal vierão
gentes

⁸⁸ «q(ue) povoou» parece que foi posteriormente adicionado ao corpo como forma de correção.

gentes doutras terras, como Geriões,⁸⁹ Lybios, Celtas,⁹⁰ Phenizes, Carthagineses, Romanos, Godos, e Mouros, e fezerão per si Reys, e reynos separados: e não obedecião todos a hum Rey. E quanto mays se foy povoãdo a terra, tanto mays Reys e reynos ouve nella: tanto, que em tempo dos romanos havia Colca Rey de Catalunha, e Indibile Rey da Vandaluzia, e Hylerno Rey de Toledo, e Corbulo Rey da Lusitania, e Tyreso Rey da Celtiberia: e outros muytos. E muytos mays em tẽpo dos mouros. Assi que não se deve cuydar, que antigamẽte havia hum soo Rey na Hespanha. Hũa das gentes q(ue) premeyro teverão Reys, ou a premeyra que os teve foy a Gallaica: por que na sua⁹¹ região começou a Hespanha ser povoada, e ter cidades opulentissimas. Conforme a isto diz Justino, que na Gallecia ouve Reys antiquissimos. Tão antiquissimos, q(ue) quando os Geriões vierão da Mauritania, diz que jaa reynava na Gallecia Habis neto de Gargoris, cujos antecessores diz, que forão antiquissimos. Cuja antiguidade não podia passar de trezẽtos e septenta annos, q(ue) ouve⁹² de Tubal atee os Geriões, como a cima fica dicto. E segũdo isto, aquelles Reys começarão no tempo de Tubal, e dos Gallos seus companheyros, donde se ella chamou Gallecia. E daqui parece, que os Reys da gente Gallaica forão os premeyros da Hespanha. Diz mays Justino, que os successores de Gargoris, e Habis reynarão em Gallecia despoys delles muytos segres. Segre na lingua latina se chama *seculum*: e os grã-

maticos

⁸⁹ Alteração feita acima da rasura «Lybios».

⁹⁰ antes desta palavra há um «G» rasurado.

⁹¹ «na sua» está acima da rasura «nesta».

⁹² Alteração feita acima da rasura «havia».

maticos dizem, que *seculum* quer dizer tempo de cem annos. Assi que reynarão em Gallecia os successores de⁹³ Habis muytos cem annos. E se reynarão aqui muytos cem ãnos, não he inconveniente cuydar, que reynarão ainda no tempo dos Romanos: quando a lenda dos Machabeus na segunda escriptura diz, que os Reys das extremas terras da Hespanha, acudião aos hespanhoes da Hespanha citerior contra os romanos: por que as extremas terras da Hespanha são estas de Gallecia. Não somête no principio dos rom(a)nos, quando os Scipiões começaram conquistar a Hespanha, mas tambem despoys da hi a muytos annos em tempo dos Cesares havia em Gallecia Reys, como agora mostrarey.

¶ As escripturas, com que agora mostrarey, que ouve Reys nesta terra em tempo dos Cesares são ecclesiasticas approvadas, pella sancta madre igreja christãa, e tẽ mays autoridade,⁹⁴ que as gentias, e prophanas. E a premeyra he a lenda do apostolo Santiago o mayor. Na qual lemos, que vindo o dicto apostolo aa Hespanha⁹⁵ a pregar a fee de Jesu christo, achou em Gallecia hũa rainha chamada dona [Y]opa:⁹⁶ a qual poys era rainha da terra, devia ser filha, ou descendente dos Reys della. Dõde cõsta, que havia Reys nella. A qual Rainha não matou, o⁹⁷ dicto apostolo: mas antes despoys da sua morte lhe deu sepultura em seu reyno: e permitio, que seus disciplos pregassem nella, e ensinassem a fee christãa.⁹⁸ Erão estes, são Pedro de Rates, e são Torquade de Vieyra.

Os quaes

⁹³ Antes desta palavra há um «de» rasurado.

⁹⁴ Alteração feita acima da rasura «credito».

⁹⁵ Alteração feita acima de uma rasura, que parece ser «Hespistolo» ou «Hespastolo».

⁹⁶ A primeira letra não está clara quanto à leitura.

⁹⁷ Antes, há uma rasura que foi iniciada na linha anterior: «nem perseguio».

⁹⁸ Nota marginal: «E diz que os dirigio a hũ outro Rey seu vezinho que tambem morava em Gallecia escontra Lisboa.»

Fólio 17r

Os quaes em sua vida pregarão pacificamente sob a proteção daquella Rainha, que era Rainha de Gallecia. E despoys della procedendo sua succeção, veyo este reyno a hum Rey, que algũs dizem, que se chamou dom Dinasta. O qual reynou no tempo dos emperadores Diocleciano; e Maximiano, e foy pay de sancta [Gracia],⁹⁹ como logo direy.

¶ Reynou Diocleciano em dozentos e oytenta e sete ãnos¹⁰⁰ segundo a cronica geral, despoys de christo. No qual¹⁰¹ intervallo esta terra fez tanta mudança, que jaa o nome de Portugal, que desdos galleses esteve mortificado, começava prevalecer, e o nome de Gallecia esquecia. Não ficou ↑em↑ mays o nome de Gallecia, que naquelle peq(ue)no canto, que chamamos Galliza, que antigamente era terra dos Artabros, e não passava¹⁰² do rio Minho para caa. E [quãto]¹⁰³ se mays estendeo¹⁰⁴ foy em nome de Gallecia, ou Gallacia, que tomada do rio Guadiana atee os mōtes pyreneos, como fica dicto. O nome de Portugal, que começou antre Douro e Minho no tempo dos Galleses, agora jaa prevalecia, e soava: por quanto estas terras, que tomarão este nome, não erão tão avexados dos romanos, como essoutras mays chegadas a ellas. Por isto, não somente durou o nome de Portugal onde começou, mas tambem se estendeo desde Minho atee Guadiana: e o nome de Gallecia ficou soo na terra dos Artabros. Aquella usurpou este nome, como o nosso¹⁰⁵

Algarve¹⁰⁶

⁹⁹ Leitura duvidosa. Conjectura baseada em referências a este nome nos seguintes fólhos 17v, 18r e 19r deste livro.

¹⁰⁰ Esta palavra parece que foi posteriormente adicionada ao corpo do texto como forma de correção.

¹⁰¹ «No qual» está acima da rasura «Nos quaes».

¹⁰² Alteração feita acima de uma rasura, que parece ser «saya».

¹⁰³ Palavra de leitura duvidosa, inserida acima de uma rasura que se estende até o início da linha seguinte.

¹⁰⁴ «se mays estendeo» está acima de rasura que não oferece boa leitura.

¹⁰⁵ «como o nosso» está acima da rasura «[...] França o cabo».

¹⁰⁶ Alteração feita acima de uma rasura ilegível.

Fólio 17v

Algarve usurpou o seu q(ue) se estendia mays.¹⁰⁷ †¹⁰⁸ Porem a mayor parte da Gallecia antiga ficou nas terras¹⁰⁹ de Portug(a)l.

E assi como ficou em Portugal a mayor ↑parte↑ de Gallecia, assi ficou tambem o estado, e titolo dos Reys antigos de Gallecia: por que em Galliza não ouve Reys, senão despoys que os Suevos forão senhores della. Per esta maneyra, q(ue) tenho dicto, havia Reys em Portugal no tempo dos emperadores Diocleciano e Maximiano. Neste tempo destes emperadores; padeceo em Çaragoça daragão, a virgem sancta Gracia filha de hũ Rey¹¹⁰ de portugal, com certa gente de sua companhia. A historia desta sãcta virgem foy laa escripta em Aragão, e não em Portugal, p(e)llo que não podem dizer nossos emulos, q(ue) nos a fingimos: e nella diz, que esta sancta foy filha dhum Rey de portugal. Tem muyta graça a inveja dũ frade castelhano, que escreveo hum *flos sancto(rum)*: no qual diz, que sancta Gracia foy filha dhum Rey da Hespanha, e não quis dizer de Portugal, por lhe parecer, que assi a poderia fazer castelhana: mas ainda então em tempo da¹¹¹ sancta Gracia não havia Castella, nẽ castelhanos, como direy em seu lugar, quando falar do tempo dos castelhanos. Outra mayor graça he, q(ue) hum portugues refinado¹¹² em certa geographia q(ue) escreveo, diz, que vio a sepultura desta sancta, que estaa no mosteyro da ordem de são Jeronymo da sobredicta cidade de

Çaragoça:

¹⁰⁷ «Algarve usurpou o seu q(ue) se estendia mays» está acima da rasura «de oxente usurpou o nome de Bretanha».

¹⁰⁸ Nota marginal: «Estendiase o nome de Algarve no tempo dos mouros atee, o rio de Gauadalcabir, na Hespanha, e na Africa atee o reyno de Tremecem: e este nosso Algarve escassamẽte se chamava então Algarve, e agoora elle soo usurpou este nome: assi fez Galliza ao seu. Porem a mayor parte».

¹⁰⁹ «nas terras» está acima da rasura «com o nome».

¹¹⁰ «de hũ Rey» está acima da rasura «delrey».

¹¹¹ Alteração feita acima da rasura «não».

¹¹² «portugues refinado» está acima da rasura «refinado portugues».

Çaragoça: mas diz, que não pode crer, que ella foy filha de Rey de Portugal: por que diz, que Portugal he muy pequeno para ser reyno. Porem não he sufficiente sua rezão: por quanto no mûdo, e na Hespanha ha muytos reynos mays pequenos que Portugal. Mays pequeno he o reyno daragão, onde ella estaa. Mays pequeno he o de Valença seu vezinho. Mays pequeno he o de Murcia, e o de Granada, e o de Navarra, e outros. E cada hum destes se chama Reyno: e tinhão Reys cada hum seus por tanto não he aquella rezão sofficiente, para ↑não↑ crer, que em Portugal havia Rey, sendo mayor que cada hũ daquelles, e que outros. Nem he sufficiente¹¹³ para não crer, que sancta Gracia era filha dhum Rey de Portugal: poys o assi diz a sua lenda approvada p(e)lla sancta madre igreja. Mays diz aquelle portugues refinado de censuras, que o pay de sancta Gracia devia ser Regulo, e não Rey. Mas nisto mostra, que não sabia, que cousa era Regulo por que Tito livio no capitolo nove do livro oitavo, da tereyra decada diz, que Regulos são aquelles, que são senhores dhum lugar, ou dous, ou pouco mays: e Portugal jaa naquelle tempo, comprehendia desdo Minho atee Guadiana, onde ha muytas villas e cidades, e muytos lugares. Ter Portugal naquelle¹¹⁴ tempo ↑rey e↑ titolo de reyno, provase¹¹⁵ tambem p(e)lla historia dos marteres são Verissimo, e suas irmãas sancta Julia, e sancta Maxima, q(ue) temos em lisb[oa]¹¹⁶

¶ Conta a lenda dos sanctos marteres são Verissimo, e

suas

¹¹³ Este trecho, desde o início da linha, está sobre a rasura «e outros, que tinhão Reys, e».

¹¹⁴ Antes desta palavra uma rasura: «jaa».

¹¹⁵ Antes desta palavra há uma rasura cuja leitura não se pode ter com clareza.

¹¹⁶ «temos em lisboa» está acima da rasura «he a seguinte». O fac-símile não possui o final da palavra «lisboa».

Fólio 18v

suas irmãs, que estando elles em Roma donde erão naturaes, e cidadãos honrados, no tempo da cruel persiguição, que aquelles sobredictos emperadores moverão contra os christãos: e vendo os muytos martires, que com muytos, e gloriosos merecimentos hião cada dia para o ceo padecendo por amor de Jesu Christo mortes muy penosas,¹¹⁷ elles como firmes e devotos christãos determinarão de se offerecer ao martirio, ali em Roma, onde moravão: mas per hum anjo da parte de deos lhe foy dicto, que se viessem ao reyno de Portugal, a hũa cidade chamada Lisboa, onde começava florecer a fee, e religião christãa, e ahi farião fruytos com sua doutrina, e exemplo: e mays alcançarião a gloria do martirio que desejavão.

Confiados¹¹⁸ na revelação do anjo partirão os tres irmãos de Roma, e chegando a Lisboa acharão jaa nella muytos christãos, e dous oratorios pubricos. Haver em Lisboa no tempo daquelles emperadores muytos christãos, não he para duvidar: por que Elrey dom Afonso no capitolo cento e vinta hum da premeyra parte na historia do Emperador Tito antonio diz, que no anno de chr(ist)o cento e setenta, que foy outro tanto antes daquelles Diocleciano e Maximiano, crecia a fee christãa nas terras da Hespanha. E se em algũas crecia, nestas devia crescer, nas quaes ficarão pregando os discipolos de Sanctiago, e são Manços ↑discipolo de christo↑. Os quaes pregarão nesta

terra

¹¹⁷ «mortes muy penosas» está acima da rasura «grandes penas, e mortes».

¹¹⁸ Alteração feita acima da rasura «Crentes».

terra livremête, e fezerão nella muyto fruyto: por que converterão nella Reys, e villas, e cidades, sem empedimêto de Daciano, nem outros corregedores romanos, que não entravão caa, como logo direy. Cõverterão Elrey dom Dinasta pay de sancta Gracia: e converterão a villa de Guimarães, que por ser christãa castigou os aldeãos de Vieyra p(e)lla injuria que, fezerão a São Torquade e assi cõverterão outros.¹¹⁹ Pollo que diz, que florescia a religião christãa nesta terra. Dixe que não entravão caa os corregedores romanos: ao que me podem contrariar: por que estes sanctos marteres forão julgados per hum juiz romano chamado Tarquino. Mas isso me ajuda, entendendo↑se↑ o por que. O por que Tarquino julgou estes sanctos marteres, foy por q(ue) elles erão cidadãos romanos, e os cidadãos romanos nas terras dos seus amigos erão remitidos aa jurisdição romana, como foy são Paulo nos autos dos apóstolos. Ser isto assi consta, por que aquelle juiz romano, nem outro algũ romano grande nẽ pequeno, não julgou algũs naturaes desta terra,¹²⁰ havêdo nella muytos christãos pubricamête. Não serem os Reys de Portugal, cujo assento era em Lisboa, subjeytos aos romanos, nem esta terra consta por que Plinio, e outros escriptores romanos dizem, que Lisboa era municipio de cidadãos romanos, e municipio quer dizer terra livre, como direy em seu lugar. Mas erão os municipaes amigos dos romanos, e por isso gu(a)rdavão

os privilegios

¹¹⁹ «cõverterão outros» está acima de uma rasura ilegível.

¹²⁰ Esta palavra parece que foi posteriormente adicionada ao corpo do texto como forma de correção.

os privilegios, e immuidades dos cidadãos romanos: e por tanto permitio Elrey de Portugal,¹²¹ que Tarquino julgasse aquelles sanctos marteres em Lisboa. Da lenda destes sanctos noto para meu proposito, que jaa naquelle tẽpo se cham(a)va esta terra Portugal: e despoys sempre se assi chamou atee goora: por que logo da hi a poucos tempos vierão os Vandalos, e Suevos, e Alanos, e Godos, em cujos tempos nas escripturas delles achamos esta terra nomeada Portugal, e não Lusitania, nem Gallecia. E tambem noto desta lenda que, era Reyno, e q(ue) tinha Rey esta terra de Lisboa, q(ue) he Portugal.

¶ Da lenda daquelles sanctos marteres são Verissimo, e suas irmãas sabemos, que havia em Lisboa Rey: por que diz que Tarquino os mandou levar diante dos paços delrey, quando os levavão arrastando p(e)llas ruas. Porem desdentão atee Elrey dom Fernãdo, o manho Rey de Castella, e de Lião, que forão novecentos annos pouco mays ou menos, não se lee, que ouvesse Rey algũ em Portugal. O por que, não pude saber senão, que sospeyto, que elles se fezerão tyrannos, e o povo os tirou, como fez em Roma, em tempo de Tarquino¹²² soberbo. O modo do regimento desta terra não consta qual foy naquelle tempo daquelles novecentos annos: por que os romanos naquelle comenos que faltarão os nossos Reys perderão tambẽ¹²³ o senhorio da Hespanha, e entrarão nella os Vandalos, e Suevos, e

Godos

¹²¹ Alteração feita acima da rasura «lisboa».

¹²² Há uma marca de rasura sobre a última letra.

¹²³ Alteração feita acima de uma rasura ilegível.

Godos. E estes Godos diz, que nunca forão senhores de Portugal, como se diraa em seu lugar. E assi se diraa dos mouros, e leoneses, e castelhanos. Porem esta terra sempre teve este nome Portugal, e sempre teve os limites de Bragga atee Beja. Os quaes limites tinha no tempo delrey dom Afonso o catholico Rey de Lião, o premeyro deste nome. E na repartição dos bispados antigos da Hespanha, assi no tempo dos Godos, como do emp(er)ador Constantino, mayores termos parece q(ue) lhe erão¹²⁴ limitados q(ue) estes dagoora.¹²⁵ Estes ↑termos↑ que agoora tem, querem algūs dizer, que lhos limitou Elrey dom Fernão o magno,¹²⁶ quando o deu a seu filho dom Garcia. Mas quer o elle limitasse, quer não, deulho com titulo de Reyno, como sempre teve, de tempos antiquissimos a esta parte. E por que achou que não pertencia aas suas¹²⁷ duas coroas de Lião, e de Castella, o deu separado a dom Garcia. Despoys [...] ¹²⁸ dom Afonso e seysto tambem com titulo de reyno: e tambem o apartou e deu a sua filha dona Tareyja com titulo de reyno. Por que estes Reys não havião este reyno por seu, davãno a seus filhos como cousa sem dono: e tratavãno como emprestado: assi como fazião os romanos aos reynos de Palestina, e outros, que ouverão de seus amigos per modo de encomenda. E por quanto andava emprestado, não havia quem se doesse delle, nẽ escrevesse as cousas que nelle passavão. Mas porem todavia irei rastejando a sua antiguidade: e escreverei fielmente o que poder alcançar:~

Capitolo

¹²⁴ Alteração feita acima da rasura «são».

¹²⁵ Nota marginal: «por que na limitação de Constantino»

¹²⁶ Alteração feita acima da rasura «manho».

¹²⁷ Alteração feita acima da rasura «coroas».

¹²⁸ Há uma mancha sobre esta palavra, o que impede a sua leitura.

¶ Capitulo q(ua)rto, do estado das cousas de
Portugal antes dos romanos.

No capitulo precedente fiz menção dos Reys antigos de Portugal, posto que breve: por que a infelicidade dos tempos que se antremeterão consomio¹²⁹ a memoria delles. Daqui por diante direy do estado das cousas deste reyno: o qual antes q(ue) os romanos conquistassem a Hespanha, devia ser prospero, poys que os Reys destas terras ultimas acudi[ão]¹³⁰ aos de Celtiberia, quando os romanos começarão entrar nella, segũdo diz a sagrada escriptura nos livros dos Machabe[os]¹³¹ Porem não sabemos as particularidades do que então passou, por que não temos escripturas daquelles tempos: os quaes se perderão nas guerras, que sobcederão dos rom(a)nos para caa: por q(ue) antes dos rom(a)nos, ainda as havia. Diz Estrabão, que em seu tempo havia nesta terra escripturas, que fazião menção de seys mil annos atras. Os quaes annos se¹³² deviã¹³³ contar per algum costume fora do curso do sol: por q(ue) algũas gente contavão os annos per dez meses, outr(a)s per quatro meses cada anno: e outras doutra maneyra. E diz mays Estrabão: que os latinos forão negligentes em escrever as cousas da sua nação, quanto mays as alheas: e que não fezerão mays que trasladar o que acharão escripto nos livros dos gregos: e isso ainda não bem trasladado: assi por que elles não erão ainda então m(ui) dados ao estudo das letras, como também, por que os gregos não podião saber tudo o q(ue) havia p(e)llo mundo: em
especial,

¹²⁹ Alteração feita acima da rasura «estragou».

¹³⁰ «ão»: conjectura.

¹³¹ Defeito na fotocópia.

¹³² Alteração feita acima de uma rasura, que parece ser «elle».

¹³³ Parece que o autor corrigiu esta palavra, acrescentandolhe o «o» final e o sinal de nasalização.

especial, as cousas de longe: de terras, e gentes: que elles não vião, nem conversavão, como erão as de Portugal, que estav[ão]¹³⁴ no cabo do mundo, tão ignot[as]¹³⁵ a elles, q(ue) lhes parecia, que estav[ão]¹³⁶ no outro mûdo: e dizião, que caa erão os campos elisios, onde moravão os defunctos ben aventurados, que vivião eternamête. Isto cuydavão, por que ouvirão dizer, que hum Rey destas terras chamado Argãtonio viveo muyto t(em)po. Esta ignorancia tão escura¹³⁷ faz parecer, que nũa gregos vierão a esta terra, nem povoarão lugares algûs della. Isto he claro: por que os gregos antes de Alexandre m(a)gno, no qual começou a sua monarchia, não sairão de Grecia com exercito armado, nem copia de gente para as partes de ponente, mays que atee Italia, e Cezilia: e ã tempo de Alexandre, e seus successores forão para Asia, e laa se gastarão: e nunca vierão a Portugal. [...] ¹³⁸ãtes de Alexandre os patriarchas, que ensinarão as gentes, e andarão p(e)llo mundo, não erão gregos: mas erão Noe, e seus filhos, e netos: e os gregos não forão sabedores premeyro que as outras gentes: nem souberão desta terra coisa q(ue) podessem mostrar aos latinos. Era o que sabião destas terras, como o que agora sabemos de Biarmia, e Grulanda, e outras terras, que nunca vimos, e o que ouvimos he como sonho. Assi era antre os gregos, o q(ue) ouvião dizer desta terra. E mays a sua natureza fingidora de fabulas fazia mays escuro, o que contavão aos latinos. A graça disto he, que nos aprendemos dos latinos as nossas antiguidades confundidas desta feição, e

não

¹³⁴ «-ão»: conjectura. Há uma mancha sobre essas letras.

¹³⁵ Defeito na fotocópia.

¹³⁶ «-ão»: conjectura. Há uma mancha sobre essas letras.

¹³⁷ Alteração feita acima da rasura «cega».

¹³⁸ Há uma mancha sobre a palavra, o que impede a sua leitura.

Fólio 21v

não querem algũs saber mays, que aquellas fabulas, q(ue) ↑nos↑ elles

contão. Ouve nesta terra antigamête estudo de letras,

e de poesia, e leys: e ouve urbanidade, e primor de

bos costumes, antes que caa viessem romanos, nem

gregos. Assi o diz Estrabão. Foy tão antigo isto nesta

terra, que algũs affirmão, que teve principio desdo

tempo de tubal, e premeyra povoação desta terra.

E havia nella livros das hestorias antigas della: por

que Appiano alexandrino diz, que estava¹³⁹ nos livros das

historias da Hespanha a historia de Hercoles lybio: o

qual foy bem antigo, e precedeo aos phenizes. Digo

que ouve estudo de Letras, e primor de costumes urbanos

naquella¹⁴⁰ premeyra antiguidade, aqui nesta terra de

Portugal, de que escrevo: por que Estrabão diz, que

os de Tartesso, q(ue) era perto do estreyto de Gibraltar, por

serem vezinhos dos Turditanos, e dos Gallos, e por serem

seus parentes, se chegavão a elles muyto na urbanidade.

Assi que fez principaes no primor urbano os Turditanos,

e Gallos: e os Gallos da Hespanha, jaa mostrey, que erão

os portugueses. Perdeose aquella boa antiguidade desta

terra: e perdeose a memoria della: por que se perderão

os livros, e escripturas, que havia daquelle tempo: e per-

derãose mays nas guerras, que per outro infortunio: por

que fome, nem peste não gastam os livros, posto q(ue)

estorvẽ o estudo. A guerra estorva o estudo, e mays

queyma os livros. Assi fezerão os romanos, por fazerẽ

esquecer a memoria dos antigos, e dizerem que elles

erão

¹³⁹ Alteração feita acima da rasura «leo».

¹⁴⁰ Alteração feita acima da rasura «antigamente».

erão a premeyra gente do mundo, ou ao menos da Hespanha: e que todos os outros erão barbaros. E assi tambem fizeram os mouros, por fazerem esquecer a memoria dos christãos, queymarão os livros que acharão na christandade. Assi diz Elrey dom Afonso, na sua cronica:

¶ Não he muyto haver nesta terra antigamente, estudo de letras, e policia: em quanto ouve¹⁴¹ nella paz, e quietação: por que a paz daa favor ao estudo. Mas despoys que o Diabo pay da discordia¹⁴² entendeo em haver inveja ao bem, e descanso dos nossos antigos, provocou algũas nações vezinhas com achaque de cobiça, que cometessem a hespanha com armas, por haver as riquezas do ouro, e prata, e outros metaes, que então havia nesta terra. O premeyro que isto atentou, foy Deabo Rey da Mauritania, que por outro nome se chamou Gerião, q(ue) quer dizer homẽ estrangeiro¹⁴³ Este passou de sua terra cõ dous filhos que tinha, e conquistou a Vandaluzia, e foy senhor della. Mas por que este foy na morte de Osiris Rey do Egipto pay de Hercoles lybio, Hercoles¹⁴⁴ veyo sobrelle com grande poder: e matou a ele e a seus filhos. Diz Appiano, que as historias antigas da Hespanha contavão, que foy isto antes q(ue) os phenizes fizessem guerras aa Hespanha, que tambem lha fizeram, segundo dizẽ, por cobiça das riquezas, que nella havia. Mas todas estas guerras se fizeram na Vandaluzia, e não em Portugal. Posto que algũs dizem, que Hercoles veyo caa: mas elle

laa

¹⁴¹ «em quanto ouve» está acima da rasura «por que havia».

¹⁴² Alteração feita acima de uma rasura ilegível.

¹⁴³ Alteração feita acima de uma rasura ilegível.

¹⁴⁴ Alteração feita acima de uma rasura, que parece ser «Este».

laa morreo, e foy enterrado, e despoys de morto muyto venerado. Os cartagineses tambem entrarão na Hespanha p(e)lla Vandaluzia. Atee estes não dizem as historias doutros algũs antes dos romanos, que viessem per mar fazer guerra aa Hespanha. E estes todos vierão pello mar mediterraneo, e desembarcarão na costa da Vandaluzia. Nenhũs delles chegarão a Portugal, que estava caa no cabo da terra escondido. Nem os Celtas, q(ue) vierão per terra chegarão [caa]¹⁴⁵: laa ficarão na Celtiberia. De todos estes esteve segura Portugal atee Decio bruto rom(a)no.

Atee este esteve Portugal quieto, e havido por terra¹⁴⁶ felicissima. Tal¹⁴⁷ foy o seu estado antes dos romanos. ¶ A grande seca, na qual dizem que se despovoou muy[ta] parte da Hespanha ↑tambem↑ foy antes dos romanos: por que dizẽ que foy antes de Christo mays de dous mil ãnos e a povoação de Roma não foy antes de Christo mays de mil e tantos segundo Eusebio: não chegou a dous mil. E tambem foy aq(ue)lla seca¹⁴⁸ antes da monarchia dos gregos: a qu(a)l monarchia começou em Alexandre, que foy q(ua)trocẽtos, ou quinhentos annos an[te]s¹⁴⁹ de Christo: não mays, nem tanto: por que no primeyro livro dos machabeus diz, que Antiocho illustre reynou no anno cento e trinta e septe despoys de Alexandre: e de Antiocho atee Christo não chegou a trezentos. Fiz menção da despovoação da Hespanha no tempo da secca: por que algũs dizem, que então vierão os gregos povoar estas terras: mas não podião ser muytos, por que ainda então não prosperava grecia, nẽ podia mandar caa muyta gente: e essa q(ue) mãdou, não chegou a Portugal, por que lhe ficava longe, e elles apousentarãose nas p(ri)meyras¹⁵⁰ terras q(ue) acharão junto de frança, e do mar mediterraneo per onde vierão. Isto consta ser assi

¹⁴⁵ Leitura duvidosa: inserção baseada no contexto.

¹⁴⁶ Esta linha dá início a um longo trecho escrito separadamente e com a extremidade superior desse material colada ao fólio 22v. Segundo informação de Franco (2000: 375), em nota de rodapé, esse trecho representa “um papel solto escrito com letra autógrafa e colado no fol. 22v, no fim do capítulo IV, com vistas a completá-lo. Por baixo desse papel colado encontramos o início do capítulo V (...). Este acrescento foi iniciado pelo autor à margem do fólio, tendo sido riscado para desenvolver, depois, nesta folha colada, como agora consta.”

¹⁴⁷ Alteração feita acima da rasura «Este».

¹⁴⁸ «foy aq(ue)lla seca» está acima da rasura «foy».

¹⁴⁹ Há uma mancha sobre parte desta palavra.

¹⁵⁰ Alteração feita acima da rasura «preras».

p(e)llos vocabulos,¹⁵¹ que delles ficarão nas terras q(ue) elles povoarão, e não ficarão em Portugal. No qual derão ainda algũs sinaes¹⁵² antigos dantes da secca. O que tambem faz parecer, que não foy esta terra despovoada de todo, nem fez nella a secca tanto damno como em Aragão, e Catelunha, que naturalmente são mays seccas que esta. O nome de Lusitania jaa fica dicto, q(ue) não foy tomado de Lysias grego, senão de Luso rey natural desta¹⁵³

desta terra filho de Siceleu, tambem natural della: da Lusitania digo, e não de Grecia. Finalmente, não ha escriptura autentica daquelle tempo, que nos obrigue a crer que os gregos povoarão algũa cousa em Portugal, antes dos romanos nem despoys: por que os romanos durarão mays quelles. E no tempo dos romanos não vierão caa gregos: nẽ podião ↑vir↑: por que os romanos os estorvavão, e davão em que entender laa¹⁵⁴ nas suas terras.

¶ Capitulo quinto, do estado das cousas de¹⁵⁵
Portugal no tẽpo dos romanos.

Tempo dos romanos aqui, aquelle q(ue) respeyta a Portugal: por que tudo o que aqui escrevo he em respeyto de Portugal, conforme ao titulo da obra: e o tempo dos romanos que respeyta a Portugal he despoys que eles entrarão na Hespanha. Entrarão os romanos na Hespanha despoys dos carthagineses e vierão caa co a mesma tenção delles: que foy co-biça das riquezas, que então havia nesta terra. Entrarão pela Celtiberia, que agora he Aragão, e Catalunha. E despoys vierão a Carpetania, que agora he a
terra

¹⁵¹ Alteração feita acima da rasura «nomes».

¹⁵² «algũs sinaes» está acima da rasura «os nomes».

¹⁵³ Este final de linha escrita funciona como um reclamo, que é retomado na linha seguinte da dobra da folha solta (colada ao fólio 22v).

¹⁵⁴ Alteração feita acima de uma rasura ilegível.

¹⁵⁵ Ainda no fólio 22v, o início do capítulo quinto foi, provavelmente, escrito antes do acréscimo de texto ao final do capítulo anterior. Por isso, esse início de capítulo encontra-se sob a emenda colocada originalmente pelo autor.

terra de Toledo. E despoys aa Lusitania, que ↑he↑ terra de Merida. E da hi vierão aa terra dos Gallaycos, que he Portugal. Chegarão a esta terra muytos annos despoys da premeyra entrada que fezerão na Hespanha: por q(ue) chegarão despoys dos filhos primeyro Scipião, que foy o premeyro¹⁵⁶ que entrou na Hespanha. Porẽ chegarão elles caa¹⁵⁷ a Portugal, por que¹⁵⁸ havia muytas dissensões antre as gentes da Hespanha: que se as não ouvera diz Lucio floro, que nem os romanos, nẽ os carthagineses, nem os phenizes abastavão p(ar)a entrar a Hespanha, se os hespanhoes forão todos dhũ coração, e vontade. Elrey Tareyjo, que Scipião [...] ¹⁵⁹ por isso dixe, que se perdera Numancia, por que nella havia¹⁶⁰ discordia. O capitão, que premeyro chegou aa terra dos Gallaicos, foy Decio bruto, hum pretor romano, que não era dos principays capitães. Este se apousentou no Morro, q(ue) he¹⁶¹ hum logar, o qu(a)l¹⁶² Estrabão diz, que estaa sobre o rio Tejo, a cima hum pouco donde chegão as marees: e segũdo diz¹⁶³ não pode ser outro, senão sanctarem: E q(ua)lquer que seja, he mays antigo nesta terra, que os romanos, e não pode ser sua colonia, povoada per elles, como dizẽ os que lhe chamão Scalabis. Daqui do Morro cõquistou [...] ¹⁶⁴ os Gallaicos lusitanos, que são os que ficão p(ar)a o norte, [por] ¹⁶⁵ q(ue) lisboa não parece, q(ue) foy conquistada, poys ficou sendo municipio, como direy a diante. Gallaicos lusitanos se chamarão os Gallaicos vezinhos da Lusitania:

por que

¹⁵⁶ Na sequência há uma palavra, ao que parece, inserida posteriormente, cuja leitura não está clara.

¹⁵⁷ «elles caa» está alterado acima da rasura «muyto asinhos».

¹⁵⁸ «que» está acima da rasura «quanto».

¹⁵⁹ Há uma rasura neste local e, acima dela, uma correção do autor, cuja leitura não está clara devido a uma mancha sobre as palavras.

¹⁶⁰ «por que nella havia» está acima da rasura «que havia nella».

¹⁶¹ «q(ue) he» está acima da rasura «hum».

¹⁶² «o qu(a)l» está acima da rasura «que».

¹⁶³ «e segundo diz» está acima da rasura «o qual»

¹⁶⁴ Leitura prejudicada pela existência de uma mancha.

¹⁶⁵ Conjectura: leitura prejudicada pela existência de uma mancha.

por que p(e)lla vezindade,¹⁶⁷ e muyta conversação se mesturarão, e se fezerão todos hũa gente: e a terra que se chamava Gallacia, se veyo a chamar Lusitania atee oje em dia. Porem não perdeo de todo o premeyro nome: por que em logar de Gallecia ficou Portugal, ainda q(ue) não em toda a Lusitania. A qual diz Estrabão, que foy amplissima na Hespanha. Do morro foy Bruto para os braccarêses, que tambem se chamavão gallaicōs, e não veyo para Lisboa. Na qual duravão ainda os Reys da Gallacia, que Justino chama antiguissimos consta que¹⁶⁸ resistirão a Bruto, e por isso se foy contra os braccarêses. Vendo os Reys de Lisboa, como a fortuna favorecia os romanos, assentarão paz co elles, e ficarão sendo municipio de cidadãos romanos. Assi o diz Plinio aos vinta dous capitulos do quarto livro da historia natural, que Lisboa era municipio de cidadãos romanos. Por q(ue) ha muytas pessoas, que não sabem, que cousa he municipio, mas antes deste nome concebem o contrayro do q(ue) elle quer dizer, quero eu dizer [o]¹⁶⁹ que significa: por que elles dizẽ, que era cousa que pertencia aos cidadãos romanos: per q(ua)nto seu nome claramẽte diz, municipio de cidadãos rom(a)nos. Porem não he assi, mas he o que agora direy.

¶ Municipio não quer dizer possissão, nem propiedade dos cidadãos romanos, mas quer dizer privilegio, e immunidade ↑semelhãte a↑ dos cidadãos romanos: e ao povo ou terra q(ue) gozava do tal privilegio chamavão municipio. Aulo gellio no capito↑lo↑ treze, do livro dezaseys das noytes acticas,

de autorida[de]

¹⁶⁶ O fólio 23v em branco.

¹⁶⁷ Alteração feita acima da rasura «veziança».

¹⁶⁸ «consta que» está acima da rasura «os quais».

¹⁶⁹ Conjectura: há uma mancha no local.

Fólio 24v

de autoridade do emperador Adriano diz, que os muni-
cipes moradores dos municipios erão yguaes na honra
aos cidadãos romanos: e vivião pellas suas prop(ri)as leys,
e não pellas romanas: e as suas terras nunca forão
dos romanos, nem lhe devião cousa algũa, nem vassa-
llagem, nem tributo, nem mays que subsidio ami-
gavel per via de confederação alternada, e justifi-
cada obrigação: pella qual tanto devião os romanos a
elles, como elles aos romanos. Confederavãose [com]¹⁷⁰ cõ-
dição de socorrerem hũs aos outros, quando fosse ne↑ce↑ssa-
ria. Isto consta da confederação, que os romanos fezerão
com os Machabeus, no premeyro livro da sua lenda.

Destes amigos confederados, tinhão os romanos muytos
na Hespanha, e fora da Hespanha. Verdade ↑he↑, que diz
Elrey dom Afonso no capitulo noventa e seys da pre-
meyra parte, que os romanos, aos que premeyro ouverão
por amigos, despoys os tornarão em servidão. Assi
o fezerão em Jerusalem, e em Numidia, e outr(a)s partes.
E não he isto para espantar, por que segundo a pro-
fecia de Daniel o seu reyno foy comparado, a ferro, e
lama, que significão crueldade, e pouca liança.

¶ Foyse Bruto contra os Gallaicos braccarenses, e diz q(ue)
passou p(e)llos Gallaicos lusitanos. E se indo de Sanctarem
para Bragga passou p(e)llos Gallaicos lusitanos, claro estaa,
que os da nossa estremadura e beyra são os Gallaicos lusi-
tanos. E mays não estaa¹⁷¹ naquelle caminho o cõvento scala-

bitano:

¹⁷⁰ Conjectura. A cópia apresenta-se meio apagada..

¹⁷¹ Alteração feita acima da rasura «he».

bitano: por que esse convêto fica ao Nordeste do Morro, e o caminho de Bragga vay¹⁷² ao Norte. Quanto mays, que elle daquelle caminho chegou aa praya do mar, e devia ir ao Noroeste: por que assi o dizem as historias, que elle foy o premeyro romano, que premeyro vio na Hespanha a praya do mar Oceano occidental. E quando isto contão de Bruto, por ser cousa nova, e não esperada, falão per figuras poeticas, dizendo, que elle vio como se o fogo metia dubayxo das aoguas, q(ue) quer dizer vio como se o sol punha detras do mar. Isto vio a premeyra vez, que foy aos Gallaicos braccarenses aos quaes¹⁷³ elle não tornou¹⁷⁴ a segûda vez. Segundo este caminho, q(ue) levou, parece q(ue) os cometeo per terra de sancta Maria, e porto de Gaya. Onde diz Appiano alexandrino, que lhe elles¹⁷⁵ resistirão tão animosamente, que o fezerão ir p(ar)a Roma, e elles ficarão livres, e assi o forão sempre: por que Plinio diz, que o convento braccarense era livre. E se era livre no tempo de Plinio, sempre o foy: por que despoys o imperio romano diz Lucio floro que foy descaindo na Hespanha, atee q(ue) no tempo dos Godos a perdeo de todo. Que Bruto se foy sem subjugar os braccarêses, nem os lusitanos, não me faz duvida: por que naquelle tempo era vivo, e prosperava Viriato nesta terra, e os romanos não andavão soltos per ella: por quanto elle os acossava della. He notoria a historia de Viriato, e por isso me não de-

tenho

¹⁷² Alteração feita acima da rasura «tira».

¹⁷³ «aos quaes» está acima da rasura «por que».

¹⁷⁴ Na sequência, há uma rasura, que parece ser «laa».

¹⁷⁵ «lhe elles» está acima da rasura «elles lhe».

tenho em contar as afrontas que fez aos romanos, e perigos em q(ue) os pos: quantos capitães lhe matou, e exercitos lhe desbaratou, e os pos em termos de se perderẽ: e como nunca o poderão vencer per legitima guerra: mas per suborno, e treyção o fezerão matar, com receo, que tnhão da sua astucia,¹⁷⁶ cuydado, vigilancia, e diligencia, e com¹⁷⁷ medo do seu esforço. Porem quero apontar¹⁷⁸ hũa cousa que se delle escreve: por que he rara, e achase em poucos homens victoriosos: que foy modesto, e sem ambição: que nunca mudou o estilo do serviço, nẽ vestido que usava¹⁷⁹ antes de ser capitão, nem comer, nem recreação de sua pessoa ↑mudou↑: nem se ensoberbeceo¹⁸⁰ p(e)llas muytas, e grandes victorias, que alcançou. Tudo o que nellas ga↑i↑nhava distribuia a seus soldados, e não tomava para si mays que o necessario para sua despesa moderada. Não guardava com avareza, nem aquiria com cobiça: por q(ue) soo p(e)lla defensão, e liberdade da sua¹⁸¹ patria pelejava:~ Assi que bem se pode crer, que em tempo de tão singular capitão Bruto não levou o melhor dos bracarêses, nem dos outros portugueses, que erão os Gallaicos lusitanos. E a quẽ me dixer, q(ue) Bruto p(e)lla victoria que ouve contra os Gallaicos tomou¹⁸² o sobrenome de Gallaico, responderlhey, que muytas jactancias tomavão os romanos de cousas muy pequenas; e fazião dellas grandes carantonhas. Se vencião quatro imigos, dizião que vencião quatro mil: e se tomavão qu(a)tro aldeas, dizião que tomavão corenta¹⁸³ cidades. Desta

maneyra

¹⁷⁶ Antes desta palavra, há duas rasuras, uma acima da outra: «providencia» e «diligencia».

¹⁷⁷ «e com» está acima de uma pequena rasura ilegível.

¹⁷⁸ Alteração feita acima da rasura «dizer».

¹⁷⁹ Alteração feita acima da rasura «tinha».

¹⁸⁰ Alteração feita acima da rasura «ensobeceo».

¹⁸¹ Alteração feita acima da rasura «patria».

¹⁸² Alteração feita acima de uma rasura ilegível.

¹⁸³ Alteração feita acima da rasura «quatroçêtos».

Fólio 26r

maneyra diz Estrabão, que ↑se↑ elles jactavão ↑dizêdo↑, que o seu Tiberio gracco destruiu na Hespanha trezentas cidades, e ellas erão aldeas, e quintas, e casaes. Assi que Bruto, por q(ue) passou p(e)lla terra dos Gallaicos, e tomou o sobrenome de Gallaico não se¹⁸⁴ segue,¹⁸⁵ que os venceo, e subjogou. Não os deyxou Bruto subjeytos: mas antes, por que ficarão livres, veyo logo Sertorio acolherse¹⁸⁶ aos Gallaicos lusitanos, e antre elles se fez forte, e se defendeo dos romanos: o que não fezera, se elles forão subjeytos a Roma. Despoys de Sertorio não se lee, q(ue) entrasse nestas terras de Portugal exercito algum romano, atee os Cesares, que foy o tempo da idade juvenil¹⁸⁷ do imperio romano, segundo Lucio floro. E mays diz, que no tempo dos Cesares começou envelhecer aquelle imperio, e enfraquecer, e descair, atee q(ue) de todo se perdeo, e não ganhou mays em Portugal. Julio cesar, quando veyo fazer guerra aos de Pompeo, não passou da Vandaluzia, nem entrou em Portugal. Augusto cesar seu sobrinho, quando veyo a Cantabria, não passou das Asturias, nem entrou em Portugal: mas de laa se tornou para¹⁸⁸ Roma, segundo diz Paulo orosio. Despoys destas, não se lee, que algum emperador viesse, nem mandasse exercito armado a Portugal: por que as legiões, que Trajano mādou aa Hespanha derribar as fortalezas, não chegarão a Portugal: em lião assentarão, e acabarão. Finalmente, o estado das cousas de Portugal foy livre em¹⁸⁹ tẽpo dos romanos:¹⁹⁰ por que o municipio de Lisboa era livre, e o convento braccarense tambem era livre, segundo Plinio: e estes dous termos, segundo boa estimação, tomavão tudo

o que

¹⁸⁴ «não se» parece que foi posteriormente adicionado ao corpo do texto como forma de correção.

¹⁸⁵ há uma ênclise «se», rasurada pelo autor.

¹⁸⁶ Alteração feita acima de uma rasura ilegível.

¹⁸⁷ Alteração feita acima da rasura «varonil».

¹⁸⁸ Alteração feita acima de uma rasura ilegível.

¹⁸⁹ Alteração feita acima da rasura «por».

¹⁹⁰ «tẽpo dos romanos» está acima da rasura «que o munic».

Fólio 26v

o que agora he Portugal: por quanto o municipio era reyno, como fica provado em seu lugar, e devia ter muytas terras, como convem a reyno: e o convento braccarense, diz Plinio, que tinha vinta quatro cidades: as quaes cõ seus termos deviã tomar¹⁹¹ tanto espaço de terra, que bem podião ↑confinar↑ com o termo de Lisboa: por que todas as vinta q(ua)tro cidades do convento braccarense ↑ou as m(a)is dellas↑ deviã estar do rio Minho para o Sul: por q(ua)nto para o Norte ficava¹⁹² o convento lucense, que tinha tantas cidades, que bem deviã¹⁹³ acupar toda a terra dos Artabros, que agora chamão Galliza: e não ↑podia↑ entrar laa muyta parte do braccarense: e por tanto as mays das suas vinta quatro cidades, ou todas deviã ↑ser↑ da parte de Lisboa, e cõfinar¹⁹⁴ co ella. Afim, que nesta terra, daqui atee Bragga, ao longo do mar, não teverão os romanos muyto se-
nhorio, nem conversação: nem os seus escriptores o escrevem: mas antes daquella pequena entrada q(ue) fez Bruto fazem tanto caso, que fazem entender que se mays teverão mays escreverão, e não o deyxarão por esquecido: e poys o não escreverão, de crer he, q(ue) não tinhão caa cousa algũa. E quando se chamão senhores da Hespanha, não devemos crer,¹⁹⁵ que o erão de toda ella: por que não ha duvida, senão q(ue) havia nella outros conventos livres afora o de Bragga: e outros municipios afora o de Lisboa: que não erão seus sobjeitos, senão amigos, e confederados: e algũs ↑erão↑ seus contrayros. Chamavãose elles senhores da Hespanha, como se chamavão senhores do mũdo:

mas não

¹⁹¹ Antes desta palavra, há duas rasuras, uma acima da outra: «bem» e «tomar».

¹⁹² Alteração feita acima da rasura «fica».

¹⁹³ «bem deviã» está acima da rasura «deviã».

¹⁹⁴ Alteração feita acima da rasura «chegar».

¹⁹⁵ Alteração feita acima da rasura «entender»

mas não o erão de todo elle: por que havia muytas terras, e regiões, que elles não senhoreavão, nem conhecião. Não senhoreavão Guinee, nẽ a China, nem a grão Tartaria: nem conhecião o Brasil, nem as Antindias, nem o Japão. Nem sabião, se havia terras no hemispherio austral, q(ue) ainda não he descoberto. E poys não erão senhores destas terras, não podião dizer, que erão senhores de todo o mundo. E assi não erão s(enho)res¹⁹⁶ de toda a Hespanha: e per conseguinte, nẽ de Portugal: ao qual nunca vierão, senão em tẽpo de Bruto: e Bruto não o subjugou, como fica dicto. Andarão aas voltas com Lusitania, que estaa dentro no sertão: mas não acabarão de senhorear a¹⁹⁷ Gallacia maritima, q(ue) he o prop(ri)o Portugal.

¶ O convento scalabitano dizem que era sobjeyto aos romanos; por que Scalabis sua cabeça era colonia dos romanos. As colonias, não somẽte erão sobjeytas aos romanos, mas erão suas propriedades: por que erão suas¹⁹⁸ feyturas, por quanto o povo romano, e os seus capitães as fazião e povoavão, como agora os portugueses povoão as ilhas, e terras novas que descobrem. Como a ilha da madeyra, e as dos açores, cabo verde, sam thomee: e as povoações do Brasil. Estas são colonias de Portugal. E são estas as proprias colonias: por que de principio forão habitadas p(e)llos portugueses: e mays forão habitadas per elles mesmos, e não per outra gente de seu mandado: como erão algũas colonias dos romanos: os quaes¹⁹⁹ mudavão a gente dhũas terras p(ar)a outras, por que ↑lhe↑ compria assi, e chamavãolhe colonias.

Desta

¹⁹⁶ «erão s(enho)res» está acima da rasura «erão».

¹⁹⁷ «senhorear a» está acima da rasura «chegar aa».

¹⁹⁸ «erão suas» está acima da rasura «erão».

¹⁹⁹ «os quaes» está acima da rasura «que».

Fólio 27v

Desta maneyra dizẽ, que era Scalabis: por que diz q(ue) de Beturia trouxerão os romanos gente para aquella villa, e a gente daq(ue)lla²⁰⁰ villa troquando levarão para Bethuria.²⁰¹ E dizẽ que Scalabis estava na Lusitania: donde enferem que era Sanctarem: por que diz, que o seu convento confinava cõ o de Merida. Mas Antonio de Nebrissa, homẽ de boa erudição diz, que Scalabis he a villa de Trogilho na estre-madura de Castella. A qual diz, que foy colonia de romanos, e²⁰² m(a)ys vezinha de Merida q(ue) Sanctarem.²⁰³ E ser Trogilho a que foy Scalabis parece ser verdade: por que Ptholemeu faz dous graos de differença da altura de Scalabis ao promontorio barbarico, que ↑he↑ este da foz do Tejo desde Espichel atee Sanchete. O qual promontorio demora cõ Scalabis nordeste sudueste, segundo Ptholemeu. Pella qual derrota dous graos montão mays de quarêta leoguas: e de Sanchete a Sanctarem não passão de vinte. Pollo que parece, que Sãctarem não he a q(ue) foy Scalabis: nem foy do senhorio dos romanos, nem sua colonia: mas jaa quando os romanos vierão a esta terra era povoada, e era das cidades opulentissimas, que Estrabão diz, que havia na ribeyra do Tejo: por que assi o he ella, opulenta e farta, e das milhores da Hespanha;

¶ Antes de acabar este capitolo, quero responder a hũa instância, com que os romanistas querem provar, q(ue) os romanos forão senhores de Portugal: a qual he esta.

Dizemnos que nos lugares deste reyno se achão pedras, q(ue)

elles

²⁰⁰ «a gente daq(ue)lla» está acima da rasura «daquela».

²⁰¹ Alteração feita acima da rasura «laa».

²⁰² «romanos, e» parece que foi posteriormente adicionado ao corpo do texto como forma de correção.

²⁰³ «m(a)ys vezinha de Merida q(ue) Sanctarem» está acima da rasura «romanos».

elles chamão romanas: por que estão escriptas cõ letras romanas; nem lingua romana. Outros, que presumẽ de mays atilados, chamãolhe cepos, que he pior: por que os cepos apodrecem, e as pedras não. Eu hey vergonha, da fiuza com que se elles affirmão nestas pedras: e achão que ↑he↑ grande primor sabellas ler, e ter para isso hum Probo gramactico de *literis antiquis*, e buscalas nos paradeyros²⁰⁴ velhos: e o pior que he, achão homens ricos, e nobres, q(ue) lhe louvão aquella coriosidade. Mas a sabedoria ↑divina↑ diz, q(ue) são²⁰⁵ inutiles as pedras²⁰⁶ antigas: e são especia de idolatria. Das quaes não se tira fruyto algum: nem se prova per ellas, q(ue) Portugal foy dos romanos: por que tudo o q(ue) nellas se escreve,²⁰⁷ são epitaphios de sepulturas. Não são hestoreas, nem contão, se vierão caa os romanos com seus exercitos, e tomarão esta terra, e forão senhores della, como nossos emulos querẽ entẽder: mas dizem, aqui jaz foão, ou foãa: e não contão donde era natural, nem se era romano, nem por que, ou para que veyo caa: por que bem podia ser romano, e vir caa morar, e tratar mercancia, como agora vem muytos daquellas partes,²⁰⁸ homens que vem a ser ricos, e fazem capellas, e sepulturas sumptuosas, e de memoria. Quanto mays que tambe podião ser aquelles defunctos naturaes desta terra, e mandarẽ fazer suas sepulturas, e escrever nellas seus epitaphios ao modo romano, como ainda agora fazem algũas pessoas, que não somente epitaphios de sepulturas, mas tambem edificios de casas, e quintas, e igrejas edificão, e fazẽ aos

modos

²⁰⁴ Alteração feita acima da rasura «pardieyros».

²⁰⁵ Alteração feita acima da rasura «aque».

²⁰⁶ «as pedras» está acima da rasura «antigas».

²⁰⁷ Alteração feita acima da rasura «acha».

²⁰⁸ Alteração feita acima da rasura «terras».

Fólio 28v

modos estrangeyros de Roma, e de França ↑e↑ doutras terras. Fazem telhados de chumbo, como em ingraterria: fazem nas igrejas curucheos, como em frança. Estrabão diz, que antigamête havia na Hespanha homês, que se²⁰⁹ fazião latinos não somête na lingua, mas tambem nos costumes, e trajo de vestido: e chamavãose togados e estolados: por que usavão dos vestidos que os romanos chamão togas e estolas. Assi, que jaa antigamête usurpavão as gentes desta terra os costumes de Roma, e não era²¹⁰ muyto usurparem os epitaphios das sepulturas, e as pedras romanas. Por tanto elles não são sufficiente argumêto, para provar, que Portugal foy subjeyto aos romanos: por que não lhe sendo subjeyto as podião usar nesta terra. Na villa de Chaves, na cõmarca de trastamara,²¹¹ me dizem que ha hũa coluna, em a q(ua)l diz que estão escriptos os nomes dalgũs povos daquella terra, repartidos per provedorias, ou concelhos: aos²¹² quaes proved[ores]²¹³ parece que aquelles povos erão obrigados responder cõ algum censo, ou conheçença. Desta²¹⁴ coluna pegão os romanistas, e dizem, que os romanos a poserão ali: mas os nomes dos povos q(ue) nelle estão nomeados, parecem mays do tempo dos suevos, que dos romanos. E pode²¹⁵ muy bem ser, que aquella repartição de povos he a q(ue) fez Teodemiro Rey dos suevos para os bispados, segundo se contem no capitolo cincoenta e hum, da segunda parte, da cronica geeral, da Hespanha. Mas eu não affirmo isto, por que não vi a dicta columna, nẽ posso julgar della sem a ver. Porem não me parece, que he de romanos: por que os suevos desbaratarão

naquella

²⁰⁹ Alteração feita acima da rasura «não».

²¹⁰ «não era» está acima da rasura «era».

²¹¹ «tras tamara» está acima da rasura «trales mōtes».

²¹² Alteração feita acima de uma rasura ilegível.

²¹³ O final da palavra não está visível.

²¹⁴ Palavra alterada acima da rasura «Da qual».

²¹⁵ Há uma mancha no fim desta palavra, que talvez seja resultado de uma rasura.

Fólio 29r

naquella terra todas as memorias dos romanos, de q(ue) [erão]²¹⁶ muyto
 contrayros por que se não sabem desapegar destas columnas, e
 pedras romanas: a que estão todos como escravos dos rom(a)nos,
 tomão outro argumêto semelhante dhũa calçada com certas
 columnas, que achão de bragga para tralasmõtes: a qual
 tambem dizem, que fezerão os romanos. Não se sabem
 desapegar dessa parvoice, como se caa não ouvera gente, que
 soubera edificar. A hũ homẽ amigo dos romanos,²¹⁷ que dizia q(ue) os
 nossos antigos forão barbaros, respondo eu, que os seus
 donde elle descendia podião ser barbaros, mas não os
 meus: por que tal [...] ²¹⁸ não podia sair doutra raiz. Erão
 tão edificadores, e urbanos os Hespanhoes antigos, q(ue) quando
 na Italia não havia mays que Roma, havia na Hespanha
 muytas cidades, que Catão derribava, e Graccho destruia:
 e da hi a pouco²¹⁹ tempo as achou Julio cesar res-
 tauradas, e acastelladas, segundo diz a cronica nos capitulos
 oytenta e sete, e oytenta e oyto da premeyra parte. Quãto
 mays, que os romanos vinhão fazer guerra, e não edificar:
 vinhão destruir, e não ennobrecer. Não querya que nesta
 terra ouvesse o que ha em todas as terras do mundo: nas
 quaes os moradores dellas fazem fortalezas para se defenderẽ,
 e pontes, e caminhos para se servirẽ: e sepulturas para se
 enterrarem. Na Hespanha, antes que ouvesse Roma, havia
 templos sumptuosos, quanto mays sepulturas. ⊕²²⁰ Não era esta nossa
 gente tão barbara, como a fazem os barbaros: que cuydão,
 que os romanos erão parvos, que vinhão caa gastar suas
 fazendas,

²¹⁶ Conjectura: há uma mancha sobre a palavra.

²¹⁷ «A hũ homẽ amigo dos romanos» está acima da rasura «A homẽ rico desta terra».

²¹⁸ Palavra ilegível acima da rasura «filho».

²¹⁹ Antes desta palavra há uma rasura que parece ser «muyto» e, acima dela, outra ilegível.

²²⁰ Nota marginal: «Havia o templo de Hercoles em Caalez: e o de Minerva em Ulissea, e outros».

Fólio 29v

fazendas para ãnobrecer nossas terras. Vinhão elles roubar as nossas, para levar p(ar)as suas: e se fazião caa algũa²²¹ cousa era aas nossas custas, para o que lhe compria. Finalmente, nã elles fezerão as calçadas antigas todas: nem as pontes: nem todas as sepulturas nobres erão de romanos: e mays destruirão do que fezerão: por que Trajano, com ser natural da Hespanha, fez hũa ponte aas custas do povo: e mandou derribar muytas fortalezas, para perda do povo da Hespanha. ¶ O remate deste capitolo seja, que os romanos não forão senhores de toda Hespanha: por que²²² Elrey dom Afonso no capitolo setêta e sete da premeyra parte diz, que elles tinhão assessegado debayxo do seu senhorio, aquilo que nas Hespanhas tinhão: e parece q(ue)²²³ dizendo aquillo faz entender, que não era tudo: por quanto este nome, aquillo, he sinal particular, cõtrayro de tudo, que he universal. E se algũa cousa da Hespanha era livre, foy Portugal, como parece do que fica dicto.

¶ Capitulo seysto, do estado de Portugal,
no tempo q(ue) os Godos viverão na²²⁴ Hespanha:~

Neste nome Godos entendo todos os estrangeyros, que antre os romanos e mouros avexarão a Hespanha: por que todos elles vierão em hũ t(em)po e²²⁵ de hũa terra, e são contados todos por hũa praga, das que deos naquelle tempo mandou contra os peccados da Hespanha. As nações destes erão Vandalos, Suevos, Halanos, e Godos. Vierão das terras do Aguião, onde chamão Scithia europea, que he junto da Lagoa Meotis, cõ-
forme

²²¹ Alteração feita acima da rasura «pouca».

²²² Alteração feita acima da rasura «qual».

²²³ «e parece q(ue)» está acima da rasura «por que».

²²⁴ «viverão na» está acima da rasura «teverão a».

²²⁵ «em hũ t(em)po e» está acima da rasura «quase».

forme aa profecia de Hieremias, que diz: do aguião viraa todo o mal. Laa começarão fazer guerra hũs com outros, e os Godos prevalecendo lançarão aquelloutros fora da terra, e vierão tras elles, atee os meter na Hespanha, que he a ultima terra da Europa: onde quasi os acabarão de gastar. A qual Hespanha os romanos tinhamo estragado com sua tyrannia: e tinhamo nella feytas parcialidades, e divisões antre os naturaes da terra. Pollo que os barbaros acharão desposição para entrar nella: por q(ue) se assi não fora, e²²⁶ a Hespanha não estivera tão estragada, dividida, e despesa como estava, não entrarão nella aquelles estrã-geyros. He isto tanto assi, que soos dous homens poderosos, por que erão conformes, empedirão aquella²²⁷ entrada em quanto forão vivos. Erão estes Didimo, e Severiano irmãos: os quaes moravão nos portos daspa, e ronçavalles, per onde aquellas gentes querião entrar, e elles lhe empedirão a entrada em quanto forão vivos, como dixee. Mas os romanos os fezerão matar per treyção: e com sua morte entrarão caa os barbaros. Dizem algũs, que os romanos os fezerão matar com inveja , por elles não levarem o louvor merecião por defender aquella entrada. Outros dizem, que os fezerão matar, por que não recrecesse a força dos barbaros sobre os romanos q(ue) tinhamo Ruyssehon, e Castelhana: mas que vazasse per navarra contra a Hespanha. Como quer que fosse, a falta daq(ue)lles dous homens conformes, e o odio²²⁸ dos romanos devassarão a Hespanha. Entrarão nella as gentes barbaras do Aguião,

Vandalos

²²⁶ Antes desta palavra há uma pequena rasura ilegível.

²²⁷ Alteração feita acima da rasura «a entrada».

²²⁸ «o odio» está acima da rasura «a treyção».

Fólio 30v

Vandalos, Suevos, e Halanos, premeyro²²⁹ antes dos Godos, no anno de Christo de quatrocentos e tantos, sendo emperadores de Roma Honorio, e Theodosio: em que se acabou o senhorio que os romanos tinham na Hespanha, segundo Elrey dom Afonso diz no capitolo cento e corenta²³⁰ e oyto da premeyra parte, da cronica da Hespanha. Entrarão pellos portos de Iaca na terra de Celtiberia, onde se chama Aragão, e Navarra. E deyxada Catelunha, que lhe ficava atras, e era dos rom(a)nos, com que os Godos contendião, passarão o rio Ebro para ponente: e partirão antre si para conquistarem as terras, que os romanos chamavão Hespanha ulterior. Na partição que fezerão coube aos Suevos o norte, em que entrão as terras de Navarra, e Bizcaya, que então chamavão Cantabria: e Castella a velha, que chamavão Bardulia: e Montanhas, e Asturias, e Galliza, que naquelle tempo entrava nas Asturias, e terra de campos, q(ue) da hi a pouco tempo se chamou campos godos. Nestas terras reynarão os Suevos cento e septenta e tantos annos, os mays delles na seyta arriana, tractando muy mal, e desumanamête a gente natural dellas:²³¹ tanto, que diz a cronica no capitolo cêto e corenta e nove da premeyra parte, que os fezerão chegar a tanta pobreza, e miseria, q(ue) attentavão comerse hũs a outros. E mays diz, q(ue) não contête de os matar a ferro e fome,²³² lançavão cães bravos, e outras alimarias bravas, que os matassem, e comessem. Outras avexações crueys²³³ diz, que lhe fazião, piores q(ue) as do egipto, e mays duras de soffrer. No egipto mandavão os naturaes da terra aos estrangeyros apanhar palha onde a

havia,

²²⁹ Alteração feita acima da rasura «e Godos».

²³⁰ Alteração feita acima da rasura «quarenta».

²³¹ Alteração feita acima da rasura «daquellas terras».

²³² O trecho «q(ue) não contête de os matar a ferro e fome» está acima da rasura «que».

²³³ Alteração feita acima da rasura «miseraveys».

Fólio 31r

havia, e na Hespanha os estrangeyros não deyxavão²³⁴ semear os naturaes, e queymavão²³⁵he as semeadas, e mandavão²³⁶lhe pagar rendas dos fruytos da terra. No egipto açoutão os negligêtes, e na Hespanha matavão²³⁷ cruamente os innocêtes. Tal era o estado daquella mezquinha terra. Não soamente padecião as gentes trabalhos corporaes, mas tambem espiritualm(ente) corromperão aquelles barbaros a religião christãa na Hespanha: por que erão herejes arrianos, e manicheus, em especial os Suevos, que nas terras, q(ue) senhoreavão introduzirão ritos, e palavras de maa religião, e fee mal formada, q(ue) ainda agora durão antre aquellas gentes, que se prezão de ser seus successores na geração, e na crueldade. Aos Halanos coube em sorte a terra de Molina, e Mancha, e Mestrados, e Valença, e Murcia, e Cartagena. E aos Vandalos coube Carpetunia, e Lucena, e Beturia, e Betica: que delles tomou o nome de Vandalia, e Vandalicia, e agoora Vandalozia mudãdo algũas ↑letras↑ com o tempo. Em nenhũa destas partições metẽ os escriptores Portugal. O qual jaa então usava deste nome: por q(ue) nas repartições dos bispados, que se então fezerão, estaa nomeado per este nome Portugal, e não Lusitania: e nesta que se fez antre os barbaros não estaa nomeado Portugal, nem Lusitania, estando nomeadas todas essoutras terras pello meudo. ¶ Se duvidarẽ de Lucena dizendo, q(ue) he Lusitania: preguntemolo a Elrey dom Afonso, que usa deste nome Lucena, mays que os outros autores, elle nos diraa onde he a terra, q(ue) elle chama Lucena, se he Lusitania, ou não: por que em muytas partes da sua lenda elle declara

onde he

²³⁴ Alteração feita acima da rasura «deixão».

²³⁵ O autor fez alteração apenas no final desta palavra: «mavão» está acima da rasura «mão»,

²³⁶ «e mandavão²³⁶lhe» está acima da rasura «e mandão²³⁶lhe».

²³⁷ Alterção feita acima de uma rasura ilegível.

onde he Lucena, e em nenhũa dellas se encontra cõ Portugal, nem compreende toda Lusitania: por que Lusitania foy muyto mayor do que elle faz Lucena: por quanto elle põe Lucena na ribeyra de Guadiana, e no Algarve: e Lusitania foy amplissima na Hespanha. Não se encõtra, nẽ se mestura lucena com Portugal: mas antes na quarta parte; no capitulo premeyro faz clara²³⁸ deferença de Portugal a Lucena: por que diz, que Elrey dom Fernando foy contra os mouros de contra Portugal, e terra de Lucena, que agoora diz, que he chamada de Merida, e de Badajoz: as quaes terras não entrão em Portugal. E no capitulo vintoyto, da segunda parte diz, que Elrey Remismũdo Rey dos Suevos indo de Galliza para Lucena ↑passou↑ per Coimbra, e per Lisboa, que são cidades de Portugal. E atras tinha dicto no mesmo capitulo, que Teudorico Rey dos Godos moveo de Galliza p(ar)a a provincia de Lucena, que he terra de Badajoz, e de Algarve. E no capitulo cento e cincoenta da premeyra parte diz, que Requilla Rey dos Suevos tornãdose da Vandaluzia p(ar)a Galliza, quis ganhar a provincia de Lucena, que he a terra per onde corre Guadiana. E no capitulo cento e corenta e nove da mesma parte diz, que tomarão os Halanos para si a provincia de Lucena, q(ue) he no Algarve. Em todas estas partes diz Elrey dom Afonso onde he Lucena, e em todas ellas declara, que nẽ he Lusitania, nem he ↑Portugal↑, por tanto, se em algũa parte elle, ou algum outro escriptor dixer, que os Godos ou mouros forão senhores de Lucena, não cuyde alguẽ, que Lucena quer dizer Lusitania, nem Portugal. Declarey estas duvidas, por que²³⁹

algũs²⁴⁰

²³⁸ «faz clara» está acima da rasura «diz, que».

²³⁹ «Declarey estas duvidas, por que» está acima da rasura «Finalmente, Portugal não entrou».

²⁴⁰ Alteração colocada abaixo da rasura «naquella».

Fólio 32r

algũs quiserão dizer, que quando Elrey dom Afonso nomeava Lucena, que entendia Lusitania: mas estes são os que se contentão com ler quatro ou cinco regras dhum livro, e cuydão, que per ali o entendem tudo. Finalmente, Lucena não quer dizer Lusitania: nem Portugal entrou naq(ue)lla partição, que os barbaros fezerão das terras da Hespanha: nem foy sobjeyto aos Suevos, que senhoreavão as terras mays suas vezinhas, e que o cercavão de todas as partes. Não ser este reyno sobjeyto aos Suevos consta p(e)lla historia delrey Remismundo, que acima apontey: o qual no anno de Christo de quatrocentos, e septenta pouco mays ou menos, saio de Galliza com gente darmas, e passando p(e)llas terras de Portugal dixे que passava para as terras de Lucena a fazer guerra aos Vandalos: e denunciou paz fingida aos portugueses, e co este engano de paz fingida entrou em Coimbra, e a saqueou, e destruiu; o que não fezera, se lhe fora sobjeyta. Outro tanto diz que fez em Lisboa, com favor dhum mao cidadão chamado Bustidio, rico²⁴¹ que lhe deu entrada nella: por que queria elle governar a terra, e o povo não consentia; por quanto era tyranno: e logo por aquelle ↑feito↑ o matarão: e resistirão a Remismundo, e não ficou²⁴² sendo senhor da terra, nem elle, nẽ outro algũ Rey dos Suevos. O que tambem consta p(e)lla historia doutro Rey dos mesmos Suevos chamado Requiliano. O qual quis entrar per mar com hũa ↑frota↑ de navios armados na cidade do Porto: e os portugueses lhe resistirão, e os matarão. O que não fezerão,

se forão

²⁴¹ Na sequência há a seguinte rasura: «e dos principaes da cidade.».

²⁴² «não ficou» está acima da rasura «ficou sendo».

Fólio 32v

se forão seus.²⁴³ ↑E consta não serê↑ nem dos Suevos, nem dos outros seus
companheiros: os quaes não chegarão caa. E tão pouco o forão dos²⁴⁴
Godos, como logo provarey.

¶ Os Godos logo neste comenos, de quatrocentos e tantos²⁴⁵
annos pouco²⁴⁶ despoys daquelloutros, encontrarão na
Hespanha p(e)lla parte de Catelunha, e Aragão: por q(ue)
moravão em Narbona, e Carcassona, e toda aquella
commarca, que agora chamão Lengadoc: e então se
chamava Gallia gotica: e em Tolosa tambem moravão²⁴⁷

O premeyro Rey dos Godos, que entrou na Hespanha,
e ficou sendo senhor della, foy Teodorico, no anno de
chr(ist)o de quatrocentos e corenta e tantos: posto que outro
chamado Vualia, antes delle tinha caa entrado havia
poucos dias,²⁴⁸ mas não para senhorear. Teodorico foy
o premeyro, que começou senhorear, e introduzio o reyno
dos Godos nestas terras de²⁴⁹ Hespanha: mas não mudou
o assento dos seus Reys para caa: por que ainda despoys
disto o teverão em Tolosa, e Narbona muytos annos.

Nem forão os Godos logo nos seus principios senhores de
toda a Hespanha: por que ainda no anno de seyscentos,
e vinta cinco despoys²⁵⁰ da encarnação do filho de d(eo)s, diz que
Soentila Rey dos Godos acabou²⁵¹ de gaynhar as cidades
somête, que os romanos tinhão nas terras da Hespanha,
fazêdolhe²⁵² guerra per mar e per terra. O que diz, q(ue) nenhũ
Rey dos q(ue) antes delles forão, pode fazer.²⁵³ As quaes cidades, que

os romanos

²⁴³ Na sequência, a rasura «subjectos» e, acima dela, outra rasura que parece ser «consta».

²⁴⁴ «E tão pouco o forão dos» está acima da rasura «Nem [tambê] dos».

²⁴⁵ «de quatrocentos e tantos» está acima da rasura «cincoenta annos pouco».

²⁴⁶ «annos pouco» está acima da rasura «mays ou menos».

²⁴⁷ «tambem moravão» está acima da rasura «com Gascunha».

²⁴⁸ Alteração feita acima da rasura «tempos».

²⁴⁹ Uma mancha no fac-símile encobre parte desta palavra, como também de «para» na linha seguinte.

²⁵⁰ Alteração feita acima da rasura «annos».

²⁵¹ Alteração feita acima da rasura «gaynhou».

²⁵² Alteração feita acima da rasura «dandolhe».

²⁵³ Alteração feita acima da rasura «haver».

os romanos tinham na Hespanha, não erão todas as da Hespanha: por que muytas tinham ↑os↑ Suevos, que não forão dos romanos: e muytas havia em Portugal, q(ue) nunca forão dos²⁵⁴ romanos. Assi que em tempo de Soentila não erão os Godos senhores de toda a Hespanha, em especial, do occidente²⁵⁵ della. O mays que tinham na Hespanha era nas partes orientaes escontra França, onde elles tinham seu assento e força. A qual perderão laa, e vierão se assentar em Toledo: donde forão carregãdo para a Vandaluzia contra os Vandalos, que se passarão a Africa: e os Godos mandarão tras elles o conde Julião, q(ue) era cesariano, ou romano, e provocou, que provocou²⁵⁶ mouros, que viessẽ destruir ↑os godos↑ da Hespanha. Finalmẽte elles não forão senhores de Portugal: e assi o diz san[cto]²⁵⁷ Antonio arcebispo de Florença na segũda parte historial, no titolo onze, capito↑lo↑ septe, parrafo segundo. Diz que os Godos não poderão subjugar este reyno. As palavras do sancto arcebispo são estas. O reyno dos Godos foy destruido p(e)llos saracenos dozentos e cincoenta e seys annos, despoys que elles lançarão da Hespanha os Vandalos, e começarão reynar nella. Porem, o reyno da terceyra parte das Hespanhas, que se chama o reyno dos Gallacienses, nunca os Godos o poderão ↑então↑, nem despoys os Sarra-cenos subjugar: mas ainda florece inteyro. E por tâto, defendendoo a fee permanece inexpunhavel. Por que os caluniadores não dem culpa a minha trasladação, que fiz desta autoridade, e por que hey de fazer della muyto fundamẽto, por ser de tal autor, e de materia,

que se

²⁵⁴ Antes desta palavra, a rasura «suas».

²⁵⁵ Antes desta palavra, a rasura «do».

²⁵⁶ O trecho «que era cesariano, ou romano, e provocou» está acima do trecho rasurado «que provocou».

²⁵⁷ Final da palavra por conjectura devido a uma mancha que impede a leitura.

Fólio 33v

que se encontra com nossos emulos, quero a repetir em latim, como a escreveo Sanctantonino: e mays, por q(ue) a lingua original declara melhor atenção do auctor.

No latim diz assi. *Regnum vero terriae partis Hispania(rum) quod dicitur Gallaciensium: quod nec tunc visigothi, nec postea sarraceni potuerunt subjicere, adhuc viget incolume. Et ideo, protegente fide manet inexpugnabile.* Este he o latim desta autoridade, e estas são as proprias palavras do seu auctor: nas quaes diz bem claro, que o reyno dos Gallacienses nunca foy sobgeyto aos Godos. Mas he necessario, que saybamos, qual he o reyno dos Gallacienses na Hespanha:~

¶ Para sabermos²⁵⁸ isto, cumpre saber donde os Gallacienses tomarão este nome: o qual estaa claro que tomarão de Gallacia. E Gallacia, fica provado nos capitulos passados, que he esta terra, q(ue) agoora chamamos Portugal, do rio Minho atee Guadiana, ou ao menos, atee o Tejo, que no tempo dos Cipiões era pretura de Bruto: donde se elle appellidou Gallaico. Assi que Portugal he o reyno, a que Sanctantonino chama reyno dos Gallacienses. Nem ha outro na Hespanha que nisto faça duvida, senão Galliza, que com seu nome usurpado poraa algũa nuvem nos entendimētos dos idiotas mas não tem rezão.²⁵⁹ Por q(ue) alem de estar fora dos limites de Gallacia, ou Gallecia antiga e ser hum pedaço das Asturias, esta que agoora chamão Galliza, não lhe convem o mays, que aquelle sancto

arcebispo diz

²⁵⁸ No documento está escrito «saberemos», mas há alguns traços verticais sobre o segundo «e», os quais podem ter sido feitos pelo próprio autor.

²⁵⁹ «nuvem nos entendimētos dos idiotas mas não tem rezão» está acima da rasura «nuvem nos olhos dos idiotas»

arcebispo diz do reyno dos Gallacienses. Esta q(ue) agoora chamão Galliza, delrey dom Payo para caa, sempre entrou no Reyno de Lião por pedaço das Asturias, como podem entender os que lerem as hestoreas dequelles tempos: e não he a Galliza que chegava aos montes de Aspa, de que fala a cronica na vida de Octaviano Cesar Augusto. E mays, não lhe convem o q(ue) Sanctantonino diz²⁶⁰ do reyno dos Gallacienses: por que diz, que ainda florece inteYRO. Esta Galliza dagoora ↑não↑ he inteYra aquella que acolaa chegava, e comprehendia Asturias, e Cantabria, e outras terras. Esta não comprende mays, que a terra dos Artabros antigos. Nem florece o seu reyno: mas antes, dos Suevos para caa sempre foy captiva: e não tem Rey, nem leys, nem insinhias de reyno: soamente tem o nome de reyno, e não mays. Nem se pode dizer, que florece o seu reyno. E tão pouco se pode dizer, que os Godos a não poderão subjugar: per quanto ella foy muytos annos sobgeyta aos Suevos, que são contidos per Godos, e da mão dos Godos. Tinhão aquella terra, despoys de Requiliano. E de feyto ↑[ella]↑²⁶¹ era sobgeyta aos proprios Godos: e Sanctantonino não podia dizer per ella, que a não poderão os Godos subjugar. E mays diz, *protegente fide manet inexpugnabile*: que quer dizer, q(ue) defendendo a fee, o reyno dos Gallacienses permanece inexpunhavel. Este modo de falar, que aqui usa este sancto, he pouco acostumado: por tanto vejamos o que quer dizer, e pergũ-

temolo

²⁶⁰ Na sequência, a rasura «rey».

²⁶¹ Conjectura: a tinta está borrada.

temolo ao latim, em que elle escreve. No latim diz, *pro-
tegēte fide*: e *protegēte*, he participio activo, e mays
he adjectivo de *fide*: e significa, que a fee defende:
e assi significa, que a fee defendeo o reyno dos Galla-
cienses: a fee digo que elle teve em deos: por que diz
o psalmista. Os que confião no S(enh)or, serão firmes,
e seguros. Agora vejamos, se Galliza teve naquelle tempo
firme fee em deos, e acharemos, que prevaleceo nella
a secta arriana: e assi entenderemos, que não fala
este sancto de Galliza: e não falando de Galliza, ne-
cessariamēte ha de falar de Portugal: por que não ha
na Hespanha outro reyno, que se possa chamar dos
Gallacienses, senão este. E mays este floreceo sempre,
e florece na fee, p(e)lla bondade de deos, e na nobreza
humana: polla qual sempre trabalhou a gente portuguesa,
e faz tanto, que por ella não estima por a vida, e con-
quistar todo o mundo lhe parece pouco. Este he o reyno
dos Gallacienses, que Sancto Antonino diz, que os Godos
não poderão subjugar, nem forão senhores delle:~

¶ Mostrase, que não forão os Godos senhores de Portugal,
por que não se achão em todo elle edificios algũs, que
os Godos fizessem, nem sepulturas em q(ue) se enterrassẽ,
como se achão nas outras terras da Hespanha, de que
elles forão senhores. Achãose em Toledo, achãose em
Sevilha, e em outras partes muytas da Hespanha. Eu
vi em hũa villa de Castella,²⁶² que se chama Traspaderne,

a bayxo

²⁶² «de Castella» está acima da rasura «das montanhas».

a bayxo de Medina de pomares poucas leoguas, cinco sepulturas de cinco Reys godos, segundo me dixerão os moradores²⁶³ da terra. E per outras partes ouvi dizer, que havia outras: mas em Portugal não ha mays, que a delrey dom Rodrigo em Viseu, de que commūmente se duvida. E mays se elle caa veyo morrer, não veyo como senhor·da·terra, mas veyo por se esconder de seus amigos, por quanto esta terra não era sua, e não o havião de vir caa buscar. Virse elle caa esconder he hum grande argumēto, que não era esta terra sua, nẽ dos Godos. Ajuda a isto, o caminho, per onde o conde Julião levou os mouros: por que os levou per Cordova, e Toledo, e Castella,²⁶⁴ e não os trouxe a Portugal. Levou os per aquellas terras que erão dos Godos de que se elle queria vingiar, por que o seu Rey dos godos²⁶⁵ o tinha injuriado: e não os trouxe a Portugal: por que caa não havia Godos, nem era esta terra sua delles, nem de seus Reys. O povo vulgar, como dixe falando dos romanos, acostuma dizer, que as gentes, q(ue) teverão estas terras, fezerão nellas edificios como²⁶⁶ romanos, e mouros: mas dos Godos não dizem isto em Portugal: e nas outras terras da Hespanha si dizem: e prezãose muyto disto, e do seu sangue²⁶⁷ dizendo que vem da geração dos Godos. Em Portugal não fazem assi: mas antes, quando querem zombar dalgum vão, que se faz fidalgo, dizem por escarnio: foão he muyto fidalgo, he da costa dos Godos. Tudo isto he sinal, que os Godos não teverão senhorio nesta terra, nẽ forão estimados nella.

¶ Ainda acho hũa boa conjeitura, que me faz crer, que não forão os Godos senhores de Portugal: a qual tomo da hestoria

de sancta

²⁶³ Alteração feita acima da rasura «vezinhos».

²⁶⁴ Nota marginal: «e outr(a)s terras desviadas de Portug(a)l,».

²⁶⁵ «dos godos» está acima da rasura «dom Rodrigo».

²⁶⁶ Alteração feita acima da rasura «mas».

²⁶⁷ «seu sangue» está acima da rasura «sua geração».

Fólio 35v

de sancta Herea. Diz a lenda desta sancta, que ella foy ↑criada↑ na villa da [...] ²⁶⁸ que agora chamão tomar, em hum mosteyro de molheres religiosas: e diz, que tambem havia homês religiosos naquella terra: por que diz, que nas suas exequias antreueo hum seu tio abbade: e que lhe fezerão exequias com muyta solemnidade, e pompa. Mays diz, que os culpados na sua morte forão a Roma, pedir perdão ao Papa de seu peccado. E não ha duvida, senão que se aquellas gentes dos Godos forão senhores de Portugal, não ouverão de consentir cousa algũa destas. Nem consentirão, que ouvera na terra mosteyro de religiosos, nem que se fezerão exequias p(e)lla defuncta, nem que forão os penitentes buscar perdão ²⁶⁹ a Roma: por que todas estas cousas contradizião aquellas gentes: por quãto erão, ou arrianos, ou Manicheus: dos quaes Portugal ouvera de ser senho-reado, se o fora: por que estes erão os mays vezinhos , q(ue) vivião junto delle. Em Galliza vivião os Suevos, que erão arrianos, e em Lucena vivião os Vandalos, que erão Manicheus. Mas poys não havia ²⁷⁰ contradicção aas cousas sobredictas da religião catholica, que usavão nesta terra, parece, e he de crer sem duvida, q(ue) nem Godos, nem essoutras gentes suas companheiras erão senhores de Portugal: nem o forão jamays: por que se o não erão em tempo de sancta Herea, menos o devião ser em outro tempo algum: por quanto em tempo daquella sancta estavão aquellas gentes muyto empossadas da Hespanha. Foy sancta Herea em seyscentos e tantos annos despoys de Christo: no qual tempo florescia o reyno dos Godos na Hespanha: e poys então Portugal não era dos Godos, nunca o foy.

¶ Capitulo septimo

²⁶⁸ A palavra «da» parece que foi posteriormente adicionada ao corpo do texto pelo próprio autor e, na sua sequência, há outra palavra ilegível.

²⁶⁹ Alteração feita acima da rasura «indulgencia».

²⁷⁰ Alteração feita acima da rasura «ouve».

¶ Capitulo septimo, do estado de Portugal
no tempo que os mouros forão senhores
da Hespanha, e a conquistarão

Mouros chamão nesta terra a todos aquelles q(ue) tem a secta de Mafamede: em tanto, que per este nome de mouros, os distinguẽ das outras leys, mays que per nome de mafameticos. Porẽ mouro he nome dhũa nação de gẽte, como hespanhol, ou frances, ou italiano: e não he nome de secta, nem ley, como christão, gentio, platonico, franciscano, e e²⁷¹ outros muytos, que ha de leys, religiões, e sectas. Chamamos nos mouros aos da secta²⁷² de Mafamede: por que os que mays conversamos, e de mays perto, são de Mauritania: os quaes se chamão assi muyto ha antes que ouvesse Mafamede no mundo. Diz Sallustio na hestoria de Iugurta, q(ue) algũs²⁷³ soldados de Hercoles libio derão²⁷⁴ este nome aa gente da Mauritania: por que erão elles de Media, e chamavãose Medos, e forão morar naquella parte de Africa, que se chamou Athlantica, e agoora despoys delles para caa se chama Mauritania por amor delles: por que diz, que os naturaes da terra na sua lingua corromperão o vocabulo, e de Medos fezerão Mauros: e nos de Mauros pronũciamos²⁷⁵ Mouros. Dizer²⁷⁶ quando estes tomarão a secta de Mafamede, ou como ella veyo ter a elles, não cumpre aa tenção desta obra: mas elles forão provocados passar aa Hespanha p(e)llo conde dom Julião, por certo agravo injurioso, q(ue) lhe fez elrey dom Rodrigo.²⁷⁷

²⁷¹ Repetição desta palavra. Talvez por equivoco do autor.

²⁷² «da secta» está acima da rasura «mafameticos».

²⁷³ «q(ue) algũs» está acima da rasura «que os».

²⁷⁴ Alteração feita acima da rasura «poserão».

²⁷⁵ Alteração feita acima da rasura «fazemos».

²⁷⁶ Alteração feita acima da rasura «Saber».

²⁷⁷ O autor não obedece a repetição do reclamo no fólio seguinte.

A tenção daquelle conde foy vingarse delrey dō Rodrigo: mas a dos mouros foy destruir a christandade da Hespanha, e assi o fezerão: por que a ira de d(eo)s lho permitio: por quanto estava provocada contra a gente dos Godos,²⁷⁸ p(e)llos muy graves peccados que cometião contra deos. Antes delrey dom Rodrigo, seu antecessor Vetissa tinha jaa estragada a religião christãa, e introduzidos muytos maos costumes, e offensas de deos na Hespanha. E nem este foy o premeyro offensor: por que os mayns delles forão herejes: e todos tyrannos, e invasores do alheo, como os romanos antes delles. A hespanha não era sua, nẽ dos romanos, nem dos godos: hũs e outros a tinhão per tyrannia: e por tanto permitio deos, que viessem outros piores, que lha tirassem. Estes forão os mouros, que o conde dom Julião meteo nella, p(e)llos quaes²⁷⁹ cuydou de se vingar, e destruisse a si mesmo: por que assi acontece aos que per si querẽ tomar vingança. Nem dos maos quer deos, q(ue) tomemos vingãça: por quanto elle tem cuydado de vingar os innocentes a seu tempo. Segundo conta a cronica geral, o conde levou os mouros p(e)lla Vandaluzia, e per Toledo, e Castella a velha, e terra de campos, e pararão nas Asturias. E de terra de campos decerão a Portugal. E tambem diz, que premeyro tomarão terra de Lucena, e Algarve, antes q(ue) per estoutra parte entrassem em Portugal. No q(ua)l entrarão despoys que jaa tinhão assentado seu reyno em Cordova. Donde veyo Abderrahmen Rey de Cordova, despoys da perda delrey dom Rodrigo corenta e tantos annos,²⁸⁰ a por cerco sobre Beja cidade²⁸¹

²⁷⁸ «dos Godos» está acima da rasura «destas terras».

²⁷⁹ «p(e)llos quaes» está acima da rasura «que».

²⁸⁰ «e tantos annos» está acima da rasura «annos».

²⁸¹ Na sequência, a rasura: «p(re)meyra».

cidade de Portugal junto da raya e principio delle que ha sinal, que ainda não tinham os mouros entrado neste reyno per aquella parte, nem era sua aquella cidade. Lisboa, ainda no anno de Christo doytocentos e vinta seys, e vinta sete²⁸² e²⁸³ tempo delrey dom Ordonho o premeyro era de christãos: por que no seu porto se acolhião as armadas doutros christãos, que vinhão fazer guerra aos mouros do Algarve, e Sevilha. E sendo Lisboa de christãos, não devião ser de mouros os outros logares que estavam mays dentro²⁸⁴ em especial sendo tambem Sanctarem de christãos, como consta que era: por q(ue) em tempo de dom Fernando o magno premeyro deste nome, e de seus filhos, ainda era de christãos, como se vee nas suas hestoreas, e guerras, que fezerão naquella villa: a qual se perdeo em seu tempo delles: mas logo dom Afonso anriquez a tornou a cobrar, como reynou.

¶ Montemor a velha, segundo escrevem os castelhanos, ã tempo de dom Ramiro o terceyro, no anno de christo novecētos²⁸⁵ [...],²⁸⁶ ainda era de christãos: por que então veyo sobrelle Alcoraxi mançor, Rey de Cordova, sendo senhor daquella villa, e terras, o abbade Johão, tio do dicto ↑rey↑ dom Ramiro. Veyo Alcoraxi per terra de Lucena, e beyra de Plasença, e Salamanca: e entrou em Galliza per junto de Lião, onde residia aquelle Rey dom Ramiro sem lhe resistir. Estragou toda a terra de christãos per onde passou: por que trazia grande exercito, e não achava quẽ lho estorvasse.²⁸⁷ Em Galliza fez muytos danos: e na igreja de Sanctiago muytos desacatamentos. De Galliza veyo a Portugal destruindo as terras per onde

passava

²⁸² «e vinta sete» está acima da rasura «em tempo».

²⁸³ Antes desta palavra há uma rasura: «de».

²⁸⁴ Alteração feita acima da rasura «longe delles».

²⁸⁵ Alteração feita acima da rasura «de no».

²⁸⁶ Há uma mancha no local impedindo a leitura do vocábulo que está acima da rasura «cinquenta».

²⁸⁷ Alteração feita acima da rasura «defendesse».

Fólio 37v

passava, como tinha feyto nas outras. Chegando a Montemoor assentou sobrelle seu arrayal: por que vinha de proposito a prender, ou matar o Abbade Johão: por quanto ouvira dizer, que fazia guerra e damno aos mouros das terras de Portugal. Defendeose o Abbade do mouro Alcoraxi mançor com muyto esforço muytos dias: e achandose²⁸⁸ em necessidade mandou pedir soccorro a Elrey de Lião dom Ramiro seu sobrinho: o qual lhe não soccorreo. Mas socorreolhe deos milagrosamente: por q(ue) desemparado de todo subsidio humano saio a dar batalha ao mouro, e venceoo, e felho fogir: e foy tras ↑elle↑ atee o matar. Alcançou em hũ lugar, que agora chamão a giba rota. Alli lhe deu hũa lançada na corcova antre os hombros, onde os velhos chamavão giba: e por que ali lhe rompeo a giba chamão aquelle lugar a giba rota. Dali foy o Abbade picando o mouro per hũa ladeyra²⁸⁹ a bayxo, atee hũa ribeyra pequena, que vay para o mosteyro dalcobaça: onde o derribou, e acabou de matar: e deyxando morto, dixelhe: hi che queda, que quer dizer, a hi te fica. Despoys da hi a dias, fezerão naquelle passo hũa ponte pequena, conforme ao rio, e poserão ↑lhe↑ nome, a ponte pequena de hi che queda: e assi lhe chamão ainda agoora. [Du]rão²⁹⁰ naquella terra estes nomes, e memoria atee goora: donde parece, que nẽ aquelles lugares, nem as cõmarcas derredor erão então, nem forão despoys de mouros: por que se o forão, não ficara nelles a memoria, nem os nomes daquellas cousas. Nem correra o Abbade tantas leeguas tras o mouro: por que, ou o mouro se acolhera aos lugares dos mouros, ou os mouros desses lugares sairão ao caminho

contra o

²⁸⁸ «e achandose» está acima de uma pequena rasura.

²⁸⁹ Alteração feita acima da rasura «costa».

²⁹⁰ Uma mancha cobre o início desta palavra.

contra o Abbade. Digo isto: por que no caminho de Montemor para Alcobaça ha lugares, q(ue) jaa então erão povoados, e tinhão fortalezas, como Soure, e Pombal, Leyrea, Porto de moos, e outros. Os quaes, se então forão de mouros, quando Alcoraxi fogia do Abbade, não ha duvida, senão que o mouro se acolhera nelles. Por tanto, eu tenho por certo, que elles não erão de mouros, poys o mouro se não acolheo nelles, nem elles lhe acudirão. Mas antes se prova serem aquellas terras todas de christãos: por que segundo dizem as hestoreas, tornando o Abbade por Montemor, no caminho lhe dixerão de certo,²⁹¹ que era viva a gente; q(ue) elle deyxara morta na villa: e elle em louvor de deos, e memoria de tão grande milagre, mandou fazer naquelle lugar, onde lhe derão a nova, hum mosteyro da invocação de nossa seõora: no qual se recolheo com algũs religiosos: e ali viveo o resto de sua vida: sem jamays ser perturbado de mouros. O que faz crer, que os não havia naquella conmarca, nẽ perto della: por q(ue) se os ouvera, por ser duvida tenho, que o ouverão de inquietar, segundo então andavão soberbos, e orgulhosos, pollas muytas victorias, q(ue) despoys de dom Rodrigo tinhão havidos contra christãos. Tambem he grande conjeytura para crer, que aquellas terras, e outras cõmarcãas erão de christãos, o que se escreve na hestorea deste Abbade, onde diz, q(ue) elle tinha da sua obediencia então naquella villa, trezentos mōges de cavallo, alem dos vassallos seculares: por que onde havia tantos mōges de idade, e disposição p(ar)a pelejar, devia haver muytos mostey[ros]²⁹²

e muytos

²⁹¹ «de certo» está acima da rasura «que erão».

²⁹² O final desta palavra não está visível no fac-símile.

e muytos mosteyros não cabem em pequena terra. Assi que se entende claramête, que havia em Portugal muytas terras que não erão de mouros: em especial na commarca de estremadura de Coimbra atee Lisboa. As hestoreas dão motivo p(ar)a se isto crer: por que dizem, que a premeyra entrada que os mouros fezerão em Portugal foy per terra de Lião, e de Galliza: por quanto elles vinhão de Castella, e das Asturias: nas quaes entrarão premeyro que em Portugal. E a segunda entrada foy per alentejo, quando Abderrahmen cercou Beja. E sendo assi a ultima terra q(ue) lhe ficava pera cõq(ui)star era a estrem(a)dura:²⁹³ o que elles não acabarão de subjugar,²⁹⁴ nem forão senhores muyto tempo dalgũs log(a)res,²⁹⁵ que nella conquistarão. Pollo que sancto Antonino diz, que nẽ os Sarracenos poderão subjugar este reyno: cuja parte principal he esta. Chama sanctantonino sarracenos cada secta de Mafamede, a quem nos chamamos mouros, como fica dicto atras: por que assi lhe chamou o mesmo Mafamede, dizẽdo, que elle era da geraçõ de sarra molher de Abrahão: por isso não cuydam, que sarracenos he outra gente:~ por que de mouros fala este²⁹⁶ sancto, quando fala de sarracenos:~

¶ Outro argumento acho, para crer, que algũs lugares deste reyno não estiverão muyto em poder de mouros: ou não²⁹⁷ estiverão pouco nem muyto: o qual he este. Em muytos lugares deste reyno ha sepulturas, e reliquias de sanctos antigos, que estão nos dictos lugares, dantes que os mouros entrassem na Hespanha: e sempre estiverão pubricas: como em Sanctarẽ a sepultura de sancta Herea: e em Rates a de são Pedro: e em Vieyra a de são Torquade discipolos de Sanctiago: e outras.

As quaes

²⁹³ Todo esse trecho desde o início da linha está acima da rasura «assi, a ultima foy a estremadura».

²⁹⁴ Alteração feita acima da rasura «conquistar».

²⁹⁵ «dalgũs log(a)res» está cima da rasura «tempo».

²⁹⁶ Alteração feita acima de uma pequena rasura ilegível.

²⁹⁷ «ou não» está acima da rasura «O qual».

Fólio 39r

As quaes, se aquellas terras vierão a poder de mouros, ou estiverão muyto em seu poder, he certo, q(ue) se ouverão de perder: por que os mouros as ouverão de espalhar, ou queymar, ou lançar p(e)llos monturos as reliquias, e as sepulturas desfazer, como desferão as igrejas. Ou quando menos, não ficarão nos lugares onde dantes estavam: por que os christãos as ouverão de mudar, e levar consigo quando fogião, como fezerão os da Vandaluzia. Mas vemos, que a sepultura, e reliquias de sancta Herea ali estiverão²⁹⁸ sempre publicamente onde estavam dâtes: no Tejo em hum pego bem fundo, que as cheas do rio de poucos annos para caa entopirão, e fezerão areal. Porem não sabemos,²⁹⁹ que os mouros lhe fizessem perjuizo algum: donde parece, que aquella villa não esteve em poder de mouros muyto tempo: por que se estivera muyto em seu poder, ellas desfezerão a sepultura de pedra, que estava naquelle pego, e fezerão esquecer a memoria da sancta, e seu nome, por quanto são muy contrayros dos sanctos christãos, e da sua gloria. E mays a mudança do nome da villa, que elles mudarão prevalecera, e ficara o q(ue) lhe elles poserão,³⁰⁰ como ficarão outros q(ue) elles mudarão: por que estiverão muyto em seu poder: como Tarifa, Algezira, Gibaltar, e outros: A sepultura, e reliquias de são Pedro estiverão em Rates publicamête, atee nossos dias, que o arcebispo dom Baltasar as mudou para a see de Bragga: e nem a ellas, nem aas de são Torquade em Vieyra fezerão os mouros perjuizo: por que não forão senhores daq(ue)llas terras

muytos

²⁹⁸ Alteração feita acima da rasura «estevera».

²⁹⁹ Alteração feita acima da rasura «vemos».

³⁰⁰ «o q(ue) lhe elles poserão» está acima da rasura «em costume».

Fólio 39v

muytos dias: e elles estiverão ali³⁰¹ desdo tempo dos apostolos. Outras reliquias de sanctos temos em Portugal, que ficarão do t(em)po antes dos mouros, mas não tão publicamente, como as que acima dixee,³⁰² como são em Lisboa as dos marteres São Verissimo, e suas irmãs: e em Evora as de são Manços. Destas³⁰³ não tinhão os mouros rezão de saber parte em em pouco tempo: porem se estiverão muyto na terra sendo senhores della souberão p(a)rte³⁰⁴ dellas, e poys não souberão dellas, parece, que não durou muyto o seu³⁰⁵ senhorio nas³⁰⁶ terras onde elles estavão. Assi que se prova per este argume(nte), e conjeytura, que algũs log(a)res de Portugal, ou forão pouco tempo de mouros, ou nem pouco nem muyto estiverão em seu poder, como fica dicto.³⁰⁷ E por q(ue) o tempo dos Leoneses, de que hey de tratar no capitolo seguĩte, corre ainda com os mouros, acabo³⁰⁸ este aqui.

¶ Capitolo oytavo, do estado de Portugal,
no tempo dos leoneses, e Rey dõ Payo.

O reyno dos Leoneses começou no tempo, que os mouros entrarão na Hespanha: por que então se fez dom Payo forte na cidade de Lião contra os mouros, com algũs christãos, que se cõ elle ajuntarão: e antes nunca Lião teve titolo de reyno: nem as Asturias, em cujos limites estaa Lião. A qual cidade fundarão os soldados das legiões, que o ãpe-rador Trajano diz que mandou aa Hespanha a derribar as fortalezas, e cidades fortes edificadas em lugares altos. Aquelles soldados diz que derribarão ali naquella terra

hũa

³⁰¹ «e elles estiverão ali» está acima da rasura «e ali estiverão».

³⁰² Alteração feita acima da rasura «ficação dictas».

³⁰³ Alteração feita acima da rasura «Porem estas».

³⁰⁴ «souberam p(a)rte» está acima da rasura «parte».

³⁰⁵ «o seu» está acima da rasura «o».

³⁰⁶ Alteração feita junto a duas rasuras ilegíveis.

³⁰⁷ O autor insere o sinal (⊕), que marca geralmente uma indicação de nota marginal. Porém, não é possível visulizar essa nota no fac-símile. Há, no entanto, o início de algum texto como «ou deb» no canto direito do fólio.

³⁰⁸ Alteração feita acima da rasura «acabarey».

Fólio 40r

hũa cidade antiga, e forte; a que chamavão Flor: e assentarão sua estancia perto della. Na qual estancia ficarão morando como colonia: e chamarão a essa colonia Legião: por que foy povoada per hũa legião ↑daquelas↑. Este nome teve aquella colonia, atee hum rey dos Godos³⁰⁹ cham(a)do Leon Egildo, que reynou naquella terra despoys dos rom(a)nos acerca do anno de Christo de quinhentos e oytenta e cinco. Chamou este rey aquella colonia Leon em lugar de legião, tomando este nome da premeyra parte do seu dele, que don Leon Egildo, como dixee. Este Rey godo, segundo diz elrey dom Afonso, foy homẽ cruel: e foy da secta dos arrianos. Perseguiu muyto os catholicos: tanto, que matou hum seu filho por que era christão catholico, e fiel. Tomou esta cidade aos romanos, que ainda erãõ senhores della no anno sobredicto de quinhentos e oytenta e cinco: mas ella não era senhora, nem cabeça de terras algũas, nẽ tinha titulo de Reyno, nem o teve atee dom Payo. Em dom Payo começou o reyno de Lião, e das Asturias, no anno de Christo, de septecẽtos e dezanove, segũdo elrey dom Afonso. Foy³¹⁰ dom Payo filho de dom Favilla duque de Cantabria, que agora Navarra, Bizcaya, e Rioja. As quaes erãõ dos Suevos, segundo a partiçãõ, que os barbaros fezerãõ no começo da sua entrada, como fica dicto em seu lugar. E agoora ainda os Suevos erãõ moradores daq(ue)llas terras, posto q(ue) o senhorio principal ↑dellas↑ era dos Godos: por q(ue) este Leon Egildo, e antes delle Teoderico o tinhãõ sometido³¹¹ aos Godos: mas não lançarãõ dali a gente dos Suevos: a q(ua)l
ainda

³⁰⁹ Alteraçãõ feita acima da rasura «suevos».

³¹⁰ Alteraçãõ feita acima de uma rasura ilegível.

³¹¹ Alteraçãõ feita acima de uma rasura ilegível.

Fólio 40v

ainda ↑ali↑ morava. E parece,³¹² que o duque dom Favilla, e seu filho dom Payo devião ser daquella gente dos Suevos, poys erão dos principaes da terra: por que Teodorico outorgou³¹³ aos suevos, que alçassem antre si Rey da sua linhagẽ, ↑segũdo↑ diz a cronica. E se o Rey dos Suevos era da linhagem delles, tambem o devião ser os duques e outros senhores. Assi que bem parece, que o duque dom Favilla, e seu filho erão Suevos e não Godos: posto que estavão debaixo do senhorio dos Godos. Foy desfavorecido da fortuna dom Payo: por que sendo mancebo desterrarão seu pay, e no desterro o matarão com morte injuriosa: e a elle prẽderão, e queserãolhe tirar os olhos: mas guardouo deos, por que o queria para restaurar a sua terra, e gente. Despoys que os mouros entrarão na Hespanha, e forão ter a Cantabria donde elle era duque per morte de seu pay, fogio da li com hũa sua irmãa que tinha, e foyse aas Asturias a terra de Gijon, onde era alcayde de hum falso homẽ chamado Numacio, que jaa estava pollos mouros. O qual enjuriou sua irmãa de³¹⁴ dom Payo, e que ella quisera entregar aa morte nas mãos dos mouros. Por q(ua)nto fogio tambem da li, e foy rogando,³¹⁵ e animando algũs homẽs, que co elle ↑se↑ ajuntarão. E despoys de passar muytos perigos, e soffrer muytos trabalhados, e haver tambem muyto favor de deos, tomou aos mouros a cidade de Lião, que elles jaa tinhamo: e toda aquella terra jaa era sua dos mouros.³¹⁶ Ali fez assento dom Payo,³¹⁷ e viveo³¹⁸ todo o resto de sua vida; fazendo muyta guerra aos mouros: mas por que elles erão muytos, e dom Payo era soo, diz a cronica,

que lhe

³¹² Há uma pequena rasura ilegível antes desta palavra.

³¹³ Alteração feita acima da rasura «deu licença».

³¹⁴ Alteração feita acima de pequena rasura ilegível.

³¹⁵ Alteração feita acima da rasura «ajuntando».

³¹⁶ «jaa era sua dos mouros» está acima da rasura «era jaa sua».

³¹⁷ «dom Payo» está acima de uma rasura ilegível.

³¹⁸ Esta palavra foi posteriormente adicionada ao corpo do texto como forma de correção.

Fólio 41r

que lhe não pode tomar mays, que aquella soo ↑villa↑ de Lião. E quẽ diz, q(ue) lhe tomou muytas villas, e cidades, fala ao modo grego, que põe quintas, e casaes, por villas, e cidades, como jaa dixẽ. Não tomou mays dom Payo, que soo lião: e ali acabou seu reynado:³¹⁹ assi o diz a cronica geral no capitulo segundo da terceyra parte. Vulgarmẽte chamão a dom Payo Iffante: por quãto³²⁰ era filho de duque: por que então era costume chamar iffante aos filhos dos duques, e condes: como chamarão Iffantes de Lara, e Iffantes de Carrião aos filhos dos condes daquellas terras.

¶ Entrey tanto p(e)lla historia de dom Payo, por que foy assi necessario para tenção deste capitulo, que ↑he↑ contar o estado de Portugal no tempo dos leoneses. O qual estado segundo parece, em tempo de dom Payo, foy melhor, que o de Lião: por q(ue) Lião não tinha mays, q(ue) dos mouros a dentro: e Portugal tinha muytas villas e cidades, e terras do Minho atee alentejo. Ainda Beja era de portugueses:³²¹ e assi como era Beja, erão tambem as outras terras de Beja para dentro, que os mouros ainda não tinhão combatidas.³²² Diz³²³ a sua cronica, que dom Payo não tomou mays aos mouros que Lião. Quando dom payo tomou Lião, havia quatro ou cinco annos que os mouros entrarão na Hespanha, e tinhão tomadas as terras da Vandaluzia, e Toledo, e Castella a velha, e terra de campos, atee Lião, e Asturias: e de Portugal não tinhão mays que quatro lugares, que a bayxo nomearey. Assi que era então o estado de Portugal melhor, q(ue) o de Lião. Hora poys, se assi he verdade

como he

³¹⁹ «seu reynado» está acima da rasura «seus dias».

³²⁰ Alteração feita acima da rasura «que».

³²¹ Alteração feita acima da rasura «Portugal».

³²² O autor termina esta linha com uma rasura ilegível.

³²³ Antes desta palavra, a rasura «tinhão Lião».

como he, por que dizem as chufas dos mofatrões, que dom Payo foy Rey das Hespanhas. Não se contentão de dizer, de toda a Hespanha: por que não enche tanto a bocca em singular: mas dizem em plural, das Hespanhas: por que soa mays. A sua cronica principal, e de mays credito não diz mays que de Lião somente: nem elle jamays³²⁴ se chamou Rey senão³²⁵ de Lião e das Asturias. Nem os seus successores atee Elrey dom Bermudo o terceyro, se intitularão senão Reys de Lião, e das Asturias. Forão estes seus successores que digo vinta dous Reys que despoys d'elle per espaço de trezentos e tantos annos reynarão em Lião antes que se mesturassem com Castella, e nenhum d'elle tomou outro titulo, mays que soo de Lião e Asturias. Porem o [...] ³²⁶ por lijunjar sua senhora, que elle sabia, que era ambiciosa, diz que leo hũa escriptura antiga de dom Payo na qual se elle chamava Rey das Hespanhas: mas não diz, onde estaa aquella escriptura. E tambem dizem, elle e outros da sua Laya, que as gentes ↑se↑ ajuntarão com dom Payo erão as gentes de toda a Hespanha, e que ellas o fezerão Rey de toda essa Hespanha. Mas não pode ser, q(ue) aquellas gentes fossem³²⁷ as gentes de toda a Hespanha: por que não havia ali gête de Catelunha, nem de Valença, nem Daragão: por quãto³²⁸ estas todas ficavão detras dos mouros, e não podiam passar para as Asturias, quando o fezerão Rey, estavam com dom Payo nas Asturias, quando o fezerão Rey, a gente de Portugal, que ainda estava em suas terras

sem fugir:

³²⁴ Alteração feita acima da rasura «nunca».

³²⁵ Alteração feita acima da rasura «mays q(ue)».

³²⁶ Uma mancha no local impede a leitura. Esta palavra está acima da rasura «Diz hum [...]». Este final também ilegível.

³²⁷ Alteração feita acima da rasura «estão».

³²⁸ Alteração feita acima da rasura «que».

Fólio 42r

sem fogir, e sem ser conquistada em alentejo, nã estremadura:
 por que da hi a corenta annos começou Abderrahmen conq(ui)star
 Beja: e atee então esteverão aquellas terras inteyras, e as gentes
 dellas não fogirão para dom Payo, nã o fezerão seu Rey: nem
 tinham ↑disso↑ necessidade.³²⁹ Mays necessidade tinha dom Payo,
 que os portugueses. Tinha tanta necessidade dô Payo, que diz
 a cronica no capitolo q(ue) alleguey,³³⁰ da terceyra parte: q(ue) a terra
 era toda chea e povoada de mouros, e elrey dom Payo era
 soo, e não podia co elles. As gentes que estavam com dom Payo
 erão da Vandaluzia, e de Toledo, e de Castella a velha, e terras suas³³¹
 vizinhas: que os mouros deyxarão destruidas: as quaes destruirão
 em tres ou quatro annos; co a braveza do premeyro impeto q(ue)
 trazião, no qual por³³² serem temidos mostravão mays ferocidade
 do que tinham: tanto, que por aterrarem as gentes, dizião elles
 de si mesmos, que comião os homens, não sendo assi. Diz que
 com medo andavão os homens pasmados, e não sabião onde se
 fossem. Ouviaõ dizer, que dom Payo se defendia dos mouros,
 e deos lhe dava animo, e favor para isso hiãose per ella os
 que não tinham outro refugio: os que vinhão lançados de suas
 terras, e não tinham outras a q(ue) se acolhessem. Estas gêtes
 assi atemorizadas, como podião ordenar e assentar reyno? e
 assi torvadas, como podião olhar o que fazião, nem saber
 se podião dar a dom Payo as terras que não erão suas?
 Sendo elles esbulhados do seu, não podião dar o alheo. Digo
 isto, p(e)llo que faz a meu proposito, que he este. As gentes
 que vinhão fogindo de Vandaluzia, e de Toledo, e de Cantabria
 não podião dar a dom Payo as terras de Portugal: em espe-
 cial,

³²⁹ Na sequência, a rasura «disso».

³³⁰ «q(ue) alleguey» está acima da rasura «segundo».

³³¹ «e terras suas» está acima da rasura «e suas».

³³² Alteração feita acima da rasura «quer».

cial, as que ainda os mouros não tinham tomadas, as q(ue) ainda estavam em poder dos portugueses, que as defendião. Nem q(ue) as teverão jaa os mouros tomadas, não as podião os leoneses tomar para si, sendo vivos os portugueses a q(ue) ellas pertencião, e erão dereytos senhores dellas. Antes que ouvesse leoneses: e antes que ouvesse gentes fugitivas, que instituíssem dom Payo em³³³ seu Rey, erão estas terras dos portugueses, antigos, e naturaes moradores, e legitimos senhores³³⁴ dellas. De todos he sabido, o que fica provado nos capitulos passados, que em tempo dos Godos havia portugueses em Portugal, e em Lião não havia reyno de leoneses.³³⁵ E no tempo dos romanos havia nesta terra Gallaycos lusitanos, dos quaes procedem os portugueses, e na Hespanha não havia lião, nem lioneses, cujo reyno agora nace em dom Payo. E poys assi he, saybamos quem deu Portugal a dom payo: por que he graça dizer, q(ue) aquellas gentes fugitivas, e desemparadoras das suas patrias, o fezerão Rey das Hespanhas, nã de Portugal: por q(ue) Portugal não pertencia a dom Payo per via da herança de seus antepassados, nem elle o ganhou. Quanto a seus antepassados, sabemos, que erão duques de Cantabria: e os duques daq(ue)lla terra nunca teverão dereyto em Portugal. E se dizem q(ue) era herdeyro da Hespanha, por quãto era da casta dos Godos, não tem Reção por duas vias. Hũa he, por que elle não era de linhagem de Reys, mas antes diz a cronica, q(ue) era escudeyro, e pajẽ da espada delrey Vetisa. A outra he, que ainda, q(ue) fora de linhagem daq(ue)lles³³⁶ Reys, não era por isso herdeyro de Portugal: por quanto Portugal não era dos Godos, como dixee Sanctãtonino:

nem os

³³³ Alteração feita acima da rasura «por».

³³⁴ «legitimos senhores» está acima da rasura «senhores dellas legitimos».

³³⁵ «reyno de leoneses» está acima da rasura «leoneses».

³³⁶ Alteração feita acima da rasura «de».

Fólio 43r

nem os Godos erão legitimos senhores das terras da Hespanha, por quanto erão invasores violentos, como os romanos, e mouros: os q(ua)es todos entrarão na Hespanha per guerra tyrannica, e não justa.

A ultima via, pella qual Portugal podia pertencer a dom Payo, he, se o elle ganhara, e tirara do poder dos mouros, estando elle de todo perdido em seu poder, sem haver alguẽ a que pertêcesse: ou seu dono o desemparasse, e desse por perdido. Mas dom Payo não ganhou Portugal per esta via: por q(ue) a sua cronica, como fica dicto, diz, q(ue) dom Payo não ganhou mays que Lião. Nem Portugal estava de ↑todo↑ perdido, nem os portugueses o desemparavão.

¶ Visto como Portugal per nenhũa via pertencia a dom Payo, para saberemos o estado que teve em tempo dos leoneses, e se por vētu[ra]³³⁷ perdeo co elles sua liberdade, saybamos, se lha ganhou algum leones despoys de dom Payo. Dom Favila filho de dom Payo, e seu successor do Reyno, não lha ganhou: por que não reynou mays que dous annos: e nelles não fez, nem ganhou cousa algũa: mas antes como tollo morreo em mãos dhum usso, sem ↑fazer↑ proveyto algũ[.]³³⁸ Este foy o segũdo Rey de lião, e premeyro de seu nome:~

¶ O terceyro Rey de lião, foy dom Afonso premeyro deste nome, e por sobrenome chamado o catholico: por q(ue) foy elle bom christão. Este fez muyta guerra aos mouros, e tomoulhes muytas terras, em terra de campos, e Castella a velha, e Navarra, atee os mōtes pyreneos, segundo diz a cronica. E mays diz, que lhe tomou em Portugal quatro lugares, q(ue) são Braga, e o Porto, e Viseu, e Flavia. Algũs dizem, que lhe tomou tambem Beja: mas não pode ser: por que despoys deste dom Afonso, reynando³³⁹ seu filho dom Fruella, no anno de Christo de septeçetos e cincoenta e quatro, era Beja ainda

de christãos:

³³⁷ A última sílaba não está visível no fac-símile.

³³⁸ Conjectura: como o trecho seguinte é iniciado com letra maiúscula, presume-se que neste local exista um ponto.

³³⁹ Alteração feita acima da rasura «em vida de».

Fólio 43v

de christãos: por que então a cercou Abderrahamen Adalid,³⁴⁰ rey de Cordova. Não diz a cronica, que dom Afonso o catholico tomasse aos m[ouros]³⁴¹ mays lugares de Portugal, que estes quatro: por que parece, que não tinhão ainda tomados mays, os mouros aos portugueses. Mas o que ↑me↑ aqui embarasca he, que não entendo, por q(ue) este Rey dom Afonso acudiu aaquelles lugares de Portugal, poys Portugal não era dos reys de lião,³⁴² como atras fica bem claro.³⁴³ Por que antes de Lião ser algũa cousa, não podia ter dereyto em Portug(a)l: e despoys que foy reyno nem dom Payo, nẽ dom Favilla seu filho, aqui-rirão nelle dereyto algum. Agora dom Afonso por q(ue) respeyto lhe socorre? E mays sabendo, que não podia adquirir os lugares de Portugal p(ar)a a coroa e reyno de Lião. Como de feyto, elle os não deu a essa coroa, como lhe deu os lugares que tomou em terra de campos, e Castella. Os que tomou em Portugal,³⁴⁴ ficarão aos portugueses distinctos desoutras nações: distinctos de Lião, distinctos de Castella, distinctos de Galliza, e unidos a Portugal, e soffraganhos aas suas leys, e appellido. Poys se estes lugares erão de Portugal, como elles confessão,³⁴⁵ e he verdade, e Portugal não era seu, como fica provado; por que lhe socorreo dom Afonso? Não posso crer, senão que este Rey fez com os portugueses algũa confederação, e companhia amigavel, em que se obrigarão ajudarse hũs a³⁴⁶ outros. Hũs e outros, Leoneses, e Portugueses estavam apertados, e tinhão necessidade de subsidios por tanto, não he muyto, cuydar isto, posto que o não digão os escriptores. Como quer que seja, os lugares q(ue) estavam nos limites de Portugal ficarão aos portugueses, e dom Afonso não os tomou para si, nem chamou Rey de Portugal:~³⁴⁷

³⁴⁰ Nome alterado acima da rasura «dalid».

³⁴¹ Conjectura: não consta esta parte no fac-símile em virtude de defeito da fotocópia.

³⁴² «era dos reys de lião» está acima da rasura «era de lião».

³⁴³ «bem claro» está acima da rasura «manifesto».

³⁴⁴ Após esta palavra, encontra-se a rasura «sempre».

³⁴⁵ Alteração feita acima da rasura «dizem»

³⁴⁶ Alteração feita acima da rasura «aos».

³⁴⁷ Não há reclamo neste fólio.

Fólio 44r

¶ Despoys de dom Afonso o catholico, reynou logo dom Fruela seu filho, o premeyro deste nome em Lião: e não escreve delle a cronica, que tevesse conta algũa com Portugal, nem fez menção de Portugal, em sua vida deste, senão quanto diz, que então cercou Abderrahmen adalid Rey de Cordova, em Portugal a cidade de Beja: mas não diz se lhe socorreo, ou lhe fez algũa amizade este dom Fruella rey de Lião. E diz, q(ue) socorreo a Galliza: a qual outro Rey de Cordova, per nome Juçaf andava destruindo. Donde parece, que se doya mays de Galliza, por que era sua, que de Portugal, que não era seu.

¶ Despoys de dom Fruella, reynou logo em Lião dom Aurelio seu irmão: e despoys de dō Aurelio reynou dom Silo: e despoys de dom Silo, reynou dom Mauregoto: e despoys de Mauregoto, reynou dom Bermudo premeyro deste nome: e despoys de dom Bermudo, reynou dom Afonso o casto, segundo deste nome: e despoys de³⁴⁸ dom Afonso o casto, reynou dom Ramiro o premeyro: e despoys de dom Ramiro, reynou dom Ordonho seu filho premeyro deste nome. †Nenhuns destes entrou em Portugal. † Em tempo deste Rey dō O[rdonho]³⁴⁹ ainda Lisboa era de cristãos: por que em seu tẽpo, anno de nosso senhor Jesu christo de oytocentos e vinta seys surgirão³⁵⁰ no porto de Lisboa cincoenta e quatro navios dalto bordo, e outras tantas galees de christãos,³⁵¹ que hyão fazer guerra aos navios de Sevilha[.]³⁵² E despoys que lhe fezerão, e destruirão a terra, tornado [...] ³⁵³ com victoria, e proveyto vierão descansar em Lisboa: onde diz q(ue) acharão outras naos dos seus naturaes,³⁵⁴ que vinhão negociar em Lisboa: e da li se tornarão todos. Assi conta tudo isto per estes termos a cronica geral na vida deste Rey dom Ordonho. E poys em Lisboa se acolhião

³⁴⁸ O trecho «e despoys de» está acima de uma rasura ilegível.

³⁴⁹ Conjectura: não consta esta parte no fac-símile em virtude de defeito na fotocópia.

³⁵⁰ Alteração feita acima do trecho rasurado «annos, vierão».

³⁵¹ Alteração feita acima de uma rasura ilegível.

³⁵² Conjectura: como o trecho seguinte é iniciado com letra maiúscula, presume-se que neste local exista um ponto.

³⁵³ Trecho ilegível acima da rasura «de Sevilha, tornando».

³⁵⁴ Alteração feita acima da rasura «terra».

Fólio 44v

se acolhião, os que vinhão fazer guerra aos mouros, he sinal, que não era Lisboa de mouros. Porem³⁵⁵ não diz, que era dos Reys³⁵⁶ de Lião: Mas antes estaa claro, que o não era: por que os limites daq(ue)lle reyno nunca chegarão a Lisboa: nem se lee, que leoneses soccorressem a estas terras, de Coimbra para caa: nẽ aqui-rissem nellas dereyto algum. As quaes terras são Portugal. Não digo somẽte, que são de Portugal: mas digo, que são ellas a principal parte de Portugal. E por que esta era a principal parte, e elles não tinhão cousa algũa nella, não se chamavão Reys, nem senhores deste reyno.

¶ Despoys de dom Ordonho o premeyro, reynou ã lião³⁵⁷ seu filho dom Afonso o terceyro, chamado o magno. No tempo deste dom Afonso era ainda Coimbra de christãos, no anno de Christo de oytocentos e cincoenta e quatro: por que então diz a cronica que os mouros tinhão cercada aquella cidade, sendo bispo delle dom Nausto, q(ue) foy na consagração da igreja de são Salvador de Oviedo. E este Rey dom Afonso socorreo a Coimbra, e fez alevãtar os mouros do cerco. Despoys de dom Afonso o magno reynou em Lião seu filho dom Garcia o premeyro deste nome. Este não fez cousa algũa³⁵⁸ em Portugal. Mas seu irmão dom Ordonho, que reynou despoys d'elle, por³⁵⁹ bem de Paz estava em Viseu de Portugal apousentado por escusar contendes com seu irmão. ↑Este↑ ajuntou gẽte de Portugal, e foy correr terra de Talaveyra, e entrou na villa, e saqueou a ella, e outros muytos lugares daquella commarca: e tornou-se a Viseu com muyta honra, e proveyto. E reynou em Lião despoys da morte de seu irmão dom Garcia. Despoys deste dom Ordonho reynou em Lião seu filho dom Afonso o quarto: e

não fez

³⁵⁵ Alteração feita acima da rasura «Mas».

³⁵⁶ «dos Reys» está alterado acima da rasura «delrey».

³⁵⁷ «reynou ã lião» está acima da rasura «reynou».

³⁵⁸ «cousa algũa» está acima da rasura «nada».

³⁵⁹ Há uma pequena rasura antes desta palavra.

Fólio 45r

não fez cousa algũa para proveyto de Portugal. Mas diz a cronica, que seu irmão dom Ramiro morava em Viseu de Portugal. Morarem os Iffantes de Lião em Viseu de Portugal, faz entender, que era este reyno distincto de Lião: por que por isso diz q(ue) os mandavão caa, por não perturbarem³⁶⁰ a sua gente contra os herdeyros:³⁶¹ e tambem; por terem estoutra terra segura, com capitão grave, a que tevessẽ acatamento, e debayxo de sua bandeyra fizessem guerra aos mouros commarcãos, como fazião. ¶ Dom Ramiro o segundo irmão de dom Afonso o quarto, reynou em Lião sendo seu irmão vivo, per seu consentimêto. Deste Rey dom Ramiro o segũdo escreve o conde dom Pedro, no livro das linhagês da Hespanha, o tit(ol)o vinta hum. No qual escreve,³⁶² que os mouros tinhão feyta entrada p(e)lla ribeyra do Douro a bayxo: e parece, que devia ser per descuy[do]³⁶³ dos leoneses: ou por que ↑se↑ acupavão em defender sua terra, e não a de Portugal. Mas polla bondade do senhor deos veyo logo de Gasconha, segundo o dicto conde dom Pedro escreve, no titolo trinta e seys, dom Moninho viegas o Gascão, e com elle hum seu irmão chamado dom Cignano, que despoys foy bispo de Porto. Estes trouxerão de sua terra outras pessoas nobres, e gente, com que entrarão na foz do rio Douro, que então se chama[va]³⁶⁴ a foz da ancora: e lançarão daquella ribeyra os mouros que a tinhão e ficarão morando nella: donde despoys se chamarão seus descendentes, os Monizes de riba do Douro. Dos quaes foy hum bem abalisado antrelles, Egas moniz ayo delrey dom Afonso anriquez. ¶ No tempo deste dom Ramiro o segundo, começarão em Portugal

³⁶⁰ Alteração feita acima da rasura «mesturarem».

³⁶¹ «os herdeyros» está acima da rasura «seus princepes».

³⁶² Alteração feita acima da rasura «parece».

³⁶³ Conjectura da última sílaba. Fotocópia defeituosa.

³⁶⁴ «se chama[va]» está após uma rasura ilegível e acima dos trechos também rasurados «chamou» e «que chamava».

Fólio 45v

tugal hũs cavalleyros estremados, que bem se podem chamar illustres. Estes forão os mendez da Maya. O seu principio, e processo foy este. Elrey dom Ramiro, este segundo, de que aqui falamos teve hum filho dhũa mourisca, a que chamarão Aboazar ramirez: o qual foy bom cavalleyro: e fez muyta guerra aos mouros, que então tinhão as commarcas dantre Douro e Minho, e tralasmõtes: e foy os lançando para Castella, donde elles vierão. E na commarca de tralasmontes lhe naceo hum filho, a que por nome Trastamiro aboazar: por que naceo naq(ue)lla comarca, que então chamavão Trastamara. Este trastamiro ouve outro³⁶⁵ filho, a que por nome, dom Gonçallo trastamirez da Maya: e dom Gonçallo trastamirez da Maya ouve outro filho a que chamou dom Mem gõçalvez da Maya: e dom Men gonçalvez da Maya ouve dous filhos, que chamarão, a hum delles Soeyro mendez da Maya o bom: e ao outro Gonçallo mendez da Maya o lidador. Estes dous irmãos forão em tempo do conde dom Anrique, e de seu filho Elrey dom Afonso anriquez: dos quaes se escrevem nas vidas daquelles princepes, feytos illustres, e dignos de eterna memoria: e destes³⁶⁶ feytos o derradeyro de Gonçallo mendez foy, que sendo de noventa e cinco annos, venceo em hum dia duas batalhas, contra dous singulares capitães mouros: e dom Soeyro seu irmão livrou esta terra do feudo, que os emperadores romanos lhe querião por, como ainda tornarey a dizer na segũda parte.³⁶⁷ Estes singulares cavalleyros, e sua gente, se chamarão da Maya: e erão senhores della: por q(ue) seu antecessor Aboazar ramirez a ganhou, e tirou do poder dos mouros q(ue) a³⁶⁸ tinhão, por culpa dos leoneses; que a deyxarão
perder.

³⁶⁵ «ouve outro» está acima da rasura «ou hum».

³⁶⁶ «e destes» está acima da rasura «dos quaes».

³⁶⁷ «na segũda parte» está acima da rasura «em outra parte».

³⁶⁸ «q(ue) a» está acima da rasura «por cu».

Fólio 46r

perder. Deyxarão entrar os mouros nella: mas havia ainda algũs lugares de christãos naturaes da terra, com os quaes Aboazar se ajuntou, e fez corpo, e lançou os mouros della. A terra da Maya em Portugal de que estes cavalleyros erão senhores, segundo diz o conde dom Pedro, he na commarca dantre Douro e Minho desdo Douro atee Lima. Algũs homens precipitados³⁶⁹ se confundem com outro nome, que q(ua)si se parece com este, que he Amaya com ·A· no começo e faz tres syllabas, e he nome dhũa terra de Castella na ribeyra de Pisuerga, perto de Burgos, e cuydão, que estes cavalleyros, que aqui se chamão os mendez da Maya, são castelhanos naturaes da Amaya, mas enganãose. Daquella Amaya de Castella foy cõde dom Muninho de Amaya padrasto de dona Tareyja Rainha de Portugal, molher de conde dom Anrique, e mãy delrey dom Afonso anriquez. Assi acharão escripto este nome no premeyro capitulo da quarta parte da cronica geral: onde diz, q(ue) a mãy de Rodrigo de bivar mio cid foy filha do conde dom Nunno alvarez de Amaya: por tanto não se confundão. Estes cavalleyros illustres forão portugueses, e elles defenderão Portugal mays q(ue) os leoneses, atee dom Anrique e seu filho. Os leoneses, por que não erão naturaes, não se doyão da perda de Portugal, e deyxarão entrar nelle os mouros: e por que elles tinhão perdidas as suas terras, não lhes pesava ver as nossas perdidas. Não somente aquellas, que antes deste Rey dom Ramiro o segũdo, mas tambem despoys delle deyxarão perder Viseu: onde se os seus Iffantes acolhião. Esta cidade, que dom Afonso o cath[o]lico³⁷⁰

cobrou

³⁶⁹ O autor repete no início desta linha a sílaba «ci».

³⁷⁰ Falta o «o» no centro desta palavra: talvez por esquecimento do autor ou talvez por ser uso da época.

Fólio 46v

cobrou havia muytos annos, os leoneses a deyxarão perder: por q(ue) dom Afonso o quinto a achou em poder de mouros; e dõ Fernãdo seu cunhado a tomou aos mouros: e assi lhe tomou Lamego, e Coimbra, e Montemoor: que tambem parece, q(ue) os leoneses perderão: e Sea, e Gouvea. Este foy o estado de Portugal, no tempo dos leoneses, e Rey dom Payo: o qual nunca se chamou Rey de Portugal, nem elle, nem seus successores:~

¶ Capitulo nove, do estado de Portugal,
no tempo de Castella, e seu Reyno³⁷¹:~

Tempo de Castella chamo, o que passou despoys que se ajuntarão Lião, e Castella com titolo de reyno: por q(ue) antes disso, não havia Castella reyno: nem tinha ser, isto que se chama reyno de Castella: e quem não tem ser, não se lhe pode attribuir t(em)po. O reyno de Castella ↑com lião↑ começou em dom Fernãdo o magno, filho de dom Sancho o mayor, Rey de Navarra. O qual dom Sãcho foy o premeyro Rey de Castella por dom Garcia seu cunhado, que os filhos de dom Vela mataram rũymente, antes que se elle empossasse do titolo de Rey, que lhe novamẽ↑te↑ era concedido. Porem ainda este dom Sancho não foy Rey de Lião. Em seu filho dom Fernando se ajuntarão aquelles dous reynos: e desentão começou o tempo de Castella, que toca a Portugal: por q(ue) dantes não se conhecião Portugal e Castella: por quanto estavam longe hum do outro: e não tratavão antre si casamẽtos, nem cõ federações, como Portugal tratava com Lião, q(ue) era mays seu vezinho: e os nobres de portugal, que erão os mendez de Maya, e os mu-

nizes

³⁷¹ Alteração feita acima da rasura «Reys». No pronome «seu» havia um «s», morfema de número, que também foi rasurado pelo autor.

nizes de riba Douro, e os de Montemoor, e os de Nabancia: e outros muytos, que havia neste Reyno, não communicavão com castelhanos: por que ainda não chegava caa sua noticia. Polla via de Lião [se]³⁷² vierão a conhecer. E para que fique isto mays claro, he necessário relatar brevemête os principios de Castella, como fiz aos de Lião. Os quaes começarey do nome de Castella, como fiz tâbem [...] ³⁷³ de Lião: e seguirey ³⁷⁴ nisto principalmête a Elrey dõ Afonso o sabio: cuja autoridade aqui precede a todos: por quanto foy Rey, e sabio, e natural de Castella, e ajudado per muytos homês doutos, que para isso ajuntou consigo. ¶ Diz este Rey dom Afonso aos onze capitulos da terceyra parte da sua cronica, que ainda no anno de nosso senhor Jesu christo de oytocêtos e vinte se chamava Bardulia a terra que agora se chama Castella a velha: e era ainda de mouros, despoys da perda delrey dom Rodrigo mays de cem annos: por que Elrey dom Ramiro o premeyro, que então reynava em Lião, diz que fazia guerra aos mouros de Bardulia: a qual diz que toda estava em seu poder dos mouros: e os Reys de Lião a forão cobrando, atee os juizes que se alevãtarão em tempo delrey dom Ordonho. No qual tempo elle parece que mudou o nome, como direy a bayxo. Algũs escriptores novos tratão deste nome de Castella, e por que me não satisfazẽ quero relatar ³⁷⁵ o que dizẽ, para dizer, o por q(ue) me não satisfazẽ. Hum delles diz, que antigamente reynou naquella terra hum Rey, que ouve nome Brigo, que quer dizer castello: e daquelle Brigo se chamou a terra Brigia, q(ue) quer dizer Castella: e despoys de Brigia, corrompendose o vocabulo, se fez, vieja: e assi se chamou Castilha la vieja. He vergonhosa ethimologia esta, para homẽ letrado escrever em pubrico, não curemos della. Mas por que lhe esta não quadrou

³⁷² Conjectura: um mancha impede a leitura exata desta palavra.

³⁷³ Uma mancha impede a leitura desta palavra.

³⁷⁴ «e seguirey» está acima da rasura «tambem».

³⁷⁵ Alteração feita acima da rasura «apontar».

Fólio 47v

quadrou, diz tambem, que por ventura se chama Castella, por que os romanos fezerão naquella terra algũs castellos de guarnição, para terẽ a terra segura, que se não alevantassẽ os naturaes della contra os romanos. Mas as hestoreas romanas contão o contrayro: e dizem, que os emperadores de Roma para assegurar a terra, mandarão aa Hespanha certas legiões de soldados, que derribassem os castellos, e fortalezas della. Os quaes sodados achamos q(ue) vierão per aquella parte de Castella, e montanhas atee Lião: onde sabemos, que derribarão, e não edificarão: nẽ se lee, que os romanos mandassẽ edificar em Castella os castellos, que aquelle autor diz. Assi, que nenhũa das rezões que elle daa do nome da sua terra satisfaz, nem a elle, nẽ a mỹ: por quanto anda aa caça co este nome, e fala per disjuntivas, e não affirma algũa dellas. Outro diz, que se chamou Castella: por que Tito livio no capitolo oytavo do segundo livro da terceyra decada escreve, que os romanos lhe chamarão assi; por que acharão nella muytos castellos. O qual Tito livio no lugar, que este autor allega , diz que os romanos acharão torres de atalayas na costa de Catelunha, e da Vandaluzia, e não diz, que acharão castellos em Castella. Ambos estes autores querem fazer este nome antigo, mas não podem: por que elle não he de mays, que de seyscentos e tantos annos a esta parte: por quanto no anno de oytocentos e vinte, reynãdo em Lião dom Ramiro que acima dixee, se chamava aquella terra Bardulia: e no anno de novecentos e vinte, reynando no mesmo Lião dom Ordonho o terceyro se chamava jaa Castella. Assi, que naq(ue)lle

comenos

comenos daquelles cem annos, que ouve antre dom Ramiro o premeyro, e dom Ordonho o terceyro, mudou Bardulia o seu nome, e se chamou Castella. O qual nome Castella nũca teve dantes: nem se acha nomeada per elle em algũa escriptura antes de dom Ramiro: e Bardulia si, jaa no tempo dos romanos, segundo parece: por que Plinio põe os Bardulos, ou Vardulos no convento Cluniense. Dos quaes se deriva o nome da provincia Bardulia, ou Vardulia. E nonio marcello ↑diz↑ o que significa este nome: nelle o podem ver: por q(ue) me não quero deter mays, em cousa tão certa,³⁷⁶ como he chamarse castella dos castellos em que se alevantarão os bardulos com os seus juizes contra seu Rey dom Ordonho: cuja hestoria he muyto notoria:³⁷⁷ e ainda se mostram os pard[i]eyros³⁷⁸ daq(ue)lles castellos.

¶ Sabido o nome de Castella, saybamos tambem o seu estado, e quando começou chamarse reyno. O estado de Castella antigo foy muy bayxo: por que quando se ella chamava Bardulia, era do convêto Cluniense, segundo Plinio: o qual convêto diz que tinha quatorze povos: e mays diz, que não se contenta nomear delles senão os labanêses: por que erão os outros tão bayxas gêtes, que não merecião ser nomeados: antre os quaes entrão os bardulos. Este era o estado dos bardulos antigos.³⁷⁹ Escassamente era ouvido o seu nome antre as gentes da Hespanha, quanto mays o estado. Era hum pequeno concelho, e muyto escuro, e sem nome: e por isso se não acha nomeado antre as gentes da Hespanha. Nunca bardulio teve³⁸⁰ titulo de reyno, nem era capaz disso. Despoys que se começou chamar Castella, da hi a mays de cem annos começou ter titulo de reyno: por que o premeyro, que em Castella se chamou Rey della, foy dom Sancho o mayor, Rey de Navarra quasi no anno de mil e dez. Deste dom Sancho começou, como

digo,

³⁷⁶ Alteração feita acima da rasura «clara».

³⁷⁷ Alteração feita acima da rasura «sabida».

³⁷⁸ Um pequeno borrão, talvez causado pela tinta utilizada pelo autor, impede afirmar com presisão se há um «i» no centro da palavra.

³⁷⁹ Alteração feita acima da rasura «antigamête».

³⁸⁰ «bardulio teve» está acima de uma rasura ilegível.

Fólio 48v

digo, Castella ter titolo de reyno: o qual dantes nũa teve:³⁸¹
 e o mays he graça. Digo que he graça dizer, que ha mil annos,
 ou m(a)ys, que Castella tem titolo de reyno: por quanto
 ella ainda então não tinha nome, quanto mays titolo de
 reyno. Ha mil annos, que não tinha nome de Castella, e
 despoys que o teve, não teve logo titolo³⁸² de reyno senão
 da hi a m(a)is de cẽ³⁸³ annos: por que antre nome de Castella, e titolo
 de reyno se meterão os juizes e os condes: nos quaes passarão
 mays de cem annos. Digo isto, por que na historia imperial
 diz o autor della, que começou Castella ser reyno com os
 Godos, quando elles começarão reynar na Hespanha. Mas
 nem ella ainda então se chamava Castella, nẽ os Godos
 assentarão nella o seu reyno. Quando se ella começou chamar
 Castella, jaa não havia reyno de Godos ↑na Hespanha↑: o qual acabou em dom
 Rodrigo: e quando o elles assentarão foy em Toledo, e não em
 Bardulia, antes de dom Rodrigo mays de cem³⁸⁴ annos: e antes
 dos juizes mays de dozentos.³⁸⁵ Elles reynarão na Hespanha antes
 que assentassem nella seu reyno muytos annos: por que tinham
 seu assento em tolosa de frança, e reynavão na Hespanha.³⁸⁶ Mas nẽ despoys
 que se mudarão para caa, não assentarão a cabeça do reyno
 dos Godos em bardulia, senão em Toledo: e os Suevos arrianos
 tinham assentado o seu nas terras, que agora se chamão Castella,
 Asturias, e Galliza: por isso, não se pode dizer, que começou
 o reyno de Castella com os Godos: mas he verdade que
 começou em dom Sancho navarro, como fica dicto. O qual
 dom ↑Sancho↑ ainda não conheceo Portugal, nem teve co elle
 intelligẽcia algũa, sendo jaa Portug(a)l muyto antigo, e tão
 grande

³⁸¹ Alteração feita acima da rasura «tevera».

³⁸² Alteração feita acima da rasura «titotolo».

³⁸³ «a m(a)is de cẽ» está acima da rasura «a cem».

³⁸⁴ Alteração feita acima da rasura «dozentos».

³⁸⁵ Alteração feita acima da rasura «trezentos».

³⁸⁶ «na Hespanha» está acima da rasura «caa».

Fólio 49r

grande, como agoora he: por que jaa havia muytos annos, q(ue) os limites de Portugal chegavão de Bragga dantre Douro e Minho atee Beja dalentejo, como consta das suas cronicas de Castella, que atras ficão allegadas nos capi(to)los passados. E visto como Portugal não foy sujeyto aos godos, nẽ perdido em tempo dos mouros, como fica provado: nem os leoneses adquirirão nelle dereyto algum: saybamos agora, se o acq(ui)rirão os castelhanos. Os quaes atee o tempo delrey dom Fernão o primeyro não tinham commercio algum com Portugal: nem aquelle dom Fernão veyo caa, senão com achaque de Rey de Lião, e não de Castella: por que Castella, como digo, não tinha atee³⁸⁷ então commercio algum, nem pratica em³⁸⁸ Portugal: por quanto estavão longe hum do outro. E mays Castella começava então ser reyno, e tinha muyto em que entender, e não podia acudir a Portugal. Por tanto, saybamos, que adquirirão os castelhanos em Portugal: ou per que via se empossar[ẽ]³⁸⁹ delle e como³⁹⁰ se começarão chamar Reys de Portug(a)l. Não digo senhores: por que senhorio he tyrannia.

¶ Elrey dom Fernando, o primeyro deste nome em Lião, e Castella, chamado o magno, filho daquelle dom Sancho de Navarra, q(ue) a cima fica dicto, foy o primeyro ↑rey↑ castelhano que veyo ter a Portugal. Diz a cronica, que despoys d'elle ter reynado dezassete annos naquelles reynos, no anno de nosso senhor Jesu christo de mil e trinta e tres, vendose demandante, tirou sua oste, e foy contra os mou[ros]³⁹¹

descontra

³⁸⁷ Alteração feita acima da rasura «comm».

³⁸⁸ Alteração feita acima da rasura «com».

³⁸⁹ Conjectura do «ẽ». Fotocópia defeituosa.

³⁹⁰ «e como» está acima da rasura «e por q(ue)».

³⁹¹ Conjectura da última sílaba. Fotocópia defeituosa.

Fólio 49v

descontra Portugal, e terra de Lucena: e tomou Sea, e Gouve[a]³⁹²

que são em Portugal: e outros castellos, que são em derredor

porem desta maneyra: que ficassem ahi os mouros por seu[s]³⁹³

vassallos: e derãolhe os alcaçares, e as fortalezas das villas[.]³⁹⁴

E diz, que tomou Viseu, e Lamego, e Coimbra, e Mon-

temor o velho. Mas não diz com que aução, ou dereyto

entrou caa a tomar aquelles lugares, que diz que

estavão em Portugal. Porem parece, q(ue) bem entendia,

que não tinha dereyto para os tomar par(a) si: por que os

não encorporou nas coroas de Lião, nem de Castella:

mas antes fez seu filho dom Garcia Rey de Portugal

separado dessoutros reynos. E mays não diz, que lhe deu

todo Portugal, senão que lhe deu aquillo que gaynhara

em Portug(a)l: por que naquillo, que elle gaynhou, parece

que tinha algũa figura de dereyto: posto que falsa:

por que o dereyto era dos portugueses, e não seu, q(ue) era³⁹⁵

companheyro confederado, e não senhor proprietaryo.

E por tanto lhe deu aquillo com titulo de Rey livre e não

vassallo. Mas nẽ assi lho podia dar: por q(ua)nto não era s(enh)or,

senão protector. Por q(ue) se fora senhor tinha seu filho dõ

Sancho rezão como herdeyro. Porem não a tinha, por q(ue)

não era sua herança. Nem o pay era senhor, nem o filho

herdeyro deste reyno: mas³⁹⁶ deuo, como os romanos

derão a Hercoles o reyno de Galilea: e o de Numidia

a Iugurta: e outros de que não erão senhores. Por q(ua)nto

a propriedade e senhorio de Gallilea, e daquelloutras

terras

³⁹² Conjectura da última letra.

³⁹³ Conjectura da última letra.

³⁹⁴ Conjectura: como o trecho seguinte é iniciado com letra maiúscula, presume-se que neste local exista um ponto.

³⁹⁵ «q(ue) era» está acima da rasura «para» e a frente de outra palavra rasurada, que parece ser «delle».

³⁹⁶ Alteração feita acima da rasura «porem».

Fólio 50r

terras não era dos romanos, mas era dos judeus ↑e daq(ue)lloutros↑: e os romanos erão companheyros confederados, e tyranicamête [⊕]³⁹⁷ se³⁹⁸ fezerão senhores dellas ↑como fica dicto dos municipios↑. O mesmo dom Fernando nũa se chamou Rey, nem senhor de Portugal: mas antes diz a letra da cronica, que separou este reyno por se desembargar, e por ter limpa sua alma para seu criador. E presumese, que fez isto per amoestação de sancto ysidro, cujo devoto elle era: o qual sancto, diz a cronica, que lhe apareceo estando elle para morrer, quando fez esta separação. Os filhos deste³⁹⁹ dom Fernãdo se chamarão Reys de Portugal todos tres. Dom Garcia per instituição de seu pay. Dom Sancho per⁴⁰⁰ sua soberba dixee, que ou morreria, ou se chamaria rey de Portugal. Dom Afonso despoys que os outros se intitularão Reys; por q(ue) elle ficou soo nesta parte da Hespanha ulterior, tambem se chamou Rey de Portugal, e diz a cronica no terceyro capitulo da quarta parte, q(ue) pos em sua cabeça a coroa dos reynos de Castella, e de Lião, e de Portugal. Mas seu pay dom Fernãdo, q(ue) foy catolico, e bom christão, não se chamou Rey nem senhor de Portugal, nem de suas terras. Desde dom Payo premeyro rey de Lião, atee estes filhos de dom Fernando, não se acha, que alguẽ se intitulasse Rey de Portugal: sem embargo, q(ue) antes de dom Payo Portugal teve titulo de Reyno, e reynarão nelle muytos Reys, como fica provado em seu lugar. Mas os Reys de Lião, e de Castella nunca se chamarão Reys de Portugal: nem despoys que tomarão estes nomes Lião, e

Castella,

³⁹⁷ Nota marginal: «[como fica dicto dos municipios]». Essa nota – que, talvez por acaso, o autor repete na linha abaixo – é transcrita conjecturalmente porque no fac-símile a escrita está visivelmente cortada ao meio em virtude de defeito na fotocópia.

³⁹⁸ Parece que o autor adicionou ao corpo do texto posteriormente.

³⁹⁹ Alteração feita acima da rasura «de».

⁴⁰⁰ Alteração feita acima da rasura «dixee».

Castella, nem antes q(ue) os tomassem, quando se chamavão Cantabria, e Bardulia, e outros nomes velhos: por que então aquellas terras não tinham Reys, nem possibilidade algũa. Trezentos annos ou mays reynarão os successores de dom Payo em Lião sem Castella, e quasi todo esse⁴⁰¹ tempo foy Portugal confederado com os reys de Lião, mas nũa se aquelles reys chamarão Reys, nem senhores de Portug(a)l. Os castelhanos tanto que chegarão a esta terra, logo se chamarão Reys, e senhores della: e dixerão que tudo era seu. Por que tomarão quatro lugares aos mouros cõ ajuda dos portugueses, que erão os principaes a que isto tocava, e que mays nisto fazião pelejando, e pedindo a Elrey, que lhes acudisse.⁴⁰² E assi se deve crer, que elles provocarão Elrey dom Fernando a fazer a guerra desta terra: por q(ue) aos castelhanos não lhe lembrava Portugal: nem vinhão caa com zelo de o defender, senão de se empossar delle, e Fazelo seu feudo. Mas não tinham rezão, por que as terras que os mouros tomavão aos portugueses erão tomadas de maa guerra: por que a guerra q(ue) os mouros fazião aos christãos da Hespanha não era justa, e os christãos que elles esbulhavão, e lançavão de suas terras não perdião seu dereyto, nem os outros christãos lho podião tomar. Saybamos cujas erão estas terras antes que os mouros as tomassem. Se erão de portugueses, como de feyto erão, por que lhas tomarião os castelhanos? Poys serem ellas de portugueses antes que houvesse castelhanos no mundo,

jaa fica

⁴⁰¹ Alteração feita acima da rasura «este».

⁴⁰² Há um sinal indicativo de nota marginal que foi rasurado. A nota está ilegível devido a uma mancha da rasura.

Fólio 51r

jaa fica provado em seu lugar. Por tanto os castelhanos não podião adquirir para si as terras de Portugal, que tomavão aos mouros. Dereyto usado he, e justo, que a fazenda furtada, quem a toma ao ladrão, a⁴⁰³ torne a seu dono. Assi o fez o patriarcha Abrahão, quando socorr[eu]⁴⁰⁴ a seu sobrinho Lor, e desbaratou o Rey dos Elamitas e seus companheyros no⁴⁰⁵ valle de Save. Não somēte restituiu sua fazenda a seu sobrinho, que era fiel, e bom, mas tambem restituiu as suas aos sodomitas que erão maos por que deos quer que se guarde justiça a todos, e não se tome o alheo. Faz muyto a este caso hũa clausula do breve do Papa Alexandre terceyro, que escreverey na vida delrey dom Afonso anriquez. A qual clausula ↑começa↑. *Necnon e omnia loca*. Nella diz, que não possa adquirir os lugares em que os Reys vizinhos tem dereyto, posto q(ue) os tirẽ das mãos⁴⁰⁶ dos mouros. Isto, como digo, faz muyto a este caso: por que as terras que os castelhanos tomav[ão]⁴⁰⁷ nos limites de Portugal, não as podião applicar aas coro[as]⁴⁰⁸ de Lião, nem Castella: nẽ elrey dom Fernãdo lhas applicou: mas antes encomendou a defensão deste reyno separado a dom Garcia seu filho: e mandou aos outros seus filhos, que o não perturbassem sob pena de sua maldição. E por que dom Sancho o perturbou dizendo que ou morreria, ou seria rey de Portugal, permitio deos, que morresse maa morte per mão do traidor Velido

dolfos.

⁴⁰³ Antes desta palavra, a rasura «que».

⁴⁰⁴ Conjectura ao final da palavra devido à fotocópia defeituosa. Esta palavra está acima da rasura «acud[iu]».

⁴⁰⁵ Alteração feita acima da rasura «na».

⁴⁰⁶ Alteração feita acima da rasura «poder».

⁴⁰⁷ Conjectura ao final da palavra devido à fotocópia defeituosa.

⁴⁰⁸ Conjectura ao final da palavra devido à fotocópia defeituosa.

Fólio 51v

dolfos. Fez dom Sancho guerra a dom Garcia sobre este reyno, e deulhe batalha junto de Coimbra, onde chamão aoguas de mayas. Ali forão vencidos os castelhanos: e mortos muytos delles: e mays o conde dom Fafes seu capitão.

Dali se veyo ↑dō Garcia↑ para Sanctarẽ, e dom Sancho com todo o seu poder o veyo buscar: e derão batalha hum a outro: e foy dom Sancho vencido, e preso per Rodrigo froyaz e seus irmãos e sobrinhos condes de Trastamara em Portugal.

Assi o dizem, Elrey dom Afonso no segundo capitulo da quarta parte da cronica geral: e o conde dom Pedro no titulo vinta hum do livro das linhagês. Em quanto foy vivo dō Rodrigo froyaz, dom Garcia prevaleceo: mas despoys que morreo dom Rodrigo, diz que aparecerão os pendões verdes do Cide, que atee então não aparecião⁴⁰⁹

e tornou dom Sancho contra dom Garcia, e prendeo, e tomoulhe o reyno. Diz que os seus de dom Garcia lhe forão falsos, e que soltarão elrey dom Sancho: e mays dizẽ que o soltarão os gallegos, a que o elle entregou.

Tomou tambem dom Sancho o reyno de Lião a dom Afonso seu irmão: e diz que pos coroa na cabeça, e que se chamou rey de tres reynos, de ↑Lião,↑ Castella,⁴¹⁰ e Portugal. Donde consta, que Portugal era reyno ãtes de dom Afonso anriquez, e antes do conde dom Anrique seu pay. E este era o seu estado em t(em)po dos castelhanos:~

¶ Dizem os castelhanos, que adquirirão o dereyto deste

reyno,

⁴⁰⁹ «não aparecião» está acima da rasura «estavão escondidos».

⁴¹⁰ Na sequência, a rasura «Lião».

Fólio 52r

reyno, por que dom Fernão tomou aos mouros, não de todo, quatro lugares na beyra: mas não tem rezão, por que como fica dicto, os portugueses não perdião seu dereyto: nã os castelhanos tomarão aquelles lugares sem assistẽcia dos portugueses. Os portugueses assistião naquella guerra, quando dom Fernando tomava aquelles lugares: e assistião como partes principaes. A⁴¹¹ rezão diz, que os portugueses fazião mays que os castelhanos, por cobrar suas terras. Assi o mostrou o effecto, despoys que elles como principaes defensores, em tempo de dom Anrique, e de dom Afonso anriquez entenderão em se defender sem castelhanos: por q(ue) da hi por diante sempre cobrarão: e em companhia dos castelhanos perdiase Portugal: por que os castelhanos entendião em se defender, e não lhe lembrava Portugal: mas antes acupavão os portugueses na defensão das suas terras ↑de Castella↑, e as de Portugal perdiãose: tanto, que se os castelhanos cobrarão quatro lugares de Portugal,⁴¹² perderão quatroçêtos. Mas antes fezerão perder toda a Hespanha: por que elles, e leoneses forão causa de entrarem os mouros na Hespanha. Elles erão godos, e Suevos: os quaes por seus vicios e peccados indinarão a deos, e elle pollos castigar permitio, que viessẽ os mouros destruir a Hespanha, e conforme ao proverbio vulgar, padecerão justos com⁴¹³ peccadores, como as abelhas de são Pedro, q(ue) por hũa morrerão todas. E mays p(e)llas terras⁴¹⁴ dos castelhanos entrarão os mouros em Portugal: por que

o conde

⁴¹¹ O artigo está acima de uma rasura ilegível.

⁴¹² «de Portugal» está acima da rasura «quatroçêtos».

⁴¹³ Alteração feita acima da rasura «por».

⁴¹⁴ Há uma pequena rasura ilegível antes desta palavra.

Fólio 52v

o conde Julião per laa encaminhou os mouros. Per laa vierão ter a Portugal, per terra de campos, e Salamanca entrarão na beyra, tralasmôtes, e ribadouro: donde os lançarão os gascões, que vierão com dom Moninho: e tambem Aboazar ramirez antes dos gascões. Isto foy muyto antes dos castelhanos. Jaa quando caa vierão os castelhanos não havia mouros tralasmôtes, nem antre Douro e Minho. Na beyra havia algũs lugares, que ainda estavão por elles. Destes lugares da beyra tomou o sobredicto rey dom Fernando algũs pouco mays de quatro: e por estes quatro, dizem os castelhanos, que lhe pertence todo o Reyno. Mas não tẽ rezão, por q(ue) alem do dereyto desta terra ser dos portug(ue)ses antigos povoadores, e possuidores della: estando sob a proteyção dos Reys de Lião, e Castella se perdeo ↑mays↑ do que elles gaynharão. Se dizem, que gaynharão Viseu, elles os perderão premeyro que o gaynhassem: por q(ue) em tempo delrey dom Ordonho o segundo, e de dom Ramiro seu filho Viseu era de christãos, e despoys da hi a muytos annos dom Afonso o quinto achou aquella cidade em poder de mouros. Donde consta, que os leoneses a perderão. Coimbra no anno doytocentos e cincoenta e quatro, reynando dom Afonso o magno, era de christãos: e despoys no anno de mil e trinta e tãtos, dom Fernando o magno o cercou, q(ue) estava em poder de mouros: e he sinal, que no tempo dos leoneses se perdeo. Montemor o velho, em tempo de dom Ramiro o terceyro, no

anno

Fólio 53r

anno de novecêtos e sessenta, era de christãos, sendo abbade
 johão vivo: e no anno de mil e trinta e sete era de mouros, por q(ue)
 dom Fernão lhe tomou nesse anno. E tambem diz q(ue) lhe tomou
 Lamego, q(ue) dom Afonso o catholico tinha tomado muytos anos
 havia. Donde tambem consta, que tambem se perdeo no
 tempo dos leoneses. De montemoor diz a historia do Abbade,
 que dom Ramiro era ↑seu↑ sobrinho,⁴¹⁵ e que sabendo como
 seu tio estava cercado com muyto aperto, e necessidade, foy
 muyto remisso em lhe soccorrer, e de feyto não lhe soccorreo.
 E poys foy remisso em acudir ao Abbade⁴¹⁶ em sua vida bem
 se pode crer, q(ue) despoys o foy mays, e que deyxou perder
 aquella villa tanto que o Abbade morreo. E não he isto
 para duvidar: por q(ue) tambem por sua culpa deste dom
 Ramiro se alevantou hum outro Rey no seu reyno, e
 elle não foy para o estorvar. Beja tambem se perdeo
 em alentejo por culpa dos leoneses. Lisboa, como fica dicto,
 era de christãos nos annos de Chr(ist)o doytocentos e ṽta cinco,
 e vinta seys: e despoys se perdeo em tempo dos leoneses, ou
 dos castelhanos. No qual tempo dos castelhanos se perdeo
 Sanctarem: por que no anno de mil e sessenta, reynando
 em Portugal dom Garcia, era aquella villa de christãos,
 como consta da hestoria daquelle Rey, e das batalhas, que
 ali teve com seu irmão dom Sancho. E da hi a pouco t(em)po,
 no anno de mil e cento e corenta e sete⁴¹⁷ a tomou Elrey
 dom Afonso anriquez aos mouros, que a tinham tomada
 aos castelhanos. Digo que a tomarão os mouros aos castelhanos

por que

⁴¹⁵ Na sequência, há duas rasuras: «do Abbade» e acima desta, «de q(ue)».

⁴¹⁶ Alteração feita acima da rasura «Acudir».

⁴¹⁷ Alteração feita acima da rasura «cinco».

por que então estava este reyno em poder delrey de Castella dom Afonso o seysto, que se corou por Rey de Portugal: e em seu tempo se perdeo esta villa, e porto de moos, e outras: por quanto elle era acupado nas conquistas de Castella e Toledo, e não podia entender na de Portugal, que lhe não releva a tanto: e por isso a encomendou a dom Anriq(ue) seu genro. Ainda em tempo de dom Fernando seu pay de dom Afonso Portugal não estava tão perdido como se despoys perdeo em tempo deste dom Afonso o seysto: por que ainda dom Fernão achou no termo de Coimbra mosteyros de religiosos, de⁴¹⁸ tanta fazêda e renda, que lhe ajudavão manter o seu exercito que tinha no cerco daquella cidade: e os mouros não lhe fazião perjuizo aos mosteyros. No que parece, que as terras derredor erão de christãos. Mas no tempo de dom Afonso jaa a terra estava mays perdida: por q(ue) a cronica de autoridade do arcebispo dom Rodrigo diz, que no tempo deste Rey estavam os mouros empoderados de toda a terra de Portugal. Pouco⁴¹⁹ antes disto, ainda Sanctarẽ era de christãos, quando dom Garcia se acolheo⁴²⁰ nella, como fica dicto. Finalmente mays se perdeo em Portugal estando em poder de castelhanos do q(ue) era perdido antes que viesse a seu poder: e tanto que se apartou delles logo se tornou a restaurar. E por q(ue) este apartamêto, e restauração se começarão em dom Anrique, acabamos⁴²¹ aq(ui)⁴²² o premeyro livro desta obra, e começaremos o segũdo⁴²³ falaraa de dom Anrique.

¶ Acabouse o p(ri)meyro livro da cronica de Portugal, per Fernandoliveyra:~

⁴¹⁸ Alteração feita acima da rasura «que».

⁴¹⁹ Há uma pequena rasura antes desta palavra.

⁴²⁰ «se acolheo» está acima de uma rasura ilegível.

⁴²¹ Na sequência, há duas rasuras: «aq(ui)» e acima desta, «nella».

⁴²² Esta palavra parece que foi posteriormente adicionada ao corpo do texto como forma de correção.

⁴²³ «o segũdo» está substituindo várias rasuras: «nella», «o premeyro», «Anrique» e outras ilegíveis.

Fólio 54r

¶ Começa o segundo livro da cronica
de Portugal per Fernãdoliveyra: no q(ua)l
conta a vida do conde dom Anrique, e
principio da restauração deste reyno.

¶ Capitulo premeyro, em que diz⁴²⁴
donde era natural o cõde dom Anrique,
e como veyo ter a Portugal:~

Deste dom Anrique contão os autores diversas⁴²⁵
Hũs dizem q(ue) era natural de Constantinopla, e q(ue) era
parente dos emperadores daquella terra. Deste parecer
he a cronica geral: a qual diz, que era natural de
Bizancio, que he Constantinopla. E mays diz que
era de altos sãgues: por que da parte⁴²⁶ de sua mãy era
neto de Anrique segundo duque de Baveyra, e sobrinho
do Emperador Anrique segundo filho daquelloutro Anrique
duque: os quaes erão pay e irmão de Zeyla mãy deste
nosso conde dom Anrique. Outros dizem, que era cõde
de Loringia em França, que agora he o ducado de
Loreyna, e he hum grande estado. O qual dizem que
deyxou por vir servir aos reys da Hespanha: mas este[s]⁴²⁷
tem contra si as cronicas daquella terra: as quaes dizẽ
que naquelle tempo erão senhores daquelle condado outr[as]⁴²⁸
pessoas, e não dom Anrique. E mays a rezão diz, que não
deyxaria

⁴²⁴ Alteração feita acima da rasura «conta».

⁴²⁵ Na sequência, o autor rasurou «hestoreas» e, acima dela, pôs outra palavra que não está visível no fac-símile.

⁴²⁶ «da parte» está acima da rasura «era neto».

⁴²⁷ Conjectura ao final da palavra em virtude de defeito na fotocópia.

⁴²⁸ Conjectura ao final da palavra em virtude de defeito na fotocópia.

Fólio 54v

deyxaria dom Anrique tão grande estado por servir aos Reys da Hespanha, que lhe não podião dar outro igual. Outros escriptores ha q(ue) tem outras opiniões acerca deste dõ Anrique, quem era, ou donde era natural: as quaes opiniões não me satisfazẽ, por isso as não escrevo. Mas escrever hũa que me satisfaz mays que todas. Esta he a que diz, que elle era filho delrey de Ungria: e he esta a mays aprovada que todas \oplus .⁴²⁹ Dizem os desta opinião, que este nosso dom Anrique de que falamos foy filho de dom Estevão o primeyro Rey da Ungria: o qual foy homẽ christianissimo, tanto, q(ue) dizem que foy canonizado⁴³⁰ por sancto, e por tal o tem naquella terra \uparrow e em Rom(a) \uparrow . Este dom Estevão foy dos premeiros ung(a)ros que se converterão aa fee de Jesu Christo, e elle fez pregar a fee publicamẽte em seu reyno: e por isso teve muyta guerra de seus parêtes, e gente: E seus filhos forão mortos, e desterrados do reyno, por q(ue) erão christãos.

¶ Per falecimento delrey dom Estevão pay de dom Anrique se alevantou com o reyno de Ungria hum seu parente chamado Buda, com favor e ajuda de muytos gentios, que ainda havia naquella terra. Este Buda matou o filho herdeyro de dom Estevão, e quisera tambem matar dom Anrique segundo filho do sobredicto dom Estevão: mas per industria da Rainha sua mãy se ausentou dom Anrique, e veyose a casa de seu primo⁴³¹ dom Reymão conde de Tolosa de França: onde esteve algũs dias, atee que dom Reymão foy chamado per dom Afonso o seysto Rey

da Hespanha

⁴²⁹ Nota marginal: «de que faz menção hũa cronica antiga que estaa no cartorio de Coimbra, cujas palavras são estas. Foy o cõde dom Anrique filho segũdo do primeyro rey de Ungria.»

⁴³⁰ Alteração feita acima da rasura «canozado».

⁴³¹ Alteração feita acima da rasura «tio».

da Hespanha, para casar co ella sua filha dona Orraca Herdeyra de seus reynos, como de feyto casou: e delles naceo dom Afonso ↑orraquez↑, que despoys foy Rey daq(ue)lles reynos, e se fez chamar emperador da Hespanha. Por respeyto de dom Reymão, e pollo⁴³² acompanhar veyo dom Anrique aa corte delrey dom Afonso o seysto, e ficou nella: e por elle ser de altos sangues, como diz a cronica, e mays por ser per sua pessoa bom cavalleyro, Elrey dom Afonso o casou cõ outra filha que tinha a que chamavão dona Tareyja. Destes naceo dom Afonso anriquez, que despoys foy Rey, e restaurador de Portugal. Veyo tambem naquelle comenos aa corte do sobredicto Rey dom Afonso o seysto, outro conde estrangeyro chamado dom Reymão de são gil. Este casou com outra filha do sobredicto Rey dom Afonso: a qual se chamava dona Elvira: e co ella se foy morar a sua terra. E logo da hi a pouco tempo se ordenou a guerra que chamão de ultramar, em que foy por capitão geral o duque Godofre de bulhão, contra os mouros q(ue) tinhão tomada a terra sancta. E forão em companhia daq(ue)lle duq(ue) muytos homens principaes da christandade, antre os quaes foy dom Reymão de são Gil, e levou consigo sua molher dona Elvira. A qual pario ↑hũ filho↑ naquella terra de ultramar per onde⁴³³ corre o rio Jordão: onde⁴³⁴ são Johão bautizou Jesu christo nosso redentor. E por tanto dom Reymão de são Gil por sua⁴³⁵ devação mandou bautizar aquelle seu filho no dicto rio Jordão, e poslhe nome dom Afonso

Jordão.

⁴³² Alteração feita acima da rasura «depo».

⁴³³ «per onde» está acima da rasura «que he por onde».

⁴³⁴ Alteração feita acima da rasura «no qual».

⁴³⁵ «por sua» está acima de uma rasura ilegível.

Jordão. Este dizem algũas hestoreas apocrifas, que ↑foy↑ premeyro rey de Portugal: mas por que isto não he verdade fiz aqui esta relação, para tirar esta confusão, e av↑i↑sar os lectores, de como se introduzio esta mentira. Introduziose, por que Elrey dom Afonso o seysto, que acima fica nomeado, daq(ue)llas tres filhas, que a cima ↑dixe↑ teve tres netos, todos tres chamdos Afonsos, como elle se chamava. O premeyro foy dom Afonso anriquez, filho de dona Orraca, que foy casada com dom Reymão conde de Tolosa, como fica dicto: e tambem fica dicto, que de dona Tareyja naceo dom ↑a(fons)o↑ Anriquez. E nenhum destes dois naceo na terra de ultramar: nem suas mãys forão jamays fora da Hespanha a bautizar seus filhos no rio Jordão. Soo dona Elvira foy com seu marido aaq(ue)la terra, e não tornou mays ella nem seu filho aa Hespanha: nẽ elle foy Rey de Portugal: mas dom Afonso anriquez filho de⁴³⁶ dona Tareyja o foy; e não se chamou dom Afonso jordão. E mays dona Tareyja pario dom Afonso anriquez antes q(ue) se começasse a conquista dultramar cinco annos, no anno de mil e noventa e quatro, e aquella conquista começouse no anno de mil e noventa e nove, cinco annos despoys q(ue) ella pario: e de tantos era dom Afonso anriquez quando se começou aquella conquista, e era jaa bautizado: por tanto não podia ser aquelle que foy bautizado no rio Jordão, q(ue) se chamou dom Afonso Jordão, como dizẽ os que não olhão o q(ue) dizem, e confundem a verdade das historias com a semelhança dos nomes, e com a semelhança dos estados das pessoas, como fezerão nos condes de dona Tareyja, de q(ue) direy a diante:~

¶ Capitulo

⁴³⁶ Alteração feita acima de uma pequena rasura ilegível.

¶ Capitulo segundo, de dona Tareyja:~
e de seu casamento, e dote.

Foy dona Tareyja, esta de que aqui falamos, filha delrey dom Afonso o seysto Rey de Lião, e Castella, Portugal. E foy princesa de altos respeytos, discreta, e virtuosa, e por isso⁴³⁷ [e]stimada⁴³⁸ dElrey seu pay. Sua mãy se chamou dona Ximena, natural da Amaya, que he terra de Castella a velha, na ribeyra de Pisuerga, vindo de Burgos, p(ar)a Valhadolit. Algũs quiserão dizer, que esta dona Tareyja era filha legitima dElrey dom Afonso: mas o mays certo he, que foy bastarda natural, por que a houve sendo viuvo, ↑e↑ dona Ximena solteyra: porem, por que lhe queria muyto seu pay a casou com o mays honrado genro que pode haver: o qual alem de per sua pessoa merecer⁴³⁹ muyto, tambem per seu sangue era de altas gêtes:⁴⁴⁰ e por isso a fez quasi ygual a dona Orraca sua herdeyra,⁴⁴¹ e a dotou de estado livre, com titolo de Rainha de Portugal: por quanto Portugal era reyno separado daquelloutros, de q(ue) dona Orraca era herdeyra, posto que lhe lhe não deu tantas ter[ras]⁴⁴² em Portugal:⁴⁴³ e por isso lhe deu algũas em Galliza, em satisfação das poucas que tinha em Portugal: por que as mays deste reyno estavam perdidas em poder de mouros: e por isso diz, que lhe deu o que tinha em Portugal. Não diz q(ue) lhe deu todo Portugal, senão o que tinha em Portugal. Assi o diz o conde dom Pedro no titolo

quarto

⁴³⁷ «por isso» está acima da rasura «muyto».

⁴³⁸ Há um borrão sobre a primeira letra.

⁴³⁹ Alteração feita acima de uma pequena rasura ilegível.

⁴⁴⁰ Alteração feita acima da rasura «lugar».

⁴⁴¹ Alteração feita acima da rasura «primogenita».

⁴⁴² «lhe não deu tantas ter[ras]» está acima da rasura «não tinha tantas».

⁴⁴³ «em Portugal» está acima da rasura «terras».

Fólio 56v

quarto do livro das linhagês, que lhe deu o que tinha em Portugal. Por isto dizem algûs, que lhe deu todo antre Douro e Minho, e tralasmôtes: e mays na beyra Lamego, e Viseu, e Coimbra, e Montemoor: por que dizẽ elles, que tudo isto tinha Elrey dõ Afonso⁴⁴⁴ em Portugal: por quãto havia muyto tempo, que Aboazar ramirez tinha lançados os mouros dantre Douro e Minho, e de tras-tamara, e outras terras. E dom Moninho gascão tinha lançados os mouros de Ribadouro. E elrey dom Fernãdo tinha tomado Lamego, e Viseu, e Coimbra, e Mõtemoor, e Seya, e Gouveya. Mas estes que isto dizem tornão a dizer, que todo Portugal era hum pequeno condado, e que dom Anrique era conde de Guimarães, e não mays: e não concordão seus dictos: por que tantas villas e cidades fazẽ mays, que hum condado pequeno. Porem não sabem o q(ue) dizem por que nestas terras q(ue) elles dizem, que dom Afonso deu a dom Anrique, havia outros condes afora dom Anrique. Antre douro e minho havia os condes da Maya, e de ribadouro, e de ribadave, e de riba de visella, e de pombeyro, e outros. O por que havia tantos condes naquella terra, era: por q(ue) diz o livro das linhagês no titolo onze, e no titolo vinta hum,⁴⁴⁵ que as terras que os reys davão aos homens honrados todos se chamavão condados, e aquelles homens a que as davão se chamavão condes. E não soomête erão senhores

de terras

⁴⁴⁴ Alteração feita acima da rasura «Castella».

⁴⁴⁵ «vinta hum» está acima de uma rasura, que parece ser «vtrehum».

Fólio 57r

de terras aquelles a que os Reys as davão, mas também
 erão senhores dellas aquelles que as gaynh(a)vão, como os
 da Maya, e os de ribadouro, cujos avoos gaynharão anti-
 gamente aquellas, e elles erão condes dellas. Por tão
 havia em Portugal muytos cōdes, e não era soo dom
 Anrique conde em Portugal: mas era elle o principal:
 e era principal: por que era conde das terras delrey:
 por quanto⁴⁴⁶ havia terras que não erão dadas a condes,
 mas erão delrey: e estas lhe deu Elrey ↑a dom Anrique↑: e mays segundo
 parece deulhas com toda a jurdição, que elle tinha
 nellas como Rey; per que elle chamavase Rey de Portug[al].⁴⁴⁷
 E mays lhe deu a conquista das terras, que os mouros
 tinhão de Portugal. A qual conquista lhe deu segundo
 parece, com tal condição, que fossem per elle dō anrique as⁴⁴⁸
 que elle tomasse aos mouros: assi o faz entender a
 letra da cronica, quando diz. Este conde dom anrique
 era bom per si, e esforçouse em armas, e lançou os
 mouros da terra de Portugal, quanto elle melhor, e
 mays pode, achegando a si o poderio, e senhorio
 apartado, razoando para si soo. Dizê↑do↑ que o razoava p(ar)a si soo
 quer dizer, sem dar parte a seu sogro. E diz, que seu sogro
 o via, e consentia: e que os homens do seu reyno murmu-
 ravão disso. E parece q(ue) tinhão figura de rezão, por que
 dom Anrique era estrangeyro, e não tinha dereyto
 algum nas terras de Portugal por sua parte: mas por
 parte do dote de sua molher parece que o tinha.⁴⁴⁹
 Falo per parecer,⁴⁵⁰ por que este reyno era livre, e nẽ Elrey
 o podia

⁴⁴⁶ Alteração feita acima da rasura «que».

⁴⁴⁷ «de Portug[al]» está acima da rasura «dellas».

⁴⁴⁸ «per elle dō anriques as» está acima da rasura quase toda ilegível «[...] as que».

⁴⁴⁹ «parece que o tinha.» está acima da rasura «tinha algũa figura [...]».

⁴⁵⁰ Alteração feita acima da rasura «figura».

o podia dotar a sua filha, nem dom Anrique razoar p(ar)a
 si soo as terras ↑delle↑ sem consentimêto da reepublica portuguesa.
 Mas dom Anrique em companhia dessa reepublica as con-
 quistava, e per seu consentimêto as razoava para si, e
 não para seu sogro: e por tanto era justo o seu razoamêto:
 e seu sogro por isso lho consentia. ¶ Consta ser dom
 Anrique conde e⁴⁵¹ senhor supremo das terras de Portu-
 gal: por que elle, como senhor da terra sem ter cõta
 com Elrey em cousa algũa das que tocão aa jurdição
 real dava, e doava, mandava, e julgava em Portug(a)l
 com mero e summo imperio, como senhor da terra.
 Não soamente usava dom Anrique em Portugal do
 deryto puro secular, mas tambem apresentava os
 bispos das igrejas cathedraes, cujas apresentações per-
 tencem soamente⁴⁵² aos Reys, ou a quẽ tem sua
 jurdição. Digo q(ue) apresentava os bispos dos bispados, por q(ue)⁴⁵³
 assi⁴⁵⁴ consta do quinto capitulo da quinta parte da cronica
 geral. Finalmête, elle apresentava os prelados das igrejas,
 elle julgava grandes e pequenos, como consta da fa[la]⁴⁵⁵
 que fez a seu filho estando para morrer. Elle doava
 as terras,⁴⁵⁶ e confirmava as doações dos reys passados; como
 consta da doação, que fez Sanctiago de Galliza da villa
 corneliana. A qual doação estaa no cartorio de Sanctiago,
 que estaa no castello de rocha forte, e diz assi.

¶ *Glorioso, e venerabili patrono nostro Jacobo, cujus corpus*

tumulatũ

⁴⁵¹ «conde e» está acima da rasura «senhor».

⁴⁵² Alteração feita acima da rasura «propriamête».

⁴⁵³ «por q(ue)» está acima da rasura «se-».

⁴⁵⁴ Alteração feita acima da rasura «gũdo».

⁴⁵⁵ Conjectura: uma pequena mancha impede a leitura ao final da palavra.

⁴⁵⁶ Todo o trecho que inicia na linha em «como consta...» e finaliza em «...as terras», está sobre um longo trecho rasurado: «elle doava de novo as terras da coroa, e confirmava as doações dos Reys passados».

tumulatum digna sepultura manet in finibus Mac(a)e.
Ego Henricus comes Portugalli(a)e, parite cum uxore
mea Tarasia imperatoris toletani Idelfonsi filia, consentien-
tibus nostri palatii magnatibus,⁴⁵⁷ qui in n(ost)ro dominio, e di-
ditione consistunt, e omnis Portugalli(a)e provincia. Huic⁴⁵⁸
apostolo fieri hoc commissoriũ, e testamēti scripturã,
egimus, qualiter nostra jussione, e firmo pr(a)ecepto ute-
retur et caet(era). ¶ A qual escriptura, segundo consta do
original, he doação sua de dom Anrique, e mays he
confirmação doutra doação delrey dom Ordonho o
segundo: o qual no seu tempo doou a Sanctiago aq(ue)lla
villa, ou quinta corneliana: e dom Anrique a tornou a
doar confirmando o que dom Ordonho tinha feyto,
como os Reys, ou principes soberanos acostumão fazer
nas suas provincias. Assi o fez aqui dom Anrique, sem
outorga delrey seu sogro. Donde consta, que elle era supremo
em Portugal. E mays diz, que tem grandes do seu paço.
Estes grandes do seu paço devião ser condes, e ricos homens
seus vassallos, que representão estado de princepe. E não
se chama conde de lugar algum particular: mas chamase
conde de Portugal, como dom Fernão gonçalvez se
chamava conde de Castella. O qual tinha em Castella
outros condes seus vassallos, como dom anrique tinha em
Portugal os seus, da Maya, e ribadouro, e trastamara,
e outros, de toda a provincia de Portugal, que elle
diz que consentião naq(ue)lla doação. Assi que faz entēder,
que era conde mays que de Guimarães, donde⁴⁵⁹ dizem

os chufadores.

⁴⁵⁷ Alteração feita acima da rasura «majoribus».

⁴⁵⁸ Alteração feita acima da rasura «huic».

⁴⁵⁹ Alteração feita acima da rasura «como».

os chufadores. Dizem elles, que dom Anrique era hum condinho de Guimarães, e não mays. Mas se era de toda a provincia, como diz aquella sua doação, de mays era que de guimarães: por que na provincia de Portugal havia então mays villas e cidades que Guimarães. Havia Bragga, e o Porto, e Lamego, e Viseu, e Coimbra, e Montemoor, e outros lugares muytos. E mays este nosso dom Anrique diz⁴⁶⁰ a diante, na fala que fez a seu filho quando faleceo, que elle gaynhou toda a terra de Astorga atee Coimbra. E diz que povoou Bragga. E se gaynhou, e povoou aquellas terras, suas erão e não era tão⁴⁶¹ pequeno o seu condado, como elles dizem. Nem era cativo poys era dote, e gaynhado per elle sem ajuda de seu sogro. Diz a cronica no quinto capitolo da q(ua)rta parte, que o conde dom Anrique, e sua gente, e aq(ue)lles poucos christãos, que havia em Portugal a hoste vinhão, e da corte a elrey de Lião, assi como lhes era mādado. Diz que os mandava, e não diz que os ajudava \oplus .⁴⁶² E mays dizem algũs outros historeadores, que era obrigado o conde dom Anrique a servir elrey de Lião na guerra com trezêtas lanças. Jesu, Jesu, Jesu. Donde havia de ter estas trezêtas lanças. Se o seu condado era muyto pequeno, e havia poucos christãos em Portugal, e elle havia de defender as terras dos christãos, e conquistar as dos mouros, com quaes lanças as havia de defender, e conquistar? Por que elles mesmos dizẽ que Portug(a)l

estava

⁴⁶⁰ Na sequência, a rasura «a diz».

⁴⁶¹ «e não era tão» está acima da rasura «tam».

⁴⁶² Nota marginal: «Se elrey de Lião não ajudava os portugueses cõ que rezão os podia mandar? nẽ obrigar? Quẽ não daa, não pode tomar cõ justiça: por q(ue) a justiça commutativa, e *c(æ)tera*.»

Fólio 59r

estava muy destruido, e que tinha muy pouca gente: e por tanto não podia dar trezêtas lanças para o serviço delrey de Lião, e ficarlhe gête para se defender, e conquistar os mouros. Por que Castella estando prospera em tempo de seu conde Fernão Gonçalvez não fazia mays de dozêtas atee trezêtas lanças para si mesma. Assi o diz a cronica, no capitolo vinte da terceyra parte, na historia delrey dom Ramiro o terceyro. Por tanto não he para crer, que dom Anrique se obrigasse a tão grande obrigação. Dom Anrique era estrangeyro, e não tinha quem o ajudasse, como se havia de obrigar a tantos serviços? Havia de defender Portugal, e ajudar Lião⁴⁶³ aas suas custas. O apostolo diz, que ninguẽ milita para outrem, aas suas custas. Os q(ue) isto escreverão, não olharão bem o q(ue) escrevião: por que não traz rezão, que dom Anrique se obrigasse a servir, e pagar. Os homens, que escrevẽ sem atentar o que escrevem, são bardulos. Tambem escrevem outra cousa sem atentar. Dizẽ que dom Anrique, e os portugueses hião aas cortes, e aa hoste delrey de Lião, assi como lhes era mãdado. Se laa hião, quem ficava caa para guardar a terra? Quanto mays q(ue) dom Anrique não concorreo em t(em)po dos reys de Lião. Quero dizer, que naquelle tempo, em que dom Anrique veyo ter aa Hespanha, não era celebrado o nome de Lião: nem Elrey seu sogro chamava⁴⁶⁴

rey de lião,

⁴⁶³ Alteração feita acima da rasura «Castella».

⁴⁶⁴ Alteração feita acima da rasura «se nomeava».

Fólio 59v

rey de Lião, nem fazia suas cortes, ou hostes em Lião, nem residia em Lião: mas residia em Toledo, e de Toledo se chamava rey, ou emperador. E nem assi como Rey de Toledo o conhecia ↑dom Anriq(ue)↑ por seu superior, posto que se honrava de⁴⁶⁵ sua honra.⁴⁶⁶ senão como rey de Portugal lhe reconhecia superioridade: por que o reyno, e jurdição de Portugal⁴⁶⁷ era per si separado de Toledo, e daquelloutros reynos, que dõ Afonso tinha. E dom Afonso como rey de Portugal fez dom Anriq(ue) conde em Portugal: e o mays a que o obrigou, segundo a cronica faz entender, foy obediencia, e não tributo, nem serviço: por que assaz de serviço lhe fazia em lançar os mouros de Portugal, e estorvallos, que lhe não entrassem em Castella per esta parte. Diz a cronica, que dom Anrique guardou a menagem a seu sogro em quanto viveo, como lhe prometera como a rey de Portugal: mas tanto que dom Afonso morreo, logo dom Anrique se eximio da sobjeção dos Leoneses: e por q(ue) elles sobre isso lhe fezerão guerra com dona Orraca, elle se defendeo, e lha fez a elles, e os pos em estado de se p(er)derẽ se elle vivera, como a bayxo se diraa. Jaa em vida de seu sogro, diz a cronica, que dom Anrique se começou recatar dalgũas cousas destas, de que se receava, por q(ue) sabia, que seus emulos⁴⁶⁸ murmuravão contra Elrey por amor delle. Diz assi a cronica. Sendo este conde dom anrique barão bom e dereyteyro, e livre em armas, e nas

cousas,

⁴⁶⁵ «posto que se honrava de» está acima da rasura «o conhecia por seu su-».

⁴⁶⁶ «sua honra» está acima da rasura «perior».

⁴⁶⁷ Alteração feita acima da rasura «Portal».

⁴⁶⁸ «seus emulos» está acima da rasura «os leoneses».

Fólio 60r

cousas que fazer queria, começou recatar algũas cousas a Elrey seu sogro dom Afonso, por quanto era casado com sua filha. Nestas palavras derradeyras parece significar as cousas, que lhe recatou, e parece que devião ser estas. Que poys o elle Rey casara com sua filha, e lhe dera este reyno em dote co ella: e os dotes per dereytos são livres: que o libertasse: por que não era bem, q(ue) sua filha, e seus [ne]tos⁴⁶⁹ ficassẽ sendo vassallos doutro seu genro, quenquer que fosse marido de dona Orraca sua herdeyra, que então jaa era viuva de dõ Reymão e desejava casar com hum conde de Castella. E m(a)ys lhe recatava, que elle lhe dera as terras de Portug(a)l, assi e da maneyra, que as elle Rey tinha, com o mesmo dereyto q(ue) as teverão seus irmãos dom Garcia e dom Sancho: os quaes as teverão como terras de reyno livre, sem obrigação de vassalagem algũa, nem reconhecimento de superioridade. E parece, que Elrey concedeo no que lhe dom Anrique recatou, com tanto, que em sua vida a reconhecesse por Rey de Portugal, como de feyto reconheceo, e lhe guardou menagem em quanto viveo. Porem diz, que dom Anrique acheg(a)va o senhorio, e poderio de Portugal apartado para si soo, e que Elrey dom Afonso lho consentia, como a gẽro. E mays dis, que dom Anrique gaynhou dos mouros tã[ta]⁴⁷⁰ terra, que cobrou, e refez as sees cathedraes de Viseu, e Lamego, e Porto. E diz que os bispos, que este conde

dom

⁴⁶⁹ Há uma mancha sobre o início desta palavra.

⁴⁷⁰ Conjectura ao final da palavra devido a defeito na fotocópia.

Fólio 60v

dom Anrique ahi fez forão consagrados p(e)llo primaas de Toledo. E diz, que cobrou, e restaurou a cidade de Bragga que estava muy desbaratada p(e)llas muytas correguras de mouros. Na qual apresentou o arcebispo dom Giraldo, que despoys foy havido por sancto, e he oje em dia. Este conde dom Anrique deu a cada hum daquelles bispos as cidades dos seus bispados com boas cartas de como lhes dava aquellas villas e cidades em dote. Asi o diz a cronica na quarta parte. E mays diz, que o fez por respeyto de dona Tareyja sua molher, que lho pedio: por quanto era devota, e boa christãa. De tudo isto que diz a cronica, se entenda, que dom Anrique era supremo no reyno de Portugal: e mays se entende, q(ue) gaynhou muytas terras, e outras restarou em Portugal.

¶ Finalmente, per muytas rezões consta, que dom Anrique tinha as terras de Portugal livres, e não devia por ellas serviço, nem tributo. A premeyra, por que erão dote de casamêto, que lhe seu sogro deu com sua filha. A segunda, por q(ue) erão dos portugueses, povo livre, que não devia cousa algũa aos reys de Lião, senão boa amizade. Ao qual povo livre, se fazia neste serviço de lanças, hũa cavilação solapada muy perjudicial: por que dom Anrique per força havia de tirar de Portugal aquellas lanças, e indo os homens de Portugal cõ dom Anrique a servir os reys de Lião, fazia parecer, que Portugal devia aquelle

serviço:

Fólio 61r

serviço: como nossos emulos querem fazer entender ↑ainda↑ agora com o seu dicto falso, não havendo jamays tal obrigação, nem serviço: poys a cronica o não diz. A terceyra rezão he, por que dom Anrique e os portugueses as tiravão de poder dos mouros, e não os leoneses:~ O dicto da cronica onde diz, que dom Anrique e os portugueses hião a corte, e⁴⁷¹ a hoste a Elrey de Lião, como lhes era mandado, deve-se entender do tempo antes de dom Anrique, quando os Reys de Lião erão unicos, sem haver outros reys nestas terras, e elles governavão ↑Portugal↑ como protectores, e amigos.

¶ Capitulo terceyro, do que fez o cõde dom Anrique na Hespanha, vindo a ella.

O conde dom Anrique veyo aa Hespanha, como fica dicto, em companhia de dom Reymão conde de Tolosa, em tempo, que dom Afonso o seysto tinha filhas casaduras: por q(ue) logo em vindo em pouco tempo ambos casarão cada⁴⁷² hum ↑cõ↑ sua. E não tardarão muyto hũ despoys do outro: por que os filhos que houverão dom Afonso o emperador, e dom Afonso anriquez, erão quasi de hũa idade: como parece per suas hist[orea]s.⁴⁷³ Dom Reymão viveo pouco, segundo parece, por que não houve mays que aquelle soo filho: nẽ se lee que

fezesse

⁴⁷¹ Parece que foi posteriormente inserido ao corpo do texto como forma de correção.

⁴⁷² Antes desta palavra, a rasura «com».

⁴⁷³ Uma mancha sobre a parte inferior do fólio impede com total clareza a leitura completa desta palavra.

Fólio 61v

fezesse na Hespanha cousa algũa, senão a povoação de Salamãca soamente. Per sua morte diz que seu filho foy levado a Galliza, e laa foy criado, e esquecido de seu avo: por que diz q(ue) não⁴⁷⁴ gostava delle: O por que não gostava delle não diz, mas não devia ser culpa do minino, que não tinha ainda idade para offender: porem⁴⁷⁵ querẽ dizer, que Elrey tinha desgosto da incontinencia de dona Orraca: e por amor della não gostava do filho.

¶ Dom Anrique, logo de principio foy encarregado da cõquista de Portugal, e da povoação delle: por que estavam muytos lugares mal povoados, e algũs despovoados de todo. Povoou principalmẽte Bragga, que estava muy desbaratada: e povoou o Porto, que não era bem cercada de muro. Assi o diz o conde dom Pedro no titolo vinta hũ: e povoou outros ↑lugares↑ naquellas commarcas dantre Douro e Minho, e tralosmontes, que jaa estão fora do cativeyro⁴⁷⁶ dos mouros, desdo tempo de Aboazar ramirez, e seus descendentes da Maya: e do t(em)po⁴⁷⁷ dos monizes. Essas cõmarcas da beyra, e da riba de Coa, e goranho atee Astorga, elle diz que as gaynhou atee Coimbra. Posto que algũas destas terras, que elle diz q(ue) gaynhou, fossem jaa antes delle gaynhadas per outros princepes, não se deve duvidar da sua verdade: por que os mouros moravão tão perto, e erão tão guerreyros, que de hum anno para outro tornavão a cobrar o que perdião: e erão muyta causa

disso

⁴⁷⁴ Alteração feita acima da rasura «tinha».

⁴⁷⁵ Alteração feita acima da rasura «mas».

⁴⁷⁶ Alteração feita acima da rasura «senhorio».

⁴⁷⁷ «e do t(em)po» está acima da rasura «e».

Fólio 62r

disso as dissensões dos leoneses com os castelhanos, que tinham desde tempo delrey dom Sancho o manho, e dom Ordonho⁴⁷⁸ seu cunhado.⁴⁷⁹ Pollas quaes dissensões os portugueses, vendo o detrimto, que padecia a christandade, ordenarão de se apartar delles: assi como fezerão algũs leoneses, quando ordenarão de fazer a ordem da cavallaria de Sanctiago, que naquelle tempo, e p(e)lla mesma rezão foy ordenada. Dos portugueses diz a cronica assi. Os da terra de Portugal começavão a essa sazão querer ser senhores da sua terra, e havella apartada doutro senhorio: e bolicião por haver Rey per si, posto que então tinham conde, com quem se mantinhão debayxo do senhorio delrey de Lião. Hũa cousa noto aqui para outros passos desta hestorea, e he esta, q(ue) nunca a cronica diz que Portugal estava debayxo do senhorio de Castella, nem q(ue) hia aas cortes de Castella, senão de Lião: por q(ue) se Portugal tinha algũa confederação, era com Lião, e não com Castella. E mays noto, que diz, que querião os portugueses ser senhores da sua terra apartada doutro senhorio. Onde diz bem clar[o]⁴⁸⁰ que a terra de Portugal he dos portugueses, e não doutro senhorio: por que a letra da cronica lhe chama sua dos portugueses. E mays, onde diz senhorio delrey de Lião entêdese governança, e proteyção, e não senhorio: por q(ue) senhor[iu]⁴⁸¹ traz consigo força, e não he reyno.

¶ Com toda a rezão que dom Anrique tinha do dote, e da liberdade dos portugueses, e vontade q(ue) elles⁴⁸² para isso tinham,

⁴⁷⁸ Alteração feita acima da rasura «Fernando».

⁴⁷⁹ «seu cunhado» está acima da rasura «seu filho».

⁴⁸⁰ Conjectura: fotocópia defeituosa.

⁴⁸¹ Conjectura: fotocópia defeituosa.

⁴⁸² «q(ue) elles» está acima da rasura «que».

tinhão, não se quis apartar em vida de seu sogro, mas semp(re)
 lhe guardou a menagem, que lhe fez quando de prin-
 cipio veyo ter aa Hespanha, e se fez seu vassallo: isto,
 quanto em sua pessoa, com a qual sempre lhe obedeceo:
 mas ↑não↑ quanto aas terras de Portugal, que elle, e os portu-
 gueses tomavão aos mouros: por q(ue) essas ajuntava elle
 aa reepublica portuguesa, cujas ellas erão. Em cõquistar
 estas terras gastou dom Anrique mays⁴⁸³ de trinta annos:
 por que quando naceo seu filho dom Afonso anriquez,
 dizem as historias, que havia perto de quinze ou mays annos⁴⁸⁴
 q(ue)⁴⁸⁵ elle viera de Tolosa: e sendo seu filho doutros quinze,
 foy elle em romaria a jerusalem, deyxando jaa as terras
 da beyra para cima conquistadas. Despoys muyto da passada
 de Godofre de bulhão, foy o conde dom Anrique aa terra
 sancta com aprazimêto delrey⁴⁸⁶ seu sogro, deyxando a Iffante sua
 molher sob a proteyção de seu pay, em companhia de seu filho
 dom Afonso anriquez, que segundo parece, jaa era de q(ui)nze
 annos pouco mays ou menos: por que quando seu pay veyo,
 jaa tomava armas, e andava co elle na guerra, q(ue) fez
 a dona Orraca sua cunhada, e aos leoneses.

¶ No tempo que dom Anrique⁴⁸⁷ andou na terra sancta, faleceo
 caa Elrey dom Afonso seu sogro: e sua filha dona Orraca
 deyxou seu marido Rey daragão, e veyose p(ar)a Castella
 tomar posse dos seus reynos: e per conselho de certos
 condes castelhanos, com q(ue) se misturou, fez guerra a dona

Tareyja

⁴⁸³ Alteração feita acima da rasura «perto».

⁴⁸⁴ «ou mays annos» está acima da rasura «annos q(ue)»

⁴⁸⁵ Esta palavra parece que foi posteriormente adicionada ao corpo do texto.

⁴⁸⁶ Alteração feita acima da rasura «de».

⁴⁸⁷ Alteração feita acima da rasura «Afonso».

Fólio 63r

Tareyja sua irmã, e tomoulhe algũas terras de Portugal,
 e chamouse algũs dias rainha de Portugal. Assi o fez entender
 a doação da see do Porto: na ↑qual↑ dona Tareyja diz assi. Dou
 aa see de Porto o burgo com suas rendas, e pertenças: e cõ
 a igreja de são Pedro: e Rotondella: e a mata: e o castello
 que chamão Luneta. O qual minha irmãa a rainha dona Orraca
 jaa antes lhe tinha dado, com todos os reguengos. *et c(ætera)*. Destas
 palavras faz entender, como digo, que dona Orraca foy
 rainha de Portugal algũs dias. E se o foy, não podia ser
 senão despoys da morte de seu pay, em quãto dom Anrique
 não chegou do caminho da terra sancta. Da qual terra, elle
 tanto q(ue) ouvio a morte de seu sogro, logo se partio para sua⁴⁸⁸ casa:
 por que, bem lhe pareceo, que sua cunhada e os castelhanos
 lhe havião de fazer, o que fezerão. ☉⁴⁸⁹ Tanto q(ue) dom Anrique⁴⁹⁰ chegou fez⁴⁹¹
 logo ajuntar seu exercito de portugueses, e lançou fora de
 Portugal a gente de dona Orraca: e foy tras elles atee Astorga:
 a qual lhe tomou, e cercou Lião: e pollos em tanto aperto,
 que vierão a partido. O partido foy, que lhe desse treguas
 de quatro meses, e se naquelles quatro meses não fossẽ
 socorridos, que se lhe darião: Naquelles quatro meses dona
 Orraca foy accupada na guerra, que lhe fazia seu marido
 rey de Aragão, e não lhe pode soccorrer: mas a fortuna
 lhe soccorreo: por que antes q(ue) se acabassem os quatro
 meses adoeceo dom Anrique, e faleceo de sua doença
 em Astorga. Diz o conde dom Pedro, no titolo septimo,
 parrafo quatro, que estando dom Anrique para morrer,
 em Astorga,

⁴⁸⁸ «partio para sua» está acima da rasura «veyo para».

⁴⁸⁹ Nota marginal: «E mays faz entender, q(ue) dona Tareyja foy esbulhada do que lhe deu seu pay. Tanto q(ue) dom Anrique».

⁴⁹⁰ O autor repete esta frase inicial, já escrita em nota marginal.

⁴⁹¹ «q(ue) dom Anrique chegou fez» está acima da rasura «que chegou fez».

Fólio 63v

em Astorga, mandou chamar seu filho dom Afonso anriquez
 ao cerco de Lião onde estava por elle:⁴⁹² e diz q(ue) lhe fez
 esta fala, que aqui trasladey nas proprias ↑palavras↑ que a⁴⁹³
 o⁴⁹⁴ conde escreveo, antigas, chãas, e graves:~

¶ Fala que o conde dom Anrique fez
 a seu filho dom Afonso anriquez estãdo
 para morrer:
 em Astorga.

✠

Filho, toda esta terra que teu deyxo, desde Astorga ataa
 Coimbra, não percas ende hum palmo, ca eu gaynhey
 com grão coyta. E filho, toma do meu coraçom algũa
 cousa, que sejas esforçado, e sejas companheyro aos filhos
 dalgo: e dalhes sas soldadas todas. E aos concelhos fazelhes
 honra: em guisa, como asom todos dereyto, assi os grãdes,
 como os pequenos. E faze sempre justiça: e guarda em
 ella piedade: ca se hum dia deyxares de fazer justiça hũ
 palmo, logo ao outro dia se arredara de ti hũa braça,
 e do teu coraçõ. E por ende meu filho tem semp(re) justiça
 em teu coraçõ, e haveraas deus, e as gêtes. Non cõsintas
 em nẽgũa guisa, que teus hom[ês]⁴⁹⁵ sejam soberbosos, nẽ atre-
 vidos em mal, nem façom pesar a nengũ, nem digom
 torto: ca tu perderias por ende o teu bom prez, se o nõ vedasses.
 E chama⁴⁹⁶ agora os de Astorga, mãdartey fazer a menagẽ da villa.
 E logo te torna, e não vas comigo mays que ataa fora da
 villa,

⁴⁹² «por elle» está acima da rasura «em seu lugar».

⁴⁹³ O «a» parece que está fora do contexto. Talvez seja uma possível rasura não efetuada por Fernão de Oliveira porque logo em seguida, na mesma linha, existe a rasura «elle». Assim, parece que o autor pretendia rasurar «a elle».

⁴⁹⁴ Parece que o autor adicionou posteriormente ao corpo do texto como forma de correção.

⁴⁹⁵ Conjectura: há uma pequena mancha sobre o final da palavra.

⁴⁹⁶ Alteração feita acima de uma rasura ilegível.

Fólio 64r

villa, e não perderaas, que daqui conquiriraas o de laa a diante. E manda a meus vassallos que me vom⁴⁹⁷ soterrar em sancta Maria de Bragga, que eu pobrey.

¶ Feyta esta fala, e ordenado seu testamento com saber, e ↑cõ↑ temor de d(eo)s, como quẽ elle era, recebeo o conde dom Anrique os sanctos sacramẽtos, no tal tempo necessarios⁴⁹⁸ de penintencia, cõmunhão, e extrema unção, com muyta devação: e deu sua alma a deos seu criador, com bos merecimentos. Fezerãose logo prestes os que havião de acõpanhar o seu corpo.⁴⁹⁹

E dom Afonso anriquez, sem embargo de lhe seu pay deixar dicto, que não ↑fosse↑ co elle, nem deyxasse a terra: por que conhecia a gente della, que não era segura, posto que lhe fizessem a menage que lhe tinhão feyta: toda via, movido de piedade filial, determinou de acompanhar o corpo de seu pay: e para isso tomou conselho com os seus, se o faria, por lhe não ser tão estranhado sair do mandado paternal.⁵⁰⁰ e elles, por q(ue) a obra parecia boa e piadosa, lhe dixerão que ↑o↑ fizesse, não lhes parecẽdo, que os da terra quebrarião⁵⁰¹ a menagem q(ue) lhe tinhão feyta com juramẽto.⁵⁰² Foy com seu pay atee Bragga: e mandoulhe fazer seu enterramẽto, e exequiaz cõ a põpa devida a tal princepe. Enterrarãono na see da dicta cidade, como elle mandou. Da qual see elle era padroeyro: por q(ua)nto a restaurou, e povoou, segũdo a cima dixee, na sobredicta fala. Acabado seu enterramẽto, tornouse dom Afonso anriquez cõ sua gente para Astorga. A qual achou rebellada, e entregue aos leoneses, que tambem quebrarãõ a fee das tregoas q(ue) tinhão assentadas⁵⁰³

⁴⁹⁷ Alteração feita acima de uma rasura ilegível.

⁴⁹⁸ Alteração feita acima da rasura «convenientes».

⁴⁹⁹ «o seu corpo» está acima da rasura «o corpo do conde».

⁵⁰⁰ Alteração feita acima da rasura «de seu pay».

⁵⁰¹ O final desta palavra foi alterado: «-rião» está sobre o final rasurado «-ssem».

⁵⁰² «com juramẽto» está acima de uma rasura ilegível.

⁵⁰³ Alteração feita abaixo da rasura «feytas».

Fólio 64v

assentadas cõ dom Anrique, por que o virão morto, e seu filho moço, e pouco espremêtado nas armas. Mas elle como bõ christão não quis proseguir a guerra de Astorga, nẽ Lião: por q(ua)nto havia muytas dissensões antre os christãos destas regiões: e estavam em termos de entrarẽ os mouros nellas, e fazerem muyto dano: por tanto desistio daquella guerra, e tornou p(ar)a Portugal: e foy ver sua mãy a Guimarães, onde estava velha viuva de pouco tempo, e solícita do que lhe podia socceder em tempo tão perigoso. Ella velha viuva, seu f(ilh)o moço, a terra toda revolta. E sobre tudo, o conde dom Fernão pirez de trava conde de trastamara alevantado.

¶ Este conde de trastamara dom Fernando era rico, e senhor de muytas terras, tanto que diz, que não havia outro na Hespanha tão poderoso como elle, senão os reys: por que diz que era⁵⁰⁴ senhor de Trastamara, donde antigamente foy senhor, e conquistador Aboazar ramirez filho delrey dom Ramiro o segundo: e seu filho dom Trastamiro, que da hi tomou este nome.⁵⁰⁵ Era Trastamara tudo o q(ue) agora he tralosmõtes, e muyto mays: por que diz, q(ue) era senhor de muytas terras. E mays diz que per sua pessoa era valeroso. Porem diz a⁵⁰⁶ cronica no quinto capitulo da quarta parte, que era mao homẽ, inquietador, e revoltoso. E por q(ue) vio esta terra desemparada quiserase alevantar co ella por que era ambicioso. Dom Afonso anriquez era muyto moço: dona Orraca tinha guerra com seu marido rey daragão, e com seu filho herdeyro de Lião, e de Castella: e os condes de Lara, e Candespina

andavão

⁵⁰⁴ «por que diz que era» está acima da rasura «e mays per sua pessoa».

⁵⁰⁵ Na sequência, a rasura «trastamiro»

⁵⁰⁶ Alteração feita acima da rasura «que».

andavão alevantados. Em especial dom Gomez cõde de Candespina, que segundo diz a cronica, queria casar com dona Orraca: e não soamente queria casar co ella, mas lançava fama, que erão casados: e co esta fama tomava posse de muytas terras com favor de seus amigos, e gente inquieta. [De]sta⁵⁰⁷ maneyra fazia em Portug(a)l aqu[...]⁵⁰⁸ dom Fernão pirez⁵⁰⁹ conde de Trrastamara:⁵¹⁰ o qual, por se empossar de Portugal lançou tambem⁵¹¹ fama, que era casado com dona Tareyja rainha deste reyno, molher que fora⁵¹² do conde dom Anrique. Mas a este resistio dom Afonso anriquez, com favor de deos, e companhia de Egas moniz de ribadouro, e Gonçallo mendez da Maya, e outros bõs portugueses. Resistio dom Afonso anriquez ao conde de trastamara dom Fernão pirez de trava, e prẽ-deo; e degradou-o de Portugal, e privouo das terras q(ue) tinha neste reyno, e sua provincia ϕ .⁵¹³ O qual conde, corrẽdose do rũy acõmetimento que acommeteo, e mao successo, q(ue) lhe nisso soccedeo, dizem, que se foy aa guerra de ultrama[r] na qual naquelle \uparrow t(em)po \uparrow se empregavão os cavalleyros christãos, e que nunca mays de laa tornou. Porem a mỹ não me p(ar)ec[e] q(ue) foy assi: por que no capitulo da cronica, que a cima alleguey, muytos annos despoys q(ue) dom \uparrow a(fons)o \uparrow Anriquez o lanç[ou] fora de Portugal, diz q(ue) elle andava na corte delrey dom Afonso Emperador da Hespanha: e diz que elle, e dõ Almeric de Lara acõselharão aaquelle emperador, que partisse os seus reynos

⁵⁰⁷ Há uma mancha cobrindo o início desta palavra.

⁵⁰⁸ Defeito na fotocópia impede a visualização do final desta palavra e de outras neste fólio, em linhas seguintes, igualmente postas parcialmente em conjecturas.

⁵⁰⁹ Alteração feita acima da rasura «de trava».

⁵¹⁰ Talvez por engano, o autor escreve esta palavra com dois «r» na primeira sílaba.

⁵¹¹ «lançou tambem» está acima da rasura «lançava».

⁵¹² Alteração feita acima da rasura «foy».

⁵¹³ Nota marginal: «onde se deve notar, q(ue) dõ Afonso anriquez tinha poder p(ar)a o privar como rey, por q(ue) ninguẽ lhas restituio, nẽ o emperador \uparrow a \uparrow que se elle acolheo.»

Fólio 65v

reynos per seus filhos, como fez Elrey dom Fernãdo o magno:
 e diz que lho aconselharão maliciosamête, para q(ue) houvesse
 antrelles dissensões, como houve antre os filhos de dõ
 Fernando: por que havendo dissensões antre os filhos
 do emperador, esperavão aquelles condes acrecentar
 seus estados: por que, segundo diz Sallustio na guerra
 de Catellina, os maos gaynhão nas envoltas, e p(er)das
 da reepublica, quando os bos perdem:~

¶ Capitulo quarto, de dona Tareyja viuva,
 e de como não casou despoys da morte do cõde
 dom Anrique seu unico⁵¹⁴ marido.

Neste passo desta hestorea metem os defamadores de dona
 Tareyja a tragedia dos seus casamêtos, e prisão, que elles
 inventarão: e dizem, que tanto q(ue) o conde dom Anrique
 faleceo, logo ella em continête sem⁵¹⁵ continência casou
 com dom Vermũy conde ↑de↑ Trava irmão de dõ Fernãdo
 conde de Trastamara. E mays dizem, q(ue) dom Fernando,
 estando ella cõ dom Vermũy lha tomou, e casou co ella,
 como em outro tempo Herodes tomou Herodias a seu
 irmão Philippe. E ainda dizẽ mays, que ella tinha
 hũa filha chamada tambem dona Tareyja, e que por
 contentar ambos os irmãos a deu a dom Vermũy em

seu lug(a)r:

⁵¹⁴ Alteração feita acima da rasura «primeyro».

⁵¹⁵ Alteração feita acima da rasura «casou».

Fólio 66r

seu lugar: e que tornãdo dom Afonso anriquez de Astorga achou jaa mãy casada cõ dom Fernando: o qual se pos logo em armas contra dom Afonso. A pressa, e desordem destes casamêtos mostrão ser mêtira o q(ue) dizem: e mostrão, que não olharão os bardulos mays que fatar suas maas linguas. A pressa foy, q(ue) em quinze dias ou vinte fazem estes casar hũa molher velha, e hõrada duas vezes. E a desordem foy que a casão premeyro com dom Vermũy: o qual era casado em Galliza, e não desejava casar com dona Tareyja em Portugal: por que elle tinha em Galliza hum bom estado, e era potestade, e não desejava o trabalho da cõquista de Portugal. Mas fezerão isto por afear mays o caso, e fazer, que casasse dona Tareyja com dous irmãos. Por que se casara premeyro com dom Fernando, não podera despoys casar com dom Vermũy: por quãto dõ Vermũy não era poderoso para a tomar a dõ Fernãdo. E se dom Afonso, quando tornou de Astorga achou jaa sua mãy casada com dom⁵¹⁶ Fernando de vagar em Guimarães, como elles dizem, e ella fora jaa casada com dõ Vermũy, não ha duvida, senão que fazem elles⁵¹⁷ muy apressados estes dous casam(en)tos por que dom Afonso não podia fazer mays detença no caminho, que quinze ou vinte dias: por quãto aquele caminho não he de mays tempo. De Bragga atee Astorga, e de Astorga a Guimarães não se pode gastar mays tempo. E que fosse

hum mes,

⁵¹⁶ Alteração feita acima de uma rasura ilegível.

⁵¹⁷ «fazem elles» está acima da rasura «forão».

Fólio 66v

hum mes, ou dous, ou tres, não he espaço para se dona Tareyja casar com dous maridos: os quaes tambem havião de ter antre si contenda, e gastar algum tempo nella.

E se nestes casamentos se gastou algũ tempo, claro estaa, que teve dom Afonso anriquez tẽpo para ajũtar a gente de Portugal, e fazer exercito contra o cõde dom Fernãdo. Quanto mays, q(ue) dom Afonso trazia consigo a gente do exercito que seu pay tinha sobre lião, e a que estava em Portugal, sabido estaa, que com dom Afonso se havia de ajuntar e não com dom Fernãdo, nem com dona Tareyja: por que bem sabião, que dom Afonso era seu capitão, e não dona Tareyja. E abastava para os portugueses não seguirem dona Tareyja fazer ella hũ tão grande desmancho, como elles dizem q(ue) fez, que⁵¹⁸ he casarse tão cedo duas vezes com dous irmãos: e mays sendo velha. Diz o conde dom pedro, no titolo trinta e cinco, falando de dona Sancha m(a)rtĩz de riba de Visella, q(ue) casou cõ Martĩ fernãdez de novaes, q(ue) as molheres honradas naq(ue)le t(em)po não⁵¹⁹ casavão despoys de viubar dentro em hũ anno. [E]⁵²⁰ se não casavão em hum anno, menos casaria dona Tareyja duas vezes em hum mes: e mays sendo velha, como digo. Ser ella velha per morte do conde dom Anrique seu marido, provase, por q(ue), como direy

logo a bayxo,

⁵¹⁸ Alteração feita acima da rasura «como».

⁵¹⁹ «naq(ue)le t(em)po não» está acima de uma rasura ilegível.

⁵²⁰ Conjectura: há uma mancha impedindo a leitura.

Fólio 67r

logo a bayxo, o cõde,⁵²¹ quando morreo, passava doytenta annos: e sua molher não devia ser muyto mays moça quelle. E que fosse mays moça vinte annos, passaria de sessenta: e sendo de sessenta, não he de crer, que seria tão incontínẽte, como elles dizẽ. Era tão velha dona Tareyja, que quando dom Afonso anriquez naceo desconfiavão della tornar a parir, e com receo de ficar sem herdeyro, fazião romarias e devações por sua saude delle. E dom Afonso, quando seu pay faleceo,⁵²² era quasi de vinte annos \oplus .⁵²³ Assi que era velha dona Tareyja quando viuvou: e não se deve crer q(ue) era desejosa de casar com tantos maridos em tão pouco tempo. Nem he verdade o que dizem de sua filha, com a qual dizẽ que dom Vermũy tornou a casar: por que não se lee q(ue) dona Tareyja tevesse tal filha: mas antes cõsta o contrayro p(e)lla doaçãõ da see do Porto, na assinatura da qual nomea duas filhas, que tinha soomẽte, e nenhũa dellas chamada dona Tareyja, como elles dizẽ, que se chamava aquella que dizẽ que casou cõ dom Vermũy despoys de sua mãy. Foy esta a mays torpe invençãõ de testemunho falso, que podião invẽtar gallegos com autoridade do bispo de⁵²⁴ Tue. Dous irmãos casados cõ hũa molher: e hũ delles cõ sua enteada.

Não ha

⁵²¹ «o cõde» está acima da rasura «elle».

⁵²² Alteraçãõ feita acima da rasura «morreo».

⁵²³ Nota marginal: «e suas irmãas erãõ mays velhas quelle, e nacerãõ premeyro quelle: e sua mãy quando o pario era jaa velha.»

⁵²⁴ «do bispo de» está acima da rasura «de dom lucas».

Não ha duvida, senão que os inventores desta força forão arrianos \oplus .⁵²⁵ E parece que forão os mesmos que dixerão, que dom Afonso anriquez espancava os legados do Papa: aos q(ua)es nisto responderey em seu lugar \uparrow q(ue) seraa \uparrow na historia da vida de dom Afonso anriquez. Quiserão estes ter princepes da sua septa: e dizer que dom Afonso anriquez também desobedecia ao Papa como elles desobedecião, e cõ isto encobrir sua culpa \oplus .⁵²⁶ Ou quiserão encobrir a culpa de dona Orraca com dona Tareyja: por que conta a a⁵²⁷ cronica geral que dona Orraca irmãa de dona Tareyja deyxou seu marido Rey daragão, e que fez guerra a seu filho: e que seu filho a prendeo nas torres de Lião. E conta, como se ella misturou de maa mistura com dom Gomez conde de Candespina: e com dom Pedro cõde⁵²⁸ de Lara. Isto se escreve no quarto capitulo da quarta parte da cronica geral mays per extenso: laa se pode ver: por q(ue) de laa he esta hestorea: e de laa tomarão nossos emulos argumento, para alevãtarem outro semelhante a dona Tareyja, dizendo q(ue) se misturara com outros dous condes, e que fezera guerra a seu filho, e que elle a prendera. Mas a cronica falãdo de dona Tareyja não faz menção algũa destes condes, nẽ de seus casamẽtos, nem da prisão de dona Tarey[ja].⁵²⁹ O que sem duvida fezera, se algũa cousa disso fora. Por q(ue) assi como

diz as

⁵²⁵ Nota marginal: «que naq(ue)lla terra habitarão».

⁵²⁶ Nota marginal: «mas ser isto mentira consta do breve de Alexandre terceyro q(ue) laa [ale]garey».

⁵²⁷ Esta repetição consta no fac-símile.

⁵²⁸ Por estar fora da margem, percebe-se que o autor inseriu esta palavra posteriormente ao corpo do texto.

⁵²⁹ O trecho «de dona Tarey[ja]» está acima da rasura «della».

Fólio 68r

diz as culpas, e prisão de dona Orraca sua rainha, também dizem as de dona Tareyja: mas não havia as taes culpas em dona Tareyja,⁵³⁰ por isso as não dixе. Disto hey de tornar a falar na vida delrey dom Afonso anriquez: por tanto não digo aqui mays: por que laa o hey de provar per testemunho de escripturas certas, e dignas de fee:~

¶ Capitulo quinto, do falecimento do conde dom Anrique, de suas condições e de quantos filhos teve, e em que estado⁵³¹ deyxou Portugal.⁵³²

Faleceo o conde dom Anrique no anno de Christo de mil e cento e doze, segundo as mays certas escripturas, e segundo outras, de mil e cento e dezassete: havêdo septêta annos q(ue) saira de Ungria, e oytenta e tantos q(ue) nacera. Foy homem temête a deos, e amigo de justiça com piedade, segundo parece da fala que fez a seu filho estãdo para morrer, que atras fica escripta. Foy devoto, e amigo da igreja, e das religiões: e por sua devação fundou, e restaurou, e dotou muytas igrejas, e mosteyros. Restaurou e dotou a see de Bragga, e a de Coimbra, e a do Porto, e a de Viseu, e a de Lamego. E diz que lhe deu com boas cartas as villas onde ellas estão. Donde parece que Bragga ficou sendo da igreja, como agora he. E dizem q(ue) fundou

o mosteyro

⁵³⁰ «em dona Tareyja» está acima da rasura «nella».

⁵³¹ «e em que estado» está acima da rasura «e como deyxou o»

⁵³² «deyxou Portugal» está acima da rasura «estado de Portugal».

Fólio 68v

o mosteyro de sancta cruz de Coimbra, e seu filho o acabou.

O qual mosteyro foy hũ dos principaes priorados da Hespanha em possissões, e rendas: por que das suas rēdas se daa de comer a dous bispados, e hũa universidade, e fica sufficiente mantimēto para hũ grande convēto de religiosos bem fartos. ¶ Quando o conde dō Anrique tornou⁵³³ da terra sancta, veyo⁵³⁴ per Constantinopla, da hi trouxe hũa grande reliquia, que he hũ braço de são Lucas evangelista, que lhe deu o Emperador daquella cidade: reliquia por certo muyto p(ar)a estimar: a qual pos na see de Bragga: onde estaa com muyta veneração. ¶ Foy o conde⁵³⁵ dom Anrique magnifico, prudente, eloquente, e de pratica aprazivel. Foy amado dos amigos, e familiares: e timido de seus contrayros. Foy bem desposto, de estatura mays que meãa, membros proporcionados, e aspeyto gracioso. Foy bom cavaleyro, de força, animo, e ardis e⁵³⁶ sagacidade. As armas que de principio trouxe erão campo branco, como então era costume dos cavalleyros noveys, atee elles per si gaynharem sua honra. E tanto que⁵³⁷ elle ganhou a sua nas terras de Portugal, tirando muytas dellas do poder dos mouros, tomou as armas antigas deste reyno, que erão hũa cruz azul em campo branco. Finalmēte, teve o conde dom Anrique tres q(ua)lidades,

quaes

⁵³³ Alteração feita acima da rasura «veyo».

⁵³⁴ Alteração feita acima da rasura «passou».

⁵³⁵ «o conde» está acima da rasura «aquelle».

⁵³⁶ Alteração feita acima da rasura «com».

⁵³⁷ «tanto que» está acima da rasura «assi como».

Fólio 69r

quaes convinhão para homẽ que deos escolheo para principio da restauração deste reyno, que por falta de principe, e capitão estava perdido, e cada dia se p(er)diamays: e per elle se começou a restaurar. Cuja patria, se a não sabemos certa na terra, somos certos que a tem elle segura no ceo: onde vive p(ar)a sempre:~

¶ Teve este conde dom Anrique hum filho, e duas filhas de sua molher dona Tareyja. O filho foy dom Afonso anriquez: que despoys foy Rey deste reyno. Ao q(ua)l deixou as terras de Portugal q(ue) lhe seu sogro deu em dote, e as que elle gaynhou. E deyxoulhas livres, como consta da fala q(ue) lhe fez estando para morrer. As duas filhas forão, hũa dona Sancha, que foy casada com dom Fernão mendez da Maya: que estaa nomeado na doação que dona Tareyja fez aa ordem de tẽplo do castello de Soure: na qual diz. *Ego comes Fernãdus donũ quod domina mea Regina militibus tẽpli donat, laudo, e concedo.* A outra filha se chamou dona Orraca. A qual não se lee se foy casada. Destas duas filhas soom(ente) faz dona Tareyja menção na doação da see do Porto: e não faz menção daquella, que seus diffamadores dizem que se chamava dona Tareyja: que⁵³⁸ devia ser algũa⁵³⁹ mostrenga, que elles quererão

fazer

⁵³⁸ Alteração feita acima da rasura «A q(ua)l».

⁵³⁹ Na sequência, a rasura «gallega».

fazer filha de dona Tareyja.⁵⁴⁰
 Teve tambem o conde dom Anrique
 outro filho, que não foy de sua molher, a q(ue) chamarão
 dom Fernão pirez, segundo parece pella doação, que
 dõ Afonso anriquez fez do couto ao mosteyro de cucujães.
 Este era o que dona Tareyja trazia consigo para seu
 conselho: por q(ue) era homẽ velho, e sesudo, e não era o
 de Trastamara⁵⁴¹ como⁵⁴² seus emulos dixerão, por q(ue) tambem
 se chamava Fernão pirez. Nem lho consentira dom
 Afonso anriquez: em especial, se a trazia presa, como
 elles dizem: por que era sua afronta. Como havia de
 consentir trazer mãy⁵⁴³ consigo seu barregão,⁵⁴⁴ que elle
 tinha lançado deste reyno? Em tudo se encontrão
 os⁵⁴⁵ bardulos: por que não considerão o que falão.
 Não olhão mays q(ue) aos nomes, e pollos nomes trocõ
 as pessoas.⁵⁴⁶ Por que o filho de dom
 Anrique⁵⁴⁷ se chamava dom Fernão pirez,
 o qual acompanhava dona Tareyja, dizem, que
 a acompanhava o conde de trastamara: por q(ue)
 este conde se chamava tambem Fernão pirez.
 Fezerão estes isto, ou por malicia, ou por ignorancia,
 como dizem q(ue) fez Mafamede, que era⁵⁴⁸ idiota, e por não
 saber as escripturas, nem a distincão dos tempos,

confundio

⁵⁴⁰ Na sequência há um trecho rasurado, que se inicia na metade desta linha e prossegue até metade da linha seguinte, que diz: «e se viesse aa mão, seria algũa cabaneyra.»

⁵⁴¹ O autor escreveu «Trastama». No entanto, rasurou apenas o seu final «-ma», pondo acima desta rasura a correção «-mara».

⁵⁴² Alteração feita acima da rasura «que».

⁵⁴³ «trazer mãy» está acima da rasura «sua mãy consigo». Na sequência de «trazer» há ainda a rasura «sua».

⁵⁴⁴ Alteração feita acima da rasura «rofião».

⁵⁴⁵ Alteração feita acima da rasura «estes».

⁵⁴⁶ Alteração feita acima da rasura «homẽs hũas por outras».

⁵⁴⁷ Alteração feita acima da rasura «Afonso anriquez».

⁵⁴⁸ «que era» está acima da rasura «era».

Fólio 70r

confundio duas pessoas bem defferentes co este nome Maria. Dixe que Maria irmã de Moyses fora mãy de Jesu chr(ist)o por q(ue) ambas se chamavão marias: mas confundiose com este nome Maria cuydando q(ue) ambas estas Marias erão hũa: por que era idiota, e não sabia, que de hũa a outra havia tempo de mays de dous mil annos. Assi se confundirão tambem os idiotas, que neste nome dom Afonso meterão dom Afonso Jordão, e dom Afonso anriquez, dizendo que ambos erão hum, por que se chamavão ambos dom Afonsos. E assi se confũdirão os que com este nome dom Fernão pirez quiserão fazer, que dona Tareyja trazia consigo em despecto de seu f(ilh)o⁵⁴⁹ o conde de trastam(a)ra. Mas não pode ser ↑se↑ ella andava presa, como elles dizẽ, e seu filho prosperava: e mays sendo aquelle conde⁵⁵⁰ degradado da terra.

¶ Fez o conde dom Anrique muyta guerra aos mouros que tinhão as terras de Portugal: dos quaes houve muytas victorias, e tomoulhe algũas das quaes⁵⁵¹ nos tinhão tomadas na beyra, riba de Coa, e terra de Goronho ↑e↑ atee⁵⁵² Astorga, como⁵⁵³ dixẽ. Sobre as quaes teve contenda com os leoneses, que lhas querião tomar, dizendo que lhe pertencião: mas elle lhas defendeo, e fez conhecer, que lhe não devião cousa algũa. E neste estado as deyxou a seu filho.

O qual

⁵⁴⁹ «em despecto de seu f(ilh)o» está acima da rasura «o consigo».

⁵⁵⁰ «e mays sendo aquelle conde» está acima da rasura «e se aquelle conde era».

⁵⁵¹ «das quaes» está acima de uma rasura ilegível.

⁵⁵² Acima desta palavra há uma rasura ilegível.

⁵⁵³ Alteração feita acima da rasura «segundo».

Fólio 70v

O qual no mesmo estado de liberdade as defendeo,
 e conservou, e as deyxou tambem⁵⁵⁴ a seu filho dom Sancho.
 Isto fezerão pay, e filho, e neto, e os mays descendêtes
 como os portugueses sem ajuda, nem favor de leoneses,
 nem castelhanos, que nunca jamays favorecerão a
 liberdade de Portugal, mas antes sempre a impu-
 nharão. Porem deos sempre a cõservou, e cõservaraa⁵⁵⁵
 como em nossos dias a confirmou Elrey dom Filippe,
 que viva muytos annos. Amen:~

¶ Acabouse o segundo livro da hestorea
 de Portugal per Fernandoliveyra:~

⁵⁵⁴ «deyxou tambem» está acima da rasura «entregou».

⁵⁵⁵ Na sequência, a rasura «Amẽ».

Fólio 1r⁵⁵⁶

¶ Começa o terceyro livro⁵⁵⁷ da cronica
de Portugal, em q(ue) se escrevẽ a vida e⁵⁵⁸
feytos heroicos delrey⁵⁵⁹ dom Afonso anriquez.

¶ Capitulo premeyro da vida delrey dõ
Afonso anriquez: no qual conta o seu
nacimẽto, aleyjão, e saude milagrosa:~

No anno da encarnação do filho de deos Jesu chr(ist)o⁵⁶⁰ de
mil e novêta e quatro, segundo a conta mays appro-
vada, na villa de Guimarães da commarca dantre
Douro e Minho, naceo o Iffante dom Afonso anriquez,
filho do conde dom Anrique, e da Iffante dona Tareyja
sua molher. Algũs dizem, que naceo este Iffante no anno
de mil e cento e septe: mas não pode ser: por que nacẽdo
nesse anno, ficava de cinco annos per morte de seu pay,
o qual morreo no anno de doze despoys de mil e cento:
e assi per essa conta, ficão os passos da sua hestorea desencõtrados.
Digo que não pode ser, que este Iffante nacesse no anno de
mil e cento e septe: por q(ue) quando seu pay morreo elle era
de tanta ydade, q(ue) seu pay lhe deyxou encomendado o regi-
mento e defensão do reyno, segũdo parece da fala q(ue) lha então
fez, como fica dicto na sua lenda.

¶ Naceo este Iffante aleyjado das pernas: tanto, q(ue) as não
podia

⁵⁵⁶ O autor reinicia a numeração dos fólhos.

⁵⁵⁷ «terceyro livro» está acima da rasura «segunda parte».

⁵⁵⁸ O trecho «em q(ue) se escrevẽ a vida e feytos heroicos delrey dom Afonso anriquez» está acima do longo trecho rasurado: «e sua antiguidade e nobreza: no q(ua)l se escrevẽ a vida delrey dõ Afonso anriquez [...] se trata as vidas, e feytos dos Reys deste reyno, desde Elrey dom Afonso anriquez atee dom Sancho o segũdo cham(a)do capello».

⁵⁵⁹ No documento «rey» está repetido.

⁵⁶⁰ «Jesu chr(ist)o» está acima de uma rasura ilegível.

Fólio 1v

podia bolir pouco nẽ muyto: por que não tinha [ne]llas⁵⁶¹ nervos,
 nem carne, senão ossos, e a pelle seca, sem humor, nẽ esp(ir)ito
 vital; que lhe desse movimẽto. De cuja cura todos os mestres
 desconfiarão, e dizião, que não tinha remedio algũ hu-
 mano: por que não tinha materea, em que as mezinhas
 naturaes podessem obrar. Mas sem embargo da desconfiãça
 dos mestres, hum nobre cavalleyro grande amigo do conde,
 per nome dom Egas muniz, tomou carrego da cr[ia]ção⁵⁶² do
 minino. Era este Egas muniz natural de Ribadouro,
 da linhagem de dom Muninho viegas o gascão, segundo
 escreve o conde dom Pedro no livro das linhagês, no
 titolo trinta e seys. Criou Egas muniz o minino dõ
 Afonso assi aleyjado atee ydade de cinco annos, fazendo
 por elle muytas romarias, e orações⁵⁶³ a deos, e a seus sanctos:
 e confiando na bondade e poder divino não cessava de lho
 encomendar, e pedirlhe saude, lembrandose daquella dou-
 trina sagrada,⁵⁶⁴ que diz. Pedi, e não cesseys de pedir:
 por que ante deos val muyto a petição do justo continuada.
 E justo he aquelle, que pede cousa justa, como he a saude
 do innocente, para q(ue) deos nella seja glorificado, como foy
 na deste Iffante. Fundado, e firme na fee desta doutrina
 dom Egas muniz, sendo seu criado dom Afonso de cinco
 annos, e ainda aleyjado o levou em romaria a hũa casa
 de nossa senhora, ↑q(ue) chamão de villa boa,↑ que estaa no concelho de Carquere ↑do↑ bispado
 de Lamego. Na qual igreja naquelle tempo deos p(e)llos mereci-
 mentos da virgẽ sagrada fazia muytos milagres, e dava
 saude

⁵⁶¹ Uma mancha cobre parte desta palavra.

⁵⁶² Uma mancha cobre parte desta palavra.

⁵⁶³ «e orações» está acima da rasura «e petições».

⁵⁶⁴ Alteração feita acima da rasura «evangelica».

Fólio 2r

saude a muytos doentes. Estava esta casa de nossa s(enh)ora perto da ribeyra do Douro, donde Egas muniz era natural, e morador: e por isso vierão a ella em romaria co aquelle minino, tão doente como era. Mandou Egas muniz dizer missas naquella⁵⁶⁵ casa de nossa s(enh)ora e fazer esmolos, e outras obras pias p(e)lla saude do Iffante dom Afonso, que de todos era desejada: isto per espaço dalgũas⁵⁶⁶ dias, que ahi esteve, como em novenas, q(ue) agora dizẽ: e estando hum dia ouvindo missa, no cabo della, chegarão o minino ao altar como he costume dos devotos; e dixerãolhe o evangelho de são Marcos, que começa. Ide pello mũdo universo, e pregay o evangelho a toda criatura: naquelle passo onde diz, e pondo as mãos sobre os doentes receberão saude, supitamẽte o minino se achou são, por que a palavra de deos não⁵⁶⁷ passasse sem⁵⁶⁸ effeyto: e alevantouse o minino sobre as pernas, q(ue) tevera aleyjadas: as quaes supitamẽte forão sãas, e chea⁵⁶⁹ de carne, e nervos, aquellas que havia muy pouco, que forão secas, e tolhidas. De improviso começou o minino andar⁵⁷⁰ sobrellas tão firme, e siguro, como se nunca as tevera doentes⁵⁷¹ por q(ue) a saude que deos daa, he muyto melhor, que a da natureza. Do q(ue) todos os que estavão presentes ficarão maravilhados,⁵⁷² e derão graças a deos. E logo dom Egas muniz com seu criado dom Afonso se partio para Guimarães, onde então estava o conde dom Anrique com sua molher a Iffante dona Tareyja. Os quaes forão muyto alegres co a saude de seu filho: e tanto mays forão alegres, quanto ella foy mays milagrosa, e desejada.⁵⁷³ Derão ella muytos louvores a deos nosso s(enh)or, e aa virgem gloriosa
nossa s(enh)ora,

⁵⁶⁵ Alteração feita acima da rasura «e fazer».

⁵⁶⁶ Transcrição de acordo com o documento.

⁵⁶⁷ Alteração feita acima da rasura «fosse verda».

⁵⁶⁸ «passasse sem» está acima da rasura «deyra com».

⁵⁶⁹ Alteração feita acima da rasura «chreas».

⁵⁷⁰ Na sequência, uma rasura ilegível.

⁵⁷¹ «as tevera doentes» está acima da rasura «fora doentes dellas».

⁵⁷² Alteração feita junto à rasura «vilha».

⁵⁷³ Alteração feita acima da rasura «não esperada».

Fólio 2v

nossa s(enh)ora, per⁵⁷⁴ cuja intercessão deos obrou aq(ue)lle milagre em seu filho. O povo fez grandes festas, com muyta alegria: e todos receberão contentamêto, e tomarão esperãça do que desejavão; que era ter Rey seu natural, apartado, como diz a cronica de autoridade do arcebispo de Toledo: por que entendião, que por falta, de ter Rey desta maneyra, estava este reyno perdido: por quãto os leoneses, e castelhanos o deyxavão perder, como cousa não sua. Rogavão a deos os portugueses p(e)lla vida do Iffante dom Afonso anriquez: e confirmavão nelle a esperãça que tinhão, segundo os sinaes que nelle vião, e deos nelle mostrava:~

¶ Crescia este⁵⁷⁵ Iffante em corpo, e animo: e mostrava, que deos o criava para grandes feytos, como ao diante por elle fez. Faziase disposto, e habil para as armas: as quaes então erão necessarias, e comprião aos principes: por que havia muytos mouros nesta terra, e ardia todo o mundo em guerra. Criava o dom Egas muniz muy estremado cavalleyro, e temête a deos: qual compria aa criação de príncepe em que deos punha o fundamêto de hum reyno tão nobre como o consistorio divino ordenava fazer este de Portugal, assi no temporal, como no espiritual. Per este reyno determinava deos abrir caminho a serem chamadas para o reyno do ceo muytas gentes, que estavam muy apartadas do conhecimento de Jesu chr(ist)o,⁵⁷⁶ e longe do estado de sua salvação, em Guinee, e no Brasil, e outras partes do mundo: das quaes os pregadores do reyno de deos não tinhão noticia,

e Portugal

⁵⁷⁴ Alteração feita acima da rasura «deos».

⁵⁷⁵ Alteração feita acima da rasura «o».

⁵⁷⁶ «apartadas do conhecimento de Jesu chr(ist)o» está acima da rasura «esquecidas da noticia».

Fólio 3r

e Portugal escolhido per deos p(ar)a isso lhe abrio o caminho. O qual louvor lhe não pode tirar a inveja de seus emulos.

¶ Teve titolo de Iffante dom Afonso anriquez: por q(ue) assi se chamavão naquelle tempo os filhos dos condes nestas terras da Hespanha. Assi se chamarão os filhos do conde de Lara dom Gonçallo gustios: estes se chamarão⁵⁷⁷ Iffante de Lara, e os filhos do conde de Carrião dom Gonçalo gonçalvez, que forão genros do cid Ruy diaz tambem assi se chamarão, por que erão filhos de condes, hũs e outros.

Usamse⁵⁷⁸ este costume naquelle tempo na Hespanha, como agora se usa na Italia chamar princepes aos filhos dos duques.

E por isso se chama ↑princepe↑ o filho do duque de Saboya.⁵⁷⁹ E o filho do duque de Parma⁵⁸⁰ tambem por isso se chama princepe.

Com o qual titolo se alterou hũa portuguesa em nossos dias, cuydando que era mays ser princesa de Parma, q(ue) duquesa de Bragança. Chamouse tambem dõ Afonso anriquez Iffante, por que era filho de dona Tareyja Rainha de Portugal, e neto delrey dom Afonso o seysto: que tambem foy Rey de Portugal. E tambem por parte de seu pay dom Anrique era neto dos Reys de Ungria: por onde tambem lhe pertencia o titolo de Iffante. Assi que per todalas vias lhe pertencia⁵⁸¹ este titolo. Tambem se acha q(ue) se chamou princepe em algũas assinaturas que fez em vida de sua mãy: a qual jaa então se chamava Raynha: e elle pollo acatamento q(ue) lhe tinha, se chamava princepe, mas ella chamavalhe Rey, como a bayxo se diraa. Algũs dizẽ que se

chamou

⁵⁷⁷ «estes se chamarão» está acima da rasura «chamarãose».

⁵⁷⁸ «Usamse» está acima da rasura «Era».

⁵⁷⁹ Alteração feita acima da rasura «Parma».

⁵⁸⁰ Alteração feita acima da rasura «Saboya».

⁵⁸¹ Alteração feita acima da rasura «era seu».

Fólio 3v

chamou duque: por que o arcebispo de Toledo dom Rodrigo em latim lhe chama *dux*, e *dux* latino em linguagem quer dizer capitão, e não quer dizer duque, como elles interpretão:⁵⁸² por que duque he appellido dhum estado grande muyto propinquo ao estado de Rey: e capitão he officio da guerra sem⁵⁸³ estado algũ, mays que guia de soldados nas suas ordenações. E isto quis dizer o arcebispo dom Rodrigo por desprezo, que dom Afonso anriquez era capitão dos portugueses, e não quis⁵⁸⁴ dizer duque: por que era estado de honra, que elle não queria dar a dom Afonso. Porẽ enganouse: por que muyta honra he ser capitão de bõs cavalleyros, como erão aquelles portugueses de que elle foy capitão: dos quaes a diante nomearey algũs:~ Era tanta hõra naquelle tempo ser capitão dos portugueses, que os Iffantes filhos de Reys de Lião vinhão residir em Viseu, e erão capitães dos portugueses, e co elles corrião as terras dos mouros, e fazião boas cavalgadas, e trazião ricas presas, como fica dicto.

¶ Capitulo segũdo, da idade em que o Iffante dom Afonso anriquez começou ser capitão dos portugueses, e ter cargo da guerra, e defensão da terra.

Estaa claro, que per falecimẽto do conde dom Anrique ficou seu filho dom Afonso anriquez encarregado deste

reyno

⁵⁸² Alteração feita acima da rasura «dizem».

⁵⁸³ Alteração feita acima de uma rasura ilegível.

⁵⁸⁴ Alteração feita acima da rasura «duque».

reyno: da govenança, defensão, e conquista delle, segundo consta da fala que lhe fez estando para morrer em Astorga. Donde tambem consta, que era jaa homẽ, poys o seu pay encarregou da guerra contra os leoneses: e da justiça para grandes, e pequenos: e que não era minino de cinco annos como algũs quizerão dizer. E a sua idade, segũdo as hestoreas que o fazem homẽ, era dezoyto annos: por que ellas dizem⁵⁸⁵ q(ue) naceo no anno de mil e novẽta e quatro, e que seu pay morreo no de mil e cento e doze: antre os quaes annos ha intervallo de dezoyto, que elle tinha de idade. Na q(ua)l idade, e antes della se acostuma dar aos princepes o regimẽto de suas terras: por que se hão de governar per cõselho de homẽs anciãos e prudentes, e não per si soos. E assi se governava dom Afonso anriquez per seu ayo dom Egas muniz, e per dom Soeyro, e dom Gonçallo mendez da Maya velhos honrados, e sisudos. E outros semelhantes a que o seu pay deyxou encomendado. E alem de tudo, elle, segundo diz o Papa Alexandre no seu rescripto, que a bayxo escreverey, tinha saber, e prudencia, que a graça celestial lhe deu para reger o povo q(ue) lhe entregou, como deu a Elrey Salamão sendo moço. Todavia sem embargo, que seu pay lhe deyxou encarregado o regimẽto da terra, elle teve tanto respeyto⁵⁸⁶ a sua mãy em quanto ella foy viva,⁵⁸⁷ que lhe deu a governança da terra, como consta das doações, e foraes, que ambos fizeram: e elle entendia na guerra, e conquista destas terras.

¶ A premeyra guerra que dom Afonso anriquez teve contra si
despoys

⁵⁸⁵ Alteração feita acima da rasura «naceo».

⁵⁸⁶ Alteração feita acima da rasura «acata-».

⁵⁸⁷ «foy viva» está acima da rasura «viveo».

Fólio 4v

despoyz da morte de seu pay foy de dom Fernão pirez de trava,
 conde ↑de↑ trastamara. Este dom Fernão, diz a cronica geral no
 capitolo quinto da quarta parte, que era homẽ revoltoso
 e metia desavêça, e contendas de morte antre os homẽs.
 E dizem as suas hestoreas, que era senhor de muytas terras:
 e per falecimẽto do conde dom Anrique quiserase empo-
 ssar das terras de Portugal, vendo como os Reys de Lião
 se descuydavão dellas, e as deyxavão em poder dhũa mo-
 lher viuva, e dhum mancebo seu filho dom Afonso anriquez
 e como era revoltoso, ordenou de revolver a terra, e lançou
 fama, que havia de casar com dona Tareyja ↑por quanto↑ ella não
 tinha quẽ lhe sustentasse seu estado, senão elle que era
 poderoso. E co esta figura de palavras subornou algũs por-
 tugueses interessados, que se lançarão co elle, e lhe entre-
 garão algũas terras, dizendo que era poderoso, e que os
 defenderia, e mays que os faria ricos, e sustentaria a
 guerra que ficava começada cõtra⁵⁸⁸ os leoneses: o que não podia fazer
 dom Afonso anriquez, que era muyto moço. Isto bem devẽ
 os homẽs discretos entender, que se não fez em quinze dias
 nem hum mes, que dom Afonso podia gastar em tornar⁵⁸⁹ de
 Astorga a Guimarães: mas que teve dom Afonso espaço,
 para se ver com sua mãy, e tomar posse das terras de seu
 pay, e ajuntar os bõs portugueses, e co elles fazer guerra
 ao conde dom Fernão: como de feyto fez, e o venceo, e prẽdeo,
 e degradou de Portugal, e lhe tomou as terras q(ue) nelle tinha.
 Dizem as suas hestoreas, que elle se foy aa guerra dultra

mar

⁵⁸⁸ «que ficava começada cõtra» está acima da rasura «contra contra».

⁵⁸⁹ «em tornar» está acima da rasura «em vir».

Fólio 5r

mar e não tornou de laa m(a)is⁵⁹⁰ mas o que se lee na cronica geral, não consinte ser isto verdade. Leese no capitolo, que a cima alleguey, q(ue) este dom Fernando de trastamara, despoys disto muyto tempo, andava na corte do Emperador da Hespanha dom Afonso orraquez: e se no tempo que diz a cronica, andava na corte do Emperador, claro estaa, que ou não foy a ultramar, ou tornou de laa: mas não tornou a Portugal.

¶ A segunda guerra, que teve, lhe fez seu primo dom Afonso orraquez, filho de sua tia dona Orraca. Neste tempo ainda este dom Afõso não era Emperador: mas erão ainda ambos⁵⁹¹ mancebos. A rezão ou achag(ue)⁵⁹² por que lhe fez esta guerra, dizem as hestorias falsas, que foy, por que dom Afonso anriquez tinha presa sua mãy dona Tareyja: mas isto he falso, como provarey a diante. E mays, se por isso lhe fezera guerra condenavase assi mesmo, que tambem tinha presa sua mãy dona Orraca nas torres de Lião: por que dicto he dos antigos. Torpe e feyo he ao que reprende, ser comprêdido na culpa que reprende. E poys⁵⁹³ dom Afonso rey de Lião tinha sua mãy presa,⁵⁹⁴ por que se mesturou com os seus cõdes de Lara, e de Candespina: feyo lhe fora fazer guerra a dõ Afonso anriquez por prender a sua⁵⁹⁵ por outro caso semelhãt[e.]⁵⁹⁶ Assi que não he de crer, que dom Afonso Orraquez fez guerra a dom Afonso anriquez p(e)lla prisão de dona Tareyja: mas fezilha p(e)llas terras de Portugal, que lhe quisera tomar se podera. A qual guerra ficava jaa começada do tẽpo do cõde dom Anrique: o qual despoys que veyo da terra sancta, lançou dona Orraca das terras de Portugal: e agora seu filho de dona

Orraca

⁵⁹⁰ «mar e não tornou de laa m(a)is» está acima da rasura «may».

⁵⁹¹ Alteração feita acima da rasura «macebos».

⁵⁹² «ou achag(ue)» está acima da rasura «rezão».

⁵⁹³ «E poys» está acima de uma rasura ilegível.

⁵⁹⁴ Na sequência ocorre a repetição desta palavra, porém foi rasurada.

⁵⁹⁵ Na sequência há duas rasuras: «p(e)lla» e, acima desta, «mãy».

⁵⁹⁶ Defeito na fotocópia.

Orraca a tornou a repetir. Ajuntou este dom Afonso orraquez hum grande exercito de Lião, Castella, e Galliza, cõ favor de seu padraсто Rey daragão: e entrava em Portugal pella parte de Galliza, per antre Monção, e Melgaço, per onde se chama Valdaves. Ali o foy esperar dom Afonso anriquez cõ os poucos portugueses, que tinha, e lhe deu batalha, e o venceu matandolhe muyta gente: e prendeolhe septe condes senhores de terras, e vassallagem. E elrey dom Afonso escapou⁵⁹⁷ ferido de duas lançadas: e fogio para Toledo.

¶ A terceyra foy outra, que lhe fez aquelle mesmo Rey dom Afonso seu primo, Rey de Lião, e de Castella,⁵⁹⁸ da hi a poucos dias. O qual tanto que foy são das lançadas, que lhe derão em Valdaves, tornou logo a refazer seu exercito cõ mays ↑gente↑, e força que da premeyra: e veyo sobre Guimarães, onde Dom Afonso anriquez estava ordenando de fazer guerra aos mouros.⁵⁹⁹ Sobre a qual villa assentou seu arrayal, e esteve algũs dias sem a combater. E passados poucos dias sem fazer cousa algũa, se alevantou, e foy para sua terra. Algũs dizem, que se foy, por q(ue) aquelles condes, que forão presos em Valdaves, e erão jaa soltos, lhe dixerão, que se não quisesse ver outra vez afrontado com dom Afonso anriquez: por quãto era mays animoso, e mays aventurado que elle: e tinha jurado de o matar na batalha: e co elle se tinhão apostados para isso os mays valerosos, e determinados cavalleyros, que então havia na Hespanha: que erão os mendez da Maya, e os munizes de Ribadouro, e outros q(ue) ficarão da companhia do conde dom Anrique seu pay: com os quaes elle ganhou muytas terras, e venceu m(ui)tas batalhas.

⁵⁹⁷ Alteração feita acima da rasura «foy».

⁵⁹⁸ Na sequênciа, a rasura «logo».

⁵⁹⁹ «ordenando de fazer guerra aos mouros» está acima da rasura «com sua mãy dona Tareyja».

Fólio 6r

batalhas. Outros dizem, que se foy, por certa astucia de dom Egas muniz, q(ue) lhe prometeo o que lhe não podia prometer contra a honra de seu princepe, e liberdade cõmum. Mas hora se fosse por medo do que lhe dixerão os seus condes, hora se fosse por parvoice de crer a Egas muniz, elle se foy sem fazer cousa algũa. E foyse por que tinha vontade de se ir, e não pelejar. Não tornou mays este Rey fazer guerra a Portugal, nẽ lhe pedio tributo, nem vassallagẽ: mas sempre despoys forão amigos, elle e dom Afonso anriquez, atee serem velhos, e casarẽ seus filhos, por bem de perpetuar a paz antre estes reynos. E ficou este Rey de Lião, e de Castella confessando nesta amizade, que lhe não devia Portugal cousa algũa: por que se lha devera, não deyxara de lha pedir, poys era poderoso; ainda que fora com dereyto muyto escuro: por que assi o fez a Navarra, e Aragão: contra os quaes buscou achaques, e fezlhe guerra atee os subjugar, e fazer seus vassallos. O que não fez a Portugal, por que não tinha dereyto algum contrelle:~

¶ Estas guerras teve dom afonso anriquez logo despoys da morte de seu pay: as quaes lhe fezerão leoneses e castelhanos. E com sua mãy não teve guerra algũa, nem com outros⁶⁰⁰ christãos em toda sua vida: por q(ue) o seu zelo era fazer guerra a mouros, e não a christãos: por isso sempre o deos ajudou. Com mour[os]⁶⁰¹ teve muytas guerras: e por que forão muytas, não se podem contar todas neste capitulo: e mays por que forão em diversos
tempos,

⁶⁰⁰ «com outros» está acima da rasura «com».

⁶⁰¹ Defeito na fotocópia.

Fólio 6v

e⁶⁰² não se podẽ as hestoreas infiar, sem meter outras cousas no meyo. Das quaes a premeyra he como se ouverão elle e sua mãy, e se teverão⁶⁰³ algũa guerra, ou defferença antre si.

¶ Capitulo terceyro, da paz e concordia em que viverão dom Afonso anriquez e sua mãy, em quanto ella foy viva.

Algũs escriptores, que escreverão a historia dElrey dom Afonso anriquez dixerão, que sua mãy dona Tareyja se alevantara com as terras de Portugal contra elle.⁶⁰⁴ Os⁶⁰⁵ quaes alem de terem muytos argumẽtos contra si, tem tambem escripturas de muyta autoridade, que os fazem mentirosos. Estas escripturas que digo são os cartorios das villas, e cidades, igrejas, e mosteyros deste reyno, nos quaes ha doações, foraes, e privilegios: e outras escripturas de muyta fee: que mostram dona Tareyja desdo falecimẽto do conde dom Anrique seu marido atee q(ue) ella morreo viver sempre em muyto amor⁶⁰⁶ com seu filho, e ser sempre delle muyto acatada. Das quaes apontarey aqui algũas: e os curiosos da verdade podem ver as mays nos originaes: por que não prevaleça a mentira: em especial contra a fama dhũa princesa christãa, e virtuosa. Não sey qual foy a consciencia do homẽ christão que começou, nẽ dos outros ↑q(ue)↑ prosequirão hũas tão torpes infamias,⁶⁰⁷ como poserão a esta senhora: por que ↑ainda q(ue)↑ fora verdade, por honra das

princesas

⁶⁰² O autor não repete a palavra do reclamo.

⁶⁰³ Alteração feita acima da rasura «hem».

⁶⁰⁴ Alteração feita acima da rasura «seu filho».

⁶⁰⁵ Antes, a rasura «dom Afonso».

⁶⁰⁶ Alteração feita acima da rasura «e paz».

⁶⁰⁷ Alteração feita acima da rasura «mentiras».

princesas de castella, donde ella era natural, não ouverão os seus cronistas de escrever o que escreverão della: por q(ue) sanctangostinho estranha a Vergilio poeta gentio alevãtar a Dido molher gentia o testemunho falso, que lhe alevãtou dos amores de Eneas, e diz, que soo por aquillo merecera aquelle livro ser queymado: quanto mays o livro, ou livros, que alevantão a hũa christãa boa christãa peccados enormes. Alevantão a dona Tareyja, que se alevantou cõtra seu filho, e que em poucos dias casou com dous irmãos: e logo em seu lugar deu sua filha a seu barregão. Não são estas cousas para homens christãos escreverem falsamente de hũa sua princesa christãa: da qual se acha ser honesta, e virtuosa. Foy tão singular princesa esta, que seu filho dom Afonso anriquez, sendo homem⁶⁰⁸ de mu[y]⁶⁰⁹ altos mimos, p(e)lla muyta virtude que della conheceo, e⁶¹⁰ bom saber, lhe entregou o regimẽto da terra, que lhe a elle seu pay encomẽdara: e ella ficou governãdo a terra, e elle defendendoa: por que se a elle não defendera, seus imigos lha tomarão. Não somẽte governou dona Tareyja as terras de Portugal em sua vida, mas tambem se chamou Rainha de Portugal.⁶¹¹

¶ Em⁶¹² quanto o conde dom Anrique foy vivo, dona Tareyja não se chamou rainha, nem governou: Iffante soomẽte se acha em algũas escripturas, que a chama o conde dom Anrique seu marido: porem elle governava, e não ella. No foral de Guimarães se acha, que a chama Iffante: no qual diz assi, no começo delle. Eu o conde dom Anrique, com minha molher a Iffante dona Tereyja. e *c(ætera)*. Mas despoys logo, tanto que o conde faleceo, ella se intitidou Rainha, e governou em paz sem contradicção de seu

filho:

⁶⁰⁸ Alteração feita acima da rasura «animoso».

⁶⁰⁹ Defeito na fotocópia.

⁶¹⁰ Alteração feita junto à rasura «lhe».

⁶¹¹ Na sequência, a rasura «Em».

⁶¹² O caldeirão medieval e a palavra «em» parecem ter sido adicionados posteriormente ao corpo do texto pelo próprio autor.

Fólio 7v

filho: segundo consta das doações, e foraes, e privilegios, q(ue) ella naquelle tempo, em quanto viveo deu a muytos lugares. Na doação, que ella pouco tempo despoys da morte de seu marido fez aa see do Porto, diz assi: Eu a Rainha dona Tareyja per consentimêto de meu filho dom Afonso, e de minhas filhas dona Orraca, e dona Sancha, com minhas proprias mãos roboro esta carta. *c(ætera)*. E nas doações que fez ao mosteyro de Egrijola, e aa villa da ponte: e outras muytas: em todas se chama Rainha. Algũs dizẽ, que era costume daquelle tempo todas as filhas dos Reys chamarse Rainhas. E outras mays bayxas se chamavão Rainhas, segundo se entende das comedias de Terencio. Porem⁶¹³ se assi fora, que no tempo de dona Tareyja se chamarão Rainhas as filhas dos Reys, tambem se ella assi chamara em vida de seu pay, e de seu marido. Mas não se chamou assi, senão despoys da morte dambos: por que então reynou ella, e governou como Rainha, per consentimêto de seu filho. Significar este nome rainha mays que Iffante, ou filha de rey, estaa bem claro, em hũu foral que em seu tempo Egas gõdisandis com seus filhos derão aos moradores de Cernachelhe: no qual diz assi em latim: *Ego Egas gondisandis cum filiis meis hanc cartam roboravimus regnãte in Portugallia Iffante Tarasia Regina*. Chamalhe Iffante, e Rainha, dando a entender, que o titolo de Iffante lhe pertencia por filha de Rey, e o de Rainha p(e)lla dignidade do reyno, que he mandar, e governar. E poys mandava, e governava, claro he que não estava presa, como dizem as chufas dos praguêtos: mas não o diz a cronica, a que nisto se deve mays credito, que a essas chufas. A qual

cronica

⁶¹³ Alteração feita acima da rasura «Mas».

Fólio 8r

cronica se assi fora tambem o dixera, como dixe de
 dona Orraca. E sobre tudo dos cartorios deste reyno
 e do breve do Papa, que a diante escreverey, consta q(ue)
 viverão em paz e amor, e honestidade mãy⁶¹⁴ e filhos
 desde logo sem entrevallo⁶¹⁵ despoys da morte do conde dom Anrique.
 Não fez dona Tareyja guerra a seu filho, nem elle a prêdeo:
 nem ella teve mays que duas filhas: das quaes nenhũa se
 chamou dona Tareyja, como elles dizem, q(ue) se chamava, a
 que dizem, que casou com dom Vermũy. Mal olharão os
 mentirosos como ordenavão.⁶¹⁶ Mas mentiras: por que dizem,
 q(ue) dom Vermũy casou premeyro com dona Tareyja a mãy,
 e despoys co a filha, e logo em breve despoys da morte
 de dom Anrique: e logo a mãy dizem que foy presa.
 Mas não podia ser: por que dom Vermũy estava longe⁶¹⁷
 em Galliza, e não podia vir a Guimarães fazer seus
 casamentos antes que dom Afonso anriquez chegasse.
 E mays a doação da see do Porto foy feyta no anno
 de mil e cento e vinte annos, oyto annos⁶¹⁸ despoys da morte
 do cõde, q(ue) morreo no anno de doze: e na feytura daq(ue)lla
 doação elles todos estavam juntos, e pacificos mãy e f(ilh)os,
 segundo consta da sua assinatura. Donde fica a mentira
 manifesta: por que ou se⁶¹⁹ fezerão logo os casamentos,
 e guerra, ou nunca⁶²⁰ se fezerão. Digo que se se não fezerão
 logo, que nũca se fezerão: por que a mãy e os filhos dali a m(ui)to t(em)po⁶²¹
 estavam em paz: e despoys dos casamẽtos nunca estiverão
 em paz: por que ella, segũdo dizem seus emulos sempre
 andou

⁶¹⁴ Alteração feita acima da rasura «e filhos».

⁶¹⁵ «sem entrevallo» está acima da rasura «despoys».

⁶¹⁶ Alteração feita acima da rasura «escrevião».

⁶¹⁷ Alteração feita acima da rasura «em».

⁶¹⁸ «annos, oyto annos» está acima da rasura «oyto annos».

⁶¹⁹ Na sequência, a rasura «não».

⁶²⁰ Alteração feita acima da rasura «não».

⁶²¹ «da li a m(ui)to t(em)po» está acima da rasura «despoys».

andou presa. Mas segundo a verdade, nẽ andou presa, nem
 tiverão guerra, nem ouve taes casamẽtos, nẽ foy desaca-
 tada de seu filho: mas antes tiverão tantos comprimẽtos
 hum cõ o outro, que elle lhe soltou a governãça da terra,
 e ella lhe chamava Rey, como se lee no foral da villa da
 ponte: no qual diz. Eu a Rainha dona Tareyja, e meu filho
 Elrey dom Afonso per nossas mãos roboramos esta carta.
 E⁶²² elle nas assinaturas que fazia sem sua mãy dizia.
 Eu o Iffante dom Afonso filho da rainha dona Tareyja cõ-
 firmo esta carta. Desta maneyra se tratavão, e não
 havia antrelles guerra, nẽ contendas. Onde temos tão
 bos testemunhos dos cartorios do reyno, não he bem q(ue)
 se leão hestorias apocrifas escriptas per homẽs idiotas diff-
 madores de tão virtuosa princesa, como foy dona Tareyja,
 e tão devota da religiãõ christãa, que jaa em vida de seu
 marido diz a cronica geral, que elle alevãtava⁶²³ igrejas, e as dotava
 per sua intercessãõ della: e fazia outras obras de boa christan-
 dade. Não soamente em Portugal, mas tambem em Roma
 era dona Tareyja conhecida por virtuosa, e illustre prĩcesa,
 que illustrava o seu estado e resplandecia antre as outras
 princesas christãas. E assi lhe chamão os sanctos padres sũmos
 pontifices, Alexandre tercio, e Celestino tercio nas con-
 firmações que concederão aa ordem do templo sobre as igrejas
 da Ega, e da Radinha,⁶²⁴ e de Pombal. Nas quaes antre
 outras boas ↑cousas↑ diz, Alexandre. *Relatum est auribus nostris, q(ue) cũ
 illustris memoriae ↑Tarasia↑ mater charissimi in Chr(ist)o filii n(ost)ri illustris*

Portugalliae

⁶²² Alteração feita acima da rasura «Porem».

⁶²³ Alteração feita acima da rasura «fazia».

⁶²⁴ Alteração feita acima da rasura «Ranginnha».

Fólio 9r

*Portugalliae regis Alfonsi.*⁶²⁵ *et c(ætera).* E Celestino diz. *V(est)ris justis postulationibus annuentes, silvam quam quondam illustris Portugalliae regina Tarasia in perpetuam eleemosinã domui v(est)rae concessit. et c(ætera).* Dão aquelles sanctos padres a dona Tareyja este titolo. Illustre. que a see apostolica acostuma dar a princepes, e reys, q(ue) com claros feytos illustrão seus estados: e por isso o derão a esta rainha dona Tareyja: por que ella illustrou o seu com virtudes e prudencia: e se ella fora infame, não lhe derão tal titolo, nẽ lhe chamarão illustre. E mays seu filho, homẽ de tão altos animos como elle era, se conhecera della algũa falta, das que dizẽ seus emulos,⁶²⁶ por onde desmerecera ser sua mãy, não se prezara de se chamar seu filho, como se chamava em sua vida, e despoys de sua morte. Despoys que ella morreo se chamava em suas assinaturas, filho da rainha dona Tareyja: o que não fezera, se se desprezara de ser seu filho, por seus maos feytos. Finalmẽte ella nũca foy infame, por incõtinencia⁶²⁷ de maos⁶²⁸ casamẽtos, nẽ fez guerra a seu filho por ambição, nem elle a prendeo: mas sempre viverão em paz e bõ amor. Isto se prova p(e)llas boas escripturas, q(ue) delles temos:~ ¶ Hum escrupulo quero tirar das imaginações dalgũs perfiosos, que por sua maa vontade, ou enganado entendimẽto querẽ aperfiar contra a fama de dona Tareyja, dizendo, que no foral da villa da ponte estão assinados dous condes chamados hum delles dom Fernãdo, e outro dom Gomez.

Os quaes

⁶²⁵ Na sequência, a rasura «Tarasiae».

⁶²⁶ Alteração feita acima da rasura «invejosos»

⁶²⁷ «por incõtinencia» está acima da rasura «nẽ fez guerra».

⁶²⁸ «de maos» está acima da rasura «a seu filho».

Fólio 9v

Os quaes dizem os perfiosos maldizentes, que erão pay e filho, dõ Fernão pirez de trava cõde de trastamara, e dom Gomez seu filho, tambem conde, segundo diz o livro das linhagês no titolo treze: onde diz, que este dom Gomez era conde, mas não diz donde. E com isto dizem mays, que aq(ue)lle cõde dom Fernão pirez de trava continuou no casamêto da rainha dona Tareyja: e que vivia co ella juntamente como marido com sua molher, e que assinava co ella nas doações, e foraes, que ella fazia. Porẽ quanto mays estes aperfião, tanto mays declarão seu engano, e condenão sua pertinacia: por que claro estaa, que se aquelle conde dom Fernão continuara no casamêto com dona Tareyja,⁶²⁹ e fora seu marido, que elle ouvera de ser a principal pessoa nos foraes, e nas doações, como era o conde dom Anrique no seu tempo. Mas aquelle dom Fernão, que estaa assinado naquelle foral da villa da ponte, não estaa ali como pessoa principal, senão astipulante, ou testemunha. Donde estaa claro, q(ue) não era marido de dona Tareyja: a qual ali fala, e faz como principal. Quanto mays, que ali estaa assinado dõ Afonso anriquez: o qual tinha degradado aquelle conde fora de Portugal: e não para crer, que o admitisse cõsigo naquella assinatura: por que era sua afronta. Assi que não era aquelle dom Fernando o conde de trastamara: mas era o filho do conde dom Anrique, que tambem se chamava dom Fernão pirez. O qual estaa assinado na doação, que dona Tareyja fez do castello de Soure aa

ordem

⁶²⁹ Alteração feita acima da rasura «Orraca».

ordem de templo. E tambem estaa assinado no foral de Tavares, que Elrey dom Afonso anriquez deu no anno de mil e cento e sessenta e sete, muyto despoys da morte de dona Tareyja: por que todos dizẽ, que ella não viveo despoys do conde dom Anrique mays de treze ou quatorze annos. O conde dom Gomez, que assinou no foral da villa da ponte, não foy o filho de dom Fernãdo de trava: mas foy o conde dom Gomez nunez de Pombeyro filho de dom Nuno de cela nova, de que faz menção o livro das linhagẽs no titolo trinta e sete. Esta he a verdade, e os contrayros de dona Tareyja as querẽ confundir co a semelhãça dos nomes dos seus condes:~ mas não poderão, se ouver nisto diligente exame, e boa tenção, sem bardularia precipitada.

¶ Govern(an)do dona Tareyja as terras de Portugal, seu filho dom Afonso anriquez fazia guerra aos mouros da beyra, e da estremadura. Neste tempo tomou Leyrea, e Porto de moos, e Torres novas. Não nomeã os escriptores⁶³⁰ mays lugares que dom Afonso anriquez tomasse; de Sanctarem atee Coimbra. E da beyra nenhum nomeão que tom(a)sse. Pollo que me parece que os outros estavam ainda povoados de christãos, posto que vivessem⁶³¹ debayxo do senhorio dos mouros: por que havia pouco tempo, que os mouros os tomarão: e não se pode logo⁶³² em breve despovoar a terra de hũa gente, e povoar doutra. No quarto capitolo da terceyra parte da cronica geeral da Hespanha diz Elrey

Dom A[fonso]⁶³³

⁶³⁰ «Não nomeã os escriptores» está acima da rasura «Nomeao os hestoreadores».

⁶³¹ Alteração feita acima da rasura «estevessem».

⁶³² Na sequência, a rasura «de».

⁶³³ O restante da palavra foi apagado, talvez ocasionado por algum tipo de umidade.

Fólio 10v

dom Afonso, que antre os mouros havia christãos, que pagavão tributo aos reys mouros senhores da terra. E no ultimo da segunda⁶³⁴ parte diz, que em Toledo ficarão os moçarabes enganados p(e)llo arcebispo Orpa. E nas terras do grão turco, ainda morão os christãos, que moravão antes que as o turco⁶³⁵ tomasse.⁶³⁶ As quaes facilmente se darião aos reys christãos, se as conquistassem. Assi parece que havia em Portugal terras que ainda estão povoadas de christãos, em especial nas comarcas da beyra e estremadura, que havia pouco t(em)po que os mouros tinham, e não ↑as↑ podião povoar⁶³⁷ tão asinha. Digo, que havia pouco tempo, que os mouros tinham tomadas as terras da ↑nossa↑ estremadura, ao menos de Sanctarem atee Coimbra: por que sabemos, q(ue) havia pouco, que Sanctarẽ fora delrey dom Garcia, e de seus irmãos [dom] Sa[nc]ho,⁶³⁸ e dom Afonso: em cujo tempo deste dom Afonso parece que se perdeu sanctarem, e algũas⁶³⁹ terras atee Coimbra: mas não se perdeu tudo, por q(ue) logo soccorreo dom Anrique, ao qual se entregavão os lugares em q(ue) ainda moravão os christãos, por q(ue) os mouros não podião logo povoar tudo. E assi se entregavão a dom Afonso anriquez: e por isso os não nomeão os escriptores. Porem sem embargo de os não nomearẽ, dom Afonso anriq(ue)z os acabou de tirar do poder dos mouros: ou ao menos os emparou, que se não acabassem de perder: por q(ue) os leoneses, e castelhanos deyxavão perder o q(ue) p[ert]ẽcia⁶⁴⁰ a Portugal, em quanto dom Anrique, e seu filho dõ Afonso lhe não acudirão. Acupouse dom Afonso ã defender, e cobrar as terras de Portuagal em quanto

sua mãy

⁶³⁴ Alteração feita acima da rasura «da sega».

⁶³⁵ «o turco» está acima da rasura «tomasse».

⁶³⁶ Alteração feita acima da rasura «o turco».

⁶³⁷ Alteração feita acima da rasura «povoalas».

⁶³⁸ Algumas manchas cobrem partes das palavras.

⁶³⁹ «e algũas» está acima da rasura «e as».

⁶⁴⁰ Uma mancha cobre parte da palavra.

sua mãy foy viva, que forão treze ou quatorze annos,
 despoys da morte de dom Anrique como fica a cima dicto.⁶⁴¹
 ¶ Neste tempo dizem as tragedias dos diffamadores
 de dona Tareyja, que seu filho a trazia presa, e que
 da prisão ella fez queyxume por hum bispo⁶⁴² ao Papa Eugenio
 tercio de seu filho dom Afonso anriquez, por q(ue) a trazia
 presa. E sobre isto dizem q(ue) aquelle Papa mandou caa hum
 cardeal, que lhe amoestasse, que soltasse sua mãy, e elle a⁶⁴³
 não quis soltar. E mays dizem q(ue) tomou o cardeal p(e)llo cabeção
 e o espantou, e o esbulhou. E dizẽ que fez hum bispo negro.
 Negra seja a vida de quem taes mentiras escreve.⁶⁴⁴ Por q(ue)
 olhando bem o discurso das cousas, nenhũa destas pode ser
 verdade: por que errado o principio, tudo o mays q(ue) elles
 querem inferir delle fica errado. O principio he, que⁶⁴⁵
 ella fez queyxume de seu filho ao Papa Eugenio tercio:
 e isto he impossivel: por quanto ella não era viva no tẽpo
 daquelle †Papa† Eugenio tercio: por q(ue) ella faleceo no anno de Chr(ist)o
 de mil e cento e vinta cinco ou vinta seys,⁶⁴⁶ e o Papa Eugenio
 tercio foy eleyto em Papa no anno de mil e cento e cinco-
 enta e dous. Então começou ser Papa, e presidir na igreja
 de deos, e não concorreo com dona Tareyja para ouvir
 seu queyxume, e mandar caa os seus legados a escomũgar
 dom Afonso. O qual sempre foy bom christão, e obediente
 aa sancta madre igreja: e por⁶⁴⁷ tal foy louvado dos summos
 pontifices: como se veraa em hum breve de Alexandre
 tercio, que a bayxo escreverey em seu lugar. E dom Afonso
 anriquez não tinha necessidade de roubar o cardeal legado,
 por quanto

⁶⁴¹ Toda esta linha foi alterada acima da rasura «como fica dicto, despoys da morte de dom Anrique».

⁶⁴² «por hum bispo» está acima da rasura «de seu filho».

⁶⁴³ Alteração feita acima da rasura «não».

⁶⁴⁴ Alteração feita acima da rasura «inventa».

⁶⁴⁵ Na sequência, a rasura «ella».

⁶⁴⁶ «cinco ou vinta seys» está acima da rasura «sete ou vinta oytos».

⁶⁴⁷ Alteração feita acima da rasura «foy».

Fólio 11v

por quanto estava rico com muytas presas, que cada dia tomava nas terras dos mouros, que escalava: e nos exercitos q(ue) desbaratava: e não esperava sair de Lazeyra com quatro cruzados de bayxella e despesa do cardeal. Dom Afonso anriquez edificava, e dotava mosteyros sumptuosos: e davalhe villas, e terras de muyta renda, como fez a sancta cruz de Coimbra, e a são Bernaldo dalcobaça: e despoys a são Vicente de fora em Lisboa. E a começou em Portugal a ordem de Ucles, q(ue) he a de Sanctiago. E deu aa ordem do espirital de são João de Jerusalem tres mil marcos douro pera comprarẽ herdades para os enfermos do espirital, segũdo diz o cõde dom Pedro no titolo septimo do livro das linhagẽs. Quem estas e outras obras pias, e esmolaz fazia, não se deve crer q(ue) tinha necessidade da bayxella do cardeal. E se dizem, que o fez por travessura, tambem não tem rezão: por que as travessuras são obras dhomẽs ociosos, e arrapazados: e dom Afonso anriquez não teve condiçãõ algũa destas: mas⁶⁴⁸ antes foy sempre acupado em causas grandes, e de altos espiritos, como parece de sua vida, que foy toda acupada em serviço de deos, e proveyto da reepublica christãa, e sancta madre igreja, e seus sacerdotes, e ministros: aos quaes deu, e acrecẽtou mâtimentos, e rendas, e não lhe tomou suas fazẽdas, nẽ os injuriou, nem afrontou: mas antes sempre os honrou, e acatou: e por isso o louva o sancto padre no seu breve, e lhe chama devoto, e obediente filho da sancta madre igreja. Elrey dom Afonso de Castella na quarta parte da sua cronica

geral,

⁶⁴⁸ Alteração feita acima de uma rasura ilegível.

geral com autoridade do arcebispo de Toledo dom Rodrigo diz bem de dom Afonso anriquez, e não mistura co isto falta, nẽ doudice algũa daquellas, que o vulgo delle conta: o q(ue) fezera, se forão verdades: por q(ue) assi o fez contando as cousas de dom Afonso Rey daragão, marido de dona Orraca: do qual diz, que sendo rey da terra roubou as igrejas della: e assi dixerá destoutro, se roubara o cardeal: e se fezera o b(is)po irregular, que era erro muy grave,⁶⁴⁹ e para estranhar.

Estranha aquella cronica em dom Afonso anriquez cousas pequenas: muyto mays estranhara [...] ⁶⁵⁰ grandes, se as nelle ouvera. Se dom Afonso anriquez fora patricida contra ⁶⁵¹ sua mãy, se fora sacrilego contra o cardeal, e contra a dinidade episcopal, tambem o dixerá, poys lhe estranhou, ⁶⁵² que se atrevera a fazer guerra a dom Fernãdo seu genro Rey de Lião. Diz no capitulo quinto, no parrafo do premeyro rey de Portugal. Este rey dom Alfonso outrosi atreveose a lidar com Elrey dom Fernando de Lião. Diz isto, como que era muyto atreverse a lidar cõ o cachorro ⁶⁵³ tendo o Lião. Não era muyto lidar cõ dom Fernando Rey de lião soo ⁶⁵⁴ poys ⁶⁵⁵ tinha vencido em valdaves a seu pay Rey de Lião, e Castella. Tambem lhe estranha dar a obediencia ao Papa: mas isto lhe ouvera de louvar: por que he virtude christãa. E quẽ nelle arguy ⁶⁵⁶ a obediencia da igreja, tambẽ lhe estranhara a desobediencia, se a nelle achara. Mas não ouve em dom Afonso anriquez desobediencia, nem desatamento, nem travessura algũa das que dizem seus cõ-

trayros:

⁶⁴⁹ «erro muy grave» está acima da rasura «cousa muy notavel».

⁶⁵⁰ Alteração feita acima de uma rasura. Ambas ilegíveis.

⁶⁵¹ Alteração feita acima de uma rasura ilegível.

⁶⁵² «lhe estranhou» está acima da rasura «dixe, que».

⁶⁵³ «o cachorro» está acima da rasura «o filho».

⁶⁵⁴ «Rey de lião soo» está acima da rasura «filho de dõ»

⁶⁵⁵ No início da linha, duas rasuras, uma sobre a outra: «soo» e «Afo».

⁶⁵⁶ «nelle arguy» está acima da rasura «lhe estranha».

Fólio 12v

trayros: nem as dizem delle os bos escriptores, como he
 Elrey dom Afonso: e os que as dizẽ, não provão o q(ue) dizẽ.
 Finalmẽte, no tempo em que as chufas contão tra-
 gedias de dom Afonso anriquez, e de sua mãy, elle
 andava acupado em lançar os mouros das terras de
 Portugal: e ella em fazer igrejas, e mosteyros ↑ e governar a terra ã paz↑. Na q(ua)l paz e
 acupação ella adoeceo,⁶⁵⁷ e faleceo dando sua alma a deos. E
 seu filho a enterrou com a honra que lhe devia, na see
 do Porto, no anno de mil e cento e vinta cinco, do nacimiento
 de nosso senhor Jesu christo, com quẽ viva para sempre. Am(em).

¶ Capitulo quarto, em que diz, que fez
 o Iffante dom Afonso anriquez despoys da
 morte de sua mãy:~⁶⁵⁸

Despoys que a Rainha dona Tareyja morreo, o Iffante
 seu filho se foy para Coimbra, onde tinha o assento de
 sua corte: para da hi dar ordem ao regimẽto do reyno.
 O qual da parte de Lião e Castella estava quieto: por
 que despoys que Elrey de Castella se alevantou do cerco de
 Guimarães, nunca mays fez guerra a Portugal. Diz o cõde
 dom Pedro no titulo sete do livro das linhagẽs, que despoys
 q(ue) tomarão a dõ Afonso anriquez⁶⁵⁹ a terra de Lião, que elle tinha por sua, elle
 mandou

⁶⁵⁷ Alteração feita acima da rasura «faleceo».

⁶⁵⁸ Na sequência, ocupando esta linha e prosseguindo pela linha posterior, há a seguinte rasura após dois pontos: «e conta da batalha, e victoria do campo dourique».

⁶⁵⁹ «q(ue) tomarão a dõ Afonso anriquez» está acima da rasura «que lhe tomarão».

mãdou desafiar o emperador, mas que logo lhe tornou enviar o seu amor. Donde parece, que fezerão algum concerto, que durou antrelles em quanto viverão: por que sempre escreverão em paz, e casarão seus filhos hum com outros⁶⁶⁰ despoys que forão de idade para casar, que foy da hi a muyto tempo: por q(ue) ainda então erão solteyros, e não tinham filhos. Co este concerto, e amizade se apartarão, e forão cada hum para seu reyno. Dom Afonso orraquez se foy para Toledo, e da hi fazia guerra aos mouros da mancha, e da Vandaluzia: e aos Reys de Navarra, e Aragão. E dom Afonso anriquez fazia guerra aos mouros dalentejo, e do Algarve, e do reyno de Cordova, que se estendia pellas commarcas, que rodeão Portugal.

¶ Dizem, que neste comenos hum Rey mouro da terra de Lucena chamado Achi ajuntou de suas terras, e de seus vezinhos hum grande exercito, em que segundo commum estimação haveria trezentos mil mouros, e veyo sobre Coimbra onde estava dom Afonso anriquez, e a cercou, e começou a combater: mas por o assento⁶⁶¹ da cidade ser forte não lhe fazia dâno algum, antes o recebia: por que dom Afonso anriquez fazia muytos assaltos no arrayal de dia e de noyte: e matava muytos mouros: os quaes vendose maltratados deyxavão o arrayal, e hiãose para suas terras. E o mouro Achi vendo o danno q(ue) padecia, e o perigo em que encorreria, se ali esperasse, determinou alevantar o cerco, e foyse. Sentindo dom Afonso anriquez que fogião os mouros saio tras elles, e foy matando ↑nelles↑ dous dias, atee entrar nas suas terras. A gente
da cidade

⁶⁶⁰ «hum com outros» está acima da rasura «da hi a muyto tempo».

⁶⁶¹ Alteração feita acima da rasura «forte».

da cidade⁶⁶³ ficou recolhendo o arrayal: no qual se achou muyta riq(ue)za em dinheyro, e roupa, e mantimêtos. Os quaes diz que erão tantos, que abastecerão a terra [...],⁶⁶⁴ que valião cinco quarteyros de trigo hum maravedi douro: e dous moyos de vinho outro tanto. Moyo de vinho era reção que se dava a hum homẽ para hum mes dandolhe hũa canada por dia: e por esta conta dous moyos erão sessẽ[ta]⁶⁶⁵ canadas, que são ↑agora↑ cinco almudes,⁶⁶⁶ a doze canadas por almude. Os quarteyros de trigo tinhão dezasseys alqueyres cada hum: por que este numero dezasseys era corrẽte⁶⁶⁷ antre os antigos, por ser numero muyto partivel, e multiplicavel. O maravedi douro naquelle tempo valia mais⁶⁶⁸ que hum cruzado agora: por que erão no marco sessenta maravedis. Agora ha mays cruzados no marco, e menos valia no ouro.⁶⁶⁹ Declarey estas valias, e medidas, por se saber, quanto foy o barato naq(ue)lle tempo.

E tambem por se entenderem algũs passos das escripturas⁶⁷⁰ antigas deste reyno, que falão destas cousas:~

¶ Por que esta⁶⁷¹ me convida a falar das livras de moeda, de que falão as nossas⁶⁷² escripturas antigas, e foraes, e instituições de capellas, e morgados, e moradias,⁶⁷³ e assentamêtos: na valia das quaes livras se confundem muytas pessoas, e não sabem applicar a valia dellas aas moedas q(ue) agora correm: em especial, por que a ordenação não declara isto bem: quero dizer quãtas maney↑ras↑ ha de livras de moeda, e de quaes dellas usarão os nossos antigos. Duas maneyras

⁶⁶² O autor não marca a numeração deste fólio, nem o inclui na contagem. O fato de tê-lo inserido aqui como «fólio 13r₁» é apenas como forma de identificação na edição do texto.

⁶⁶³ «da cidade» está à margem do texto, parecendo que foi adicionado depois pelo próprio autor.

⁶⁶⁴ Há uma palavra ilegível acima da rasura «tanto».

⁶⁶⁵ Defeito na fotocópia.

⁶⁶⁶ Na sequência, a rasura «agora».

⁶⁶⁷ Antes desta palavra, a rasura «muyto».

⁶⁶⁸ Alteração feita acima das rasuras «menos» e «pouco».

⁶⁶⁹ Alteração feita acima da rasura «cruzado».

⁶⁷⁰ De acordo com a informação de Franco (2000: 439), em nota de rodapé, Fernão de Oliveira — a partir desta linha, em uma “folha solta”, com a extremidade colada ao fólio — escreveu um longo trecho no intuito de acrescentar informações.

⁶⁷¹ Na sequência, duas rasuras: «hestorea» e, acima desta, «materea».

⁶⁷² «falão as nossas» está acima da rasura «tambem falão as»

⁶⁷³ «e morgados, e moradias» está acima da rasura «e rendas».

de livras de moeda ha nas terras com q(ue) temos commercio⁶⁷⁴ hũa se chamão Turonêses, e outras Osterlinas. As turo-nenses se chamão assi, por que teverão seu principio de Tours cidade de França, donde são Martinho foy bispo. Estas valem em França cada hũa vinte soldos: e o soldo de França he tanto como⁶⁷⁵ em Portugal meyo vintem, e vinte soldos valem dous tostões, que são hũa livra turonêse, e são meyo cruzado: e per consequente hum cruzado val duas livras turonenses: e hum cruzado he hũa oytava de hũa onça douro. Donde resulta, que hũa livra destas turonêses he a dezassesena parte de onça. Esta he a mays commoda partição que os antigos fezerão das moedas. E para mays commodidade da reepublica dividirão a livra em vinte partes, e a cada parte chamarão soldo. E ainda esse soldo partirão em outras partes mays meudas, como dinheyros, e mealhas, e outras. Destas livras turonêses se faz menção nas letras apostolicas de [Ro]ma:⁶⁷⁶ e chamãose

livras de

⁶⁷⁴ «com q(ue) temos commercio» está acima da rasura «nossas comarcaas».

⁶⁷⁵ «he tanto como» está acima da rasura «val».

⁶⁷⁶ Uma mancha cobre parte da palavra.

Fólio 13v⁶⁷⁷

livras de soldos. As outras livras a que chamão osterlīs tomarão este nome de Osterlinga provincia de Alemanha a bayxa, donde tem seu principio: e usãose na dicta provincia, e outras suas cõmarcãs. Chamãose⁶⁷⁸ estas, livras de grossos, por que cada hũa val vinte grossos, como as turonêses valem vinte soldos. Grosso he hũa moeda de prata q(ue) corre naquellas terras, e val tanto como quatro vintês de Portug(a)l: e per consequente a libra de grossos val quatro cruzados. Estas nunca se usarão nesta terra, nem se entendem dellas as nossas escripturas antigas: nem tão pouco as letras de Roma:~

¶ Este nome libra tem muytos significados, e o⁶⁷⁹ p(ri)ncipal he dos braços da balança, quando estão iguaes com iguaes pesos. E da igualdade daquelles braços se chama tambem libra a planicia⁶⁸⁰ da aogua, quãdo estaa queda, e igual. E por que p(e)llas moedas se jastificão os commercios e commutações das cousas, assi como p(e)llos pesos das balanças, chamão tambem libra algũs numeros de moeda, como fica dicto. Pollo que Sanctagostinho, na homilia de são Johão, diz que a libra do ingoento, com q(ue) a Magdalena ungio os pees de Jesu christo em casa do fariseu, significa justiça, com que se justificou a peccadora ante deos, e cõmutou o muyto que devia com a sua grãde humildade.

¶ No primeyro livro das ordenações, e leys deste reyno, do titolo do almotacel mor cõsta, q(ue) valeo antigamẽte nesta terra o alqueyre do trigo a quatro r(ei)s donde parece bẽ claro, q(ue) as moradias, e mãtimetos, q(ue) agora parecẽ pequenos, então abastavão⁶⁸¹ para manter os homẽs. Isto não ha muyto tempo: por que:~ *c(ætera)*. eu conhecy.⁶⁸²

¶ Capitulo quinto, da famosa batalha,
e utilissima victoria do campo dourique:~

¶ Antre nos tem grande fama a batalha do cãpo douriq(ue),
e com

⁶⁷⁷ O autor não segue uma ordem lógica de numeração para os fólhos.

⁶⁷⁸ Na sequência, a rasura «tambem».

⁶⁷⁹ «e o» está acima da rasura «dos quaes».

⁶⁸⁰ «a planicia» está acima da rasura «a superficie».

⁶⁸¹ Alteração feita acima de uma rasura ilegível.

⁶⁸² Este trecho, dentro da linha pontilhada, parece ser uma anotação feita em papel solto e colado sobre o fólho. Franco (2000, p. 439) confirma essa suspeita em nota de rodapé.

e com rezão: por que alem della ser muy arriscada,
e milagrosa, nella acabou deos de excluir de Portugal
a posse, que os mouros nelle tinhão. A ordem della foy
desta maneyra. Estando dom Afonso anriquez em Co-
imbra no anno da encarnação do filho de deos de
mil e cento e trinta e nove, no mes de Mayo, dous
anos despoys da fogida de Achi Rey de Lucena,
ouvio dizer, que Ismar Rey de Cordova cõ outros
quatro Reys mouros seus vezinhos se fazião prestes para
o vir buscar a Coimbra, e fazerlhe guerra cõ muyta
gente que trazião: antre os quaes vinha aquelle
Achi; q(ue) deyxara o anno traspassado o cerco de Co-
imbra. Era aquelle Ismar Rey de Cordova o mayor
Rey de⁶⁸³ mouros, que então havia na Hespanha: por q(ue)
o reyno de Toledo era jaa desfeyto per Elrey dom Afonso
seu avo de dom Afonso anriquez. Sabendo dom Afonso
anriquez, como aquelles mouros o vinhão buscar, co a
mays presteza q(ue) pode ajuntou sua gente, e fez mil homens
de cavallo, e dez mil de pee: com os quaes se pos logo
em caminho a illos buscar: por que lhes não parecesse q(ue)
os temia: por quanto a confiança que tinha em deos o não
deyxava temer os⁶⁸⁴ imigos desse deos a quẽ elle servia,
e por quem fazia aquella guerra contrelles. Dizem que
acostumava dizer em suas orações. S(enh)or esta guerra he vossa
não he minha: eu som vosso instrumêto, como o martello
he instrumêto do ferreyro, fazeyvos per mÿ vossa obra,

como

⁶⁸³ Alteração feita acima da rasura «que».

⁶⁸⁴ Alteração feita acima da rasura «aos».

Fólio 14v

como fazem os mestres com seus instrumētos, e não me solteys da vossa mão, por que eu não erre, nẽ aja medo de vossos contrayros. Dizem que assi cometia as batalhas alegre e fouto, como se as jaa tevesse⁶⁸⁵ vencidas. Vinhão os mouros pello seu Algarve, e entravão per Moura, e Serpa, e Mertola. E dom Afonso atravessou per alentejo, e foy os buscar ao campo de Ourique p(er) onde ouvio dizer que elles vinhão⁶⁸⁶ devagar, por q(ue) trazião muyta carriagẽ, e não podião caminhar depressa. Achouos junto de hũa villa que chamão Castro verde, que ainda era povoada de christãos segundo dizẽ, posto que ↑era↑ do senhorio dos mouros. Apareceo dom Afonso de improviso⁶⁸⁷ ao arrayal dos mouros: de cujo atrevimento elles pasmarão: por que cuydavão, que não saisse⁶⁸⁸ de Coimbra com tão pouca gẽte, como sabião que tinha, e mays tão longe, e per terra alheas onde lhe não havião de dar mantimētos, nem bom gasalhado. Espantarãose⁶⁸⁹ do seu atrevimēto: e da pressa de seu caminhar, que foy tanta, que elles não teverão tempo para saber de sua vinda: e começarão ter receo de sua diligẽcia. Aquelles que havia poucos dias, que o vinhão ameaçando, e dizião, que dentro em Coimbra o havião de prender, e darlhe hũa triste vida, e penosa morte, jaa em Castro verde começavão arrecearse⁶⁹⁰

de sua

⁶⁸⁵ «jaa tevesse» está acima da rasura «tevera jaa».

⁶⁸⁶ Alteração feita acima da rasura «estavão».

⁶⁸⁷ «Afonso de improviso» está acima da rasura «Anriquez supitamēte».

⁶⁸⁸ Na sequẽncia, a rasura «elle».

⁶⁸⁹ Alteração feita acima da rasura «Pasmarão».

⁶⁹⁰ Alteração feita acima da rasura «arrecarse».

Fólio 15r

de sua ardileza. Chegou a vista do arrayal dos mouros a vinta tres dias do mes de Julho do anno de Chr(ist)o de mil e cento, e trinta e nove: dous dias antes da festa do apostolo Sanctiago. Assentou o seu pequeno arrayal perto do grande dos mouros: e com isso lhe fez⁶⁹¹ mays espanto, e lhe mostrou a grandeza de seu animo: e fez entender, que queria logo batalha. Era o arrayal dos mouros de terribel aspecto, por que os mouros erão muytos. Dizem que passavão de dozentos mil: onde havia vinte mouros para hum christão: por que os christãos não erão mays que onze mil. Determinou dom Afonso anriquez dar batalha aos mouros logo ao outro dia seguinte, que era vespera do sobredicto apostolo Sanctiago padroeyro da Hespanha, cujo patrocínio, e favor elle tinha por muy certo: por q(ua)nto era muyto seu devoto. E por que lhe pareceo, que o estado das ↑cousas↑ requeria, fez esta fala aos seus:~

¶ Nobres cavaleyros, e fidalgos portugueses meus amigos, bem sey, que para vos em cousa darmos contra infieys, não he necessaria amoestação algũa: por que vos têdes tanto na vontade, e uso fazer o que deveys, q(ue) parece sobejo trazervos aa memoria o q(ue) sempre vos lembra. Porem, por fazer meu officio, vos quero dizer, que na mão e vontade de deos e não ↑na↑ multidão estaa a victoria das batalhas. E isto posto que todos o cremos per fee,

para mays

⁶⁹¹ «e com isso lhe fez» está acima da rasura «O dos mouros era».

Fólio 15v

para mays consolação, e esforço dos fieys temos na sagrada
 escriptura dictos, e exemplos que o provão. No p(ri)meyro livro
 dos Reys diz Jonathas: não he difficultoso ao senhor salvar
 em poucos⁶⁹² q(ue) em muytos. E logo mostrou deos
 a verdade deste dicto: por q(ue) soo elle Jonathas, e hum seu page
 cõ o favor de d(eo)s desbaratarão hum grande exercito de
 philistĩis, gente forte, e guerreyra. Gedeon cõ trezentos
 homẽs venceo outro grande numero de infieys. E Judas
 machabeu com⁶⁹³ tres mil venceo quarenta mil. Mas deyxãdo
 outros muytos exemplos em q(ue) deos mostrou o seu grande poder
 hum soo quero q(ue) tragays aa memoria: por q(ue) he muyto
 semelhante ao presente, e he este, que venceo Josue cinco
 Reys cananeos em hũa batalha com⁶⁹⁴ ajuda divina: assi
 venceremos nos co a mesma ajuda estes cinco Reys mouros:
 contra os quaes nos pelejamos tambem por amor de deos,
 como então Josue fazia: senão que esta nossa guerra
 tem figura de mays justiça: por q(ue) Josue lançava aquelles
 das suas terras, e nos defendemos as nossas: e defendemos
 a nos, e nossos amigos, e vezinhos: por tanto temos rezão
 de confiar, que deos nos ajudara, e pelejara por nos.
 E por que elle não ache em nos cousa que offenda
 sua justiça, nẽ aparte de nos sua misericordia, todos
 os que tiverem necessidade de se cõfessar, confessense
 esta noyte: por quanto eu determino dar batalha a

noossos

⁶⁹² Na sequência, a rasura «mays».

⁶⁹³ Alteração feita acima da rasura «venceo».

⁶⁹⁴ Alteração feita acima da rasura «em hũa».

nossos imigos em amanhecendo. ¶ Era jaa quasi noyte q(ua)ndo acabou esta fala, e não houve tempo para se valerẽ nem fortificarẽ de qualquer maneyra: mas recolherãose a hũ teso, donde descobrirão o arrayal dos mouros, e vião o que se nelle fazia: como se recolhião depressa, e se ajuntavão sem ordem, e amontoavão seu fato: como fazem os barqueyros, quando embarcão, ou desembarcão depressa. Ali esteverão os portugueses aquella noyte com trabalho m(a)ys que as outras do caminho, que tambem forão trabalhosas, mas aquella mays perigosa. Dom Afonso anriquez a mayor parte della esteve em oração, como nos taes tempos acostumava, per todos geralmente⁶⁹⁵ se diz, que então lhe apareceo Christo crucificado, e lhe deu firme⁶⁹⁶ esperança da victoria que logo houve: e dizem que elle para animar os seus lhe contou pubricamẽte⁶⁹⁷ como Christo lhe apparecera, e lhe prometera victoria: por tanto, que se esforçassem, e confiassem em deos: por que serião per elle ajudados, como forão outros muytos a que deos em semelhantes casos appareceo. No segundo livro dos Machabeus se le, que apparecerão a Judas machabeu Onias summo sacerdote homẽ sancto, e Jeremias propheta: e que Jeremias deu a Judas hũa espada da parte de deos, com a qual lhe dixẽ, que venceria os contrayros⁶⁹⁸ do seu povo. E na hestorea ecclesiastica diz sancto Eusebio, que deos appareceo ao emperador Costantino, e lhe deu esperãça de victoria contra

seus imigos.

⁶⁹⁵ «per todos geralmente» está acima da rasura «fazer. Commumente».

⁶⁹⁶ Alteração feita acima da rasura «certa».

⁶⁹⁷ Alteração feita acima da rasura «logo».

⁶⁹⁸ Antes, uma rasura que parece ser «seus».

seus imigos. Sendo ainda Constantino gentio lhe apareceo
 nosso senhor. E ao conde de Castella Fernão gonçalvez
 tambem lhe apareceo na batalha de hazinas, sendo elle tão
 soberbo, que desafiou a deos quando dom Garcia abarca
 Rey de Navarra o prendeo em Cervenha. Digo isto,
 por que me dixerão, que ha nesta terra hũ homem⁶⁹⁹ novo
 nella, que nega este aparecimẽto de Christo a dom
 Afonso anriquez, sendo elle christão, devoto, e humilde:
 e mays disposto para lhe deos aparecer, e cõmunicar⁷⁰⁰
 sua graça, que a gentios, ou soberbos. Qu(a)nto mays, q(ue)
 mayor milagre fez deos por dom Afonso anriquez, em
 lhe dar victoria, que em lhe aparecer: e este da victoria
 não pode aquelle homẽ negar. De taes homẽs comeeste
 nacerão as infamias de dona Tareyja, e seu filho, E pode
 Portugal dizer por elles, crie y filhos alheos e elles me
 desprezarão. E merece ↑isto↑, quẽ põe igual⁷⁰¹ de si estrãgeyro.

¶ Os mouros tinhão o seu arrayal espalhado per valles
 e outeyros, aa vontade de cada hum, sem ordem de guerra:
 por que lhes não parecia, que dom Afonso anriquez os
 podia vir buscar tão longe: mas antes cuydavão de o
 ir tomar em Coimbra. E com o sobresalto de sua vinda,
 começarão se recolher, para junto dhum cabeço⁷⁰² onde
 Elrey Ismar estava apousentado. Toda aquella noyte se acu-
 parão em mudar depressa as tendas, e fardagens por
 não serem salteados. Hũs derribavão as tendas, outros entrou-

xavão

⁶⁹⁹ «hũ homem» está acima da rasura «homem».

⁷⁰⁰ Na sequência, a rasura «sua».

⁷⁰¹ Alteração feita acima da rasura «junto».

⁷⁰² Alteração feita acima da rasura «outeyro».

Fólio 17r

xavão o fato mal atados, e traziãono assi mal atado ao lugar que cada hum premeyro podia tomar: e outro vinha, e lançava o seu sobaquelle mesturãdose hũs com outros, como fazem os barqueyros, quando desembarcão as suas barcas cõ muyta pressa: ou quando se põe o fogo a hũa casa, e as outras suas vezinhas se despejão por se não queymarem. Assi davão pressa aquelles mouros a mudarse, e ajuntarse naq(ue)lle lugar, onde lhe parecia, que podião estar mays seguros do salteador, atee outro dia em que devagar se alojagẽ aa sua vontade. Gastarão os mouros nesta mudança de fato a m(a)yor parte da noyte: ↑Aparecẽdolhe↑ que os christãos vinhão cansados do caminho, e não lhe poderião dar combate aquella noyte, deyxarãose adormecer ↑laa↑ contra a madrugada, hũs sobre as trouxas do fato, outros sobre as tavoas e paos, outros no chãõ: cada hum onde acertava de cair cansado: e assessegouse aquelle murmurinho da prima noyte. Dom Afonso, e os seus capitães praticos nas cousas da guerra não dormião,⁷⁰³ e vendo naquella hora, a quietação dos mouros, entenderão a occasião que tinham para dar nelles, e determinarão⁷⁰⁴ de fazer sua fazenda mays cedo, do que tinham ordenado. Fez dom Afonso da gente de pee que⁷⁰⁵ erãõ dez mil homens, cinco esquadrões, de dous mil cada esquadrão: e mandou aos quatro delles, que cometessem os mouros per quatro partes cõ estrondo de tambores, e trombetas, e grita: e o quinto daquelles cinco esquadrões, que fez, mandou que cometessẽ o cabeço onde Ismar estava apou-sentado. Do qual fez capitão o bom Gonçallo mendez da Maya o lidador. Da gente de cavallo, que erãõ mil cavalleyros, como

fica

⁷⁰³ «não dormião» está acima da rasura «vendo naquella hora».

⁷⁰⁴ Alteração feita acima da rasura «ordenarão».

⁷⁰⁵ Alteração feita acima da rasura «cinco».

Fólio 17v

fica dicto, ficou elle dom Afonso sendo capitão: por que era de
mays trabalho, e requiria mays diligencia, e vigilancia aq(ue)lla
capitania: e avisou as de cavallo⁷⁰⁶ que não entrassem no arrayal dos mouros
por que estava embaraçado co a fardagem que jazia pello
chão descõcertada: mas que rodeassem o arrayal, e matassẽ
todos os mouros que delle saisses: os quaes erão muytos,
e morrião todos: por que sayão com medo sem ordem, e
sem armas, com proposito de fogir, mays que de pelejar.
Foy o medo, e torvação no arrayal dos mouros tão grande,
que não sabião parte de si. Os de pee não se punhão em
ordem: os de cavallo não achavão seus cavallos, nem as
sellas para os sellar, que jazião pello campo onde as seus⁷⁰⁷
criados, ou elles lançarão de noyte quando se recolhião.
Desta maneyra torvados procuravão mays fogir, q(ue) pelejar.
Os christãos de pee, que entrarão no arrayal per quatro
partes com estrondo, e grita matavão, e atemorizavão os
mouros aa sua vontade: por que não achavão quem lhes
resistisse, nem se defendesse: por quanto hũs dormião,
outros acordavão estorvoinhados, e não sabião o que era,
senão quando lhe davão, sem elles saberẽ quem lhe dava.
Os da guarda delrey Ismar, e algũs honrados q(ue) pousavão
perto delle, quando ouvirão o estrondo que se fazia
no arrayal, e a grita e trombetas, cuydarão o que podia
ser, e acudirão com suas armas: porem não aproveytavão,
por que achavão tudo embaraçado. Em quanto estes acu-
dirão ao arrayal, ficarão suas estancias desemparadas, e a
delrey

⁷⁰⁶ «as de cavallo» está acima da rasura «os».

⁷⁰⁷ Transcrição de acordo com o documento.

delrey sem defensores, senão algũs poucos seus privados, e cõtinõs de casa. Neste tempo com tão boa occasiõ chegou dõ Gõçalo mendez com os seus dous mil homẽs, e achando a entrada livre, chegou atee onde estava Elrey Ismar; e matando premeyro aquelles seus privados; e contĩnos, q(ue) lhe presumirã⁷⁰⁸ resistir, matou tambem Elrey: por que com achaque de Rey se quis mostrar valente, e não se lhe quis dar. Nisto era jaa menhãa clara: e os da guarda, que acudirãõ a bayxo ao arrayal, tornavãõ a guardar Elrey seu senhor, não sabendo o que era feyto delle, acharãõ suas estancias tomadas, e o mau recado feyto: e vendeose antre dous imigos sem terceyro valedor, começãõ a fogir.⁷⁰⁹ \oplus ⁷¹⁰ E por q(ue) jaa não havia outro subsidio, sendo quebrada a cabeça, que era Ismar, todos se poserãõ em fogida, cada hum para sua parte: hũs para Mertola, outros para mays longe. Tras os quaes seguirãõ os portugueses o alcance todo aquelle dia, matando quantos⁷¹¹ achavãõ, e espalhandoos, atee não ficarem dous delles juntos, que se podessem ajudar, nẽ fazer corpo para se defender. Como foy noyte, os christãõs se recolherãõ no arrayal dos mouros, e descansarãõ aquella noyte: e p(e)lla menhãa dia de sanctiago ouvirãõ missa e derãõ graças a nosso s(enh)or, polla grande mercee que lhe fez. Despoys, que ouvirãõ missa recolherãõ o arrayal. No qual acharãõ muyta riqueza em dinheyro, e peças douro, e de prata, vestidos, e outra roupa: cavallos, e seus jaezes: molheres, e moços que levarãõ cativos: e muitos mantimẽtos:

por que

⁷⁰⁸ Alteração feita acima da rasura «fingirão».

⁷⁰⁹ «começarãõ a fogir» está acima da rasura «poserãõse em fogida».

⁷¹⁰ Nota marginal: «Os reys companheyros de Ismar, por que se lhe fazia vergonha fogir sem elle [acu]dirãõ ao seu aposento e ali morrerãõ todos donde ainda se chama aquella [...]».

⁷¹¹ Alteração feita acima da rasura «todos os que».

Fólio 18v

por que vinhão aquelles mouros apercebidos para chegarem atee
 Coimbra a buscar dom Afonso anriquez. Os christãos de Castro verd[e]⁷¹²
 sairão a dar graças a deos, e a dom Afonso, que jaa os⁷¹³
 começava a livrar do cativeyro dos mouros: por que despoys daq(ue)lle
 quebrantamêto, nunca mayns forão tão senhores de Portugal
 mouros como dantes erão.⁷¹⁴ e os christãos começarão ser livres.
 Não ficou em Portugal Rey mouro, nem senhor poderoso,
 da ribeyra de Guadiana para caa. Ali naq(ue)lla ribeyra
 pos dom Afonso anriquez a gente de guarnição da frontaria,
 como senhor de tudo, o que caa ficava.⁷¹⁵ Os lugares
 que para caa ficavão haviaos por seus: por que não
 tinhão Rey, nem capitão que os defendesse, nem em
 que ↑se↑ ajuntassem para se ajudar hūs a outros. Faz parecer
 isto ser assi, ↑por↑ que nos combates dos que elle despoys tomou,
 não temerão mais soccorro,⁷¹⁶ se não o que cada hũ tinha
 dos muros a dentro: e se algum teverão, foy de fora
 deste reyno. O rey de Badajoz soccorreo a Palmella,
 e o de sevilha soccorreo a Silves, e o de Tangere soccorr[eo]
 a Mertola. Não se lee que ouvesse Rey em Sanctarẽ, nem
 em Lisboa, nem em Evora: nem em lugar outro algum,
 dos que tomou dom Afonso anriquez em Portugal. Onde
 parece, q(ue) a cõquista desta⁷¹⁷ terra era dos Reys de Cordova, que a
 vinhão de laa guerrear, como senhores principaes sobre todos
 aos quaes [reys]⁷¹⁸ principaes⁷¹⁹ elles chamavão Miramamolins. E por
 que nesta batalha do campo dourique foy vencido Ismar

Rey de

⁷¹² Neste fólio, algumas palavras tiveram o final escondido na dobra da página.

⁷¹³ «que jaa os» está acimada rasura «anriquez, que os».

⁷¹⁴ «mouros como dantes erão» está acima da rasura «como dantes erão os mouros».

⁷¹⁵ «caa ficava» está acima da rasura «ficava para caa».

⁷¹⁶ «temerão mais soccorro» está acima da rasura «se soccorrerão hūs a outros».

⁷¹⁷ «q(ue) a cõquista desta» está acima da rasura «que esta».

⁷¹⁸ Uma mancha impede a leitura desta palavra.

⁷¹⁹ «aos quaes [reys] principaes» está acima da rasura «os outros a que».

Fólio 19r

Rey de Cordova, ficarão os christãos⁷²⁰ de Portugal desafrontados,
 e os mouros desemparados: por onde deos abriu caminho
 a dom Afonso anriquez, para conquistar as terras deste reyno,
 que elles tinhão. Das quaes os não pode logo⁷²¹ lançar de
 todo: mas ficarão muytas mourarias neste reyno: por q(ue)
 dixe deos a Josue no capitolo⁷²² da sua lenda: não
 lanças logo as maas gētes da terra, por que se não criẽ
 espinhos e matos, e serpes, e bestas bravas ne[la]⁷²³ despo-
 voadas, e tenhas trabalho despoys em cultivar as terras pousias
 e caçar as bestas bravas, e serpentes:~

¶ No tempo desta batalha do campo dourique, faleceo
 o bem aventurado dom Egas muniz, ayo de dom Afonso
 anriquez, vindo no exercito de Coimbra para esta
 guerra. Morreo de sua doença, e mandouse enterrar
 no mosteyro de paço de sousa, que elle fundou na terra
 de ribadouro, donde elle era natural filho de dom Mu-
 ninho cingit, e neto de dom Ermigo viegas aboazar, antigos
 conquistadores da ribeyra do Douro: e não veyo de Ungria
 com dom Anrique, como dizem as falsas historias:⁷²⁴ q(ue)
 tambem nisto são falsas, e mentem. Não se lee dalgũ
 homẽ que dom Anrique trouxesse de sua terra a Portug(a)l,
 senão de dom Fafes luz⁷²⁵ seu alferz, que segundo o cõde
 dom Pedro escreve no titolo trinta e oyto, foy muy bõ cav(a)l[leyro]⁷²⁶
 e rico homẽ: e diz q(ue) fundou o mosteyro de Rendufo.⁷²⁷ Dom
 Anrique vinha fogindo de seu tio Buda, que o queria
 matar, e não podia trazer consigo muytos homẽs. E mays
 havia m(ui)tos

⁷²⁰ Alteração feita acima da rasura «lugares».

⁷²¹ Alteração feita acima da rasura «longo».

⁷²² Na sequência, a rasura «quinto».

⁷²³ Uma mancha impede a completa leitura desta palavra, que está alterada acima de uma rasura que parece ser «na terra».

⁷²⁴ Alteração feita acima da rasura «cronicas».

⁷²⁵ No documento parece estar escrito «Fofes laz», no entanto, este nome é claramente mencionado no fólio 23v, neste livro, como «Fafes luz».

⁷²⁶ Final da palavra não visível devido a defeito na fotocópia.

⁷²⁷ O autor marca o local para indicar que há uma nota marginal. Essa nota, porém, não aparece no fac-símile.

Fólio 19v

havia muytos annos que viera de Ungria, e os homẽs que de laa vierão co elle deviã ser jaa muyto velhos, como elle era, quando morreo, e Egas muniz não era tão velho: por que quãdo dom Anrique morreo⁷²⁸ passava doytêta annos fica dicto,⁷²⁹ e Egas muniz não era agora de tantos. Assi que não podia ser, que viesse de Ungria com dom Anrique: nẽ veyo de laa:~ como ainda direy a diante mays compridamente.

¶ Capitulo sexto, de como os portugueses fezerão dom Afonso anriquez seu Rey e por que o fezerão Rey.

Diz Elrey dom Afonso na sua cronica geral, cõ⁷³⁰ autoridade do arcebispo dom Rodrigo, que nos dias⁷³¹ delrey dom Afonso octavo ↑os↑ do Reyno de Portugal começavão a se levantar, e ser por si senhores de sua terra, e haver Rey por si. Duas cousas noto destas palavras daquela cronica: as quaes fazem a [meu]⁷³² proposito: e fazem muyto por que são armas tomadas de meus cõtrayros. As duas cousas⁷³³ são: que chama Reyno a Portugal: e mays dizẽ, que os portugueses querião ser senhores de sua terra. Chamalhe sua, como de feyto era sua dos portugueses: por que elles a povoarão desdo principio de sua povoação, e despooy sempre a possuirão: e não ha gente na Hespanha, que assi continoasse a posse da sua terra, como as portugueses:⁷³⁴ e por tanto com muyta rezão lhe poden chamar sua. Chamalhe Reyno: por q(ue) de feyto, assi foy sempre, como

fica provado

⁷²⁸ «dom Anrique morreo» está acima da rasura «morreo».

⁷²⁹ «fica dicto» está acima da rasura «dom Anrique».

⁷³⁰ Alteração feita acima da rasura «de».

⁷³¹ Alteração feita acima da rasura «principio».

⁷³² Uma mancha prejudica a leitura desta palavra.

⁷³³ Na sequência, a rasura «falas».

⁷³⁴ Transcrição de acordo com o documento.

Fólio 20r

fica provado na premeyra parte desta historia.⁷³⁵ E mays não diz, que o fez novamête reyno dom Afonso anriquez: mas âtes deste dom Afonso jaa era reyno: por que assi lhe chama antes que elle se fizesse Rey. Diz que no Reyno de Portugal se começavão levantar. Jaa diz q(ue) era reyno quando se começarão a levantar. Mas diz, que tinham conde com que se mantinhão debayxo do senhorio delrey de⁷³⁶ Lião. Se era reyno, como se mantinha com conde? Agora o reyno daragão não se mantem com cõde: nem o reyno de Napoles se mantem cõ conde. Não deyxão estes de ser reynos: mas por que o seu rey⁷³⁷ não reside⁷³⁸ nelles, tem vice reys que estão laa em nome de reys, mas não como proprios reys: assi parece que era aquelle conde com⁷³⁹ que se mantinha Portugal debayxo do senhorio de Lião. Porem parece⁷⁴⁰ que não contentes disso os portugueses, por que sentião a perda, e proveyto que vay nisto, em ter Rey proprio, ou não: e por que por isso tinham perdido muyto, e perdião cada dia, por não ter rey proprio natural de terra, q(ue) lhe tenha amor: revolvãose, e querião fazer rey seu natural, e particular por que alem de se perder a terra, como então se perdia por falta de defensão, e os mouros a tomavão, e estavam muy apoderados della, como diz a cronica, tambem padece muyto detrimêto a nobreza, e fidalguia não tendo Rey proprio seu natural, e residête na terra, que crie nella filhos dalgo, e gente nobre: por que não havendo isto na terra, tudo seraa gête vulgar, e acanhada: e os estrangeyros serão senhores da terra: e os q(ue)

agora são

⁷³⁵ Alteração feita acima da rasura «livro».

⁷³⁶ «delrey de» está acima da rasura «de Lião».

⁷³⁷ «o seu rey» estava no plural, mas o autor rasurou as marcas de cada palavra, deixando o trecho no singular.

⁷³⁸ Alteração feita acima da rasura «presidem».

⁷³⁹ Alteração feita acima da rasura «q(ue)».

⁷⁴⁰ «Porem parece» está acima da rasura «Parece que».

Fólio 20v

agora são nobres em poucas idades se farão plebeyos,
e pagarão sisas e fintas,⁷⁴¹ como vilãos. Por não vir a isto⁷⁴²
os portugueses nobres, e de grandes animos, que então
havia em Portugal, ordenarão de se apartar do senhorio
de Lião, que começou em patrocínio, e converteose em
senhorio, ↑como o dos romanos↑, e ordenaram de fazer Rey por si como diz. ⊕⁷⁴³

¶ Este Rey que os portugueses ordenarão de fazer neste
reyno, quizerão que fosse dom Afonso anriquez seu natural
que elles conhecião, e sabião que o merecia, e tinha as
qualidades que deve ter o homẽ que ha de reynar. Diz
Aristoteles aos nove capitulos do quinto livro da Politica,
que o homem q(ue) ha de reynar deve ter tres qualidades.
A primeyra he, que tenha amor aa reepublica: a segũda,
que tenha animo para a defender de quem a quiser
offender. E a terceyra, que tenha saber p(ar)a a governar.
A primeyra elle a tinha: por que era natural da terra, e
criado nella. Ser natural da terra, e criado nella, são duas
cousas, q(ue) dão muyta causa aos homẽs terem⁷⁴⁴ amor aa patria,
e aa reepublica della: e por isso o Papa Inocencio dixeu aos
bispos de Portugal, que no tempo de dom Sancho capello⁷⁴⁵
lhe forão pedir Rey, que o escolhessem elles, e que fosse
natural da terra, segundo se lee no livro das linhagẽs,
no titolo septimo .§. quinto. Ter dom Afonso anriquez amor
a esta terra e aa reepublica della, tinhao mostrado, por q(ue)
tinha posta sua vida muytas vezes pollo bem, e liberdade
desta terra: e segundo Jesu christo diz, ninguẽ pode ter

mayor

⁷⁴¹ Alteração feita acima da rasura «peytas».

⁷⁴² «Por não vir a isto» está acima da rasura «Diz a cronica, que».

⁷⁴³ Nota marginal: «Neste lugar se deve notar aquella mentira das hestoreas vulgares, q(ue) dizem q(ue) dom Afonso Anriquez foy o p(ri)meyro Rey de Portugal: por q(ue) a cronica diz, q(ue) antes d'elle forão reys deste reyno os filhos de dõ fernãdo o m(a)gno dom Garcia, e dom Sancho, e dom Afonso seu avo de dõ Afonso anriquez: e outros Reys antigos. Digo q(ue) ouve Reys em Portugal âtes de dõ Afonso anriquez».

⁷⁴⁴ Alteração feita acima de uma rasura ilegível.

⁷⁴⁵ Alteração feita acima da rasura «o capello».

Fólio 21r

mayor amor, que aquelle, que põe a vida por seus amigos.
 A segunda qualidade, que diz Aristoteles, que deve ter o homẽ
 para ser Rey, tambem a tinha dom Afonso anriquez, por q(ue)
 era animoso, e bom cavalleyro, como suas obras bem mostra-
 rão per todo o discurso de [sua]⁷⁴⁶ vida. O Papa Alexandre no
 seu rescripto, que a diante escreverey, lhe chama intrepido,
 e intrepido quer dizer sem medo, que he proprio dos animosos,
 não haver medo. A terceyra qualidade, que devem ter os
 homẽs que hão de reynar, he sabedoria: por que per mỹ diz
 ella na sagrada escriptura, reynão os Reys, e os poderosos
 per mỹ discernẽ a justiça. De haver em dom Afonso anriquez
 sabedoria, e prudencia para governar o seu povo, he boa
 testemunha o Papa no seu rescripto, como nelle se veraa
 em seu lugar. Diz ali o sancto padre, que dom Afonso
 era armado de prudencia, e dotado de justiça: e mays diz,
 que per disposição, e ordem celestial foy escolhido para
 regimẽto, e saude do povo. Estas qualidades erão necessarias
 no homẽ que pedia, que os fizessem Rey. Mas alem destas havia
 tambem outras mays excelentes, pollas quaes, os homẽs que
 as tinhão, merecião, que os fizessem Reys sem o elles pedirẽ.
 Assi o diz aquelle philosopho Aristoteles. As quaes erão restaurar,
 e acrescentar, e assegurar a reepublica. Por estas qualidades, e
 merecimẽtos diz elle, davão os Reynos aos homẽs, e rogavãonos
 co elles nos tempos heroycos. Tempos heroycos quer dizer t(em)pos
 quasi divinos, como erão os tempos antigos, a que chamarão
 a idade dourada: por q(ue) a antiguidade diz Cicero nas tusculanas,
 foy propinqua aa divindade, per criação, e communicacão.

Por que

⁷⁴⁶ Uma mancha impede a leitura.

Fólio 21v

por que então communicava deos com os homens familiarmête:
e as leys, e costumes que lhe elle ensinava erão milhores que
os dagora: e os reynos melhor regidos: e os Reys melhor eligidos.
E por quanto dom Afonso anriquez tinha tambem estas
qualidades dos tempos heroycos, os portugueses lhe rogarão,
que quisesse ser seu Rey: e assi rogado, e com merecim(en)tos
abastantes acceptou o carrego, e titulo de Rey deste
reyno, sem força, nem soborno, nem engano. E desta
maneyra ficou sendo Rey legitimo: por que segundo
aquelle filosofo, reyno de governança espontanea, e
não constrangida per algũa via. E se per força, ou
engano, ou soborno alguem senhorea, o tal senhorio
he tyrannia. Assi o diz no decimo capitulo do quinto
livro da Politica. Dom Afonso anriquez consta que⁷⁴⁷ não fez
força, nem engano aos portugueses: por que a cronica
diz, que elles desejavão fazer Rey per si separado: e dizẽ,
que elle o não queria acceptar, mas que foy muyto rog(a)do,
e assi o acceptou. Isto dizem as hestoreas commũmente. Nem
fez força, ou engano aos Reys de Lião, debayxo de cujo se-
nhorio diz ↑a cronica↑, que se mantinhão os portugueses: por que se lhe
fezera força, ou engano, elles acudirão a isso, e a cronica o
escrevera: mas nẽ elles acudirão, nem a cronica o escreve.
Não me posso persuadir, que a cronica delrey dom Afonso
podera calar este passo, se assi fora, andando tão perto delle.
Se este reyno fora de Lião, e dom Afonso anriquez, ou seu pay

lho tomarão

⁷⁴⁷ «anriquez consta que» está acima da rasura «afonso anriquez».

Fólio 22r

lho tomarão, a cronica o dixerá, poys dixe, que os de Portugal começarão querer ser senhores de sua terra: e dixe, que queria falar do começo dos Reys de Portugal: e também dixe q(ue) tornava a dizer, como o duque dom Afonso anriquez chegou a chamarse Rey. Quem tão perto andava de o dizer, que o prometia, não deyxara de dizer, se o soubera. Não deyxara de dizer a força, ou engano per que dom Afonso anriquez chegou a chamarse Rey, se o soubera: mas não o dixe por que o não sabia, e não o sabia por que o não havia. O como dom Afonso anriquez chegou a chamarse Rey de Portugal, que a cronica promete dizer e não diz, foy o que fica dicto, modo⁷⁴⁸ justo, e lidimo, sem força, e sem engano, e sem soborno, e cõ muyto merecimento. ¶ Antes que acabe este capitollo, quero começar a responder aos que dizẽ, que o Papa tomou este reyno aos Reys de Lião, e o deu a dom Afonso anriquez por certo tributo; que lhe prometeo: os quaes não dizem verdade; e merecião ↑ser↑ castigados por q(ue) fazem o Papa tyranno. E mays a cronica não diz tal ↑mas diz o cõtrayro.↑ Diz a cronica, que dom Afonso fez o seu reyno peyteyro ao Papa: e não diz que lho deu o Papa,⁷⁴⁹ nem diz, q(ue) o tomou aos Reys de lião para lho dar: nem o podia dizer: por que seu pay e elle o ganharão: e elle o fez sobjeyto aa sancta madre igreja como fiel christão que elle era, segundo se veraa no breve do Papa, que a diante escreverey.

E mays,

⁷⁴⁸ Alteração feita acima da rasura «muyto».

⁷⁴⁹ Na sequência, uma rasura ilegível.

Fólio 22v

E mays, se olhassem o que dizem, verião, que desfazẽ
na autoridade de seus Reys, que⁷⁵⁰ não forão para o
defender, em especial dom Afonso o septimo, q(ue) era
poderoso, em cujo tempo diz a cronica, que isto passou.
A qual cronica diz, que este reyno era de dom Afonso
anriquez, per estas palavras. Este Rey dom Afonso⁷⁵¹
ganhou do Papa Eugenio terceyro muytos privilegios de
franqueza, e muytos perdões para sua terra: e para
acabar isto do Papa, fez o seu reyno peyteyro ao Papa.
Diz q(ue) fez peyteyro o seu reyno, e não o alheo, e diz que
ouve perdões para sua terra. Chamalhe sua, e não diz que
lha deu o Papa. Se o Papa tomara⁷⁵² esta terra aos Reys de Lião,
ou Castella para a dar a dom Afonso anriquez, aqui o
dixera a cronica: mas não o diz: por que não he assi.
Esta terra era de dom Afonso anriquez: por que elle,
e seu pay o tirarão do poder dos mouros: e o povo livre
o fez seu Rey, por que achou nelle merecimẽtos para
isso: em especial o da victoria do campo dourique. Da
qual por ser muyto insigne, tomou as insignias deste reyno:
que são das mays insignes, que tem os Reys christãos.
¶ Insignia quer dizer sinal de nobreza, em especial aquelle
que he sinal dalgũ feyto bo e notavel. Os quaes sinaes, os
que fazẽ aq(ue)lles feytos acostumão trazer⁷⁵³ pintados nos seus escudos,
e chamãolhe vulgarmẽte armas. Desta maneyra mãdou dom
Afonso anriquez ↑pintar↑ nos seus escudos o sinal da victoria do câpo
dourique:

⁷⁵⁰ Alteração feita acima de uma rasura ilegível.

⁷⁵¹ Na sequência, uma rasura que parece ser «anriquez».

⁷⁵² Alteração feita acima da rasura «esta».

⁷⁵³ «que fazẽ aq(ue)lles feytos acostumão trazer» está acima da rasura «cavalleyros que os fazem, traze».

Fólio 23r

dourique: a qual foy notavel, e honrosa: e foy remate do desejo dos portugueses, que desejavão ter Rey por si seu natural. A pinctura daquella victoria são cinco escudos de cinco Reys mouros, que elle ali venceo. E por que os venceo com ajuda de Jesu christo crucificado, q(ue) lhe ali apareceo, mandou pintar aquelles cinco escudos sobre hũa cruz de cor azul: a qual dizem, que era a insignia antiga deste reyno. Mandou mays pintar em cada hum daquelles escudos cinco pontos, que fazê numero de vinta cinco, e com os cinco escudos fazê trinta. Estes numeros quis elle que significassem, os cinco escudos cinco chagas principaes de Jesu christo: e o numero de trinta significasse os trinta dinheyros por que elle foy vendido: dando a entender, q(ue) receava ser este reyno vendido per aquelles, que comẽ o seu pão, como diz o propheta. São estas armas fundadas sobre a cruz de Christo, e misterios de nossa redenção, e são as melhor fundadas, e mays seguras, e honradas que podem ser outras. Estas durão em Portugal atee goora:~

¶ Capitulo septimo, de como Elrey⁷⁵⁴ dom Afonso anriquez entendeo na guarnição⁷⁵⁵ das frôteyr(a)s e provimêto das fortalezas⁷⁵⁶ e se veyo para Coimbra.⁷⁵⁷

Despoys

⁷⁵⁴ Alteração feita acima da rasura «dom».

⁷⁵⁵ «na guarnição» está acima da rasura «na governança».

⁷⁵⁶ Todo o trecho desta linha está acima da rasura «do reyno, e de como a requerimento»

⁷⁵⁷ Todo o trecho desta linha está acima da rasura «de seus vassallos casou, e dos filhos q(ue) ouve:~»

Fólio 23v

Despoyz daquella famosa batalha,⁷⁵⁸ e gloriosa victoria do campo dourique, Elrey dom Afonso anriquez entêde[o]⁷⁵⁹ na governança do reyno: em especial, em assegurar a fronteyra dalentejo: onde tinha os mays instantes⁷⁶⁰ contrayros. Na qual deyxou por adiantado, e fronteyro moor dom Gonçalo mendez da Maya, chamado o lidador, por que nas lides⁷⁶¹ era muy esforçado. Deyxou també co elle muytos cavalleyros muy esforçados: dos q(ua)es o conde dom⁷⁶² Pedro nomea estes.⁷⁶³ Dom Afonso ermiguez de Bayão. Dom Arnaldo de Bayão. Dõ Godinho fafes o velho. Dom Fafes luz. Dom Mem Fernãdez de Bragança. Dom Egas gomez de sousa. Dom Alvaro rodriguez de guzmão. Dom Egas pirez coronel. Dom gomez mendez gedeão. Dõ Soeyro ayres de valadares. Dom Reymão garcia de porto carreyro. Dom Nuno soarez o velho. Dom Goido arnaldez. Dom Soeyro paez. Dom Moço viegas. Dom Lourço viegas o espadeyro. Dom Soeyro viegas. Dõ Pedro viegas. Estes q(ua)tro todos forão filhos do honrado Egas muniz de ribadouro. Dom Gonçallo vazquez. Dom Lingel de frandes. Dom Fernão mendez de guindar. Dom Payo delgado. Dõ Anião Dom Pero paez escacha. Dom Gomez paez da silva. Estes dous erão irmãos filhos de dom Payo goterrez da silva, que fundou o mosteyro de cucujães. Aldarete da silva. Dom Payo godiz. Dom ero mendez de moles. Dom payo soarez çapata. E dom Soeyro mêdez da maya o bom, irmão deste Gonçallo mendez o lidador, de que aqui falamos.

Nomeou

⁷⁵⁸ Alteração feita acima da rasura «e gloriosa».

⁷⁵⁹ Defeito na fotocópia.

⁷⁶⁰ Alteração feita acima da rasura «urgentes».

⁷⁶¹ «nas lides» está acima da rasura «venceo».

⁷⁶² «dos q(ua)es o conde dom» está acima da rasura «que a diante em seu».

⁷⁶³ «Pedro nomea estes» está acima da rasura «lugar nomearey».

Fólio 24r

Nomeou o conde estes: por que todos erão de grande nome naquelle tempo. Porem co estes deyxou elrey tâbem outros cavalleyros, e gente de pee, quanto lhe pareceo que abastava para guardar aquella front[eyra]:⁷⁶⁴ e veyose per alentejo com a mays gente para Coimbra.

¶ Vindo Elrey dom Afonso anriquez do campo dourique para Coimbra, onde tinha o assento de sua corte, passou per alentejo, onde achou algũs lugares, que ainda estavão povoados de christãos: por que os mouros não os podião acabar de povoar, e por tanto deyxavão estar os christãos em suas casas, e herdades pagandolhe os tributos, que lhe punhão, como despoys fezerão os christãos aos mouros, que ficarão nas terras que lhe tomarão, e morarão nellas pagando este tributo atee nossos dias. Aquelles lugares de christãos veyo dom Afonso anriquez per alentejo tomando posse delles sem guerra, nem contradição algũa: por que elles se lhe davão por sua vontade. Nos quaes pos gu(a)rnições⁷⁶⁵ de gente darmas com seus capitães, que subjugassem aq(ue)lles⁷⁶⁶ mouros que nelles havia, que se não querião ir. Veyo tambem restaurãdo algũs lugares, que os mouros derribarão, e fundando outros de novo, como dizem, que fundou o Crato, que deu ao esprital de Jerusalem: e o castello⁷⁶⁷ de Almouro no rio⁷⁶⁸ Tejo, e o de Tomar na ribeyra de Nabão, que deu ao templo: e aquellas religiões acabarão as dictas fortalezas, com ajuda
que lhe

⁷⁶⁴ Esta palavra, que não está totalmente clara, acha-se acima de uma rasura parcialmente ilegível.

⁷⁶⁵ Alteração feita acima da rasura «capitães».

⁷⁶⁶ Alteração feita acima da rasura «os».

⁷⁶⁷ O autor havia posto marcas de plural em «o castelo», rasurando-as em seguida.

⁷⁶⁸ Na sequência, a rasura «do».

Fólio 24v

que lhe elle deu. Da li foy⁷⁶⁹ per torres novas, e porto de moos, e Leyrea, que elle em seu principio tomara aos mouros: e foy⁷⁷⁰ visitando, e provendo outros lugares, que tinha naquellas commarcas da estremadura, e beyra. Nisto gastou algũs annos, e foyse para Coimbra:~

¶ Capitulo oytavo, de como os portugueses pedirão a Elrey dom Afonso anriquez, que casasse, e com quẽ casou, e quantos filhos⁷⁷¹ teve⁷⁷² legitimos, e bastardos.

Corrêdo o ãno da⁷⁷³ encarnação do filho de deos Jesu Christo nosso senhor em mil e cento e corêta e seys: e a idade dElrey dom Afonso anriquez premeyro deste nome em Portugal, em cincoenta e dous: doze annos⁷⁷⁴ despoys da victoria do campo dourique, e de sua coroação neste⁷⁷⁵ reyno de Portugal: estando elle em Coimbra, os portugueses cõsiderando a necessidade que havia delle casar: por quanto era entrado em idade, e receavão ficar sem herdeyro, e padecer os detrimentos, que tinhão padecidos nos tempos passados, ajuntarãose os principaes da corte, e pedirãolhe q(ui)sesse casar, havendo respeyto a como este reyno dos Gallaicos lusitanos antigos, que agoora he Portugal, por falta da succeção dos Reys naturaes, veyo ter a termos de perder sua coroa, e esquecerse a memoria de sua antiga nobreza.

Aos quaes

⁷⁶⁹ Alteração feita acima da rasura «veyo».

⁷⁷⁰ Alteração feita acima da rasura «veyo».

⁷⁷¹ «e com quẽ casou, e quantos filhos» está acima da rasura «porque lhe compria assi [...]»

⁷⁷² Alteração feita acima da rasura «houve».

⁷⁷³ «Corrêdo o ãno da» está acima da rasura «Sendo Elrey dom».

⁷⁷⁴ «doze annos» está acima da rasura «e estando elle».

⁷⁷⁵ Alteração feita acima da rasura «no».

Fólio 25r

Aos quaes respondeo: que elle bem via quãto compria seu casamento, para perpetuar a quietação deste reyno: mas que as urgêtes necessidades do estado em que ao presente estava esta terra, como elles vião, lhe fazião esquecer o futuro: e tambem lhe fazião esquecer o descanso em que os homens cuydão que entrão, quando casão: e por isto lhe não lembrava atee goora casar: porẽ, que poys elles lho lembravão: e por que os Reys são obrigados a conservar os reynos, que lhes são entregues p(e)lla ordem, que geeralmente se acostuma, que he casar, e deyxar filhos successores, que defendão, e governẽ os taes reynos: posto q(ue) elle cria, q(ue) deos podia prover quem ficasse em seu lugar, ainda que não fosse seu filho: e sendo provido per deos, seria melhor, que o succesor natural por que muytas vezes⁷⁷⁶ vemos, que os successores naturaes, não são semelhantes, nem conformes⁷⁷⁷ a seus pays, elle queria casar, como lhe elles dizião, e que elles lhe buscassem molher, qual vissem, que compria a elle, e a elles, e que elle casaria, não para descansar, senão para proveyto, e quietação deste reyno tão antigo e nobre: por que não ficasse aa ventura de se tornar a perder, como se perdeo no tempos passados.

¶ Havidoo consentimento delrey, os portugueses lhe buscarão hũa princesa muy singular antre todas as de seu tẽpo, discreta, virtuosa, e muyto⁷⁷⁸ devota de deos e de seus sanctos: e [...] ⁷⁷⁹ da religião christãa. Chamavase esta senhora dona

Mafalda.

⁷⁷⁶ «muytas vezes» está acima da rasura «os soccessores».

⁷⁷⁷ «nem conformes» está acima da rasura «a semelhantes».

⁷⁷⁸ Alteração feita acima da rasura «devota».

⁷⁷⁹ Uma mancha impede a leitura desta palavra.

Fólio 25v

Mafalda. Dizẽ as hestorias, que e[r]a filha de dõ Manrique conde de Lara. Porem nas escripturas de credito deste reyno se acha, que era filha de Amadeu conde de Moriana. Em hum privilegio que dom Afonso anriquez deu aos caseyros de sancta cruz de Coimbra na era de mil e cẽto e oytẽta e quatro: e de Christo de mil e cento e oytenta e seys, diz em latim. *In nomine patris, e filii, et spiritas sancti, Ego Alfonsus Portugalliae rex Comitum henrici, et Reginae Tarasiae filius, magni quoque Regis Alfonsi nepos, una cum uxore mea Regina dona Mafalda filia comitis Amadei de Moriana, considerãtes. et c(ætera).* E na cronica da tom(a)da de Sanctarem escripta em latim diz, que no anno de mil e cento e corenta e septe, não sendo acabado hum anno que dom Afonso anriquez era casado com dona Mafalda filha do conde Amadeu lhe naceo hum filho per nome Anrique. O qual filho parece que faleceo sendo minino, por que não ha mays menção delle nas cronicas. Mas de seu avo pay de sua mãy chamarse Amadeu não temos duvida, poys o diz o mesmo dom Afonso anriquez na sua assinatura escripta per sua mão, que ainda he viva a propria, que elle escreveo: o qual nome Amadeu nunca se acostumou na Hespanha, ao menos naquelle tempo de dom Afonso anriquez, no qual não se acha na Hespanha conde chamado Amadeu. O nome do condado Moriana quer fazer algũa duvida: por que dizem, que em terra de [...]ina⁷⁸⁰

que he

⁷⁸⁰ Há uma mancha sobre parte da palavra.

Fólio 26r

que he antre Toledo e Aragão ha hum castello, a que chamam Moliana, ou Moriella. Na hestoria delrey dom Fernão de portugal o premeyro deste nome lhe chamão Moliana, e na cronica geeral no terceyro capitulo da quarta parte, na vida do cide ruy diaz lhe chamão Moriella e dizem que esta he a Moriana de que o sogro de dom Afonso anriquez era conde: por que os⁷⁸¹ condes de lara naquelle tempo erão senhores daquelle castello, porem o nome amadeu não⁷⁸² concorda por q(ue) o conde de Lara naquelle tempo não se chamava Amadeu, mas chamavase⁷⁸³ Manrique, e não Amadeu. Assi o dizem elles todos, os que dizem q(ue) dona Mafalda era de Lara. Outra rabisca ha ainda nesta duvida, e he, que no capitulo septêta e hum da premeyra parte da cronica da Hespanha diz q(ue) na Africa ha hũa terra a que chamão Mariana: o q(ua)l nome se parece muyto com Moriana: mas toda via o nome do conde Amadeu não he africano. Por tanto vejão isto os cronistas deste reyno e declaremnos⁷⁸⁴ donde era esta s(enho)ra que dão⁷⁸⁵ por molher a seu Rey: por que não⁷⁸⁶ parece bem, q(ue) comendo o salayro de cronistas, não saybão dar rezão donde veyo dom Anrique, nem dona Mafalda, pessoas tão eminêtes na restauração⁷⁸⁷ deste reyno.

¶ Ouve dom Afonso anriquez desta Rainha dona Mafalda, despoys daquele minino dom Anrique outro filho, e tres filhas. O filho se chamou dom Sancho, e reynou em Portugal logo despoys de seu pay. Das filhas a premeyra se chamou dona Mafalda como sua mãy, e foy casada com dom Berengario filho de dom Reymão conde de

Barcelona.

⁷⁸¹ «por que os» está acima da rasura «mas tambem».

⁷⁸² «porem o nome amadeu não» está acima da rasura «[...] o nome não»

⁷⁸³ Alteração feita acima da rasura «chamase».

⁷⁸⁴ «e declaremnos» está acima de uma rasura ilegível.

⁷⁸⁵ Alteração feita acima da rasura «derão».

⁷⁸⁶ Alteração feita acima da rasura «com».

⁷⁸⁷ «na restauração» está acima da rasura «nos principios».

Fólio 26v

Barcelona. A segunda foy dona Orraca, que casou com dom Fernão Rey de Lião, filho do imperador da Hespanha dom Afonso orraquez, filho de dona Orraca afonso. A terceyra se chamou dona Tareyja: a qual casou cõ dom Sancho nunez, filho de dom Nuno conde de cela nova. Teve tambem dom Afonso anriquez outros dous filhos naturaes, q(ue) ouve sendo solteyro:⁷⁸⁸ hum homẽ, e hũa⁷⁸⁹ molher. O barão chamarão dom Pedrafonso: o qual foy bom cavalleyro: e foy hũ dos quatro, que na tomada de Sanctarem entrarão pellos muros de noyte, e matarão os guardas, e fezer[ão]⁷⁹⁰ entrada segura aa outra gente. Este despoys se fez frade no mosteyro dalcobaça: onde acabou sanctamête. A filha se chamou dona Orraca: e foy casada com dom Pedro viegas, filho de dõ Afonso viegas o moço, e neto de dom Egas Muniz

¶ No tempo do casamento dElrey dom Afonso anriquez dizem algũas hestoreas, que sua mãy dona Tareyja da prisão em que dizem q(ue) a ell[a] tinha, se mãdou queyxar delle ao Papa, e o papa a mandou amoestar q(ue) a soltasse, e elle não quis: pollo que o Papa mandou caa hũ Cardeal que procedeo contrelle, e o escomũgou: e elle o espãtou, e esbulhou. E dizem outras chufas, que não provão: mas antes se encontrão co a verdade provada: por que o casamento de dom Afonso anriquez, quando dizem q(ue) se queyxou dona Tareyja, foy trinta e tantos annos despoys da morte de seu marido, e ella não viveo despoys delle mays que treze ou quatorze annos, segundo as mesmas hestoreas dizem. E mays dizẽ, que se queyxou ao Papa Eugenio

terceyro

⁷⁸⁸ «sendo solteyro» está acima da rasura «antes de casado».

⁷⁸⁹ Alteração feita acima da rasura «outra».

⁷⁹⁰ Uma cobre o final desta palavra que está acima de uma rasura ilegível.

Fólio 27r

terceyro: o qual foy eleyto despoys que elle morreo, como fica dicto: E mays a cronica diz, que dom Afonso anriquez impetrou deste Papa muytas graças, e privilegios para o seu reyno, que he sinal, que estavam ambos em graça, e amor, o que não estiverão se dom Afonso ↑lhe fora↑ desobediente. Tambem faz parecer mentira o que dizem aquellas hestoreas. Dizem⁷⁹¹ ellas que dona Tareyja esteve tantos annos presa, e que a trazia seu filho presa consigo p(e)llas terras q(ue) andava guerreando. Soo isto ouvera de fazer os escriptores olhar o que escrevião, por não serem comprêdidos em mêtira tão manifesta. Mas cegou aos premeiros a maa tenção⁷⁹² com que escreverão:⁷⁹³ e aos que despoys vierão, cegou a negligencia: por que não fezerão mays, q(ue) trasladar, o que acharão escripto, sem olhar que mal escripto estava: por que não se acha no mundo prisão de molher, e mays mãy, que durasse trinta annos, como estes fazem durar a de dona Tareyja: nem seu filho a podia trazer segura andando de dia e de noyte fazendo guerra aos mouros da terra em terra oje aqui amenhã ali: por que Elrey dom Afonso rey daragão prendeo dona Orraca sua molher no castello de Ilhueca, e não a pode ter ali segura hũ anno, mas⁷⁹⁴ da li lhe fogio para Castella: quanto mays dona Tareyja no arrayal trinta annos. Por tanto, não he cousa p(ar)a crer, que dom Afonso anriquez trouxe⁷⁹⁵ sua mãy presa consigo, e mays tanto tempo como estes fazem entender.

¶ Capitulo

⁷⁹¹ Alteração feita acima de uma rasura ilegível.

⁷⁹² «aos premeiros a maa tenção» está acima da rasura «os a maa tenção com q(ue) os»

⁷⁹³ «com que escreverão» está acima da rasura «primeiros escreverão».

⁷⁹⁴ Alteração feita acima da rasura «por que».

⁷⁹⁵ Alteração feita acima da rasura «trazia».

Fólio 27v

¶ Capitulo nove, de como Elrey dom Afonso anriquez tomou aos mouros Sanctarẽ, Lisboa, e outros muytos lugares:~

Logo no mesmo anno, que dom Afonso anriquez casou, sem gozar do privilegio, q(ue) deos mandava dar aos novos casados: e sendo elle de mays de cincoenta annos. Na q(ua)l idade os homens da guerra se hão por velhos, e o dereyto lhes permite descansar, elle afervurado no zelo⁷⁹⁶ da honra de deos, e quietação⁷⁹⁷ do seu povo, desejando de lançar de Portugal os mouros, que o tinhamo captivo, ordenou de lhe tomar a villa de Sanctarem: por quanto he das mays importantes fortalezas que ha neste reyno:⁷⁹⁸ assi pollo sitio do lugar, como polla opulencia da terra. Da qual diz Estrabão, que Decio bruto conquistou os gallaicos lusitanos ↑ e provia as outras. ↑ E por ser hũa grande e principal fortaleza, lhe chamarão os mouros Cabir castro, q(ue) quer dizer grão castello. Este determinou dom Afonso tomar per saber, e ardil de guerra: por que per força era difficultoso tomalo. O ardil foy, que p(e)llas⁷⁹⁹ terras de torres novas, e porto de moos, e outras vezinhas; que erão de chr(ist)ãos, mandou que se apouentasse a sua gente secretamente e estevessem prestes para certo tempo e dia. No qual se ajuntarão de noyte em certo lugar: e chegarão aos muros da villa em certa parte menos sospeyta: onde agora chamão a porta de Atamarma: por que ali dixee hum cavalleyro

ao seu

⁷⁹⁶ Alteração feita acima da rasura «amor».

⁷⁹⁷ «e quietação» está acima da rasura «e paz».

⁷⁹⁸ Alteração feita acima da rasura «terra».

⁷⁹⁹ Alteração feita acima de uma rasura ilegível.

Fólio 28r

ao seu escudeyro, que lhe atasse as armas, que se acostumão satar com suas fivellas, e atacas. Era aquella parte menos sospeyta: porque ali he a rolda da villa fragosa, e não tinham os mouros naquella parte muyta⁸⁰⁰ guarda: por que lhes não parecia, que podião per ali ser combatidos. Tinha dom afõso⁸⁰¹ espiado tudo aquillo, e tinha entendido, que per ali se podia entrar a villa mays a⁸⁰² seguro dos christãos: e por tanto mandou per ali sobir⁸⁰³ de noyte p(e)llos muros quatro cavalleyros esforçados, e bem atentados: antre os quaes foy hum delles seu filho natural dom Pedro. Estes matarão os guardas que vigiavão no muro, e mortos os guardas, entrou a gente delrey sem ser sentida: e derão na villa cõ fogo e ferro, matando muytos mouros, que jazião nas camas dormindo descuydados daquelle sobresalto, q(ue) os torvou tanto,⁸⁰⁴ que não sabião de si parte, nem entendião o que era, se era reboliço da gente da villa, ou se erão imigos, que entravão nelle: nẽ sabião per onde entravão, para acudir ali. Ouvião o alarido dos escaladores, e os gritos dos escalados e feridos: o choro das molheres, e mininos: e vião arder as casas de seus vezinhos, e quebrar as portas das suas; e por se defender não podião soccorrer a outrem, nẽ ousavão sair fora: e assi perecião, hũs ardendo dentro em casa miseravelmente, e outros morrẽdo antre os seus, os pays ante os filhos, e os maridos ante as molheres, sem haver quem lhes acudisse. Isto tudo passou de noyte: e quando amanheceo a villa toda ardia em fogo, e os mays dos homẽs

erão mortos,

⁸⁰⁰ Alteração feita acima da rasura «tanta».

⁸⁰¹ «dom afõso» está acima de uma rasura ilegível.

⁸⁰² Na sequência, há uma mancha que talvez seja resultado de uma rasura.

⁸⁰³ Alteração feita acima da rasura «entrar».

⁸⁰⁴ Alteração feita acima da rasura «de feyção».

Fólio 28v

erão mortos, aquelles que erão para defender a terra; e por isso não havia jaa resistencia: e os christãos erão senhores de tudo. Desta maneyra foy tomado Sanctarem em hũa noyte p(e)lla vontade do senhor deos, e astucia delrey dom Afonso anriquez, sem morte dos christãos, e com muyto quebrantamêto dos mouros: por que com perderem esta villa perderão muyta parte da confiança de poderẽ sustentar Lisboa sua vizinha, que logo perderão: e os christãos daqui cobrarão [...] para aa cõbaterem, como logo fezerão. Foy tomado Sanctarem no anno da encarnação do filho de deos de mil e cento e corenta e sete, em sete dias do mes de Mayo, em dia do apparecimêto de são Miguel: posto que algũs dizẽ, que foy tomado no mes de Março do sobredicto anno. Da antiguidade desta villa, e de como se chamou antigamête, fica dicto na premeyra parte deste livro, com autoridade de Astrabão.

¶ Dali se foy logo Elrey dom Afonso anriquez para Lisboa com tenção de a combater: mas antes que assentasse sobrella, pareceolhe bem tomar Sintra premeyro: por que os mouros daquelle lugar não dessem algũa torvação aa gente do ↑seu↑ arrayal, ou aos lenhadores, e regatões delle: por quanto estavão perto, e podião fazer. Por tanto foy logo sobre Sintra, e em poucos dias a tomou. De Lisboa, assi como de Sanctarem, fica feyta relação na premeyra parte. Fica ali dicto de sua premeyra povoação, e de seu nome, e sitio: mas de Sintra não fica dicta cousa algũa: por que nunca foy povo muyto principal: porem⁸⁰⁵ por que esta historia a trouxe agora aa
 mão,

⁸⁰⁵ Alteração feita acima da rasura «mas».

Fólio 29r

mão, quero tirar hum engano, que algũs escriptores idiotas escrevẽ della. Dizẽ estes, que Sintra estaa no promõtório Artabro: e por que falão per estes nomes ignotos ao vulgo, parecelhes q(ue) abasta para fazerem crer, o que elles não entendem.⁸⁰⁶ O vulgo não sabe, q(ue) cousa he promõtório artabro, e os escriptores idiotas não entendem, o que delle dizem os sabedores antigos, e por isso o põe na serra de Sintra. Escrevem os idiotas,⁸⁰⁷ que antigamẽte Sintra se chamou Artabra, e a sua serra se chamou promontório artabro, mas não he assi: por que Plinio diz, que no promõtório artabro dobra a costa da Hespanha para levante, e acaba o lado de norte sul: o que não faz na rocha de Sintra, como aqui bem sabemos. Sabemos nesta terra, e vemos, que a costa do mar occidental, que corre de norte sul, não acaba nẽ dobra na rocha de Sintra, mas corre ainda atee Galliza, e dobra no cabo de fins terra, q(ue) he o da Crunha: o qual antigamẽte se chamava o promõtório Nerio: junto do q(ua)l diz Estrabão, que habitavão os ultimos povos chamados Artabros: e diz que nelle se acabão o lado occidental, e o aquilonar, e fazem nelle hum angulo recto cercado do⁸⁰⁸ mar deucalionio.⁸⁰⁹ E logo a bayxo diz. Antre os artabros, e o Tejo habitão quasi trinta gentes. As quaes ainda que não tevessem⁸¹⁰ mays q(ue) cada hũa sua cidade, não podião caber antre Sintra e Cascaes, onde o Tejo acaba os limites da sua ribeyra. Assi que estaa claro, que a serra de sintra não he o promõtório artabro: nem Sintra se chamou jamays Artebra, nem Aretabra, como outros chamão:⁸¹¹ mas parece que se chamou Sintera, quasi *sine terra*: por q(ue) da li por diante não he mays terra: e por q(ue) o seu castello he fundado sobre pedras sem terra:~

¶ Estando

⁸⁰⁶ Na sequência, há uma rasura ilegível.

⁸⁰⁷ «Escrevem os idiotas» está acima da rasura «Dizem».

⁸⁰⁸ Na sequência, há duas rasuras, uma sobre a outra. Uma delas está ilegível e a outra parece ser «grande».

⁸⁰⁹ «mar deucalionio» está acima da rasura «grande pego».

⁸¹⁰ Alteração feita acima da rasura «tenha».

⁸¹¹ Alteração feita acima da rasura «dizem».

Fólio 29v

¶ Estando Elrey dom Afonso anriquez em Sintra de caminho para Lisboa, por acerto aportou em Cascaes hũa frota de navios ingreses, que segundo dizem, erão cento e oytenta: nos quaes vinhão muytos homens nobres e devotos, que hião para a conquista de ultramar. E sabendo Elrey, q(ue) erão ali chegados, e a tenção com que vinhão, deu muytas graças a nosso senhor, entendendo q(ue) deos por sua bondade os trouxera ali naquelle tempo para sua ajuda e favor, e dos christãos da terra: e logo os mãdou visitar, e oferecerlhe mantimētos, e tudo o que lhe fosse necessario da terra. E cõ isso tambem lhe mandou dizer, como elle andava conquistando aquelles lugares de mouros, que ainda restavão⁸¹² nesta terra daquella perniciosa invasão, que geralmente fezerão em toda a⁸¹³ Hespanha, e christandade: e que poys sua tenção era fazer guerra aos dictos infieys, que tambem aqui os tinhamo como em Palestina; e tinhamo contra estes⁸¹⁴ a mesma rezão, e justiça, como laa contra aquelloutros: e que tambẽ aqui podião servir a deos conquistando estes, como essoutros:⁸¹⁵ Por tanto, que lhe pedia, que o quisessem ajudar no combate, e tomada desta cidade, em que farião muyto serviço a deos, e para si acquiririão muyta gloria: por que era esta hũa das principaes cidades desta terra, e que mays sobbranceava a christandade por ser senhora do melhor porto de mar que ha nas terras de ponēte, necessario para os navegãtes,

em especial

⁸¹² Alteração feita acima da rasura «havia».

⁸¹³ Alteração feita acima da rasura «ella».

⁸¹⁴ «contra estes» está acima da rasura «contreelles».

⁸¹⁵ Alteração feita acima da rasura «aq(ue)lloutros».

Fólio 30r

em especial dos daquellas partes do norte, donde elles erão.
 E elles vendo hum tão opportuno acerto, que lhe deos offerecia,
 todos conformes em hũa vontade, p(e)lla graça que lhe deos
 para isso deu, forão contentes de o ajudar: e sem lhe
 pedir por isso partido, nem interesse algũ, entrarão logo
 no porto, e surgirão em Restello. Chamase esse então
 restello onde agoora estaa o mosteyro de [...] ⁸¹⁶, por q(ue)
 restavão ali os navios antes que chegassem a Lisboa.
 Elrey dom Afonso se veyo com seu exercito para onde agora
 estaa o lugar de bem fica: e dali concertarão onde assen-
 tarião os arrayas, para mays avexar a cidade per mar, e
 per terra. Assentou elrey o seu no campo, que agoora se
 chama de sancta Clara: onde despoys edificou o mosteyro
 de são Vicente de fora: o qual chamarão de fora, por q(ue)
 então ficava fora da cidade, que não chegava mays que
 atee a porta do sol. Deste sitio cercava toda a servẽtia
 da terra: por que os ginetes corrião todas as commarcas de
 Sacavẽ, Unhos, Lamear, e Bemfica: e as fustas per mar
 acossavão as barcas de ribatejo, e não deyxavão trazer mãti-
 mêtos, nẽ subsidios aa cidade. A frota dos Ingreses cercava
 da ⁸¹⁷ parte do ponẽte per mar, de restello atee a praya de cuba: ⁸¹⁸
 e a sua gente assentou seu arrayal sobre a barroca de cata-
 que faraa: onde agoora estaa o mosteyro de são Fracisco, e a
 igreja parrochial de sancta Maria dos marteres: a qual por isso
 se chama

⁸¹⁶ Há uma mancha impedindo a leitura desta palavra.

⁸¹⁷ Alteração feita acima da rasura «per».

⁸¹⁸ «a praya de cuba» está acima da rasura «cataque faraa».

Fólio 30v

se chama dos marteres: por que são havidos por marteres
 aquelles christãos estrangeyros, que ali morrerão por servir
 a deos: como⁸¹⁹ então erão havidos todos os que hião soccorrer
 a terra sancta: por quanto alem da sua boa tenção,
 hião absoltos de culpa e pena p(e)llos sanctos padres, que
 lhe por aquelle soccorro concedião indulgencia plenaria.
 ¶ Cercava o muro⁸²⁰ desta cidade da porta do ferro, e da alfafa,
 atee a porta do sol, que estaa junto de são Bras, e atee a
 porta de são Pedro, que estaa jũto do chafariz delrey, e
 da hi p(e)lla praya do mar tornãdo para ponẽte atee acabar
 na porta do ferro, onde comecey. Desta cerca para fora
 havia algũs arrabays, que acrecentavão a cidade. Havia
 fora da porta do ferro p(e)lla paadaria, peedras negras, e chão
 dalcami hũa grande povoação atee ↑a porta nova, e poço de barrotẽ, e atee↑ o esteyro da ribeira,
 que entrava atee onde agoora chamão o ressiõ. Na qual
 ribeyra desembarcavão as barcas levadouras, e pescareas
 do Tejo, e ribatejo, e outras partes: e fazião ali hũa fer-
 mosa, e farta praça de peyxe, e fruyta, e outros manti-
 mentos. Havia tambem da parte do oriente sobre as aog(ua)s
 da Alfama algũa povoação mays pequena: por que não era
 mays, que por respeyto das fontes, que ali nacẽ muytas,
 e de boas aoguas, as mays dellas quentes não muyto: por q(ue)
 dizẽ que não são de enxofre, e que são saadias. Esta povoação
 de Lisboa era antiga, desde antes que os mouros entrassem na
 Hespanha.

⁸¹⁹ Na sequência, uma pequena rasura ilegível.

⁸²⁰ «Cercava o muro» está acima da rasura «Era a cerca».

Fólio 31r

Hespanha. Jaa em tempo dos romanos diz a hestoria dos marteres são Verissimo e suas irmãas, que os levarão arrastando p(e)llas ruas da praya, e diante dos paços delrey: os quaes posto que não fossem os que agoora são, todavia estavam perto do mar, segundo faz entender aquella hestoria: e mays faz entender, que os mouros, não acrescentavão aqui cousa algũa. Sempre esta cidade foy nobre, e populosa, e forte, como agora era em tempo delrey dom Afonso anriquez. Era forte, e tinha boa gente, e defendeose muy animosamẽte per espaço de cinco meses sendo combatida com muytos combates de gentes guerreyras, e arditosas, com ardentes⁸²¹ desejos de a entrar, huns como liões a que os caçadores tomarão sua malhada,⁸²² e outros como liões amigos, cuja amizade chegava⁸²³ a por a vida por seus vizinhos. Nesta conquista não descansavão assi os ingreses⁸²⁴ como os portugueses, mas de continos trabalhavão pelejando, e armãdo machinas sobre os muros: os portugueses por cobrar o seu, e os ingreses pollos ajudar, hũs, e outros fazendo estrem(a)das façanhas mostravão bem a vontade que tinhão de acabar seu trabalho: o qual não durou cinco meses por falta de diligẽcia dos de fora, mas durou p(e)llo muyto esforço dos de dentro, que se defendião com animo, e acordo. Finalmẽte os christãos entrarão em Lisboa despoys de cinco meses

⁸²¹ Na sequência, há uma rasura ilegível.

⁸²² «sua malhada» está acima da rasura «seu ninho».

⁸²³ Na sequência, há uma rasura ilegível.

⁸²⁴ Alteração feita acima da rasura «portugueses».

Fólio 31v

meses de cerco, a vinta cinco dias doytubro dia dos marteres
 são Crispino, e são Crispiniano, no anno de Christo de
 mil e cento e corenta e septe. Entrarão nella per força,
 sem partido algum, e ganharão tudo o que nella havia,
 cidade, e gente, e fazenda, de que estava chea, e rica:
 por que estavam acolhidos nella os mouros aldeãos de toda
 a commarca com suas fazendas, molheres, e filhos. Repartio
 Elrey o sacco liberalmente com toda a gente darmas: em
 especial com os estrangeyros aos quaes, alem do que per
 deryto lhe vinha, fez⁸²⁵ grandes merces da sua parte q(ue)
 lhe a elle pertencia:⁸²⁶ de maneyra que elles ficarão contentes,
 e desejosos de o servir e ficar nesta terra, se não fora a
 obrigação do voto indispensavel, que tinham prometido
 de soccorrer aa terra sancta: p(e)llo qual se quiserão logo ir
 seu caminho, mas não poderão, por quanto era jaa muyto
 entrado o inverno, e esperarão a primavera ↑de 48↑. Toda via
 ficarão algũs, que não tinham feyto o dicto voto: aos q(ua)es
 elrey deu as villas de Almada, e Zambuja: e despoys tãbem
 lhe deu a villa de Moura: onde ainda agoora ha alguns
 [...]inhos⁸²⁷ de geração daquelles ingreses:~

¶ Logo no anno seguinte de mil e cento e corenta e oyto,
 Elrey dom Afonso anriquez ordenou em Lisboa guarnição de gête,
 com muytos mâtimentos, que os mouros nella tinham,e
 armas: e como foy tempo saio com seu exercito a correr

a cõmarca

⁸²⁵ Alteração feita acima de uma rasura ilegível.

⁸²⁶ Alteração feita acima da rasura «vinha».

⁸²⁷ Uma mancha que ocupa o início desta linha e da linha seguinte impede a leitura de parte da palavra.

Fólio 32r

a commarca da dicta cidade, e começou p(e)llo Tejo acima, e tomou logo os castellos que estão p(e)lla ribeyra do mar na Alhãdra, e Povos: os quaes tomou facilmête, por que não tinham muyta resistencia de força, nem de gente. Da li foy combater Alanquer: no qual fez algũa detêça, por que era mayor, e mays forte. Estas duas villas, Alanquer, e Povos dizem que forão daquellas opulentissimas, que diz Estrabão, que havia na ribeyra do Tejo. E tem ellas sitios, e cõmarcas para o poderem ser: mas pollas muytas mudãças que o tempo faz, mudão algũs povos seus estados, posto q(ue) o chão não perca a fertilidade, nem o ceo mude sua influencia. Dali foy a torres vedras: a qual se lhe deu sem guerra, por que vião os prosperos successos, que lhe soccedião nas outras terras. Dali mandou publicar, per algũs mouros qua para isso escolheo, naquella villa, e em todas aquellas commarcas, que todos os mouros, que quisessem viver em paz debayxo do seu senhorio pagandolhe seus dereytos, elle⁸²⁸ os havia por seus vassallos, e lhe concedia paz e segurança de roubos e corridas e captiveyros, e os defenderia de seus imigos. Pollo que as villas de Mafra, e lourinhã, e as aldeas de toda aquella terra se lhe entregarão. E passando elle para Obidos os da Atoguia lhe mãdarão pedir mercee, que os ouvesse por seus: e chegando a Obidos os dessa villa lhe vierão entregar as chaves della, e dar

a menagẽ.

⁸²⁸ Na sequência há uma rasura ilegível.

Fólio 32v

a menagẽ. De Obidos partio para Leyrea, que se havia alevã-
tado: e passando p(e)llos coutos dalcobaça pousou em hũa ribeyra
pequena a bayxo donde o Abade dom Johão de Montemoor
matara Alcoraxi Rey de Cordova: e ali onde elle pousou
havia hũa hermida velha: na qual dizẽ, que vivera hũ
hermitão antigo: com o qual dizem q(ue) veyo ter Elrey
dom Rodrigo rey dos godos, quando se perdeo na batalha
de Guadalete. No assento desta hermida, por que era
lugar fresco, e aprazivel, mandou dom Afonso anriquez
fundar hum mosteyro da ordem de são Bernardo, que então
era vivo, e começava sua religião, e sua fama florescia
p(e)lla christandade. Era jaa tão segura de embates e corridas
de mouros, que não foy jamays per elles empedida a
edificação daquelle mosteyro. Dali foy Elrey para Le↑i↑rea,
caminho dereyto. Esta villa era de christãos no tempo do
Abade dom Johão, como fica dicto na premeyra parte deste
livro: e no tempo delrey dom Afonso o seysto se perdeo,
quãdo se perdeo Sanctarẽ e se perderão outras muytas
desta commarca⁸²⁹ da estremadura: e dom Afonso anriquez
a cobrou no anno de mil e cento e corenta e cinco, e a
deu aos conegos de sancta Cruz de Coimbra, aos quaes a
tomarão os mouros, em quanto dom Afonso foy acupado na
conquista de Sanctarem, e Lisboa, e dos outros lugares,
que ficão dictos a cima: mas agoora vindo elle da dicta
conquista a tornou a tomar, e lançou della e doutras, algũs
mouros

⁸²⁹ «desta commarca» estava no plural, mas o autor rasurou as marcas de cada palavra, deixando o trecho no singular.

Fólio 33r

mouros, que as amotinavão, e castigou algũs delles. Naq(ue)lle anno q(ue) a tomou a segunda vez, que foy de mil e cento e corenta e nove despoys de Christo, se foy p(ar)a Coimbra, onde estava a rainha dona Mafalda e da li mandou algũs capitães correr as terras da beyra contra as Eydanhas, onde ainda havia muytos lugares de mouros: os q(ua)es poucos e poucos se forão para terra de Lucena, e deyxarão as terras de Portugal⁸³⁰ aos portugueses antigos, q(ue) vivião antrelles. Esteve Elrey em Coimbra provendo as cousas necessarias para o regimêto do reyno atee o anno de cincoenta e dous de Christo, que de sua idade era cincoenta e oyto. E no tempo q(ue) ali esteve lhe naceo o segundo filho: o qual se chamou dom Sancho. Este viveo, e reynou despoys de seu pay neste reyno, como se diraa a diante em seu lugar. E foy bom Rey.

¶ Capitulo dez, de como Elrey
dom Afonso anriquez passou aas terras
dalentejo, e tomou algũs lugares
daquellas commarcas, e outros aq(ui)rio.

Naquelle anno de mil e cento e cincoenta e dous,
mandou Elrey ajuntar os filhos dalgo, e gẽte darmas
deste reyno, de pee e de cavallo: e achou dous mil

cavalleyros,

⁸³⁰ Na sequência há uma pequena rasura ilegível.

Fólio 34r⁸³¹

cavalleyros, e quinze mil de pee, afora os que andavão em alentejo com Gonçallo mendez da Maya, que erão menos em numero, mas erão milhores no saber e pratica das armas: por que havia mays tempo que as usavão. Aos quaes mandou dizer, que se viessem chegando para o termo dEvora: por quanto elle queria conquistar aquella cidade, que era hũa principal fortaleza daquella terra. Elles se vierão p(ar)a o termo dalvito e viana, e ali esperarão o segundo recado. Elrey se fez logo prestes com a gente que a cima dixeu: e partio de Coimbra no mes de Março do sobredicto anno, de cincoenta e dous, ficando a Rainha prenhe de hũa filha, que se chamou tambem dona Mafalda como sua mãy: a qual despoys foy casada cõ dom Berẽgario filho do conde de Barcelona. Caminhou Elrey p(e)lla via do chão do⁸³² couçe, e veyo ter a Abrãtes, que jaa era de christãos, ou a meu parecer, nũca foy de mouros: por que nẽ daquelle lugar, nem dos outros daquella commarca atee o Sabugal, faz algũa historea menção de quando forão perdidos nẽ cobrados: senão quanto da hi a muytos días despoys, diz o conde dõ Pedro no titolo septe parrafo tambem sete, q(ue) Elrey dom Dinis seu pay entrou per Castella,⁸³³ e filhou o Sabugal, e Castel rodrigo, e Almeyda, e Villa mayor, e Alfayates,

⁸³¹ O fólio 33v está em branco.

⁸³² «do chão do» está acima da rasura «de Panella, e cão de».

⁸³³ Alteração feita acima da rasura «Castestella».

Fólio 35r⁸³⁴

e Alfayates: e outros castellos, que ficarão aa coroa do reyno de Portugal pera todo sempre. Porẽ esta tomada não diz que foy feyta contra os mouros: mas querem dizer, que aquelles lugares nunca forão de mouros, senão que ficarão em poder de castelhanos, do tempo que os leoneses erão protectores deste reyno: e do tẽpo que dom Fernão magno fez a partição dos reynos antre seus filhos, e elles se chamarão reys de Portugal, e misturarão tudo: e por isso lhos tomou Elrey dom Dinis aos castelhanos, por que erão dos limites antigos de Portugal: pollos quaes tambem dom Sancho e outros reys de Portugal teverão guerra cõ os reys de Lião, e Castella.

¶ Passou Elrey dom Afonso anriquez o Tejo em Abrantes, e foy ter aa villa que agora⁸³⁵ chamão Avis: a qual tomou com pouca difficultade, por que o rabalde era de christãos e no castello havia poucos mouros, e não se poderão defender muytos dias. Tomada esta villa, tomou tambem outros lugares, que estão per aquella cõmarca, como são Pavia, Montargil, Corruche, e outros: e foy assentar em Arrayolos: donde mandou dizer a Gonçallo mendez, que se viesse para o resio dEvora, onde agora estaa a igreja de são Bras. Darrayolos mandou Elrey espiar o atalaya de são Bento: o qual matarão os espias hum dia p(e)lla menhãa antes q(ue) alevantasse o facho, e os que o matarão alevantarão o facho, e assegurarão os
da cidade.

⁸³⁴ O fólio 34v está em branco.

⁸³⁵ Alteração feita acima da rasura «agora».

Fólio 36r⁸³⁶

da cidade. Os ↑q(ua)es↑ cuydando que o campo era seguro sairão a fazer suas fazendas como tinhão de costume: e algũs daquelles⁸³⁷ espias q(ue) matarão o atalaya ficarão na torre, e os outros forão dar aviso a Elrey: o qual vinha jaa per caminho: e chegou aas portas da cidade premeyro que os moradores se podessem ajuntar, e recolher, por que não tenerão aviso do atalaya, e andavão espalhados per suas⁸³⁸ vinhas e herdades. Ficou a cidade sem defensores, por q(ue) os q(ue) andavão no campo erão os mays, e milhores, q(ue) nella havia. Tomarão⁸³⁹ os christãos as partes, e os mouros ficarão de fora, e não podião entrar, nem se atrevião pelejar, por que erão poucos, e desarmados. Mandou Elrey dizer a Gonçallo mendez, que combatesse a cidade p(e)lla porta de Moura: e elle combateo p(e)lla porta nova: por que não havia ainda então porta da alagoa, nẽ do ressiõ, que estão na cerca nova, a q(ua)l os christãos despoys fezerão. Foy tomada esta cidade em poucos dias, por que nem dentro havia quem a defendesse, nem de fora teve quem lhe podesse dar⁸⁴⁰ soccorro: por quanto na terra não havia Rey, nem mouro poderoso, que podesse ajuntar exercito para lhe soccorrer. Os lugares vezinhos estavão atemorizados, e algũs delles com medo se vinhão entregar a Elrey dom Afonso anriquez. Desta maneyra facilmẽte lhe foy sobjeyta toda aquella commarca. ⊕⁸⁴¹ Foy tomada⁸⁴²

¶ Assi atemorizou deos então aquelles mouros, como no

tempo

⁸³⁶ O fólio 35v está em branco.

⁸³⁷ Alteração feita acima de uma rasura ilegível.

⁸³⁸ «per suas» está acima da rasura «pellas».

⁸³⁹ Alteração feita acima da rasura «Tomararão».

⁸⁴⁰ «podesse dar» está acima da rasura «soccorresse».

⁸⁴¹ Nota marginal: «[...] quatro, que erao de chr(ist)õ [...] cento e sessenta e dous: e naquelle mesmo anno forão tomadas Moura, e Serpa, segundo o mesmo conde dom Pedro. A tomada d'Evora contão algũs doutra feição. Dizem que hum Giraldo sem pavor [...] matou o atalaya, e deu aviso a Elrey como podia entrar a seu seguro. [...] ladroes alevantados entrarão nella primeyro. O nome deste Giraldo sem pavor parece frances, e faz presumir q(ue) era cavaleyro». Algumas passagens desta nota não estão visíveis no fac-símile.

⁸⁴² Transcrição de acordo com o documento.

Fólio 37r⁸⁴³

tempo da perdição da Hespanha atemorizou os maos christãos que então havia nella. Os quaes diz a cronica que cõ medo se davão aos mouros: e agora os mouros se davão aos chr(ist)ãos. Por que assi como as gentes mudarão seus costumes,⁸⁴⁴ e deyxarão de offender a deos, assi mudou tambem deos o castigo da sua justiça.⁸⁴⁵ Segundo temos sabido p(e)llas sanctas historias, assi o fez deos muytas vezes ao povo antigo, e aos christãos. Tornayvos para mÿ, e eu me tornarey para vos, diz elle per Zacharias profeta. E por que os christãos⁸⁴⁶ desta terra estavam emendados dos vicios dos Godos, e se tornavão para deos, elle os livrava da tirania dos mouros, e assi como os mouros tinham avexados, e roubados os christãos, assi agora os christãos avexavão, e roubavão os mouros: por que diz Isaias profeta. Coytado de ti q(ue) roubas, por q(ue) tambem seraas roubado: e quem cativa tambem⁸⁴⁷ seraa⁸⁴⁸ cativo, e desprezado. E aos christãos diz. Espera o senhor para haver misericordia de vos: e quẽ chora não chorara: por que deos he senhor de juizo: e quẽ espera nelle, seraa bem avêturado. E mays não quis deos, que os mouros cuydassem, que o seu engano era verdade, vendo que prosperavão contra os chr(ist)ãos. Diz Moyses no segundo da ley. Dilatou deos o⁸⁴⁹ castigo, por q(ue) se não ensoberbecessem os imigos, e dixerem: nossa mão he excelsa: nos fizemos isto, e não deos. Havião os mouros tanto medo de dom Afonso anriquez, que as mays daquellas terras se lhe davão sem guerra:

e antes

⁸⁴³ O fólio 36v está em branco.

⁸⁴⁴ Alteração feita acima da rasura «estado».

⁸⁴⁵ Na sequência, a rasura «Por que».

⁸⁴⁶ «os christãos» está acima da rasura «as gentes».

⁸⁴⁷ «e quem cativa tambem» está acima da rasura «e tu que cativas, tambẽ»

⁸⁴⁸ Há um «s» rasurado no final da palavra.

⁸⁴⁹ Alteração feita acima de uma rasura ilegível.

Fólio 38r⁸⁵⁰

e antes que elle chegasse a ellas para as combater, ellas lhe mandavão pedir paz, e que as tomasse aa sua proteyção e governança. Desta maneyra se derão os lug(a)res, q(ue) as hestoreas não contão se forão tomados: em especial, os que não tinham muros, nem fortalezas em que se recolhessem, e defendessem. Algũs que tinham algũa confiança de se poder defender, ou de ser socorridos, não se davão: mas estes passavão pior: por que os tomava per força, e erão roubados, e as gentes delles mortas, ou captivas. Tinhaõ esta confiança os que estavão mays perto das terras dos mouros, como Serpa e Moura; e Beja. A qual diz o conde dom Pedro no titolo septimo, que dom Afonso anriquez tomo↑u↑ na era⁸⁵¹ de mil e dozentos. E na era⁸⁵² de mil e dozētos e quatro diz que tomou Evora e Moura e Serpa. E mays diz, q(ue) tomou outros muytos lugares, que alli não conta, entendendo em Alentejo: por q(ue) doutras comarcas cõta Lisboa, Sintra, Palmella, Almada, e Alcacere. ¶ Estes dous derradeyros e mays Arruda parece q(ue) deu ↑dõ a(fons)o↑ aa ordem de Sanctiago, que então se começava no reyno de Lião: por que na bulla da confirmação daquella ordem o Papa nomea estes tres lugares antre os outros da dicta ordem: e nĩguem lhos podia dar senão dom Afonso anriquez: por quanto elle os ganhou de novo, e aquella bulla foy escripta em seu tempo. E mays o conde dom Pedro no tit(ol)o sobredicto diz, que elle com(e)çou aquella ordem ã Portugal. Chamalhe dõ Pedro ordem de Ucles, por q(ue) o convêto principal della

em Castella

⁸⁵⁰ O fólio 37v está em branco.

⁸⁵¹ Alteração feita acima da rasura «anno».

⁸⁵² Alteração feita acima da rasura «anno».

Fólio 38v

em Castella estaa em Ucles: mas não por isso entra em Portugal o mestrado de Castella, como algũs idiotas quiserão dizer: por q(ue) se assi fora nacerão disso m(ui)tos inconvenientes contra a tenção da regra desta ordem: a qual foy ordenada para bem da paz dos reys christãos, e para resistir aos infieys. Assi o declara o prologo da dicta regra, que começa. A graça do spirito sancto. *c(ætera)*. No qual diz, q(ue) naquelle tempo havia na Hespanha grandes discordias antre os Reys christãos: e diz que estãdo elles assi, passou dalem mar grão poder de mouros para destruir as igrejas de deos. E para remediar estes males, inspirou deos nas almas dalgũs homens, que fizessem esta religião dos cavalleyros de Sanctiago. Aos q(ua)es se affeyçooou dom Afonso anriquez vendo sua boa e virtuosa tenção: e mandou vir para este reyno algũs delles: e para principio de seu sustentamento lhe deu os lugares de Alcacere do sal, e Almada, e Arruda: segundo se lee na bulla da confirmação desta ordẽ, como fica dicto. Porem poys elle começou caa no seu reyno esta ordem, e lhe deu sustentamẽto, não he de crer, que lho deu para o⁸⁵³ comerẽ os freyres do reyno de Lião, com que elle tinha guerra por q(ue)

repunha

⁸⁵³ Há um «s», como marca de plural, rasurado.

Fólio 38r^a⁸⁵⁴

repunha a prudência dar elle⁸⁵⁵ sustentamêto a seus contrayros.
 Os quaes ainda que de presente não tevessem guerra
 com Portugal, havia pouco que a teverão: e despoys
 não tardarão muyto sem a ter:⁸⁵⁶ por que
 aquella bulla foy espedida pouco despoys da guerra
 de Badajooz em tempo delrey dom Fernando de Lião,
 com o qual dom Afonso anriquez não tinha segura paz,
 nem confiava delle. Verdade he, que aquelles lug(a)res
 forão dados antes da expedição da bulla,⁸⁵⁷ e seria també
 antes da guerra de Badajoz, estando ainda aquelles Reys
 em paz: por que não ha duvida, senão q(ue) antes daquella
 guerra elles estiverão em paz: por quanto erão sogro
 e genro: e naquelle tempo da paz deu dom Afonso
 os sobredictos lugares aos freyres do mestre Pero f(e)r(nande)z.
 E darlhoshia quãdo os mandou chamar para começar
 caa esta⁸⁵⁸ ordem, e não para elles comerem as suas⁸⁵⁹
 rendas estando em Lião. E mays podese crer, que por
 evitar inconvenientes, ordenou logo, que ouvesse caa
 outro mestre daquella ordem, como parece pollo que
 direy a diante: por que menos inconveniente he haver
 muytos mestres, e serem os mestrados distinctos em di-
 versos reynos, que haver dissenssões antre os freyres da
 ordem: e mays em tempo de discordia dos Reys. No q(ua)l
 tempo poderaa haver muyta cõfusão, se for⁸⁶⁰ tudo hũ mestr(a)do.

A tenção

⁸⁵⁴ A sequência numérica dos fólhos é novamente desobedecida. O autor faz a repetição de 38r/38v algumas vezes. Nesse caso, para efeito de identificação, acompanha a essa repetição letras sequenciais.

⁸⁵⁵ «a prudência dar elle» está acima da rasura «a razão dar».

⁸⁵⁶ «sem a ter» está acima da rasura «que a não tevessem».

⁸⁵⁷ «da bulla» está acima da rasura «aquella».

⁸⁵⁸ Alteração feita acima da rasura «aquella».

⁸⁵⁹ «as suas» está acima da rasura «aquellas».

⁸⁶⁰ «se for» está acima da rasura «fora».

Fólio 38_v_a

¶⁸⁶¹ A tenção desta religião he ajudar os Reys christãos a defender o seu povo cõtra os⁸⁶² imigos: e por isso lhe dão as rendas, e merces que lhe dão. E claro estaa, que se hão de defender algũ povo, e ajudar algũ rey ha de ser aquelle q(ue) lhe daa de comer: por que se assi não fosse, algũas vezes⁸⁶³ aconteceria, q(ue) farião estas ordẽs guerr(a) a quem lhe daa de comer. Se a ordem de Sanctiago tener rendas em Portugal, e Portugal tener guerra cõ Elrey de Lião, ou Castella: seraa necessario ao mestre de Lião ou de Castella,⁸⁶⁴ não ajudar algum delles, ou fazer guerra a quem lhe da ↑de↑ comer, conforme ao que diz o psalmista. Aq(ue)lle que comia o meu pão manificou sobre mÿ treyção. Treyção he prometerme defenssão, e fazerme guerra. Poys servir ambos, diz Jesu christo que não he possivel. Por tanto foy necessario fazer outro mestre em Portugal: assi para defender os lugares q(ue) lhe os reys⁸⁶⁵ davão ganhados cõ mÿto trabalho, como tambem para ajud[ar]⁸⁶⁶ a esses Reys sem contradicção doutros. Os mestres, ainda que seião muytos, não fazem muytas ordẽs, como os muytos abades, na ordem de sã Bento, não fazẽ muytas ordẽs. Nem sã suffraganhos hÿs a outros, mas cada hum per si he immediato ao Papa. Assi erã os mestres do templo em cada reyno seu, como era Dom Gualdim em Portugal, e outros em outr(a)s partes:

e erã tod[os]⁸⁶⁷

⁸⁶¹ O caldeirão medieval parece que foi posteriormente inserido ao corpo do texto como forma de correção.

⁸⁶² «cõtra os» está acima da rasura «dos».

⁸⁶³ Alteração feita acima da rasura «vezes».

⁸⁶⁴ Na sequência, uma rasura ilegível.

⁸⁶⁵ «os reys» está acima da rasura «Elrey».

⁸⁶⁶ O final da palavra não está visível no fac-símile.

⁸⁶⁷ O final da palavra não está visível no fac-símile.

Fólio 38_r_b

e erão todos de hũa ordem. Assi fezerão em Aragão outro mestre da ordem de Sanctiago: o qual não he soffraganho ao de Lião, nem ao de Castella: e nem por isso deyxá de ser da ordẽ de Sanctiago. Assi q(ue) haver em Portugal mestre de Sanctiago separado de Lião não he inconveniente: mas antes foy necessario fazerse assi, por tirar inconvenientes de contendás antre os freyres: por que se caa vierão castelhanos ser comẽdadores, nunca houvera paz antrelles. Os castelhanos houverão de querer usurpar tudo, e os portug(ue)ses não lho houverão de consentir, e houvera muyta torvação antrelles. Foy melhor serem os mestrados apartados.

¶ Segundo parece são apartados estes mestrados desdo tempo de dom Afonso anriquez: por que o conde dõ Pedro no titolo vinta seys diz, que dom Pedro escacha foy mestre da ordem de Sanctiago em Portugal: e dom Pedro escacha foy em tempo de dom Afonso anriquez: por que elle foy hum dos companheyros de Gonçallo mendez da Maya o lidador como cõsta do titolo vinta hum de dom Ramiro. E despoys de dom Pedro escacha, diz o conde no tit(ol)o sessenta e dous q(ue) tambem dom Lourenceanes carnes foy mestre da ordẽ de Sanctiago em Portugal. E logo a bayxo no mesmo tit(ol)o diz o mesmo de Gil fernãdez de carvalho, q(ue) tambẽ foy mestre de Sanctiago. E todos estes forão antes do

conde dom

Fólio 38vb

conde dom Pedro. E no tempo deste⁸⁶⁸ conde foy o m(estr)e dom Payo correa, mestre desta ordem de Sanctiago em Castella: o qual tomou aos mouros as villas de Mertola, e Aljustrel: e Elrey de Castella dom Fernando lhe mandou, que as desse a Elrey de Portugal: por quanto erão do mestrado de Sanctiago deste reyno: o que não fezera, se este mestrado fora annexo ao seu: ou elle como mestre de Ucles q(ue) era, per algũa via tevera dereyto nellas. E o mesmo fezera das igrejas de Tavilla, e Cacella, e Algezur: e outras que tomou no Algarve, e ficarão no mestrado de Portugal, sem obrigação algũa ao de Castella donde elle era mestre. Donde consta, que sempre⁸⁶⁹ foy distincto o mestrado da ordem de Sãctiago de Portugal, do de Castella, e do de Lião. E assi o erão os mestrados das outras ordens militares, como o do templo, de que era mestre dom Gualdim paez sem ter conta com os mestres de Lião, nem Castella. E os mestres davis assi ↑erão↑ separados da ordem dalcantara,⁸⁷⁰ cõ a qual se parecẽ no habito: mas nunca co ella foram⁸⁷¹ mesturados na obediencia: por que caa houve sempre mestres davis, como foy johão rodriguez pimintel, de q(ue) fala o conde no tit(ol)o sessenta e dous .§. premeyro: e como foy dom Lourenço afonso, que tomou a Albofeyra no Algarve.⁸⁷² Os quaes se erão mestres davis, não podião ser

de Castella:

⁸⁶⁸ Alteração feita acima da rasura «daquelle».

⁸⁶⁹ Alteração feita acima da rasura «erao».

⁸⁷⁰ Na sequência, há duas rasuras: «de Castella» e acima, «Lião».

⁸⁷¹ Alteração feita acima da rasura «foy».

⁸⁷² Há o símbolo indicativo de nota marginal, porém esta nota não está visível no fac-símile.

Fólio 38_c

de Castella: por que Avis he em Portugal, e não em Castella \oplus .⁸⁷³ Tambem o priorado da ordem do espirital de são Johão em Jerusalem começou em Portugal em tempo dElrey dom Afonso anriquez, sem mistura de Castella. Diz o conde no tit(ol)o septe. Este Rey dom Afonso anriquez deu grandes liberdades aa dicta ordem do espirital no priorado de Portug(a): este fez muytas merces aa dicta ordem, e por isso lhe fez deos a elle mûtas merces, e bês, ca elle foy de grãdes feytos, e acabouos a grão serviço de deus. Finalmête, os lugares⁸⁷⁴ da ordem de Sanctiago que estão nos limites dos reynos de Portugal, devem ser, como são, de mestre separado de Lião, e de Castella: e os mestres daquelles reynos não podem⁸⁷⁵ dizer, que tem nellas algũ dereyto, por quanto os Reys de Portugal os tirarão premeyram(ente) de poder de mouros, e constituirão nelles igrejas, e como verdadeyros padroeyros dellas, e dereytos senhores destas terras ordenarão nellas \uparrow as \uparrow ordês militares de Chr \uparrow i \uparrow sto, de são johão, de Sanctiago, e de são Bento, e lhes dotarão as suas terras, e as igrejas dos seus padroados para proveyto do seu povo, e não de Castella, nem de Lião, se forẽ se \uparrow us \uparrow contrayros. Os quaes nunca forão, nẽ serão⁸⁷⁶ seus amigos:~

¶ Dos fundamentos destas ordens militares, e das doações das terras, e igrejas, q(ue) lhe derão os Reys, e cõ-firmações dos Papas deve haver instrumêtos, e letras nos cartorios dos seus convêtos, os quaes eu não vi,

por que

⁸⁷³ Nota marginal: «Antes q(ue) esta ordẽ mudasse o seu cõvento p(ar)a Avis esteve em Evora, onde teve tres mestres pessoas muy honradas, o p(ri)meyro dom Frey Fernando roiz monteyro, ao qual dom Afonso anriquez deu a [...] apelida a ordem, q(ue) antes se chamava a Evora a Freyria.»

⁸⁷⁴ O trecho «os lugares» está acima do trecho rasurado «o mestrado».

⁸⁷⁵ Alteração feita acima da rasura «devem».

⁸⁷⁶ «nẽ serão» está acima de uma rasura ilegível.

Fólio 38v_c

por que não posso ver tudo, e tenho outras accuções,
 que me estorvão: e os curiosos, e desocupados os podem
 ver por seu passatempo: e os escrupulosos por se sa-
 tisfazerẽ. Mas eu não tenho nisso duvida: por q(ue)
 he muy⁸⁷⁷ certo, haver os taes instrumẽtos, e letras:
 por quanto não se fundão religiões tão celebradas
 sem letras apostolicas: nem se dão villas e castellos,
 e liberdades⁸⁷⁸ sem instrumẽtos autenticos⁸⁷⁹ dos Reys
 da terra senhores das taes villas: aos quaes as dictas
 religiões são obrigadas ajudar a defender seus reynos:
 como a ordem de Sanctiago he em Portugal aos
 Reys deste reyno, por muytas villas, e rendas q(ue) tem
 nelle: em especial nas terras que dom afonso anriquez
 conquistou no campo dourique, e alentejo.

¶ Na conquista dalentejo gastou dom Afonso anriquez
 muyto tempo⁸⁸⁰ de que as hestoreas não fazem computação
 certa: porem parece que forão mays de vinte annos:
 por quãto elle passou a alentejo no tempo que naceo
 seu filho dom Sancho: o qual era jaa casado, e aquella
 conquista durava ainda, e casou sendo de vinta septe
 annos, como se diraa na sua historea. Não digo que dõ a(fons)o
 continuou todos estes vintanos em alentejo: por q(ue)
 tambem visitava outras partes do reyno, quando
 era necessario. Tinha⁸⁸¹ laa seu adiantado: mas não

estava

⁸⁷⁷ Na sequência, uma pequena rasura ilegível.

⁸⁷⁸ Alteração feita acima da rasura «terras».

⁸⁷⁹ Na sequência, uma rasura ilegível.

⁸⁸⁰ Alteração feita acima de uma rasura ilegível.

⁸⁸¹ Alteração feita acima da rasura «e tinha».

Fólio 39r

estava por isso ocioso, por q(ue) bem havia mester todo
 aquelle tempo, para quietar, e ordenar tantas terras,
 e povos como tinha conquistados per todo o reyno, em
 especial em alentejo, que estava mays chegado aos
 reynos de Cordova, e Sevilha: onde então os mouros
 da Hespanha tinhão a mayor força. Com cujo atrevim(ento)
 Elrey de Badajoz veyo soccorrer ao castello de Palmella,
 quando dom Afonso anriquez o conquistava. E por este
 soccorro Elrey dom Afonso tomou occasião de lhe fazer
 guerra, como de feyto fez, segũdo logo direy:~

¶ Capitulo onze, da prisão dElrey dom
 Afõso anriquez, do tempo em q(ue) foy preso,
 e como foy preso, e logo solto.

Não dizem as historias em que tempo foy preso dom
 Afonso anriquez, mas das cousas que então cursavão po-
 demos conjecturar, que foy sendo elle jaa velho: por que
 quando o prenderão, seu filho dom Sancho era jaa
 de idade sufficiente para armar, nas quaes jaa an-
 dava, e era capitão no cerco da povoa de Cidaa ro-
 drigo. E sua filha dona Orraca era jaa casada com
 dom Fernando Rey de Lião: do qual tinha jaa hum
 filho, q(ue) despoys de seu pay reynou naquelle reyno,
 e foy⁸⁸² nelle o noveno dõ Afonso. E per boa rezão estes

filhos

⁸⁸² Na sequência, a rasura «o noveno».

Fólio 39v

filhos de dō a(fons)o anriq(ue)z⁸⁸³ não devião ser menos de vīte annos cada hum,
 ou may: e elle quando casou era de cincoenta e
 dous: e cincoenta e dous com vinte fazem setēta e dous:
 e de tantos passava dom Afonso quãdo foy preso. Digo
 que passava, por que se hão de contar tambem, os que
 passarão antre o casamēto do pay e os nacimentos⁸⁸⁴
 dos filhos. Assi que passava bem de septenta annos, e era
 velho dom Afonso anriquez, qu(a)ndo foy preso.

¶ As causas por que foy preso forão as seguintes. Diz a
 cronica geral na quarta parte, que dom Fernãdo Rey
 de Lião casou com dona Orraca filha de dom Afonso
 anriquez Rey de Portugal mas q(ue) não⁸⁸⁵ esteve muyto em
 paz com seu sogro: por que era homẽ mal acondici-
 onado, e amigo de dissenssões: e por sua maa condição
 se apartou de sua molher dona Orraca: do qual tinha
 jaa hum filho, como fica dicto. Dizem que este divorc[iu]⁸⁸⁶
 e outros se fezerão naquella terra: como foy o doutra
 dona Orraca com Elrey daragão: e o das filhas do
 Cide com os Iffantes de Carrião: e outros: por que
 as gentes ↑della↑ não sentião bem do sacramēto do matrimonio,
 tendo ainda aquella erronea dos Suevos donde vinhão.
 Por este divorcio dizem, que dom Afonso anriquez fez
 guerra a dom Fernãdo seu genro, e entrou per Galliza,
 e lhe tomou as terras que lhe tinha dadas em casam(ento)

com sua

⁸⁸³ «filhos de dō a(fons)o anriq(ue)z» está acima da rasura «filhos».

⁸⁸⁴ Na sequência, a rasura «dos».

⁸⁸⁵ «mas q(ue) não» está acima da rasura «não».

⁸⁸⁶ O final da palavra não está visível no fac-símile.

Fólio 40r

com sua filha: que erão as que Elrey dom Afonso o seysto seu avo dera a dom Anrique seu pay em casamento com dona Tareyja sua mãy. Outra causa tambem foy, que naquelle comenos dom Afonso anriquez desterrou de Portugal hum mao portugues por suas culpas: o qual se foy para dom Fernão rey de Lião, e pediolhe q(ue) lhe desse a capitania da povoa de Cidaa rodrigo, que Rodrigo froyaz o velho começou povoar, em tempo delrey dom Garcia. E dom Fernão deu a dicta capitania aaquelle portugues degradado: e elle da li fazia muytas offensas aos portugueses seus vezinhos. Pollo que dom Afonso anriquez mandou rogar a seu genro, que tirasse ↑dali↑ aquelle homẽ,⁸⁸⁷ por que era revoltoso, e daria causa a nacer algũa dissenssão antre os reynos. Mas Elrey dom Fernão o não quis tirar;⁸⁸⁸ por q(ue) ereelle tambem inclinado a dissenssões, e guerras, como sempre mostrou per obra, segundo conta a sua cronica por tanto Elrey dom Afonso mandou ↑laa↑ o Iffante seu filho com algũa gente pouca, quanto lhe pareceo que abastava para cousa tão pequena como era⁸⁸⁹ tirar aquella povoa: a qual não tinha ainda muros; nem fortaleza algũa: e elle foy tras o mouro da Badajoz, que fogira do cerco de Palmella, como fica dicto.

¶ Sabendo

⁸⁸⁷ Na sequência, a rasura «dali».

⁸⁸⁸ Na sequência, a rasura «dali».

⁸⁸⁹ «como era» está acima da rasura «que fosse».

¶ Sabendo dom Fernando Rey de Lião como dom Sancho estava sobre a povoa de Cidaa rodrigo, ajuntou todo o seu exercito, para ir contra elle: e mandou Fernão roiz castelão a terra de Lucena fazer hum grão numero de mouros, que o viessem ajudar: e dom Sancho por que tinha pouca gente, fez saber ↑a↑ seu pay o q(ue) seu cuynhado ordenava: e seu pay lhe mandou, que deyxasse aquella povoa, e se fosse com sua gente para Badajooz, onde elle estava: e assi o fez. Seu pay tinha jaa entrada a cidade, e estava apousentado nella: e os mouros estão recolhidos no castello: e têm mandado pedir a dom Fernão que os viesse socorrer co aquella gente q(ue) tinha em Cidaa rodrigo, e que lhe darião a cidade, e se farião seus vassallos. Elle o fez assi: e veyo logo contra Badajooz, onde estava dom Afonso anriquez: mas os mouros não cumprirão co elle sua palavra: por que logo se lançarão com os alarves de Sevilha, como a diante direy, que abencabel Rey de Badajoz se foy a Sevilha, e provocou Albojaque Rey dos alarves, que viesse fazer guerra a Portug(a)l. Dizem que havia dias, que os leoneses, e mouros estão perto de Badajoz sem chegar, nem combater a cidade: por que diz que receavão as armas, e animo de dom Afonso anriquez, lembrando lhe Valdaves,

donde

⁸⁹⁰ O fólio 40v está em branco.

Fólio 42r⁸⁹¹

donde elles escaparão escozidos: e Guimarães donde
 forão escarnecidos. E aos mouros lembrava, q(ue) sempre
 delle forão vencidos. P(e)llo que, nem mouros, nem
 leoneses ousavão combater, nem dar batalha. Estãdo
 nesta perplexidade saião aas vezes do arrayal algũs
 corredores a talar as vinhas, ↑e↑ herdades da cidade, aos
 quaes resistião os guardas do campo. Mas hum dia por q(ue)
 os corredores erão muytos, que vierão de proposito p(ar)a
 tomarẽ os guardas; retirarãose os guardas atee as portas
 da cidade. Ali acudirão algũs de dentro, e travouse
 antrelles tal escaramuça, que foy a nova a dõ Afonso
 anriquez: e elle, como nunca soube desemparar os seus,
 cavalgou logo, e mandou abrir a porta da cidade de
 pressa: e o porteyro com pressa não recolheo o ferrolho da
 parte dereyta, donde ordinariamẽte acostumão estar
 os ferrolhos: e a porta daquella parte tambem a deyxou
 mal aberta. Da qual parte Elrey saia a todo correr
 do cavallo, apertado do tropel dos cavalleyros, que cõ-
 tendião por ir diante hũs dos outros, e sem se poder
 guardar encontrou na porta: e meteo o ferrolho per
 antre a sua perna e a barriga do cavallo, e levou
 a porta consigo: e na volta que a porta fez lhe quebrou
 a perna, e o ferrolho entrou p(e)lla barriga do cavallo
 tanto, que o ferio muyto mal. Aqui aa porta dizem
 algũ, que o cavallo caio, e que prenderão Elrey: mas
 não pode ser: por que os cavalleyros portugueses, q(ue) saião
 da cidade

⁸⁹¹ O fólio 41v está em branco.

da cidade com o Iffante dom Sancho, e os guardas do campo, acoessavão os contrayros, e não os deyxavão chegar aa porta onde Elrey estava. Nem podião chegar: por q(ue) não trazião força, nem ordem para combater. Mas antes, se não fora o desastre delrey, elles forão bem castigados, como sempre forão antes, e despoys afora esta vez, que não foy por falta delle, nem por valentia delles: mas permitio deos q(ue) fosse assi, por elle não fazer nos leoneses o estrago q(ue) merecião, por virem⁸⁹³ ajudar os⁸⁹⁴ mouros: e elles mūto oufanos ainda agora se gabão daquella maa christandade, que ↑então↑ cometerão. Estorvarão, que não fosse dom Afonso anriquez por diante com sua victoria: com a qual levava caminho para lançar os mouros de toda aquella commarca. E não tem rezão de se jactar: por que dom Afonso não foy preso por seu prez delles, nem valor, como consta da hestoria. Todas as historias dizẽ que foy preso p(e)llo desastre da perna que quebrou, e não por valor, nem força, nem saber de seus cõtrayros. Não foy preso aa porta da cidade, como digo, por q(ue) os contrayros andavão espalhados pello campo talãdo as herdades, e não chegarão aa porta. O Iffante dom Sancho vendo seu pay ferido, dixelhe que se tornasse p(ar)a casa a curar, e elle com os cavalleyros portugueses seguirão os corredores leoneses atee os

meter

⁸⁹² O fólio 42v está em branco.

⁸⁹³ Alteração feita acima da rasura «serem».

⁸⁹⁴ «ajudar os» está acima da rasura «em ajuda dos».

Fólio 44r⁸⁹⁵

meter no seu arrayal: e dali se tornarão para a cidade:
e na porta souberão como Elrey não era na cidade⁸⁹⁶ e logo
tornarão em sua busca: e buscando per todas partes,
souberão⁸⁹⁷ como era preso e levado ao arrayal
dos contrayros: e vendo, como jaa lhe não podião valer,
recolherãose, e poserão cobro na guarda da cidade
atee saberem o que passava acerca de sua prisão,
e o que elle mandava fazer da cidade. Elle foy
preso, por que se não quis recolher aa cidade, como
lhe⁸⁹⁸ seu filho dixe, que se recolhese, e se fosse curar,
quando o vio ferido co a perna quebrada, e o ca-
vallo quasi morto, e elle não se quis recolher, por
que dixe, que era pareelle afronta recolherse
ficando sua gente no campo: e que mays queria
morrer no campo ferido, que em casa curado.
Quanto mays, que elle não morria ferido de
seus contrayros, nem elles lhe fazião vantagẽ
algũa: por que o cavalleyro não leva avãtagem
de seu contrayro, senão quando o mata ↑ou fere↑ per suas
mãos, e armas legitimas ↑sem treyção↑, o q(ue) ellas não fazião a elle:
por que o não ferirão, nem abaterão per algũa via.
Finalmente, elle não quis tornar para a cidade
sem a sua gente: e foy tras elles pouco e pouco:

Mas sentindo

⁸⁹⁵ O fólio 43v está em branco.

⁸⁹⁶ «na cidade» está acima da rasura «laa».

⁸⁹⁷ Alteração feita acima da rasura «acharão novas».

⁸⁹⁸ Parece ter sido adicionado posteriormente ao corpo do texto.

Fólio 45r⁸⁹⁹

Mas sentindo, que o cavallo hia morrendo, e jaa não podia andar, desviouse do caminho para hũa terra de trigo, onde o cavallo caio quasi morto, e caio sobre a sua ferida, e sobre a perna delrey quebrada:⁹⁰⁰ e acaboulhe de quebrar toda a cana,⁹⁰¹ de feyção, que se não podia ter nella: e assi esteve ali atee q(ue) algũs dos contrayros, que andavão espalhados pello campo, vierão ter co elle per acerto, e o levarão ao arrayal, em quanto os portugueses tornarão aa cidade.

¶ Neste passo engrandecem os hestoreadores dos contrayros sua dita, como se per elles fora ganhada: mas toda via tem rezão: por que nisto gaaynhavão muyto. Não lhe quebrarão elles a perna, mas com ella ser quebrada gaynharão elles⁹⁰² suas vidas. Os cavalleyros nobres, e animosos, quando seus contrayros perdem por mofina, não acostumão atribuir a si a gloria daquella perda, nem lhe chamão victoria. Assi se lee nos livros das cavallarias, que o fazião os bõs cavalleyros. Nem este dom Fernando rey de Lião ouve dõ Afonso anriquez por preso: mas antes

diz a sua

⁸⁹⁹ O fólio 44v está em branco.

⁹⁰⁰ Nas linhas 5, 6 e início da 7 há um longo trecho rasurado que diz o seguinte: «E por que não tinha força naquella perna, não se pode tirar de bayxo do cavallo, atee que por dita.»

⁹⁰¹ No documento, este trecho está escrito na linha 7.

⁹⁰² Alteração feita acima da rasura «elles».

Fólio 46r⁹⁰³

diz a sua cronica, que o recebeo com muyta
cortesia, e que o pos consigo no seu estrado real,
e q(ue) o mandou curar com muyta diligencia. Os
emulos dizem, que isto aconteeo a dom Afonso, por
quãto elle prendeo sua m(a)ỹ: mas se assi fora, tambẽ
acontecera outro tanto ao emperador dom Afonso
seu primo, que prendeo a sua nas torres de Lião, como
a sua cronica o diz com mays verdade. E outro
semelhante acõtecera ao conde de Castella dom Sãcho,
que fez morrer seu pay dom Garcia cativo em
terra de mouros. E mays, se não ↑acõtencem↑⁹⁰⁴ os taes desastres,
senão por semelhantes demeritos, digãome, qual foy
o demerito, por que dom Afonso anriquez naceo co as
pernas aleyjadas ãtes que prendesse sua mãy. E se elles
não souberem responder, responderaa Jesu christo, e
diraa, que nem elle peccou, nem sua mãy, mas q(ue)
tudo isto aconteeo para gloria de deos. Elle naceo
co as pernas aleyjadas para gloria de nossa senhora,
em cuja igreja⁹⁰⁵ por intercessão della recebeo saude:
e despoys sem armas dos imigos se lhe quebrou em sua p(ro)p(ri)a
casa hũa perna, por que não confiasse em suas forças: mas
conhecesse⁹⁰⁶ q(ue) lhe dava as victorias, q(ue) havia, por amor deste
seu povo.

⁹⁰³ O fólio 45v está em branco.

⁹⁰⁴ O «n» na segunda sílaba está de acordo com o texto.

⁹⁰⁵ Alteração feita acima da rasura «casa elle».

⁹⁰⁶ Alteração feita acima da rasura «mas».

Fólio 46v

seu povo. A muytos bos christãos acontecẽ grandes
desastres fazendo ↑elles↑ boa guerra, como acontecerão a
são Luis de França, e não por demeritos, que publi-
camente se delle soubessem, nem sospeytassem.

¶ Foy Elrey dom Afonso anriquez são em poucos dias:
e tanto que foy são, poserãose logo em concerto de
paz, elle e dom Fernando rey de Lião: e cõcertarãose
desta maneyra: que dom Afonso deyxasse ao mouro
a cidade livre, e não lhe fizesse por ella mays guerra:
e a dom Fernando soltasse as terras, q(ue) lhe tomara
em Galliza: e cada hum se contentasse com o seu:
por que aquellas terras, que lhe tomou em Galliza,
erão daquelle reyno, segundo a p(a)rtição, e demarcação
delrey dom Fernãdo o magno: e tambem segundo a
do tempo dos suevos, que reynarão em Galliza:
posto que algum tempo andarão em poder delrey
de Portugal: por quanto Elrey dom Afonso o seysto
as deu ao⁹⁰⁷ conde dom Anrique, com sua filha dona
Tareyja: mas das terras de Portugal não quis dom Fernando⁹⁰⁸
coisa⁹⁰⁹ algũa: posto que dom Afonso anriquez, polla
cortesia q(ue) lhe dom Fernando⁹¹⁰ fez, lhe offereceo todo o
seu reyno: do qual diz a cronica, q(ue) elle não quis nada.
E diz, q(ue) feyta antrelles esta avêça, e deslindados seus
termos, foyse cada hum para sua terra, antrepondo⁹¹¹ suas me-
nagês,

⁹⁰⁷ Alteração feita acima da rasura «em».

⁹⁰⁸ «dom Fernando» está acima da rasura «tomar».

⁹⁰⁹ Antes desta palavra e fora da margem está a rasura «tom(a)r».

⁹¹⁰ Transcrição de acordo com o documento.

⁹¹¹ Alteração feita acima da rasura «pondo».

nagês, e juramentos de não passar algum delles os seus limites, nem entrar pellos do outro com mão armada,⁹¹² nê força algũa. Estes forão os tractos de seu concerto destes Reys. Assi o diz a cronica geral da Hespanha no capitolo oytavo da q(ua)rta parte.

¶ Não se lee toda aquella cronica, que dom Afonso anriquez desse vassallagẽ a dom Fernão nem a outro algum Rey de lião, nem de Castella: nê lhe promettesse ir a suas cortes, como dizem as chufas dos mofatrões, que mofão de dom Afonso anriquez por que o achão preso por desastre: e não lhe lembra q(ue) tambem o seo Fernão gonçalvez foy preso muytas vezes com mays afronta q(ue) dom Afonso anriquez. E seu filho dom Garcia morreo cativo em terra de mouros, sem lhe elles poderẽ valler. E dom Ordonho rey de Lião foy preso por sua mingoa.⁹¹³ E outros seus princepes forão presos, e aminguados mays que esse nosso dom Afonso. Não sey por q(ue) querem⁹¹⁴ que lhe respond[a]mos.⁹¹⁵ Dizem q(ue) se atreueo dom Afonso anriquez a fazer guerra a dom Fernão, estranhandolhe isto por grande atrevimẽto: mas nê elle lhe fez guerra, nem era grande atrevimẽto fazerlha. Não lhe fez guerra aquella de Badajooz digo, em que elle foy preso: por que aq(ue)lla fez elle cõtra

os mouros

⁹¹² Antes desta palavra, há duas rasuras, uma sobre a outra: «armas e», acima dela «violenta».

⁹¹³ Alteração feita acima da rasura «fraqueza».

⁹¹⁴ «q(ue) querem» está acima de uma rasura ilegível.

⁹¹⁵ Um mancha cobre parte desta palavra.

Fólio 47v

os mouros, e não contra dom Fernão: mas antes esse
 dom Fernando veyo acudir aos mouros cõtra dom
 Afonso. Quãto mays, que ainda que dom Afonso
 fezera guerra a dom Fernão, não ↑era↑ atrevimento p(ar)a
 estranhar: por que não havia muytos dias que
 lhe tinha feyto guerra, e tomadas as terras
 de Galliza, de que faley a cima. E os dias pa-
 ssados tinha vencido o emperador seu pay de dõ
 Fernando em Valdaves, sendo aquelle Emp(er)ador
 mays poderoso, que seu filho dom Fern(ã)do. Não se
 pode crer do alto animo de dom Afonso anriquez
 que desse vassallagem a dom Fernando seu gẽro.
 Soubera antes soltarlhe o reyno, e tornallo a gay-
 nhar, e não fazerse seu vassallo. Assi como diz
 a cronica, q(ue) os reys de Navarra e Aragão derão
 vassallagem ao emperador dom Afonso, tambẽ
 dixeram de dom Afonso anriquez, se lha dera a elle,
 ou a seu filho dom Fernando. †⁹¹⁶ Muyto menos he de
 crer, que se obrigou a pagarlhe serviço feudal,
 como elles dizem, e não entendem o que dizẽ:
 por que a terra feudal he propriedade do s(enh)or
 do feudo: e Portugal nunca foy propriedade
 dos reys de Lião, nem doutros algũs, por q(ue) antes
 da perdição da Hespanha não havia reys de Lião

nẽ de Castella

⁹¹⁶ Nota marginal: «mas não lha deu, e por isso o não diz.»

Fólio 48r

nã de Castella: e despoys daquella perdição nenhũ
 rey christão tirou o reyno⁹¹⁷ de Portugal do poder
 dos mouros, senão dom Afonso anriquez, e seu pay
 com ajuda dos portugueses, cuja foy sempre a
 propriedade deste reyno.⁹¹⁸

¶ Outra mentira contão as hestoreas falsas, de q(ue)
 a cronica não faz menção: e dizem que dom Afonso
 prometeo a dom Fernando ir aas suas cortes como
 seu vassallo. Esta obrigação consta ser mentirosa: por q(ue)
 nem a cronica faz della menção, nem ella jamays
 foy comprida. Elles lhe põe hũa pena fora de rezão,
 por onde parece, que não fezerão aquelles Reys
 tal concerto antre si. Dizem que prometeo dom
 Afonso ir aas cortes de Lião, sob pena de não ca-
 valgar em cavallo, em quanto laa não fosse. Mas
 não cavalgar em cavallo hum cavalleyro tão singular,
 e necessario para a reepublica christãa, e para a de-
 fensão desta terra, em tempo que ella padecia
 tanta avexação de infieys, como ↑então↑ padecia, não he
 pena justa, nem promessa para cumprir.⁹¹⁹ Quanto
 mays, que nem se cõprio,⁹²⁰ nem se fez tal pro-
 messa. Não se comprio:⁹²¹ por que sabemos, que despoys
 da prisão sem ir aas cortes de lião fez dom Afonso
 anriquez guerra aos mouros pessoalmente, a qual não⁹²²

podia

⁹¹⁷ «o reyno» está acima da rasura «as terras».

⁹¹⁸ «deste reyno» está acima da rasura «desta terra, como acima fica prov(a)do».

⁹¹⁹ Alteração feita acima da rasura «guardar».

⁹²⁰ «se cõprio» está acima da rasura «nem guardou», e acima dela outra rasura ilegível.

⁹²¹ Alteração feita acima da rasura «guardou».

⁹²² «pessoalmente, a qual não» está acima da rasura «a qual não podia fazer».

podia fazer senão a cavallo. Em sanctarem onde
 o elles vierão buscar lhe fez guerra duas ↑vezes↑, como direy
 logo a bayxo: donde consta, que se não guardou,
 nem veyo a effeyto a tal promessa. E tambem
 consta que não fez aquella promessa: por que
 se a fezera, escreverase na cronica geral, na
 qual se escrevẽ as cousas desta qualidade. Escreve
 aquella cronica, que Elrey dom Afonso anriquez rey
 de Portugal não podia usar de cavallaria, por rezão
 da perna quebrada: mas não diz por rezão da
 promessa q(ue) fez de não cavalgar. Elles o inter-
 pretão assi: mas não he assi: por que não diz
 senão, por rezão da perna quebrada. E mays diz,
 que os alarves sabendo, que Elrey dom Afonso de
 portugal era embargado p(e)lla fraqueza da perna
 quebrada, e que não podia cavalgar como dantes,
 se ajuntarão, e o vierão cercar em Sanctarẽ. Diz q(ue)
 não podia cavalgar p(e)lla fraqueza da perna quebrada,
 e não diz p(e)lla obrigação da promessa. Ainda diz mays
 a cronica, donde consta, que dom Afonso não prometeo
 aquella promessa a dom Fernando: por que diz, que
 dom Fernãdo sabendo que os mouros tinham cercado
 dom Afonso, o vinha soccorrer com sua gente: o que
 não fezera, se lhe dom Afonso faltara daq(ue)lla promessa,
 tendolha

⁹²³ O fólio 48v está em branco.

tendolha prometida. E claro estaa, que lhe faltara fazendo guerra aos mouros, como fez: por que não podia fazer guerra senão a cavallo: e os q(ue) dizê que pe[lej]ava⁹²⁵ a pee, ou em carro, ou em collos dhomês, são bardulos, e não atentão o que dizem: por que a pee não podia, poys era manco e tinha a perna quebrada: nem em carro: por que antre ↑as vinhas↑ de Alvisquer ha mūtas alvercas e canaveays, antre os quaes⁹²⁶ se não podem revolver, nem pelejar os carros armados: e as guerras que dom Afonso anriquez fez despoys da sua prisão, no campo de Alvisquer as fez, como logo contarey. E se não podia fazer guerra, nem pelear em carro, nem a pee: menos poderia em collos dhomês: e dizer, que assi pelejava, he zombaria. Finalmente elle despoys da prisão cavalgou em cavallos: e não foy aas cortes de Lião, nem servio a Elrey de Lião: por q(ue) não lho prometeo.

¶ Dizem que lhe prometeo de o servir na guerra cõ trezentas⁹²⁷ lanças: e para mostrarẽ como isto não he verdade, dizem q(ue) dom Afonso o decimo chamado o sabio Rey de Castella quitou esta obrigação a dom Afonso Rey de Portugal terceyro deste nome, que foy conde de Bolonha, por que era seu gẽro: mas nas historias destes Reys se vee o contrayro disto: por q(ue) nellas diz Ruy de pina bom cronista, que na torre do tomo de lisboa ha escripturas pubricas, q(ue) elle vio assinadas p(e)llos dictos Reys, e assellados com seus sellos de chumbo pẽdentes: das ques consta, que aquella obrigação de serviço de certas lanças q(ue) dom Afonso o decimo de Castella quitou a Elrey de Portugal dom Afonso o terceyro, não procedia delrey dõ Afonso anriquez, mas q(ue) começou e teve principio antre estes dous Reys sogro e genro, e nelles acabou. O principio foy, que dom Payo correa mestre da ordem de Sanctiago em Castella, per mandado delrey de Castella ajudou a Elrey de Portugal a tomar algũs lugares do Algarve que estavam em poder de mouros. Os quaes lugares, por que erão da conquista de ↑Portugal↑ segundo a partição antiga, requirio Elrey de Portugal a Elrey de Castella, q(ue) lhos mandasse entregar

⁹²⁴ O fólio 49v está em branco.

⁹²⁵ Alteração feita acima da rasura «a faziam».

⁹²⁶ «os quaes» está acima da rasura «os».

⁹²⁷ No documento original, há uma complementação do fólio, escrita à parte, iniciando nesta linha. A extremidade superior deste material solto está colada ao fólio 50r. Provavelmente, o autor utilizou essa emenda a fim de acrescentar informações que julgava importantes ao fim desse capítulo.

algũs delles, que estavam em poder de capitães castelhanos.
 E mandoulhos entregar, com tal condição, que em sua vida
 delrey dom Afonso o decimo os Reys de Portugal o ajudassẽ
 com cincoenta cavalleyros contra os Reys mouros da Hespanha.
 Desta obrigação diz aq(ue)lle cronista,⁹²⁸ q(ue) ha hũa escriptura no
 tobo: e tambem diz, q(ue) ha outra, p(e)lla qual aquelle Rey de
 Castella⁹²⁹

Castella dom Afonso o decimo quitou logo em pouco tempo aos
 Reys de Portugal aquella obrigação daquellas cincoẽta lanças:
 e não lhe fez outra quita algũa: nem esta obrigação procedia
 delrey dom Afonso anriquez, como fica dicto. Desta promessa
 e destas lanças, e de como não erã trezentas se veraa
 mays por extenso na historia delrey dom Afonso conde
 de Bolonha que as prometeo: e da quita q(ue) lhe foy feyta:~
 E tambem se atente, que o Algarve não foy dado em
 casamẽto com dona Beatriz: por que ao tempo do seu ca-
 samẽto ainda o Algarve estava em poder de mouros.
 Quanto mays, que elle era da conquista de Portugal:
 e dom Sancho o primeyro o começou a conquistar, e tomou
 a cidade de Silves, por ser da sua conquista: e por essa
 rezão dom Sancho o segundo pedio as villas⁹³⁰ de Mertola,
 e Aljustrel, e dom Fernãdo Rey de Castella lhas mãdou dar,
 como se laa veraa:~ O algarve de q(ue) dixee, que he da⁹³¹
 conq(ui)sta de Portugal he aquelle pequeno do rio Guadiana
 atee o cabo de são Vicente, onde soamente ficou este
 nome Algarve, que no tempo dos mouros comprehendeo
 mays terras que aquella, segundo se lee nas hestoreas
 daquelles tempos. E este Algarve não se deu em casamẽto
 com dona Beatriz, como digo. Senão, se lhe prometerão
 o Algarve q(ue) estaa alem de Guadiana, e não veyo a
 effeyto essa doação.

¶ Capitulo doze, da guerra que⁹³²
 Elrey dom Afonso anriquez ↑teve↑, e batalhas
 q(ue) pelejou despoys da sua prisão

Deslindados

⁹²⁸ No documento está escrito «coronista».

⁹²⁹ Este parece ser o final do primeiro trecho da complementação do fólio escrito separado.

⁹³⁰ Alteração feita acima da rasura «lugares».

⁹³¹ «he da» está acima da rasura «da povoação»

⁹³² O início do capítulo doze foi escrito, provavelmente, antes da emenda colada ao fólio 50r. Por esse motivo, esse trecho inicial do capítulo ficou sob essa emenda de finalização do capítulo anterior.

Fólio 50v

Deslindados os limites dos reynos antre aquelles
 Reys de Portugal e Lião, foyse dom Afonso anriquez
 para Santarem acabar de curar a sua perna: e
 dom Fernando foyse para Lião. Mas o mouro Rey
 de Badajooz Abencabel não comprio sua palavra
 co elle. Prometeolhe de ser seu vassallo, mas não
 o comprio: antes logo se foy a Sevilha, e deu a
 vassallagem a Albojaque Rey dos Alarves que ali
 morava: e disselhe, como dom Afonso anriquez
 Rey de Portugal quebrara hũa perna em Badajooz,
 e que por isso não ↑podia↑ cavalgar: por tanto, que era t(em)po
 de o guerrear: por que não podia pelejar,⁹³³ nem
 defender sua terra: e que facilmête lha tomarião.
 Movido Albojaque p(e)llo dicto de Abencabel ajuntou
 quanta mays gente pode, e entrou p(e)llas terras
 de Portugal, e foy cercar Sanctarẽ, onde estava
 dom Afonso anriquez. O qual tinha consigo
 pouca gente, por que a despedira na vinda
 de Badajooz, para irem descansar a suas casas,
 em quanto não havia guerra. Mas tanto que
 Albojaque o cercou, mandou logo pello reygno
 recado, que se viessem p(er)eelle a gente darmas,

de pee,

⁹³³ Alteração feita acima da rasura «cavalgar».

Fólio 51r

de pee, e de cavallo, dandolhe conta do estado em que estava: e em tanto não saia da villa a dar batalha aos mouros, por que tinha pouca gente.

¶ Estando neste estado soube ↑dom Afonso↑ como seu genro dom Fernando vinha ↑com↑ hum grãde exercito para onde elle estava, e não se confiando d'elle, parecêdolhe que vinha ajudar os mouros, como soia de fazer, determinou dar batalha ao mouro Albojaque antes que dom Fernãdo chegasse, havendo por mays seguro pelear com cada hum delles per si, que com ambos juntos. Por tanto, co essa pouca gente que tinha saiu a pelear com os mouros, e vëceos matando muytos delles, e cativãdo: e os mays fogirão com o seu Rey para Sevilha: onde da hi a poucos dias os foy buscar o Iffante dom Sancho, como direy a diante. Dizem os escriptores daquelle tempo, que naquelle dia fezerão dom Afonso anriquez, e os portugueses em armas façanhas mays q(ue) humanas. E assi se deve crer: por que não era de forças de homens tão poucos como erão os portugueses, vëcer tão grande multidão, como dizẽ que era a dos mouros: por q(ue) dizem que erão sem numero. Erão de toda a Vandaluzia, e de muyta parte dafrica. Por tanto se pode crer que deos, e seu apostolo

Sanctiago

Fólio 52r⁹³⁴

Sanctiago ajudarão evidentemēte os christãos naq(ue)lla
batalha: e com sua ajuda forão feitas⁹³⁵ aq(ue)llas façanhas.

¶ Vencido Albojaque Rey dos alarves em Alvisquer,
Elrey dom Afonso anriquez, polla maa opinyão⁹³⁶
que tinha de seu genro dom Fernão Rey de Lião,
ordenou de o ir buscar ao caminho, e darlhe batalha.

Mas dom Fernão, sabendo a determinação de seu
sogro, mandoulhe dizer, que não tomasse aq(ue)lle
trabalho: por quanto elle não vinha offendello,
mas que vinha ajudallo, e que de sua victoria
recebera muyto contētamento: e poys jaa lhe não
era necessario seu adjutorio, que ficasse para outra
vez: e logo se tornou para seu reyno. Porem dom
Afonso, não se fiando delle, foyse para Coimbra,
por estar mays perto, e saber o que elle machinava:
por que sempre cuydava, como ordiria algũa dissensão.

¶ Dali mandou Elrey dom Afonso anriquez o Iffante dō
Sancho seu filho, com hum exercito de boa gente, a correr
terra de mouros. E entrou per terra⁹³⁷ de Badajooz,
com cujo Rey estava em odio, pollas maas vizinhãças
passadas: principalmente,⁹³⁸ por que elle fora causa de
Albojaque vir esta vez guerrear Portugal. Fez dō Sancho
muytos dannos em terra de Badajooz. E dali passou
ao Algarve, que segundo a cronica he daquella terra,

atee o

⁹³⁴ O fólio 51v está em branco.

⁹³⁵ «forão feitas» está acima da rasura «foy vencida».

⁹³⁶ Alteração feita acima da rasura «sospeyta».

⁹³⁷ «per terra» está acima da rasura «per Badajooz».

⁹³⁸ Alteração feita acima da rasura «em especial».

Fólio 53r⁹³⁹

atee o mar, antre os rios Guadalcabir, e Guadiana. Guerreou⁹⁴⁰ Sevilha, e afrõtou⁹⁴¹ Niebla; e escalou toda aquella terra. Donde tornou com honra, e riqueza, como direy na sua historia. Tornãdo de laa mandou o seu pay apousentar em Sanctarẽ. Onde esteve algũs dias em paz: por que os mouros da Hespanha não ousavão cometer as terras de Portug(a)l.

¶ Mas vendose⁹⁴² os mouros de Lucena, e do⁹⁴³ Algarve⁹⁴⁴ acanhados de dom Afonso anriquez, e de seu filho dom Sancho: e vendo como jaa na Hespanha não havia quem lhe valesse: por que os reynos de Toledo, e Lucena⁹⁴⁵ erã desfeytos: e os de Cordova e⁹⁴⁶ Sevilha estavão quebrãtados, receandose que os desbaratassem de todo, mandarão dizer a Abenjacob almohadi filho de Abdelmon Miramamolim de Marrocos, que †lhe† requerião da parte do seu propheta Mafoma,⁹⁴⁷ e lhe pedião da sua delles, que lhe viesse soccorrer: por quãto a sua gente e ley padecia muyto detrimento na Hespanha: e erã perdidos nella muytos reynos, que seus antepassados gaynharão, e os christãos prevalecião: em especial dom Afonso anriquez e seu filho, em tanto, que lhe tinhão tomado todo o reyno de Portugal, e levavão caminho para lhe tomarem o Algarve: por que jaa tinhão tomadas algũas villas

alem

⁹³⁹ O fólio 52v está em branco.

⁹⁴⁰ Alteração feita acima da rasura «Chegou [aa]»

⁹⁴¹ Alteração feita acima de uma rasura ilegível.

⁹⁴² «Mas vendose» está acima da rasura «Vendose».

⁹⁴³ «e do» está acima da rasura «e».

⁹⁴⁴ Na sequência, a rasura «da Hespanha»

⁹⁴⁵ «e Lucena» está acima da rasura «e Cordova».

⁹⁴⁶ «e os de Cordova e» está acima da rasura «e os alarves de».

⁹⁴⁷ Há uma pequena rasura ilegível após esta palavra.

Fólio 53v

alem de Guadiana, e corrião a seu salvo toda a terra do Algarve atee Guadalcabir, e escalavão, e roubavão, e cativavão sem haver quem lhe resistisse: e dizião, que se assi fossem ↑com sua↑ oufania avante, viria tempo, q(ue) lançarião os mouros de toda a Hespanha: e não soom(ente) isso, mas tambem passarião aas terras dafrica, e inq(ui)e-tarião os mouros della: por que a paz e prosperidade que laa tinhão se conservava com as vidas dos mouros da Hespanha, que com guerra continoa detinhão os christãos, e lhe estorvavão a passada.

¶ Movido Abenjacob p(e)llas rezões sobredictas, que lhe os mouros da Hespanha escrevião, e com zelo de defēder os da ↑sua↑ secta, ajuntou hum grande exercito das gentes daquella terra dafrica, donde elle era o principal, e cabeça de todos: e ordenou de passar elle em pessoa aa Hespanha: como de feyto passou cõ proposito de destruir Elrey dom Afonso anriquez, e seu filho: e quietar os seus mouros, e restituirlhe suas terras, q(ue) lhe os portugueses tinhão tomadas. Trouxe consigo treze Reys mouros seus sofrag(a)nhos, e gente sem numero de pee, e de cavallo: tanta, que segundo dizem, gastou⁹⁴⁸ seys meses em passar o estreyto de Gibraltar, p(e)llo qual passou, de Tangere,

e Alcacere,

⁹⁴⁸ Alteração feita acima da rasura «gundo».

Fólio 54r

e Alcacere para Tarifa, e Barbate. E dali passavão a Sevilha, onde reynava o alarve Albojaque, que fora o principal motor desta passada de Abenjacob. O qual alarve apousentava os mouros no Algarve, por estarem⁹⁴⁹ vezinhos de Portugal, contra o qual os elle trazia. Despoys que todos os mouros de Abenjacob passarão, elle os mandou ajuntar, e ordenou seu exercito, e marchar p(ar)a Portugal. Entrou neste reyno per Alentejo, fazendo grande estrago nas terras per onde passava. Passou o tejo per onde agoora estão os lugares de Tancos, e Gollega[...] ⁹⁵⁰ e destruiu a villa de Torres novas, que estava perto do seu caminho. Dali veyo cercar Sanctarẽ, onde estava o Iffante dom Sancho, no anno de mil e cento e oytenta e dous: sendo dom Afonso anriquez de oytêta e oyto, debilitado no corpo p(e)lla muyta ↑idade↑, e trabalho das armas per longo⁹⁵¹ tempo continuoadas, e algum impedimêto da perna quebrada, mas não do animo, que ainda tinha inteyro. Com o qual pos tanta diligencia em se fazer prestes para acudir a seu filho, que os mouros cuydavão, que não poderia ser partido de Coimbra, quando jaa dava sobrelles. Elles derão logo em chegãdo combate a Sanctarẽ parecêdolhe, que o Iffante não estava

apercebido,

⁹⁴⁹ Alteração feita acima da rasura «quanto».

⁹⁵⁰ Há uma mancha impedindo a leitura do final desta palavra.

⁹⁵¹ Alteração feita acima da rasura «muyto».

Fólio 55r⁹⁵²

apercebido, e que neste premeyro encõtro entrarião
na villa. E mays cuydavão, que a sua multidão, e o
estrago que vinhão fazendo p(e)llo caminho atemori-
zavão os portugueses, e lhe tinhão derribados os animos,
e que se não poderião defender por falta danimo.
Porem o Iffante tinha a villa bem provida de todas
as cousas necessarias, e esperava atee⁹⁵³ ver onde os mouros
hião ter,⁹⁵⁴ se hião por ventura buscar seu pay a Coimbra.
E os portugueses não estavam atemorizados, mas antes
animosos, e desejosos de se eximir dos⁹⁵⁵ trabalhos que padecião.
Combatião os mouros a villa p(e)lla porta de Leyrea:
por que aquelle era o combate mays perto dos seu
arrayal, que estava em bayxo, no campo dalvisquer.
Os mouros combatião com muyta instancia, e os por-
tugueses defendiã com muyto esforço. Hũs e outros
se acupavão com muyta intenção, quando de supito,
a tempo que não cuydavão, aos olivaes de sãcta m(ari)a do môte⁹⁵⁶
chegarã⁹⁵⁷ as bandeyras de dom Afonso anriquez.
Vierão per caminhos não acostumados por não serem
descubertos. Vierão per Minde, e albardos, e Pernez.
Ali esperarão a noyte: e como anoyteceo vierão se
emboscando p(e)llos olivaes, atee onde agoora estaa
o mosteyro de sancta Caterina. Dali mandou Elrey
parte de sua gente per alvisquer a bayxo, q(ue) fossem
dar no array(a)l

⁹⁵² O fólio 54v está em branco.

⁹⁵³ Alteração feita acima de uma pequena rasura ilegível.

⁹⁵⁴ «hião ter» está acima da rasura «paravão».

⁹⁵⁵ «de se eximir» está acima da rasura «vingar os».

⁹⁵⁶ «sãcta m(ari)a do môte» está acima da rasura «cotra Pernez»

⁹⁵⁷ Alteração feita acima da rasura «apparecerão».

Fólio 55v

dar no arrayal dos mouros, que ainda não estava assentado, nẽ acabava de chegar todo: por que em taes envoltas fazem ↑os↑ diligentes sua fazenda.⁹⁵⁸ A mayor parte da sua gente trouxe Elrey consigo, atee onde estaa a igreja de nossa senhora do monte. Dali mãdou recado a seu filho, que saisse com a gente da villa, de madrugada pella porta de são Lazaro. Per esta ordem derão ambos nos mouros, que combatião a porta de Leyrea. Na qual porta o Iffante deyxou os velhos, e molheres com trombetas, e tambores, que fizessem entender aos mouros, que se punhão em ordem de sair a dar batalha: e pello muro fezessẽ algazares, e gritas, em que os mouros entendessem. Atentavão os mouros para os alaridos q(ue) se fazião dentro na villa, e pellos muros della, e não se percatavão de rebate algũ de fora: por q(ue) cuydavão que o Iffante dom Sancho estava dentro na villa, e Elrey dom Afonso em Coimbra. Nisto supitamẽte derão ambos pay e filho, cada hum por sua parte, nos mouros. E por que na guerra, os sobresaltos não cuydados não se podem prevenir, dão muyta torv(a)[çã]⁹⁵⁹ aos sobresaltados:⁹⁶⁰ como este deu aos mouros. Os quaes, a torvação os desbaratou, de feyção que não sabião a qual acudissẽ por que os ferião da ilharga, e das costas: e da villa

os ameaçavão

⁹⁵⁸ O autor põe o símbolo indicativo de nota marginal, porém não há nenhuma nota à margem do documento.

⁹⁵⁹ O final da palavra não está visível no fac-símile.

⁹⁶⁰ «aos sobresaltados» está acima da rasura «vação»

Fólio 56r

os ameaçavão, fazêdolhe⁹⁶¹ entender, que querião
sair a elles a darlhe batalha. A qual saída elles teverão
por certa,⁹⁶² quando virão, que de fora vinha
socorro aa villa: por que cuydarão, que este socorro era
de Lisboa, e das outras terras do reyno. E sobre tudo
arreceavão, que viesse elrey dom⁹⁶³ afonso anriquez,
que elles mays temião⁹⁶⁴ por seu saber, e esforço.
Desta maneyra forão vencidos os mouros, não sabêdo
quẽ os vencia: e começarão recolherse p(ar)a o arrayal.
E por que não sabião a terra, cuydando que hião
pella calçada do ressayo, lançavãose p(e)llas barrocas
de sancta clara. Onde os de cavallo ↑arm(a)dos↑ cahião, e não
se podião alevantar: e os de pee, se se alevantavão,
não podião sair com armas, e os portugueses, que
hião tras elles os matavão aa vontade: por que
sabião a terra, e os caminhos della. Quando che-
garão ao campo, acharão o arrayal esfragalhado,
e a gente escalavrada: e quiserão se por em defensão:
mas os portugueses que vinhão tras elles, e os q(ue)
andavão no arrayal não lhe davão ↑espaço↑ para se porẽ
em ordem de pelejar. Nisto começava a manhecer ,
e elles não virão o Miramamolim, que era jaa fogido:
por que os portugueses que vierão de noyte o feirião:
por quãto elle estava no arrayal, e não estava no

combate de

⁹⁶¹ Alteração feita acima da rasura «dandolhe».

⁹⁶² Alteração feita acima da rasura «verdadeyra».

⁹⁶³ «elrey dom» está acima da rasura «dom Afonso».

⁹⁶⁴ Alteração feita acima da rasura «arreceavão».

Fólio 56v

combate de Marvilla, segundo o estillo do seu grande estado: segundo o qual elle não saia da sua tenda, senão de dia, e não para pelear, senão para assistir, e animar os seus. Quando os mouros não virão o seu Miramamolim, e soberão, que era fogido, perderão todos o animo, e poserãose em fogida: hũs se lançavão ao rio para se passar aa charneca, e afogavãose: outros hião p(ar)a as barracas da Radinha, e para a Azinhaga, onde achavão os moradores de torres novas, e outros seus vezinhos, que elles tinhão agravados: os quaes de vontade se vingavão delles, e os matavão sem piedade. Neste caminho fogindo morreo quasi toda a gente, que Abenjacob trouxe dafrica, e morrerão aquelles treze Reys, que elle trouxe consigo. E delle diz a cronica geral, falando dos almohadis no q(ui)nto capitulo da quarta ↑parte↑, que hum homem christão o matou em Portugal, e não soube dizer, que aquelle homem⁹⁶⁵ era portugues.⁹⁶⁶ Não lhe coube na boca este nome portugues. Porem as boas historias dizem, que de Alvisquer foy ferido de duas lançadas: das quaes morreo em poucos dias. Nesta batalha de Alvisquer não havia caste- lhanos, que lhe dessem aquellas lançadas: nem lhas deu senão homẽ portugues. Desta feyta ficarão

os mouros

⁹⁶⁵ «aquelle homem» está acima da rasura «era portugues».

⁹⁶⁶ «era portugues» está acima da rasura «aquelle homẽ».

Fólio 57r

os mouros escarmentados de dom Afonso anriquez,
 e desenganados da confiança que tinham no socorro
 do Miramamolim de Marrocos contra este reyno,
 e não tornarão mays a elle em vida de dom Afõso.
 Porem Abenjucef filho deste Abenjacob, querendo
 vingar a morte de seu pay, e não se atrevêdo
 contra dom Afonso, pareceolhe, que abastava vîgarse
 em qualquer terra de christãos: e ajuntou hum
 grande exercito de mouros, e com o qual passou
 aa Hespanha. Entrou p(e)lla Vandaluzia, e segũdo
 diz a cronica, passou pellas campinas de Cordova,
 e p(e)llo porto de muralal: e no reyno de Toledo junto
 da villa de Alarcos venceu hũa famosa batalha
 contra dom Afonso sanchez Rey de Castella.

¶ Vencida aquella derradeyra batalha de Alvisquer,
 junto de Sanctarẽ: onde jaa antes forão vêcidas
 outras duas bem famosas: hũa em q(ue) forão presos
 dous grãdes Reys, dom Sancho rey de Castella, e dõ
 Garcia seu irmão: e outra em que foy desbaratado
 Albojaque Rey dos alarves de Sevilha: e recolhido
 o despojo desta ultima de Abenjacob, Elrey dom
 Afonso anriquez, e seu filho dom Sancho se forão
 p(ar)a Coimbra: onde estiverão algũs dias descansando.

Ali encomẽdou

Fólio 57v

Ali encomẽdou Elrey a seu filho a defensão do reyno, por quanto elle era jaa muyto velho, e cansado, e a idade, e desposição lhe dizião, que não confiasse em suas forças, mas que entendesse em despor sua alma para o caminho da outra vida, e que deyxasse os cuydados desta: por que se lhe chegava o cabo dos trabalhos: presentes; e dia do seu passamento, que chamamos morte, mas he ida para a vida; e de cabo desta morte, e he principio do galardão que esperão os bos, como foy este escolhido princepe, q(ue) deos escolheo p(ar)a restaurar o seu povo portugues. E poys he verdade, como de feyto he, que os Reys, e princepes, que bem governão, e defendem o povo de deos, que lhe he encomẽdado, merecem a vida eterna, este segundo suas obras, foy hum dos que a bem merecerão. Cujas obras, e merecimẽtos constão do que atras fica escripto. He isto tão claro, que alumeava a⁹⁶⁷ escuridão dos gẽtios. Nos seus sonhos vião isto, posto que não tão certo, como os christãos na fee, e esperança q(ue) tem seu deos. Via Scipião isto em sonho: mas David, e Cõstantino, e outros muytos princepes do povo de deos o tinham por sem duvida, por que lho dixee d(eo)s, ou lho fez entender: como se cree que fez a dõ Afonso anriquez:~⁹⁶⁸

⁹⁶⁷ Alteração feita acima de uma pequena rasura ilegível.

⁹⁶⁸ Não há reclamo neste fólio.

Fólio 58r

¶ Não soomête cavallaria animosa, mas tambem
 devação religiosa resplandera em dom Afonso anriquez:
 por q(ue) alem de fazer mosteyros, e casas de oração, tambem
 teve⁹⁶⁹ cuydado de tirar dantre mouros as reliquias do
 martere são Vicente, e as por na see de Lisboa: e co ellas
 ennobreceo esta see, como seu pay ennobreceo a de
 Braga cõ as de são lucas. Dizem q(ue) trouxerão a Lisboa
 estas reliquias no anno de Christo mil e cêto e setêta
 e cinco, e da idade dElrey dom Afonso anriquez oytêta
 e hum. Dizem tambem, que de Valença daragão as
 trouxerão ao⁹⁷⁰ cabo de são Vicente algũs christãos devotos:
 por q(ue) em Valença, onde elle foy marterizado, ardia
 naquelle tempo ↑a↑ perseguição contra os de Jesu Christo,
 e contra suas reliquias e corpos mortos. E trouxerão
 aquelles christãos devotos as reliquias de são Vicente
 a esta terra: por que esta terra não era da jurdição
 dos emperadores romanos, como dixe na primeyra
 parte, ou livro desta obra,⁹⁷¹ e por tanto se não
 executavão nella as crueldades daq(ue)lles emperadores:
 mas vivião aqui os christãos quietos sob a proteyção dos
 Reys desta terra, atee o tempo dos mouros: e no tẽpo
 dos mouros ficarão nella algũs christãos: os quaes teverão
 aquellas reliquias escondidas, atee, que souberão, que dõ

Afonso

⁹⁶⁹ Alteração feita acima da rasura «trouxe».

⁹⁷⁰ Alteração feita acima da rasura «aaque».

⁹⁷¹ Na sequência, uma rasura ilegível.

Fólio 58v

Afonso anriquez era senhor de Lisboa, e dos portos do mar, per onde as podião trazer mays seguras, que per terra: os quaes se vierão pareelle, e lhe fezerão saber dellas, e as forão buscar per seu mandado e as trouxerão a esta cidade, e as poserão na capella mor da see della: onde atee agoora estão muy veneradas.

Outra cousa fez muy notavel, como Rey christianissimo, e⁹⁷² devoto amigo da sancta madre igreja, que se não lee, que outro algũ rey daq(ue)lle tempo fizesse autualmẽte, posto que virtual, ainda que tacita, todos a devem fazer, sob pena de scismaticos. O que fez he, hũa protestaçaõ publica, e solemne por si, e por este reyno, e seus Reys,⁹⁷³ futuros,⁹⁷⁴ de serem da obediencia, e jurdiçaõ espiritual e ecclesiastica p(ar)a sempre jamays unidos com a sancta igreja christãa catholica, e orthodoxa.

Aa qual protestaçaõ responde o sancto padre summo pontifice, vigayro de Christo, Alexandre terceyro, no rescripto seguinte louvando, e gratificandolhe a sua sancta devaçãõ, e obediencia:~

¶ Rescripto do sancto padre Alexandre tercio, dirigido a dom Afonso anriquez Rey de Portugal, escripto em lingua latina, como estaa no seu original: por q(ue) se não possa calũniar, negar, nem corromper:~

¶ *Alexander*

⁹⁷² Na sequência, a rasura «desvoto».

⁹⁷³ Na sequência, a rasura «em».

⁹⁷⁴ Alteração feita acima da rasura «perpetua».

Fólio 49^a_a⁹⁷⁵

¶ Alexander episcopus, semus servo(rum) dei, charissimo
 in Christo Alfonso illustris Regi Portugalliae, erusq(ue) haeredib(us)
 in perpetuam. Manifestis probatum ↑est↑ argumentis, quae
 per sudores bellicos, et certamina militaria in inimicos
 in nominis intrepidus extirpator, et propugnator
 diligens fidei orthodoxe, sicut devotus filius, et p(ri)nceps
 catholicus multimoda obsequia matri sacro sanctae ecclesiae
 impendisti, dignū memoriae nomen, et exemplū inimitabile
 posteris relinquēs. Aequum est autē, ut quos ad regimen,
 et salutem populi ab alto dispositio caelestis elegit, apostolica
 sedes affectione sincera diligit, et in suis justis petitionib(us)
 studeat efficaciter ex(a)udire. Proinde, nos attendentes
 personam ↑tuam↑ prudentia ornatā, justitia praeditam, ac ad
 populi regimen idoneā, eam sub beati Petri, et nostra
 protectione suscipimus. Et regnū Portugalliae cū inte-
 gritate honoris regni, et dignitate, que ad reges per-
 tinet: necnon et omnia loca, quae cum auxilio celestis
 gratiae a sarraceno(rum) manibus arripueris, in quib(us) jus
 sibi non possunt christiani principes circumpositi vē-
 dicare, excelētietuae concedimus, et auctoritate apostolica
 confirmamus. Ut autem ad devotionē, et obsequium beati
 Petri apostolo(rum) principis, et sacro sanctae Romanae ecclesiae
 vehementius accendoris, haec ipsa praesatis haeredibus tuis
 duximus concedenda: eosq(ue) super iis, quae concessa sunt,
 deo propitio pro injuncto nobis apostolatus officio defen-
 demos. Tua itaq(ue) intererit, fili charissime, circa honorē,
 et obsequium

⁹⁷⁵ Parece que o autor novamente faz confusão e, assim, desobedece a sequência numérica dos fólhos. Como há outro fólio com a mesma numeração, a distinção deste e dos números repetidos seguintes, será feita por uma letra «a» subscrita.

Fólio 49v

*et obsequium matris tuae sacro sanctae Romanae ecclesiae
humilime te devotum exhibere, et te ipsum in ejus oportu-
nitatibus, et dilatandis christianae fidei finibus exercere:
ut et tam devoto, et glorioso filio sedes apostolica gratuletur,
et in ejus amore quiescat. Ad indicium autē q(ue) praescriptū
regnū beati Petri juris existat, pro amplioris reverentiae
augmēto statuisti, duas marcas auri annis singulis nobis,
nostrisq(ue) successoribus persolvendas. Quē utiq(ue) censum ad
utilitatem nostram, et successorum nostro(um) braccarensi archi-
episcopi qui pro tempore fuerit, tu et tui successores
curabitis assignare. Decernimus ergo, ut nulli hominū
liceat, personā tuam, aut haeredum tuo(rum): vel et prae-
fatum regnū temere perturbare, aut ejus possessiōes
auferre, vel ablatas retinere, minuere, vel aliq(ui)bus
vexationibus fatigare. Siqua igitur in futurum
ecclesiastica, saecularis [...] persona hanc n(ost)rae consti-
tutionis paginā sciens, contra eam temerē venire
tentaverit, secundo, tertioq(ue) commonita, nisi reatū
suum condigna satisfactione correxerit, potestatis,
honorisq(ue) sui dignitate careat, reumq(ue) se divino
judicio existere de perpetrata iniquitate cognoscat:
et a sacratissimo corpore, et sanguine dei, et d(ivi)ni
redemptoris nostri Jesu christi aliena fiat, ac in
aeterno examine districtae ultioni subjaceat. Cūctis
autē eisdem regno, et Regi sua jura servantibus
sit pax domini nostri Jesu christi, quatenus, et hic*

fructū

Fólio 50_a

*fructum bonae actionis accipiant, et apud districtum
judicem premium aeternae patriae inveniāt. Amē. Amē.
Datum Lita. Vene per manū Alberti sanctae Romanae
ecclesiae presbyteri cardinalis, et cancellarii. Decimo [...]]
Junii. Inditione undecima. Incarnationis dominicae anno
M.Lxxix. Pontificatus vero domini Alexandri tertii
anno vigesimo.*

¶ O proprio original deste rescripto estaa na torre do tombo deste reyno em Lisboa, na gaveta dos rescriptos e breves apostolicos, assinado p(e)llo Papa Alexãdre terciõ, e per muytos Cardeaes da sua corte no titulo delrey dom Afonso anriquez. E no titulo dElrey dõ Afonso o segundo seu neto estaa repetido, e confirmado p(e)llo Papa Innocencio terceyro, no anno de mil e dozentos e doze. No qual tombo não achey breve algũ de Eugenio terceyro concedido a dom Afonso anriquez, como diz a cronica geral. Pollo q(ue) parece, que trocou os nomes daquelles pontifices. Por que⁹⁷⁶ todavia o seu dicto concordã com o deste rescripto do Papa Alexandre em algũas cousas. Concordã ambos, por que ambos dizẽ, que este reyno ↑era↑ de dom Afonso anriquez. E isto se cõfirma per hum breve do sobredito Innocencio terceyro dirigido a dom Afonso o segũdo: no qual diz, que os Reys de Castella não tem jurdição algũa em Portugal. Concordã tambem: por que ambos dizem, q(ue) dom Afonso ordenou dar aos Papas hum certo censo. Mas são de-

ferentes

⁹⁷⁶ «Por que» está acima da rasura «Mas».

Fólio 50_v_a

ferentes na tenção com q(ue) ordenou de lho dar: por que a cronica diz, que fez dom Afonso este seu reyno peyteyro ao Papa por graças q(ue) lhe o Papa concedeo, e o breve diz, que ordenou darlhe aquelle censo em sinal, q(ue) este reyno era do deryto de são Pedro. E chamalhe censo e não peyta: as quaes chufas são mûto deferêtes hũa⁹⁷⁷ da outra: por q(ue) dar ao Papa peyta por graças espirituas tem figura de simonia, e darlhe censo em sinal de reverencia,⁹⁷⁸ como diz o breve, he sinal de obediencia, e devação. Não diz q(ue) faz o reyno peyteyro, mas diz, que lhe daa aquillo em sinal que he do deryto de são Pedro. As quaes palavras se hão de notar per esta via q(ue) agora direy. Diz, q(ue) he do deryto ↑de↑ são Pedro: por q(ue) naquelles tempos havia na ygreja christãa muytos chismas: e hũs dizião, q(ue) erão da obediencia de Constanti↑no↑pla, outros de Alexãdia,⁹⁷⁹ e outros de Roma, onde são Pedro foy prelado. E por isso o breve entende q(ue) ser obediencia de Roma he ser do deryto de são Pedro, e he ser da ygreja chatolica. A tenção de dom Afonso foy professar a obediencia dos successores de são Pedro. Algũs quiserão dizer que dom Afonso fezera este reyno feudo da camara apostolica, mas não sabem o que dizem, por q(ue) a propriedade do feudo he do senhor do feudo, e a propriedade de Portugal nunca foy da camara apostolica. E tem os feudos tal

condição,

⁹⁷⁷ «as quaes chufas são mûto deferêtes hũa» está acima da rasura «E mays he muyto deferête hũa cousa».

⁹⁷⁸ Alteração feita acima da rasura «revecia».

⁹⁷⁹ Transcrição de acordo com o documento.

Fólio [51r_a]⁹⁸⁰

condição, que não se pagando perdêse pollos senhores feudatairos,⁹⁸¹ mas este de Portugal nunca se pagou, e nem por isso se perdeu. Não o perderão digo os reys de Portugal, porq(ue)⁹⁸² são elles os senhores proprietayros, e não derão seu senhorio aos Papas: nem lhe concedião⁹⁸³ senão censo, como diz o breve: o qual nunca se pagou, nem veyo a effeyto.

Mas veyo a effeyto o que elle significava, que era ser este reyno da obediencia da cathedra de são Pedro, como de feyto he, e sempre foy sem jamays quebrar. E por isso lhe concede a elle e a seus Reys este Papa Alexandre, e despoys della Innocêcio terceyro confirma as graças sobredictas, e não polla peyta, como quis entender a cronica. Finalmête não deu dom Afonso anriquez aos Papas o senhorio temporal deste reyno, nẽ ↑se↑ lhe obrigou pagar tributo como a senhores temporaes, mas assinavalhe censo como a eclesiasticos, cõ titulo de esmola espontanea, e obra piadosa sem obrigação, como são as esmolas puras.⁹⁸⁴

¶ Algũs chamão a este rescripto ereyção, e criação de novo reyno, e Rey: mas o Papa não lhe chama senão pagina de constituição: a qual não pode ser de novo Rey, nẽ reyno: por que alem de o Papa não declarar de q(ue) he esta constiuição, elle mesmo no principio deste

mesmo

⁹⁸⁰ O autor não marca o número do fólio.

⁹⁸¹ Alteração feita acima da rasura «utiles».

⁹⁸² Alteração feita acima da rasura «que».

⁹⁸³ Alteração feita acima da rasura «concederão».

⁹⁸⁴ Todo o trecho que ocupa as linhas 17 e 18 está acima da rasura: «esmola piadosa, a qual nunca se pagou, por que era espontanea como são as obras piadosas».

mesmo⁹⁸⁵ rescripto chama a dom Afonso Rey, e a Portugal Reyno, antes de lhe dar autoridade para serem Rey, nem Reyno: e da hi consta, q(ue) este rescripto não ↑he↑ de nova ereyção nem dhum, nem doutro. Não de reyno: por que na premeyra parte deste livro fica provado, q(ue) Portugal tem titolo de reyno muyto antigo: nẽ de Rey, por que aqui nesta historia⁹⁸⁶ vimos, que o povo no campo dourique perto de quarẽta annos antes disto⁹⁸⁷ fez dom Afonso anriquez rey de Portugal. E se dizem, que o povo de Portugal não podia fazer rey dom Afonso anriquez, tambem lhe direy, q(ue) o povo desbaratado,⁹⁸⁸ e desapossado de suas terras não podia fazer dom Payo Rey da Hespanha. E se para dom Afonso anriquez era necessaria autoridade apostolica, tambẽ era necessaria a mesma autoridade para os Reys de Castella, e de Navarra, e Aragão, que se fizeram Reis e reinos⁹⁸⁹ sem aquella autoridade. Os mouros derão estes titolos a Cordova, e a Toledo, e Sevilha, e Granada: e os christãos soo com aquella autoridade dos mouros chamão aquellas terras reynos. Assi que bem podia o povo⁹⁹⁰ de Portugal usar destes titolos, como outros usavão: e jaa usava delles antes deste rescripto: e não foy esta nova ereyção,

nẽ criação

⁹⁸⁵ Alteração feita acima da rasura «deste mesmo».

⁹⁸⁶ Alteração feita acima da rasura «vida».

⁹⁸⁷ «annos antes disto» está acima da rasura «antes dagoora»

⁹⁸⁸ Alteração feita acima da rasura «dissipado».

⁹⁸⁹ «Reis e reinos» está acima da rasura «na Hespanha»

⁹⁹⁰ Alteração feita acima da rasura «podia».

Fólio 52_a

nem criação: nem o Papa usa destes vocabulos nesta breve,⁹⁹¹

mas chamalhe constituição, como dixee, por q(ue) lhe não

podia dar essoutros nomes de ereyção, e criação nova.

Constituição lhe chama, por que quanto ao principal

lhe deu ser ↑e constituiu↑ per autoridade divina, como antigam(ente)

os prophetas, e sacerdotes fazião quando ungião

a Reys: e agoora fazẽ, qu(a)ndo ungem os empera-

dores. Os quaes despoys⁹⁹² de ser elleytos secularmẽte,

são ungidos em significação, que sacramẽtalmẽte recebẽ

de deos o poder que tem sobre o povo, per meyo dos

summos pontifices, que os constituẽ. E esta he ↑a↑ cõsti-

tuição, que o Papa fez em dom Afonso anriquez,

posto, q(ue) o não ungissee: por que as ceremonias sacramẽ-

taes não são da essencia dos sacramẽtos. O essencial⁹⁹³

he, que⁹⁹⁴ o poder dos Reys ↑venha↑ de Chr(ist)o per meyo

dos summos pontifices seus vigayros, segũdo muy

doctamẽte escreveo em nossos dias o doctor navarro

Martim de Azpilcueta. E assi veyo a dom Afonso an-

riquez per meyo de Alexãdre tercio autor deste breve:~

¶ Outro ponto he necessario que pratiquemos sobre este

breve, por q(ue) os emulos se não gloriem da sua malicia

contra o Papa, e contra dom Afonso anriquez. Dizẽ

os emulos, que o Papa tomou este reyno aos reys de

Castella, e q(ue) o deu a dom Afonso anriquez: mas não

dizẽ

⁹⁹¹ «nesta breve» está acima da rasura «não usa».

⁹⁹² «Os quaes despoys» está acima da rasura «e reys de frança».

⁹⁹³ Há uma nota à margem direita do fólio sem nenhuma indicação do local onde deve ser incluída, ou seja, sem o sinal de inclusão característico neste documento para esse fim. De acordo com o contexto, talvez fosse possível incluir essa nota nesta linha, após a palavra «sacramẽtos». A sua transcrição, a seguir, não é feita por completo porque a cópia não se apresenta muito clara a partir de determinado ponto: «E mays este nome cõstituição, aqui se pode tomar por ley, e pragmatica, assi como os nossos bispos chamão constituições as suas leys sinodae: por q(ue) aqui o Papa chama cõstituição a ley [...]».

⁹⁹⁴ Na sequênciã, a rasura «venha».

Fólio 53r^a⁹⁹⁵

dizem verdade: por que este ↑reyno↑ não era dos reys de Castella,
 mas estava em mãos dos mouros,⁹⁹⁶ e de poder de mouros o tirarão dom
 Afonso anriquez e seu pay. Isto consta do q(ue) fica scripto nesta hestore(a)⁹⁹⁷
 e deste breve consta, que lhe não deu senão o que elle tom(a)sse
 aos mouros, e não aos christãos: mas antes faz salva dos
 lugares, que pertencẽ aos Reys christãos nossos vezinhos,
 e diz ↑assi↑. Per autoridade apostolica concedemos a tua exce-
 lencia, e confirmamos todos os lugares, que cõ ajuda
 da graça celestial tomares das mãos dos sarracenos:
 em que os princepes christãos commarcãos⁹⁹⁸ não podem
 adquirir dereyto. O Papa que isto diz, não pretende
 tomar o reyno de Portugal aos Reys de Castella, e
 doalo a dom Afonso anriquez. Nem o tomou a elles,
 nem o deu a elle: por que jaa era seu delle, e nũca
 foy delles. Isto consta de tudo o que fica escripto a
 tras, e deste rescripto presente: e não ha outro res-
 cripto que outra cousa diga, nem hestoreas, q(ue) isto⁹⁹⁹ contra-
 digão com algũa autoridade: por q(ue) as que isto contr(a)dizẽ
 não a tem sua, nem allegão doutrem, q(ue) ↑a↑ tenha.¹⁰⁰⁰

¶ Capitulo treze, da idade que
 Elrey dom Afonso anriquez tinha no
 tempo deste rescripto, e de seu falecimẽto.¹⁰⁰¹

¶ Foy este

⁹⁹⁵ O fólio 52v está em branco.

⁹⁹⁶ «mas estava em mãos dos mouros» está acima da rasura «que era de mouros».

⁹⁹⁷ «do q(ue) fica scripto nesta hestore(a)» está acima da rasura «da letra deste breve».

⁹⁹⁸ Alteração feita acima da rasura «vezinhos».

⁹⁹⁹ «q(ue) isto» está acima de uma pequena rasura ilegível.

¹⁰⁰⁰ Na sequência, a rasura «credito» e logo após, à margem do fólio, há a seguinte nota sem indicação do local onde deve ser incluída: «He muyto de notar, q(ue) diz, em q(ue) os princepes commarcãos não podem adquirir dereyto, como os de Castella não podião adquirir nos lug(a)res de Portugal, segũdo fica provado.»

¹⁰⁰¹ «e de seu falecimẽto» está abaixo de duas rasuras: «e que fazia» e, acima desta, «e do q(ue) então fazia»

Fólio 54_r¹⁰⁰²

Foy¹⁰⁰³ este rescripto espedido em Veneza¹⁰⁰⁴ anno de Chr(ist)o de mil e cento e septenta e nove annos, como delle consta: e com mays seys, que dom Afonso tinha antes dos cêto, ficão sendo os da sua idade oytenta e cinco. E da hi atee q(ue) morreo, viveo ainda outros seys. Assi que elle viveo noventa e hũ annos, e morreo no anno de Christo oytêta e cinco sobre os mil e cento. E sem embargo de ser tão velho encomẽdalhe o Papa, que se exercite em dilatar os limites da fee, e igreja christãa. A qual encomêda claramête faz crer, que não era dom Afonso anriquez obrigado a não cavalgar em cavallo, como fica dicto: e tambem faz crer, q(ue) ainda se exercitava nas armas contra os mouros, poys o Papa diz, que a sancta madre igreja repousava em hum filho tão devoto, e glorioso, como elle era. Isto he o que fazia dom Afonso anriquez em sua velhice, como sempre fez em sua vida. Fazia guerra aos mouros, que ainda ficavão na beyra, e estrema-dura, e alentejo. Hia alimpando a terra, e lançãdo della os imigos do nome christão, que se não podião lançar logo todos de hum impeto: por q(ue) erão muytos: e na sagrada escriptura diz deos a josue. Não os mataras logo todos,

¹⁰⁰² O fólio 53v está em branco.

¹⁰⁰³ O autor não repete o caldeirão medieval como inicialmente registrado de acordo com o reclamo anterior.

¹⁰⁰⁴ Alteração feita acima da rasura «Roma».

Fólio 55r^a¹⁰⁰⁵

logo todos: por que não fique a terra despovoada,
 e se criem¹⁰⁰⁶ nella bestas bravas, e bichos peçonhentos, e
 espinha. Conforme a isto deyxou dom Afonso neste
 reyno algũs mouros, que durarão atee nosso tempo.
 Elrey dom Manoel os acabou de lançar desta terra:
 e algũs se fezerão christãos, e ficarão nella. E por q(ue)
 os mouros q(ue) dom Afonso anriquez deyxava ficar
 no reyno não erão seguros, elle com prudencia, de
 que o sancto padre diz que era ornado, e idoneo p(ar)a
 regimẽto do povo, ordenava a governança da terra
 de maneyra, que estevessem todos em paz, e quietação.
 Nisto se accupava Elrey dom Afonso anriquez neste
 tempo de sua velhice honrada, e christianissima:~
 ¶ Neste comenos morreo dom Gonçallo mendez da
 Maya o lidador, fronteyro moor na comarca dalentejo
 por Elrey dom Afonso anriquez. A hestorea da sua glo-
 riosa morte contarey logo a diante no capitolo seguĩte.
 Era elle pouco mays velho¹⁰⁰⁷ que dom Afonso anriquez: e per seu
 falecimẽto ordenou Elrey, que fosse fronteyro daq(ue)lla
 fronteyra o Iffante dom Sancho seu filho. O qual
 posto que era mancebo era bom cavavalleyro, e cria-
 vase para governar a guerra de todo o reyno: e m(a)ys
 criavase antre muy estremados cavalleyros, q(ue) a bayxo
 nomearey. Corria o Iffante dom Sancho muytas vezes
 toda

¹⁰⁰⁵ O fólio 54v apresenta-se apenas com o seguinte trecho rasurado à primeira linha: «logo todos: por que não fique a terr(a) despovoada». O restante do fólio está em branco.

¹⁰⁰⁶ Alteração feita acima da rasura «crem».

¹⁰⁰⁷ «Era elle pouco mays velho» está acima da rasura «Por seu falecimento».

Fólio 55_{va}

toda a terra do Algarve desde Guadiana atee Guadalcabir,
e atee o mar athlantico: a qual então era senhoreada per
Albojaque Rey dos alarves, que reynava em Sevilha.

¶ Conhecia dom Afonso anriquez que se acabava o numero
de seus dias: por que passava jaa dos oytenta ↑annos↑, quando tudo
he trabalho e dor: e despunhase para a passada desta vida.

Encarregava este reyno, que lhe deos encomẽdou a seu
filho, que elle sabia, que era sufficiente para dar delle
boa conta: e edificava para sua sepultura hum dos mays
sumptuosos mosteyros, que ha na christandade: que he
sancta Cruz de Coimbra. Ao qual dotou livres¹⁰⁰⁸ tantas
possissões, e rendas, que Elrey dom Johão o terceyro fez
dellas dous bispados, e hũa universidade, ficando para os
religiosos opulenta subtentação.

¶ Em hũa cousa, que agora quero dizer, mostrou deos o muyto
amor, que teve a dom Afonso anriquez: e he que nelle, como
em outro David fez exceyção daquella regra e ley geral,
que pronũciou a são Pedro, quando lhe dixee: quem matar
com ferro, seraa elle morto cõ ferro. Isto não se cumprio
em David, nẽ em dom Afonso anriquez: por que sendo elles
homẽs de muytas guerras, e mortes deyxouos deos acabar¹⁰⁰⁹
em suas casas pacificamẽte sem sangue. Concluindo os
muytos louvores que os sanctos padres dão a dom Afonso, dizẽ
que elle deyxou¹⁰¹⁰ exemplo de muytas virtudes para imitarem
os q(ue) despoys¹⁰¹¹ delle viessem, em cavallaria, e christandade.

¶ Passou Elrey

¹⁰⁰⁸ Alteração feita acima da rasura «totou».

¹⁰⁰⁹ Alteração feita acima da rasura «morrer».

¹⁰¹⁰ Alteração feita acima da rasura «foy».

¹⁰¹¹ «q(ue) despoys» está acima da rasura «que».

Fólio 56_a

¶ Passou Elrey dom Afonso amroquez desta vida temporal p(ar)a a vida eterna em seys do mes de Dezembro do anno de Christo nosso redemptor mil e cento e oytenta e cinco: e de sua idade noventa e hum: e de seu reynado corenta e seys. Viveo compridos dias, por que honrou seu pay, e sua mãy: por quanto aos que o assim fazem promete deos longa vida sobre a face da terra. Foy restaurador deste reyno, escolhido per deos em sua vida, e per sua morte o deyxou encomendado a seu filho muyto seu semelhante, e grande parte de sua gloria: por que o bom filho he gloria de seu pay: segundo diz o sabedor. Deyxou esse seu filho em posse justa¹⁰¹² e livre deste seu reyno, quanto aos christãos: e quanto aos mouros prospera e victoriosa. Deyxou seus filhos¹⁰¹³ bem casados. Deyxou sua fama gloriosa per muytos annos. Deyxou sua fazenda repartida com prudencia, justiça, e charidade. Foy homẽ de grande vulto¹⁰¹⁴ de corpo, e gesto alegre para os amigos, e para os contrayros temeroso: estatura alta de onze palmos, segundo vimos na sua sepultura, que Elrey ↑dom Manoel↑ mandou abrir no anno de mil e quinhẽtos e vinte: onde estava embalsamado, e inteyro, e foy medido, e era de onze palmos, como dixẽ, em comprido, e os membros proporcionados co a compridão. Teve muyta força corporal, e esforço de animo: tanto que não receava cometer feyto alem de armas por difficultoso que fosse: mas tão alegre começava as batalhas, como se jaa tevesse vencidas. Venceo em batalhas abertas, q(ue) os nosso chamão campaes, e legitimas, sem soborno,

peyta,

¹⁰¹² Alteração feita acima do trecho rasurado «posse pacifica».

¹⁰¹³ O trecho «seus filhos» está acima do trecho rasurado «sua faz»

¹⁰¹⁴ Alteração feita acima da rasura «estatura».

Fólio 56_{va}

peyta, nem engano, vinte Reys, e dous Emperadores. Venceo o Emperador da Hespanha dom Afonso orraquez em Valdaves: e o Miramamolim de Marrocos Abenjacob em Alvisquer. Miramamolim quer dizer senhor dos senhores, e antre os mouros naquelle t(em)po era como em Roma o Emperador. Os reys que vêceo forão, Ismar Rey de Cordova com outros quatro no câpo dourique junto de Castro verde. E mays Albojaque Rey dos alarves de Sevilha, tambem em Alvisquer junto de Sanctarê. E ahi tambẽ outros treze, que vinhão com Abenjacob de Marrocos. E o Rey de Badajooz dua vezes, hũa em Palmella, e outra em sua terra, quando lhe entrou a cidade. E de sobre Coimbra lançou Achi rey da terra de Lucena. Tomou muytas cidades, villas, e castellos deste reyno: e acabou de lançar delle o senhorio ↑e reis↑ dos mouros. Foy sepultado em Coimbra no mosteyro de sancta cruz, da ordem dos conegos regrantes da regra de sancto Agostinho, que então se chamavão da sobrepelizia: por que he ella o seu habito. O qual mosteyro dizem que elle fundou: mas algũs dizem, que seu pay o fundou e elle o acabou. Poserãolhe na sua sepultura este epitaphio. Aqui jaz outro Alexandre em liberalidade, e outro Julio cesar em victorias. Por que assi o foy elle liberal, e victorioso.

¶ Capitulo quatorze, dalgũs illustres cavalleyros,
que ouve em Portugal, em tempo delrey dom
Afonso anriquez.

Por q(ue) na sagrada

Fólio 57_r_a

Na¹⁰¹⁵ sagrada escriptura a sabedoria diz, qual he o Rey da cidade, taes são os moradores della: e assy¹⁰¹⁶ quis deos, que no tempo deste Rey dom Afonso anriquez ouvesse tambem em Portugal bõs cavalleyros, como elle era. Dos quaes nomearey algũs: e cõtarey seus feytos brevemẽte. O premeyro seja dom Egas moniz de riba do Douro: a q(ue) o conde dom Pedro no livro das linhagẽs chama honrado, e bem aventurado: e com rezão, poys criou, e ensinou tal Rey, como foy dom Afonso anriquez: pollo qual este reyno foy honrado, e teve boa ventura. E os bõs feytos de dom Afonso anriquez podem ser atribuidos em parte a este dom Egas moniz: por que despoys de deos, a sua doutrina, e conselho forão causa delles. Por tanto não he necessario contar delle mays proezas: por que açaz de prol, e proveyto fez a este reyno em criar, e conselhar seu criado em quanto viveo: por que dizem, que tudo fazia dom Afonso anriquez per seu conselho. Foy este Egas moniz natural de riba do Douro, da linhagem de dom Moninho viegas o gascão, segundo escreve dom Pedro no sobredicto livro das linhagẽs; no titulo trinta e seys. Algũs quiserão dizer, que este Egas moniz viera com o conde dom Anrique de sua terra, quando veyo pera Tolosa, e da hi pera Hespanha. Mas o conde no titulo sobredicto nomea expressamente seu pay e mãy, e seus avoos: e diz que forão de riba do

Douro.

¹⁰¹⁵ Antes desta palavra, a rasura «Por que». Porém, não há essa rasura reclamo do fólio anterior.

¹⁰¹⁶ «e assy» está acima da rasura «por isso».

Fólio 57_{va}

Douro. Diz que seu pay se chamou dō Moninho cingit, e sua mãe Minhana dona oroana. E seu avo pay de seu pay, diz que se chamou dom Ermigo viegas. E seu bisavo foy outro dom Egas moniz o velho. E seu irmão se chamou, dom Mem moniz de riba do Douro. E todos elles per linha masculina descendião do grão dom Moninho viegas, que em tempo dElrey de Lião dom Ramiro o segundo veyo de Gasconha, com¹⁰¹⁷ muyta gente, e entrou na ribeyra do Douro, e lançou daquella terra os mouros que nella vivião, e ficou morando nella, elle e seus descendentes, atee este nosso dom Egas moniz o honrado e bem aventurado, que criou dom Afonso anriquez Rey, e restaurador de Portugal. Foy este Egas moniz casado duas vezes. A primeyra com dona Mor paez, filha de dom Payo goterrez da silva, de que ouve hum filho, a que chamarão Lourenço viegas o espadeyro, tão amado de dō Afonso anriquez, que lhe chamou irmão, por que o seu pay criara: e ouve tambem della hũa filha, a que chamarão dona Lianor viegas. A qual foy casada com dom Gonçallo mendez da Maya o lidador. A segunda vez foy Egas moniz casado com Minhana dona Tareyja afonso, que fundou o mosteyro da Salzeada: e ouve della filhos, e filhas, como escreve o conde dom Pedro no livro das linhagês, no titolo sobredicto, parrafo treze.

¶ O segundo

¹⁰¹⁷ Alteração feita acima da rasura «e entrou».

Fólio 58r_a

¶ O segundo cavaleiro¹⁰¹⁸ de illustre fama, que ouve neste reyno em tempo dElrey dom Afonso anriquez, foy dom Gonçallo mendez da Maya genro do sobredicto dom Egas moniz. O qual teve por sobrenome o lidador: por que nas lides, e batalhas era forte e animoso, e amigo de lidar: tanto, que no dia ↑em↑ que acabou estava morrendo e não deyxou de lidar, sendo muyto velho, e muyto ferido, e rogandolhe os seus cavalleyros que não lidasse: por que não estava p(ar)a isso. Conta o conde dom Pedro no titolo vinta hum, que sendo Gonçallo mendez da Maya adiantado, e fronteyro moor na commarca dalentejo por Elrey dom Afonso anriquez, e sendo de noventa e cinco annos fez duas lides em hum dia, hũa com Almoliamar mouro chamado o vencedor das lides, e outra com Alboacẽ Rey de Tangere. E diz que Almoliamar tinha tanta força, que ↑a↑ todo homem em q(ue) punha a lança rompia as armas, e matava, ou vencia. Co este ouve Gonçallo mendez naquelle dia a premeyra batalha: e encontrarão ↑se↑ ambos das lanças, de proposito, por que se buscarão ambos cairão hum a outro para isso. E foy tal o encontro, que ambos cairão em terra: e o mouro Almoliamar foy logo morto: e Gonçallo mendez ficou muy ferido: mas não se pode curar, por q(ue) lhe foy necessario dar logo outra batalha ao outro mouro Alboacẽ Rey de Tangere, que vinha depressa a soccorrer aq(ue)lle outro, q(ue) jaa era vencido e morto e os seus desbaratados. Foy tanta a pressa, que não ↑teve↑ Gonçallo mendez tempo para se

¹⁰¹⁸ Alteração feita acima da rasura «home».

Fólio 58_v_a

para se curar, nem apertar as feridas: e tornando a pelear
 co ellas abertas com a força do pelear vazouse do sangue,
 e caio morrêdo¹⁰¹⁹ antre os seus, que o tirarão do campo, e despoys
 o enterrarão em sua terra. Porem os mouros de Alboacem
 tambem forão vencidos, e muytos delles mortos: por que
 os cavalleyros portugueses vendo seu capitão morto deter-
 minarão vingar sua morte: e não deyxarão o campo atee
 a vingar. Erão todos tão bos cavalleyros, que não teverão
 necessidade de capitão que os esforçasse, nem regesse,
 mas cada hum o fazia tão bem, como se fora capitão, e
 assi pelejando com ordem, e esforço matarão Alboacẽ Rey
 de Tangere, e muytos dos seus mouros, e fezerão fogir
 os outros, e ficarão com a victoria: a qual atribuirão també
 a dom Gonçallo seu capitão: por quanto elle deu principio
 a esta batalha tambem como aa outra: e por isso dizem que
 venceo duas batalhas no dia de sua morte: por que sendo
 tão velho como era, de noventa e cinco annos, e estando tão
 ferido que estava morrendo, não refusou dar batalha aos
 imigos tendo por certo, que morreria nella: e cõ o m(uyt)o
 esforço que nisso mostrou animou tanto os seus compa-
 nheyros, q(ue) todos determinarão pelear tão animosamête,
 como se o vissem diante de si ↑vivo↑. E por isso dizião. Elle nos
 fez pelear, e he sua a gloria desta victoria. Diz o conde
 dom Pedro, que esta foy hũa milagrosa victoria: por que
 diz, que alem dos portugueses serem poucos, e cansados
 da premeyra batalha, e os mouros muytos, e de refresco,
 que os portugueses fezerão nesta batalha feytos mays que

humanos

¹⁰¹⁹ Alteração feita acima da rasura «morto».

Fólio 59r

humanos: por que diz, que se acharão no campo mouros fendidos dalto a bayxo desdos hombros atee a cinta, e outros cortados ao traves em duas ametades, hũa p(ar)a a cabeça, e outra para bayxo: e outros golpes, que parecião de forças mays que humanas: tanto, que dizião assi os mouros, como os christãos, que Sanctiago dera aquelles golpes: mas o conde diz, q(ue) os homẽs os derão com ajuda de Santiago. Venceo ↑este↑ dom Gonçallo mendez da Maya muytas outras batalhas: das quaes diz o conde dom Pedro que não fala, por que a sua tenção foy escrever das linhagês, e não das batalhas: porẽ se dellas escrevera, soo deste dom Gonçallo podera escrever hum grãde livro. Chamouse lidador, q(ue) quer dizer pelejador, como Judas filho de Mathathias se chamou antre os seus Machabeu, que tambem quer dizer pelejador. Os quaes dous assi como forão semelhantes nos sobrenomes, assi o forão tambem nas obras e nas mortes: por que ambos forão muyto victoriosos, e ambos vendo sobre si a morte, quiserão antes morrer, que fogir, nẽ mostrar fraqueza, nem medo. Este estava morrendo, e q(ue)ria pelejar, e aquelloutro viase perdido, e não quis fogir, por salvar a honra e fama.

¶ Dom Soeyro mendez da maya chamado o bom, foy irmão do sobredicto Gonçallo mēdez da maya o lidador: e foy ↑este↑ chamado o bom, por que foy elle tambem bom cavaleyro, e fez bõs feytos em armas. Hum dos bõs feytos que fez em armas foy este, que o conde dom Pedro

escreve delle.

Fólio 59v

escreve delle. Diz que despoys que Elrey de Castella
 dom Fernão o magno, com o seu cide¹⁰²⁰ Ruy diaz
 afrontarão o Papa no concilio ludunêse,¹⁰²¹ em Roma
 se alewantou hum cavalleyro, que publicou desafio
 geral contra todo aquelle q(ue) dicesse, que os Reys da
 Hespanha erão livres do feudo imperial. E diz que este nosso
 dom Soeyro mēdez da Maya se combateo co aquelle cavaleiro
 de Roma sobre a requeste daquelle feudo, e o venceo.
 Diz isto no titolo vinta hum das linhagês da Hespanha.
 E diz o conde naquelle titolo, que estes irmãos se chamarão
 da Maya, por que aquella terra, que antre Douro e Minho
 se chama a terra da Maya era sua, por quanto seus avoos
 a ganharão. E a terra que antre Douro e Minho em
 Portugal se chamava naquelle tempo a Maya diz q(ue) era
 des do Douro atee Lima. Porem por que na¹⁰²² hestore(a) de dona
 Tareyja molher do conde dom Anrique, e mãy dElrey dom
 Afonso anriquez diz que dona Xemena¹⁰²³ sua mãy de dona
 Tareyja era natural da Amaya: por que se não confundão
 nestes nomes os homês que não atentão mays, que ao som
 que lhe premeyro toca as orelhas, quero¹⁰²⁴ dizer que ha
 deferença nestes¹⁰²⁵ nomes: por que hum delles se chama Maya,
 e outro se chama Amaya. Maya se chama esta terra de
 Portugal dantre Douro e Minho, e Amaya se chama donde
 era natural dona Xemena¹⁰²⁶ mãy de don(a) Tareyja: a q(ua)l
 terra he em Castella na ribeyra de Pisuerga vindo de Burgos
 para

¹⁰²⁰ Na sequênciã, a rasura «dom».

¹⁰²¹ Alteraçãõ feita acima da rasura «de Luduno».

¹⁰²² «Porem por que na» está acima da rasura «Isto diz porem por».

¹⁰²³ Alteraçãõ feita acima da rasura «Mariana»

¹⁰²⁴ Na sequênciã, a rasura «lhe».

¹⁰²⁵ Alteraçãõ feita acima da rasura «nos».

¹⁰²⁶ Alteraçãõ feita acima da rasura «mariana».

Fólio 60r

para Valhadolit. Deste dom Soeyro mendez¹⁰²⁷ o bom descẽ-
 derão algũas linhagẽs de bõs cavalleyros. Descenderão
 delle per linha masculina dom Payo soarez çapata
 seu filho, e seu neto dom Pero paez alferz de Portug(a)l.
 E per sua filha dona Goda¹⁰²⁸ descenderão os Rebotĩs,
 e os Gedeões, e Taveyros, e Pachecos, e Melos. Dos q(ua)es
 algũs forão ainda em tempo de dom Afonso anriquez,
 e o ajudarão como os outros bõs cavalleyros, q(ue) elle teve.
 ¶ Tambem ouve nesta terra em tempo de dom Afonso
 anriquez, e antes delle, outra geração de cavalleyros
 muy singulares, que se chamavão os froyaz de Trastam(a)ra:
 os quaes vinhão das linhagẽs do conde dom Monido, e do
 conde dom Romão. Tomarão este appellido de dõ Froya
 filho e neto daquelles condes, e bisneto delrey dõ Afonso
 o casto. Estes forão naquelle tempo dos mays valerosos cava-
 lleyros que havia no Hespanha, e mostrarão ser taes em
 muytas cousas. Em especial dom Rodrigo froyaz filho do
 conde dom Froyaz vermuĩz, e genro de dom Gonçallo mēdez
 da Maya. O qual dom Rodrigo froyaz era vassallo delrey
 dom Garcia de Portugal, e por elle venceo junto de
 Coimbra hũa batalha contra os condes de Castella: e
 logo da hi a poucos dias junto de Sanctarem predeo
 Elrey de Castella dom Sancho. Assi o diz a cronica geral
 no capitolo segundo¹⁰²⁹ da quarta parte: e o conde dom p(edr)o
 no titolo vinta hum do livro das linhagẽs. Foy este dom p(edr)o¹⁰³⁰
 antes¹⁰³¹ de dom anriquez, mas foy tão pouco antes, q(ue) jaa

jaa¹⁰³²

¹⁰²⁷ Alteração feita acima da rasura «o bom».

¹⁰²⁸ Na sequência, a rasura «de».

¹⁰²⁹ Alteração feita acima da rasura «premeyro».

¹⁰³⁰ «dom p(edr)o» está acima da rasura «antes».

¹⁰³¹ Esta palavra parece que foi posteriormente adicionada ao corpo do texto como forma de correção.

¹⁰³² Antes desta palavra, há a rasura «ainda».

Fólio 60v

jaa era¹⁰³³ era genro de dom Gonçallo mendez: o qual foy em tempo de dom Afonso. Era este dom Rodrigo froyaz tão bom cavalleyro, que em quanto elle foy vivo não valeo, nem appareceo o cide Ruy diaz: e tanto que elle foy morto logo apparecerão os seus pendões verdes. Assi se lee naquelle capitolo da cronica geral, e no titolo do livro das linhagês, que alleguey. Mas do Cide contão muytas hestoreas, e deste não contão nada, por culpa dos nossos escriptores:~ E mays¹⁰³⁴ ainda q(ue) fosse antes¹⁰³⁵ ouve em tempo de dom Afonso anriquez, e despoys delle neste reyno, cavalleyros singulares descendentes da sua linhagem,¹⁰³⁶ e de seus irmãos.

¶ Teve tambem dom Afonso anriquez outros muy esforçados cavalleyros, que fezerão feytos estremados, e dinos de fama, como foy ↑dom↑ Gualdim paez mestre da ordem do tempo, que fez os castellos das villas de Tomar, e Pöbal, e o castello de Almourol no rio do Tejo, p(ar)a gu(a)rnição contra os mouros, que ainda vivião em alentejo, e vinhão correr as terras da estremadura, e beyra. Dos quaes castellos ↑elle↑ defendia a terra, e fazia guerra aos mouros: e ouve delles muytas victorias. Tambem teve dom Fuas roupinho almirante das galees: o qual no cerco de Porto de moos prendeo hum Rey mouro, a q(ue) chamavão Mule Gami. E tambem foy em seu tempo outro singular capitão de grandes feytos; chamado dom Anião da estrada, senhor de Goes: donde elle guerreava

os mouros

¹⁰³³ «jaa era» está acima da rasura «ainda» e, na sequência dessa alteração, a rasura «tão chegado».

¹⁰³⁴ Na sequência, a rasura «foy».

¹⁰³⁵ «ainda q(ue) fosse antes» está acima da rasura «abasta, que».

¹⁰³⁶ «da sua linhagem» está acima da rasura «daquelle dom Rodrigo».

Fólio 61r

os mouros da serra de estrella, e das eydinhas.¹⁰³⁷ Estes capitães, e outros, que dom Afonso anriquez tinha, conquistarão as terras de Portugal, de que os escriptores não fazem menção. Estes, e outros muy valerosos cavalleyros ouve nesta terra no tempo delrey dom Afonso anriquez. E tambem havia pionagem ardil, e vivia nas armas, que deos então quis dar a dom Afonso, para o ajudarẽ a fazer os grandes feytos que fez na conquista de tantas cidades, villas; e fortalezas como conquistou, e ganhou, sã ajuda, nem favor, mas antes estorvo, e inveja de seus vezinhos. Dos quaes Elrey dom Afonso anriquez deyxou este reyno livre. Viva elle no reyno dos ceos para sempre, como vivem os que defendem sua patria, e a liberdade da repubrica. Amen:~

¶ Acabouse a hestorea da vida e feytos heroicos delrey dom Afonso anriquez, tirada dos cartorios do reyno pello licẽceado Fernãdoliveyra capellão dos Reys de Portugal q(ue) reynarão em seu tempo. dom Johão o terceyro, e dom Sebastião o primeyro, e dom Anrique o primeyro, e dom¹⁰³⁸

¹⁰³⁷ «das eydinhas» está acima da rasura «Covinhaa».

¹⁰³⁸ O autor interrompe a escrita.

Fólio 61v

¶ Começa a hestoria da vida, e
 feytos delrey dom Sancho¹⁰³⁹
 filho delrey dom Afonso anriquez.

¶ Capitulo premeyro, do nacimiento
 e primeyra idade deste Rey dõ Sãcho
 o p(ri)meyro, e do que fez sendo mãcebo.

Naceo o Iffante dom Sancho filho segundo delrey
 dom Afonso anriquez, no anno de nosso s(enh)or Jesu
 Christo mil e cento e cincoenta e quatro, na cidade
 de Coimbra ↑em onze dias de novembro↑: e no anno sessenta da idade de seu pay.
 Digo filho segundo: por que o premeyro foy dom
 Anrique, como fica dicto em seu lugar, na hestorea
 precedente.¹⁰⁴⁰ Foy criado em bos ↑costumes↑ com doctrina de singulares
 mestres, em quanto a idade o havia mester: e despoys
 que foy para isso, na disciplina militar, e exercicio
 das armas. Nas quaes imitou bem a seu pay: pollo q(ue)
 elle o encarregou sendo mancebo, de capitancias, e feytos
 difficultosos, de que saiu com muyta honra. Sendo
 mancebo dom Sancho¹⁰⁴¹ o encarregou seu pay da
 frontaria dalentejo: e elle se defendeo na villa de Sãctarẽ
 contra o poder de Albojaque rey dos alarves, como

fica dicto:

¹⁰³⁹ Na sequência, a rasura «o premeiro»

¹⁰⁴⁰ Alteração feita acima da rasura «de seu pay».

¹⁰⁴¹ Na sequência, a rasura «do».

Fólio 62r

¶ Despoys de fazerem alevantar o mouro, e o fazerem fogir foy dom Sancho tras elle atee o meter em¹⁰⁴² Sevilha, onde tornou com muyta honra. Despoys da perdição delrey dom Rodrigo atee então, que passava de quatrocentos annos, não chegou exercito de christãos per terra a Sevilha, nem correo os seus xarafes, senão então. As armas dos portugueses forão as premeyras q(ue) denunciarão a Sevilha, e a Cepta restauração da fee: assi como fezerão os marinheyros das navegações do mar athlantico, e austral: as quaes abrirão, e descobrirão a toda a Europa: onde¹⁰⁴³ estavão tão esquecidas, como se nũa forão sabidas. Passou dom Sancho a serra morena, e chegou aos xarafes de Sevilha: onde o esperavão muytos p(ri)ncepes dos mouros da Vandaluzia, que¹⁰⁴⁴ Albojaque tinha cõvocados para lhe resistir, e castigar o seu atrevimêto: do qual se havião por afrontados. Jaa elle sabia que o esperavão: e com animo os hia buscar, para lhe dar batalha. Não se pode dizer menos aqui,¹⁰⁴⁵ senão que foy grãde o animo do mancebo dom Sancho, quando entrou tantas legoas per terras de seus imigos injuriados: por que o injuriado quando apertão co elle concebe mays mele[...]mia,¹⁰⁴⁶ e a força crece com a ira. Achou dom Sancho seus imigos¹⁰⁴⁷ perto de Triana rabalde¹⁰⁴⁸ de Sevilha: e ordenando sua gente deu nelles com tanto esforço, que em pouco espaço os fez deyxar o campo dandolhe tanta pressa, q(ue) muytos delles

¹⁰⁴² As duas primeiras linhas deste fólio representam uma alteração feita acima do seguinte trecho rasurado: «fica dicto. E despoys de fazerem alevantar o mouro, e fogir dom Sancho foy tras elle atee o meter em».

¹⁰⁴³ Alteração feita acima da rasura «na qual».

¹⁰⁴⁴ Alteração feita acima da rasura «para».

¹⁰⁴⁵ Alteração feita acima da rasura «menos».

¹⁰⁴⁶ O trecho «concebe mays mele[...]mia», em que a última palavra representa leitura duvidosa, está acima do trecho rasurado «cobra mays força».

¹⁰⁴⁷ O trecho «seus imigos» está acima do trecho rasurado «os mouros».

¹⁰⁴⁸ Alteração feita acima da rasura «arrabalde».

Fólio 62v

delles se lençavão ao rio per onde o caminho era mays
 curto, e no rio afogavão: e outros fogião per terra
 caminho da ponte de Triana, e delles morrião aa espada,
 delles chegavão aa ponte, e por que o tropel da gente
 era grãde não cabião per ella, e estorvavãose hūs a
 outros, e derribavãose: hūs caião na aogua, outros debayxo
 dos pees dos cavallos, e ahi morrião esmagados. Morrerão
 tantos naquella passagẽ, e foy nella o rio tão ensan-
 guentado, que os mouros muytos annos despoys dizião,
 como em proverbio, que Guadalcabir corria sangue.
 Com aquelle destroço ficarão os mouros tão quebrãtados,
 que não ousavão sair das fortalezas e villas em quanto
 o Iffante dom Sancho andou per aquella terra: e elle
 andou per ella tanto a seu seguro, que pos cerco sobre
 a villa de Niebla, e tinha em muyto aperto. E por
 que os mouros lhe não ousavão dar batalhas, para o fazerẽ
 alevantar do cerco, usarão deste ardil. Poserão cerco sobre
 a villa de Beja, que havia pouco tempo, q(ue) lhe¹⁰⁴⁹ dõ Afonso
 anriquez tomara. E por que compria mays acudir a
 Beja, que tomar Niebla, partiose logo o Iffante com mil
 e quatrocentos de cavallo, e foy soccorrer a Beja caminhãdo
 a grandes jornadas: e deyxou o exercito a bom recado em
 poder de dom Pero paez seu alferz, mandandolhe q(ue) fosse
 tras elle em boa ordenança. Chegando elle a Beja com os
 cavalleyros que levava apousentouse junto do arrayal

dos mouros:

¹⁰⁴⁹ «q(ue) lhe» está acima da rasura «que».

Fólio 63r

dos mouros: e logo ao outro dia, com ajuda dos da villa, lhe deu batalha, e os desbaratados: posto que com trabalho, e sangue. Da hi a poucos dias, despoys que chegou a alferz co exercito, e elle ordenou as cousas necessarias na villa, fouse para Sanctarem: onde esteve atee seu pay se cõcertar com dom Berengel conde de Barcelona, e rey daragão, sobre seu casamêto com dona Aldonça filha do dicto cõde: a qual recebeo no anno de mil e cento e oytenta e hum: sendo elle de vinta sete annos: e seu pay de oytêta e sete. E della despoys ouve quatro filhos, e cinco filhas, que a diante nomearey em seu lugar.

¶ Despoys disto,¹⁰⁵⁰ estando o Iffante dom Sancho em Sãctarẽ casado de hum anno veyo Abenjacob miramamolim de Marrocos buscalo, para vingar aquella afronta q(ue) fez a toda a mourisma em correr, e escalar as terras da Vandaluzia, e Algarve, e vencer Albojaque rey dos alarves, como fica dicto na lenda de dom Afonso anriquez. Na qual se escreve a victoria que delle ouverão pay e filho: por que nella foy pessoalmente Elrey dom Afonso: e por acatamêto de sua pessoa se lhe atribui a elle e não a seu filho: sem embargo, que tambem o filho teve muyta parte na gloria della.¹⁰⁵¹ E assi¹⁰⁵² teve muyta parte em outras, que seu pay ouve em¹⁰⁵³ sua companhia, despoys q(ue) elle usou das armas:~

¶ Capitulo segũdo

¹⁰⁵⁰ Alteração feita acima da rasura «Neste tempo».

¹⁰⁵¹ «o filho teve muyta parte na gloria della» está acima da rasura «teve nella muyta parte».

¹⁰⁵² Alteração feita acima da rasura «tambem».

¹⁰⁵³ Alteração feita acima da rasura «com».

Fólio 63v

¶ Capitulo segundo, de como o Iffante
dom Sancho per morte de seu pay herdou
o reyno de Portugal: e ouve a posse delle
pacificamête sem contradicção algũa.

No anno da encarnação do filho de deos¹⁰⁵⁴ mil e cento
e oynta e cinco faleceo Elrey dom Afonso anriquez.
E logo no mesmo anno os portugueses alevantarão
por rey de Portugal o Iffante¹⁰⁵⁵ dom Sancho seu filho, como he
costume dos reynos livres, e pacificos, antre christãos.
Elle per autoridade dos dictos portugueses, sem alguẽ
a contrariar, tomou posse deste reyno, e ficou reynãdo
nelle muytos annos, em quanto viveo, sem por isso
ter de christãos algũa contradicção, nẽ guerra, sendo
vivo dom Fernãdo rey de Lião: ao qual dizem as
chufas dos historeadores,¹⁰⁵⁶ que seu pay dom Afonso deu
na prisão menagem de vassallo: mas não dizem
verdade, segundo fica provado: e segundo nisto
tambem se prova. Por que se assi fora, que dom Afonso
dera menagẽ de vassallo a dom Fernãdo, esse dom Fernãdo
a pedira agora a dom Sancho: mas não lha pedira, nẽ
lhe fez sobre isso guerra algũa, nem lhe impediu a posse
livre deste reyno: por que a guerra que despoys teverão,
foy sobre os limites dos reynos, e não sobre a vassallagẽ,
como se a diante diraa:~

¶ No começo

¹⁰⁵⁴ Na sequência, uma pequena rasura ilegível.

¹⁰⁵⁵ «por rey de Portugal o Iffante» está acima da rasura «por seu Rey o Iffante».

¹⁰⁵⁶ Alteração feita acima da rasura «das hestorias».

Fólio 64r

¶ No começo de seu reynar fez duas cousas dom Sancho necessarias para seu povo. A premeyra foy darlhe boas leys, e regimêto em que vivessem. E a segunda,¹⁰⁵⁷ quando não havia guerra, mandou que todos se acupassẽ na lavoura e cultura das terras, e criação de gados: para que de tudo ouvesse abastança em seu reyno, e não ouvesse gente occiosa. Desta accupação não escusava algum genero dhomẽs. Em todos, grandes, e pequenos, altos e bayxos mandava executar esta ley: em tanto, que elle per sua pessoa entendia nisso: e dizia, que nenhũa cousa fazia mays dano aos costumes dos homẽs, que a ociosidade. Dicto por certo do sabedor, qual deve ser o bom Rey para governar o povo q(ue) lhe deos encarrega. E dizia, que o exercito do campo fazia os homẽs habiles para as armas: por que os ensinava soffrer o frio e calma, e trabalhos, q(ue) ha nas armas. E a ociosidade os aveza a dormir e comer e jugar, e os faz calaceyros. Tambem os fazia accupar em refazer os muros, e fortalezas, que das guerras estavão derribadas, e rotas: e outras fazia de novo: como fez Montemor o novo em alentejo: e na beyra Penella, Covilhã, Penamacor, e Sortelha: e antre Douro e Minho Contrasta, que agoora chamão Valença de Minho: e outros muytos lugares; que fundou de novo, e povoou, e fortaleceo

¹⁰⁵⁷ Na sequência, a rasura «que».

Fólio 64v

taleceo. Nestas cousas começou logo de principio gastar seus
 tisouros para proveyto de seu povo: e assegurou os lugares,
 e melhorou a disciplina militar, como Sallustio diz q(ue)
 fez Metello romano em Africa, em t(em)po de Iugurta.

¶ Tambem entendeo, e despendeo¹⁰⁵⁸ dom Sancho
 em dar subsidio aa terra sancta: na qual se fez outra
 guerra neste seu começo,¹⁰⁵⁹ como a passada, que foy em
 tempo de seus avoos Elrey dom Afonso o seysto, e do¹⁰⁶⁰ cõde
 dom Anrique. Mandou este Rey dom Sancho para soccorro
 da terra sancta muyta copia de dinheyro: e deu m(uyt)as
 rendas aos cavaleyros das ordens de são Johão, e
 do templo, para que fossem soccorrer a jerusalem, por
 quanto elle não podia ir laa em pessoa: por q(ue) nesta
 terra havia tambem naquelle tempo muytos mouros,
 que a conquistavão, e era necessario resistirlhe. Mas
 antes compria mays acudir aos perigos de perto,¹⁰⁶¹ que
 aos de longe.¹⁰⁶² E por tanto ajuntou logo sua gente, e
 foy ↑correr↑ as terras da Vandaluzia, onde se ajuntavão os
 infieys que passavão dafrica: aos quaes deu muytas
 batalhas, e ouve delles muytas victorias, e tornou a
 este reyno com honra e proveyto das presas que lhe
 tomou. E logo despoys desta tornada tornou ajuntar
 outro exercito mayor: e foy cercar a cidade de Silves

no cabo

¹⁰⁵⁸ Na sequência, o autor rasura duas vezes a palavra «Elrey».

¹⁰⁵⁹ O trecho «neste seu começo» está acima do trecho rasurado «como a pasada».

¹⁰⁶⁰ «e do» está acima da rasura «e o».

¹⁰⁶¹ Alteração feita acima da rasura «casa».

¹⁰⁶² Alteração feita acima da rasura «fora».

Fólio 65r

no cabo do Algarve, que então era a principal, e
 mays forte daquella commarca: e despoys de muytos
 combates trabalhosos, per fome, e sede se derão
 a partido das vidas soomête. Ordenou logo Elrey
 dom Sancho em Silves igreja cathedral, e cabeça
 de bispado, como jaa fora¹⁰⁶³ antes dos mouros. Diz
 a cronica geral, que tomou dom Sancho aquella
 cidade com favor de franceses, que per mar o
 vierão ajudar: aos quaes dizem q(ue) deu todo o despojo
 da dicta cidade, com que tornarão contentes para
 suas terras: e os portugueses ficarão sendo s(enh)ores¹⁰⁶⁴ della
 des então, e não lha derão os reys de Castella, como
 algũs dizem: por q(ua)nto este dõ San[cho] o p(ri)m[eiro]¹⁰⁶⁵
 aos¹⁰⁶⁶ mouros, como deste passo consta:
 o que¹⁰⁶⁷ elles não podem negar: por que a sua cronica
 o diz assi no capitolo quinto da quarta parte:~¹⁰⁶⁸

¶ Capitulo terceyro, da guerra que
 os mouros fezerão a Elrey dõ Sancho
 polla perda de Silves.¹⁰⁶⁹

A perda da cidade de Silves fez lembrar aos mouros
 os danos e afronta que lhe tinham feytas dõ Sancho
 e seu pay. Em especial sentio isto Albojaque rey de
 Sevilha, cuja fora Silves. O qual determinou de se

vingar

¹⁰⁶³ Alteração feita acima da rasura «ant».

¹⁰⁶⁴ «ficarão sendo s(enh)ores» está acima da rasura «des então senhores».

¹⁰⁶⁵ «dõ San[cho] o p(ri)m[eiro]» está à margem do documento, por isso algumas palavras não estão visíveis no fac-símile devido a defeito na fotocópia. Esse trecho substitui as rasuras: «elrey foy o primeyro q(ue) a tomou» e «elles forão os primeyros que a tomarão».

¹⁰⁶⁶ Parece que alguma palavra não visível no fac-símile fosse necessária para completar o sentido da frase.

¹⁰⁶⁷ «o que» está acima da rasura «o qual».

¹⁰⁶⁸ A seguinte nota está à margem esquerda do documento sem nenhuma indicação do local onde deveria ser incluída dentro do texto: «no cap. da parte, que o emperador. e *c(ætera)*.»

¹⁰⁶⁹ «polla perda de Silves» está acima da rasura «Silves atee que a tomarão».

Fólio 65v

vingar: por que se havia elle por mays injuriado que todos, assi pollas afrontas que lhe¹⁰⁷⁰ a elle em sua pessoa¹⁰⁷¹ fezerão¹⁰⁷² em Sanctarem e Sevilha, como polla perda daquella cidade, que era muyto para sentir: por quãto era muy fresca, situada antre ortas e pomares deleytosos, a que os mouros são affeyçoados: e mays era senhora de hũ bom porto de mar, que agora chamão Portimão, que quer dizer, o grãto porto: por que em latim se pronuncia *.Portus magnus*. Determinando Albojaque de se vingar, como dixee, começou todos os mouros que pode, daquem e dalem mar, da parte do seu Mafamede, requerendolhe, que deyxassem todas as outras acupações, e que entendessem soomête em fazer guerra a portugal, donde de contino recebem perda: e por elle estavam postos em termos, de serem lançados de toda a Hespanha. Abalarãose para isto os Reys, e princepes de toda Africa, e Vandaluzia. Especialmente¹⁰⁷³ se abalou Elrey de Cordova, que por serem suas terras mays chegadas a Portugal recebia delle em particular¹⁰⁷⁴ maa vizinhança. E o Miramamolim de Marrocos successor do que matarão em Sanctarem, como Principe de todos tomou principal¹⁰⁷⁵ carrego desta conquista. Estes começarão logo aperceberse com todos seus poderes, e ajuda de seus amigos.

Dos quaes

¹⁰⁷⁰ Alteração feita acima da rasura «que».

¹⁰⁷¹ «sua pessoa» está acima da rasura «particular».

¹⁰⁷² Alteração feita acima da rasura «feytas».

¹⁰⁷³ Alteração feita acima da rasura «principalmente».

¹⁰⁷⁴ «em particular» está acima da rasura «particularmente».

¹⁰⁷⁵ O autor escreveu «principalmente», porém o sufixo «-mente» foi rasurado.

Fólio 66r

dos quaes foy hum, aquelle Pero Fernãdez de crasto, chamado o castellão, que trouxe os mouros aa cõquista de Ciudad rodrigo, e Badajooz em tempo de dom Afonso anriquez. Este se foy para Elrey de Sevilha contra Elrey dom Sancho com hũa grande companhia de castelhanos que levou consigo. E com o desejo q(ue) levava, elle e os seus de¹⁰⁷⁶ pelejar contra christãos, pediu a Elrey de Sevilha, que lhe desse algũs mouros que o acompanhassem para entrar em Portugal em quanto os ↑Reys↑ mouros se fazião prestes. Entrou per alentejo atee Abrantes, e Tomar, fazendo todos os males que podia. E despoys de escalar mũtas terras, tornãdose com grande presa, antes que saisse de Portugal, saiu a elle hum capitão portugues, per nome Martim lopez o azedo, e matandolhe muytos de sua companhia, mouros e castelhanos, tomoulhe a presa que levava, e a elle prendeo, e tratou como¹⁰⁷⁷ elle merecia¹⁰⁷⁸ apostata, e sacrilego. ⊕¹⁰⁷⁹ Com a nova do mao successo do castelhão forão mays indinados os mouros, e derão pressa a sua entrada não curando do mao agouro que algũs disso tomarão. Entrarão per tres partes. Elrey de Sevilha entrou p(e)llo Algarve, e foy cercar Silves: mas não a tomou daquella vez. O Miramamolim, e o Rey de Cordova entrarão per alentejo, cada hum per sua parte por distrair a dom

Sancho,

¹⁰⁷⁶ Alteração feita acima da rasura «para».

¹⁰⁷⁷ «e tratou como» está acima da rasura «e deulhe o fim q(ue)».

¹⁰⁷⁸ Na sequência, a rasura «como».

¹⁰⁷⁹ Nota marginal: «aqui acabou aquelle castelhano em serviço de Mafamede cõtra ↑jesu↑ chr(ist)o».

Fólio 67r¹⁰⁸⁰

Sancho, e espalhandoo debelitalhe as forças, conforme
 aa doutrina de Vegecio, e exemplo dos cavallos de
 Sertorio. Diz Julio frontino, que Sertorio para mostrar,
 que¹⁰⁸¹ as forças espalhadas não tem tanto vigor para resisitir
 juntas, e juntas ainda que poucas, tẽ vigor para resistir
 aas muytas espalhadas, mandou trazer diante dos
 portugueses dous cavallos, hum gordo e forte, e outro
 magro e fraco: e mandou a hum soldado grande e
 de muytas forças, que arrancasse o cabo do cavallo
 fraco todo junto, e não pode: e mandou a outro soldado
 muyto fraco, que arrancasse o cabo do cavallo gordo
 poucas¹⁰⁸² sedas e poucas, e arrãcoulhas
 todas com pouco trabalho. Assi quiserão fazer os mouros
 aos portugueses. Quiserão espalhalos cometendoos¹⁰⁸³ per
 muytas partes. Mas dom Sancho, por que entẽdia
 bem os ardis da guerra, não quis dar batalha aberta
 a cada hum delles, mas¹⁰⁸⁴ com sobresaltos não cuidados
 de dia e de noyte os avexava. Quando cuidavão
 que estava longe, dava sobrelles de sobresalto: e logo
 se recolhia. Anoytecia em Evora, e amanhecia em
 Estremoz. E assi o fazião os seus capitães, cada hum
 per si: por que não andavão juntos em arrayal: porem
 sabião hũs dos outros: e sobrevinhão hũs depos
 outros: e quando os mouros cuydavão que os premeiros
 erão idos,

¹⁰⁸⁰ O fólio 66v está em branco.

¹⁰⁸¹ Alteração feita acima da rasura «como».

¹⁰⁸² Antes desta palavra, a rasura «pouco e pouco».

¹⁰⁸³ Alteração feita acima da rasura «tomando-os».

¹⁰⁸⁴ Alteração feita junto a duas rasuras, uma sobre a outra: «mas» e, acima desta, «senão»

Fólio 68r¹⁰⁸⁵

erão idos, vinhão os segũdos: e logo apareciã outros
em outra parte per algũa assomada. E se era de noyte,
junto do arrayal soavão as trombetas, de feyção,
que não deyxavão descansar os mouros. Desta m(a)neyra
lhe fazia¹⁰⁸⁶ dom Sancho a guerra a seu salvo, e lhe
matava muyta gente, sem perder a sua: e mays
lhe estorvava os mantimẽtos, e erva, e lenha,
e padeciã falta das cousas necessarias, e elles¹⁰⁸⁷ não lhe
podiã fazer dano ↑a elle↑, por que não ousavão apartarse
do arrayal para ir buscar. Co esta guerra ardilosa,
como outro Viriato os enfadou tanto, que ouverão
por bom conselho tornarse para suas terras: por q(ue)
entrava o inverno, e receavão parecer todos se inver-
nassem em Portugal, terra de tão astucioso contrayro:¹⁰⁸⁸
e assi se forão sem fazer o que pretendiã, q(ue) era
destruir Portugal, e desfazer o reyno,¹⁰⁸⁹ e forças
de dom Sancho, que desfazia os seus delles:~

¹⁰⁸⁵ O fólio 67v está em branco.

¹⁰⁸⁶ Alteração feita acima da rasura «matava».

¹⁰⁸⁷ «e elles» está acima da rasura «e».

¹⁰⁸⁸ O trecho «astucioso contrayro» está acima do trecho rasurado «manhoso imigo».

¹⁰⁸⁹ Na sequência, a rasura «das».

5 PROCEDIMENTO TEÓRICO-METODOLÓGICO PARA ANÁLISE DOS TOPÔNIMOS NA *HISTÓRIA DE PORTUGAL* DE FERNÃO DE OLIVEIRA

Aquele que apreende a enunciação de outrem não é um ser mudo, privado de palavras, mas ao contrário um ser cheio de palavras interiores.

(BAKHTIN [VOLOSHINOV], 2004 [1929], p. 147).

O eixo central de investigação da Filologia é o texto. Texto como registro de marcas linguísticas, texto como memória de outros povos, texto como documento. A superfície textual mostra o visível, aquilo que se manifesta por meio de elementos gráficos ou orais, mas para além do que se manifesta aos olhos ou aos ouvidos, existem as possibilidades para leituras mais amplas, ao que não é estritamente linguístico, cujos sentidos estão associados às condições de produção. Cabe então examinar o texto por meio de análise extremamente atenta, a fim de que sejam recuperadas as memórias do que já foi vivido, mas que ainda está presente nas entrelinhas, como fantasmas, à espera da atenção do filólogo, que, para isso:

implica adentrar no processo da linguagem já em funcionamento nas palavras e fazer com que revele o que pode estar oculto, incompleto, mascarado ou distorcido em qualquer texto que possamos ter diante de nós. Nessa visão da linguagem, as palavras não são marcadores ou significantes passivos que representam despretensiosamente uma realidade mais elevada, mas antes uma parte formativa integrante da própria realidade (SAID, 2007, p. 82-83).

Os aspectos que envolvem a interpretação do texto, nesse caso, levam em conta configurações do mundo social, cultural, político, ideológico, responsáveis pela subjetividade do autor no momento da produção textual. Esses fatores são tão importantes para explicar o texto, quanto o conhecimento da autoria, seu lugar e época de produção, além das características relacionadas ao texto em si. No entanto, não se pode esquecer que qualquer julgamento que se faça do conteúdo textual é marcado pelo olhar do outro, daquele que faz a leitura, o qual toma o poder de falar por um ser distante no tempo e no espaço. Por esse prisma, obviamente, não se pode ter a ilusão de achar que os sentidos tomados ao texto serão guiados por uma orientação platônica, ou seja, pela busca da originalidade do texto ou do que poderia representar, na concepção de Spina (1977), a última vontade do autor. Borges e Souza (2012, p. 23) sugerem que o trabalho do filólogo pode ser guiado por um viés pragmático, em que a recuperação de um texto pode ser “um centro provisório, um testemunho posto em evidência, não por privilégio ou merecimento, mas por estratégia de leitura e crítica” (BORGES; SOUZA, 2012, p. 23).

Levando-se em conta o fato de que, para o estudo da linguagem, esta pesquisa tem como proposta o levantamento dos topônimos portugueses registrados na *História de Portugal*, de Fernão de Oliveira, e — com base nesse léxico onomástico — a análise do seu discurso em torno da defesa das terras portuguesas perante as outras nações, é imprescindível, como guias para essa leitura crítica, a adoção das seguintes orientações teóricas: teoria da enunciação, sob abordagem de Benveniste (2005; 2006), Bakhtin (2003) e Bakhtin [Voloshinov] (2004 [1929]), que colocam o sujeito no centro da reflexão linguística; entender o processo da escrita historiográfica, tendo como parâmetro as regras da retórica clássica, aos moldes do pensamento de Aristóteles, do séc. IV a.C., e da *Retórica a Herenio*, do séc. I a.C., mas amplamente utilizada durante a Idade Média, e do tratado de argumentação (nova retórica), de Perelman (2004) e Perelman e Olbrechts-Tyteca (2005); para o método de análise toponímica, a pesquisa apoia-se no modelo taxonômico de Dick (1990; 1992; 1998; 2007).

Os estudos toponímicos no Brasil têm conseguido um grande avanço desde a década de 1990, quando Maria Vicentina de Paula do Amaral Dick — da Universidade de São Paulo (USP) — propõe um modelo de classificação taxonômica para a toponímia brasileira. Antes disso, o primeiro trabalho, publicado em 1901, tem autoria do baiano Theodoro Sampaio, que, na obra *O Tupi na Geografia Nacional*, apresenta um estudo sobre a história e a etimologia dos topônimos brasileiros com influência dos povos tupi. Dando preferência à continuidade dos estudos indígenas no léxico toponímico, Levy Cardoso, em sua *Toponímia Brasileira*, de 1961, focaliza os topônimos da Amazônia, originados dos povos caribe e aruaque.

Conquanto, não desmerecendo a importância desses estudos, até então, no Brasil, a produção dos trabalhos relativos à toponímia funcionava no âmbito do amadorismo, “sem os rigores de uma metodologia apropriada, consistindo, principalmente, em listagens de nomes de origem indígena, acompanhados ou não, de um provável significado etimológico”, conforme as palavras de Carlos Drummond, no prefácio a Dick (1990, p. 11). Drummond já havia publicado, em 1965, a sua tese intitulada *Contribuições do Bororo à Toponímia Brasileira* e foi um dos principais responsáveis pela sistematização da toponomástica como pesquisa científica, que, amparada por metodologia no processo de investigação, ganha o status de disciplina acadêmica, passando a integrar oficialmente a grade curricular dos estudos desenvolvidos na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo (FFLCH/USP).

Em 1980, sob a orientação desse professor, Maria Vicentina do Amaral Dick apresenta a sua tese de doutoramento *A motivação toponímica. Princípios teóricos e modelos taxonômicos*. Esse trabalho deu início às discussões relacionadas à problemática das

motivações subjacentes à escolha dos nomes de lugares utilizados no Brasil e, em consequência disso, à construção da teoria e da metodologia adotadas nas pesquisas concernentes ao tema.

Esse modelo teórico-metodológico é utilizado nos trabalhos para o Atlas Toponímico do Brasil (ATB), projeto idealizado e coordenado por Maria Vicentina do Amaral Dick e vinculado a um estudo anterior sobre o Atlas Toponímico do Estado de São Paulo (ATESP). O projeto tem como finalidade, segundo Dick (2007, p. 154), fazer “o levantamento dos topônimos estaduais, incorporificados nos elementos da paisagem, em suas distintas distribuições tipológicas”. Por esse motivo, no intuito de integrar os trabalhos do Atlas Toponímico do Brasil (ATB), surgiram outras equipes de pesquisadores em diversos estados do país, com os seguintes subprojetos; Atlas Toponímico do Estado de Minas Gerais (ATEMIG), Atlas Toponímico do Estado do Maranhão (ATEMA), Atlas Toponímico da Bahia (ATOBAH), Atlas Toponímico do Estado de Mato Grosso (ATEMT), Atlas Toponímico de Tocantins (ATT), dentre outros.

Em relação à toponímia de Portugal, vale ressaltar a carência de pesquisas, conforme apontam Fernandes e Carneira (2017, p. 151), os quais chamam a atenção para a redução de trabalhos relacionados ao tema, após um significativo avanço nos estudos sobre a onomástica de Portugal na primeira metade do século XX, com publicações de José Leite de Vasconcelos, Joaquim da Silveira, José Joaquim Nunes, Joseph-Maria Piel, Cunha Serra e outros. Muitos desses trabalhos eram reconhecidos e colocados no âmbito da ciência ou da disciplina auxiliar, utilizados com finalidade de certificar aspectos históricos — como a antiguidade e os grupos étnicos — de determinadas localidades, por exemplo. Mas, vale ressaltar que esses são estudos realizados de forma isolada, sem relações entre si.

No Brasil, em 2008, Patrícia Carvalhinhos, professora da Universidade de São Paulo, deu início ao Projeto Atlas Toponímico de Portugal (ATPor), com objetivo de reunir elementos que possam formar o conjunto da toponímia portuguesa atual. Quanto à aplicabilidade do modelo metodológico de Dick (1990; 1992; 1998; 2004; 2006; 2007) à análise dos topônimos portugueses, Carvalhinhos (2009) adverte para a necessidade de algumas adaptações para a classificação semântica dos topônimos em vista das peculiaridades geográficas e culturais de Portugal, uma vez que a proposta de classificação taxonômica de Dick (1990; 1992) procurou satisfazer às possibilidades contidas na nomenclatura geográfica própria da realidade brasileira.

Este trabalho não pretende seguir essa sugestão de Carvalhinhos (2009), no que se refere à proposta de classificação taxonômica, uma vez que a leitura dos topônimos, muitas vezes, é atravessada por imagens fantasiosas de autores da época em que o texto de Fernão de

Oliveira foi escrito e pelas próprias interpretações desse dominicano. Nesse caso, vale notar que a análise dos topônimos encontrados na *História de Portugal* de Fernão de Oliveira tem como objetivo responder às seguintes questões, inicialmente formuladas:

- i. Como Fernão de Oliveira, influenciado pelo contexto sociopolítico, utiliza o esquema retórico dentro da interpretação toponímica na escrita da *História de Portugal*?
- ii. De que modo a escolha do gênero discursivo utilizado poderia influenciar em seu propósito de persuasão no contexto da crise sucessória do reino português?
- iii. Como se poderia explicar a incorporação do mundo bíblico na narrativa de Fernão de Oliveira, buscando o mito da fundação a partir das mãos divinas com o aportamento em terras portuguesas de Tubal, neto de Noé, após o dilúvio? Desse modo, qual o posicionamento do sujeito-autor em relação aos discursos mitológicos e sagrados da historiografia clássica e medieval frente aos discursos da historiografia humanista do século XVI?

Busca-se responder aos questionamentos acima formulados, a partir das seguintes hipóteses:

- i. A interpretação dos topônimos seria intenção do autor em marcar Portugal no campo da imunidade e primazia perante as outras nações, de modo a convencer o grupo aristocrático português, seu principal interlocutor, a lutar por um reino superior às outras nações.
- ii. As características do gênero do discurso historiográfico teriam influenciado Fernão de Oliveira na construção de sua narrativa, baseado no compromisso com a “verdade”, sempre em discussão desde a Antiguidade Grega, especificamente com Heródoto e Tucídides.
- iii. A incorporação do mundo bíblico em seu texto, sendo o autor um sujeito humanista, mais voltado às questões do homem, seria uma influência de sua formação eclesiástica ou seria a mentalidade dualista do homem daquele período de transição, imaginado pelo humanismo, cujo comportamento trazia a ambivalência da visão teocêntrica da Idade Média e o antropocentrismo do caráter renascentista.

O leitor deste texto já pode considerar quais as respostas para essas questões, com base na leitura das seções anteriores, especificamente, a abordagem sobre as técnicas da retórica clássica e medieval. No entanto, a fim de evitar as conclusões precipitadas sobre tais questionamentos, considera-se a necessidade da análise dos topônimos mencionados ao longo do texto de Fernão de Oliveira, a partir de uma perspectiva enunciativa, tomando como base a ideia de que o “eu é constituído pelo outro” (BAKHTIN [VOLOSHINOV], 2004 [1929]) e de como esse outro determina a construção retórica em momentos específicos da linguagem.

O levantamento dos topônimos na *História de Portugal* de Fernão de Oliveira tem como base a importância que o autor dá aos lugares de Portugal e da Espanha, entendido como aqueles eleitos por esse humanista em função de suas contribuições positivas (no caso dos topônimos portugueses) ou negativas (no caso dos topônimos não-portugueses) para a construção de seu objeto central. Para essa leitura, os topônimos portugueses foram organizados e sistematizados em fichas lexicográfico-toponímicas, passando por análises descritivas com foco na construção discursiva de Fernão de Oliveira e de sua interpretação para as motivações e origens dos nomes de lugares registrados em sua narrativa.

5.1 O papel dos topônimos na *História de Portugal* de Fernão de Oliveira

A toponímia, um dos objetos de estudo da onomástica, revela-se como uma importante ferramenta lexical para as disciplinas que se propõem a fazer análise da história da língua, vinculada a fatores socioculturais e políticos, no processo constante de interação entre passado e presente.

Para a Linguística Histórica, o estudo dos topônimos pode apontar para identificações de populações antigas que, em contato com povos diversos, contribuíram para processos de formação e mudanças linguísticas, a exemplo dos substratos e superstratos das línguas românicas. Ressalte-se para isso o trabalho de Castro (1991, p. 133-151), que mostra como os estudos linguísticos procuram explicar os fatores de diferenciação das línguas românicas com base nos rastros deixados por povos vencidos ou vencedores através da onomástica das línguas atuais.

Partindo de outra visão teórica, a Historiografia Linguística — tendo como base “questões que envolvem os fatores externos que influem ou podem ter causado algum impacto no pensamento linguístico” (NASCIMENTO, 2005, p. 11) — pode fazer uso da relação dos topônimos, analisando os contextos que motivaram os seus registros, tanto no que se refere à situação geral, quanto ao trabalho do sujeito historiográfico, ligado ao movimento social e intelectual da época de produção do texto e das motivações que geraram as denominações dos espaços geográficos.

Resta saber que topônimos são denominações atribuídas a lugares pelas sociedades, a fim de identificar o espaço que ocupam e que têm, na origem etimológica, derivações diversas, motivadas por influências externas. Essa prática configura-se como um comportamento do

homem desde os tempos mais remotos, cujos registros históricos atualmente nos servem como testemunhos. A esse respeito, Dick (1992, p. 5) afirma que no período da Antiguidade, os lugares recebiam o nome dos seus possuidores como forma de valorização do indivíduo sobre o solo, e essa modalidade designativa se estendeu até o período das invasões bárbaras, na Europa; inversamente, a partir da época feudal, os habitantes tomavam os nomes dos territórios correspondentes, marcando assim a concepção feudal do homem vinculado à terra.

Por conta dessa relação lexical do homem e o lugar habitado, um dos objetivos dos estudos toponímicos é a reconstrução histórica dos movimentos migratórios dos povos, a partir dos vestígios linguísticos encontrados na origem dos nomes das localidades. Isso permite que pesquisadores de diferentes áreas possam mapear e conhecer padrões de comportamento humano, mudanças linguísticas atribuídas a povos específicos, natureza do solo, alterações climáticas e outras manifestações socioculturais de um grupo em determinado momento da história, como afirma Dick (1992, p. 47-8):

A toponímia, como disciplina do saber humano, reúne também, as condições intrínsecas necessárias para uma pesquisa em profundidade de tais especificações antropológicas. Ao especialista da matéria abre-se, dessa forma, um amplo campo de investigações e não será pretencioso de sua parte objetivar o encontro de vinculações entre o nome de lugar e as características que subordinam o denominador à sua época. O topônimo não é algo estranho ou alheio ao contexto histórico-político da comunidade. Ao contrário, reflete, de perto, a própria substância ontológica do social, onerado que está de uma profunda carga significativa. Um solo agreste, um clima árido, uma vegetação pobre ou abundante, uma escassês [*sic*] hidrográfica, a peculiar atividade regional ou, por outro lado, a relativa segurança econômica e as tendências artístico-religiosas predominantes na localidade, tendem a configurar, com precisão, o sistema toponímico em espécie, aberto a todas as feições culturais (DICK, 1992, p. 47-8).

No entanto, fazer o levantamento da onomástica, a partir das fontes documentais, no intuito de determinar a sua relação com as comunidades linguísticas, pode ser um grande problema, já que grande parte das etimologias toponímicas são resultados de interpretações dos historiadores e cronistas antigos que, muitas vezes, se baseavam em lendas fantasiosas, mitos, explicações populares ou outros critérios nem sempre aceitáveis para o lexicólogo da atualidade, como atesta Viaro (2004, p. 311):

Fazer a etimologia de nomes próprios pode tornar-se uma tarefa extremamente difícil, uma vez que muitos deles foram inventados e não é possível acompanhar o seu trajeto. Também quanto aos nomes mais tradicionais, em muitos casos é possível descobrir a etimologia, mas o significado é um tanto obscuro (VIARO, 2004, p. 311).

Mas, os estudos toponímicos abrangem uma complexidade maior do que essa porque, de acordo com Dick (1990), as investigações relacionadas aos signos toponímicos devem ser analisadas levando-se em conta tanto os aspectos internos dos nomes — o que compreende a busca etimológica ou a filiação linguística do sintagma toponímico — quanto aos aspectos externos — ou seja, quais as motivações que guiaram o denominador no momento do batismo de determinado espaço geográfico. Ainda assim, Dick (1990, p. 49-50) assegura que

nem sempre será possível, pela ausência do denominador, ou pelo distanciamento cronológico do aparecimento do nome, assegurar-se plenamente da “intencionalidade” que norteou o ato de nomeação. Assim, se o topônimo escolhido não estiver registrado, historicamente, em fontes fidedignas, a pesquisa resultará em longo e improfícuo caminhar entre hipóteses e sugestões que dificilmente conduzirão à “verdade” do designativo (DICK, 1990, p. 49-50).

Desse modo, pode-se perceber algumas dificuldades quanto ao conhecimento etimológico dos topônimos, mas esses procedimentos não podem ser deixados de lado pelo pesquisador da linguagem disposto a observar o texto como possibilidades amplas de sentido, “que leva a infundáveis práticas de reelaboração e a frequentes polêmicas quanto ao modo de definir uma ou outra palavra” (NUNES, 2006, p. 16). Assim, a origem etimológica dos topônimos também pode ser vista como resultado das condições de produção do discurso, ou seja, produtos do contexto situacional, histórico e ideológico, como é utilizada por Fernão de Oliveira ao longo do texto da *História de Portugal*, ou seja, dentro das possibilidades apresentadas por Bakhtin (2003) no seguinte trecho:

Os significados lexicográficos neutros das palavras da língua asseguram para ela a identidade e a compreensão mútua de todos os seus falantes, contudo o emprego das palavras na comunicação discursiva viva sempre é índole individual-contextual. Por isso pode-se dizer que *qualquer palavra* [grifo nosso] existe para o falante em três aspectos: como palavra da língua neutra e não pertencente a ninguém; como palavra *alheia* dos outros, cheia de ecos de outros enunciados; e, por último, como a *minha* palavra, porque, uma vez que eu opero com ela em uma situação determinada, com uma intenção discursiva determinada, ela já está compenetrada da minha expressão. Nos dois aspectos finais, a palavra é expressiva mas essa expressão, reiteramos, não pertence à própria palavra: ela nasce no ponto do contato da palavra com a realidade concreta e nas condições de uma situação real, contato esse que é realizado pelo enunciado individual (BAKHTIN, 2003, p. 294).

Para Dick (1998), a palavra que é tomada por um sujeito enunciativo, a fim de nomear uma localidade, revela-se também como elemento ideológico porque representa valores, crenças, medos, referências, comportamentos ligados ao cotidiano de grupos sociais.

Nesse sentido, o signo toponímico “ultrapassa o plano fonológico da expressão e se enriquece, semanticamente, pela incorporação de traços sêmicos emblemáticos e simbólicos” (DICK, 1998, p. 98). Assim, é possível analisar os traços discursivos ou o consciente coletivo de determinado grupo comprovados pelos tabus linguísticos, expressões linguísticas cristalizadas, características das personalidades homenageadas.

Por esse motivo, os topônimos encontrados na *História de Portugal* de Fernão de Oliveira não são negligenciados por se conceber, neste trabalho, a língua como um sistema aberto e que foi tomada por um indivíduo a fim de produzir o seu discurso a serviço da construção de uma ideologia e da mitogénia do reino português. Nesse caso, pode-se notar, a partir da análise dos topônimos, que Oliveira utilizou, como estratégia narrativa, o método de interpretações das etimologias toponímicas no intuito de menosprezar as origens do povo e do reino castelhanos e, conseqüentemente, tentar “provar, por esta via, a primordial antiguidade de Portugal e das cidades que considera mais importantes no seu quadro geográfico” (FRANCO, 2000, p. 110). Como exemplo dessa afirmação, observa-se o trecho da *História de Portugal*, em que o humanista explica a antiguidade do nome Portugal, comprovando o seu dito por meio de citação de fatos históricos devidamente documentados:

O nome de **Portugal** algũs homẽs novos, e pouco lidos o tem por nome novo, mas Elrey dom Afonso no terceyro capitulo da premeyra parte diz, que este nome fezerão os premeynos povoadores, que povoarão antre Douro e Minho, e poserão aaq(ue)lla terra. E diz, q(ue) aquella terra ainda estava erma q(ua)ndo a povoarão aquelles que lhe poserão este nome. Donde parece claro, que este nome he tão antigo como a primeira povoação daquella terra. E mays nunca despoys aquella terra perdeo este nome: por q(ue) dahi a muitos annos diz o mesmo Rey dom Afonso, que se chamava **Portugal**. Diz no capitulo cento e quarenta e tres da premeyra parte, que o grande Constantino f(ilh)o de sancta Helena, no anno de Christo de trezẽtos e trinta e tantos, fez **Portugal** bispado (1º livro, fls. 4v-5r).

Em relação às localidades da Espanha, Fernão de Oliveira constrói seu texto buscando negar qualquer vantagem histórica das outras nações ibéricas sobre o povo português, principalmente em relação a Leão e a Castela. Dessa forma, usando a retórica, ele estrutura a sua *refutatio*, de seu lugar de oposição, de modo a menosprezar os castelhanos, negando-lhes qualquer consideração naquele momento, ao mesmo tempo que, na composição do discurso, confere a esses povos a figura emblemática ou simbólica de “um povo soberbo, ambicioso, cobiçoso, tirano, interesseiro, desleixado (para com os interesses alheios), fomentadores de intrigas, desejosos de hegemonia e dominação”, de acordo com as palavras de Franco (2000, p. 271). Em relação ao nome de Castela, Fernão de Oliveira diz o seguinte:

Diz este Rey dom Afonso aos onze capitulos da terceyra parte da sua cronica, que ainda no anno de nosso senhor Jesu christo de oytocētos e vinte se chamava Bardulia a terra que agora se chama **Castella** a velha: e era ainda de mouros, despoys da perda delrey dom Rodrigo mays de cem annos: por que Elrey dom Ramiro o premeyro, que então reynava em Lião, diz que fazia guerra aos mouros de Bardulia (1º livro, fl. 47r).

Vale salientar que, segundo Houaiss e Villar (2001, p. 403), *bárdulo* era o antigo povo da Hispânia tarraconense, e Oliveira faz, muitas vezes, uso desse etnônimo de forma pejorativa com a finalidade de desvalorizar afirmações contrárias às suas, como no caso, “Os homens, que escrevê sem atentar o que escrevem, são **bardulos**” (2º livro, fl. 59r); ou, para efeito de crítica desfavorável, “Esta he a verdade, e os contrayros de dona Tareyja as querê confundir co a semelhaça dos nomes dos seus condes:~ mas não poderão, se ouver nisto diligente exame, e boa tenção, sem **bardularia** precipitada” (3º livro, fl. 10r). Dessa forma, a etimologia do topônimo do oponente é tomada como ornamento das palavras no sentido de ironizar o adversário, conforme recomenda a *elocutio*, no jogo da retórica.

Sabe-se que Castela refere-se ao antigo reino hispânico. Nascentes (1952, p. 66), baseado em informações de Amado Alonso, diz que esta era a região que o reino cristão de Oviedo havia fortificado com quatro castelos, a fim de conter os ataques dos árabes e daí viria o nome de Castela, mas também considera a informação encontrada nos Lusíadas de Camões para a possibilidade de o nome derivar do lendário rei Brigo ‘castelo’. Pode-se observar que Fernão de Oliveira traz essa explicação, mas a refuta no intuito de menosprezar as origens do reino castelhano e assim evidenciar a nobreza primogênita do reino português. Para a base documental de sua interpretação, Oliveira utiliza a *Crónica de D. Afonso X*, enquanto rejeita e ironiza a opinião de “algũs escriptores novos”¹ — os quais colocam Castela como a mais antiga e de maior excelência dentro da Espanha —, além de também questionar a afirmação do historiador latino Tito Lívio, como pode ser observado no longo trecho a seguir:

Algũs escriptores novos tratão deste nome de **Castella**, e por que me nao satisfazê quero relatar o que dizê, para dizer, o por q(ue) me não satisfazê. Hum delles diz, que antigamente reynou naquella terra hum Rey, que ouve nome Brigo, que quer dizer castello: e daquelle Brigo se chamou a terra Brigia, q(ue) quer dizer **Castella**: e despoys de Brigia, corrompendose o vocabulo, se fez, *vieja*: e assi se chamou *Castilha la vieja*. He vergonhosa ethimologia esta, para homê leterado escrever em pubrico, não curemos della. Mas por que lhe esta não quadrou, diz tambem, que por ventura se chama **Castella**, por que os romanos fezerão naquella terra algũs castellos de guarnição, para terê a terra segura, que se não alevantassê os naturaes della contra os romanos. Mas as hestoreas romanas contão o contrayro: e dizem, que os emperadores de Roma para assegurarem a terra, mandarão aa Hespanha certas legiões de soldados,

¹ De acordo com informações de Franco (2000, p. 112), um desses “escriptores novos” seria Esteban de Garibay e Zamalloa, historiador castelhano, contemporâneo de Oliveira.

que derribassem os castellos, e fortalezas della. Os quaes sodados achamos q(ue) vierão per aquella parte de **Castella**, e montanhas atee Lião: onde sabemos, que derribarão, e não edificarão: nê se lee, que os romanos mandassê edificar em **Castella** os castellos, que aquelle autor diz. Assi, que nenhũa das rezões que elle daa do nome da sua terra satisfaz, nem a elle, nê a mÿ: por quanto anda aa caça co este nome, e fala per disjuntivas, e não affirma algũa dellas. Outro diz, que se chamou **Castella**: por que Tito livio no capitolo oytavo do segundo livro da terceyra decada escreve, que os romanos lhe chamarão assi; por que acharão nella muytos castellos. O qual Tito livio no lugar, que este autor allega, diz que os romanos acharão torres de atalayas na costa de Catelunha, e da Vandaluzia, e não diz, que acharão castellos em **Castella**. Ambos estes autores querem fazer este nome antigo, mas não podem: por que elle não he de mays, que de seyscentos e tantos annos a esta parte: por quanto no anno de oytocentos e vinte, reynãdo em Lião dom Ramiro que acima dixee, se chamava aquella terra Bardulia: e no anno de novecentos e vinte, reynando no mesmo Lião dom Ordonho o terceyro se chamava jaa **Castella**. Assi, que naq(ue)lle comenos daquelles cem annos, que ouve antre dom Ramiro o premeyro, e dom Ordonho o terceyro, mudou Bardulia o seu nome, e se chamou **Castella**. O qual nome **Castella** nũca teve dantes: nem se acha nomeada per elle em algũa escriptura antes de dom Ramiro: e Bardulia si, jaa no tempo dos romanos, segundo parece: por que Plinio põe os Bardulos, ou Vardulos no convento Cluniense. Dos quaes se deriva o nome da provincia Bardulia, ou Vardulia. E nonio marcello diz o que significa este nome: nelle o podem ver: por q(ue) me não quero deter mays, em cousa tão certa, como he chamarse **castella** dos castellos em que se alevantarão os bardulos com os seus juizes contra seu Rey dom Ordonho (1º livro, fls. 47r-48r).

Vários outros topônimos fora da fronteira de Portugal são usados por Oliveira para esse objetivo de confirmar a sua posição ideológica em relação à primazia, autonomia, imunidade e nobreza do reino português ou para refutar seus adversários. Isso posto, acredita-se que seja necessário, nesta etapa do trabalho, elencar alguns desses topônimos e a função de cada um deles para a construção do discurso na *História de Portugal*.

Observa-se, por exemplo, como o dominicano reforça a sua opinião a respeito da superioridade de Portugal em relação a outros locais, os quais se deixaram escravizar, tendo as suas terras ocupadas por outros povos. Por isso, em defesa dessa liberdade do reino português, Oliveira ataca seus adversários, como forma de também manipular a emoção de seu leitor naquele momento de tensão política em Portugal, e critica o uso do nome Espanha no plural como forma de inserir todas as terras da Península Ibérica a um único nome, o que deixaria Portugal na posição de subalternidade ao reino espanhol. Oliveira usa o recurso estilístico da sinestesia, quando remete à ideia de que o plural “enche a boca”, ao contrário do singular.

Quando dom payo tomou Lião, havia quatro ou cinco annos que os mouros entrarão na Hespanha, e tinham tomadas as terras da Vandaluzia, e Toledo, e Castella a velha, e terra de campos, atee Lião, e Asturias: e de Portugal não tinham mays que quatro lugares, que abayxo nomearey. Assi que era então o estado de Portugal melhor, q(ue) o de Lião. Hora poys, se assi he verdade como he, por que dizem as chufas dos mofatrões, que dom Payo foy Rey das **Hespanhas**. Não se contentão de dizer, de toda a Hespanha: por que não enche tanto a bocca em singular: mas dizem em plural, das Hespanhas: por que soa mays (1º livro, fls. 41r-41v).

É necessário acrescentar que o nome Espanha é palavra de etimologia controversa. De acordo com Nascentes (1952, p. 102), dentre os vários étimos sugeridos, o mais aceito é o fenício *span*, ‘coelho’, por ser esse animal abundante nas planícies sevilhanas, aonde chegaram os fenícios. Bluteau (2000 [1712-1727], v. 4, p. 27) diz que, “segundo Justino, derivase este nome Hespanha de hum Rey, chamado *Hispano*; outros o derivão de *Hispalis*, Sevilha Cidade das principaes de Hespanha. Diz Ortelio, que Hespanha foi antigamente chamada *Pania*, e depois por corrupção *Spania*”. O certo é que esse topônimo foi usado primitivamente para designar toda a Península Ibérica. Por isso, a fim de justificar esse processo metonímico que se deu em relação ao nome da Península Ibérica, Fernão de Oliveira dá a seguinte explicação:

quando os romanos, ou gregos chamão a toda a Hespanha Yberia, ou Celtiberia tomão a parte p(e)llo todo, como se acostuma em outras cousas. E deste costume se introduzio este nome Hespanha em toda ella: por q(ue) de principio não se chamou Hespanha senão soo a terra onde reynou hum Rey que havia nome Hispan: o qual segundo dizem reynou na q(ue) agora chamão Vandaluzia. E por q(ue) as gentes do levante, Fenizes, Cartagineses, Gregos, Romanos, e outras gentes daquellas regiões, quando vinhão a estas terras, achavão naquella praya do mar mediterraneo, onde apportavão, este nome da Hespanha, chamavão tambem Hespanha toda estoutra terra que estaa caa para nos: como agora fazê as nossas gentes, q(ue) descobrem terras novas, e põelhe os nomes das premeyras terras onde apportão, ou surgem (1º livro, fls. 1v-2r).

Uma forma de destruir esse argumento é usando o nome da península, Ibéria. Machado (1984, p. 791) — com base nos escritos de Plínio, no séc. V — explica que esse nome deriva do grego *Ibēria* por causa do rio Hiberus (> Ebro). Mas, Fernão de Oliveira atribui a origem desse topônimo à primeira povoação bíblica, após o dilúvio, quando Tubal “mandou hum seu filho chamado Ibero povoar a ribeyra do Ebro, que he hũa das milhores terras da Hespanha: do qual Ibero se chamou aquella terra **Iberia**” (1º livro, fl. 3r). Além disso, Oliveira afirma (1º livro, fl. 1r) que a Hispanha “logo no principio se chamou **Tubalia**, por que a povoou Tubal: e os homens della se chamarão Tubales”. Para essa informação, Oliveira utilizou como fonte a obra do historiador e teólogo judeu Flávio Josefo, nas *Antiguidades judaicas*, “para informar acerca do primeiro povoamento pós-diluviano da Península Ibérica e da toponímia e etnonímia primordial inspirada nos seus povoadores míticos” (FRANCO, 2000, p. 150-151). Nessa visão, o topônimo deriva do antropônimo Tubal, que, na sequência histórica, seria repassado ao antropônimo do seu filho, Ibero. Portanto, por esse raciocínio, Fernão de Oliveira destrói o argumento de seus adversários, ao mesmo tempo que estabelece a ideia da soberania de Portugal nos primeiros tempos da povoação por Tubal, uma vez que, sendo este o “monarca universal” daquelas terras, o qual fez “assento e morada” em terra portuguesa, toma-se a

dedução de que as outras terras vizinhas, nos tempos primitivos, deviam, de certa forma, considerações e respeito a Portugal.

Do mesmo modo, há na *História de Portugal*, um esforço evidente de Fernão de Oliveira no sentido de pôr em dúvida as afirmações dos historiadores que colocaram o reino de Leão em termos de superioridade e antiguidade perante o reino de Portugal. Franco (2000, p. 212) explica que essa preocupação de Oliveira, no momento de construir a *História*, visava desfazer a imagem de uma Portugal que fora proveniente e dependente dos reinos vizinhos e, portanto, subalterna, dando direitos a Leão e a Castela sobre o reino português. Por esse motivo, o humanista diz que a origem do topônimo surgiu do nome de um rei godo, homem cruel, membro da seita ariana, conforme exposto no trecho a seguir:

O reyno dos Leoneses começou no tempo, que os mouros entrarão na Hespanha: por que então se fez dom Payo forte na cidade de **Lião** contra os mouros, com algũs christãos, que se cõ elle ajuntarão: e antes nunca **Lião** teve titolo de reyno: nem as Asturias, em cujos limites estaa **Lião**. A qual cidade fundarão os soldados das legiões, que o ãperador Trajano diz que mandou aa Hespanha a derribar as fortalezas, e cidades fortes edificadas em lugares altos. Aquelles soldados diz que derribarão ali naquella terra hũa cidade antiga, e forte; a que chamavão Flor: e assentarão sua estancia perto della. Na qual estancia ficarão morando como colonia: e chamarão a essa colonia **Legião**: por que foy povoada per hũa legião daquelas. Este nome teve aquella colonia, atee hum rey dos Godos cham(a)do Leon Egildo, que reynou naquella terra despoys dos rom(a)nos acerca do anno de Christo de quinhentos e oytenta e cinco. Chamou este rey aquella colonia **Leon** em lugar de **legião**, tomando este nome da premeyra parte do seu dele, que don Leon Egildo, como dixе. Este Rey godo, segundo diz elrey dom Afonso, foy homẽ cruel: e foy da secta dos arrianos. Perseguiu muyto os catholicos: tanto, que matou hum seu filho por que era christão catholico, e fiel. Tomou esta cidade aos romanos, que ainda erão senhores della no anno sobredicto de quinhentos e oytenta e cinco: mas ella não era senhora, nem cabeça de terras algũas, nẽ tinha titolo de Reyno, nem o teve atee dom Payo. Em dom Payo começou o reyno de **Lião**, e das Asturias, no anno de Christo, de septeçetos e dezanove, segũdo elrey dom Afonso (1º livro, fls. 39v-40r).

Pode-se notar, por esse trecho, que os topônimos na *História de Portugal* são usados como provas de que os estrangeiros — romanos, germânicos e mouros — ocuparam apenas as terras dos reinos vizinhos, uma vez que Portugal, conforme a interpretação do autor, era espaço guardado por forças divinas e, por isso, não foram invadidas por essas gentes, considerados como pragas. Assim, Scithia — nome de antiga região da Europa, mais ou menos, correspondente ao Sul da Rússia — é, conforme Oliveira, o lugar de onde vieram os povos germânicos invasores, no séc. V, vistos como pragas enviadas por Deus em resposta aos pecados da Espanha:

Neste nome Godos entendo todos os estrangeyros, que antre os romanos e mouros avexarão a Hespanha: por que todos elles vierão em hũ t(em)po e de hũa terra, e são

contados todos por hũa praga, das que deos naquelle tempo mandou contra os peccados da Hespanha. As nações destes erão Vandalos, Suevos, Halanos, e Godos. Vierão das terras do Aguião, onde chamão **Scithia** europea, que he junto da Lagoa Meotis, cõforme aa profecia de Hieremias, que diz: do aguião viraa todo o mal. Laa começarão fazer guerra hũs com outros, e os Godos prevalecendo lançarão aquelloutros fora da terra, e vierão tras elles, atee os meter na Hespanha, que he a ultima terra da Europa: onde quasi os acabarão de gastar (1º livro, fls. 29v-30r).

Nota-se, nesse trecho, que a menção ao termo “terras do aguião” não corresponde especificamente a um topônimo, mas às terras situadas no Norte, visto que *aguião*, no português antigo, era também usado como substantivo comum no sentido da sua etimologia ‘o vento norte’, conforme explica Machado (1984, p. 64).

Fernão de Oliveira — no seu empenho patriótico de destacar a identidade do povo português a partir de uma fundamentação mítico-cristã — demonstra um temperamento xenofóbico, principalmente em relação aos povos germânicos, numa clara intenção de apontar o dedo negativamente para os castelhanos, como afirma Franco (2000, p. 205) a respeito da depreciação do dominicano por “aqueles que envaidecem e entendem ser herança de grande dignidade, pertencer à filiação genealógica dos Godos”, ao mesmo tempo que reforça a ideia de integridade das terras portuguesas, as quais, na sua interpretação, não aceitaram a invasão desses povos. Nota-se, por isso, que, em determinada passagem da *História de Portugal*, Fernão de Oliveira faz referência ao Egito a fim de estabelecer relação com o período de ocupação bárbara na Espanha, especialmente dos povos suevos, vistos por ele como pragas piores que aquelas que foram enviadas contra os egípcios, a fim de obrigar o faraó a libertar o povo hebreu da escravidão, conforme a narrativa bíblica:

Nestas terras reynarão os Suevos cento e septenta e tantos annos, os mays delles na seyta arriana, tractando muy mal, e desumanamête a gente natural dellas: tanto, que diz a cronica no capitulo cêto e corenta e nove da premeyra parte, que os fezerão chegar a tanta pobreza, e miseria, q(ue) attentavão comerse hũs a outros. E mays diz, q(ue) não contête de os matar a ferro e fome, lançavão cães bravos, e outras alimarias bravas, que os matassem, e comessem. Outras avexações crueys diz, que lhe fazião, piores q(ue) as do **egipto**, e mays duras de soffrer. No **egipto** mandavão os naturaes da terra aos estrangeyros apanhar palha onde a havia, e na Hespanha os estrangeyros não deyxavão semear os naturaes, e queymavão as semeadas, e mandavão pagar rendas dos fruytos da terra. No **egipto** açoutão os negligêtes, e na Hespanha matavão cruamente os innocêtes. (1º livro, fls. 30v-31r).

Fernão de Oliveira, na *História de Portugal*, mostra quais foram os lugares ocupados pelos suevos, alanos e vândalos:

Na partição que fezerão coube aos Suevos o norte, em que entrão as terras de Navarra, e **Bizcaya**, que então chamavão **Cantabria**: e **Castella a velha**, que chamavão

Bardulia; e **Montanhas**, e **Asturias**, e **Galliza**, que naquella tempo entrava nas **Asturias**, e terra de campos, q(ue) dahi a pouco tempo se chamou **campos godos** (...). Tal era o estado daquella mezquinha terra. Não soamente padecião as gentes trabalhos corporaes, mas tambem espiritalm(ente) corromperão aquelles barbaros a religião christãa na Hespanha: por que erão herejes arrianos, e manicheus, em especial os Suevos, que nas terras, q(ue) senhoreavão introduzirão ritos, e palavras de maa religião, e fee mal formada, q(ue) ainda agora durão antre aquellas gentes, que se prezão de ser seus successores na geração, e na crueldade. Aos Halanos coube em sorte a terra de **Molina**, e **Mancha**, e **Mestrados**, e **Valença**, e **Murcia**, e **Cartagena**. E aos Vandalos coube **Carpetunia**, e **Lucena**, e **Beturia**, e **Betica**: que delles tomou o nome de Vandalia, e Vandalicia, e agoora **Vandalozia** mudãdo algũas letras com o tempo (1º livro, fls. 30v-31r).

Sobre a presença dos mouros na Península Ibérica, Oliveira passeia por algumas localidades na África, como na Mauritània, topônimo que é usado para explicar a origem do grupo e do nome *mouro*, o que é conferido em Nascentes (1952, p. 195), que diz que o nome é composto do lat. *Mauru* ‘mouro’ e *-tan* ‘terra’, ‘terra de mouros’, coadunando com a explicação de Oliveira:

mouro he nome dhũa nação de gête, como hespanhol, ou frances, ou italiano: e não he nome de secta, nem ley, como christão, gentio, platonico, franciscano, e outros muytos, que ha de leys, religiões, e sectas. Chamamos nos mouros aos da secta de Mafamede: por que os que mays conversamos, e de mays perto, são de **Mauritania**: os quaes se chamão assi muyto ha antes que ouvesse Mafamede no mundo. Diz Sallustio na hestoria de Iugurta, q(ue) algũs soldados de Hercoles libio derão este nome aa gente da **Mauritania**: por que erão elles de Media, e chamavãose Medos, e forão morar naquella parte de Africa, que se chamou **Athlantica**, e agoora despoys delles para caa se chama **Mauritania** por amor delles: por que diz, que os naturaes da terra na sua lingua corromperão o vocabulo, e de Medos fezerão Mauros: e nos de Mauros pronũciamos Mouros (1º livro, fl. 36r).

Esses mouros são considerados como “outros piores” por Fernão de Oliveira pelo fato de terem continuado a destruição da cristandade dos castelhanos, já iniciada pelos “tiranos e herejes godos”. Nesse caso, os topônimos relacionados à influência mourisca são usados como provas para o argumento da invasão muçulmana apenas em terras vizinhas, sem passar por Portugal, como no trecho “ajuda a isto, o caminho, per onde o conde Julião levou os mouros: por que os levou per **Cordova**, e **Toledo**, e **Castella**, e não os trouxe a Portugal” (1º livro, fl. 35r) e, mais adiante, menciona sobre a longa permanência dos mouros em terras hispânicas, quando o humanista faz referência à “mudança do nome da villa, que elles mudarão prevalecera, e ficara o q(ue) lhe elles poserão, como ficarão outros q(ue) elles mudarão: por que esteverão muyto em seu poder: como **Tarifa**, **Algezira**, **Gibaltar**, e outros” (1º livro, fl. 39r).

Os topônimos também são usados como provas da nobreza de Portugal, a qual, conforme as ideias de Oliveira, pode ser certificada desde a sua fundação, que, resguardada por

emissário divino, vincula o povo português à genealogia patriarcal bíblica. Nesse ponto, atente-se também ao fato da nobreza do território, visto que foi o local escolhido por Deus para a primeira povoação e, desde então, todo crescimento, povoação, edificação, vilas e cidades foram construídas pelos naturais da terra. Fernão de Oliveira garante que tudo poderia ser comprovado através dos livros ou escrituras que davam notícias das coisas que se passavam na terra desde sua antiguidade “por q(ue) des então ouve nella estudo de letras, segundo dizem Estrabão, e Beroso, e outros, q(ue) daquelles, tempos escreverão” (1º livro, fl. 14r). No entanto, acrescenta que esses livros se perderam durante as guerras com os romanos, godos e mouros.

Esse demérito em relação aos povos estrangeiros na formação e nobreza de Portugal é importante para Fernão de Oliveira, neste momento da construção do discurso *da História de Portugal*, porque desqualifica a importância de outros povos os quais poderiam ser responsabilizados pela nobreza portuguesa, principalmente os romanos, em virtude do seu imperialismo, que é, de certa forma, atribuído a Portugal, levando em conta a sua expansão e conquista de outras terras, como Guiné, Açores, Brasil e “outras partes do mundo”. Assim, Fernão de Oliveira estampa um quadro da glória portuguesa, no qual se vê a superioridade de Portugal sobre as terras vizinhas, posto que também é tomado para se colocar, não no mesmo nível de grandeza e de nobreza dos povos romanos, mas acima deles, uma vez que Portugal seguia um programa missionário de universalização do Cristianismo, ao contrário de Roma, que batalhava pela “cobiça das riquezas, que então havia nesta terra” (1º livro, fl. 22v₂).

Per este reyno determinava deos abrir caminho a serem chamadas para o reyno do ceo muytas gentes, que estavam muy apartadas do conhecimento de Jesu chr(ist)o, e longe do estado de sua salvação, em **Guinee**, e no **Brasil**, e outras partes do mundo: das quaes os pregadores do reyno de deos não tinham noticia, e Portugal escolhido per deos p(ar)a isso lhe abrio o caminho. O qual louvor lhe não pode tirar a inveja de seus emulos (3º livro, fls. 2v-3r).

Em vista disso, não se pode negar que a toponímia também produz sentidos que são concebidos “como ‘relação a’ e isso reflete nos procedimentos de análise quando examinamos as relações entre os enunciados lexicográficos, confrontando o que é dito em um verbete e em outro, descrevendo as diferenças, as repetições, as retomadas, as reformulações” (NUNES, 2006, p. 15). Nesse caso, na *História de Portugal* de Fernão de Oliveira, os topônimos são usados como elementos relacionados à noção de *kairós*, ou seja, oportunos na construção do discurso para aquele contexto político. Portanto, os topônimos encontrados na narrativa de Oliveira são utilizados com a finalidade de reorganizar o espaço dentro das pretensões do historiador, que reformula os monumentos simbólicos da denominação espacial e os

reconstróem, a partir de suas interpretações, transformando a origem significativa, baseado em autores clássicos como Xenofonte, Estrabão, Flávio Josefo e Ptolomeu ou da época medieval, como D. Afonso X. Essa construção retórico-argumentativa, instituída por Fernão de Oliveira o coloca na posição de sujeito da historiografia.

É o que se percebe no documento da *História de Portugal*, em que Fernão de Oliveira, a partir de suas interpretações com finalidades específicas, constrói argumentos a respeito de diversos topônimos portugueses, o que, se por um lado, tais interpretações dificultam o trabalho de pesquisa em consequência de algumas etimologias fantasiosas, que afastam a origem da palavra de seu “verdadeiro significado”, por outro lado, provocam o pesquisador a proceder na investigação desses topônimos, no intuito de tentar recuperar as origens e motivações dos designativos, mesmo que nem sempre seja possível ressuscitar a “verdade” dos nomes, principalmente, quando se trata de sincronias pretéritas da língua.

5.2 Origens históricas na formação da toponímia portuguesa

A história dos atuais povos portugueses, tomando o conjunto da Península Ibérica, remonta a tempos muito antigos. Em muitas regiões, a presença de grupos humanos é anterior à própria história, o que favorece para as dificuldades na demarcação étnica de sua população, assinalada pela variedade e complexidade. Os poucos dados científicos que se conseguem atualmente alcançar são fornecidos por estudos da arqueologia, da etnologia e da linguística, as quais se auxiliam mutuamente. Os estudos arqueológicos apontam para um passado recuado há, pelo menos, 1 milhão de anos, período do paleolítico, no qual viveram homens da espécie *homo erectus*, conforme as marcas existentes das culturas pré-Abbevillenses (*Pebbe Culture*) e Abbevillenses, “as mais antigas que os arqueólogos puderam até hoje caracterizar” (MARQUES, 1985, p. 14). À medida que o tempo passava, vários outros grupos étnicos entravam na Península Ibérica, alterando o modo de vida dos povos autóctones, com o aperfeiçoamento de algumas técnicas no fabrico de utensílios para caça.

Na passagem do paleolítico para o mesolítico, já se percebe a difusão de grupos humanos, cujas características anatômicas ainda podem ser vistas em alguns espanhóis e portugueses, conforme as palavras de Marques (1985, p. 15): “Ao que parece, todos eles pertenciam ao mesmo grupo étnico, e da sua fusão originou um tipo humano bastante homogêneo”, considerado por alguns autores como “a base demográfica da Península

Hispânica”. Evidências arqueológicas da existência de povos antigos podem ser encontradas em todo o território português, porém com maiores concentrações em grande parte da Estremadura e bacia do Tejo, com algumas ramificações na planície do Alentejo e outras no norte do Douro.

No período neolítico, por volta de 3.000 a.C., surgem as primeiras culturas do bronze, seguida pela cultura do ferro. Aliás, a mineração, como um dos fortes elementos da economia, e a posição geográfica da Península Ibérica — situada entre o Mediterrâneo e o Atlântico e entre a Europa e a África — foram fatores importantes para a atração de diversos povos nos tempos antigos, como alguns grupos de pré-indo-europeus, que adentraram o território peninsular pelo Norte, atravessando a cadeia de montanhas dos Pirineus, falantes de um protobasco (aparentado com o basco provavelmente), e os que chegaram pelo Sul, vindos do Norte da África e do Oriente Próximo, como os egípcios, fenícios, cretenses.

Devido à inexistência de documentos escritos, não se sabe a origem de muitos desses grupos. Os povos cujas línguas foram designadas genericamente como protobascas, por exemplo, estão relacionados a várias dúvidas entre os pesquisadores, podendo ter procedência caucasiana, africana ou até mesmo serem povos autóctones da Península Ibérica. Durante muito tempo, pensou-se na possibilidade de os bascos pertencerem à mesma família dos povos ibéricos², outro grupo não-indo-europeu. No entanto, segundo Ivo Castro (1991, p. 139), “estudos recentes vieram demonstrar que as semelhanças entre eles se devem ao facto de ter existido uma convivência de ambas as línguas durante bastantes séculos”.

As afinidades entre os bascos e os ibéricos foram mencionadas também com base na existência de vários topônimos pré-romanos com prefixo *Ili-*, correspondente ao basco *iri* ‘cidade’, ‘vila’. Castro (1991, p. 137), utilizando um mapa adaptado de Baldinger, mostra, no entanto, que o prefixo *Ili-* é encontrado apenas na região leste peninsular, chegando até o Sul da França, área ocupada pelos povos ibéricos. Como os povos bascos estabeleceram presença na metade setentrional da Península Ibérica, comprova-se a influência linguística entre esses dois grupos.

No sudoeste peninsular, habitavam os tartéssicos (ou turdetanos), povos envolvidos no mercado de metais preciosos e, por isso, considerados grupos dotados de grande esplendor e riqueza, além do forte interesse pela cultura, como afirma Cortés y Lopez (1836, p. 445):

² É importante ressaltar que o qualificativo *ibérico* aqui é tomado no sentido étnico, diferentemente do sentido geográfico utilizado ao longo deste trabalho. A designação faz referência ao Ebro, um dos maiores rios da Península. Nas palavras de Bueno (1958, p. 21), “todos os povos ou todas as tribos aí existentes eram englobadas na mesma denominação geográfica de *iberi*, *iberos*. Seria o mesmo que hoje se passa conosco: damos o nome de africanos a todos os que habitam a África, região considerada simplesmente como geografia”.

Los turdetanos eran sin duda los mas cultos en las letras, no solo de toda la Iberia sino de toda la Europa. Ninguna nacion de esta parte del mundo tenia gramáticas, poemas y máximas morales que tenian de antigüedad seis mil años, como dito Estrabon, sino los turdetanos. Los indios daban esta misma antigüedad á sus usos y costumbres religiosas, segun lo afirma Arriano³ (CORTÉS Y LOPEZ, 1836 p. 445).

Esses povos tartéssicos (ou turdetanos) ocuparam a área desde a foz do Guadalquivir até a foz do Tejo, de acordo com informação de Castro (1991, p. 141) e comprovado pela série de topônimos considerados tartéssicos, encontrados nesta região, dentre eles os nomes de cidades terminados em *-ippo*, como *Olisipo*, *Collipo*. Mas, segundo Coutinho (1973, p. 45), a riqueza dos tartéssicos despertou a cobiça de outros povos, como os fenícios e os gregos, que disputaram a posse daquela região, o que levou à decadência das colônias gregas e dos próprios tartéssicos:

Com a expulsão dos gregos, fixaram-se os fenícios na costa meridional da Península, no ano de 1100 a.C., e aí fundaram Gadir, hoje Cádiz. Novas colônias fenícias foram estabelecidas em outros locais da costa, como Málaga e Abdera, hoje Abdra. Mas o fenício não foi um povo colonizador. Vivia da navegação e do comércio, por isso não penetrava no interior das terras. Quando o seu poderio marítimo se enfraqueceu, as colônias entregues à própria sorte não puderam manter a sua independência e desapareceram absorvidas pela grande massa das populações indígenas (COUTINHO, 1973, p. 47).

Os cartagineses, em sucessão aos fenícios, reafirmaram o domínio do território, fundando novas colônias, como *Cartago* (atual Cartagena), *Portus Magonis* (atual Mahon), *Ebusus* (atual Ibiza). Além disso, deram origem ainda ao próprio nome *Hispânia*, que em fenício (ou púnico), como lembra Castro (1991), quer dizer ‘terra de coelhos’.

Outros antigos povos, porém, de origem indo-europeia, os celtas, teriam penetrado na Península Ibérica por volta dos séculos X e VI a.C., e se fixado no centro e no oeste peninsular. Ainda com base em Castro (1991, p. 141), “aquilo que designamos como ‘substrato celta’ é a consequência de sucessivas vagas de povos, às vezes significativamente diferenciados no que diz respeito à língua”. Essas diferenças são estabelecidas em três grandes grupos que, cronologicamente, se alternam dentro da Península: os pré-celtas, os mais antigos, atribuídos aos povos lígures ou ambro-ilírios; os celtiberos, fusão dos celtas com os ibéricos, situados no centro da Península; e os celtas propriamente ditos.

³ Tradução livre: “Os turdetanos eram, sem dúvida, os mais cultos nas letras, não só em toda a Ibéria, mas em toda a Europa. Nenhuma nação desta parte do mundo tinha gramáticas, poemas e máximas morais com antiguidade de seis mil anos, como disse Estrabon, exceto os turdetanos. Os índios davam essa mesma antiguidade aos seus usos e costumes religiosos, segundo afirma Arriano.”

É importante mencionar que muitas incertezas linguísticas marcam ainda o período denominado como pré-celtas, a exemplo da hipótese de que os lígures teriam dominado todo o ocidente europeu. Essa interpretação baseia-se na semelhança entre certos topônimos encontrados desde a região ibérica, passando pela Gália e alcançando espaços italianos. Outro vestígio importante refere-se ao sufixo *-asco* — atribuído aos lígures por vários estudiosos —, que se acopla a vários topônimos na parte setentrional da Península Ibérica, tais como *Piasca* (Santander), *Orusco* (Madrid), *Biosca* (Lérida), *Magasca* (Cáceres). Logicamente que essas e outras pistas que apontam para a presença de determinados povos muito antigos em uma região são marcadas por discussões e questionamentos, pois a recuperação de pegadas afastadas no tempo não é uma tarefa fácil, de modo que a presença dos lígures na Península Ibérica é ainda refutada por muitos estudiosos. Menéndez Pidal (1968) descarta essa hipótese de unidade pré-céltica na Península Ibérica e aponta na direção de uma migração de povos lígures, vindos da Itália, os quais teriam descendido de uma raça denominada ambrones, em conformidade com alguns topônimos. Esses povos ambrones mesclaram-se a outros povos, os ilírios, daí a menção de alguns autores para uma antiquíssima presença de povos ambro-ilírios.

De modo geral, os celtas, aparentemente, eram povos guerreiros e agricultores, os quais devem ter encontrado muita resistência em sua permanência no espaço ibérico. Conforme Bueno (1958, p. 23), alguns topônimos apontam para essas características, a exemplo dos nomes formados a partir dos sufixos *-briga*⁴ ‘fortaleza’, ‘castelo’ (*Conimbriga* > Coimbra, e nomes mais recentes, como Caesobriga, Augustobriga, Flaviobriga) e *-dunum* ‘aldeia’, ‘burgo’ (*Caladunum*). Nesse espaço ibérico, tribos das mais antigas populações indo-europeias, a exemplo dos lusitanos, foram afetadas por traços linguísticos dos povos celtas, os quais ainda estão presentes na língua portuguesa.

Dando sequência a esse percurso histórico, chega-se ao início do século III a.C., momento que registra a entrada dos povos romanos na Península Ibérica e que, a partir daí, seriam necessários mais de dois séculos para que os romanos dominassem todo o território, como explica Castro (1991, p. 129):

Primeiramente foi ocupada a costa catalã, após um desembarque em Ampúrias (218 a.C.) e a ocupação de Tarragona. Seguiu-se a ocupação de Sagunto (215) e de Cartagena (208). Em 206 a.C. foi fundada Itálica, o que marcou a ocupação da parte meridional da Península. No centro, a conquista demorou mais dois séculos para

⁴ O termo *briga* pode ser associado ao vocabulário latino *oppidum*, cujo sentido remete também a ‘cidade fortificada’.

pacificar o NW (campanha de Júlio César em 61 a.C., campanha de Augusto em 27 d.C.) (CASTRO, 1991, p. 129).

A tardia implantação do latim — e, conseqüentemente, a longa permanência dos falares pré-românicos em algumas regiões — contribuiu para o caráter conservador da língua hispânica, principalmente no noroeste peninsular. Para isso, Ivo Castro (1991) ainda aponta a existência de outros fatores, a saber: a posição periférica da Península, de difícil acesso ao centro inovador; o tipo de romanização, com mais intensidade no Sul; a distância linguística entre o latim e as línguas pré-romanas.

A romanização da Península Ibérica expande-se linguisticamente a partir de duas províncias administrativas: Hispânia Citerior, que se irradia do Leste para Norte; e Hispânia Ulterior, que se irradia do Sul para Oeste. O Sul, berço da riqueza e da cultura desde os tempos dos tartéssicos, ainda mantinha a preocupação com as formas linguísticas, o que, somada à procedência social de seus colonizadores, conservou características arcaizantes da língua. A Hispânia Citerior, além de, geograficamente, mais próxima de Roma — o centro de inovação linguística —, era fortemente frequentada por militares, um dos maiores grupos de difusão do latim corrente. Em relação ao uso dos topônimos nesse período, Meier (1973, p.21) diz:

Em ambas as províncias predominam os antigos nomes pré-romanos, mas enquanto para a Citerior se cita raras vezes uma designação secundária latina, como Valentia ou Caesaraugusta, os topônimos da Ulterior, em Plínio levam uma designação latina na maioria dos casos [...]. Esta diferença toponomástica deve assentar numa diferença de colonização: no Sul, mais rico, encontramos uma forte povoação cidadina de civilização elevada que trouxe consigo o costume de designar as cidades com os dois nomes, o autóctone e o latino. Não se dá o mesmo na Citerior, onde as cidades eram muito mais centros militares e onde a romanização consistia mais em colônias agrícolas (MEIER, 1973, p. 21-2).

Em Portugal, além de outros fatores, os diferentes substratos indígenas também contribuíram para a diferenciação norte-sul, a qual persistiu após a chegada dos romanos. Desses povos, dois deles se destacaram e se mantiveram na geografia e na administração: os Gallaeci (Lucenses e Bracari), correspondentes ou descendentes da cultura castreja, ocupavam o norte do Douro, e os Lusitani habitavam o espaço abaixo do Douro.

No início do século V, a Península Ibérica é, definitivamente, tomada por povos germânicos — mais precisamente, suevos, visigodos, vândalos e alanos —, dos quais apenas os dois primeiros podem ser considerados de maior relevância para a história linguística peninsular, devido à sua relativa permanência e ao razoável contato com os povos hispânicos.

Os suevos ocuparam o noroeste da Península, onde constituíram um reino que durou mais de um século, sendo dominada em seguida pelos visigodos, que a partir de 585, ocuparam grande parte do território ibérico. Em relação à língua e à cultura, os germânicos pouco contribuíram, uma vez que ao adentrar o espaço já estavam romanizados, e o número demográfico com relação aos habitantes ibéricos não foi suficiente para acarretar grandes mudanças. Não se pode negar, no entanto, algumas incorporações léxicas no idioma latino, como vocábulos referentes aos seus usos e costumes, na maioria designativos da administração e da cultura bélica. Na toponímia, tem-se muitas referências a antropônimos germânicos, os quais remetem aos proprietários e fundadores de terras da Idade Média, como explica Castro (1991, p. 151):

A maior concentração de toponímia germânica encontra-se no norte da Península, região que não foi especialmente habitada por visigodos. A explicação do facto é simples: a maior parte desses topônimos deriva dos nomes dos possesores das terras, nobres godos refugiados da invasão muçulmana nas montanhas do norte e daí tendo lançado o movimento da Reconquista (CASTRO, 1991, p. 151).

Em 711, surgem os árabes, povos muçulmanos vindos do Norte da África, os quais ocuparam quase todo o espaço ibérico, com exceção do norte, onde viviam os reinos cristãos. Dessa forma, juntamente com esses árabes conviveram também povos cristãos, denominados de moçárabes, ou seja, submetidos à cultura árabe. Depois do latim foi o árabe que mais contribuiu com a formação do léxico peninsular, principalmente à medida que se avançava para o Sul, onde as marcas da cultura muçulmana tornaram-se mais salientes em função da forma mais efetiva das camadas populacionais árabes e da duradoura permanência. Por isso, existem marcas indeléveis da toponímia árabe em todo o território ibérico.

5.3 Antigas divisões político-administrativas de Portugal

Antes de analisar os topônimos, a partir das taxas propostas por Dick (1992), faz-se necessário entender como eram as antigas divisões político-administrativas de Portugal. No entanto, explicar a organização dos limites político-administrativos no interior desse território torna-se tarefa bastante complexa, uma vez que as origens e características dessas fronteiras só podem ser explicadas a partir das configurações territoriais estabelecidas no passado remoto, principalmente com base nos sistemas administrativos romano e muçulmano, somando-se ao

quadro eclesiástico cristão, como pontua Marques (1985, p. 33). Para o que se pretende neste texto, acredita-se que não há necessidade de um recuo maior na história.

Na tentativa de entender esse processo de organização do espaço português, toma-se como ponto inicial o ano de 1096, momento em que o Condado Portucalense surge como entidade política, abarcando duas unidades político-administrativas, independentes uma da outra até aquele momento: os condados de Portucale e de Coimbra (MATTOSO, 2001a, p. 55). Com o avanço da Reconquista para o Sul e, conseqüentemente, da alteração no quadro demográfico, impõe-se necessária a reestruturação dos territórios com suas formas de apropriação. No entanto, para entender esse processo de distribuição de propriedades em Portugal, será forçoso fazer um breve passeio a respeito das configurações sociais em Portugal, iniciando no Norte e partindo para o Sul, observando as estruturas de poder que explicam as relações de produção dentro das unidades.

Nesse caso, Marques (1985) esclarece que o Norte de Portugal seguia por um modelo de governo característico — constituindo-se de unidades de cunho econômico, administrativo e judicial — que, subordinado a uma autoridade, era conhecido como regime senhorial, conforme explicado abaixo:

A estrutura social resultava das formas feudais típicas de propriedade e de renda. Dentro dos seus senhorios (geralmente chamados *coutos* se pertenciam à Igreja, *honras* se à nobreza), os senhores detinham autoridade plena para todos os efeitos embora o rei conservasse os direitos de justiça suprema (expressa pelo exclusivo direito da pena de morte e do talhamento de membros) que sempre se esforçou por pôr em prática (MARQUES, 1985, p. 99).

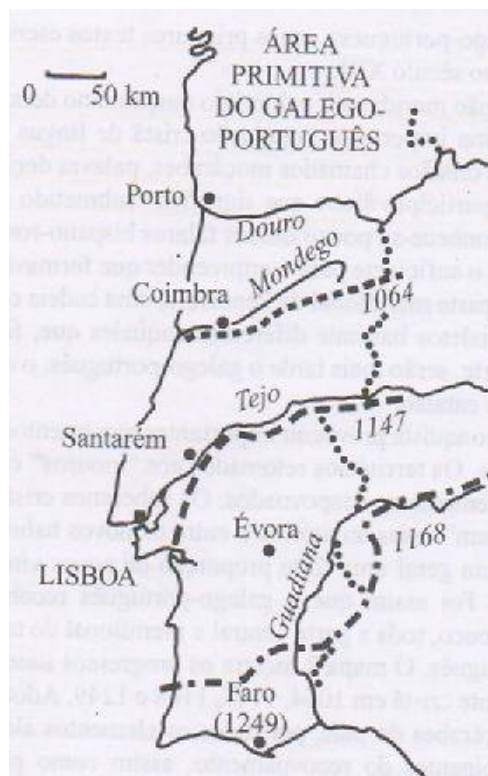
Nesses espaços viviam os servos que cultivavam a terra e os que se prestavam a serviços domésticos, ambos ligados à propriedade e ao senhorio, ou seja, eram impedidos de deixar o local ou de serem expulsos. Além disso, havia também os trabalhadores rurais, que tinham mais “liberdade” do que os servos, podendo sair das terras, e mais vantagens sociais, uma vez que podiam adquirir um pedaço de terra própria ou mudar-se para a área, onde podiam ser promovidos social e economicamente. Marques (1985, p. 100) destaca que, devido à Reconquista, nesses espaços passaram a existir dois tipos básicos de possuidores de terra com funções militares: os mais ricos — que dispunham de rendimentos para ter um cavalo e participar das guerras, com *status* de combatentes a cavalo — eram os cavaleiros-vilãos; e os mais pobres que combatiam a pé eram os peões.

As terras se dividiam entre a nobreza (imigrantes de cavaleiros franceses, cavaleiros portugueses recompensados pelos serviços na guerra e favoritos do rei), os ricos-homens, que,

na escala social, representavam a superioridade com poderes pessoais transmissíveis aos seus descendentes. Abaixo dessa pirâmide, encontravam-se os aristocratas, proprietários de grandes terras, que, na maioria das vezes, descendiam de antigas famílias de homens livres. Vale notar que, numa sociedade em que os poderes se acomodavam em várias mãos, era natural que a ambição incitasse os ouvidos dos fracos, que, com frequência formavam partidos, causando confusão, como afirma Marques (1985, p. 101) a respeito do grupo de infanções, cavaleiros e escudeiros, ressentidos com o poderio dos ricos-homens, acrescentando que “a situação complicava-se pelo fato de muitos pequenos-nobres estarem ligados por laços feudais aos ricos-homens, a quem serviam como vassalos, tanto no seu sentido mais geral como no seu significado restrito de clientes pessoais”.

Quanto à sociedade eclesiástica, estavam agrupados, na fileira superior, os bispos, os abades e os mestres das ordens militares, que eram grandes senhores feudais, atuando como membros da alta nobreza. Abaixo, na base da hierarquia social, grande número de clérigos eram colocados em condições inferiores de servidão.

Descendo para o Sul, encontram-se durante os séculos XII e XIII uma sociedade *al-Andalus*, diferente do norte cristão. Vale observar como se organizavam essas estruturas sociais do espaço muçulmano, no intuito de entender como a monarquia cristã apoderou-se dessas formas de governo após a Reconquista. Ainda seguindo o testemunho de Marques (1985), a estrutura social nesse espaço, onde funcionavam os concelhos, era composta por uma classe de proprietários rurais que detinham o poder e habitavam, geralmente, nas cidades ou nas *ad-ḍiya* (aldeias) e, como latifundiários, viviam dos lucros de suas herdades. No núcleo das *ad-ḍiya* estava a casa senhorial, que era rodeada pela habitação dos clientes, os camponeses livres cuja ligação com o proprietário dava-se apenas pelo pagamento de uma renda, correspondente a sua produção. Por sua vez, esse proprietário tinha obrigação religiosa com o Estado, pagando uma dízima de sua renda porque, conforme Marques (1985, p. 120), “em teoria, todas as terras pertenciam ao Estado que, ao tempo da conquista, as concedera perpetuamente a um guerreiro e a seus herdeiros”. Vale lembrar que, como a Igreja não era separada do Estado, as mesquitas podiam também ser consideradas como proprietárias de terras, uma vez que recebiam as rendas dessas propriedades. Com esse sistema, os locais muçulmanos geravam muitas rendas para o Estado e esse tipo de estrutura econômica foi, de certa forma, adotado pelos cristãos posteriormente.

Figura13 - Formação do território de Portugal durante a Reconquista Cristã

Fonte: Teyssier (2001, p. 8)

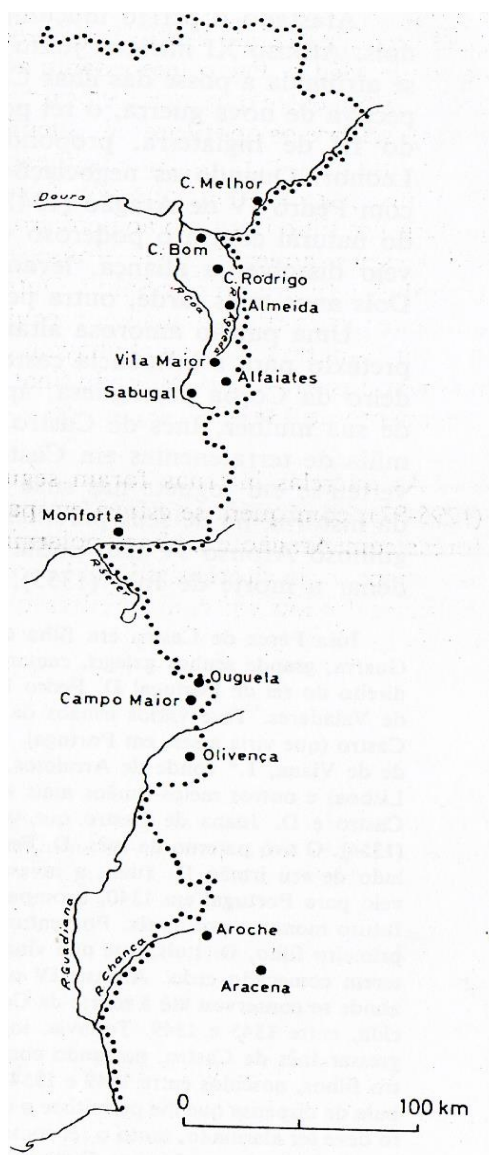
Com o alargamento do espaço português, observa-se que — desde o início de sua formação, durante a Reconquista —, à medida que os territórios vão sendo recuperados, vão se acentuando as diferenças entre a sociedade do Norte, mais rural e agrária, e a sociedade do Sul, mais urbana e comercial. Além disso, Ribeiro (1945, p. 202) aponta outros contrastes entre o Norte e o Sul, sendo o primeiro mais atlântico, abundante em águas e gentes, enquanto o segundo, mais mediterrâneo, sofrendo longas estiagens e escassa de população. Por sua vez, Mattoso (2001a) chama a atenção para um Norte mais senhorial, em contraste com o Sul, caracterizado por uma organização em concelhos. No entanto, esclarece que essa diferença não é estática, uma vez que:

Entrando em linha de conta com a dimensão diacrónica, logo se reconhece um processo evolutivo dominado pelo avassalador movimento de senhorialização, que contamina os concelhos do Sul e permitirá a criação aqui de poderosos senhorios com o mesmo tipo global de relações sociais de produção do que no Norte, mas nem por isso totalmente idênticas às das unidades senhoriais que aí se encontram (MATTOSO, 2001a, p. 69).

Mas é o movimento da Reconquista que vai desenhar o mapa de Portugal, afirmando as fronteiras do que viria a ser o reino, em 1128, quando Afonso Henriques toma o

poder e proclama-se rei de Portugal, após a sua vitória na Batalha de São Mamede. Entretanto, Portugal só será oficialmente reconhecido como unidade administrativa em 1143, após a legitimação da realeza de D. Afonso Henriques, concedida por D. Afonso VII, rei de Leão e Castela. Nesse momento, Portugal já tinha se tornado independente de Galiza, com a conquista de outros territórios, limitando-se, até então, ao Sul, pelo rio Tejo. Os sucessores do rei Afonso Henriques prosseguiram na luta contra os mouros até o ano de 1250, fixando os limites de Portugal, com a conquista do Algarve. Durante o reinado de D. Dinis, no ano de 1297, a assinatura do *Tratado de Alcañices* entre os reinos de Leão e Castela e o reino de Portugal firma definitivamente a fixação das fronteiras de Portugal.

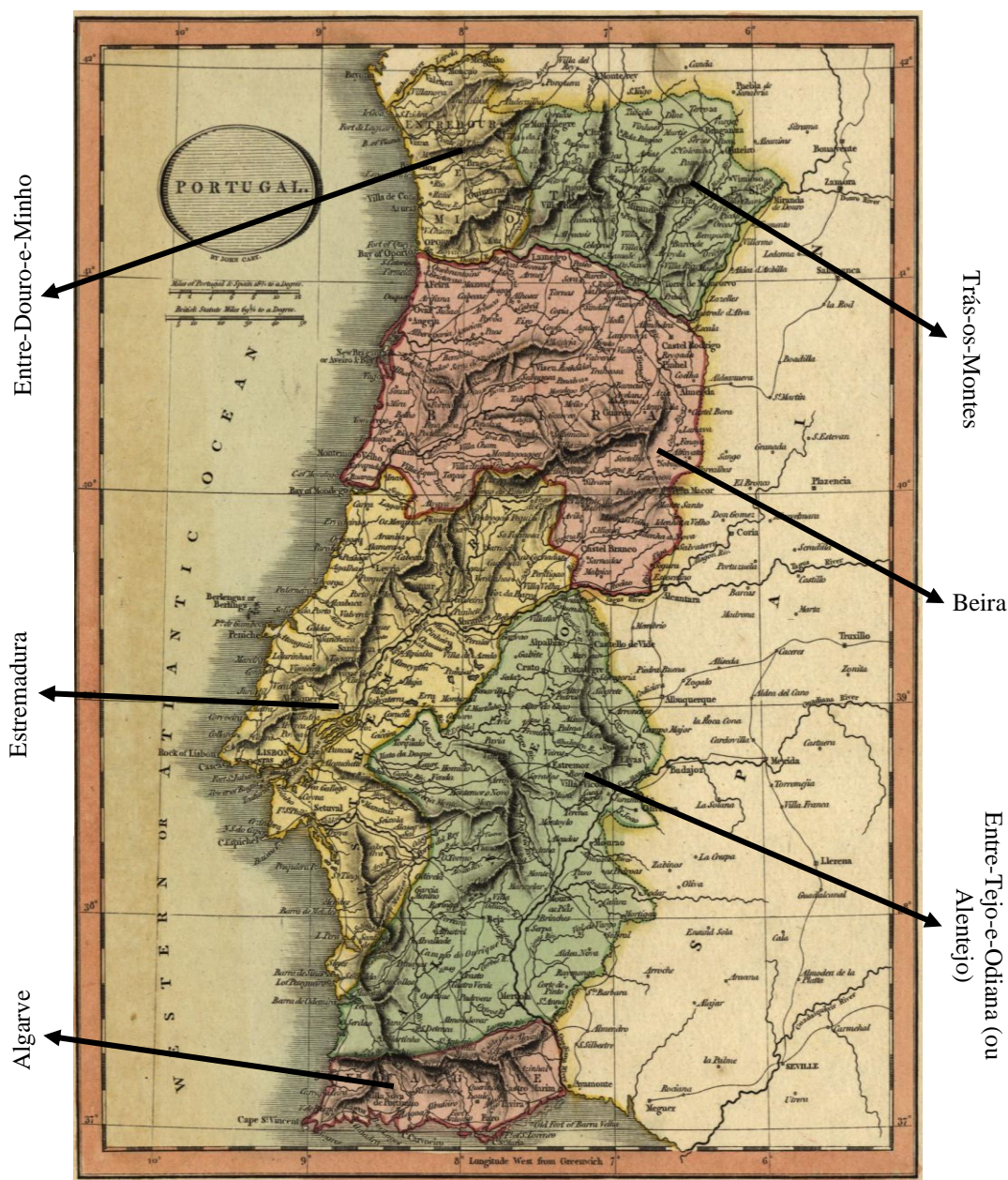
Figura 14 - Fronteira de Portugal nos fins do século XIII



Fonte: Marques (1985, p. 212)

Até onde se sabe, o Testamento de D. Dinis, de 1299, é o primeiro documento que faz referência às grandes divisões regionais de Portugal, sendo assim mencionadas, como se vê em Mattoso (2001b, p. 159): Antre Douro e Minho (incluindo a zona de Trás-os-Montes); Antre Douro e Mondego (correspondendo à área litoral, em torno de Coimbra); Beira (zona da Guarda); Estremadura (Incluindo toda a região entre o Tejo e o Mondego); Antre Tejo e Odiana e Moura e Serpa (compreendendo todo o Alentejo, mas marcando a diferença que existia entre as terras dos dois lados do Guadiana). O Algarve, nesse período, ainda era considerado um reino à parte, conforme o registro do título “rei de Portugal e do Algarve” usado pelo monarca.

Figura 15 - Antiga divisão das comarcas (províncias) de Portugal (sécs. XIV-XIX)



Fonte: B. Smith, 1808 (Biblioteca Nacional de Portugal - Digital). Disponível em: <https://purl.pt/30751>. Acesso em: 18 maio 2019.

Mais adiante, no final do século XIV, essa divisão é definida de modo oficial, transformando-se em seis comarcas e permanecendo essa quantidade até a reforma administrativa do século XIX em Portugal. Em cada uma dessas comarcas — Entre-Douro-e-Minho, Trás-os-Montes, Beira, Estremadura, Entre-Tejo-e-Odiana (ou Alentejo) e o Algarve — havia um corregedor, a autoridade máxima representante do rei, cuja função era fazer a inspeção administrativa, judicial e fiscal.

Cabe notar que essa divisão regional estava longe de pressupor características em comum em seus territórios, tais como agrupamentos étnicos, especificidades do solo ou da vegetação etc. A tese de Mattoso (1998) aponta para o envolvimento do fator político em sua formação e na designação dos nomes de cada uma delas, levando em conta a administração central e as causas que determinaram a individualização, bem como os seus limites físicos.

Silveira (1997, p. 31) afirma que, no século XVI, época do reinado de D. João III, essas grandes circunscrições passaram a ser designadas por províncias, sendo comarcas as suas subdivisões. Em *Descrição do reino de Portugal* — texto finalizado em 1599 e publicado em 1610 —, Duarte Nunes de Leão (1610) mostra como estavam organizadas as comarcas dentro das províncias: em Entre-Douro-e-Minho (Porto, Guimarães, Viana de Foz de Lima e Ponte de Lima); em Trás-os-Montes (Miranda do Douro, Torre de Moncorvo, Vila Real e Pinhel); em Beira (Coimbra, Aveiro, Lamego, Viseu, Guarda e Castelo Branco); em Estremadura (Lisboa, Santarém, Leiria, Tomar, Alenquer e Setúbal); em Entre-Tejo-e-Odiana ou Alentejo (Évora, Estremoz, Portalegre, Elvas e Beja); e no Algarve (Tavira e Lagos).

Nas subdivisões administrativas, havia ainda as comunidades organizadas em concelhos, cidades, vilas e outras unidades: os concelhos eram espaços regulamentados por meio de *forais*, concedidos pela graça do rei e dos senhorios locais (como clérigos e nobres). Os principais objetivos dessa autoadministração consistiam em definir e aplicar um sistema rígido de impostos e um limitado poder na esfera da justiça local, a cargo de sua própria assembleia, composta geralmente por pessoas nobres ou pelos denominados *homens bons*, os quais, nas palavras de Marques (1985, p. 318), eram constituídos pela classe de “gente honrada e gente limpa” que investia parte dos lucros de suas propriedades e mercadorias na localidade. Até finais do séc. XIII, a aristocracia dos concelhos era também formada pelos cavaleiros-vilãos, com vários privilégios fiscais e políticos, podendo, por exemplo, ocupar cargos de direção municipal. Os concelhos englobavam as vilas — espaços centrais da organização municipal e de povoação — e os termos — espaços rurais, onde se desenvolvia o cultivo de terras em pequenas aldeias dependentes administrativamente da vila, a sede do concelho.

Quanto às cidades, estas somente poderiam receber essa titulação caso fossem sedes de bispados, como se vê no Quadro 2.

À parte da grande divisão administrativa, havia também uma outra que dizia respeito à Igreja e, segundo Marques (1985, p. 324), com frequência, servia também aos propósitos civis. A divisão eclesiástica organizava-se da seguinte forma: havia as províncias eclesiásticas, que eram os arcebispados (ou arquidioceses), os quais — sob a responsabilidade de um arcebispo — agrupavam os bispados (ou dioceses), que, por sua vez, tinham como autoridade máxima os bispos. Os bispados eram subdivididos, compondo um número variável de freguesias (ou paróquias), onde, geralmente, havia representantes dos bispos, responsáveis por funções diversas, tais como: prender um membro da comunidade por flagrante delito, aplicar penalidades, controlar a realização de procissões, coletar dízimos e atuar em demais questões relacionadas aos párocos (PAIVA, 2000a, p. 189). Observa-se que — ainda conforme o Quadro 2 — essa divisão eclesiástica, se estendia a outros espaços de Portugal fora da Europa.

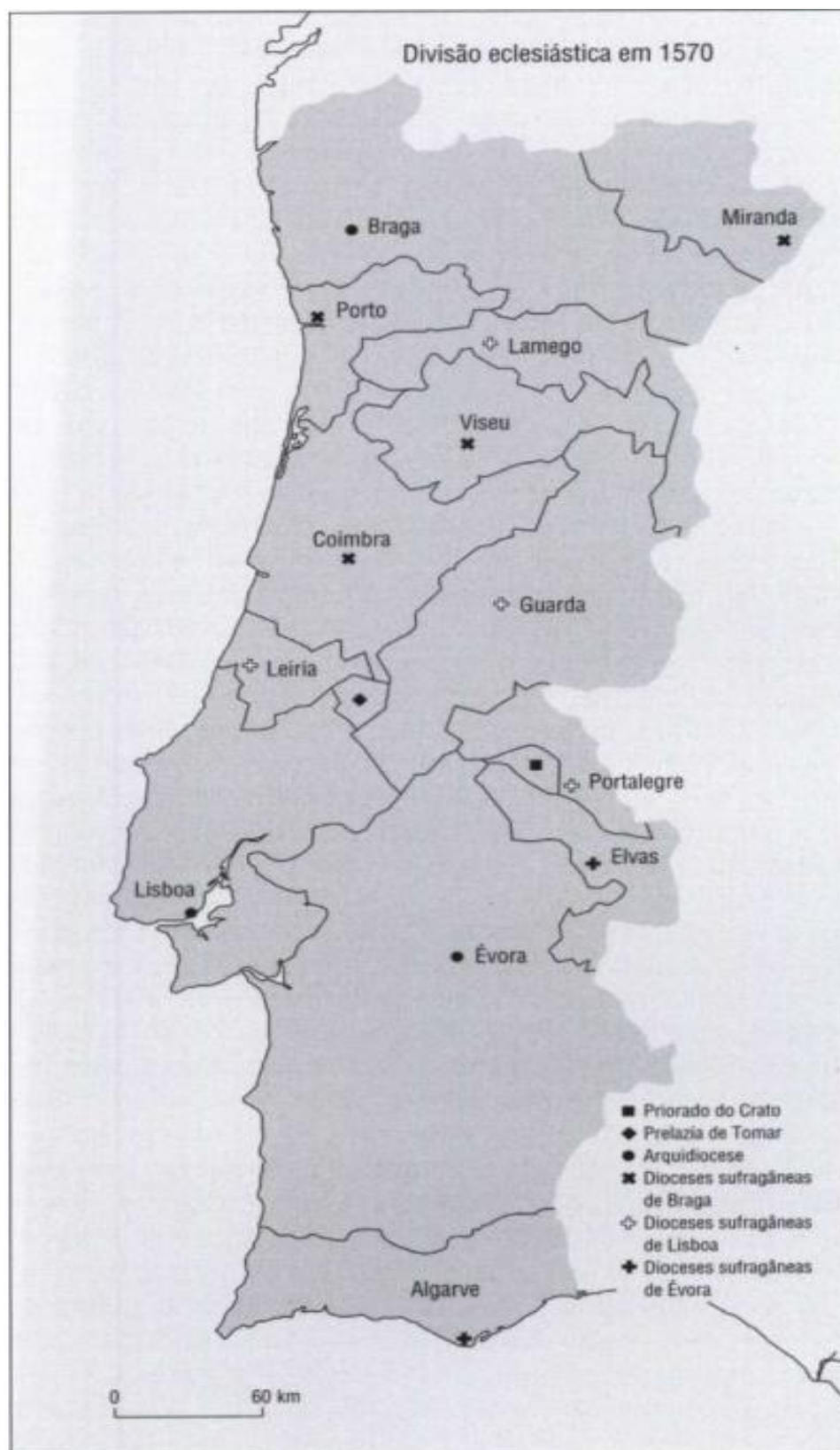
Quadro 2 – Divisão eclesiástica de Portugal (sécs. XV-XVI)

Arcebispados		Bispados de Portugal no espaço da Europa (séc. XVI)	Bispados de Portugal fora da Europa (séc. XVI)
Anterior ao séc. XV	Braga	Porto, Viseu, Coimbra e Miranda	
Anterior ao séc. XV	Lisboa	Lamego, Guarda, Leiria, Portalegre, Évora*	Funchal* e Angra do Heroísmo (Ilhas Atlânticas), Cabo Verde, São Tomé e Congo (África), Bahia (Brasil), Goa* (Índia)
Séc. XVI (1540)	Évora	Silves e Elvas	Tânger (África)
Séc. XVI (1533-1551)	Funchal		Angra do Heroísmo (Ilhas Atlânticas), Cabo Verde, São Tomé (África), Goa* (Índia)
Séc. XVI (1558)	Goa		Cochim, Malaca (Índia) Macau (China) e Funai (Japão)
* Esses bispados, em determinado momento da história, são promovidos a arcebispados.			

Fonte: Com base em Paiva (2000).

Além dessas cidades, Duarte Nunes de Leão (1610, f. 3v) ainda acrescenta Tavira, Lagos, Faro, Beja e Bragança, inseridas em função das diversas alterações da geografia eclesiástica que se desencadearam no séc. XVI, desde o reinado de D. Manuel I. Essas mudanças tinham o propósito de obter uma melhor organização do espaço de administração religiosa, o qual nem sempre coincidia com os limites das unidades político-administrativas.

Figura 16 - Organização e divisão eclesiástica em Portugal (séc. XVI)



Fonte: Paiva (2000, p. 299)

Os mais antigos arcebispados do reino português eram Braga e Lisboa. O primeiro, o mais antigo da Espanha, remontava à época anterior ao período suevo. De acordo com Paiva (2000, p. 294), a criação do arcebispado de Lisboa — que era, anteriormente, sufragânea da província de Compostela — ocorreu no final do século XIV, através da bula *In eminentissimae dignitatis*. Aliás, foi por volta dessa época que se instituiu uma divisão metropolitana que subordinava os bispados dos territórios portugueses a arcebispados também portugueses. Com o crescimento do reino, resultante das conquistas ultramarinas, durante o século XVI, foram criados três novos arcebispados: Évora, que era sufragânea de Lisboa, foi transformada em arcebispado pela bula *Gratiae divinae praemium*, em 1540; Funchal, na Ilha da Madeira, tornou-se arcebispado em 1533, mas só efetivada em 1539. No entanto, essa titulação durou pouco tempo, uma vez que, em 1551, Funchal foi rebaixada a bispado, sendo sufragânea de Lisboa, juntamente com os territórios que estavam sob sua jurisdição; em 1558, Goa, na Índia, é promovida a arcebispado através da bula *Etsi sancta et immaculata*. No território de Portugal, essas cidades (arcebispados e bispados) podem ser localizadas na figura 16.

Conforme Paiva (2000a), as diferenças entre as unidades da divisão eclesiástica sobressaíam em termos de dimensão territorial ou em número da população, que, conseqüentemente, resultavam no prestígio concedido a seus titulares ou nos rendimentos financeiros revertidos para os preladados.

5.4 A classificação toponímica

O agrupamento taxonômico dos topônimos tem sido um problema para estudiosos do assunto, que procuram explicar “o emprego da correta expressão designativa, que defina, com menor probabilidade de erro, os motivos toponímicos” (DICK, 1992, p. 25). De modo geral, as classificações baseiam-se em fatores extralinguísticos relacionados aos aspectos de natureza física e cultural, os quais estão intrinsecamente vinculados ao comportamento do homem com o meio em que ele vive. Por isso, vocábulos específicos do mundo animal e das características da vegetação, bem como vocábulos que guardam a memória das tradições e costumes de uma comunidade são empregados em nomes de lugares, constituindo um verdadeiro acervo para pesquisadores. A construção lexical do ato de nomear, nesse caso, faz-se pelo uso coletivo das expressões antes usadas apenas no modo particular da linguagem. No entanto, Biderman (2001, p. 179) afirma que:

Embora o léxico seja patrimônio da comunidade linguística, na prática, são os usuários da língua — os falantes — aqueles que criam e conservam o vocabulário dessa língua. Ao atribuírem conotações particulares aos lexemas, nos usos do discurso, os indivíduos podem agir sobre a estrutura do léxico, alterando as áreas de significação das palavras (BIDERMAN, 2001, p. 179).

Em consequência disso, a motivação para a origem dos topônimos nem sempre é de fácil resgate, visto que as palavras podem carregar outras significações daquelas usadas no momento da origem do topônimo. Nesse caso, para entender o funcionamento da toponímia de uma determinada região, Dick (2006, p. 94) aponta para a necessidade de conhecer a língua do local, seus princípios e sua estrutura gramatical como “uma das providências para se penetrar no espírito coletivo da comunidade nomeadora, em sua concepção de mundo” (DICK, 2006, p. 94). A partir dos pressupostos teórico-metodológicos apresentados e sugeridos por Albert Dauzat durante o *I Congresso Internacional de Toponímia e Antroponímia*, realizado na França, em 1938, Dick (1992) buscou suporte ainda “nos ordenamentos sistemáticos das ciências humanas afins à toponímia, e em algumas poucas obras alienígenas especializadas os elementos que permitissem a apresentação de um quadro classificatório” (DICK, 1992, p. 24) para as demandas de sua pesquisa inicial.

Entendendo que sua classificação proposta inicialmente necessitava de uma adequação de modo a abranger as possibilidades contidas na nomenclatura geográfica brasileira, Dick (1992) amplia o quadro de 19 taxes primitivas para um modelo taxonômico contendo 27 taxes. Por essa orientação, tem-se a seguinte proposta para o modelo taxonômico, conforme as possibilidades de pesquisas na toponímia brasileira:

1. Taxonomia de natureza física:

- a) Astrotopônimos: são topônimos relativos a corpos celestes de modo geral, como estrelas, planetas, cometas, satélites etc. Exs.: Estrela (AH/BA); Saturno (AH/ES); Rio da Estrela (AF/ES).
- b) Cardinotopônimos: referem-se à denominação de lugares quanto à posição geográfica dos acidentes geográficos. Exs.: Praia do Leste (AF/PR); Entre Rios (AH/BA); Lagoa do Sul (AF/SC).
- c) Cromotopônimos: são topônimos relativos à escala de cores. Ex.: Rio Branco (AF/AM); Serra Azul (AF/SP); Rio Pardo (AF/SP).
- d) Dimensiotopônimos: topônimos relativos às características dimensionais dos acidentes geográficos, como extensão, comprimento, largura, grossura, espessura, altura, profundidade. Exs.: Ilha Comprida (AF/AM); Larga (AH/GO); Igarapé Profundo (AF/RO).

- e) Fitotopônimos: são topônimos que marcam a característica vegetal da região, tanto no que se refere à formação espontânea pela individualidade, pelo conjunto ou pelas espécies diferentes, como nos respectivos exemplos: Arroio Pinheiro (AF/RS); Pinheiral (AH/RJ); Serra da Caatinga (AF/RN). Nota-se também a formação não espontânea individual e em conjunto. Exs.: Ribeirão Café (AF/ES); Cafezal (AH/PA).
 - f) Geomorfotopônimos: topônimos relativos às formas topográficas, como elevações, depressões de terrenos, formações litorâneas. Exs.: Monte (AH/RN); Vale Fundo (AH/MG); Cabo Frio (AH/RJ).
 - g) Hidrotopônimos: topônimos resultantes de acidentes hidrográficos de modo geral. Exs.: Serra das Águas (AF/GO); Água Boa (AH/MG); Rio Preto (AH/SP); Córrego Novo (AH/MG); Foz do Riozinho (AH/AM).
 - h) Litotopônimos: topônimos relativos à característica mineral e à constituição do solo, representados por indivíduos, pelo conjunto da mesma espécie ou por espécies diferentes. Exs.: Lagoa do Barro (AF/BA); Córrego Tijucal (AF/SP); Minas Gerais (AH/MG).
 - i) Meteorotopônimos: são topônimos relativos a fenômenos atmosféricos. Ex.: Serra do Vento (AF/PB); Riacho das Neves (AH/BA); Cachoeira da Chuva (AF/RO).
 - j) Morfotopônimos: os nomes refletem a forma geométrica do lugar. Exs.: Curva Grande (AH/AM); Ilha Quadrada (AF/RS); Lagoa Redonda (AF/BA).
 - k) Zootopônimos: são topônimos de índole animal, representados por espécies individuais domésticas e não domésticas e por animais da mesma espécie em grupos, como nos respectivos exemplos: Rio do Boi (AF/MG); Lagoa da Onça (AF/RJ); Vacaria (AH/RS).
2. Taxonomia de natureza antropocultural:
- a) Animotopônimos ou nootopônimos: são topônimos relativos à vida psíquica, à cultura espiritual, abrangendo a todos os produtos do psiquismo humano, cuja matéria prima fundamental, e em aspecto mais importante como fato cultural, não pertence à cultura física. Exs.: Vitória (AH/CE); Cachoeira da Saudade (AF/MT); Belo Campo (AH/BA).
 - b) Antropotopônimos: topônimos relativos aos nomes próprios de pessoas, de modo geral, como prenomes, hipocorísticos, prenomes + alcunhas, sobrenomes de famílias, prenomes + sobrenome de família. Exs.: Fátima (AH/MT); Bentinho (AH/MG); Pedro Ligeiro (AH/GO); Silva (AH/PA); Antônio Amaral (AH/MG).

- c) Axiotopônimos: relativos aos títulos e dignidades acompanhados dos nomes próprios individuais. Exs.: Presidente Prudente (AH/SP); Doutor Pedrinho (AH/SC); Duque de Caxias (AH/RJ).
- d) Corotopônimos: relativos aos nomes de cidades, países, estados, regiões e continentes. Exs.: Europa (AH/AC); Uruguai (AH/MG).
- e) Cronotopônimos: topônimos com indicações cronológicas pelos adjetivos novo/nova, velho/velha. Ex.: Velha Boipeba (AH/BA); Rio Novo Mundo (AF/GO); Nova Viçosa (AH/BA).
- f) Ecotopônimos: relativos às habitações de um modo geral. Exs.: Casa da Telha (AH/BA); Ocaçu (AH/SP); Sobrado (AH/BA).
- g) Ergotopônimos: relativos aos elementos da cultura material. Exs.: Córrego da Flecha (AF/MT); Jangada (AH/MT); Relógio (AH/PR).
- h) Enotopônimos: topônimos referentes aos elementos étnicos, isolados ou não (povos, tribos, castas). Exs.: Guarani (AH/PE); Ilha do Francês (AF/RJ); Rio Xavante (AF/MT).
- i) Dirrematotopônimos: topônimos constituídos por frases, expressões ou enunciados linguísticos. Exs.: Há Mais Tempo (AH/MA); Valha-me Deus (AH/MA); Deus Me Livre (AH/BA).
- j) Hierotopônimos: nomes relacionados a questões religiosas, como nomes sagrados, eventos religiosos, associações religiosas, locais de culto, capelas. Os hierotopônimos podem ser divididos em hagiotopônimos, que se referem aos nomes de santos e santas, e mitotopônimos, referentes às entidades mitológicas. Exs.: Cristo Rei (AH/PR); Cruz de Malta (AH/SC); Capela (AH/AL); São Paulo (AH/SP); Ribeirão do Saci (AF/ES).
- k) Historiotopônimos: relativos a datas, fatos e personalidades de cunho histórico-social, aos seus membros e às datas correspondentes. Exs.: Independência (AH/AC); Inconfidência (AH/RJ); Rio 7 de Setembro (AF/MT).
- l) Hodotopônimos (ou odotopônimos): são topônimos relacionados às vias de comunicação rural ou urbana. Exs.: Estradas (AH/AM); Córrego do Atalho (AF/GO); Travessa (AH/BA).
- m) Numerotopônimos: relativos aos adjetivos numerais. Exs.: Duas Barras (AH/BA); Duas Pontes (AH/RO); Três Coroas (AH/RS).

- n) Poliotopônimos: topônimos constituídos pelos vocábulos vila, aldeia, cidade, povoação, arraial. Exs.: Rio da Cidade (AF/RJ); Serra da Aldeia (AF/PB); Povoação (AH/PI).
- o) Sociotopônimos: relativos às atividades profissionais, aos locais de trabalho e aos pontos de encontro dos membros de uma comunidade (largo, praça, pátio). Exs.: Pescador (AH/MG); Oficina (AH/MG); Pracinha (AH/SP).
- p) Somatotopônimos: topônimos empregados em relação metafórica a partes do corpo humano ou do animal. Exs.: Pé de Boi (AH/SE); Dedo Grosso (AH/SC); Pé de Galinha (AH/BA).

5.5 Procedimentos para a análise dos topônimos

Para o levantamento dos dados e análise dos topônimos, segue-se o preenchimento de fichas lexicográfico-toponímicas, tomando como base o modelo adaptado de Dick (2004, p. 130). A descrição dos topônimos em fichas permite a descrição de cada topônimo separadamente, acrescentando informações referentes aos aspectos históricos, sociais e culturais, com vistas a uma aproximação das causas motivadoras dos designativos. Essa sistematização permite fazer um confronto com os argumentos utilizados por Fernão de Oliveira em defesa do seu discurso de antiguidade, nobreza, primazia e imunidade do reino português perante as outras nações e estabelecer uma análise referente aos pontos das teorias discursivas propostas para este trabalho.

Os topônimos utilizados nesta análise referem-se apenas àqueles que cobrem o território de Portugal e que foram mencionados ao longo do texto de Fernão de Oliveira. Os topônimos são apresentados em ordem alfabética, seguindo a entrada do verbete de acordo com a forma gráfica utilizada no texto da *História de Portugal*. No caso das variantes, a escolha terá como base a forma de maior ocorrência ou, caso não seja possível por questões de empate, a forma mais parecida com a grafia atual.

Ficha 1: Modelo da Ficha Lexicográfico-toponímica

TOPÔNIMO:	TAXONOMIA:
ACIDENTE (A.G.):	
LOCALIZAÇÃO:	
VARIANTE(S) GRÁFICA(S):	
ETIMOLOGIA:	
ORIGEM:	
HISTÓRICO:	
ESTRUTURA MORFOLÓGICA:	
INFORMAÇÕES ENCICLOPÉDICAS:	
FATOS HISTÓRICOS:	
CONTEXTO:	

Fonte: Com base em Dick (2004, p. 130).

Em relação ao preenchimento da ficha lexicográfico-toponímica, para cada campo, registram-se as seguintes informações:


- TOPÔNIMO: corresponde ao registro do nome do lugar, respeitando a variante gráfica mais utilizada por Fernão de Oliveira em sua *História de Portugal*.
- TAXONOMIA: corresponde à taxa do topônimo, ou seja, é a classificação que permite interpretar e descrever os nomes de lugares, com base nas causas motivadoras, tendo como parâmetro o ponto de vista semântico de natureza física ou antropocultural, estabelecido por Dick (1992, p. 31-34). Vale salientar que, apesar da importância da interpretação etimológica registrada por Fernão de Oliveira em sua narrativa, não serão consideradas essas hipóteses durante a análise dos topônimos, pelo fato de não configurarem valor científico, mas interpretações, muitas vezes, tendenciosas e de cunho duvidoso. Todavia, a importância dessas interpretações será retomada durante a análise da construção retórica do texto.
- ACIDENTE (ou Acidente Geográfico [A.G.]): refere-se à estrutura semântica do topônimo, o que corresponde à relação do nome com o ambiente. Essa estrutura semântica pode ser resultado do Acidente Físico (A.F.), que corresponde à própria geografia do lugar, como rios, serras, córregos; ou Acidente Humano (A.H.), que corresponde aos lugares construídos para habitação do homem, como cidades, vilas, povoados.
- LOCALIZAÇÃO: corresponde à localização geográfica, com base na divisão político-administrativa do reino português por volta do período da escrita da *História de Portugal*,

considerando as muitas mudanças da divisão geográfica existentes na história do território português. Nesse caso, toma-se como base de referência a organização feita em *Descrição do reino de Portugal*, por Duarte Nunes de Leão, escrita em 1599, mas só publicada em 1610.


- VARIANTE(S) GRÁFICA(S): variante das ocorrências gráficas dos topônimos levantados no documento da *História de Portugal* de Fernão de Oliveira.
- ETIMOLOGIA: indica a origem do signo toponímico.
- ORIGEM: refere-se à língua que gerou o signo toponímico.
- HISTÓRICO: apresenta-se a evolução dos registros do topônimo.
- ESTRUTURA MORFOLÓGICA: de acordo com Dick (1990), classificam-se as estruturas do signo toponímico — a partir de sua composição morfológica — em: topônimo simples ou elemento específico simples, que é definido por um só lexema; topônimo composto ou elemento específico composto, que se apresenta com mais de um elemento formador, de origens diversas entre si; topônimo híbrido ou elemento específico híbrido, que é formado por elementos provenientes de diferentes línguas. As estruturas relacionadas abaixo serão usadas para a análise morfológica dos topônimos:
- INFORMAÇÕES ENCICLOPÉDICAS: apresentam-se informações coletadas em referenciais bibliográficos, de forma a relacionar a história do nome com os possíveis agrupamentos étnicos anteriores, fatores sociais, fatores políticos e econômicos, a fim de explicar a motivação do signo toponímico apresentado em “etimologia”.
- FATOS HISTÓRICOS: referem-se a importantes fatos históricos relacionados à localidade, os quais podem esclarecer o prestígio do território e, conseqüentemente, os possíveis motivos de serem mencionados na narrativa de Fernão de Oliveira.
- CONTEXTO: neste campo, buscam-se os contextos dos topônimos utilizados por Fernão de Oliveira para os argumentos em favor de sua causa ideológica.

5.5.1 Análise descritiva dos topônimos

Ficha 2: **Abrantes**

TOPÔNIMO: Abrantes.	TAXONOMIA: *Hidrotopônimo.
ACIDENTE (A.G.): Acidente humano (A.H.) - Vila.	
LOCALIZAÇÃO: Província da Estremadura; Comarca de Tomar.	
VARIANTE(S) GRÁFICA(S): Abrantes ~ Abrâtes.	
ETIMOLOGIA: *Aber.	
ORIGEM: Língua céltica.	
HISTÓRICO: *Avlantes (1179); Ablantes (1232).	
ESTRUTURA MORFOLÓGICA: TS [S].	
INFORMAÇÕES ENCICLOPÉDICAS: De acordo com Machado (1984, p. 33), este topônimo é de origem obscura, mas aventa a possibilidade de ter derivado do céltico <i>aber</i> , ‘confluência’, ‘foz’, ‘regato’. Nascentes (1952, p. 2) traz o testemunho de que alguns estudiosos apontam os godos como os povos que teriam denominado o local de <i>Aurantes</i> , em função da existência de ouro nas areias do Tejo. Machado (1984) menciona essa hipótese, mas rejeita, afirmando ser inaceitável.	
FATOS HISTÓRICOS: Em 1179, com base em Bluteau (2000 [1712-1727], v. 1, p. 40), o castelo de Abrantes foi sitiado pelo mouro Aben Jacob, juntamente com o seu exército. No entanto, ao ser contra-atacado pelos portugueses, foram obrigados a desistir da luta.	
CONTEXTO: O trecho abaixo, como as demais vezes que o topônimo é mencionado, relata um dos episódios da luta contra os mouros.	
<p>¶ Passou Elrey dom Afonso anriquez o Tejo em Abrantes, e foy ter aa villa que agora chamão Avis: a qual tomou com pouca difficuldade, por que o rabalde era de christãos e no castello havia poucos mouros, e não se poderão defender muytos dias. (3º livro, fl. 35r).</p>	

Ficha 3: **Alcobaça**

TOPÔNIMO: Alcobaça.	TAXONOMIA: Etnotopônimo.
ACIDENTE (A.G.): Acidente humano (A.H.) - Vila.	
LOCALIZAÇÃO: Província da Estremadura; Comarca de Leiria.	
VARIANTE(S) GRÁFICA(S): Não foram encontradas variantes gráficas no documento.	
ETIMOLOGIA: <i>Helcobatiae</i> .	
ORIGEM: Língua latina.	
HISTÓRICO: <i>Alcubeth</i> (1147); <i>Alcobacha</i> (1153); <i>Alkobacie</i> (1179); <i>Alcobacia</i> (séc. XIII).	
ESTRUTURA MORFOLÓGICA: TS [?].	
<p>INFORMAÇÕES ENCICLOPÉDICAS: Machado (1984, p. 81) informa as seguintes variantes gráficas do nome ao longo dos tempos: <i>Alcubeth</i>, 1147; <i>Alcobacha</i>, 1153; <i>Alkobacie</i>, 1179; <i>Alcobacia</i> e <i>Alcupacia</i>, séc. XIII. Sobre a etimologia do topônimo, não há um acordo entre os estudiosos. Bluteau (2000 [1712-1727], v. 1, p. 224) afirma que se trata da junção de <i>Coa</i>⁵ e <i>Baça</i> — dois rios que banham o local — com o <i>Al</i> acrescentado pelos mouros. Porém, Nascentes (1952, p. 9) descarta essa explicação, referindo-se aos rios <i>Alcoa</i> e <i>Baça</i>, por entender que “na província de Badajoz há <i>Alcobaza</i>, para se ver que o nome da nossa vila não pode explicar-se daquele modo”. Sugere ainda que o nome poderia ter se originado do árabe <i>al-kobaxa</i>, ‘os carneiros’, mas, enfim, defende que a etimologia mais provável teria surgido de <i>Helcobatiae</i>, uma povoação do período romano que existiu no lugar da vila. A respeito da explicação de Nascentes (1952), opondo-se ao étimo relacionado aos nomes dos rios, visto a existência de um mesmo topônimo na Espanha, discute-se que essa não é uma justificativa muito válida e, desse modo, não deve ser aceita sem restrição, uma vez que existem muitos topônimos semelhantes originados de motivações variadas ou por transposição toponímica. Antes de Nascentes (1952), Natividade (1885) já trazia um argumento bem mais completo, como pode se vê:</p> <p style="text-align: center;">Na ethymologia dAlcobaça divergem as opiniões: — querem uns que seja <i>Halqabats</i> do hebreu; mas esta opinião nada vale, porque pela traducção da palavra se vê que só poderia ter alguma analogia, quando Alcobaça recebesse o nome depois da fundação do mosteiro. Opinam outros que Alcobaça tire o nome dos rios</p>	

⁵ Ainda que que Bluteau (2000 [1712-1727], v. 1, p. 224) esteja fazendo referência ao Rio Alcoa, julga-se a necessidade de trazer a seguinte explicação: em Portugal, existem o Rio Coa — que nasce no Sabugal, na região da Beira, e desagua no Rio Douro — e o Rio Alcoa — que nasce em Alcobaça, região da Estremadura.

que a banham: — Alcôa e o Baça; mas sendo assim, alguém devia dar o nome a esses rios, e nomes que têm a importancia de quasi toda a gente os desconhecer. O que acreditamos é exactamente o contrario: que algum ethymologista dividisse a palavra Alcobaça, e a distribuisse por cada um dos rios. Ainda outros querem que seja *Al cobaxis* do arabe, com a significação de *carneiro*, isto com allusão aos outeiros que a cercam, e que por corrupção seja Alcobaça. Dizem que foi largos annos habitada por uma colonia arabe, e que para sua defeza construiu o castello. De todas as opiniões expostas é esta a mais aceitavel, e a que mais se aproxima da verdade. Para nós ha dois motivos que nos levam a formar uma opinião inteiramente differente. Não cremos que qualquer dessas ethymologias seja verdadeira: — 1.º porque a antiga geographia menciona uma povoação romana nas proximidades da velha Callipo, e lhe dá o nome de *Helcobatiae*, palavra de que é muito mais facil e muito mais provavel a corrupção; 2.º — porque as notas que deixamos escriptas são o bastante para evidenciar uma povoação romana muito civilisada, e não era portanto aos arabes mas sim aos romanos, que competia o baptismo dessa povoação (NATIVIDADE, 1885, p. 8).

Na *História de Portugal*, Fernão de Oliveira não insere explicação para o étimo de Alcobaça, mas faz menção a um dos rios, sem o denominar, quando narra a luta do Abade João contra o mouro Alcoraxi mançor, no trecho: “(...) e deyxando morto, dixelhe: hi che queda, que quer dizer, ahi te fica. Despoys dahi a dias, fezerão naquelle passo hũa ponte pequena, conforme ao rio, e poserão-lhe nome, a ponte pequena de hi che queda: e assi lhe chamão ainda agoora” (1º livro, fl. 37v). Trata-se da localidade conhecida por Chiqueda, junto à nascente do rio Alcoa.

FATOS HISTÓRICOS: Nos tempos de formação do espaço português, Alcobaça se destacou como projeto de povoamento e desenvolvimento agrícola a partir da fundação do Mosteiro de Alcobaça, em 1148. As terras, que até então eram improdutivas e despovoadas, foram doadas por Afonso Henriques aos monges da Ordem de Cister para, sob o regime senhorial, administrá-las. É importante salientar que a Ordem de Cister estabeleceu-se em Portugal seguindo o espírito dos fundadores de Cîteaux, na Borgonha, que tinham como disciplina, a solidão absoluta, os trabalhos manuais, o cultivo das próprias terras — compreendendo o pastoreio e a lavoura —, além dos trabalhos mecânicos e caligráficos. Assim, ainda de acordo com Pimpão (1959, p. 27), “graças à liberal protecção dos nossos primeiros reis (...), a abadia de Alcobaça veio a tornar-se em breve a mais importantes das casas cistercienses em Portugal”. No entanto, apesar de Alcobaça ter se tornado um influente e importante centro populacional, o local só recebeu a categoria de vila em 1513, com foral concedido pelo rei D. Manuel.


CONTEXTO: Fernão de Oliveira menciona o local ao fazer referências às batalhas dos portugueses contra os mouros.

no caminho de montemor para **Alcobaça** ha lugares, q(ue) jaa então erão povoados, e tinhão fortalezas, como Soure, e Pombal, Leyrea, Porto de moos, e outros. Os quaes, se então forão de mouros, quando Alcoraxi fogia do Abbade, não ha duvida, senão que o mouro se acolhera nelles. Portanto, eu tenho por certo, que elles não erão de mouros, poys o mouro se não acolheo nelles, nem elles lhe acudirão. Mas antes se prova serem aquellas terras todas de christãos (1º livro, fl. 38r).

Ficha 4: **Alentejo**

TOPÔNIMO: Alentejo.	TAXONOMIA: Cardinotopônimo.
ACIDENTE (A.G.): Acidente humano (A.H.) - Província.	
LOCALIZAÇÃO: Localizada no Sul de Portugal. Tem em suas fronteiras, o Norte, em divisa com o rio Tejo e com a Estremadura Portuguesa; a Leste faz divisão com o a Estremadura Castelhana e a Andaluzia (Espanha); a Oeste, tem seus limites com o Oceano Atlântico; e ao sul, limita-se com o Algarve, tendo uma pequena parte banhada pelo rio Guadiana.	
VARIANTE(S) GRÁFICA(S): Não foram encontradas variantes gráficas no documento.	
ETIMOLOGIA: Relativo aos habitantes do “além Tejo” ou, como explica Nascentes (1952, p. 10), população que “fica além do Tejo para quem está na margem direita deste rio, especialmente em relação à capital do país”.	
ORIGEM: Língua portuguesa.	
HISTÓRICO: <i>alem Tejo</i> (1302); <i>além do Tejo</i> (1387).	
ESTRUTURA MORFOLÓGICA: TC [Adv + S _{masc}]	
INFORMAÇÕES ENCICLOPÉDICAS: Conforme Machado (1984, p. 89), o nome antigo era <i>Entre</i> (ou <i>Antre</i>)- <i>Tejo-e-Odiana</i> (<i>Guadiana</i>).	
FATOS HISTÓRICOS: A província de Alentejo, cuja capital é Évora, foi palco da guerra da Reconquista entre os anos 1147 e 1168. No séc. XVI, a província era pouco povoada, conforme o primeiro censo solicitado por D. João III entre os anos de 1527-1532.	
CONTEXTO: No trecho abaixo, Fernão de Oliveira sinaliza sobre o longo tempo que Afonso Henriques esteve em guerra contra os mouros na Província do Alentejo porque, segundo o humanista, este era o local onde os “mouros da Hespanha” tinham maior força.	
<p>¶ Na conquista dalentejo gastou dom Afonso anriquez muyto tempo de que as hestoreas não fazem computação certa: poreu parece que forão mays de vinte annos: por quão elle passou a alentejo no tempo que naceo seu filho dom Sancho: o qual era jaa casado, e aquella conquista durava ainda, e casou sendo de vinta septe annos, como se diraa na sua historea. Não digo que dõ a(fons)o continuou todos estes vintanos em alentejo: por q(ue) tambem visitava outras partes do reyno, quando era necessario. Tinha laa seu adiantado: mas não estava por isso ocioso, por q(ue) bem havia mester todo aquelle tempo, para quietar, e ordenar tantas terras, e povos como tinha conquistados per todo o reyno, em especial em alentejo, que estava mays chegado aos reynos de Cordova, e Sevilha: onde então os mouros da Hespanha tinhão a mayor força (3º livro, fls. 38v_c-39r).</p>	


Ficha 5: **Alfaiates**

TOPÔNIMO: Alfayates	TAXONOMIA: Sociotopônimo
ACIDENTE (A.G.): Acidente humano (A.H.) - Vila.	
LOCALIZAÇÃO: Província da Beira; Comarca de Pinhel.	
VARIANTE(S) GRÁFICA(S): Não foram encontradas variantes gráficas no documento.	
ETIMOLOGIA: <i>Al-khaiat</i>	
ORIGEM: Língua árabe.	
HISTÓRICO: Sem informação.	
ESTRUTURA MORFOLÓGICA: TC [Det + S]	
INFORMAÇÕES ENCICLOPÉDICAS: Machado (1984, p. 91) atribui duas hipóteses para o étimo deste topônimo: trata-se do árabe plural <i>al-khaiāt</i> , ‘alfaiate’; ou do árabe plural <i>al-haiāt</i> , ‘cobras’, ‘víboras’. Tomando como base o fato de que os árabes dominavam, além de outras técnicas, o conhecimento artesanal relacionados com tecidos ou vestuários, como declara Mattoso (2001a, p. 272), tudo leva a crer que a primeira hipótese seja a provável.	
FATOS HISTÓRICOS: Em 1297, o rei D. Dinis, com o compromisso de restabelecer a paz com Castela — com a qual estava em guerra desde 1295 —, assina o Tratado de Alcañices com objetivos de corrigir a fronteira no Alentejo em favor do território português. Alfaiates é uma das localidades transferidas para o reino português, conforme afirma Marques (1985, p. 211).	
CONTEXTO: Este topônimo é mencionado apenas uma vez na <i>História de Portugal</i> . No trecho, Oliveira faz menção a este e outros lugares, a fim de relatar a retomada das terras, mas não dos mouros, uma vez que sua defesa é de que os territórios de Portugal nunca estiveram em poder de gente estrangeira.	
<p>(...) diz o conde dō Pedro no titolo septe parrafo tambem sete, q(ue) Elrey dom Dinis seu pay entrou per Castella, e filhou o Sabugal, e Castel rodrigo, e Almeida, e Villa mayor, e Alfayates: e outros castellos, que ficarão aa coroa do reyno de Portugal pera todo sempre. Porẽ esta tomada não diz que foy feyta contra os mouros: mas querem dizer, que aquelles lugares nunca forão de mouros, senão que ficarão em poder de castelhanos, do tempo que os leoneses erão protectores deste reyno (3º livro, fls. 34r-35r).</p>	

Ficha 6: **Algarve**

TOPÔNIMO: Algarve	TAXONOMIA: Cardinotopônimo
ACIDENTE (A.G.): Acidente humano (A.H.) - Província.	
LOCALIZAÇÃO: Localizada no Sul de Portugal. Ao Norte faz limite com a Província do Alentejo; a Oeste limita-se com o Rio Guadiana, que a separa da Província da Andaluzia (na Espanha); tem o Sul e o Leste banhados pelo Oceano Atlântico.	
VARIANTE(S) GRÁFICA(S): Não foram encontradas variantes gráficas no documento.	
ETIMOLOGIA: <i>al-garb</i> .	
ORIGEM: Língua árabe.	
HISTÓRICO: <i>Al-garue</i> ~ <i>Algárue</i> (1267); <i>Argarve</i> (1397).	
ESTRUTURA MORFOLÓGICA: TC [Det + S].	
INFORMAÇÕES ENCICLOPÉDICAS: De acordo com Nascentes (1952, p. 11), o local recebeu a denominação de <i>al-garb</i> , ‘o poente’, pelos árabes, por ser a parte ocidental da Península Ibérica, ou seja, local onde o sol se põe no horizonte.	
FATOS HISTÓRICOS: O território do Algarve é a última porção de terras ao Sul de Portugal. Por isso, o último território reconquistado aos mouros, em 1249, durante a regência de D. Afonso III. Conforme Machado (1984, p. 95), era comum no séc. XIII que, nos documentos da chancelaria de D. Afonso III, ao título de “rei de Portugal”, fossem acrescentados o título de “rei do Algarve”.	
<p>CONTEXTO: No início da <i>História de Portugal</i> (1º livro, fl. 7r), Fernão de Oliveira, fundamentado no texto de Estrabão, engrandece as muitas vilas e cidades que antigamente existiam na região do Algarve, para em seguida dizer que esses locais foram esquecidos, seus nomes mudados, e as cidades transformadas em aldeias, claramente fazendo alusão aos povos árabes. Mais adiante, exalta as qualidades militares do rei Afonso Henriques, por sua bravura na luta de retomada de toda a Portugal, conforme o que é visto abaixo:</p> <p style="padding-left: 40px;">¶ Mas vendose os mouros de Lucena, e do Algarve acanhados de dom Afonso anriquez, e de seu filho dom Sancho: e vendo como jaa na Hespanha não havia quem lhe valesse: por que os reynos de Toledo, e Lucena erão desfeytos: e os de Cordova e Sevilha estavam quebrãtados, receandose que os desbaratassem de todo, mandarão dizer a Abenjacob almohadi filho de Abdelmon Miramamolim de Marrocos, que ↑lhe↑ requerião da parte do seu propheta Mafoma, e lhe pedião da sua delles, que lhe viesse soccorrer: por quãto a sua gente e ley padecia muyto detrimento na Hespanha: e erão perdidos nella muytos reynos, que seus antepassados gaynharão, e os christãos prevalecião: em especial dom Afonso anriquez e seu filho, em tanto, que lhe tinham tomado todo o reyno de Portugal, e levavão caminho para lhe tomarem o Algarve: por que jaa tinham tomadas algũas villas além de Guadiana, e corrião a seu salvo toda a terra do Algarve atee Guadalcabir, e escalavão, e roubavão, e cativavão sem haver quem lhe resistisse: e dizião, que se assi fossem ↑com sua↑ oufania avante, viria tempo, q(ue) lançarião os mouros de toda a Hespanha: e não soom(ente) isso, mas tambem passarião aas terras dafrica, e inq(ui)etarião os mouros della: por que a paz e prosperidade que laa tinham se conservava com as vidas dos mouros da Hespanha, que com guerra continoa detinhão os christãos, e lhe estorvavão a passada (3º livro, fls. 53r-53v).</p>	

Ficha 7: **Aljubarrota**

TOPÔNIMO: A giba rota.	TAXONOMIA: Sem informação.
ACIDENTE (A.G.): Acidente humano (A.H.) - Vila.	
LOCALIZAÇÃO: Província da Estremadura; Comarca de Leiria.	
VARIANTE(S) GRÁFICA(S): Não foram encontradas variantes gráficas no documento.	
ETIMOLOGIA: De acordo com Machado (1984, p. 100), a etimologia deste topônimo continua à espera de solução. Sem valor científico, tem-se a interpretação de Fernão de Oliveira, com base em texto lendário, no qual o nome surgiu em consequência da investida do Abade João contra o rei de Córdoba, em que este teria ficado com a juba rota.	
ORIGEM: De origem obscura.	
HISTÓRICO: <i>Aljumarrota</i> (1153); <i>Aliumam Ruptam</i> (1183); <i>Aljumarrupta</i> (forma antiga, sem datação).	
ESTRUTURA MORFOLÓGICA: TS [S].	
<p>INFORMAÇÕES ENCICLOPÉDICAS: Em Duarte Nunes de Leão (1610), o nome encontra-se registrado como <i>Aljubarota</i>. Natividade (1885, p. 28) acrescenta que, em documentos antigos, encontram-se os registros de <i>aliumma</i> ou <i>aliamma</i>, que podem ser resultantes dos frequentes erros dos copistas da época, em razão da “má leitura da palavra árabe <i>Aljama</i>, uma espécie de synagoga de mouros”. Nascentes (1952, p. 11) compartilha dessa informação, dizendo que pode ter surgido de <i>aliumma</i>, por <i>aljama</i>, ‘sinagoga’, ‘mouraria’ — mas conclui ser origem controversa —, além de sugerir o árabe <i>al-jubb</i>, ‘o poço’. Segundo Machado (1984, p. 100), a forma antiga era <i>Aljumarrota</i>, atestável em 1153; no séc. XV já era <i>Aljubarrota</i>, porém Fernão Lopes ainda escreve <i>Algebarrota</i>. Machado (1984), ao final, atesta que a origem deste topônimo ainda continua à espera de solução. É importante registrar, no entanto, sobre a existência de um manuscrito da <i>Crônica Geral de Espanha</i>, de cota marginal, provavelmente do século XV, a respeito da lenda do Abade D. João de Montemor, conforme Matos (1956). De acordo com esse autor, o Abade João viveu nos tempos do reinado de D. Ramiro III de Leão. Reza a lenda que, após determinadas situações que não convêm relatar aqui, o Abade atacou os mouros, com alguns deles sendo perseguidos por um longo caminho. E assim Matos (1956) continua:</p>	
<p style="padding-left: 40px;">No momento em que o abade compreendeu que o seu cavalo, já muito cansado, não podia ir mais longe, estava perto de Almançor e desafiava-o para o combate. O rei moiro, porém, recusou a luta, e continuou a galopar; então o abade, não podendo aproximar-se mais, atirou-lhe a lança, que o atingiu, mas Almançor, voltando-se,</p>	

sem deixar de fugir, disse-lhe que o não tinha ferido, mas só “a aljuba lhe havia rota” (MATOS, 1956, p. 17).


Nesse caso, percebe-se que a etimologia proposta por Fernão de Oliveira é resultado de elaboração literária, sem valor histórico, baseada apenas em semelhanças fonéticas de expressão aleatória.

FATOS HISTÓRICOS: Conforme Bluteau (2000 [1712-1727], v. 1, p. 261), Aljubarrota tornou-se célebre em virtude da famosa Batalha, ocorrida em 1385, quando D. João I de Castela invadiu Portugal para ser derrotado pelo exército de D. João I de Portugal, que contara com apoio de tropas inglesas.


CONTEXTO: Nos fólhos 37r-38r, do primeiro livro, Fernão de Oliveira narra um fato no intuito de explicar a origem do topônimo:

Montemor a velha, segundo escrevem os castelhanos, ã tempo de dom Ramiro o terceyro, no anno de christo novecêtos [...], ainda era de christãos: por que então veyo sobrelle Alcoraxi mançor, Rey de Cordova, sendo senhor daquella villa, e terras, o abbade Johão, tio do dicto rey dom Ramiro. Veyo Alcoraxi per terra de Lucena, e beyra de Plasença, e Salamanca [...]. Em Galliza fez muytos damnos: e na igreja de Sanctiago muytos desacatamentos. De Galliza veyo a Portugal destruindo as terras per onde passava, como tinha feyto nas outras. Chegando a Montemoor assentou sobrelle seu arrayal: por que vinha de proposito a prender, ou matar o Abbade Johão: por quanto ouvira dizer, que fazia guerra e damno aos mouros das terras de Portugal. Defendeose o Abbade do mouro Alcoraxi mançor com muyto esforço muytos dias: e achandose em necessidade mandou pedir soccorro a Elrey de Lião dom Ramiro seu sobrinho: o qual lhe não soccorre. Mas socorreolhe deos milagrosamente: por q(ue) desemparado de todo subsidio humano saio a dar batalha ao mouro, e venceoo, e felho fogir: e foy tras elle atee o matar. Alcançou-o em hũ lugar, que agora chamão **a giba rota**. Alli lhe deu hũa lançada na corcova antre os hombros, onde os velhos chamavão giba: e por que ali lhe rompeo a giba chamão aquelle lugar **a giba rota**. Dali foy o Abbade picando o mouro per hũa ladeyra abayxo, atee hũa ribeyra pequena, que vay para o mosteyro dalcobaça: onde o derribou, e acabou de matar: e deyxando morto, dixelhe: hi che queda, que quer dizer, ahi te fica. Despoys dahi a dias, fezerão naquelle passo hũa ponte pequena, conforme ao rio, e poserão-lhe nome, a ponte pequena de hi che queda: e assi lhe chamão ainda agoora. Durão naquella terra estes nomes, e memoria atee goora: donde parece, que nã aquelles lugares, nem as cõmarcas derredor erão então, nem forão despoys de mouros: por que se o forão, não ficara nelles a memoria, nem os nomes daquellas cousas, Nem correrá o Abbade tantas leeguas tras o mouro: por que, ou o mouro se acolhera aos lugares dos mouros, ou os mouros desses lugares sairão ao caminho contra o Abbade (1º livro, fls. 37r-38r).

Ficha 8: **Almeida**

TOPÔNIMO: Almeйда.	TAXONOMIA: Geomorfotopônimo.
ACIDENTE (A.G.): Acidente humano (A.H.) - Vila.	
LOCALIZAÇÃO: Província da Beira; Comarca de Pinhel.	
VARIANTE(S) GRÁFICA(S): Não foram encontradas variantes gráficas no documento.	
ETIMOLOGIA: <i>Al-māidâ</i> .	
ORIGEM: Língua árabe	
HISTÓRICO: Não consta.	
ESTRUTURA MORFOLÓGICA: TC [Det + S].	
INFORMAÇÕES ENCICLOPÉDICAS: De acordo com Machado (1984, p. 104), o étimo <i>al-māidâ</i> , ‘a mesa’, ‘o outeiro’, “deve-se ao fato de a cidade estar edificada em campo plano”.	
FATOS HISTÓRICOS: Almeida é uma das localidades transferidas para o reino português após a assinatura do Tratado de Alcañices (ver Ficha 5 - <i>Alfaiates</i> - Fatos históricos).	
CONTEXTO: Este topônimo é mencionado apenas duas vezes na <i>História de Portugal</i> (ver Ficha 5 - <i>Alfaiates</i> - Contexto).	

Ficha 9: Aveiro


TOPÔNIMO: Aveyro.	TAXONOMIA: Geomorfotopônimo.
ACIDENTE (A.G.): Acidente humano (A.H.) - Vila.	
LOCALIZAÇÃO: Província da Beira; Comarca de Aveiro.	
VARIANTE(S) GRÁFICA(S): Não foram encontradas variantes gráficas no documento.	
ETIMOLOGIA: <i>Aber</i> .	
ORIGEM: Céltica, provavelmente, de acordo com Machado (1984, p. 191).	
HISTÓRICO: <i>Aluario</i> (959); <i>Alaueiro</i> (1050); <i>Alabariu</i> (1077); <i>Aaveiro</i> (Séc. XV).	
ESTRUTURA MORFOLÓGICA: TS [S].	
<p>INFORMAÇÕES ENCICLOPÉDICAS: Em sua <i>Gramática da linguagem portuguesa</i>, capítulo 31, Oliveira (1975 [1536]) explica a origem do topônimo, afirmando que antes, “nessa terra, morava um caçador de <i>aves</i>, ao qual, como de alcunha, chamaram <i>aveiro</i>”, o que não é de muito crédito. Tanto Bluteau (2000 [1712-1727], v. 1, p. 661) quanto Nascentes (1952, p. 33) fazem referência ao étimo proposto pelo humanista, sem acrescentarem informações mais relevantes. Por sua vez, Machado (1984, p. 191) explica que, na Idade Média, Aveiro ainda estava à beira mar, tendo como base os textos da época, que não mostram a ria⁶, e sim uma “vasta reentrância, sem o cordão litoral”. Por esse motivo, indica que o nome é provavelmente de origem céltica, conforme <i>aber</i> ‘estuário’, ‘confluência’, ‘embocadura’, ‘curso d’água’, acrescentando que esse vocábulo deu origem a muitos topônimos e ainda é usado em línguas de família céltica, como o gaélico e o galês, por exemplo.</p>	
<p>FATOS HISTÓRICOS: Como já mencionado, Aveiro é o local onde Fernão de Oliveira foi gerado. Seus pais, Heitor de Oliveira e D. Branca da Costa, provavelmente, foram nascidos e moradores em Aveiro até antes do nascimento do menino, conforme conclui Gaspar (2009), aventando a possibilidade de, por isso, Oliveira sentir satisfação em declarar-se natural desta localidade, como o fizera em 1547 perante o Tribunal.</p>	
<p>CONTEXTO: Na <i>História de Portugal</i>, este topônimo é mencionado apenas uma vez, quando o autor aponta as cidades que foram repovoadas após o que ele chama de destruição feita pelos inimigos: “Cibdad rodrigo, e castel rodrigo forão povoadas per Rodrigo froez, antes pouco del-rey dõ Afonso anriquez: e Aveyro per mandado do Iffante dom Pedro” (1º</p>	

⁶ Em Aveiro, existe uma abertura de terras que se direciona ao mar, conhecida como Ria de Aveiro, a qual recebe as águas do Rio Vouga. Como se trata de um acidente geomorfológico, explica-se a sua inexistência em época passadas, conforme aponta Machado (1984).

livro, fl. 14r). Em seguida, faz um alerta aos “seus naturais” a respeito do que fizeram “os inimigos” em suas terras, como se vê abaixo:

Aqui aviso os nossos naturaes, que não cuydem, que os romanos, ou mouros edificarão, nem ennobreceram as povoações, nem edificios destas terras, como diz o povo vulgar. O vulgo desta terra he tão cego na afeyção dos romanos, que todos os bos edificios antigos diz, que os romanos os fezerão: e algũas pessoas mays vulgares nos dizem, que os fezerão os mouros: por que estas não alcção a memoria dos romanos, senão a dos mouros, do que tẽ mays noticia, por ser de mays perto (1º livro, fl. 14v).

Ficha 10: Avis

TOPÔNIMO: Avis.	TAXONOMIA: *Zootopônimo.
ACIDENTE (A.G.): Acidente humano (A.H.) - Vila.	
LOCALIZAÇÃO: Província de Alentejo; Comarca de Estremoz.	
VARIANTE(S) GRÁFICA(S): Não foram encontradas variantes gráficas no documento.	
ETIMOLOGIA: *Avus.	
ORIGEM: Provavelmente, de origem celta latinizada, conforme Machado (1984, p. 193), que lança a hipótese de uma origem celta latinizada — mas sem muita certeza —, tendo como base a explicação do topônimo Ave, nome de rio no Norte de Portugal.	
HISTÓRICO: Sem informação.	
ESTRUTURA MORFOLÓGICA: TS [S].	
INFORMAÇÕES ENCICLOPÉDICAS: De acordo com Bluteau (2000 [1712-1727], v. 1, p. 674), o local ganhou este nome porque alguns homens, à procura de um bom espaço para a construção de uma fortaleza, viram duas águias em uma árvore chamada azinheira e, segundo o autor, como os povos antigos consideravam essas aves símbolos de bons presságios, escolheram aquele lugar para a construção da fortaleza com o nome de Avis. Para Machado (1984, p. 193), este é um topônimo de origem obscura. No entanto, apresenta uma hipótese, mais no intuito de refutar uma outra, que para ele é inaceitável. Para este autor, é mais provável que o nome tenha a mesma explicação para a origem do topônimo Ave, nome de rio no Norte de Portugal.	

FATOS HISTÓRICOS: De acordo com Bluteau (2000 [1712-1727], v. 1, p. 673), no século XII, *Avis* era o ponto principal da Ordem Militar de São Bento, que fora instituída pelo rei D. Afonso Henriques por volta de 1162.

CONTEXTO: O nome é utilizado no trecho abaixo para exaltar os feitos dos cavaleiros da Ordem de Avis, os quais por serem de Portugal, recuperaram as terras para Portugal, sem mistura com os cavaleiros da Ordem de Alcântara, que eram do reino de Leão. Nesse caso, reforça também a independência do reino lusitano em suas conquistas. Neste mesmo fôlio, em nota marginal, Oliveira acrescenta uma informação histórica a respeito da Ordem de Avis.

(...) E os mestres **davis** assi ↑erão↑ separados da ordem dalcantara, cõ a qual se parecê no habito: mas nunca co ella foram mesturados na obediencia: por que caa houve sempre mestres **davis**, como foy johão rodriguez pimintel, de q(ue) fala o conde no tit(ol)o sessenta e dous .§. premeyro: e como foy dom Lourenço afonso, que tomou a Albofeyra no Algarve. Os quaes se erão mestres **davis**, não podião ser de Castella: por que **Avis** he em Portugal, e não em Castella. «[em nota marginal] Antes q(ue) esta ordẽ mudasse o seu cõvento p(ar)a **Avis** esteve em Evora, onde teve tres mestres pessoas muy honradas, o p(ri)meyro dom Frey Fernando roiz monteyro, ao qual dom Afonso anriquez deu a [...] apelida a ordem, q(ue) antes se chamava a Evora a Freyria.» (3º livro, fls. 38vb-38rc).

Ficha 11: **Barbárico (Barbário)**

TOPÔNIMO: Barbarico.

TAXONOMIA: Etnotopônimo.

ACIDENTE (A.G.): Acidente físico (A.F.) - Cabo.

LOCALIZAÇÃO: Província da Estremadura, próximo a Setúbal.



VARIANTE(S) GRÁFICA(S): Não foram encontradas variantes gráficas no documento.

ETIMOLOGIA: *Barbarium (Promontorium)*.

ORIGEM: Romana.

HISTÓRICO: Sem informação.

ESTRUTURA MORFOLÓGICA: TS [S].

INFORMAÇÕES ENCICLOPÉDICAS: Para Bluteau (2000 [1712-1727], v. 2, p. 45), existem duas hipóteses para a origem do nome: i) antigamente, na região, habitava uma gente bárbara que, por não admitir outro tipo de vestimenta que não os seus antigos, matava todo tipo de estrangeiro; ii) ou porque, naquela região, existia uma substância com a qual se fazia roupas de púrpura, muito estimadas por príncipes, as quais se chamavam *barbarica vestes*, e

aos que as tingiam, chamados *barbaricos*. Na entrada referente a Barbarico, esse autor explica que o nome faz referência a um tipo de roupa chamada de *vestes barbáricas*, e as pessoas que as tingiam eram chamadas de *barbaricários*, porque os mercadores de terras estrangeiras, ao levar essas roupas a Roma, eram denominados assim pelos romanos.

FATOS HISTÓRICOS: Nenhuma informação encontrada.

CONTEXTO: Fernão de Oliveira utiliza este topônimo apenas como ponto de referência para outras localidades, como exemplos, nos seguintes trechos: “Estaa Lisboa na Gallacia perto da boca do Tejo, e do promôtorio **barbarico**, e do mar oceano Athlantic” (1º livro, fl. 7v);


Scalabis he a villa de Trogilho na estremadura de Castella. A qual diz, que foy colonia de romanos, e m(a)ys vezinha de Merida q(ue) Sanctarem. E ser Trogilho a que foy Scalabis parece ser verdade: por que Ptholemeu faz dous graos de differença da altura de Scalabis ao promontorio **barbarico**, que he este da foz do Tejo desde Espichel atee Sanchete. O qual promontorio demora cõ Scalabis nordeste sudueste, segundo Ptholemeu (fl. 27 v, 1º livro).

Ficha 12: **Beira**

TOPÔNIMO: Beyra.	TAXONOMIA: Hidrotopônimo.
ACIDENTE (A.G.): Acidente humano (A.H.) - Província.	
LOCALIZAÇÃO: Localizada na região central de Portugal. A Norte, é banhada pelo Rio Douro; a Oeste, encontra-se com as águas do Oceano Atlântico; do lado Leste faz fronteira com a região de Leão (Espanha); e ao Sul, confina com a Estremadura Portuguesa e com o Alentejo.	
VARIANTE(S) GRÁFICA(S): Não foram encontradas variantes gráficas no documento.	
ETIMOLOGIA: <i>Baria</i> .	
ORIGEM: Romana.	
HISTÓRICO: <i>Berya</i> (1214); <i>Beyria</i> ~ <i>Beiria</i> (1252).	
ESTRUTURA MORFOLÓGICA: TS [S].	
INFORMAÇÕES ENCICLOPÉDICAS: Alguns estudiosos acreditam que o topônimo <i>Beira</i> resulta do fato de ser esta província banhada, em seu interior, por muitos rios, como informa Bluteau (2000 [1712-1727], v. 2, p. 87). Como essa é uma defesa pouco fundamentada, Machado (1984, p. 232) é convocado para explicar que o nome remete à palavra romana <i>Baria</i> , que era usada para designar localidades situadas junto a rios, a exemplo de vários topônimos como <i>Baria</i> , <i>Barea</i> , <i>Bareia</i> , <i>Varia</i> , os quais são atualmente chamados <i>Vera</i> na Espanha.	
FATOS HISTÓRICOS: De acordo com Nascentes (1952, p. 40), a noção de Beira como unidade regional pode ter surgido nos fins do séc. XII. Ainda conforme o autor, o documento mais antigo com o registro deste topônimo refere-se ao foral de Arego, concedido por Pedro Afonso, irmão de D. Sancho I, em 1201.	
CONTEXTO: O topônimo é geralmente mencionado por Fernão de Oliveira para se referir à disputa do território de Portugal entre os portugueses e os leoneses. No trecho a seguir, o autor reforça a sua defesa em relação à antiguidade do espaço lusitano:	
Na beyra havia algũs lugares, que ainda estavam por elles. Destes lugares da beyra tomou o sobredito rey dom Fernando algũs pouco mays de quatro: e por estes	

quatro, dizem os castelhanos, que lhe pertence todo o Reyno. Mas não tẽ rezão, por q(ue) alem do dereyto desta terra ser dos portug(ue)ses antigos povoadores, e possuidores della: estando sob a proteyção dos Reys de Lião, e Castella se perdeo ↑mays↑ do que eles gaynharão (1º livro, fl. 52v).


Ficha 13: Beja

TOPÔNIMO: Beja.	TAXONOMIA: Historiotopônimo.
ACIDENTE (A.G.): Acidente humano (A.H.) - Cidade.	
LOCALIZAÇÃO: Província de Alentejo; Comarca de Beja.	
VARIANTE(S) GRÁFICA(S): Não foram encontradas variantes gráficas no documento.	
ETIMOLOGIA: <i>Pax (Julia)</i>	
ORIGEM: Romana	
HISTÓRICO: <i>Pace</i> , durante a ocupação romana; <i>Bājā</i> , durante a ocupação árabe.	
ESTRUTURA MORFOLÓGICA: TS [S]	
INFORMAÇÕES ENCICLOPÉDICAS: <i>Pax Julia</i> foi o nome dado por Júlio César, quando os romanos venceram a luta contra os lusitanos, confirmando a paz entre os dois povos. A respeito da evolução do nome, Nascentes (1952, p. 40) afirma que <i>Pāce</i> sofreu alteração fonética por influência do árabe, isto é, “não tendo os árabes o fonema <i>p</i> , [substituíram por <i>b</i> e] transformaram o <i>a</i> longo em <i>e</i> . O <i>c</i> intervocálico teria dado um <i>g</i> que recebeu o mesmo tratamento que se nota em <i>Tejo</i> , do lat. <i>Tagus</i> ”.	
FATOS HISTÓRICOS: Consta em Cortés y Lopez (1836, p. 277) que, ao ser romanizada, <i>Pax Julia</i> tornou-se uma das mais importantes cidades da Hispanha Lusitana, sendo ao mesmo tempo colônia romana e convento jurídico, o <i>Pacensis</i> , juntamente com mais dois conventos de Roma na Lusitânia, o <i>Scalabitanus</i> (em Santarém) e o <i>Emeritensis</i> (em Mérida). Após a decadência do Império Romano do Ocidente, a cidade esteve em poder de povos germânicos e povos árabes. No ano de 750, D. Afonso, o Católico, rei de Leão, fazia a primeira tentativa de restauração dessas terras, em guerra com os mouros, as quais só foram recuperadas pelo rei de Portugal, D. Afonso Henriques, em 1162, no que parece ter sido “atacada por contingentes enviados pela cidade de Santarém (...) sob o comando de Fernão Gonçalves” (MARQUES, 1985, p. 112).	

CONTEXTO: No trecho abaixo, Fernão de Oliveira refuta a afirmação de seus adversários, tanto a respeito da invasão dos mouros em terras portuguesas, quanto no que se refere aos direitos do reino leonês sobre o espaço lusitano.

O terceyro Rey de lião, foy dom Afonso premeyro deste nome, e por sobrenome chamado o catholico: por q(ue) foy elle bom christão. Este fez muyta guerra aos mouros, e tomou-lhes muytas terras, em terra de campos, e Castella a velha, e Navarra, atee os môtes pyreneos, segundo diz a cronica. E mays diz, que lhe tomou em Portugal quatro lugares, q(ue) são Braga, e o Porto, e Viseu, e Flavia. Algũs dizem, que lhe tomou tambem **Beja**: mas não pode ser: por que despoys deste dom Afonso, reynando seu filho dom Fruella, no anno de Christo de septeçetos e cincoenta e quatro, era **Beja** ainda de christãos.

Ficha 14: Braga

TOPÔNIMO: Bragga.	TAXONOMIA: Etnotopônimo.
ACIDENTE (A.G.): Acidente humano (A.H.) - Cidade.	
LOCALIZAÇÃO: Província de Entre-Douro-e-Minho; Comarca de Guimarães.	
VARIANTE(S) GRÁFICA(S): Bragga ~ Braga.	
ETIMOLOGIA: <i>Bracara (civitas)</i> .	
ORIGEM: Pré-romana.	
HISTÓRICO: <i>Bragãra</i> (1098); <i>Bragala</i> (séc. XI); <i>Bracala</i> (1146); <i>Bra gaa</i> (1258).	
ESTRUTURA MORFOLÓGICA: TS [Adj].	
<p>INFORMAÇÕES ENCICLOPÉDICAS: Conforme o testemunho de Cardoso (1751, p. 248), a fundação de Braga, por volta de 296 a.C., remete a povos celtas “chamados Bracaros, por causa de huma vestidura por nome Braca, de que usavão”. Por isso, Nascentes (1952, p. 49) confirma que se trata de um adjetivo, “cidade dos brácaros”. Interessante destacar que, no documento, Fernão de Oliveira traz o seu lado gramático, explicando a evolução fonética do topônimo. Atente-se para a visão funcionalista do dominicano com relação aos traços articulatórios do sistema consonântico da língua portuguesa:</p> <p>Bragga tambem he nome antigo, posto que mudou algũas letras: por que os dous .gg. que agora pronuncia no [meio] erão dous .cc. E não fez muyta mudãça <i>por que .c. e .g. nas suas proprias pronunciações são muyto parentes, e chegados</i>. Antigamête pronúciava-se Bracca, e agora Bragga (1º livro, fl. 10r, grifo nosso).</p>	

FATOS HISTÓRICOS: Braga está encravada no mapa português como a primeira região da Espanha a receber as luzes do Cristianismo. Por sua importância no quadro eclesiástico, desenvolveu-se como centro de prestígio político e econômico.

CONTEXTO: Fernão de Oliveira, no longo trecho a seguir, usa argumentação de caráter filológico, no intuito de garantir uma fundamentação em favor da antiguidade de Portugal:

Diodoro siculo no seysto livro da sua bibliotheca diz, que este nome significa pano grosseyro sem tosar, como cacheyra, ou burel: e diz que hũa parte da grande Gallia se chamou Gallia braccata, por q(ue) as gêtes della vestem os panos que chamão braccas. E p(e)lla mesma rezão em Portugal chamarão a **Bragga** *civitas bracca(rum)*, que quer dizer, a cidade dos bureys: por que naquellas terras o povo commumente veste burel. Usarem caa os antigos o nome que usavão na grande Gallia, não he maravilha: por q(ue) os Gallos de laa e os de caa todos trazião seu nascimento de hūs pays e avoos, e falavão hũa linguagê. Digo que não estaa este nome muyto corrupto: porem no t(em)po dos Godos o foy mays do que agora he: por que por **Bragga** dizião Bragana, segundo se acha escripto em escripturas daquelle tempo. E não he muyto padecer aquella corrupção: no tempo daquelle gente, cuja lingua era muyto deferête das nossas, por que agora que os nossos homens presumê de latinos, co esta presunção lhe chamão Braccara, cuydando que falão latim, e não entendem o engano em que se enganão: por que Braccara que elles pronunção ha de ser *Bracca(rum)* genitivo do plural da premeyra declinação latina: por quanto este nome se declina no plural da 1ª diclinação, e não se declina no singular. Não se ha de dizer *civitas Braccara*, senão *civitas bracca(rum)*; que quer dizer a cidade dos bureys, e não a cidade burel: por que este não he nome da cidade, senão do povo: e ela chama-se *civitas bracca(rum)*, ou *civitas braccarensis*. Dixe isto p(ar)a os que a nomeão em latim: na qual lingua ela não tem nome proprio: posto que na nossa jaa se empossou de hũ mal pronunciado que quasi parece caçorria: porquãto se parece cõ o dos panetes. Algũs lhe chamão Breccara com .e. na premeyra sylaba: e outros lhe põe aspiração na segunda: mas todos estes errão, por que não sabê a origem do vocabolo, e como se deve applicar a esta cidade. A qual alê de ser antiga na sua povoação e nome, he tambem das mays antigas da Hespanha na conversão da fee, e instituição da prelazia metropolitana; por que El-rey don Afonso no capitulo cento e corenta e tres da premeyra parte diz q(ue) o emperador Constatino fez esta cidade arcebispada, no anno de nosso senhor Jesu Christo trezentos e trinta e tantos (1º livro, fls. 10r-11r).

Ficha 15: Castelo Rodrigo

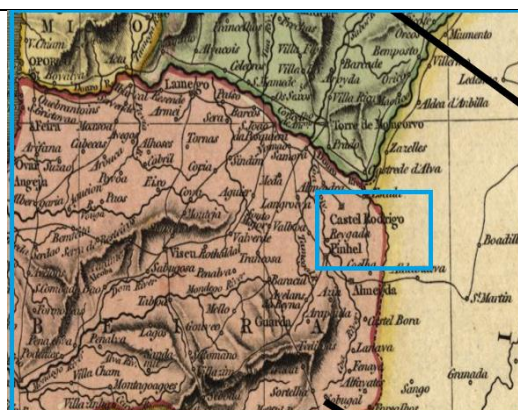
TOPÔNIMO: Castel Rodrigo.

TAXONOMIA:

Ecotopônimo > Antropotopônimo.


ACIDENTE (A.G.): Acidente humano (A.H.) - Vila.

LOCALIZAÇÃO: Província da Beira; Comarca de Pinhel.




VARIANTE(S) GRÁFICA(S): Não foram encontradas variantes gráficas no documento.
ETIMOLOGIA: Castelo [<i>de</i> ou <i>do</i>] Rodrigo.
ORIGEM: Conforme o exposto nas <i>informações enciclopédicas</i> abaixo, sugere-se que o nome tenha formação na língua portuguesa.
HISTÓRICO: Não consta.
ESTRUTURA MORFOLÓGICA: TC [S + S].
INFORMAÇÕES ENCICLOPÉDICAS: Os estudiosos consultados não apresentam nenhuma informação específica a respeito da origem do topônimo. Bluteau (2000 [1712-1727], v. 2, p. 187) consiste em dizer apenas que o castelo deve ter sido encarregado “a algum Cavalleiro, chamado <i>Rodrigo</i> , do qual tomaria o nome”. Fernão de Oliveira, ao fazer referência à antiguidade dos lugares de Portugal — os quais teriam sido destruídos “nas guerras dos romanos, godos e mouros” —, acrescenta que algumas dessas cidades foram “despovoadas per fomes, e pestes: E outras forão de novo povoadas. Cibdad rodrigo, e <i>castel rodrigo forão povoadas per Rodrigo froez</i> , antes pouco del-rey dõ Afonso anriquez” (1º livro, fl. 14r, grifo nosso). Diante dessa informação trazida pelo dominicano, questiona-se se este Rodrigo Froez não seria o motivador do antropônimo inserido na localidade. Vale notar que Rodrigo Froez, ou Rodrigo Forjaz de Trastâmara — conforme Mattoso (2001a) — foi casado com Moninha Gonçalves da Maia, filha de Gonçalo Mendes da Maia, um dos cavaleiros mais poderosos economicamente no tempo do rei Afonso Henriques e muito elogiado em Fernão de Oliveira (1º livro, fl. 45v), devido aos seus “feytos illustres, e dignos de eterna memoria”.
FATOS HISTÓRICOS: De acordo com Bluteau (2000 [1712-1727], v. 2, p. 187) o espaço onde se localiza a vila de Castelo Rodrigues remonta a Antiguidade, com fundação pelos túrdulos em 500 a.C. Consta que D. Dinis, durante o seu reinado, teria aumentado o local com um forte castelo, encarregando-o a algum cavaleiro chamado Rodrigo, e D. Manuel, no século XVI, a reedificou, concedendo-lhe foral.
CONTEXTO: Este topônimo é mencionado apenas duas vezes na <i>História de Portugal</i> (ver Ficha 6 - <i>Alfaiates</i> - Contexto).

Ficha 16: **Castro Verde**

TOPÔNIMO: Castro Verde.	TAXONOMIA: Cromotopônimo.
ACIDENTE (A.G.): Acidente humano (A.H.) - Vila.	
LOCALIZAÇÃO: Província de Alentejo; Comarca de Beja.	

VARIANTE(S) GRÁFICA(S): Não foram encontradas variantes gráficas no documento.
ETIMOLOGIA: <i>Castrum v̄iride</i> .
ORIGEM: Romana.
HISTÓRICO: Sem informação.
ESTRUTURA MORFOLÓGICA: TC [S + Adj].
INFORMAÇÕES ENCICLOPÉDICAS: Não há muitas informações referentes a este topônimo. Machado (1984, p. 373) apenas coloca em dúvida se o adjetivo presente no nome não estaria relacionado ao verdor dos terrenos próximos a esta povoação, sem, no entanto, apontar uma resposta.
FATOS HISTÓRICOS: Sem informação.
CONTEXTO: Por ser região próxima ao Campo de Ourique, o topônimo é mencionado sempre que Oliveira faz referência à Batalha de Ourique. E dom Afonso atravessou per alentejo, e foy os buscar ao campo de Ourique p(er) onde ovio dizer que elles vinhão devagar, por q(ue) trazião muyta carriagẽ, e não podião caminhar depressa. Achou-os junto de hũa villa que chamão Castro verde , que ainda era povoada de christãos segundo dizẽ, posto que ↑era↑ do senhorio dos mouros (3º livro, fl. 14v).

Ficha 17: Coimbra

TOPÔNIMO: Coimbra.	TAXONOMIA: Poliotopônimo.
ACIDENTE (A.G.): Acidente humano (A.H.) - Cidade.	
LOCALIZAÇÃO: Província da Beira; Comarca de Coimbra.	
VARIANTE(S) GRÁFICA(S): Não foram encontradas variantes gráficas no documento.	
ETIMOLOGIA: <i>Coniumbriga</i> .	
ORIGEM: Pré-romana.	
HISTÓRICO: <i>Conimbria</i> (850-866); <i>Colimbria</i> (919); <i>Culimbria</i> (1139).	
ESTRUTURA MORFOLÓGICA: TS [S].	

INFORMAÇÕES ENCICLOPÉDICAS: Consta em Nascentes (1952, p. 77) que a comunidade onde atualmente se localiza Coimbra primeiramente teve o nome de *Æminium*, mas passou ao nome de *Conimbrica*, conforme explicação de Machado (1984),

Conimbriga era sede de bispado, mas as devastações lá praticadas pelos Suevos (em 465 e 468) fizeram-na perder o seu antigo prestígio; por outro lado, *Æminium* ocupava privilegiada situação estratégica (...), pelo que para aí se transferiu a sede episcopal, sem que os bispos mudassem o seu antigo título. Essa transferência parece ter se verificado entre 580 e 589 (...) e a ela se deve a “viagem” do top. *Conimbriga* e o desaparecimento do nome *Æminium* (MACHADO, 1984, p. 432).

Esse nome, atribuído aos povos tartéssicos, conforme Castro (1991), é uma composição de *Cônios* e *-Briga*. *Cônios* ou *Cunius* eram povos descendentes dos *Cunetes* ou *Cinetes*, população da primitiva Lusitânia, cuja presença estendia-se até as margens do rio Mondego, e *-Brigus* tinha inicialmente o significado de ‘altura’, ‘montanha’, mas passou a ter o sentido de ‘cidadela’, sendo frequente em diversos topônimos (MACHADO, 1984, p. 284). Castro (1991, p. 141-2) também concorda que o sufixo *-briga*, encontrado em alguns topônimos na Península Ibérica, pode estar associado à influência dos celtas, povos indo-europeus que se fixaram na península entre os séculos X e VI a.C. Sobre o étimo apresentado por Oliveira na *História de Portugal*, Franco (2000) rebate, em nota, dizendo que o sufixo *-briga*

provavelmente não advém do rei Brigo, como entendem os autores da época de Fernando Oliveira. Será mais verossímil, como defende Herculano, que advenha da terminação céltica *Brig*, comum a muitas cidades da Lusitânia e de outras regiões celtas. Também Leite de Vasconcelos defende esta tese linguística, dizendo que este termo céltico, *Briga*, significa *Altum*, montanha, castelo ou castro, derivado da raiz *brig*, que existe no irlandês antigo *bri* — “montanha” — e noutras línguas de origem céltica (FRANCO, 2000, p. 362).


FATOS HISTÓRICOS: Como já foi mencionado, Coimbra, constituída antes como uma unidade político-administrativa independente, passou a fazer parte do Condado Portucalense em 1096, sob os cuidados de Henrique de Borgonha, como o *totius provincie Portugalensis dominus* (MATTOSE, 2001b). A partir da década de 1130, Coimbra é escolhida para ser sede do condado — antes em Guimarães —, o que lhe conferiu destaque em importante papel durante a Reconquista. Essa centralização do condado (e reino posteriormente) permaneceu em Coimbra até o fim do século XII. Em 1308, Coimbra passa a sediar a Universidade de Lisboa, que fora fundada pelo rei D. Dinis em 1291. O motivo dessa transferência foi devido a “dissenções entre os moradores da Cidade, & e os Escolares”, segundo Bluteau (2000 [1712-1727], v. 2, p. 364). Houve outras mudanças da Universidade para Lisboa e, em 1537, estabeleceu-se definitivamente em Coimbra.

CONTEXTO: Oliveira explica a etimologia do nome e afirma a sua antiguidade no seguinte trecho:

Coimbra he do tempo em que este nome *Brigus* corria nesta terra, e queria dizer castello, ou fortaleza: por q(ue) de *Brigus* he composto este seu nome **Coimbra**, que então se pronunciava *Collibriga*: e não se perdeu todo, posto que mudou algũas letras. He composto de *collis* e *brigus*. *Collis* quer dizer cabeça ou ladeyra: e *brigus* quer dizer castello: e ambos juntos querem dizer, o castello da ladeyra, ou do cabeça, como de feyto he **Coimbra**: a qual estaa situada em hũa ladeyra, que do rio Mondego se vay alevantando: e tem o seu castello em hũ peq(ue)no cabeça, que não he outeyro acabado. No qual cabeça foy de principio fundada, e fortificada, como parece claram(ente). Este nome *Brigus* tambem foy nome dhum Rey q(ue) reynou nesta terra: o qual mandou fazer nella algũs castellos, e fortalezas: e fez os nomes delles compostos do seu delle com os nomes dos sitios, onde os mandava edificar: como este *Collibriga*, por que estava na ladeyra: e *Celsibriga*, por que

estava alta: e Neobriga, por que era castello novo: e Artobriga: e Merobriga: e outros que mādou fazer, e nomear do seu nome, por que ficasse nelles a sua memoria. Da antiguidade de **Coimbra** he testemunha hũa torre do seu castello intitulada em nome de Hercoles [...]. Assi que este Hercoles foy muy antigo: e antes della era jaa povoada **Coimbra** e o seu castello” (1º livro, fls. 11r-11v).

Ficha 18: Condeixa

TOPÔNIMO: Condeixa.	TAXONOMIA: Sem informação.
ACIDENTE (A.G.): Acidente humano (A.H.) - Vila.	
LOCALIZAÇÃO: Província da Beira; Comarca de Coimbra.	
VARIANTE(S) GRÁFICA(S): Condeixa ~ Condeixa.	
ETIMOLOGIA: Sem informação.	
ORIGEM: De Origem obscura.	
HISTÓRICO: Sem informação.	
ESTRUTURA MORFOLÓGICA: TS [S].	
<p>INFORMAÇÕES ENCICLOPÉDICAS: Não há informações confiáveis a respeito da etimologia de Condeixa. Nascentes (1952) e Machado (1984) já adiantam que esse topônimo é de origem obscura. Não obstante, Nascentes (1952, p. 78) ainda apresenta três hipóteses sugeridas por Xavier Fernandes, mas que, na sua opinião, não satisfazem. São as seguintes: “corruptela de <i>condeia</i>, nome de uma planta; haplogia de <i>Conde-de-Eixa</i>, titular desconhecido; lat. <i>conilissa</i>, que deu <i>condessa</i>”. Antes desses autores, Bluteau (2000 [1712-1727], v. 2, p. 448) trazia a seguinte explicação para o étimo: como a população de Conimbriga (seu antigo nome) se mudou para o local que é hoje Coimbra, o lugar tomou o nome de Condeixa, ou seja, “cousa deixada, como quem deixava huma, para povoar outra”. Salienta-se que essa interpretação é semelhante a apresentada por Fernão de Oliveira, como se verá abaixo. Mais recentemente, Piel (1977) declarou que o nome tem origem em <i>Villa cova de Condessa donna Onega</i>, comprovado em documento de 928 do Mosteiro de Lorvão. Diz que, nesse caso, houve subtração dos elementos restantes, ficando apenas Condessa, e que a mudança de -iss- > -eix- seria um fenômeno da fonética moçárabe, que apresenta uma antiga tendência da palatalização do grupo -ss- quando precedido de vogal palatal.</p>	
<p>FATOS HISTÓRICOS: Condeixa é o nome de duas povoações: Condeixa-a-Velha e Condeixa-a-Nova. Fernão de Oliveira não indica a qual se refere, mas Bluteau (2000 [1712-1727], v. 2, p. 448) afirma “que a verdadeira Conimbrica, ou Colimbrica foy Condeixa a</p>	

velha”. Então, se assim o é, acredita-se que Oliveira esteja se referindo a esta, como se vê no trecho abaixo.

CONTEXTO: Fernão de Oliveira, no intuito de negar a transferência do nome de Coimbra de uma cidade para outra, fornece explicações sobre o local e conseqüentemente sobre a sua etimologia e antiguidade do nome:

Coimbra não foy mudada de **Condeyxa** para onde agoora estaa: por que **condeyxa** não tem ladeyra, nem cabeço donde tomasse o nome de Coimbra, nem teve jaamays tal nome. Nem o seu tamanho he capaz da cidade popular, como sempre foy Coimbra. Parece **condeyxa**, que foy quinta dalgũ homem poderoso, em que se acolhia, e fazia forte com seus familiares no tempo das guerras: por que nella não ↑ha↑ sinal de edificios suntuosos e de pessoas nobres q(ue) acostumão morar nas cidades. Nem parece que foy tomada per guerra: por que os muros della estão inteyros: e sendo combatidos, e entrados per guerra os muros não ficão inteyros. P(e)llo que parece, que seu dono o deyxou: e dahi tem o deyxa, e não de Coimbra, como dizẽ as patranhas vulgares, que não tem credito. Se fora possivel mudar-se Coimbra de **Conde↑i↑xa** para onde agora estaa, ouvera de ser despoys dos romanos: por que as pedras escriptas, que se achão em **Condeyxa**, forão escriptas em tẽpo dos romanos, ou despoys delles, por que antes não podia ser: e acima fica provado, que Coimbra ali onde estaa he mays antiga que roma (1º livro, fl. 12r).

Ficha 19: Douro

TOPÔNIMO: Douro.	TAXONOMIA: Hidrotopônimo.
ACIDENTE (A.G.): Acidente físico (A.F.) - Rio.	
LOCALIZAÇÃO: De acordo com Duarte Nunes de Leão (1610), este é um dos maiores rios da Espanha. Localiza-se no Norte da Península Ibérica. Nasce em “hũa serra chamada Orbion, nove léguas acima de Soria, & sete da antiga cidade de Numancia” (LEÃO, 1610, f. 36v), na Espanha. Faz divisa por toda a fronteira entre a Província de Trás-os-Montes e a Província de Castela, entrando em Portugal, atravessa todo o Norte, para derramar as suas águas no Oceano, em cidades próximas ao Porto.	
VARIANTE(S) GRÁFICA(S): Não foram encontradas variantes gráficas no documento.	
ETIMOLOGIA: <i>Dwr</i> , <i>Dour</i> .	
ORIGEM: Céltica.	
HISTÓRICO: <i>Dorio</i> (897); <i>Duiru</i> (964); <i>Durio</i> (1101); <i>Doiro</i> ~ <i>Doyro</i> (1050); <i>Durom</i> (1155-1157).	
ESTRUTURA MORFOLÓGICA: TS [S].	
INFORMAÇÕES ENCICLOPÉDICAS: Conforme Machado (1984, p. 519), o nome é do lat <i>Dŭrŭ-</i> , mas com origem céltica, ligado ao radical <i>Dwr-</i> , <i>Dour-</i> , que dá ideia de ‘água’, ‘água corrente’. O mais antigo registro deste topônimo atesta a grafia <i>Dorio</i> , em 897.	
FATOS HISTÓRICOS: As águas do Rio Douro acompanharam a história de Portugal desde o seu princípio, vendo emergir, desde o século VI, durante as batalhas dos suevos, o que viria a ser o Condado Portucalense. Era esse rio que fazia a divisa entre os povos do Norte, os Gallaeci — subdivididos em Lucenses e Bracari — e os povos ao Sul do Douro, os Lusitani.	
CONTEXTO: Fernão de Oliveira utiliza este topônimo para fazer referências a outras localidades.	

(...) Mas polla bondade do senhor deos veyo logo de Gasconha, segundo o dicto conde dom Pedro escreve, no titolo trinta e seys, dom Moninho viegas o Gascão, e com elle hum seu irmão chamado dom Cignano, que despoys foy bispo de Porto. Estes trouxerão de sua terra outras pessoas nobres, e gente, com que entrarão na foz do rio **Douro**, que então se chama[va] a foz da ancora (1º livro, fl. 45r).


Ficha 20: **Entre-Douro-e-Minho**

TOPÔNIMO: Antre Douro e Minho	TAXONOMIA: Cardinotopônimo.
ACIDENTE (A.G.): Acidente humano (A.H.) - Província.	
LOCALIZAÇÃO: Localizada na região Noroeste de Portugal. Em suas fronteiras estão: ao Norte, o Rio Minho e as Serras do Xurés a separa da Galiza; ao Sul, é banhado pelo Rio Douro; a Leste, faz fronteira com a Serra do Marão; e a Oeste, encontra-se com as águas do Oceano Atlântico.	
VARIANTE(S) GRÁFICA(S): Não foram encontradas variantes gráficas no documento.	
ETIMOLOGIA: Relativo ao território situado entre o Rio Douro e o Rio Minho.	
ORIGEM: Formação na língua portuguesa.	
HISTÓRICO: Bluteau (2000 [1712-1727], v. 3, p. 151) afirma que, além de outros escritores, o autor da <i>Benedictina Lusitana</i> — em 1644, portanto — escrevem este topônimo formando uma só palavra: <i>Entredouroeminho</i> .	
ESTRUTURA MORFOLÓGICA: TC [Prep + S + Conj + S].	
INFORMAÇÕES ENCICLOPÉDICAS: Não foram encontradas informações relevantes acerca da etimologia do topônimo.	
FATOS HISTÓRICOS: Pode-se dizer que essa província é o berço de Portugal. Pela característica de suas fronteiras mencionadas acima, Bluteau (2000 [1712-1727], v. 3) a descreve como um castelo naturalmente fortificado. Era uma região de forte densidade demográfica e, por isso Bluteau (2000 [1712-1727], v. 3, p. 152) afirma que sobre ela muitos costumavam dizer “homens sem terra, como do Alem-Tejo, terras sem homens”.	
CONTEXTO: O topônimo é muitas vezes utilizado no texto de Fernão de Oliveira em associação a fatos e personalidades históricas de Portugal, como no trecho abaixo, que relata o momento do nascimento de Afonso Henriques.	
<p>No anno da encarnação do filho de deos Jesu chr(ist)o de mil e novêta e quatro, segundo a conta mays approvada, na villa de Guimarães da commarca dantre Douro e Minho, naceo o Iffante dom Afonso anriquez, filho do conde dom Anrique, e da Iffante dona Tareyja sua molher (3º livro, fl. 1r).</p>	

Ficha 21: **Estremadura**

TOPÔNIMO: Estremadura.	TAXONOMIA: Cardinotopônimo.
ACIDENTE (A.G.): Acidente humano (A.H.) - Província.	
LOCALIZAÇÃO: Localizada ao Sul de Portugal. Tem em suas fronteiras, a Norte e a Leste, as Províncias da Beira e do Alentejo, de onde se estende até uma ponta do território ao Sul.	
VARIANTE(S) GRÁFICA(S): Não foram encontradas variantes gráficas no documento.	
ETIMOLOGIA: <i>Extrema Dorii</i> .	
ORIGEM: Romana (latim tardio).	
HISTÓRICO: <i>Stremadura</i> (960); <i>Strematura</i> (1129-1130).	
ESTRUTURA MORFOLÓGICA: TC [Adj + S].	
INFORMAÇÕES ENCICLOPÉDICAS: Segundo Bluteau (2000 [1712-1727], v. 3, p. 340), era chamada de Estremadura o limite cristão e extremo às terras ocupadas pelos mouros, ou seja, a última fronteira entre cristãos e muçulmanos. Nascentes (1952, p. 104) diz que, “com o alargarem-se os domínios da cristandade, várias regiões foram tendo esta designação”. Bluteau (2000 [1712-1727], v. 3) afirma que — no tempo do rei D. Afonso III, de Leão — aquelas terras que foram conquistadas ao Sul do Rio Douro eram chamadas de <i>Extrema Dorii</i> , assim como as que eram conquistadas e povoadas entre o Douro e o Minho eram chamadas de <i>Extrema Minii</i> , por estarem próximas a este rio.	
FATOS HISTÓRICOS: Se ao Norte, a região do Entre-Douro-e-Minho era a mais povoada, com o processo de migração resultante das Reconquistas, a região da Estremadura, ao Sul, será afetada pelo forte contingente populacional, durante o séc. XII, o que será favorável para o crescimento das cidades e para a renda da senhoriação que se estabelece nessa região (MATTOSO, 2001b).	
CONTEXTO: No trecho abaixo, Fernão de Oliveira defende que as terras em Portugal estavam ocupadas pelos mouros há pouco tempo, uma vez que havia muitos cristãos entre eles. A ideia de Afonso Henriques como restaurador é claramente percebida.	
<p style="padding-left: 40px;">Assi parece que havia em Portugal terras que ainda estavam povoadas de christãos, em especial nas comarcas da beyra e estremadura, que havia pouco t(em)po que os mouros tinham, e não ↑as↑ podião povoar tão asinha. Digo, que havia pouco tempo, que os mouros tinham tomadas as terras da ↑nossa↑ estremadura, ao menos de Sanctarem atee Coimbra: por que sabemos, q(ue) havia pouco, que Sanctarẽ fora del-rey dom Garcia, e de seus irmãos [dom] Sa[nc]ho, e dom Afonso: em cujo tempo deste dom Afonso parece que se perdeo santarem, e algũas terras atee Coimbra: mas não se perdeo tudo, por q(ue) logo soccorreo dom Anrique, ao qual se entregavão os lugares em q(ue) ainda moravão os christãos, por q(ue) os mouros não podião logo povoar tudo. E assi se entregavão a dom Afonso anriquez: e por isso os não nomeão os escriptores (3º livro, fl. 10v).</p>	

Ficha 22: **Évora**

TOPÔNIMO: Evora	TAXONOMIA: Fitotopônimo.
ACIDENTE (A.G.): Acidente humano (A.H.) - Cidade.	
LOCALIZAÇÃO: Província do Alentejo; Comarca de Évora.	
VARIANTE(S) GRÁFICA(S): Não foram encontradas variantes gráficas no documento.	
ETIMOLOGIA: <i>Ibhar</i> (irlandês - forma relacionada)	
ORIGEM: Provavelmente, origem céltica.	
HISTÓRICO: <i>Ebōra</i> (forma latina); <i>iaburâ</i> (forma árabe); <i>Elbora</i> (1169); <i>Ebora</i> (1256); <i>Evora</i> (1264); <i>Elvora</i> (1533).	
ESTRUTURA MORFOLÓGICA: TS [S].	
INFORMAÇÕES ENCICLOPÉDICAS: A forma etimológica apresentada nesta análise é uma aproximação, em irlandês, do que poderia ter sido o vocábulo na língua céltica. <i>Ibhar</i> , de acordo com Nascentes (1952, p. 107) e com Machado (1984, p. 609), significa ‘teixo’, uma árvore totêmica usada para o envenenamento de setas.	
FATOS HISTÓRICOS: Segundo Bluteau (2000 [1712-1727], v. 3, p. 636), Évora foi morada de alguns personagens da história da Península Ibérica, como o lendário lusitano Viriato e o romano Sertório. Em 1166, a cidade é conquistada na luta contra os mouros e passa a ser sede de bispado, sendo promovida em 1540, com a transferência do arcebispo D. Henrique (irmão de D. João III) do arcebispado de Braga para Évora. Com isso, Évora passa a ser metropolita pela bula <i>Gratiae divinae praemium</i> (PAIVA, 2000a).	
CONTEXTO: Além de Viriato, mencionado por Oliveira como personagem ilustre da história de Portugal, Évora ainda está associada a outro também lendário personagem, citado pelo humanista na narrativa, a fim de evidenciar as qualidades e lealdade dos cavaleiros durante a luta contra os muçulmanos, sob o comando do rei Afonso Henriques. O trecho, no documento original, está escrito em nota marginal, uma característica do processo de escrita, no âmbito do preenchimento das ideias favoráveis ao seu discurso. No texto editado, está localizado em nota de nota de rodapé:	
<p>A tomada dÉvora contão algũs doutra feição. Dizem que hum Giraldo sem pavor [...] matou o atalaya, e deu aviso a El-rey como podia entrar a seu seguro. [...] ladroes alevantados entrarão nella primeyro. O nome deste Giraldo sem pavor parece frances, e faz presumir q(ue) era cavaleyro (3º livro, fl. 36r).</p>	
Fazendo referência ao escudo da cidade de Évora — o qual tem como representação a figura desse cavaleiro — Bluteau (2000 [1712-1727], v. 3) afirma a sua nacionalidade portuguesa, como se vê abaixo:	

(...) A sua primeira gloria, & liberdade pello admiravel esforço de Giraldo *sem pavor*: Cavalleiro portuguez, a cuja memoria aggradecida a Cidade tomou por armas em escudo branco ao mesmo Giraldo, armado a cavallo, numa mão a espada desembainhada, na outra as cabeças, em que se representão as duas sentinellas, que matou para lograr o intento (BLUTEAU, 2000 [1712-1727], v. 3, p. 636).

Há de se notar ainda o trecho em que Oliveira faz críticas ao eborense André de Resende (c. 1500-1575), humanista que escreveu *História da Antiguidade de Évora*, de 1553, atribuindo a memória antiga da cidade ao período romano.

Evora cidade tambem he bem antiga. De cuja antiguidade em nossos dias escreveo mestre Andree de resende natural della, e homẽ havido por muy lido, e amigo de antiguidades, e curioso de leer pedras romanas: porẽ por que tinha o entendimento duro, como as mesmas pedras, não se podia desapegar dellas: e cuidava, que em Roma se cõprendião todas as antiguidades: mas Roma não foy a mays antiga do mundo; nem o seu reyno o melhor, como sabemos p(e)lla profecia de Daniel propheta: e contando-se o tempo de **Evora** p(e)llo de Roma não pode ser muyto antiga (1º livro, fls. 12r-12v).

Ficha 23: Évora Monte

TOPÔNIMO: Evora Monte.

TAXONOMIA: Geomorfotopônimo.

ACIDENTE (A.G.): Acidente humano (A.H.) - Vila.

LOCALIZAÇÃO: Província do Alentejo; Comarca de Estremoz.



VARIANTE(S) GRÁFICA(S): Não foram encontradas variantes gráficas no documento.

ETIMOLOGIA: *Évora do monte* ou *Évora a do monte*.

ORIGEM: Língua portuguesa.

HISTÓRICO: *Evoramonti* (1271). Foram encontrados em Leão (1610), *Evoramonte*; e Freire (1739), *Evoramonte* ~ *Evora-monte*.

ESTRUTURA MORFOLÓGICA: TH [S {celta} + Adj {português}].

INFORMAÇÕES ENCICLOPÉDICAS: De acordo com Bluteau (2000 [1712-1727], v. 3, p. 363), a vila está situada em lugar altíssimo. Isso explica a característica geomorfológica inserida no nome.

FATOS HISTÓRICOS: Ainda segundo Bluteau (2000 [1712-1727], v. 3, p. 363), a cidade recebeu o foral durante o reinado de D. Afonso III e, durante o reinado de D. Dinis, em 1312, foi construído o castelo que favoreceu o início do povoamento.


CONTEXTO: Fernão de Oliveira utiliza este topônimo para reforçar a antiguidade da cidade de Évora. Portanto, não podem a confundir com a vila de Évora Monte, que mais nova.

Se me dixerem, que naquelle sitio ha hum castello que se chama **Evora monte**, e que esse deve ser o antigo, direy, que por ter sobrenome parece mays novo, por que lho poserão para distinção destoutra, que jaa estava povoada premeyro. E mays em Evora cidade sabemos, que se acolheo o capitão Sertorio, e não em **Evora monte**, nem dalcobaça (1º livro, fl. 12v).


Ficha 24: **Guadiana**

TOPÔNIMO: Guadiana.	TAXONOMIA: Hidrotopônimo.
ACIDENTE (A.G.): Acidente físico (A.F.) - Rio.	
LOCALIZAÇÃO: Localiza-se no Sul da Península Ibérica. Com base em Duarte Nunes de Leão (1610, fls. 31v-32r) e em Bluteau (2000 [1712-1727], v. 4, p. 141), este rio nasce próximo à <i>Serra da Consuegra</i> (Espanha), em um lugar chamado <i>Canhamares</i> , algumas léguas do local a que chamam <i>Olhos de Guadiana</i> . “Têdo corrido este rio algũas, legoas & regado cõ suas agoas Calatraua, Cidade Real, & outros lugares, torna desaparecer, metendose per debaxo da terra per spaço de oito ou dez legoas, & despois torna apparecer junto a hum lugar que chamão, Villa farta” (LEÃO, 1610, fl. 32r). Entra em Portugal pela fronteira Leste do Alentejo e deságua no Oceano Atlântico, entre a Província do Algarve (Portugal) e a Província da Andaluzia (Espanha).	
VARIANTE(S) GRÁFICA(S): Não foram encontradas variantes gráficas no documento.	
ETIMOLOGIA: <i>Uadi ânâ</i> .	
ORIGEM: Árabe.	
HISTÓRICO: <i>Odiana</i> (1258).	
ESTRUTURA MORFOLÓGICA: TH [S {árabe} + S {latim}] = <i>Uadi</i> , ‘Rio’ + <i>ânâ</i> (Antropônimo).	
INFORMAÇÕES ENCICLOPÉDICAS: De acordo com Duarte Nunes de Leão (1610, fl. 31v), para povos gregos e latinos este era o <i>Rio Ana</i> . Quando os árabes ocuparam a Península Ibérica, “lhe chamarão Guadiana ao seu costume delles”. Machado (1984) explica que a variante <i>Odiana</i> era usada pelos portugueses, mas a forma espanhola <i>Guadiana</i> entrou na língua portuguesa, no séc. XVI, e acabou expulsando a variante vernacular.	
FATOS HISTÓRICOS: No período romano, o Rio Guadiana era a principal separação entre o território lusitano e o território da Bética. No século XIII, este rio foi testemunho das lutas entre os reinos cristãos e os reinos muçulmanos, especialmente os reinos de Jerez e de Niebla.	
CONTEXTO: Fernão de Oliveira geralmente utiliza este topônimo como ponto de referência para outras localidades, como no seguinte trecho: “Portugal jaa naquelle tempo, comprehendia desdo Minho atee Guadiana , onde ha muytas villas e cidades, e muytos lugares” (1º livro, fl. 18r).	


Ficha 25: **Guimarães**

TOPÔNIMO: Guimarães.	TAXONOMIA: Antropotopônimo.
ACIDENTE (A.G.): Acidente humano (A.H.) - Vila.	
LOCALIZAÇÃO: Província de Entre-Douro-e-Minho; Comarca de Guimarães.	
VARIANTE(S) GRÁFICA(S): Não foram encontradas variantes gráficas no documento.	
ETIMOLOGIA: <i>Vimara</i> .	
ORIGEM: Germânica.	
HISTÓRICO: Em Machado (1984, p. 757): <i>Uimaranes</i> (960); <i>G(u)imaranes</i> (depois de 1096); <i>Vuimaranes</i> ~ <i>Vimaranes</i> (1149).	
ESTRUTURA MORFOLÓGICA: TS [S].	
INFORMAÇÕES ENCICLOPÉDICAS: O topônimo resulta do antropônimo germânico <i>Vimara</i> , com o genitivo em <i>-anes</i> . Como é característico dos antropônimos germânicos, <i>Vimara</i> possui uma estrutura binária, em que o primeiro elemento <i>wi-</i> , do gótico <i>*weig</i> ‘luta’, e o segundo elemento <i>-mara</i> , também gótico <i>*marha</i> ‘cavalo’, conforme Piel (1989, p. 96).	
FATOS HISTÓRICOS: Guimarães foi o local onde nasceu Afonso Henriques por volta de 1109. Em 1128, no Campo de São Mamede, área próxima a Guimarães, aconteceu a batalha dos partidários de Afonso Henriques contra os defensores de D. Tareja e o conde Fernão Peres de Trava. Com a vitória de Afonso Henriques, que destrói os planos de sua mãe com o conde galego, Portugal conquista a sua independência, tendo Afonso Henriques como governante, apoiado pela nobreza senhorial. Guimarães foi a primeira sede da corte portuguesa até 1130.	
CONTEXTO: Ao negar os seus oponentes que diziam que Portugal foi condado, Oliveira menciona o topônimo. Assi que faz entêder, que era conde mays que de Guimarães , donde dizem os chufadores. Dizem elles, que dom Anrique era hum condinho de Guimarães , e não mays. Mas se era de toda a provincia, como diz aquella sua doação, de mays era que de guimarães : por que na provincia de Portugal havia então mays villas e cidades que Guimarães (2º livro, fls. 58r-58v).	

Ficha 26: **Leiria**

TOPÔNIMO: Leyrea.	TAXONOMIA: *Hidrotopônimo.
ACIDENTE (A.G.): Acidente humano (A.H.) - Cidade.	
LOCALIZAÇÃO: Província da Estremadura; Comarca de Leiria.	
VARIANTE(S) GRÁFICA(S): Não foram encontradas variantes gráficas no documento.	
ETIMOLOGIA: <i>Leirena</i> .	
ORIGEM: *Pré-romana.	
HISTÓRICO: As formas antigas do nome são apontadas em Machado (1984, p. 865): <i>Leirena</i> ~ <i>Leyrena</i> (1142); <i>Leiria</i> (1153); <i>Leyrã</i> (sécs. XIII e XIV); <i>Leyreea</i> (séc. XIII).	
ESTRUTURA MORFOLÓGICA: TS [S].	
INFORMAÇÕES ENCICLOPÉDICAS: Segundo Bluteau (2000 [1712-1727], v. 5, p. 71), o nome <i>Leiria</i> é a junção dos nomes dos rios <i>Lis</i> e <i>Lena</i> , que banham a cidade. Nascentes (1952, p. 170) informa que o topônimo é de origem latina, mas Machado (1984, p. 865) sinaliza que isso ainda não está esclarecido. Como em <i>Leirena</i> pode conter o sufixo <i>-ena</i> , que é pré-romano, o lexicógrafo aponta para essa possibilidade.	
FATOS HISTÓRICOS: Com base em Freire (1739, p. 116-117), Leiria foi fundada por Afonso Henriques, pelos anos de 1135, depois de ser tomada aos muçulmanos. Após novamente ser perdida para esses mouros, foi reconquistada e recebeu o foral do rei D. Sancho I em 1195. Por volta de 1545, o rei D. João III concedeu-lhe o título de bispado, transformando-a em cidade.	
CONTEXTO: Esta é uma das cidades restauradas por Afonso Henriques durante a Reconquista. O trecho a seguir destaca esse momento: “Govern(an)do dona Tareyja as terras de Portugal, seu filho dom Afonso anriquez fazia guerra aos mouros da beyra, e da estremadura. Neste tempo tomou Leyrea , e Porto de moos, e Torres novas” (3º livro, fl. 10r).	

Ficha 27: Lisboa

TOPÔNIMO: Lisboa.	TAXONOMIA: Sem informação.
ACIDENTE (A.G.): Acidente humano (A.H.) - Cidade.	
LOCALIZAÇÃO: Província da Estremadura; Comarca de Lisboa.	
VARIANTE(S) GRÁFICA(S): Não foram encontradas variantes gráficas no documento.	
ETIMOLOGIA: <i>Olisipona</i> = <i>Ullyssipōna</i> (forma latina).	
ORIGEM: Pré-romana.	
HISTÓRICO: As formas antigas do nome são apontadas em Machado (1984, p. 886): <i>Ulixbona</i> ~ <i>Ulixbone</i> (1147 a 1214); <i>Olixbona</i> (1165); <i>Ulisbona</i> (1258); <i>Lixbōoa</i> (séc. XV).	
ESTRUTURA MORFOLÓGICA: TS [S].	
<p>INFORMAÇÕES ENCICLOPÉDICAS: Este é, de fato, um nome muito antigo. Por esse motivo, não há certeza do seu significado, nem de sua forma original, uma vez que “a cidade era muito importante e como tal teria frequência na boca das gentes de aqui, utilização que aumentava com o andar dos tempos, porque, como se sabe, ela desenvolvia-se, progredia. Quer isto dizer que o seu nome, pelo muito uso, sofria naturalmente modificações” (MACHADO, 1984, p. 885). Conforme os mais antigos testemunhos, encontrados em autores gregos e romanos, tem-se os nomes <i>Olyssipo</i>, <i>Olisipo</i>, <i>Ulysippo</i>, dentre outras variantes. Ocorre que, durante a Idade Média, com a interferência da língua árabe na Península Ibérica, encontra-se o registro da forma <i>lixbōnâ</i>, a qual, conforme Machado (1984), provém do acusativo latino <i>Olisipōna</i> (ou <i>Olisipōne</i>). Explica-se essa variante árabe, primeiramente, como resultado da aférese da vogal inicial; em seguida, deve ter ocorrido um abrandamento da consoante intervocálica -p- > -b-, o que se justifica pelo fato de não existir, no árabe, o fonema /p/, sendo, portanto, compreensível a sua transformação em /b/; nesse caso, tem-se <i>*lisibona</i> > <i>lisbona</i>, que vai sofrer a queda do -n- intervocálico por interferência do português trazido do Norte durante a Reconquista. Ainda com base em Machado (1984), a desnasalização da última sílaba deste topônimo aconteceu somente no séc. XVI.</p>	
<p>FATOS HISTÓRICOS: No ano de 1147, quando da tomada de Lisboa aos mouros, o lugar já era um território bastante propício para o desenvolvimento comercial em razão de sua localização e fartura de águas do Atlântico e do Tejo. Com base em Marques (1985), Lisboa em pouco tempo alcançou um crescimento econômico e social, com muitas e desvairadas gentes, o que irá influenciar também no desenvolvimento político e cultural da cidade, tornando-se a “mais principal”, conforme as palavras do cronista Rui de Pina (MAGALHÃES, 1993a, p. 52). Lisboa alcançou o status de “capital” em 1255, durante o reinado de Afonso III, que, por gostar da metrópole, melhorou as condições de moradia e</p>	

adquiriu alguns imóveis no local. Mas a escolha de Lisboa como “capital” tinha a ver “com a situação relativamente ao reino, as facilidades de comunicação pelas vias marítimas e fluvial, a fertilidade dos campos (...) e a bondade do porto para a importação e exportação”, conforme Magalhães (1993a, p. 55). Vale ressaltar que, apesar da consciência da grandeza e importância da cidade, durante algum tempo, entre os portugueses, não existia esse sentido de “capital” como se configura em tempos atuais. Duarte Nunes de Leão, por exemplo, vai dizer que essa grande cidade constitui “hum reino por si soo” (LEÃO, 1610, fl. 11r).

CONTEXTO: Na *História de Portugal*, Oliveira nega a afirmação de alguns autores de que o nome Lisboa teria resultado do nome do herói grego Ulisses, mas defende, com base em Estrabão, que Ulisses teria fundado uma cidade na Hespânia. Com isso, reforça a ideia de imunidade do reino de Portugal, ao mesmo tempo que desconsidera a antiguidade de Castela.

Lisboa quiserão algũs dizer, que se chamou Ulissippo, e que foy fundada per Ullisses grego. Mas Estrabão autor grave, e de muyta autoridade diz, que a cidade q(ue) Ulisses fundou na Hispanha se chamava Ulissea (1º livro, fl. 7r).

Adiante, Fernão de Oliveira contesta outros autores que mencionam outra origem para o nome de Lisboa:

(...) e os nossos letradores não podião provar, que Ulisses chegara a Portugal, nem fundara **Lisboa**, fingirão outra mentira pior que a premeyra: e he que posto que caa não viesse aquelle principal Ulisses, que todavia veyo caa hum seu neto chamado tãbem Ulisses: o qual dizem que trouxe consigo hũa sua filha chamada Boa: e dizem que estes fundarão, e povoarão **Lisboa**, e lhe poserão nome Ulissiboa, nome composto dambos os seus delles Ulisses e boa. Porem he tão mal fingido este segundo Ulisses, que faz parecer o premeyro mays mentiroso do q(ue) foy (1º livro, fls. 8r-8v).

O humanista continua o seu argumento em negativa à presença do grego Ulisses em Portugal e, em conclusão, afirma que o topônimo tem origem na característica relacionada ao grande número de cavalos que existia na cidade. Para isso, Oliveira constrói o seguinte argumento:

Somente dos latinos Solino diz, q(ue) nesta terra ha hũa villa per nome Olissipo, aqui posta per Ulisses, segũdo dizẽ. Estas são quasi as palavras de Solino, tornadas em nossa linguagem, isto significão. Nas quaes põe estas palavras, segundo dizem. Estas palavras duvidão, e não affirmão. Não affirma com certeza de auctor que o diga, mas dizia montão que o dizẽ, e não diz quem. Fala de maneyra, que faz entender, que não daa credito ao que dizem. Lourenço de valla, homẽ de boa educação, e entendimento: e outros semelhantes de nosso tempo são deste parecer. E mays a orthographia deste nome Olissippo segũdo se escreve em solino, não parece tomada do nome de Ulisses, e *pono* verbo latino, nem de *polis* por cidade: por que Ulisses começa em .U. vogal, e Olissippo começa em .O. e mays tem dous .pp. na ultima, com que faz parecer, que foy tom(a)do de *hyppo* por cavallo; e não de *pono*. verbo latino, nẽ de *polis*. por cidade, que não tem mays que hũ .p. para se interpretar .Ulissipolis. como algũs querem. Para melhor escrever este nome, deve-se escrever com .P. no começo, de feyção que diga .Polishyppo. que quer dizer cidade dos cavallos. Este nome lhe quadra a **Lisboa**, e assi creo, que o devião escrever os antigos: por que na cõmarca de **Lisboa** sempre ouve muyta criação de cavallos: tanto que diz Estrabão que havia nella cavallos monteses. E dahi naceo a fabula antiga, que dizia, q(ue) nesta terra concebião as eoguas com o vento. E por que estes cavallos erão bos, dizem que os mandava levar daqui Hercoles lybio pera a sua estrebaria: p(e)llo que chamavão a esta terra lybissona, que na sua linguagem quer dizer, cavallaria de Lybio: e de Lybissona se fez o nome Lysbona, que agora damos aa cidade Polishyppo (1º livro, fls. 9v-10r).


Sobre essa associação mítica do topônimo ao herói grego Ulisses, autores como Bluteau (2000 [1712-1727], v. 5, p. 152) e Freire (1739, p. 74) dizem que a cidade foi primeiramente fundada por Elisa, bisneto do patriarca bíblico Noé, e reedificada por Ulisses e, por isso, os gregos teriam lhe dado o nome de Ulissippo. Bluteau (2000 [1712-1727], v. 5, p. 152) ainda informa sobre a origem de o nome Lisboa ter partido da divisão *lis-* e *-boa*, mas descarta essa possibilidade, acrescentando que essa seria uma “ridícula etymologia”. Machado (1984, p. 886) também desconsidera essa explicação etimológica, uma vez que *Lisboa* é a forma mais moderna do antigo nome e, finalmente, confirma que não há possibilidade de encontrar o antropônimo Ulisses na origem do topônimo Lisboa.

Ficha 28: Lusitânia

TOPÔNIMO: Lusitania.	TAXONOMIA: Etnotopônimo.
ACIDENTE (A.G.): Acidente humano (A.H.) - Antiga província.	
LOCALIZAÇÃO: Região ocidental da Península Ibérica.	
VARIANTE(S) GRÁFICA(S): Não foram encontradas variantes gráficas no documento.	
ETIMOLOGIA: <i>Lusitani</i> .	
ORIGEM: Romana.	
HISTÓRICO: Conforme Machado (1984), no século XVI, há o registro de <i>Luzitaina</i> .	
ESTRUTURA MORFOLÓGICA: TS [S].	
INFORMAÇÕES ENCICLOPÉDICAS: De acordo com Machado (1984, p. 906) o nome deriva do etnônimo <i>Lusitani</i> , mas o nome já foi usado como Lucena, na <i>Crônica Geral de Espanha</i> , de 1344.	
FATOS HISTÓRICOS: Antes da invasão romana, os lusitanos eram povos de muita importância na Península Ibérica, os quais, ocupando a região da atual Beira, distinguiram-se nas lutas contra os romanos. Conforme Bueno (1958, p. 29), os primeiros embates entre lusitanos e romanos aconteceram em 193 a.C. e perduraram até o ano de 25 d.C. Já no período romano, as reformas administrativas do imperador Otávio Augusto, no século I a.C., dividiram a antiga Hispânia Ulterior nas províncias Lusitânia e Bética.	
CONTEXTO: Fernão de Oliveira nega a relação entre o nome Lusitânia e Lucena, registrada na <i>Crônica Geral de Espanha de 1344</i> .	
<p>Se duvidarê de Lucena dizendo, q(ue) he Lusitania: perguntemo-lo a El-rey dom Afonso, que usa deste nome Lucena, mays que os outros autores, elle nos diraa onde he a terra, q(ue) elle chama Lucena, se he Lusitania, ou não: por que em muytas partes da sua lenda elle declara onde he Lucena, e em nenhũa dellas se encontra cõ Portugal, nem compreende toda Lusitania: por que Lusitania foy muyto mayor do que elle faz Lucena: por quanto elle põe Lucena na ribeyra de Guadiana, e no Algarve: e Lusitania foy amplissima na Hespanha (1º livro, fls. 31r-31v).</p>	
<p>Vale ressaltar que Oliveira também nega a relação entre Portugal e Lusitânia, talvez com a intenção de mostrar que o território português nunca fora ocupado por outras gentes, que não somente os povos portugueses.</p>	
<p>Geralmente todos os homens doutos, e vulgares desta terra, e nossos vezinhos, attribuy(em) a Portugal o nome de Lusitania, tanto que lhes parece, que o nome de</p>	

Portug(a)l he muyto vulgar, e que não quadra aos homens doutos falar senão per **Lusitania**, e chamão aos Portugueses lusitanos (...). Foy muyto celebrado este nome **Lusitania** no tempo dos romanos: por que então diz q(ue) a gête lusitana foy amplissima, e senhora de grande parte da Hespanha, mayor do q(ue) agoora he Portugal. P(e)llo q(ue) aquellos que fazem synonymos Portug(a)l e **Lusitania**, errarão na geographia destas terras, e confundirseão. Não he agora Portugal tão grande como foy **Lusitania**: por que **Lusitania** comprehendia terra de Merida, e así chegava a Toledo, e entrava na serra morena. A beyra de Plasença, e terra de Salamãca, tudo entrava na **Lusitania**. Quem nas hestoreas achar aquellas terras na **lusitania**, cuydaraa, que tudo he Portugal, e confundirsea: por que Portugal nunca laa chegou. Os limites de Portug(a)l, não comprehendem Merida, nem tomão cousa algũa da serra morena, nem da estremadura de Castella, nem beyra de Plasença. E assi como Portugal he m(a)ys recolhido ficou tambem mays guardado das guerras, e sobjeyção dos romanos que a **Lusitania** (1º livro, fls. 5r-6r).

Ficha 29: Mértola

TOPÔNIMO: Mertola.	TAXONOMIA: Cronotopônimo.
ACIDENTE (A.G.): Acidente humano (A.H.) - Vila.	
LOCALIZAÇÃO: Província de Alentejo; Comarca de Beja.	
VARIANTE(S) GRÁFICA(S): Não foram encontradas variantes gráficas no documento.	
ETIMOLOGIA: <i>Myrtilis</i>	
ORIGEM: Grega.	
HISTÓRICO: Em 1254 ou 1255, há registro de <i>Mertollam</i> (MACHADO, 1984, p. 984).	
ESTRUTURA MORFOLÓGICA: TS [S].	
INFORMAÇÕES ENCICLOPÉDICAS: Quando Alexandre, o Grande, invadiu a cidade de Tiro, no séc. IV a.C., os fenícios, moradores desse espaço, fugiram e aportaram na Lusitânia, onde fundaram um local com o nome de <i>Mirtilis</i> ou <i>Myrtiris</i> , com sentido de <i>a nova Tiro</i> (BLUTEAU (2000 [1712-1727], v. 5, p. 443). Durante a invasão romana, o local foi chamado de <i>Julia Mirtilis</i> , numa referência ao líder Júlio César. Mais tarde, o topônimo <i>Mirtilis</i> , na boca dos árabes, passou a <i>Mārtulâ</i> ou <i>Mīrtulâ</i> , conservando o -l- intervocálico por ter se desenvolvido no romance do Sul.	
FATOS HISTÓRICOS: Mértola foi reconquistada aos árabes no ano de 1239, durante o reinado de D. Sancho II.	

CONTEXTO: Na *História de Portugal*, o topônimo é sempre mencionado, com referência aos contextos de guerras com os mouros. Durante a batalha no Campo de Ourique, Mértola foi local de refúgio aos mouros que sobreviveram, conforme consta no seguinte trecho:

E por q(ue) jaa não havia outro subsidio, sendo quebrada a cabeça, que era Ismar, todos se poserão em fogida, cada hum para sua parte: hūs para **Mertola**, outros para mays longe. Tras os quaes seguirão os portugueses o alcance todo aquelle dia, matando quantos achavão, e espalhando-os, atee não ficarem dous delles juntos, que se podessem ajudar, nẽ fazer corpo para se defender (3º livro, fl. 18r).


Ficha 30: **Minho**

TOPÔNIMO: Minho.	TAXONOMIA: Cromotopônimo.
ACIDENTE (A.G.): Acidente físico (A.F.) - Rio.	
LOCALIZAÇÃO: Localizado no Norte da Península Ibérica, o rio Minho nasce na Galiza, próximo à cidade de Lugo, passa por Valença de Minho, em Portugal, e deságua no Oceano Atlântico, em divisa com a Galiza e Portugal.	
VARIANTE(S) GRÁFICA(S): Não foram encontradas variantes gráficas no documento.	
ETIMOLOGIA: <i>Minīu</i> .	
ORIGEM: Pré-romana (provavelmente celta).	
HISTÓRICO: Em 1125, registram-se <i>Mineus</i> e <i>Mineo</i> ; em 1134, 1137, 1161, 1166 e 1173, <i>Minius</i> ~ <i>Mineus</i> (MACHADO, 1984, p. 995).	
ESTRUTURA MORFOLÓGICA: TS [S]	
INFORMAÇÕES ENCICLOPÉDICAS: Bluteau (2000 [1712-1727], v. 5, p. 497) afirma, com base em Justino, que o nome <i>Minho</i> quer dizer <i>Vermelhão</i> , em decorrência do mínio, metal vermelho, que antigamente era tirado de suas águas. Essa hipótese é também mencionada por Nascentes (1952, p. 201).	
FATOS HISTÓRICOS: O rio Minho, por fazer a divisa entre Portugal e Galiza, pode ser considerado, desde o fim do séc. XI, como o ponto de partida para a história do território português e para uma região de habitantes distintos daqueles ao norte desse rio, como afirma Silva Neto (1986, p. 360), mesmo antes de se constituir como unidade autônoma do reino leonês.	
CONTEXTO: Oliveira utiliza este topônimo para demarcar a fronteira entre Portugal e Galiza, como se vê no seguinte trecho: “Não ficou em mays o nome de Gallecia, que naquelle peq(ue)no canto, que chamamos Galliza, que antigamente era terra dos Artabros, e não passava do rio Minho para caa” (1º livro, fl. 17r).	


Ficha 31: **Mondego**

TOPÔNIMO: Mondego.	TAXONOMIA: Mitotopônimo.
ACIDENTE (A.G.): Acidente físico (A.F.) - Rio.	
LOCALIZAÇÃO: Localiza-se entre o rio Douro e o rio Tejo. Nasce na Serra da Estrela (Província da Beira), passa por Coimbra e deságua no Oceano Atlântico, junto à vila de Buarcos.	
VARIANTE(S) GRÁFICA(S): Não foram encontradas variantes gráficas no documento.	
ETIMOLOGIA: * <i>Mondaecus</i>	
ORIGEM: Pré-romana.	
HISTÓRICO: Conforme Machado (1984), entre 850 e 866 aparece a forma <i>Mondeco</i> (ou <i>Mondecum</i>), que continua em 919, 922 e no séc. XII; há também a forma <i>Mundeco</i> , mais rara que a anterior, com registro em 1057; a variante <i>Mondego</i> já surgia em 897, depois no séc. XII.	
ESTRUTURA MORFOLÓGICA: TS [S].	
INFORMAÇÕES ENCICLOPÉDICAS: De acordo com Machado (1984), o nome deriva do vocábulo pré-romano <i>Monda</i> ou <i>Munda</i> , com sufixo pré-romano <i>-aecus</i> , também pré-romano. * <i>Mondaecus</i> seria um adjetivo “aplicado a divindade fluvial (...) e depois nome dessa mesma divindade” (MACHADO, 1984, p. 1012).	
FATOS HISTÓRICOS: Sem informação.	
CONTEXTO: Este nome é mencionado na <i>História de Portugal</i> apenas uma vez e é usado para referenciar a localização da cidade de Coimbra: <p style="text-align: center;">(...) He composto de collis e brigus. Collis quer dizer cabeça ou ladeyra: e brigus quer dizer castello: e ambos juntos querem dizer, o castello da ladeyra, ou do cabeça, como de feyto he Coimbra: a qual estaa situada em hũa ladeyra, que do rio Mondego se vay alevantando: e tem o seu castello em hũ peq(ue)no cabeça, que não he outeyro acabado (1º livro, fl. 11r).</p>	

Ficha 32: **Montemor-o-Novo**

TOPÔNIMO: Montemor o novo.	TAXONOMIA: Geomorfotopônimo > Cronotopônimo.
ACIDENTE (A.G.): Acidente humano (A.H.) - Vila.	
LOCALIZAÇÃO: Província de Alentejo; Comarca de Évora.	
VARIANTE(S) GRÁFICA(S): Montemoor.	
ETIMOLOGIA: <i>Monte Mor</i>	
ORIGEM: Não foram encontradas informações a respeito do nome original, mas o seu epíteto tem, provavelmente, origem na língua portuguesa.	
HISTÓRICO: No século XIII, aparece <i>Monte Moor o Novo</i> ; em texto de 1284, tem-se <i>Monte Móór o Novo</i> (MACHADO, 1984, p. 1019). Em Duarte Nunes de Leão (1610) são registradas as variantes <i>Montemór o novo</i> ~ <i>Monte mór o novo</i> ~ <i>Montemôr o novo</i> ~ <i>Montemoor</i> .	
ESTRUTURA MORFOLÓGICA: TH [[(S + Adj) origem obscura] + [(det + Adj) língua portuguesa]].	
INFORMAÇÕES ENCICLOPÉDICAS: Conforme se vê no histórico deste topônimo, o nome aparecia em sua forma compósita em textos antigos, o que se pode concluir que a forma atual não é resultado da aglutinação <i>Monte + Mor</i> desde a sua origem, “mas de um composto em que <i>Maior</i> acompanhou a evolução do adj. da linguagem comum; quer isto dizer que houve a noção da composição do nome de sítio” (MACHADO, 1984, p. 1018). Esta foi uma vila tomada aos mouros em 1139 por D. Afonso Henriques, mas restaurada e novamente construída no período de D. Dinis e daí o motivo do qualificativo <i>o Novo</i> , em oposição a Montemor-o-Velho.	
FATOS HISTÓRICOS: Foi nesta vila que nasceu S. João de Deus, religioso que se dedicou a cuidar de muitos penitentes e pobres, conforme Bluteau (2000 [1712-1727], v. 5, p. 571).	
CONTEXTO: O topônimo é mencionado por Fernão de Oliveira, ao falar das coisas feitas por D. Sancho I, durante o seu reinado: No começo de seu reynar fez duas cousas dom Sancho necessarias para seu povo. A premeyra foy dar-lhe boas leys, e regimêto em que vivessem. E a segunda, quando não havia guerra, mandou que todos se acupassê na lavoura e cultura das terras, e criação de gados (...). Tambem os fazia accupar em refazer os muros, e fortalezas, que das guerras estavão derribadas, e rotas: e outras fazia de novo: como fez Montemor o novo em alentejo (4º livro, fl. 64r).	


Ficha 33: **Montemor-o-Velho**

TOPÔNIMO: Montemor o velho.	TAXONOMIA: Geomorfotopônimo > Cronotopônimo.
ACIDENTE (A.G.): Acidente humano (A.H.) - Vila.	
LOCALIZAÇÃO: Província da Beira; Comarca de Coimbra.	
VARIANTE(S) GRÁFICA(S): Montemoor ~ Montemor a velha.	
ETIMOLOGIA: <i>Monte Mor</i>	
ORIGEM: Ver <i>Ficha 32</i> .	
HISTÓRICO: Em 954, há o registro de <i>Mons Maiore</i> ; em 1091, <i>Monte Maior</i> ; em textos arábicos do séc. XII, aparece <i>Mont Maior</i> (MACHADO, 1984, p. 1018).	
ESTRUTURA MORFOLÓGICA: TH [[(S + Adj) origem obscura] + [(det + Adj) língua portuguesa]].	
INFORMAÇÕES ENCICLOPÉDICAS: Ver <i>Ficha 32</i> .	
<p>FATOS HISTÓRICOS: Algumas histórias referentes a Montemor-o-Velho tocam muito próximas à fantasia, a exemplo do testemunho de Costa (1708, p. 91), dizendo que esta vila é muito antiga e teria, primeiramente, se chamado <i>Medrobriga</i> (ou <i>Merobriga</i>) por ter sido fundada pelo rei Brigo, rei de Espanha, por volta de 1900 a.C., e que, no período da invasão muçulmana, o local foi reconquistado por D. Ramiro I, rei de Leão, e entregue ao Abade João, para que a governasse. No entanto, Matos (1956, p. 18) esclarece que há numerosas inverosimilhanças nas narrativas relativas à lenda desse Abade João, justificando que “Montemor foi tomada e destruída por Almançor em 990, na primeira invasão que dirigiu através do território português, e Ramiro III, o último rei leonês deste nome, morreu em 984, anteriormente portanto a esse facto”. Esse autor menciona a versão escrita pelo Fr. Bernardo de Brito, salientando que, nessa versão — sem muito valor histórico — o responsável pela reconquista de Montemor-o-Velho teria sido o rei Ramiro I, e não Ramiro III, “prova que o cronista se serviu de um texto, por ele considerado antigo, diferente dos que hoje se conservam, e que, por sinal, lhe merecia limitada confiança” (MATOS, 1956, p. 19), tal qual a informação de Costa (1701) aludida acima.</p>	

CONTEXTO: Fernão de Oliveira menciona o topônimo ao fazer referência à lenda do Abade João de Montemor e o seu parentesco com o rei de Leão, D. Ramiro III:

Montemor a velha, segundo escrevem os castelhanos, é tempo de dom Ramiro o terceyro, no anno de christo novecêtos [...], ainda era de christãos: por que então veyo sobrelle Alcoraxi mançor, Rey de Cordova, sendo senhor daquella villa, e terras, o abbade Johão, tio do dicto ↑rey↑ dom Ramiro (1º livro, fl. 37r).

Ficha 34: **Moura**


TOPÔNIMO: Moura.	TAXONOMIA: Geomorfotopônimo.
ACIDENTE (A.G.): Acidente humano (A.H.) - Vila.	
LOCALIZAÇÃO: Província de Alentejo; Comarca de Beja.	
VARIANTE(S) GRÁFICA(S): Não foram encontradas variantes gráficas no documento.	
ETIMOLOGIA: <i>Mor</i>	
ORIGEM: *Pré-romana.	
HISTÓRICO: Sem informação.	
ESTRUTURA MORFOLÓGICA: TS [S].	
INFORMAÇÕES ENCICLOPÉDICAS: Em seus estudos, Machado (1984) avança a possibilidade de ser este nome originado do adjetivo <i>moura</i> , qualificativo das propriedades durante a ocupação muçulmana. No entanto, há registros em textos, comprovando que, em língua árabe, usava-se a palavra <i>mōrā</i> para designar esta vila, “o que faz pensar em origem anterior, tanto mais que mouros e as propriedades de mouros não existiram só nesse local” (MACHADO, 1984, p. 1028). Por isso, esse autor sugere que se trata da forma <i>mor</i> , ‘morro’, talvez de origem pré-romana.	
FATOS HISTÓRICOS: Sem informação.	
CONTEXTO: Fernão de Oliveira traz o topônimo ao fazer referência das batalhas que os portugueses travaram contra os mouros.	
<p>Tinhão esta confiança os que estavam mais perto das terras dos mouros, como Serpa e Moura; e Beja. A qual diz o conde dom Pedro no título septimo, que dom Afonso</p>	

anriquez tomo↑u↑ na era de mil e dozentos. E na era de mil e dozētos e quatro diz que tomou Evora e **Moura** e Serpa (3º livro, fl. 38r).

Ficha 35: Nabão


TOPÔNIMO: Nabão.	TAXONOMIA: *Hidrotopônimo.
ACIDENTE (A.G.): Acidente físico (A.F.) - Rio.	
LOCALIZAÇÃO: Localiza-se na Estremadura, passa por Tomar, encontra-se com as águas do rio Zêzere, para daí desaguar no rio Tejo.	
VARIANTE(S) GRÁFICA(S): Não foram encontradas variantes gráficas no documento.	
ETIMOLOGIA: *Nabanus	
ORIGEM: Pré-romana.	
HISTÓRICO: Em Duarte Nunes de Leão (1610), este nome é registrado como <i>Nabam</i> .	
ESTRUTURA MORFOLÓGICA: TS [S].	
INFORMAÇÕES ENCICLOPÉDICAS: Nascentes (1952, p. 211) apresenta a hipótese de o nome ter se formado da raiz <i>Nab-</i> , “que aparece como criadora de nomes de rios na antiga Galécia, na antiga Britânia, na Gália antiga, na antiga Hispânia”. Ainda conforme esse autor, esta raiz parece que continha a ideia de “água” ou outra correlata.	
FATOS HISTÓRICOS: Sem informação.	
CONTEXTO: Este nome é mencionado na <i>História de Portugal</i> apenas uma vez e é usado para fazer referência à localização de Tomar: Veyo tambem restaurãdo algūs lugares, que os mouros derribarãõ, e fundando outros de novo, como dizem, que fundou o Crato, que deu ao espirital de Jerusalem: e o castello de Almouro no rio Tejo, e o de Tomar na ribeyra de Nabão , que deu ao templo (3º livro, fl. 24r).	

Ficha 36: Óbidos

TOPÔNIMO: Obidos.	TAXONOMIA: Poliotopônimo.
ACIDENTE (A.G.): Acidente humano (A.H.) - Vila.	
LOCALIZAÇÃO: Província da Estremadura; Comarca de Leiria.	

VARIANTE(S) GRÁFICA(S): Não foram encontradas variantes gráficas no documento.
ETIMOLOGIA: <i>oppidum</i>
ORIGEM: Romana.
HISTÓRICO: Duarte Nunes de Leão (1610) registra <i>Obedos</i> .
ESTRUTURA MORFOLÓGICA: TS [S].
INFORMAÇÕES ENCICLOPÉDICAS: Segundo Machado (1984), o topônimo tem em sua origem o nominativo latino <i>oppidum</i> , que significa ‘cidade fortificada’. Em seguida, tomou a forma de * <i>oppidus</i> , pois, sendo um neutro, passou a masculino da 2ª declinação. Na boca dos árabes, as consoantes <i>-pp-</i> passaram a <i>-b-</i> , com manutenção do <i>-d-</i> intervocálico, característico do românico do sul.
FATOS HISTÓRICOS: De acordo com Bluteau (2000 [1712-1727], v. 6, p. 10), o rei Afonso Henriques tomou esta vila aos mouros por volta de 1148.
CONTEXTO: Fernão de Oliveira refere-se à localidade, mostrando como o rei Afonso Henriques, no ano seguinte a 1148, foi recebido em alguns lugares após a reconquista aos mouros de muitas cidades e vilas: “(...) e chegando a Obidos os dessa villa lhe vierão entregar as chaves della, e dar menagẽ” (3º livro, fl. 32r).

Ficha 37: **Ourique (Campo de)**

TOPÔNIMO - Campo dourique. TAXONOMIA: Antropotopônimo.
ACIDENTE (A.G.): Acidente humano (A.H.) - Vila.
LOCALIZAÇÃO: Província de Alentejo; Comarca de Beja.

VARIANTE(S) GRÁFICA(S): Campo dourique ~ Campo de Ourique ~ Cãpo dourique.
ETIMOLOGIA: <i>Orico</i> .
ORIGEM: Provavelmente, germânica.
HISTÓRICO: Sem informação.
ESTRUTURA MORFOLÓGICA: TS [S].

INFORMAÇÕES ENCICLOPÉDICAS: Nascentes (1952, p. 227) afirma que o nome tem origem no germânico visigodo. No entanto, Machado (1984, p. 1108), apesar de apresentar essa hipótese, questiona se seria mesmo o topônimo de origem germânica, dada a sua posição geográfica.

FATOS HISTÓRICOS: De acordo com Marques (1985, p. 110), em 1139, na pequena cidade de Ourique, Afonso Henriques atacou o exército muçulmano, resultando em sua primeira grande vitória. Esse episódio foi transformado em lenda como a Batalha (ou o Milagre) do Campo de Ourique, devido a suposta aparição de Jesus Cristo, como afirma Bluteau (2000 [1712-1727], v. 6, p. 147): “o Campo de Ourique he celebre nas Histórias de Portugal pela grande batalha, que o Infante D. Affonso Henriquez depois da noyte, em que favorecido com o apparecimento de Christo nosso Salvador, foy levantado por Rey”.

CONTEXTO: Fernão de Oliveira narra o momento em que Afonso Henriques manda construir as insígnias do reino, após a sua vitória no Campo de Ourique e sua autoproclamação como rei de Portugal.

Esta terra era de dom Afonso anriquez: por que elle, e seu pay o tirarão do poder dos mouros: e o povo livre o fez seu Rey, por que achou nelle merecimêtos para isso: em especial o da victoria do **campo dourique**. Da qual por ser muyto insigne, tomou as insignias deste reyno: que são das mays insignes, que tem os Reys christãos. ¶ Insignia quer dizer sinal de nobreza, em especial aquelle que he sinal dalgũ feyto bo e notavel. Os quaes sinaes, os que fazê aq(ue)lles feytos acostumão trazer pintados nos seus escudos, e chamão-lhe vulgarmête armas. Desta maneyra mādou dom Afonso anriquez ↑pintar↑ nos seus escudos o sinal da victoria do **câpo dourique**: a qual foy notavel, e honrosa: e foy remate do desejo dos portugueses, que desejavão ter Rey por si seu natural (3º livro, fl. 22v-23r).

Ficha 38: **Palmela**

TOPÔNIMO: Palmella.

TAXONOMIA: Antropotopônimo.

ACIDENTE (A.G.): Acidente humano (A.H.) - Vila.

LOCALIZAÇÃO: Província da Estremadura; Comarca de Setúbal.




VARIANTE(S) GRÁFICA(S): Não foram encontradas variantes gráficas no documento.

ETIMOLOGIA: palma+(-ellu)

ORIGEM: Romana.


HISTÓRICO: Sem informação.
ESTRUTURA MORFOLÓGICA: TS [S].
INFORMAÇÕES ENCICLOPÉDICAS: O nome <i>Palmela</i> é resultante do substantivo <i>palma</i> + o sufixo diminutivo latino <i>-ellu</i> , conforme se vê em outros topônimos como <i>Cabrela</i> (diminutivo de <i>cabra</i>), <i>Formoselos</i> (diminutivo de <i>formōsus</i>) e outros (MACHADO, 1984). Com base em Bluteau (2000 [1712-1727], v. 6, p. 209) e em Costa (1712, p. 303), esta vila, que fora fundada pelos celtas e sárrios, por volta de 310 a.C., e foi amplificada pelo governador romano Aulo Cornélio Palma, no ano de 106, o qual lhe deu o nome de <i>Palmela</i> (Palma pequena), a fim de distinguir de <i>Palma</i> , local na Andaluzia, fundado ou reedificado por ele.
FATOS HISTÓRICOS: Com base em Costa (1712, p. 303), a vila de Palmela foi tomada aos mouros em 1147 pelo rei D. Afonso Henriques, mas tornando a perder, foi novamente restaurada em 1165 ainda no período deste rei, que a mandou povoar.
CONTEXTO: A interpretação de Fernão de Oliveira para a etimologia do topônimo Palmela é mais uma evidência da construção retórica em sua <i>História de Portugal</i> . O dominicano antecipa a origem do nome, recuando aos tempos primitivos da mitologia bíblica, em defesa da ideia de uma origem armênia, língua falada pelos descendentes de Noé. O nome de Palmella faz parecer, que então foy fundado aquelle castello: por q(ue) parece q(ue) foy tomado dhũa palavra armenica que he palmira: a qual quer dizer louvor de deos. E parece que apportando elles ali fezerão sacrificio naquelle outeyro, como he costume dos navegantes, q(ue) vem a salvamêto, dar louvores a d(eo)s. (...) Assi que era costume dos antigos sacrificar, e louvar a deos nos lug(a)res altos, e por isso Tubal quando apportou em Sethuval sacrificou, e deu louvores a deos naq(ue)lle môte de Palmella , e poslhe nome Palmira que q(ue)r dizer louvor de deos, e p(e)llo muyto tempo mudandose duas letras chamase agora Palmella (1º livro, fls. 2v-3r).

Ficha 39: **Pombal**

TOPÔNIMO: Pombal.	TAXONOMIA: Zootopônimo.
ACIDENTE (A.G.): Acidente humano (A.H.) - Vila.	
LOCALIZAÇÃO: Província da Estremadura; Comarca de Tomar.	
VARIANTE(S) GRÁFICA(S): Pombal ~ Pöbal.	
ETIMOLOGIA: <i>Palumbare</i>	

ORIGEM: Romana (latim bárbaro).
HISTÓRICO: Sem informação.
ESTRUTURA MORFOLÓGICA: TS [S].
INFORMAÇÕES ENCICLOPÉDICAS: Com base em Costa (1712), nesta vila existe um castelo que foi construído por volta de 1181 a mando de D. Gualdim Paes, mestre da Ordem dos Templários, que concedeu o foral, estabelecendo as regras administrativas da povoação. Conta que neste castelo, segundo Nascentes (1952, p. 247), “foi encontrada uma numerosa colônia de pombas bravas que, embora afugentadas, se instalaram nas novas muralhas, depois de reconhecerem que tinham perdido as suas moradas nas fragas, não abandonando assim o lugar”. E daí teria surgido a origem do nome Pombal.
FATOS HISTÓRICOS: Sem informação.
CONTEXTO: Na <i>História de Portugal</i> , o topônimo é mencionado poucas vezes, apenas com intenção de referenciar algum fato histórico, como a seguir: <p style="text-align: center;">Não soamente em Portugal, mas também em Roma era dona Tareyja conhecida por virtuosa, e illustre prícesa, que illustrava o seu estado e resplandecia antre as outras princesas christãs. E assi lhe chamão os sanctos padres sũmos pontifices, Alexandre tercio, e Celestino tercio nas confirmações que concederão aa ordem do templo sobre as igrejas da Ega, e da Radinha, e de Pombal (3º livro, fl. 8v).</p>

Ficha 40: **Porto**

TOPÔNIMO: o porto.	TAXONOMIA: Geomorfotopônimo.
ACIDENTE (A.G.): Acidente humano (A.H.) - Cidade.	
LOCALIZAÇÃO: Província de Entre-Douro-e-Minho; Comarca do Porto.	
VARIANTE(S) GRÁFICA(S): Não foram encontradas variantes gráficas no documento.	
ETIMOLOGIA: <i>Portus [Calensis]</i> .	
ORIGEM: Romana.	
HISTÓRICO: Bluteau (2000 [1712-1727], v. 6, p. 634) afirma que este nome passou por algumas variantes, como <i>Porto.gale ~ Porto.gaió</i> . O nome <i>Porto-gayo</i> , ainda com base em Bluteau (2000 [1712-1727], v. 6, p. 634), é porque “estava desta parte do Douro contra o Meyo dia, em hum sitio chamado Gayo, ou Gaya ou como querem outros, Grayo”.	

HISTÓRICO: Machado informa os registros de *Portus de Molis ~ Portuj de Molis* em 1183. Nascentes (1952, p. 249) apresenta apenas as variantes para *Mós*: aparece como *molas*, em 1162, *moas ~ Moos*, em 1241.

ESTRUTURA MORFOLÓGICA: TC [S + prep + S].

INFORMAÇÕES ENCICLOPÉDICAS: Segundo Nascentes (1952, p. 249), o nome *Mós* representa o plural de *mó*, um tipo de pedra circular que, girando sobre outra pedra, é usada para triturar grãos no moinho ou extrair azeite das azeitonas. Nesse sentido, porto de *mós* seria visto como “lugar ou passagem de pedras” ou ainda poderia ter sido “localidade onde houvesse pedra própria para *mós*”. No entanto, Machado (1984) ainda não aceita essa hipótese, justificando que pode não se tratar de um instrumento de moer, mas podendo estar relacionada a edificações dolmênicas, ou seja, monumentos formados por duas ou mais pedras denominadas megálitos.

FATOS HISTÓRICOS: Com base em Bluteau (2000 [1712-1727], v. 6, p. 635), essa vila foi fundada no tempo dos mouros, mas o rei D. Afonso Henriques a tomou por volta de 1148 e foi restaurada pelo rei D. Sancho I pelos anos de 1200.

CONTEXTO: Fernão de Oliveira louva a luta de alguns cavaleiros durante as batalhas contra os mouros.

Tambem teve dom Fuas roupinho almirante das galees: o qual no cerco de **Porto de moos** prendeo hum Rey mouro, a q(ue) chamavão Mule Gami. E tambem foy em seu tempo (3º livro, fl. 60v).

Ficha 42: **Santarém**

TOPÔNIMO: Sanctarem.

TAXONOMIA: Hagiotopônimo.

ACIDENTE (A.G.): Acidente humano (A.H.) - Vila.

LOCALIZAÇÃO: Província da Estremadura; Comarca de Santarém.



VARIANTE(S) GRÁFICA(S): Sanctarem ~ Sãctarẽ ~ Sãctarem ~ Santarem.

ETIMOLOGIA: *Sancta Irene* [*Scallabis*]

ORIGEM: Romana.

HISTÓRICO: *Sanctaren* ~ *Sanctarem* (1088); *Sanctarena* (1262); *Santarene* (sécs. XII-XIII); *Santaren* (1218).

ESTRUTURA MORFOLÓGICA: TH [S {latim} + S {grego}].

INFORMAÇÕES ENCICLOPÉDICAS: A vila de Santarém teve, a seu princípio, o nome de *Scallabis*, que, segundo Castro (1712) foi modificada para *Santa Eyria*, por volta do ano de 653, pelo rei visigodo Recesvinto. No entanto, essa participação do visigodo na mudança do nome é vista como “inaceitável” por Machado (1984, p. 1309), o qual, apesar de ainda não se convencer de que *Santarém* é resultado do nome de *Santa Eyria* (ou *Santa Irene*, ou *Santa Eirena*), apresenta uma explicação de José Leite de Vasconcelos para a evolução do nome:


É provável que ou ao santuário de *Santa Iria*, situado na margem do Tejo, onde hoje está Santarém, ou à povoação se desse o nome de “*Santa Irene* de *Scallabis*”, tendo depois a segunda parte do nome sucumbido diante da importância do primeiro. *Irene*, ou *Eirene*, é, como se sabe, um grego, *eirēnē*, que significa a “paz”. *SantEirene* explica perfeitamente a moderna forma *Santarém*, por intermédio de *Sant(a)eirēe* > *Santerem*. O ditongo que se observa na sílaba inicial do nome da Santa em *Santaeirēe*, não deverá corresponder ao grego, mas ter-se já, em português, desenvolvido do *i* de *Irene*: isto é, *Eirēnē* > *Irene* > *Eirēe*... (VASCONCELOS *apud* MACHADO, 1985, p. 1309)

FATOS HISTÓRICOS: Durante o período romano, Santarém foi um dos territórios mais importantes, elevada ao posto de um dos três conventos jurídicos de Roma na Lusitânia, o *Scalabitanus*, juntamente com o *Emeritensis* (Mérida) e o *Pacensis* (Beja). Em razão de sua fortaleza, foi denominada de *Praesidium Julium*. Após a invasão muçulmana, o local foi reconquistado pelo rei Afonso VI, de Leão e Castela, e, sendo novamente perdida aos mouros, foi restaurada por D. Afonso Henriques, em 1147 (BLUTEAU, 2000 [1712-1727], v. 7, p. 479).


CONTEXTO: Fernão de Oliveira afirma a antiguidade deste território português, mas nega que tenha sido primitivamente denominada de *Scallabis* e, se para ele é difícil negar também a invasão muçulmana em território português, admite a ocupação, porém tenta provar a brevidade dessa presença inimiga, como se vê no seguinte trecho:

Sanctarem he antigo, mas este nome não: por q(ue) teve outros nomes, e este he o mays novo. O qual tomou de Sancta Herea, que jaz ahi enterrada, do anno de Chr(ist)o de seyscentos para caa. Verdade he que despoys foy de mouros pouco tempo, e dizem que os mouros lhe chamarão Cabir castro, que quer dizer, o grão castello: mas logo tornou a ser de christãos, e tornarão lhe chamar **Sanctarem**. A historea de sancta Herea he notoria, por isso me não detenho em a contar. Antes de sancta Herea dizem algũs, que lhe chamarão Scalabis: mas a mÿ não mo parece p(e)llas rezões que direy abayxo no quinto capitulo: onde tambem direy della (1º livro, fl. 13v).

Ficha 43: **Serpa**

TOPÔNIMO: Serpa.	TAXONOMIA: Sem informação.
ACIDENTE (A.G.): Acidente humano (A.H.) - Vila.	
LOCALIZAÇÃO: Província de Alentejo; Comarca de Beja.	
VARIANTE(S) GRÁFICA(S): Não foram encontradas variantes gráficas no documento.	
ETIMOLOGIA: <i>Serpa</i> .	
ORIGEM: Pré-Romana.	
HISTÓRICO: Segundo Machado (1984, p. 1136), essa forma já se atesta no <i>Itinerário de Antonino</i> (séc. III); no período árabe, encontram-se registradas as formas <i>Xerbâ</i> e <i>Xerbiâ</i> .	
ESTRUTURA MORFOLÓGICA: TS [S]	
INFORMAÇÕES ENCICLOPÉDICAS: Com base em Costa (1708, p. 475), esse nome é antigo, do período dos celtiberos túrdulos.	
FATOS HISTÓRICOS: A conquista de Serpa aconteceu durante o reinado de Afonso Henriques, em 1166, segundo Costa (1708, p. 475), e a restauração ocorreu durante o reinado de D. Sancho I. Mas, a vila foi perdida novamente para os mouros, e D. Sancho II a recuperou em 1230.	
CONTEXTO: Esse topônimo é sempre mencionado, na <i>História de Portugal</i> , associada às batalhas contra os mouros. No trecho a seguir, Oliveira parece justificar essas constantes batalhas contra os mouros nesse espaço, uma vez que esses povos estariam mais próximos de Serpa e de outros territórios.	
<p>(...) Tinhaõ esta confiança os que estavão mays perto das terras dos mouros, como Serpa e Moura; e Beja. A qual diz o conde dom Pedro no titulo septimo, que dom Afonso anriquez tomou na era de mil e dozentos. E na era de mil e dozêtos e quatro diz que tomou Evora e Moura e Serpa (3º livro, fl. 38r).</p>	


Ficha 44: **Setúbal**

TOPÔNIMO: Sethuval.	TAXONOMIA: Geomorfotopônimo.
ACIDENTE (A.G.): Acidente humano (A.H.) - Vila.	
LOCALIZAÇÃO: Província da Estremadura; Comarca de Setúbal.	
VARIANTE(S) GRÁFICA(S): Não foram encontradas variantes gráficas no documento.	
ETIMOLOGIA: <i>Setobriga</i>	
ORIGEM: Céltica.	
HISTÓRICO: Nos séculos XIII e XIV, <i>Satuual</i> ~ <i>Setuual</i> .	
ESTRUTURA MORFOLÓGICA: TS [S].	
INFORMAÇÕES ENCICLOPÉDICAS: De acordo com Machado (1984, p. 1341), este topônimo tem origem em <i>Setobriga</i> , mas foi imposta como variante culta em <i>Caetobriga</i> e <i>Cetobriga</i> . A forma <i>Setobriga</i> parece ser uma palavra de origem céltica em razão da presença do elemento <i>-briga</i> , o qual tinha o sentido inicial de ‘altura’, ‘montanha’, passando ao sentido de ‘cidadela’, ou <i>oppidum</i> (povoação) em terreno elevado. De acordo com Castro (1991, p. 143), os topônimos formados a partir do elemento <i>-briga</i> estão relacionados com a primeira invasão céltica que se espalhou pelo centro e oeste da Península Ibérica por volta do séc. X a.C. Quanto ao elemento inicial <i>set-</i> deste topônimo, Machado (1984) acredita tratar-se de radical pré-indo-europeu, no sentido de ‘elevação’, ‘monte’.	
FATOS HISTÓRICOS: No ano de 760, o território de Setúbal foi reconquistado aos mouros por D. Fruela, rei de Leão.	

CONTEXTO: Este topônimo foi utilizado por autores medievais na construção do mito de povoamento de Portugal associado a personagens bíblicos. Nesse sentido, Setúbal seria o primeiro território povoado por Tubal, filho de Jafé e neto de Noé, pelos anos de 2103 a.C., conforme Castro (1712). Fernão de Oliveira faz uso dessas histórias mitológicas em proveito de seus argumentos na defesa de um reino primogênito e ancestralidade grandiosa do povo português, como se vê:

Pollo que se deve crer sem duvida, o q(ue) diz Florião do campo, e outros, que Tubal veyo apportar no rio de **Sethuval**. Diz este autor cronista dos Reys de Castella, que **Sethuval** quer dizer assento de Tubal: e que lhe poserão este nome, por q(ue) Tubal fez ali seu assento, e morada: por que Seth he palavra de Armenia donde Tubal era natural: e quer dizer assento de morada, como sedes ã latim. Diz Floriã, que Tubal fez ali hũa povoação (1º livro, fl. 2v).

Ficha 45: **Silves**

TOPÔNIMO: Silves	TAXONOMIA: Fitotopônimo
ACIDENTE (A.G.): Acidente humano (A.H.) - Cidade.	
LOCALIZAÇÃO: Província do Algarve; Comarca de Lagos.	
VARIANTE(S) GRÁFICA(S): Não foram encontradas variantes gráficas no documento.	
ETIMOLOGIA: <i>Silva</i> .	
ORIGEM: Romana.	
HISTÓRICO: <i>Silve</i> era a forma antiga deste nome, segundo Machado (1984, p. 1349), em uso até meados do séc. XV, mas há registros de <i>Silves</i> , de forma isolada, em 1395, passando a uso geral a partir de meados do séc. XV. Em 1473, há registro da variante <i>Sylvia</i> .	
ESTRUTURA MORFOLÓGICA: TS [S]	
INFORMAÇÕES ENCICLOPÉDICAS: O topônimo tem origem no nome latino <i>silva</i> , ‘floresta’, em razão da rica vegetação do local. A forma <i>Silve</i> foi utilizada pelos moçárabes do Algarve e passada aos conquistadores do norte, que em breve a substituíram por <i>Silves</i> , por analogia a outros topônimos como <i>Sagres</i> , <i>Sines</i> , <i>Porches</i> etc. (MACHADO, 1984, p. 1349).	
FATOS HISTÓRICOS: De acordo com Freire (1739, p. 151), este território foi fundado por povos lusitanos por volta de 450 a.C. Após a invasão muçulmana, no séc. VIII, o rei D.	

Sancho I a conquistou em 1188, mas a perdeu novamente aos mouros. No ano de 1242, D. Paio Peres Correia, mestre da Ordem de Santiago, a restaurou.

CONTEXTO: Fernão de Oliveira menciona a batalha em que o rei D. Sancho I, com a ajuda dos franceses, toma a cidade de Silves aos mouros:

E logo despoys desta tornada tornou ajuntar outro exercito mayor: e foy cercar a cidade de **Silves** no cabo do Algarve, que então era a principal, e mays forte daquella commarca: e despoys de muytos combates trabalhosos, per fome, e sede se derão a partido das vidas soomête. Ordenou logo Elrey dom Sancho em **Silves** igreja cathedral, e cabeça de bispado, como jaa fora antes dos mouros. Diz a cronica geral, que tomou dom Sancho aquella cidade com favor de franceses, que per mar o vierão ajudar: aos quaes dizem q(ue) deu todo o despojo da dicta cidade, com que tornarão contentes para suas terras: e os portugueses ficarão sendo s(enh)ores della des então, e não lha derão os reys de Castella, como algũs dizem (4º livro, fls. 64v-65r).

Ficha 46: **Sintra**

TOPÔNIMO: Sintra.

TAXONOMIA: Etnotopônimo.

ACIDENTE (A.G.): Acidente humano (A.H.) - Vila.

LOCALIZAÇÃO: Província da Estremadura; Comarca de Alenquer.



VARIANTE(S) GRÁFICA(S): Não foram encontradas variantes gráficas no documento.

ETIMOLOGIA: *Sintera*

ORIGEM: Romana (latim medieval).

HISTÓRICO: Dos séculos XVI a XX, era comum a variação gráfica de <s> e <c> na inicial deste topônimo. Durante meados do séc. XII, há registros da variante *Sintria*.

ESTRUTURA MORFOLÓGICA: TH [S {pré-indo-europeu} + S {basco}] = *set*, 'montanha' + *iri*, 'povoação'.

INFORMAÇÕES ENCICLOPÉDICAS: A partir de uma longa explicação apresentada por Machado (1984, p. 1353-4), tem-se a hipótese de o nome *Sintra* ter se originado do pré-indo-europeu *set* > *sent* > *sint*, no sentido de 'montanha', juntamente com o basco *iri*, 'povoação', 'vila', 'cidade'. Vale notar que, a respeito desse elemento basco, Castro (1991, p. 137) afirma a existência de numerosos topônimos formados com esse prefixo na Península Ibérica. Nesse caso, *Sintera* > *Sintra* teria como representação o sentido de 'povoação da montanha'.

FATOS HISTÓRICOS: Na opinião de alguns geógrafos antigos, Sintra está no Promontório Magnum, nome antigo do promontório Ártabro, o que será refutado por Fernão de Oliveira.

CONTEXTO: Fernão de Oliveira explica a geografia do lugar, desmentido alguns escritores antigos a respeito da associação de Sintra com o promontório Ártabro.

De Lisboa, assi como de Sanctarem, fica feyta relação na premeyra parte. Fica ali dicto de sua premeyra povoação, e de seu nome, e sitio: mas de **Sintra** não fica dicta cousa algũa: por que nunca foy povo muyto principal: porem por que esta historia a trouxe agora aa mão, quero tirar hum engano, que algũs escriptores idiotas escrevẽ della. Dizẽ estes, que **Sintra** estaa no promõtório Artabro: e por que falão per estes nomes ignotos ao vulgo, parecelhes q(ue) abasta para fazerem crer, o que elles não entendem. O vulgo não sabe, q(ue) cousa he promõtório artabro, e os escriptores idiotas não entendem, o que delle dizem os sabedores antigos, e por isso o põe na serra de Sintra. Escrevem os idiotas, que antigamête **Sintra** se chamou Artabra, e a sua serra se chamou promontorio artabro, mas não he assi: por que Plinio diz, que no promõtório artabro dobra a costa da Hespanha para levante, e acaba o lado de norte sul: o que não faz na rocha de **Sintra**, como aqui bem sabemos. (...) Assi que estaa claro, que a serra de sintra não he o promõtório artabro: nem **Sintra** se chamou jamays Artebra, nem Aretabra, como outros chamão: mas parece que se chamou Sintera, quasi *sine terra* (3º livro, fls. 28v-29r).

Ficha 47: Tejo

TOPÔNIMO: Tejo.	TAXONOMIA: Sem informação.
ACIDENTE (A.G.): Acidente físico (A.F.) - Rio.	
LOCALIZAÇÃO: O rio Tejo nasce em Aragão, corre pela Espanha e entra em Portugal na divisa entre a província da Beira e a Estremadura castelhana; banha as terras da Estremadura portuguesa, para desaguar no Oceano Atlântico.	
VARIANTE(S) GRÁFICA(S): Não foram encontradas variantes gráficas no documento.	
ETIMOLOGIA: <i>Tagus</i> .	
ORIGEM: A forma <i>Tagum</i> era frequente em textos medievais; em 1274, <i>Tegío</i> ; em 1386, há registro da construção <i>Ryo do teío</i> .	
HISTÓRICO: Sem informação.	
ESTRUTURA MORFOLÓGICA: TS [S]	
<p>INFORMAÇÕES ENCICLOPÉDICAS: Segundo Machado (1984, p. 1393), o nome é de origem obscura, mas devido à fertilização de suas margens e riqueza de suas águas, alguns autores levantaram a hipótese do étimo pré-celta <i>*otagun</i>, em comparação com o basco <i>otasun</i>, ‘riqueza’, ‘bens’. Nesse sentido, Bluteau (2000 [1712-1727], v. 8) admite essa ideia com base em autores antigos que afirmavam a existência de grãos de ouro neste rio e, por isso, diz que</p> <p style="padding-left: 40px;">he tão certa esta rica prerogativa, que nas advertencia, que fez dos Reys de Portugal, conta Mendo Gomes, que el-Rey D. Dinis mandou fazer hũa coroa, & hum sceptro de ouro, tirado dos fluctuantes thesouros do Tejo, tão fino, & de tantos quilates, que nenhum se lhe igualava (BLUTEAU, 2000 [1712-1727], v. 8, p. 66).</p> <p>Outros autores apresentaram outras propostas de étimos para este topônimo, segundo Nascentes (1952, p. 293), informando que a origem do nome teria vindo do antropônimo</p>	

Tago, quinto rei da Espanha, o qual pela afeição que tinha com as águas brandas do rio, teria lhe dado o seu nome; ou o topônimo teria se derivado de Dagon, nome de um deus fenício; ou significaria ‘o rio do peixe’. Em função de tantas hipóteses e nenhuma sem conclusão, preferiu-se adotar a afirmação de Machado (1984) para a “origem obscura” do nome. Quanto à evolução do nome, *Tagus* > *TajuH* > *Tejo*, deve-se observar à influência árabe, tomando como explicação a ausência, nessa língua, do fonema /g/ e, por isso, a mudança para /j/, além da passagem de /a/ para /e/.

FATOS HISTÓRICOS: Sem informação.

CONTEXTO: Na História de Portugal o rio Tejo é regularmente mencionado para referenciar a localização de vilas e cidades.

Diz Estrabão, que havia na Hespanha antigamênte mays de mil cidades: e soo no Algarve dozentas villas. E diz, que nesta comarca, que vay do **Tejo** atee os Artabros ao longo do mar havia trinta gentes: e na ribeyra do **Tejo** cidades opulentissimas. De todas estas as mays são esquecidas, e os nomes dellas mudados, e m(uy)tas destruidas, e de cidades feytas aldeas (1º livro, fl. 7r).

Ficha 48: **Torres Novas**

TOPÔNIMO: Torres novas.

TAXONOMIA: Cronotopônimo.

ACIDENTE (A.G.): Acidente humano (A.H.) - Vila.

LOCALIZAÇÃO: Província da Estremadura; Comarca de Santarém.



VARIANTE(S) GRÁFICA(S): Não foram encontradas variantes gráficas no documento.

ETIMOLOGIA: *Torres Novas*.

ORIGEM: Língua Portuguesa.

HISTÓRICO: Em 1179, *Turres Novas*.

ESTRUTURA MORFOLÓGICA: TC [S + Adj].

INFORMAÇÕES ENCICLOPÉDICAS: De acordo com Machado (1984, p. 1421), o nome tem uma significação evidente: *Torres*, indicando ‘fortaleza local’, e *Novas*, no sentido de ‘zonas repovoadas’.

FATOS HISTÓRICOS: Sem informação.

CONTEXTO: O topônimo também se insere no contexto da restauração de Portugal durante o reinado de Afonso Henriques.


Govern(an)do dona Tareyja as terras de Portugal, seu filho dom Afonso anriquez fazia guerra aos mouros da beyra, e da estremadura. Neste tempo tomou Leyrea, e Porto de moos, e Torres novas (3º livro, fl. 10r).

Ficha 49: **Trás-os-Montes**

TOPÔNIMO: Tralasmôtes.	TAXONOMIA: Cardinotopônimo.
ACIDENTE (A.G.): Acidente humano (A.H.) - Província.	
LOCALIZAÇÃO: Localizada na parte Nordeste de Portugal, tem em suas fronteiras, ao Norte, o reino da Galiza; a Leste, a província de Leão e Castela; a Oeste, faz fronteira com a Serra do Marão, que a separa da Província de Entre-Douro-e-Minho; e ao Sul é banhada pelas águas do Douro.	
VARIANTE(S) GRÁFICA(S): <i>Tralasmôtes ~ Tralosmontes</i> .	
ETIMOLOGIA: <i>Traz los montes</i> .	
ORIGEM: Língua portuguesa.	
HISTÓRICO: <i>Traz los montes</i> ou <i>Trallosmontes</i> (em textos antigos); <i>Trallos-montes</i> , no séc. XV; <i>Tra llos montes</i> , em 1434.	
ESTRUTURA MORFOLÓGICA: TC [Prep + Det + S].	
INFORMAÇÕES ENCICLOPÉDICAS: Esta província pode ter recebido o nome (Trás-os-Montes) dos povos da região do Entre-Douro-e-Minho, por sua localização estar por trás dos montes do Gerês, Cabreira, serras do Marão, Alvão etc.	
FATOS HISTÓRICOS: Diferentemente da região do Entre-Douro-e-Minho, a província de Trás-os-Montes não era muito povoada em razão de seu solo mais seco, mas a maior parte de suas terras correspondiam a doações feitas pelos reis. A partir do séc. XIII, intensifica-se o número de comunidades sob proteção régia.	
CONTEXTO: Nota-se no trecho da <i>História de Portugal</i> , onde Fernão de Oliveira menciona o topônimo, que, além da intenção de mostrar que os mouros expulsos de Portugal eram de Castela — portanto, invasores daquele território e não de Portugal —, parece ainda justificar o motivo de territórios pertencentes à nobreza na província de Trás-os-Montes.	
<p>(...) O seu principio, e processo foy este. Elrey dom Ramiro, este segundo, de que aqui falamos teve hum filho dhũa mourisca, a que chamarão Aboazar ramirez: o qual foy bom cavalleyro: e fez muyta guerra aos mouros, que então tinham as commarcas dantre Douro e Minho, e tralasmôtes: e foy os lançando para Castella, donde elles vierão. E na commarca de tralosmontes lhe naceo hum filho, a que por nome Trastamiro aboazar: por que naceo naq(ue)lla comarca, que então chamavão Trastamara. Este trastamiro ouve outro filho, a que por nome, dom Gonçallo trastamirez da Maya: e dom Gonçallo trastamirez da Maya ouve outro filho a que chamou dom Mem gõçalvez da Maya: e dom Men gonçalvez da Maya ouve dous filhos, que chamarão, a hum delles Soeyro mendez da Maya o bom: e ao outro Gonçallo mendez da Maya o lidador. Estes dous irmãos forão em tempo do conde dom Anrique, e de seu filho Elrey dom Afonso anriquez: dos quaes se escrevem nas vidas daquelles princepes, feytos illustres, e dignos de eterna memoria: e destes feytos o derradeyro de Gonçallo mendez foy, que sendo de noventa e cinco annos,</p>	

venceo em hum dia duas batalhas, contra dous singulares capitães mouros: e dom Soeyro seu irmão livrou esta terra do feudo, que os emperadores romanos lhe querião por, como ainda tornarey a dizer na següda parte. Estes singulares cavalleyros, e sua gente, se chamarão da Maya: e erão senhores della (...) (1º livro, fl. 45v).

Ficha 50: **Viseu**

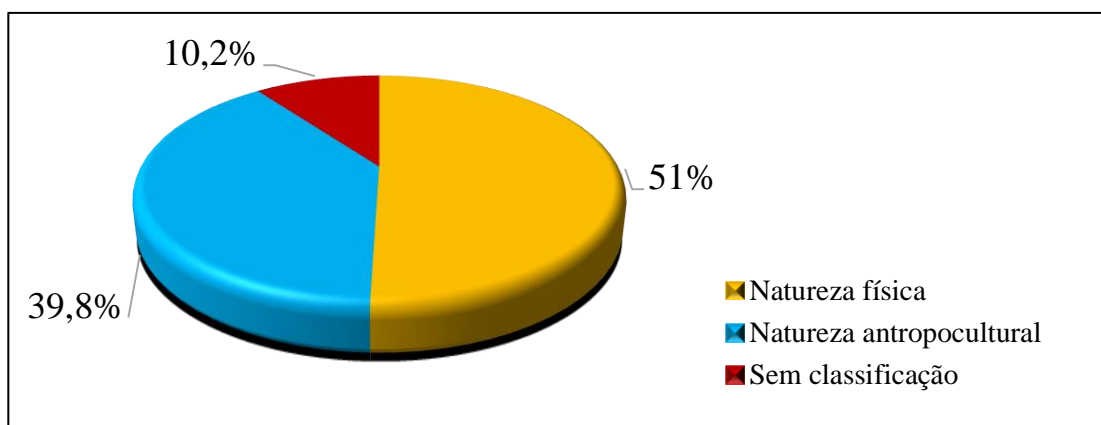
TOPÔNIMO: Viseu.	TAXONOMIA: Geomorfotopônimo.
ACIDENTE (A.G.): Acidente humano (A.H.) - Cidade.	
LOCALIZAÇÃO: Província da Beira; Comarca de Viseu.	
VARIANTE(S) GRÁFICA(S): Não foram encontradas variantes gráficas no documento.	
ETIMOLOGIA: *ves.	
ORIGEM: pré-indo-europeu.	
HISTÓRICO: No séc. VII, há registro de <i>Veseo</i> ; Em 926, atesta-se <i>Viseo</i> , forma que seguirá frequente durante o séc. XII.	
ESTRUTURA MORFOLÓGICA: TS [S].	
INFORMAÇÕES ENCICLOPÉDICAS: O nome tem origem provavelmente no pré-indo-europeu *ves, ‘montanha’. Mas ainda poderia ser <i>Veseo</i> ‘da montanha’, ressaltada a incerteza de Machado (1984) para essa hipótese.	
FATOS HISTÓRICOS: Consta em Bluteau (2000 [1712-1727], v. 8, p. 524) que Viseu foi pátria do lendário Viriato; é o local onde foi sepultado o último rei visigodo, D. Rodrigo; é também local onde, em 1391, nasceu D. Duarte, filho do Mestre de Avis, D. João I.	
CONTEXTO: A cidade é mencionada na <i>História de Portugal</i> como um lugar seguro, o que seria, na opinião de Oliveira, diferente do reino de Leão e, por isso, escolhida pelos infantes leoneses para morada: Despoys de dom Afonso o magno reynou em Lião seu filho dom Garcia o premeyro deste nome. Este não fez cousa algũa em Portugal. Mas seu irmão dom Ordonho, que reynou despoys delle, por bem de Paz estava em Viseu de Portugal apousentado por escusar contendes com seu irmão. Este ajuntou gête de Portugal, e foy correr terra de Talaveyra, e entrou na villa, e saqueou a ella, e outros muytos lugares daquella commarca: e tornou-se a Viseu com muyta honra, e proveyto. E	

reynou em Lião despoys da morte de seu irmão dom Garcia. Despoys deste dom Ordonho reynou em Lião seu filho dom Afonso o quarto: e não fez cousa algũa para proveyto de Portugal. Mas diz a cronica, que seu irmão dom Ramiro morava em **Viseu** de Portugal. Morarem os Iffantes de Lião em **Viseu** de Portugal, faz entender, que era este reyno distincto de Lião: por que por isso diz q(ue) os mandavão caa, por não perturbarem a sua gente contra os herdeyros: e tambem; por terem estoutra terra segura, com capitão grave, a que tevesse acatamento, e debayxo de sua bandeyra fizessem guerra aos mouros commarcãos, como fazião (1º livro, fls. 44v-45r).

5.5.2 Análise quantitativa dos topônimos

Tendo como base as informações agrupadas nas fichas toponímicas, apresenta-se aqui a amostra quantitativa dos dados. Tomaram-se da narrativa de Oliveira 49 topônimos, todos do território de Portugal, dos quais 25 (51%) equivalem a topônimos de natureza física, 19 (39,8%) a topônimos de natureza antropocultural e 5 (10,2%) não foram classificados, devido à ausência de informações necessárias para estabelecer a motivação da origem dos nomes.

Gráfico 1 – Natureza dos topônimos no território de Portugal

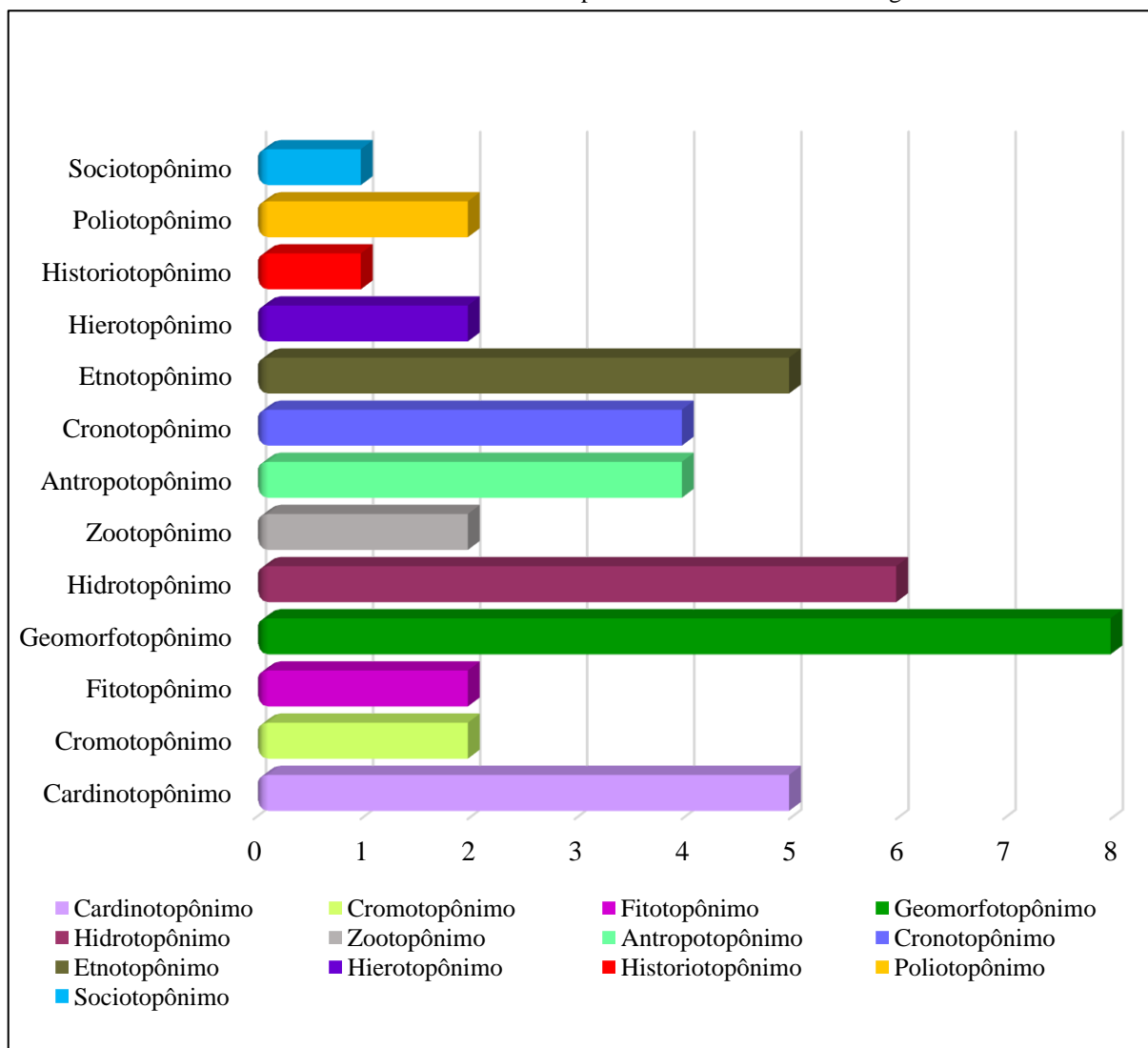


Fonte: Elaboração própria

Quanto à impossibilidade de classificação de alguns topônimos, vale ressaltar que essa dificuldade de estabelecer um significado para os topônimos em Portugal deve-se, em parte, à senilidade desse território, uma vez que o retorno a um passado muito distante, em busca das origens do nome, nem sempre permite o encontro de elementos muito sólidos para a adequada interpretação dos signos toponímicos, como explicado por Dick (1990), além disso, nota-se outra questão desfavorável no que se refere à interpretação das motivações toponímicas

na Península Ibérica: a presença de muitos e diferentes agrupamentos étnicos por toda a sua longa história.

Gráfico 2 – Taxonomia dos topônimos no território de Portugal



Fonte: Elaboração própria

Da taxonomia de natureza física, tem-se — em ordem numérica decrescente — o seguinte levantamento: geomorfotopônimos, com 8 ocorrências (Almeida, Aveiro, Évora Monte, Moura, Porto, Porto de Mós, Setúbal e Viseu); hidrotopônimos, com 6 ocorrências (Abrantes, Beira, Douro, Guadiana, Leiria e Nabão); cardinotopônimos, com 5 ocorrências, todas relacionadas às províncias, divisão político-administrativa de Portugal (Alentejo, Algarve, Entre-Douro-e-Minho, Estremadura e Trás-os-Montes; na sequência, com 2 ocorrências cada, têm-se cromotopônimos (Castro Verde e Minho), fitotopônimos (Évora e Silves) e zootopônimos (Avis e Pombal).

Em relação à taxonomia de natureza antropocultural, destaca-se o maior número para os etnotopônimos, com 5 ocorrências (Alcobaça, Barbárico, Braga, Lusitânia e Sintra); com 4 ocorrências cada, têm-se antropotopônimos (Castelo Rodrigo, Guimarães, Campo de Ourique e Palmela) e cronotopônimos (Mértola, Montemor-o-Novo, Montemor-o-Velho e Torres Novas); com 2 ocorrências cada, poliotopônimos (Coimbra e Óbidos) e hierotopônimos, sendo 1 mitotopônimo (Mondego) e 1 hagiotopônimo (Santarém); com 1 ocorrência cada, historiotopônimo (Beja) e sociotopônimo (Alfaiates).

5.5.3 Análise da retórica no uso dos topônimos

Os topônimos inseridos na *História de Portugal*, por Fernão de Oliveira, participam da construção retórica do autor em defesa da origem mítica de Portugal, que é o centro em relação a outras nações, pois, de acordo com a interpretação desse humanista lusitano, sua origem é compatível com a origem do mundo no contexto bíblico. Observa-se, nesse caso, que os topônimos agem como elementos que se movem a fim de reinventar o discurso, nas instâncias do *eu*, do *aqui* e do *agora*, o que equivale dizer que o discurso produzido por meio da toponímia, na narrativa de Fernão de Oliveira, é um manifesto atualizado da língua através do sujeito da enunciação. Esse discurso é construído durante a *elocutio*, ou seja, o plano da expressão, ao fazer uso de elementos da linguagem que indicam comparações, definições, jogos de imagem e alusões a fatos que possam atingir o objetivo do autor.

Uma das formas adotadas por Fernão de Oliveira para defender o seu ponto de vista por meio dos topônimos é utilizando o recurso etimológico. Em sua narrativa, Fernão de Oliveira age como um guia, passeando pelo mapa ibérico, de onde toma os topônimos portugueses e castelhanos a fim de servir-lhe como provas de argumentação em torno de seu discurso. Recorrer à origem da palavra, à sua história, é, dessa forma, uma estratégia argumentativa em defesa da “verdade” de que o espaço lusitano é superior em termos de antiguidade, nobreza e imunidade, diferentemente dos territórios de Castela, como fica nas explicações etimológicas fornecidas por Oliveira, ao fazer referência às cidades de Aljubarrota, Braga, Coimbra, Condeixa, Lisboa, Palmela, Santarém e Setúbal. O argumento por meio de explicações etimológicas contém muita vantagem, pois o orador faz uso da história das palavras a fim de impor a sua interpretação dos fatos, como afirma Reboul (2000, p. 118). No entanto, na impossibilidade de buscar a origem dos nomes por meios confiáveis, o autor recorre muitas

vezes a explicações fantasiosas com base em semelhanças e mudanças fonéticas ou por reconhecimento de partes do nome.

A exemplo disso, tem-se o topônimo *A giba rota*, referente à atual Aljubarrota, em que Fernão de Oliveira retoma uma explicação de etimologia fantasiosa relacionada à localidade no intuito de desfazer qualquer relação da origem do nome com os mouros, desconsiderando, dessa maneira, a permanência desses povos no espaço lusitano. Sendo assim, Oliveira recorre ao uso de narrativa lendária como uma espécie de *exemplum*, disposto a induzir o seu interlocutor a acreditar nessa versão para a história. Como já foi dito, os *exempla* não necessitam ser narrativas reais, mas precisam ser verossímeis. Assim, o dominicano remonta ao episódio lendário em que o mouro, rei de Córdoba, invade a vila — após destruir outras localidades — com a finalidade de matar o Abade João, que — sem a ajuda de D. Ramiro III, rei de Leão, entre 966 e 984 — conseguiu expulsar o mouro das suas terras. Vê-se, nesse caso a figura do Abade João, como a alegoria de um salvador, uma representatividade quase divina, “desamparada de todo subsídio humano”, mas vencedor perante o inimigo, que teve a corcova quebrada e morto. Na concepção de Fernão de Oliveira, ao que parece, a expressão *A giba rota* estaria como uma metonímia, no sentido de fazer referência ao corpo quebrado dessa figura genérica, representante dos muçulmanos, os quais não conseguiram entrar no território lusitano.

Baseado também na construção de narrativas mitológicas, Oliveira relaciona a origem dos topônimos Palmela e Setúbal no sentido de defender a antiguidade de Portugal, recuada para os tempos bíblicos e, necessariamente, fixando a origem da boa e honrada linhagem do povo português a partir da presença dos heróis bíblicos no território. Nesse caso, Oliveira constrói a sua prova a partir da linguagem persuasiva do mito, tendo a ideia de verdade, tanto apoiado na matéria etimológica, quanto no livro sagrado. São dois recursos fortes utilizados dentro da técnica retórica a tal ponto que Oliveira deixa passar a necessidade de submeter a prova ao crivo das evidências, das fontes nomeadas. Na explicação etimológica do topônimo Palmela, o dominicano se serve com frequência do uso do verbo “parecer” que indica referência vaga, como se vê no trecho extraído do fólho 2v do primeiro livro: “O nome de Palmella faz parecer, que então foy fundado aquelle castello: por q(ue) parece q(ue) foy tomado dhũa palavra armenica que he palmira: a qual quer dizer louvor de deos. E parece que apportando elles ali fezerão sacrificio naquelle outeyro (...)”. Esse estatuto alegórico coloca Portugal no centro do mundo cristão, o que coaduna com a linguagem e as crenças do homem medieval, conseguindo, portanto, a sua adesão.

Vale lembrar que o fato de situar as origens de Portugal ao período pós-diluviano é uma afirmação de cunho ideológico defendida por Fernão de Oliveira desde a sua *Gramatica*

da lingoagem portuguesa, de 1536. Coseriu (1991, p. 17) afirma que essa inclinação de Fernão de Oliveira pela mitogênese do povo português teria sido uma influência do humanista dominicano Annio de Viterbo, o qual teria também inspirado outros autores de países românicos durante o séc. XVI. Em sua obra *Antiquitatum Variarum Autores*, Annio de Viterbo publicou fragmentos de textos atribuídos a Beroso, um sacerdote e astrônomo babilônico do séc. III a.C. De acordo com Franco (2000, p. 148), os textos falsos desse “pseudo-Beroso” “servem perfeitamente para fundamentar o projecto de mitificação da historiogênese de Portugal levado a cabo por Oliveira.”

A cidade de Lisboa, considerada a “mais principal” do reino, a “*urbs* por excelência”, nas palavras do historiador Damião de Góis, terá a *refutatio* construída por Oliveira com a intenção de destruir os argumentos de seus adversários, os quais atribuem a fundação de Lisboa ao grego Ulisses. Nesse caso, para que a gloriosa Lisboa fosse colocada numa antiguidade anterior à origem de Castela e, ao mesmo tempo, caracterizada como território imune, Oliveira recorre aos seus conhecimentos de filólogo com vistas a defender a semelhança do nome *Olissippo* com o étimo *Polishyppo* ou “cidade de cavalos”, também chamada de libissona, “que na sua linguagem quer dizer, cavallaria de Lybio: e de Lybissona se fez o nome Lysbona, que agora damos aa cidade Polishyppo”, conforme explica no trecho do fôlio 10r, do primeiro livro, onde também aplica os seus conhecimentos de gramática para provar a antiguidade de Braga.

Se a etimologia é uma técnica de poder retórico de grande alcance na adesão do auditório, o uso da linguagem popular mostra-se tão relevante quanto. Os provérbios, que são expressões formulares de uso corrente em qualquer comunidade de fala e consagradas dentro da sabedoria de um povo, podem também ser considerados como um dos objetos discursivos com características necessárias para produzir efeitos argumentativos e conseguir a adesão do público, uma vez que, como afirmam Perelman e Olbrechts-Tyteca (2005, p. 186), “as expressões, as fórmulas se tornam rituais, são escutadas dentro de um espírito de comunhão e de submissão total”. Por isso, os provérbios, ou as expressões da paremiologia, possuem uma certa característica que simboliza o acordo sobre o modo de pensar e de expressar dos interlocutores, estabelecendo a relação ética que existem entre eles.

Fernão de Oliveira faz uso dos provérbios quando censura os castelhanos pois, conforme a sua narrativa, esses seriam os culpados pela invasão dos mouros na Espanha e, por conta disso, aprova a decisão do conde D. Henrique de Borgonha e do seu filho D. Afonso Henrique, que teriam optado por defender as terras portuguesas sem a ajuda dos castelhanos. Segundo o argumento de Oliveira, antes do tempo de D. Henrique e de D. Afonso Henriques,

os castelhanos teriam deixado florescer na Espanha o reino dos godos e dos suevos, os quais, por seus pecados, fizeram com que Deus permitisse que os mouros invadissem e destruíssem as terras ibéricas. Nesse sentido, “conforme ao proverbio vulgar, padecerão justos com peccadores, como as abelhas de são Pedro, q(ue) por hũa morrerão todas” (1º livro, fl. 52 r). Oliveira parece concluir que as terras portuguesas — como Beira, Traz-os-Montes e Ribadouro — que estiveram por pouco tempo sob o poder dos mouros, teriam sido castigadas sem merecimento, corroborado pela expressão popular de origem bíblica, conforme o livro de Ezequiel 18:2, de que “os justos pagam pelos pecadores”. Vale notar que a escolha de provérbios com base em textos bíblicos evidencia o comportamento da sociedade da época, que “tinha como modelo os dogmas da igreja e da vida dos santos como meio de pregação dos valores morais”, como afirma Santos (2004, p. 232).

A figura da ironia, que consiste em fazer entender o contrário daquilo que é dito, é uma outra estratégia de grande força retórica utilizada pelo humanista. Nesse caso, Oliveira, numa atitude provocativa, busca desqualificar de argumentos de autores contrários. De acordo com Fiorin (2014, p. 70), a ironia “é utilizada para criar sentidos que vão do gracejo até o sarcasmo, passando pelo escárnio, pela zombaria, pelo desprezo, etc.”, que em Oliveira se estende para expressões pejorativas e ofensivas. Para desacreditar o argumento de que Ulisses teria fundado Lisboa, Oliveira alega que essa “invenção” tem semelhança com outra que diz que “Archiles foy criado no mosteyro de Chelas, e que por isso se chamou Archiles. E aa outra que diz, que a Troia estava de frente de Sethuval” (1º livro, fl. 8v), acrescentando que a isso não responde porque “são patranhas muy vulgares de gente idiota” (1º livro, fl. 9r). A fim de negar a presença dos povos romanos no território português, Fernão de Oliveira utiliza o seguinte argumento:

(...) a que estão todos como escravos dos rom(a)nos, tomão outro argumêto semelhante dhũa calçada com certas columnas, que achão de bragga para tralasmôtes: a qual tambem dizem, que fezerão os romanos. Não se sabem desapegar dessa parvoice, como se caa não ouvera gente, que soubera edificar. (1º livro, fl. 29r).

Além do sarcasmo, Oliveira utiliza de forma repetida em toda a sua narrativa a ironia da dissimulação com valor perifrástico, denominado lítotes, que, nesse caso, nega o contrário daquilo que se quer afirmar. Como exemplo, observa-se no trecho extraído do primeiro livro, fólhos 26v-27r, quando o dominicano tenta desacreditar na potência da Hespanha e dos espanhóis, que se intitulavam “senhores do mûdo”, mas “não o erão de todo elle: por que havia muytas terras, e regiões, que elles não senhoreavão, nem conhecião. Não senhoreavão

Guinee, nã a China, nem a grão Tartaria: nem conheciã o Brasil, nem as Antindias, nem o Japão”. Com isso, tem-se uma extensã semântica, compreendendo o sentido da fraqueza territorial da Hespanha, ao mesmo tempo que legitima a potêcia de Portugal, fazendo alusã a um fato já conhecido dos interlocutores: o domínio de Portugal em relaãõ aos territórios mencionados.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O século XVI, em Portugal, testemunhou muitas mudanças que já estavam em curso desde o século XV. O país, após um alvorecer com os resultados das grandes navegações, viu seu trono sendo entregue à coroa castelhana, devido à crise sucessória do trono português. Nesse contexto, Fernão de Oliveira dá início à primeira história de Portugal, com objetivos de defender a superioridade do reino lusitano em relação aos outros espaços ibéricos, principalmente Castela. A sua narrativa, nesse caso, utiliza recursos de valor retórico, tais como elementos de comparação, alusões a fatos históricos, linguagem irônica, definições no sentido de reforçar a tese de superioridade do reino português ou refutar os argumentos de seus adversários. Em sua narrativa, o valor de verdade tem como base os “escritores antigos” e as “crônicas aprovadas” como recursos de autoridade.

Todas essas obras e os autores citados por Fernão de Oliveira vão enriquecer a sua narrativa e servir como artifício da retórica na configuração ideológica do passado histórico. Mas, é importante perceber que, diferentemente de Fernão Lopes, que não inclui em suas crônicas a descrição das linhagens universais, Oliveira retoma a tradição historiográfica e inicia o seu texto com o parentesco bíblico de Noé em terras portuguesas. Poderíamos concluir, a partir daí, uma marca ultrapassada presente em Oliveira para a narrativa daquela época. No entanto, de acordo com Franco (2000, p. 189), esse foi um método resgatado pela historiografia francesa e italiana da segunda metade do século XVI, denominada *história perfeita*⁷, em que faz “uma apresentação geral do passado dos reinos, em articulação com a história universal” (FRANCO, 2000, p. 189). Nesse caso, a obra de Fernão de Oliveira revela as marcas do sujeito social, influenciado pelas mudanças culturais no século XVI, principalmente no modo de organizar as ideias em torno de uma ação política e com finalidades de instrução, utilizando para isso os elementos pedagógicos e artísticos da retórica.

Como visto, a tradição retórica presente na *História de Portugal* de Fernão de Oliveira reflete a influência dos textos originais clássicos, que eram retomados pelos intelectuais humanistas com o intuito de promover a revitalização da cultura ocidental. Mas o desenvolvimento da linguagem historiográfica, vista em Fernão de Oliveira, não pode ser

⁷ De acordo com Le Goff (1990, p. 86), na segunda metade do Séc. XVI, os historiadores franceses, representantes da teoria da *história perfeita* seguiam três ideias comuns: o historiador deve procurar as causas dos fatos, já que a história não é pura narração ou obra literária; a história começa na sua forma mais primitiva, antes da escrita, em tudo, nas canções e nas danças, nos símbolos e outras atuações mnemônicas, desde os tempos em que os homens eram rurais e não civilizados; a história deve ser universal, no sentido mais completo do termo.

apenas por conta das características da retórica, que já eram, em certa medida, utilizadas em Fernão Lopes, quando este buscava retratar o homem também em sua figura psicológica, a fim de descrever os seus valores éticos e suas virtudes morais. O homem é retratado na história como modelo de doutrina para os indivíduos. Nesse caso, pode-se afirmar que em Lopes, pelo que se constata em Adverse (2011, p. 12), a linguagem retórica “transcende o status de mero instrumento didático para entrar na composição da figura do homem ideal: retomando uma perspectiva tipicamente ciceroniana, o homem ideal para os humanistas é, então, o *vir bonus dicendi peritus*.”

Assim, tanto as crônicas de Fernão Lopes, quanto a *História de Portugal* de Fernão de Oliveira podem ser exemplos da historiografia humanista, mas o que caracteriza a linguagem historiográfica presente nas obras desses dois portugueses são determinadas pelos aspectos político-ideológicos que conduziram os sujeitos no momento da produção textual em relação à escolha das palavras e dos estilos argumentativos com finalidades de agir sobre o leitor pretendido.

No entanto, ainda é muito pouco o que se tem falado e divulgado sobre humanista Fernão de Oliveira, considerando a sua numerosa produtividade dentro do cenário da língua portuguesa. Homem de visão vanguardista, talvez, por isso, não tenha conquistado muitos amigos em sua época, como afirma Buescu (1978, p. 51), quando diz que ele criou “inimizades e conflitos pelo seu temperamento irrequieto e arrebatado, mal visto pelos dominicanos”. Porém, é indiscutível a sua paixão pela nação e pela língua portuguesa, refletida em suas obras. O seu texto *História de Portugal*, apresentado neste trabalho, a partir de uma edição diplomática mostra bem esse sentimento de lealdade e engrandecimento a Portugal, ao utilizar aspectos do discurso ideológico no momento da crise política por que passava o reino português.

Conhecedor da retórica, Fernão de Oliveira percebeu a importância da linguagem como ferramenta político-ideológica, conduzindo as palavras em favor das suas intenções. Nesse caso, o léxico da onomástica foi aproveitado na tentativa de construção dos sentidos ideológicos em torno de uma nação portuguesa superior no que se refere a liberdade, imunidade e antiguidade perante os outros espaços, principalmente Leão e Castela.

Salienta-se que, para uma melhor compreensão do texto produzido por Oliveira, procurou-se contextualizar a partir da visão sócio-histórica da época em questão em cada uma das seções construídas neste trabalho, já que a situação de produção conduz o sujeito no uso da sua linguagem. Dessa forma, a língua não pode ser separada do social no que se refere à análise de qualquer ato linguístico.

O levantamento dos topônimos trouxe uma visão das intenções do autor, que, sem desprezar as teorias historiográficas e as crônicas anteriormente escritas, construiu primeiramente uma nação portuguesa heroica, tendo como base os registros genealógicos e herança bíblica trazida por Noé, após o dilúvio, para depois, lançar mão das interpretações etimológicas, das comparações entre os dois territórios, das alusões a fatos históricos, da linguagem irônica, ao registrar os topônimos da Península Ibérica, favorecendo a história portuguesa e refutando os feitos dos demais reinos. Este trabalho trata, portanto, de uma análise das influências socioculturais e políticas presentes no texto de Oliveira, especificamente no léxico onomástico, esperando que a edição diplomática que aqui é oferecida seja base para muitos outros trabalhos de natureza linguística.

REFERÊNCIAS

- ABAURRE, M. Bernadete; PEIFFER, Claudia; AVELAR, Juanito (orgs.). *Fernão de Oliveira: um gramático na história*. Campinas: Pontes, 2009.
- ADVERSE, Helton. Retórica, educação e política no Renascimento italiano. *Revista Sapere Aude*, Belo Horizonte, v. 2, n. 4, p. 8-27, 2º sem., 2011. Disponível em: <<http://periodicos.pucminas.br/index.php/SapereAude/article/view/2825/3110>>. Acesso em: 27 set. 2013.
- AGOSTINHO, Santo. *A cidade de Deus: (contra os pagãos)*. Tradução Oscar Paes Leme. 9. ed. Bragança Paulista: Editora Universitária São Francisco, 2003 [séc. V]. 2 v. (Coleção Pensamento Humano).
- ALEXANDRE JÚNIOR, Manuel. Introdução. In: ARISTÓTELES. *Obras completas: Retórica*. Tradução Manuel Alexandre Júnior, Paulo Farmhouse Alberto e Abel do Nascimento Pena. 2. ed. Lisboa: Imprensa Nacional - Casa da Moeda, 2005. v. 3.
- AMADO, Teresa. Crónica do Mouro Rasis. In: LANCIANI, Giulia e TAVANI, Giuseppe (Org. e Coord.). *Dicionário da literatura medieval galega e portuguesa*. Tradução José Colaço Barreiras e Artur Guerra. Lisboa: Caminho. 1993.
- ARISTÓTELES. *Obras completas: Retórica*. Tradução Manuel Alexandre Júnior, Paulo Farmhouse Alberto e Abel do Nascimento Pena. 2. ed. Lisboa: Imprensa Nacional - Casa da Moeda, 2005 [séc. IV a.C.]. v. 3.
- ASSUNÇÃO, Carlos e SANTOS, Maria Helena. Gramáticos portugueses de quinhentos no quadro do humanismo europeu. In: MORAIS, Carlos (Coord.). *Fernando Oliveira: um humanista genial*. Aveiro: Universidade de Aveiro - Centro de Línguas e Cultura, 2009.
- AUERBACH, Erich. *Introdução aos estudos literários*. Tradução José Paulo Paes. 2. ed. São Paulo: Cultrix, 1972.
- AURELL, Jaume. *La historiografía medieval: entre la historia y la literatura*. València: Publicacions de la Universitat de València, 2016 (Formato Kindle).
- BAIÃO, António *et al.* *História da expansão portuguesa no mundo*. Lisboa: Ática, 1937.
- BAKHTIN, Mikhail. *Estética da criação verbal*. Tradução Paulo Bezerra. 4. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2003.
- BAKHTIN, Mikhail [VOLOSHINOV]. *Marxismo e filosofia da linguagem*. Tradução Michael Laud & Yara Frateschi Vieira. 11. ed. São Paulo: Hucitec, 2004 [1929].
- BARTHES, Roland. A antiga retórica: apostila. In: BARTHES, Roland. *A aventura semiológica*. Tradução Mário Laranjeira. São Paulo: Martins Fontes, 2001.
- BENVENISTE, Émile. *Problemas de linguística geral*. Tradução Maria da Glória Novak e Maria Luisa Neri. 5. ed. Campinas: Pontes, 2005. v. 1.
- BENVENISTE, Émile. *Problemas de linguística geral*. Tradução Eduardo Guimarães *et al.* 2. ed. Campinas: Pontes, 2006. v. 2.
- BIDERMAN, Maria Tereza Camargo. *Teoria linguística: teoria lexical e linguística computacional*. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2001.
- BLUTEAU, Raphael. *Vocabulário português e latino*. 1 CD-ROM. Rio de Janeiro: UERJ, 2000 [BLUTEAU, Raphael. Vocabulário português e latino: autorizado com exemplo dos melhores escritores portugueses e latinos e oferecido a El-Rey de Portugal, D. João V, pelo

- padre D. Raphael Bluteau. Coimbra: Collegio das Artes da Companhia de Jesu: 1712-1727]. 8 v.
- BORGES, Vavy Pacheco. *O que é história*. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 2005. (Coleção Primeiros Passos).
- BORGES, Rosa; SOUZA, Arivaldo Sacramento de. Filologia e edição de texto. In: BORGES, Rosa *et al.* (Org.). *Edição de texto e crítica filológica*. Salvador: Quarteto, 2012. p. 15-59.
- BORGES NETO, José. A teoria da linguagem em Fernão de Oliveira. In: ABAURRE, M. Bernadete; PFEIFFER, Claudia; AVELAR, Juanito (Orgs.). *Fernão de Oliveira: um gramático na história*. Campinas: Pontes, 2009. p. 43-51.
- BUENO, Francisco da Silveira. *A formação histórica da língua portuguesa*. 2. ed. Rio de Janeiro: Livraria Acadêmica, 1958.
- BUESCU, Maria Leonor Carvalhão. Introdução. In: OLIVEIRA, Fernão de. *A gramática da linguagem portuguesa: introdução, leitura actualizada e notas por Maria Leonor Carvalhão Buescu*. Lisboa: Imprensa Nacional - Casa da Moeda, 1975. p. 7-36.
- BUESCU, Maria Leonor Carvalhão. *Gramáticos portugueses do século XVI*. Lisboa: Instituto de Cultura e Língua Portuguesa - ICALP; Secretaria de Estado da Cultura - Ministério da Educação, 1978.
- BUESCU, Maria Leonor Carvalhão. *Historiografia da língua portuguesa*. Lisboa: Livraria Sá da Costa Editora, 1983.
- BURKE, Peter. *A Revolução Francesa da historiografia: a Escola dos Annales (1929-1989)*. Tradução Nilo Odália. 2. ed. São Paulo: UNESP, 1991.
- CAMBRAIA, César Nardelli. *Introdução à crítica textual*. São Paulo: Martins Fontes, 2005.
- CARDOSO, Luiz. *Diccionario geografico, ou noticia historica: de todas as cidades, villas, lugares, e aldeas, rios, ribeiras, e serras dos reynos de Portugal, e Algarve, com todas as cousas raras, que nelle se encontrão, assim antigas, como modernas*. Lisboa: Regia Officina Sylviana; Academia Real, 1751. v. 2.
- CARVALHINHOS, Patrícia de Jesus. Projeto Atlas Toponímico de Portugal: informes iniciais, critérios. Recorte: projeto variantes lexicais na toponímia portuguesa. A questão do genérico. In: SIMPÓSIO NACIONAL E INTERNACIONAL DE LETRAS E LINGÜÍSTICA, v. 1, n. 1, 2009. *Anais [...]*. Uberlândia: EDUFU, 2009. Disponível em: <http://www.ileel.ufu.br/anaisdosilel/pt/arquivos/gt_lg04_artigo_6.pdf>. Acesso em: 12 maio 2019.
- CASTRO, Ivo; RAMOS, Maria Ana. Estratégia e tática da transcrição. In: COLLOQUE CRITIQUE TEXTUELLE PORTUGAISE, 1981, Paris. *Actes du Colloque*. Paris: Fundação Calouste Gulbenkian, 1986. p. 99-122.
- CASTRO, Ivo. *Curso de história da língua portuguesa*. Lisboa: Universidade Aberta, 1991.
- CASTRO, Ivo. O retorno à filologia. In: PEREIRA, Cilene da Cunha e PEREIRA, Paulo Roberto Dias (Org. e Coord.). *Miscelânea de estudos linguísticos, filológicos e literários in memoriam Celso Cunha*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1995. p. 511-520.
- CERTEAU, Michel de. *A escrita da história*. Tradução Maria de Lourdes Menezes. 2. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2002.
- CHARTIER, Roger. *Os desafios da escrita*. Tradução Fulvia M. L. Moretto. São Paulo: UNESP, 2002.

- CINTRA, Luís Filipe Lindley. Introdução. In: CINTRA, Luís Filipe Lindley (ed.). *Crónica Geral de Espanha de 1344: a lenda do rei Rodrigo*. Lisboa: Editorial Verbo, 1964. p. 9-27. Notas e glossário de Luís Filipe Lindley Cintra. (Coleção Textos Clássicos).
- CITELLI, Adilson. *Linguagem e persuasão*. 16. ed. São Paulo: Ática, 2007.
- COLLINGWOOD, Robin George. *A ideia de história*. Tradução Alberto Freire. Lisboa: Editorial Presença, 1981.
- CORTÉS Y LOPEZ, Miguel. *Diccionario geografico-historico de la España Antigua: Tarraconense, Bética y Lusitania*. Madrid: Imprenta Real, 1836. t. 3.
- COSERIU, Eugenio. *Língua e funcionalidade em Fernão de Oliveira*. Tradução Maria Christina de Motta Maia. Rio de Janeiro: Presença; Niterói: EDUFF, 1991.
- COSTA, Antonio Carvalho da. *Corografia portuguesa e descripçam do famoso reyno de Portugal*. Lisboa: Oficina de Valentim da Costa Deslandes, 1706. t. 1.
- COSTA, Antonio Carvalho da. *Corografia portuguesa e descripçam do famoso reyno de Portugal*. Lisboa: Oficina de Valentim da Costa Deslandes, 1708. t. 2.
- COSTA, Antonio Carvalho da. *Corografia portuguesa e descripçam do famoso reyno de Portugal*. Lisboa: Oficina Real Deslandesiana, 1712. t. 3.
- COUTINHO, Ismael de Lima. *Pontos de gramática histórica*. 6. ed. Rio de Janeiro: Livraria Acadêmica, 1973.
- DIAGNE, Pathé. História e linguística. In: KI-ZERBO, Joseph (Ed.). *Metodologia e pré-história da África*. 2. ed. rev. Brasília: UNESCO, 2010. p. 247-281 (Coleção História Geral da África, 8 v.).
- DICK, Maria Vicentina de Paula do Amaral. *A motivação toponímica e a realidade brasileira*. São Paulo: Arquivos do Estado, 1990.
- DICK, Maria Vicentina de Paula do Amaral. *Toponímia e antroponímia no Brasil: coletânea de estudos*. 3.ed. São Paulo: Serviço de Artes Gráficas da FFLCH-USP, 1992.
- DICK, Maria Vicentina de Paula do Amaral. Os nomes como marcadores ideológicos. In: *Revista Acta Linguística et Semiótica*, v. 7, n. 1, p. 97-122, 1998. Disponível em: <<http://www.periodicos.ufpb.br/ojs/index.php/actas/article/view/16907/9631>>. Acesso em: 14 abr. 2019.
- DICK, Maria Vicentina de Paula do Amaral. Rede de conhecimento e campo lexical: hidrônimos e hidrotopônimos na onomástica brasileira. In: ISQUERDO, Aparecida Negri; KRIEGER, Maria das Graças (Orgs.). *As ciências do léxico: lexicologia, lexicografia, terminologia*. Campo Grande: Editora da UFMS, 2004. v. 2.
- DICK, Maria Vicentina de Paula do Amaral. Fundamentos teóricos da toponímia. Estudo de caso: o Projeto ATEMIG – Atlas Toponímico do Estado de Minas Gerais (variante regional do Atlas Toponímico do Brasil). In: SEABRA, Maria Cândida T. Costa de. (Org.). *O léxico em estudo*. Belo Horizonte: Faculdade de Letras da UFMG, 2006.
- DICK, Maria Vicentina de Paula do Amaral. Atlas toponímico do Brasil: teoria e prática II. *Revista Trama*, v. 3, n. 5, p. 141-155, 2007. Disponível em: <<http://e-revista.unioeste.br/index.php/trama/article/view/965>>. Acesso em: 14 abr. 2019.
- DOMINGUES, Francisco Contente. Fernando Oliveira. In: ALBUQUERQUE, Luís de (dir); DOMINGUES, Francisco Contente (coord.). *Dicionário de história dos descobrimentos portugueses*. Lisboa: Caminho, 1994. v. 2.
- DUBOIS, Jean et. al. *Dicionário de Linguística*. Tradução Frederico Pessoa de Barros et. al. 12. ed. São Paulo: Editora Pensamento-Cultrix, 2004.

- ECO, Umberto. *A busca da língua perfeita*. Tradução Antonio Angonese. 2. ed. Bauru-SP: EDUSC, 2002.
- ELIADE, Mircea. *Mito e realidade*. Tradução Pola Civelli. São Paulo: Perspectiva, 1972.
- FARIA, António Marques de. Novas notas historiográficas sobre Augusta Emerita e outras cidades hispano-romanas. *Revista Portuguesa de Arqueologia*. v. 9, n. 2, p. 211-237, 2006. Disponível em: <http://www.igespar.pt/media/uploads/revistaportuguesadearqueologia/9_2/3/11-p.211-238.pdf>. Acesso em: 27 jul. 2013.
- FERNANDES, Maria Alice e CARDEIRA, Esperança. Notas sobre toponímia medieval portuguesa. *Revista Galega de Filoloxía: monografía*, n. 11, p. 149-174, 2017. Disponível em: <http://illa.udc.es/rgf/pdf/mon_11.pdf>. Acesso em: 18 set. 2018.
- FIORIN, José Luiz. *As astúcias da enunciação: as categorias de pessoa, espaço e tempo*. 2.ed. São Paulo: Ática, 2010.
- FIORIN, José Luiz. *Figuras de retórica*. São Paulo: Contexto, 2014.
- FIORIN, José Luiz. *Argumentação*. São Paulo: Contexto, 2015.
- FRANCHETTO, Bruna e LEITE, Yonne. *Origens da linguagem*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2004.
- FRANCO, José Eduardo. *O mito de Portugal: a primeira história de Portugal e a sua função política*. Lisboa: Fundação Maria Manuela e Vasco de Albuquerque d'Orey; Roma Editora, 2000.
- FRANCO, José Eduardo. Fernando Oliveira, ideógrafo da proto-nacionalidade portuguesa. In: MORAIS, Carlos (Coord.). *Fernando Oliveira: um humanista genial*. Aveiro: Universidade de Aveiro - Centro de Línguas e Cultura, 2009.
- FRANCO JÚNIOR, Hilário. *A Idade Média: nascimento do Ocidente*. São Paulo: Brasiliense, 2006.
- FREIRE, Antonio de Oliveira. *Descrição corográfica de reyno de Portugal*. Lisboa: Officina de Miguel Rodrigues, 1739.
- FUNARI, Pedro Paulo. Guerra do Peloponeso. In: MAGNOLI, Demétrio (Org.). *Histórias das guerras*. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2006.
- GARAVELLI, Bice Mortara. *Manual de retórica*. Tradução Maria José Vega. 2. ed. Madrid: Cátedra, 1991.
- GASPAR, João Gonçalves. Fernão de Oliveira: humanista insubmisso e precursor. In: MORAIS, Carlos (Coord.). *Fernando Oliveira: um humanista genial (V centenário do seu nascimento)*. Aveiro: Universidade de Aveiro - Centro de Línguas e Culturas, 2009.
- HAMPATÉ BÂ, Amadou. A tradição viva. In: KI-ZERBO, Joseph (Ed.). *Metodologia e pré-história da África*. 2. ed. rev. Brasília: UNESCO, 2010. (Coleção História Geral da África, 8 v.).
- HAUY, Amini Boainain. Séculos XII, XIII e XIV. In: SPINA, Segismundo (Org.). *História da língua portuguesa*. Cotia-SP: Ateliê Editorial, 2008.
- HIGOUNET, Charles. *História concisa da escrita*. Tradução da 10ª ed. corrigida Marcos Marcionílio. São Paulo: Parábola, 2003.
- HOUAISS, Antônio. *Elementos de bibliologia*. Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro / Ministério da Educação e Cultura, 1967. v.1.
- HOUAISS, Antônio; VILLAR, Mauro de Salles. *Dicionário Houaiss de língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001.

- HUIZINGA, Johan. *O declínio da Idade Média*. Tradução Augusto Abelaira. 2. ed. Lisboa: Ulisseia, 1985.
- KRUS, Luís. Crónica geral de Espanha de 1344. In: LANCIANI, Giulia e TAVANI, Giuseppe (Org. e Coord.). *Dicionário da literatura medieval galega e portuguesa*. Tradução José Colaço Barreiras e Artur Guerra. Lisboa: Caminho. 1993.
- LE GOFF, Jacques. *História e memória*. Tradução Bernardo Leitão *et al.* Campinas: Unicamp, 1990.
- LE GOFF, Jacques. *O imaginário medieval*. Tradução Manuel Ruas. Lisboa: Estampa, 1994.
- LE GOFF, Jacques. *As raízes medievais da Europa*. Tradução Jaime A. Clasen. Petrópolis: Vozes, 2007.
- LEÃO, Duarte Nunes de. *Descrição do reino de Portugal*. Lisboa: impresso por licença de Iorge Rodriguez, 1610. Disponível em: <<https://purl.pt/12393>>. Acesso em: 13 maio 2021.
- LÉVI-STRAUSS, Claude. *Mito e significado*. (Livro digitalizado a partir da edição de 1978, Tradução Antônio Marques Bessa, Lisboa: edições 70). Disponível em: <<http://www.scribd.com/doc/6711854/Claude-leviStrauss-Mito-e-Significado>>. Acesso em: 19 jan. 2011.
- LOBO, Maria Antonia da Costa. Crítica Genética: uma volta às origens. In: CONGRESSO NACIONAL DE LINGUÍSTICA E FILOLOGIA, n. 8, 2004, Rio de Janeiro. *Anais [...]*. Rio de Janeiro: UERJ, 2004. Disponível em: <<http://www.filologia.org.br/viiicnlf/anais/caderno03-05.html>>. Acesso em: 03 dez. 2013.
- LÓPEZ-ARIAS, Júlio. *Peculiaridades estilísticas de Fernão Lopes*. New York: Peter Lang, 1993.
- LORENZO, Ramón. Crónica geral e Crónica de Castela. In: LANCIANI, Giulia e TAVANI, Giuseppe (Org. e Coord.). *Dicionário da literatura medieval galega e portuguesa*. Tradução José Colaço Barreiras e Artur Guerra. Lisboa: Caminho. 1993.
- MACHADO, José Pedro. *Dicionário onomástico etimológico da língua portuguesa*. Lisboa: Editorial Confluência, 1984. 3 v.
- MACHADO FILHO, Americo Venâncio Lopes. *A pontuação em manuscritos medievais portugueses*. Salvador: EDUFBA, 2004.
- MAGALHÃES, Joaquim Romero. O enquadramento do espaço nacional. In: MATTOSO, José (Dir.). *História de Portugal: no alvorecer da modernidade (1480-1620)*. Lisboa: Círculo de Leitores, 1993a. p. 13-59. v. 3.
- MAGALHÃES, Joaquim Romero. Os régios protagonistas do poder. In: MATTOSO, José (Dir.). *História de Portugal: no alvorecer da modernidade (1480-1620)*. Lisboa: Círculo de Leitores, 1993b. p. 513-546. v. 3.
- MALERBA, Jurandir. Teoria e história da historiografia. In: MALERBA, Jurandir. (Org.). *A história escrita: teoria e história da historiografia*. São Paulo: Contexto, 2006.
- MALEVAL, Maria do Amparo Tavares. *Fernão Lopes e a retórica medieval*. Editora da UFF, 2010.
- MARQUES, A. H. de Oliveira. *História de Portugal: desde os tempos mais antigos até a presidência do Sr. General Eanes*. 10. ed. Lisboa: Palas, 1984. v. 2.
- MARQUES, A. H. de Oliveira. *História de Portugal: desde os tempos mais antigos até a presidência do Sr. General Eanes*. 12. ed. Lisboa: Palas, 1985. v. 1.
- MARTELOTTA, Mário Eduardo. *Mudança linguística: uma abordagem baseada no uso*. São Paulo: Cortez, 2011.

- MARTIN, Robert. *Para entender a linguística*. Tradução Marcos Bagno. São Paulo: Parábola, 2003.
- MATOS, Gastão de Melo de. A lenda do Abade João. *Revista Arqueologia e História*. 8ª série, v. 7, 1956, Lisboa. Disponível em: <https://www.museuarqueologicodocarmo.pt/publicacoes/arqueologia_historia/serie_8/AH_serie8_Vol_VII.pdf>. Acesso em: 20 jul. 2021.
- MATTOS E SILVA, Rosa Virgínia. *Caminhos da linguística histórica: ouvir o inaudível*. São Paulo: Parábola, 2008.
- MATTOSO, José. Livros de linhagens. In: LANCIANI, Giulia e TAVANI, Giuseppe (Org. e Coord.). *Dicionário da literatura medieval galega e portuguesa*. Tradução José Colaço Barreiras e Artur Guerra. Lisboa: Caminho. 1993.
- MATTOSO, José. *A identidade nacional*. Lisboa: Gradiva, 1998.
- MATTOSO, José. *Identificação de um país: oposição*. Lisboa: Círculo de Leitores, 2001a. v. 2.
- MATTOSO, José. *Identificação de um país: composição*. Lisboa: Círculo de Leitores, 2001b. v. 3.
- MEIER, Harri. *Ensaio de filologia românica I*. 2. ed. Rio de Janeiro: Grifo; Brasília: Instituto Nacional do Livro, 1973.
- MENDES, António Rosa. A vida cultural. In: MATTOSO, José (Org.). *História de Portugal: no alvorecer da modernidade (1480-1620)*. Lisboa: Círculo de Leitores, 1993. v. 3.
- MENÉNDEZ PIDAL, Ramón. *Toponímia prerromânica hispana*. Madrid: Gredos, 1968.
- MOISÉS, Massaud. *A literatura portuguesa*. 20. ed. São Paulo: Cultrix, 1984.
- MORAIS, Carlos (Coord.). *Fernando Oliveira: um humanista genial (V centenário do seu nascimento)*. Aveiro: Universidade de Aveiro - Centro de Línguas e Culturas, 2009.
- MOREL-FATIO, Alfred. *Catalogues des manuscrits espagnols et des manuscrits portugais*. Paris: Bibliothèque Nationale, Département des manuscrits, 1892. Disponível em: <gallica.bnf.fr/ark:/12148/bpt6k209172b/f29.image>. Acesso em: 23 jan. 2014.
- MORELO, Sonila. *A relativização da verdade em Heródoto*. 2000. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte. Disponível em: <<http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/cp000256.pdf>>. Acesso em: 24 jan. 2010.
- NASCENTES, Antenor. *Dicionário etimológico da língua portuguesa: tomo II – nomes próprios*. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves, 1952.
- NASCIMENTO, Jarbas Vargas. Fundamentos teórico-metodológicos da Historiografia Linguística. In: NASCIMENTO, Jarbas Vargas (Org.). *A Historiografia Linguística: rumos possíveis*. São Paulo: Pulsar; Terras do Sonhar, 2005.
- NATIVIDADE, Manuel Vieira. *O mosteiro de Alcobça: notas históricas*. Coimbra: Imprensa Progresso, 1885.
- NEVES, Roberto de Souza. *Dicionário de expressões latinas usuais: (15.000 adágios, provérbios, máximas etc.)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1996.
- NOGARE, Pedro Dalle. *Humanismos e anti-humanismos: introdução à antropologia filosófica*. 9. ed. Petrópolis: Vozes, 1985.
- NORDIN, Nei Marcos Aibar. *De como “escprever verdade sem outra mestura”*: Estratégias discursivas na obra do cronista Fernão Lopes. 2011. Tese (Doutorado em História) –

- Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre. Disponível em:
<<http://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/77157/000885425.pdf?sequence=1>>.
Acesso em: 22 jul. 2013.
- NUNES, José Horta. *Dicionários no Brasil: análise e história do século XVI ao XIX*. Campinas: Pontes; São Paulo: Fapesp; São José do Rio Preto: Faperp, 2006.
- NÚÑEZ CONTRERAS, Luiz. *Manual de paleografía: fundamentos de la escritura latina hasta el siglo VIII*. Madrid: Cátedra, 1994.
- OLIVEIRA, Fernão de. *A gramática da linguagem portuguesa: introdução, leitura actualizada e notas por Maria Leonor Carvalhão Buescu*. Lisboa: Imprensa Nacional - Casa da Moeda, 1975 [1536].
- OTERO, Edgardo. *A origem dos nomes dos países*. Tradução Luciano Vieira Machado. São Paulo: Panda Books, 2006.
- PAGOTTO, Emilio Gozze. A nobreza da língua e da nação: o trabalho de Fernão de Oliveira e a constituição da gramática no Brasil. In: ABAURRE, M. Bernadete *et al.* (Orgs.). *Fernão de Oliveira: um gramático na história*. Campinas: Pontes, 2009.
- PAIVA, José Pedro. Geografia eclesiástica. In: AZEVEDO, Carlos Moreira (Org.). *Dicionário da história religiosa de Portugal*. Círculo de Leitores: Lisboa, 2000.
- PAIVA, José Pedro. Dioceses e organização eclesiástica. In: AZEVEDO, Carlos Moreira (Org.). *História religiosa de Portugal: humanismos e reformas*. Círculo de Leitores: Lisboa, 2000a. v. 2.
- PEIXOTO, Jorge. Manuscritos portugueses da Biblioteca Nacional de Paris. *Separata do boletim Internacional da Bibliografia Luso-Brasileira*, Lisboa, n. 4(2), p. 269-76, abril-junho 1963.
- PETRUCCHI, Armando. *La ciencia de la escritura: primera lección de paleografía*. Tradução Luciano Padilla López. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica de Argentina, 2003 [2002].
- PERELMAN, Chaïm; OLBRECHTS-TYTECA, Lucie. *Tratado da argumentação: a nova retórica*. Tradução Maria Ermantina de Almeida Prado Galvão. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2005.
- PERELMAN, Chaïm. *Retóricas*. Tradução Maria Ermantina de Almeida Prado Galvão. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2004.
- PIEL, Joseph-Maria. Sobre os topónimos Conimbriga, Condeixa e Alcabideque. *Revista Conimbriga*, Universidade de Coimbra, v. 16, p. 161-165, 1977. Disponível em:
<[Sobre_os_toponimos_Conimbriga,_Condeixa_e_Alcabideque.pdf \(uc.pt\)](#)>. Acesso em: 28 jul. 2021.
- PIEL, Joseph-Maria. *Estudos de linguística histórica galego-portuguesa*. Lisboa: Imprensa Nacional - Casa da Moeda, 1989.
- PIMPÃO, Álvaro J. da Costa. *Idade Média*. 2. ed. Coimbra: Atlântica, 1959.
- REBOUL, Olivier. *Introdução à retórica*. Tradução Ivone Castilho Benedetti. São Paulo: Martins Fontes, 2000.
- RETÓRICA a Herenio*. Tradução, introdução e notas de Salvador Núñez. Madrid: Gredos, 1997 [séc. I a.C.] (Formato Kindle).
- RIBEIRO, Orlando. *Portugal, o Mediterrâneo e o Atlântico*. Coimbra: Coimbra Editora, 1945.
- RICOEUR, Paul. *A metáfora viva*. Tradução Dion Davi Macedo. São Paulo: Loyola, 2000.

- RICOEUR, Paul. *A memória, a história, o esquecimento*. Tradução Alain François *et al.* Campinas: Unicamp, 2007.
- ROCHA LIMA, Carlos Henrique da. *Gramática Normativa da Língua Portuguesa*. 31. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1992.
- SAID, Edward W. *Humanismo e crítica democrática*. Tradução Rosaura Eichenberg. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.
- SALLES, Cecília Almeida. *Crítica genética: uma (nova) introdução*. 2. ed. São Paulo: EDUC, 2000.
- SALTARELLI, Thiago César V. Lopes. Língua e poder: embates linguísticos entre Portugal e Espanha nos gramáticos dos séculos XVI e XVII. In: ABAURRE, M. Bernadete *et al.* (Orgs.). *Fernão de Oliveira: um gramático na história*. Campinas: Pontes, 2009.
- SANTOS, Eliéte Oliveira. *História de Portugal de Fernão de Oliveira: edição diplomático-interpretativa*. Dissertação (Mestrado em Letras), Instituto de Letras, Universidade Federal da Bahia, 2006.
- SANTOS, Eliéte Oliveira. Alguns provérbios no período arcaico da língua portuguesa. In: COSTA, Sônia Bastos Borba e MACHADO FILHO, Américo Venâncio Lopes (Orgs.). *Do português arcaico ao português brasileiro*. Salvador: EDUFBA, 2004.
- SANTOS, Eliéte Oliveira. A pontuação na Carta de Pero Vaz de Caminha comparada a proposta de João de Barros. In: MATTOS E SILVA, Rosa Virgínia e MACHADO FILHO, Américo Venâncio Lopes (Orgs.). *O português quinhentista: estudos linguísticos*. Salvador: EDUFBA; Feira de Santana: UEFS, 2002.
- SARAIVA, António José. Fernão Lopes (excerto). *História e antologia da literatura portuguesa - Século XV: Fernão Lopes – I*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, Série HALP, n. 5, p. 43-61, mar/1998.
- SAUSSURE, Ferdinand de. *Curso de linguística geral*. Tradução Antônio Chelini *et al.* 27. ed. São Paulo: Cultrix, 2006 [1916].
- SCHAFF, Adam. *História e verdade*. Tradução Maria Paula Duarte. 5. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1991.
- SERPA, António Ferreira. *Crónica de El-Rei Dom Sebastião, único deste nome e dos Rei de Portugal o 16º, compôsta pelo Padre Amadôr Rebêlo, companheiro do Padre Luís Gonçalves da Câmara, Mestre do dito Rei Dom Sebastião*. Porto: Livraria e Imprensa civilização, 1925.
- SILVA NETO, Serafim da. *História da língua portuguesa*. 4. ed. Rio de Janeiro: Presença, 1986.
- SILVEIRA, Luís Nuno Espinha da. *Território e poder: nas origens do estado contemporâneo em Portugal*. Patrimonia: Cascais, 1997. Disponível em: <http://atlas.fcsh.unl.pt/docs/LuisSilveira_Territorio_e_Poder.pdf>. Acesso em: 11 maio 2019.
- SPAGGIARI, Barbara; PERUGI, Maurizio. *Fundamentos da crítica textual*. Rio de Janeiro: Lucerna, 2004.
- SPINA, Segismundo. *Introdução à edótica: crítica textual*. São Paulo: Cultrix / Editora da USP, 1977.
- SUTTON, J. E. G. A pré-história da África Oriental. In: KI-ZERBO, Joseph (Ed.). *Metodologia e pré-história da África*. 2. ed. rev. Brasília: UNESCO, 2010. (Coleção História Geral da África, 8 v.).

TELLES, Célia Marques. A chamada lição conservadora na edição de textos. *Revista Scripta Philologica*, n. 5, p. 252-256, 2009.

TELLES, Célia Marques. Que textos são oferecidos aos estudantes? *Revista do GELNE – Grupo de Estudos Linguísticos do Nordeste*, João Pessoa, ano 5, n. 1 e 2, p. 21-28, 2003.

TEYSSIER, Paul. *História da língua portuguesa*. Tradução Celso Cunha. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

VANSINA, Jan. A tradição oral e sua metodologia. In: KI-ZERBO, Joseph (Ed.). *Metodologia e pré-história da África*. 2. ed. rev. Brasília: UNESCO, 2010. (Coleção História Geral da África, 8 v.).

VASCONCELOS, Beatriz Ávila. Quatro princípios de educação oratória segundo Quintiliano. *Revista PhaoS - Revista de Estudos Clássicos*, Unicamp, Campinas, n. 2, p. 205-225, 2002. Disponível em:

<<http://www.iel.unicamp.br/revista/index.php/phaos/article/view/3607>>. Acesso em: 27 set. 2013.

VERGER, Jacques. *Homens de saber na Idade Média*. Tradução Carlota Boto. Bauru: EDUSC, 1999.

VIARO, Mário Eduardo. *Por trás das palavras: manual de etimologia do português*. São Paulo: Globo, 2004.

VIARO, Mário Eduardo. *Etimologia*. São Paulo: Contexto, 2011